

CEZAR KARPINSKI

NAVEGAÇÃO, CATARATAS E HIDRELÉTRICAS
Discursos e Representações sobre o Rio Iguaçu
(Paraná, 1853-1969)

Tese apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina como
parte dos requisitos para obtenção
do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma

Florianópolis
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca
Universitária UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

K18n Karpinski, Cezar
Navegação, cataratas e hidrelétricas : discursos e
representações sobre o Rio Iguaçu (Paraná, 1853-1969) /
Cezar Karpinski. – Florianópolis, SC : [s. n.], 2011
xxi , 375f. : il., mapas, plantas

Orientador: Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma
Tese (Doutorado em História) - Universidade
Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências
Humanas. Programa de Pós-graduação em História

1. Iguaçu, Rio – Paraná (Estado) – História 2. Usinas
hidrelétricas – Aspectos sociais 3. Barragens e açudes –
Aspectos ambientais 4. Iguaçu, Cataratas do (PR e
Argentina) 5. Paraná – História – 1853-1969 6.
Representações sociais I. Montysuma, Marcos Fábio
Freire, Or. II. T

CDD 20. ed. 981.62
907.2

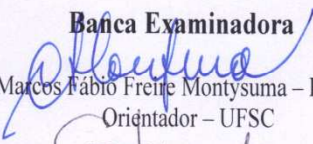
**NAVEGAÇÃO, CATARATAS E HIDRELÉTRICAS:
DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O RIO
IGUAÇU (PARANÁ, 1853-1969)**

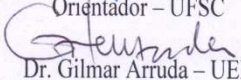
Cezar Karpinski

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para
obtenção do título de

DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

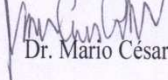
Banca Examinadora


Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma – Presidente e
Orientador – UFSC


Dr. Gilmar Arruda – UEL

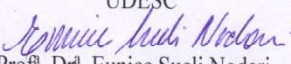

Dr^a. Maria Bernardete Ramos Flores – UFSC


Dr. Robson Laverdi – UNIOESTE


Dr. Mario César Coelho – UFSC

Dr^a. Eunice Sueli Nodari (suplente) – UFSC

Dr. Pablo Pozzi (suplente) – UBA – Suplente -
UDESC


Prof^a. Dr^a. Eunice Sueli Nodari

Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 07 de abril de 2011.

Por tudo que é e pelo que construímos, dedico ao João.

AGRADECIMENTOS

À Tereza, por me ensinar cada dia a ser um pouco melhor. Minha mãe, minha amiga, meu colo, meu sossego, obrigado por seu amor incondicional, por não me deixar desanimar e por sempre estar do meu lado.

Ao João, por ter me respeitado durante essa fase difícil do doutorado, por ser o meu companheiro de todas as horas e pela participação e ajuda efetiva na pesquisa.

Ao meu irmão Cleverson e ao meu pai Sezefredo, por fazerem parte da minha história e por construirmos juntos uma relação familiar de respeito, diálogo e amor.

Ao Marcos Montysuma por ser duas das quatro mãos que elaboraram esta tese. Orientador prestimoso, cuidadoso, zeloso e incentivador. Além disso, o amigo de sempre, consolo de muitas angústias e motivador também de boas gargalhadas.

À Roselane Neckel, pela amizade, incentivo, oportunidades e pelas constantes demonstrações de carinho.

Às professoras Maria Bernadete Ramos Flores e Ana Lúcia Vulfe Nötzold pelas excelentes aulas e instigantes discussões no doutorado.

Aos professores Maria de Fátima Fontes Piazza, Eunice Sueli Nodari e Haruf Salmen Espindola pelas preciosas contribuições na banca de qualificação.

Ao Gilmar Arruda, pelos textos que me enviou mesmo antes de me conhecer, pois foram imprescindíveis para refletir e estabelecer o objeto de pesquisa desta tese.

Aos amigos de sempre: Estela, Simone, Alexandre e Fabiane, Robson, Adriane e Marcos, Marilene Donadel, Luiz, Lucir, Marcos Arraes, Susane, Elsiane, Fábio e Fabíola, Ester, Kelly, Sandra Brazil e Velentin, Yonissa e Jefferson, Bernardo, Daniel, Rodrigo, Kassiano, Elton e tantos outros... Por sempre me fazerem perceber o que realmente importa nesta vida.

A todas as atendedoras das bibliotecas e arquivos visitados, pela gentileza, competência e cordialidade. Agradeço especialmente: Josefina Palazzo Ayres (Biblioteca Pública do Paraná), Thais Fernanda G. Teller (Casa da Memória de Curitiba), Livia Maria Nogas (Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná), Roseli Pereira Lima (Arquivo Público do Paraná) e Andreia Lecim Bueno (Biblioteca Tecnológica do LACTEC).

Aos colegas argentinos que disponibilizaram por email fontes preciosas para o segundo capítulo: Paola Melgarejo, Perla Zusman, Pablo Vommaro, Mariana Eguia, Pedro Navarro Floria.

Aos colegas Antonio, Alexandre, Deusa, Paulo e Raquel que ingressaram comigo no doutorado da UFSC em 2007.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/*Campus* de Toledo pela concessão de afastamento integral com remuneração.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC por tornar possível a realização desta pesquisa.

*Nunca somos verdadeiros historiadores;
Somos sempre um pouco poetas, e nossa emoção
talvez não expresse mais que a poesia perdida.*

Gaston Bachelard

RESUMO

Esta tese discute como as várias mudanças nas práticas discursivas constituíram diferentes representações sobre o rio Iguaçu e legitimaram ações de interferência humana neste espaço hídrico ao longo da história do Paraná (da emancipação em 1853 ao primeiro estudo considerado técnico-científico sobre o Iguaçu em 1969). Na análise das fontes foram escolhidas três vertentes discursivas: a do rio navegação, a do rio das Cataratas e a do rio das hidrelétricas. O principal objetivo desta tese é o de perceber como a relação entre discurso e representação desencadeou relações (culturais, políticas, sociais e econômicas) que legitimaram práticas incisivas sobre as formas de apropriação do rio Iguaçu no estado do Paraná. As fontes utilizadas foram: os relatórios de Presidentes da Província (1853-1889) e Secretários e Presidentes do estado do Paraná (1890-1960), relatos de viagem e de expedições, imagens (satélite, mapas, plantas, obras de arte, cartões postais, fotografias) e relatórios técnicos referentes ao planejamento das construções de hidrelétricas. Através destas fontes, podemos historiar sobre o rio, “seu” território, “suas” gentes, “suas” cidades. Concluímos que a história deste rio se mistura a própria história do Paraná, entendido aqui como um complexo objeto onde se emaranham governantes, população e meio ambiente.

Palavras-chave: Rio Iguaçu, Representações sociais, Navegação, Hidrelétricas, História, Cataratas do Iguaçu, Paisagem, Meio Ambiente.

ABSTRACT

This thesis discusses how the various changes in the discursive practices constitute different representations of the Iguazu River and legitimized the actions of human interference in this water space throughout the history of Paraná State, Brazil (the emancipation in 1853 to the first study considered technical-scientific about Iguazu River in 1969). In the analysis of the sources were chosen three discursive strands: the navigation of the river, the river the falls and the river of the dams. The main objective of this thesis is to understand how the relations between discourse and representation triggered relations (cultural, political, social and economic) that legitimized practices incisive about the forms of appropriation of the Iguazu River in the Paraná State. The sources used were: reports of the Presidents of the Province (1853-1889) and Presidents and Secretaries of the Paraná State (1890-1960), and travel accounts, images (satellite, maps, plans, artwork, cards postcards, photos) and technical reports related to the planning of the constructions of dams. Through these sources, we chronicle the river, "his" territory, "their" people and "their" cities. We conclude that the history of the river mixes with the history of Parana, understood as a complex object where intertwine government, population and environment.

Keywords: Iguazu River, Social Representation, Navigation, Dams, History, Iguazu Falls, Landscape, Environment.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ	10
FIGURA 02. LOCALIZAÇÃO DO SALTO CAIACANGA, RIO IGUAÇU, PARANÁ	25
FIGURA 03. FLORESTA MARGINAL AO RIO IGUAÇU	61
FIGURA 04. CROQUI DE UNIÃO DA VITÓRIA NOS ANOS DE 1860-1876	66
FIGURA 05. “PAIZAGEM DO AQUIDAUANA”	85
FIGURA 06: VAPOR CRUZEIRO	95
FIGURA 07. PARTE DO PERCURSO DO RIO IGUAÇU EM 22 NOV. 2004	110
FIGURA 08. “ILHA TAUNAY” EM 06 SET. 2005	114
FIGURA 09. VISTA AÉREA DAS CATARATAS DO IGUAÇU	133
FIGURA 10. RIO IGUAÇU ENTRE AS CATARATAS E SUA FOZ	145
FIGURA 11. CASCADA DEL IGUAZU	153
FIGURA 12. CATARATAS DEL IGUAZU	154
FIGURA 13. Y-GUAZÚ	155
FIGURA 14. CATARATAS DEL IGUAZU	156
FIGURA 15. LOS SALTOS DEL IGUAZU	158
FIGURA 16. PLANTA DOS GRANDES SALTOS DO IGUAZÚ [...]	166
FIGURA 17. PLANTA DOS SALTOS DE SANTA MARIA DO IGUAÇU NA DÉCADA DE 1880	168
FIGURA 18. “MAPPA DO ESTADO DO PARANÁ DE 1919” (DETALHE)	168
FIGURA 19. CARTÃO POSTAL DAS CATARATAS DE 1904	180
FIGURA 20. CARTÃO POSTAL DAS CATARATAS DE 1904	181
FIGURA 21. PLANTA GERAL DO “ <i>PARQUE-RESERVA DEL IGUAZÚ</i> ”	188
FIGURA 22. BARRA DO RIO IGUAÇU NO RIO PARANÁ	209
FIGURA 23. DESTRUIÇÃO FLORESTAL ÀS MARGENS DO RIO PARANÁ.....	218
FIGURA 24. PANORAMA DOS “SALTOS DO IGUAZÚ OU SANTA MARIA”.....	222
FIGURA 25. SALTO FLORIANO	228
FIGURA 26. VISTA PARCIAL DOS GRANDES SALTOS DO IGUAZÚ	229
FIGURA 27. SETORES DE UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARANÁ	267
FIGURA 28. PLANO HIDRO-ELÉTRICO PARANAENSE MOYSÉS LUPION	270
FIGURA 29. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DO SALTO CAIACANGA.....	273

FIGURA 30. SALTO CAIACANGA.....	275
FIGURA 31. DETALHE DA CALHA PRINCIPAL DO SALTO CAIACANGA.....	275
FIGURA 32. LIMITES DA ÁREA DO PROJETO DA USINA CAIACANGA (DETALHE)	280
FIGURA 33. SALTO CAIACANGA.....	281
FIGURA 34. INÍCIO DAS CONSTRUÇÕES DA USINA DE CAIACANGA ...	282
FIGURA 35. BARRAGEM E CANAL DA ANTIGA UHE CAIACANGA.....	285
FIGURA 36. “RUÍNAS” DA UHE CAIACANGA.....	286
FIGURA 37. SALTO GRANDE DO IGUAÇU NA DÉCADA DE 1950.....	288
FIGURA 38. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DO SALTO GRANDE DO IGUAÇU	289
FIGURA 39. PERSPECTIVA GERAL DA HIDRELÉTRICA SALTO GRANDE (DETALHE)	298
FIGURA 40. MAPA DO SISTEMA ELÉTRICO DO PARANÁ EM 1969	299
FIGURA 41. BACIAS DOS RIOS IGUAÇU E URUGUAI	308
FIGURA 42. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO IGUAÇU.....	320
FIGURA 43. PROJEÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE SALTO SANTIAGO.....	323
FIGURA 44. USINA HIDRELÉTRICA SALTO SANTIAGO.....	324
FIGURA 45: PROJEÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE SALTO OSÓRIO	327
FIGURA 46. ÚLTIMA PROJEÇÃO UHE SALTO OSÓRIO	328
FIGURA 47. USINA HIDRELÉTRICA SALTO OSÓRIO	328
FIGURA 48. PROJEÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE SEGREDO	329
FIGURA 49. USINAS DE SEGREDO E FOZ DO JORDÃO	330
FIGURA 50. USINA NEY BRAGA (ANTES DENOMINADA SEGREDO) ...	332
FIGURA 51. LEVANTAMENTO DAS HIDRELÉTRICAS NO RIO IGUAÇU	336

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01. ESPÉCIES DE ÁRVORES CITADAS POR TAUNAY EM 1886	100
QUADRO 02. DENOMINAÇÃO DOS “SALTOS DE SANTA MARIA DO IGUASSÚ”	164-165
QUADRO 03. QUEDAS DO SALTO SANTIAGO – RIO IGUAÇU.....	325
QUADRO 04. HIDRELÉTRICAS NO RIO IGUAÇU (1967-1999)	333-334

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1
CAPÍTULO 1- NAVEGAÇÃO E PAISAGEM: O RIO IGUAÇU E A PROVÍNCIA DO PARANÁ (1853-1886)	21
1.1 - OS ENGENHEIROS KELLER E A “GRANDE EXPEDIÇÃO” DE 1866	40
1.1.1 - JOSÉ E FRANCISCO KELLER E SUAS EXPEDIÇÕES NO CONTEXTO DOS CONFLITOS ENTRE BRASIL E PARAGUAI (1865-1870).....	45
1.1.2 - O RIO IGUAÇU EM DIÁRIO: OS KELLER E A DOCUMENTAÇÃO DA VIAGEM	53
1.1.3 - OS KELLER E A CONSTRUÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS AO LONGO DO RIO IGUAÇU	58
1.1.4 - MODOS DE VIDA E SIGNIFICADOS DO RIO IGUAÇU AOS RIBEIRINHOS EM 1866.....	63
1.1.5 - HÁBITOS E SUBSISTÊNCIA ECONÔMICA DOS RIBEIRINHOS NA DÉCADA DE 1860.....	67
1.1.6 - FORMAS, RELAÇÕES E CULTURA DE TRABALHO ENTRE RIBEIRINHOS, TROPAS E NAVEGADORES.....	69
1.1.7 - RELAÇÕES DE CONFLITO E CAMARADAGEM ENTRE INDÍGENAS E “BRANCOS”	75
1.1.8 - OS KELLER E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DO RIO IGUAÇU	80
1.2 - VIAGENS AO RIO IGUAÇU PELO VISCONDE DE TAUNAY	82
1.2.1 - ALFREDO D’ESCRAIGNOLLE TAUNAY: PARA UMA BREVE BIOGRAFIA	82
1.2.2 - “VIAGEM PRESIDENCIAL AO RIO IGUAÇU”: A CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO	89
1.2.3 - A CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS E A DENOMINAÇÃO DOS LUGARES	92
1.2.4 - PEIXES, AVES, MAMÍFEROS E “GENTES” DO RIO IGUAÇU.....	106
1.2.5 - A POVOAÇÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA ENTRE O RIO, O PINHEIRAL E A MATARIA.....	124

CAPÍTULO 2 - O RIO IGUAÇU E O “ESPETÁCULO” DAS CATARATAS.....	133
2.1 A - VIAGEM DE JOSÉ CÂNDIDO MURICY EM 1892	137
2.2 - DOMINGOS NASCIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA “FRONTEIRA” OESTE	169
2.3 - MANOEL AZEVEDO SILVEIRA NETTO: CATARATAS, RECURSOS FLORESTAIS E REGIÃO	197
2.3.1 - O INÍCIO NA COLÔNIA.....	204
2.3.2 - UMA REGIÃO ESTRANGEIRA NO BRASIL: RIOS E EXPLORAÇÃO NO OESTE DO PR	209
2.3.3 - DEVASTAÇÃO FLORESTAL E RACIONALIDADE NOS USOS DA COBERTURA VEGETAL DA REGIÃO	215
2.3.4 - A VIAGEM ÀS CATARATAS.....	219
CAPÍTULO 3 - IGUAÇU: UM RIO DE HIDRELÉTRICAS.....	231
3.1 - A ENERGIA ELÉTRICA NO PARANÁ E OS PRIMEIROS ESTUDOS DE VIABILIDADE ENERGÉTICA NO RIO IGUAÇU (1891-1913)	232
3.2 - A POLÍTICA ENERGÉTICA DO PARANÁ ANTES DO CÓDIGO DAS ÁGUAS	250
3.3 - O CÓDIGO DAS ÁGUAS E O INÍCIO DA “(R)EVOLUÇÃO” ENERGÉTICA NO BRASIL	259
3.4 - O DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO PARANÁ E O “PLANO HIDRO-ELÉTRICO PARANAENSE”	263
3.5 - AS HIDRELÉTRICAS CAIACANGA E SALTO GRANDE DO IGUAÇU: ESTUDOS, CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÕES	271
3.5.1 - CAIACANGA.....	271
3.5.2 - SALTO GRANDE DO IGUAÇU.....	287
3.6 - O RIO IGUAÇU E O POWER STUDY OF SOUTH BRAZIL (1967-1969)	300
3.6.1 - A CANAMBRA E A “RACIONALIDADE” NO SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO	301
3.6.2 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DO SUL DO BRASIL: A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO <i>POWER STUDY OF SOUTH BRAZIL</i>	304

3.6.3 - A DESCRIÇÃO “CIENTÍFICA” DAS PAISAGENS DO RIO IGUAÇU E SUA BACIA HIDROGRÁFICA.....	311
3.6.4 - PROJEÇÕES, ESTUDOS E VIABILIDADE DAS HIDRELÉTRICAS NO RIO IGUAÇU	318
a. PROJETO “SALTO SANTIAGO”	322
b. PROJETO “SALTO OSÓRIO”	326
c. PROJETO “SEGREDO”	328
3.7 - OS RESULTADOS DO POWER STUDY OF SOUTH BRAZIL NO RIO IGUAÇU	334
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	339
FONTES	345
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	359

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

... SOBRE O PROBLEMA

O rio Iguaçu é, principalmente para os paranaenses, um espaço de múltiplas representações. Minhas relações com este rio, por exemplo, se iniciaram quando eu ainda era um “piá” cheio de curiosidades. Ao ver pela primeira vez aquele “baita” rio, eu não sosseguei até que meu pai me deixasse molhar as mãos naquelas águas. Isso aconteceu em fins da década de 1970 e é a primeira “imagem” que trago do Iguaçu. Morávamos numa cidadezinha do oeste do Paraná e para visitar meus avós paternos que moravam no Oeste de Santa Catarina precisávamos atravessar o rio Iguaçu embarcados numa balsa (entre Capitão Leônidas Marques e Capanema). O que hoje represento através destas memórias nada mais é do que um anseio em entender os motivos pelos quais escolhi esse tema para minha Tese. É óbvio que eu não pensava nisso ao molhar uma das minhas mãos, mas é certo que, de alguma forma, aquela imensidão de água exerceu em mim um fascínio naquele momento e em todas as vezes que mantive algum contato com este rio.

Juntam-se às lembranças da minha infância, as vezes que acampeei em suas margens para pescar e me divertir, a primeira vez que visitei as Cataratas do Iguaçu e também os sentimentos ao ver, já não mais criança, as conseqüências de uma barragem de hidrelétrica. Em vez do rio largo e ligeiro, a imagem do grande reservatório com águas calmas e profundas não me passou despercebida. Desta forma, não há como negar que estes sentimentos que me ligam ao rio constituíram o desejo das minhas pesquisas neste longo processo de formação intelectual na área de História. Certamente, como historiador é que poderia lançar alguns fochos de luz sobre as formas pelas quais se construíram, ao longo do tempo, essas relações tão profundas entre o rio Iguaçu e os moradores e governantes do estado do Paraná.

De certa forma, iniciei essas pesquisas no meu mestrado onde o trabalho passou a ser feito a “quatro mãos”, com a contribuição incansável do meu orientador Marcos Fábio Freire Montysuma. Nesta primeira incursão às discussões sobre o rio Iguaçu, buscamos entender e constituir historicamente as diversas relações ocorridas durante a implantação da UHE Salto Caxias, uma das várias hidrelétricas construídas ao longo do rio Iguaçu. Naquela pesquisa, priorizamos o estudo das formas de apropriação do Estado ao espaço hídrico e das relações que emergiram entre os atingidos. Na época, já procurávamos

entender como se legitimavam as práticas incisivas sobre o rio e as conseqüências destas no viver dos habitantes de lugares destinados à construção de usinas.¹ Foi ali que começamos a perceber que muitos significados foram se constituindo ao longo do tempo sobre o rio Iguaçu, significados estes que emergiam no decorrer de vários discursos que buscavam construir o rio, ora como recurso hidrelétrico, ora como paisagens que construía identidades para o Paraná, principalmente o cenário das cataratas.

Essas várias formas de construir, descrever, delimitar, estudar e compreender as características do rio Iguaçu, no discurso, instigou-nos a pesquisar, no doutorado, a historicidade destas mudanças discursivas. Entre as várias questões que levantamos no início desta pesquisa, as que nos levaram aos primeiros passos foram, justamente, aquelas voltadas aos diversos tipos de discursos sobre o rio Iguaçu e como estes foram se modificando ao longo do tempo no Paraná. Nesta busca pelas mudanças discursivas fomos mapeando as fontes e construimos as três vertentes escolhidas para a pesquisa: a do rio navegação, a do rio das cataratas e a do rio das hidrelétricas. Nestas três interfaces, acreditamos ser possível uma escrita histórica deste rio e hoje, depois de muito pensar sobre o objeto e suas relações com as fontes, podemos afirmar a problemática desta Tese: Como as várias mudanças nas práticas discursivas constituíram diferentes representações sobre o rio Iguaçu e legitimaram ações de interferência humana neste espaço hídrico ao longo da história do Paraná (da emancipação em 1853 ao primeiro estudo considerado técnico-científico sobre o rio em 1969).

Por ser um problema muito abrangente foi extremamente difícil estabelecer as formas de discorrer sobre ele, principalmente, por se tratar de um objeto tido como natural, um rio, e por ser necessário um recorte muito preciso nos tipos de fontes a serem utilizadas. Neste sentido, procuramos aquelas que nos fornecessem o que mais precisávamos, os discursos sobre este rio e como, nestas fontes, se constituíram as representações que sugeriam as práticas de apropriação. Escolhemos documentos que, ao longo do recorte temporal proposto, continham, de alguma forma, relação com a construção discursiva sobre o rio, tais como: mensagens governamentais, narrativas de viagem, relatórios de expedições, documentos imagéticos e relatórios de estudos técnico-científicos sobre o rio Iguaçu. Em todas estas fontes, as análises se

¹ Cf. KARPINSKI, Cezar. *Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades na implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001)*. 142 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PHST0286.pdf>>. Acesso: 12 jan. 2011.

voltaram às formas pelas quais o discurso apresentava ou representava o Iguaçu, e isto possibilitou também a escrita de uma história sobre as diversas relações sociais estabelecidas no interior desse processo de discursos – representações – apropriações no qual foi alvo este agente natural denominado por rio Iguaçu.

... SOBRE OS OBJETIVOS

O principal objetivo desta tese é o de perceber como a relação entre discurso e representação desencadeou relações (culturais, políticas, sociais e econômicas) que legitimaram práticas incisivas sobre as formas de apropriação do rio Iguaçu no Paraná. Perceberemos ao longo dos três capítulos desta tese, que os discursos dos viajantes e governantes, anunciaram riquezas, construíram paisagens e criaram necessidades e desejos de domínio sobre este rio que, em muitos momentos, foi identificado como o rio do Paraná. As mudanças na constituição discursiva em torno do rio Iguaçu legitimaram as práticas de exploração deste espaço hídrico. Desde a navegação no rio Iguaçu em meados do Século XIX, passando pelo papel do Iguaçu na questão de limites entre Brasil e Argentina na constituição da paisagem das Cataratas (início do Século XX), até as discussões para a instalação das hidrelétricas iniciados ainda na primeira década do Século XX e reafirmado com os estudos “técnico-científicos” da década de 1960, o rio Iguaçu e toda a região banhada por ele, foram constituídos por discursos que visavam sua exploração, e é isto que procuramos discutir.

Deste primeiro objetivo surgiu a necessidade de estabelecer um segundo, talvez até mais importante, que é o de demonstrar e interpretar que as transformações ambientais ocorridas no rio Iguaçu não emergiram como fruto apenas de aspirações contemporâneas, principalmente após a década de 1980, que marcou a intensificação das construções de hidrelétricas e das mudanças irreversíveis pelas quais passou o leito do rio. Como veremos durante a tese, as mudanças que percebemos hoje, emergiram já nos primeiros momentos da emancipação do Paraná em 1853. Assim, pesquisar o período de 1853-1969 contribuiu muito para a compreensão de que todas as transformações ambientais visíveis atualmente fazem parte de um longo processo legitimado por inúmeras representações construídas a mais de um século pelos discursos de políticos, viajantes e engenheiros.

Acreditamos que discutir estes objetivos dentro da problemática estabelecida, contribui para uma história das relações de apropriação e domínio dos bens naturais para os fins de crescimento e

desenvolvimento econômico no Paraná. As formas de dominação sobre o rio Iguaçu, especificamente, deslindam a historicidade do próprio rio que se construiu, primeiramente, de forma discursiva. Entendemos que a história dos rios pode emergir através da análise e discussão dos processos de observação, reflexão, narrativa e descrição que fundamentam as práticas discursivas sobre determinado rio. Este arcabouço discursivo, por sua vez, acaba construindo várias representações ora voltadas às paisagens/beleza, ora a recursos/aproveitamento/desenvolvimento. Neste sentido, a junção que fizemos de vários tipos de narrativas sobre o rio Iguaçu possibilita a compreensão de como se formaram esses discursos e em quais perspectivas se apoiaram os vários autores dos documentos pesquisados. As diferentes formas de escrever demonstram os diferentes tipos de “olhar”, aqui entendido não apenas como o sentido da visão, mas também como um processo de reflexão, de sentimentos, de projetos, de anseios, de um mundo que se vislumbrava ante as características visualizadas e descritas em cada parte do território percorrido pelo Iguaçu.

Levantar, entender e discutir essas diversas formas de olhar para o rio pode auxiliar também na compreensão desse processo histórico que envolve ser humano e natureza. Em vários momentos encontramos nas fontes situações paradoxais nesta relação entre homem/cultura/civilização e rio/natureza/selvageria. Nas narrativas emergem discursos dicotômicos entre, de um lado, admiração da natureza bela e selvagem e, de outro, a vida cruel que ela impunha àqueles que viviam sob seus domínios. Desta forma, entendemos que foram se legitimando os discursos que priorizavam o domínio humano sobre o rio Iguaçu, pois dominar o rio simbolizava, antes de tudo, conquistar a natureza pela cultura.

Além disso, é certo também que buscamos estabelecer ligações entre formas de apropriação e suas conseqüências nos processos sociais advindos destas relações entre humanos e rio. Muitas vivências foram instituídas e modificadas neste contexto histórico de práticas sociais entre paranaenses e rio Iguaçu e que, conseqüentemente, afetam/ram aqueles que, direta ou indiretamente, se relacionam/avam com este espaço ribeirinho. Aí se encontra nossa postura política por também entender que toda e qualquer prática que modifique determinado ambiente deve ser pensada e estruturada de acordo com critérios que não busque o privilégio de alguns. Neste sentido, discutir as mudanças que se deram primeiramente no discurso, legitimando práticas incisivas na região estudada, pode contribuir para uma discussão acerca das formas

de domínio e de poder que se estabelecem nos discursos sobre os recursos naturais, que muitas vezes não levam em conta a vida daqueles que fazem parte deste ambiente, tais como indígenas e ribeirinhos.

Embora não discutamos especificamente esse assunto, entendemos que analisar as mudanças no discurso e os fatores que constituíram essas mudanças, pode contribuir para a compreensão de algumas construções culturais acerca da natureza que, secularmente, desprezaram populações, costumes e viveres locais. A construção, no discurso, de representações que ligavam a natureza à riqueza, beleza e recursos acabou por legitimar, ao longo do tempo no Paraná, inúmeras práticas de domínio, exploração, segregação social e, até mesmo, extermínio de populações, espécies da fauna e flora, e muitas paisagens na região banhada pelo Iguaçu.

No entanto, não foi fácil sustentar, no cotidiano da pesquisa, um objeto de estudo tido como natural. Embora haja considerável produção historiográfica a partir desta temática e que muito nos inspiraram, foi muito difícil estabelecer um rumo para a pesquisa partindo do pressuposto de que se está escrevendo uma tese a partir de fragmentos que historicam relações com um rio. Na verdade, por mais que se defina como objeto um rio, é a ação humana que forma todo o material para o estudo. Então, até que ponto pode se afirmar que se escreve história dos rios? Esta indagação sempre “martelou” nossos questionamentos sobre o objeto próprio desta pesquisa. Porém, por mais que esta pergunta perdure até hoje, mesmo depois de toda a pesquisa, não há como negar a inevitabilidade de utilizar o rio como um agente histórico devido, principalmente, as várias ações políticas, sociais, culturais e econômicas que buscaram no rio Iguaçu, por exemplo, o fundamento para uma prática constante de formação discursiva. E é por este motivo que procurei conduzir toda a pesquisa pautada nas mudanças e continuidades de relações que se estabeleceram a partir das interfaces entre “rio”, “discurso” e “representações”.

... SOBRE O REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Especificamente sobre a história dos rios existe já uma densa bibliografia que demonstra a pertinência destes objetos na compreensão dessas relações sociais que sempre mantivemos com os espaços hídricos. Vários autores nos mostram como a água e seus espaços constituíram imagens que povoam nossas memórias, poesias, sonhos e devaneios. No início destas considerações procurei inserir, simples e

brevemente, minhas memórias sobre o Iguazu e percebi, no momento mesmo da reflexão para a escrita, quanto sentido e significado as águas deste rio inserem em alguns fatos de minha própria história. Para essas reflexões e várias outras suscitadas no interior da tese, foi muito inspiradora a obra *As águas e os sonhos* de Gaston Bachelard. Para este autor, água e fascínio estão intimamente ligados nas imagens que os seres humanos constroem para si mesmo, sejam de pureza, de memórias, de paisagens poetizadas ou pintadas. Bachelard chega a afirmar que as águas possuem vozes numa linguagem poética marcada por construções imagéticas advindas das imagens de rios e regatos que “sonorizam com estranha fidelidade as paisagens mudas, que as águas ruidosas ensinam os pássaros e os homens a cantar, a falar, a repetir, e que há, em suma, uma continuidade entre a palavra da água e a palavra humana”.²

Neste sentido, muitos autores discutiram a inserção desse fascínio nas narrativas sobre rios e espaços hídricos. Todas as obras sobre o Reno, por exemplo, demonstram ou demonstraram como, em cada época, esse rio foi representado nas poesias, pinturas e tratados econômicos e geográficos europeus. Em nenhuma dessas obras estão ocultos os sentimentos que ligam alemães e franceses ao Reno, um rio tão repleto de histórias. De *Le Rhin: lettres à un ami* de Vitor Hugo (1845) a *Le Rhin, problèmes d'histoire et d'économie* de Demangeon & Febvre (1935), o Reno, seus mitos, suas batalhas e sua importância na história da Europa foram narrados, problematizados e discutidos em obras que inserem na disciplina histórica a importância de se perceber que os rios têm história, assim como as guerras, as navegações, as revoluções e outros fatores designados como eventos ou acontecimentos históricos.³ Poderíamos avançar no tempo e ir até os egípcios e os gregos e suas construções culturais e bibliográficas acerca do Nilo. Através de Simon Schama pode-se perceber como os rios sempre foram representados pela civilização ocidental através das seculares construções de paisagens e interpretação dos mitos.⁴

Na historiografia brasileira, várias obras serviram de inspiração para esta tese, dentre as muitas existentes sobre rios e suas relações com a história do Brasil. Entre as que mais contribuíram na escrita desta

² BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.17.

³ Cf. HUGO, Victor. *Le Rhin: lettres à un ami par Victor Hugo*. Paris : J. Renouard, 1845, 4 tomes en 2 vol.; e DEMANGEON, Albert; FEBVRE, Lucien. *Le Rhin, problèmes d'histoire et d'économie*, Paris: libr. Armand Colin, 103, boulevard Saint-Michel, 1935.

⁴ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.249-383.

pesquisa estão *Monções* de Sérgio Buarque de Holanda, *Os historiadores e os rios* de Victor Leonardi e *Rios e governos no Estado do Paraná* de Gilmar Arruda. Na clássica obra de Holanda, os rios aparecem como espaços de possibilidades para locomoção, para ligação entre os centros governamentais e o chamado “sertão brasileiro”. Para Holanda, os rios tornaram-se “caminhos” e suas pesquisas sobre as viagens que tentavam percorrê-los atualizaram os significados dos rios para a história da colonização do interior do Brasil nos Séculos XVII e XVIII. Principalmente para o primeiro capítulo, *Monções* foi uma obra imprescindível para discutir as representações seculares sobre rios e navegação.⁵

Em Leonardi percebe-se o papel social dos rios na história da dominação da natureza. *Os historiadores e os rios* é, sem dúvida, uma das obras mais densas sobre o desencadeamento político e social advindo das práticas de exploração dos recursos hídricos e dos povos ribeirinhos. Através dessa obra extremamente crítica de Leonardi, percebemos o quanto os discursos voltados ao crescimento e progresso econômicos construíram formas de dominação a partir dos recursos naturais dos rios. Percebemos ainda, que do objeto temático “rio” poderia se construir uma série de problemas historiográficos de uma região, estado ou país. De certa forma, Leonardi faz isso, pois não é especificamente sobre o rio que ele pesquisa, mas sobre as diversas formas de conquista que podem ser levantadas a partir deste objeto.⁶ Especificamente em nossa tese, as reflexões de Leonardi sobre “progresso” e “crescimento” permeiam, ainda que superficialmente, a tecedura de algumas discussões e a costura entre os discursos sobre o progresso e as apropriações deste nas representações sobre o rio Iguaçu.

Já a Arruda, devemos muitas das indagações levantadas no início desta pesquisa. Tal autor há alguns anos vem pesquisando as relações entre o governo do Paraná e os rios paranaenses. Para ele, os rios paranaenses ocuparam, no espaço histórico do século XVIII aos dias atuais, importantes papéis nas relações que os homens estabeleceram com a natureza e as diversas relações entre governo e rios constituem-se em possibilidades de pesquisa no campo da história.⁷

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa de Estudante do Brasil, 1945.

⁶ LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

⁷ ARRUDA, Gilmar. O governo estadual e os rios paranaenses: da ocupação do território a produção de energia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL AMERICANA. 2. Havana. 2004. *Anais Eletrônicos do II Simposio Internacional de Historia*

Ao estabelecer estas relações históricas entre governantes paranaenses e os rios do Paraná, Arruda elenca uma série de possibilidades de utilização de fontes e metodologia que contribuíram de forma significativa nas discussões propostas nesta tese e até mesmo nortearam alguns pontos da pesquisa. Contudo, Arruda pesquisa os rios paranaenses como um todo, num trabalho que abrange principalmente os rios do norte do estado do Paraná. Ainda que apresente alguns discursos voltados ao rio Iguaçu em um de seus artigos,⁸ suas indagações sobre este rio emergem dentro de objetivos distintos dos que estabelecemos para esta pesquisa e é aí que acreditamos constar várias distinções entre as discussões de Arruda e as desta tese.

Por fim, a leitura de bibliografia que adquiriu um caráter de fontes documentais para a pesquisa foram as que mais nos indicaram caminhos e sugestões úteis a prosseguir neste trabalho. Neste sentido, além das que foram analisadas no interior da tese, as obras *A instalação humana no vale do Iguaçu* de Alvir Riesemberg (1973) e *Álbum comemorativo do cinquentenário da navegação do Iguaçu e seus afluentes* de Aziz Mansur (1932) enriqueceram as interpretações sobre os sentimentos construídos entre o estado do Paraná e o rio Iguaçu. O livro organizado por Mansur forneceu várias fontes imagéticas sobre a navegação e o cruzamento de várias afirmações constantes dos relatórios de presidente de província com as sociabilidades nas cidades por onde os barcos a vapor passavam.⁹ Já em Riesemberg, encontramos a mais detalhada caracterização do rio Iguaçu, como localização geográfica e sua influência na ocupação humana dos vales denominados do alto e do médio Iguaçu.¹⁰ Além disso, este autor destaca a presença dos viajantes e expedicionários que procuraram conhecer o Iguaçu ainda no século XIX o que, de certa forma, nossas fontes indicavam. Com isto, foi possível realizar o cruzamento de fontes estabelecendo análises das formas de apropriação que os discursos legitimaram no decorrer do recorte temporal selecionado para a pesquisa.

... SOBRE O OBJETO DA PESQUISA

Ambiental Americana: "Hacia una historia ambiental de América Latina y el Caribe". Havana: UNESCO, 2004. 1 CD-ROM.

⁸ Idem. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, "força hidráulica" e a era das barragens (1853-1940). *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p.153-175, jun. 2008.

⁹ MANSUR, Aziz. *Álbum comemorativo do cinquentenário da navegação do Iguaçu e seus afluentes*. Curitiba: Impressora Gráfica Paranaense, 1932

¹⁰ RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguaçu*. [S.l. s.n.], 1973.

É de Riesemberg a mais bela descrição geográfica do rio Iguaçu, da qual extraímos somente seu início para “descrever” nosso “objeto” de pesquisa.

As águas que vertem dos contrafortes ocidentais da cordilheira do Mar para o primeiro planalto paranaense, assim como as que brotam das canhadas que amolgam aquele antiplano, confluindo sucessivamente, desenham na paisagem curitibana uma ramagem farta e alegre de regatos. O rio Iguaçu nasce daquele ramusculejamento claro e buliçoso. O rio Iraí, pela direção geral e pelo volume de águas, é considerado o seu formador principal. Na verdade, é nele que se lançam os demais rios: o Piraquara, o Timbu, o Canguiri, o Palmital, o Atuba e o Pequeno. Só depois da confluência deste último nos arredores de Curitiba, é que a caudal recebe o nome de Iguaçu.¹¹

De Curitiba até sua foz no rio Paraná, o rio Iguaçu percorre mais de 1.200 km que atravessam o estado recebendo inúmeros afluentes. Segundo Reinhard Maack, o rio Iguaçu é um rio geologicamente antigo que cruza duas escarpas: a devoniana (no segundo planalto paranaense) e a mesozóica (na Serra da Esperança que forma o terceiro planalto).¹² Para o mesmo autor, todas as características da paisagem do rio Iguaçu ora lento e sinuoso, ora ligeiro e cheio de quedas, se deve às distinções do imenso território que percorre, sendo a sua maior particularidade os saltos que, segundo Maack, eram mais de treze.¹³ Destes, os mais significativos da sua composição são o Caiacanga (desnível de 9 metros); o Salto Grande (desnível de 13 metros); o Salto Santiago (desnível de 40,4 metros); o Salto Osório (desnível de 30 metros); e a grande Catarata do Iguaçu (desnível de 72 metros). Neste caminho de saltos, vales e curvas, o rio Iguaçu recebe inúmeros afluentes que acabam por formar a maior bacia hidrográfica do estado do Paraná, com 57.329 km², sem os afluentes da margem catarinense até União da Vitória. Na Figura 01 pode-se visualizar a bacia hidrográfica do Iguaçu

¹¹ RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguaçu...* Op.cit., p.9.

¹² MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981, p.355.

¹³ *Ibidem*, p.356.

e o caminho que ele faz no estado do Paraná na direção Leste para Oeste.



FIGURA 01. Mapa das Bacias Hidrográficas do estado do Paraná
 FONTE: SUDEHSA (2007)

Há de se levar em conta que as principais características do rio Iguazu apontadas por Maack, são as que existiam antes das construções das barragens que represam suas águas para geração de hidroeletricidade. A cada planalto transposto, vários saltos e corredeiras se formavam impedindo os anseios da navegação e possibilitando o que, na década de 1960, foi descrito como a sua maior riqueza, as quedas que facilitavam a construção de hidrelétricas. O último dos saltos, pouco antes de sua foz, é formado pelo “desabamento” brusco de suas águas num imenso e profundo abismo que separa o segundo e o terceiro planalto paranaense, o que forma uma das mais espetaculares cataratas do mundo. As cataratas do rio Iguazu são símbolo de sua singularidade no planeta e foram consideradas um Patrimônio Natural da Humanidade em 1984. Logo depois das cataratas, o rio Iguazu entrega-se totalmente ao rio Paraná onde constrói com este uma intrincada fronteira internacional que divide Brasil, Paraguai e Argentina.

... SOBRE AS FONTES E A METODOLOGIA

Para compreendermos as formas discursivas pelas quais esse rio paranaense se constitui, utilizamos inúmeras fontes, tais como: relatórios de Presidentes da Província (1853-1889) e do estado do Paraná (1890-1960), relatos de viagem e de expedições, imagens (satélite, mapas, plantas, obras de arte, cartões postais, fotografias) e relatórios técnicos referentes ao planejamento das construções de hidrelétricas. Através destas fontes, procuramos entender como se constituíram discursos e representações sobre o rio, “seu” território, “suas” gentes, “suas” cidades, enfim, sobre tudo o que se encontrava nos caminhos por onde o Iguazu “serpenteava”. Apesar de serem muitos documentos e de cada um deles merecer uma metodologia específica, não nos ativemos às suas especificidades metodológicas a fim de estabelecer um *corpus* documental que, embora múltiplo, possibilitasse uma interpretação comum. Assim, as discussões foram se entrelaçando e possibilitando algumas amarras “aqui”, outras “acolá” na utilização de todas essas fontes. Há, contudo, uma seqüência temporal e temática que procuramos estabelecer em cada uma das três interfaces que constituem a tese, o que ficará claro logo mais, na apresentação da estrutura dos capítulos.

Para nos aventurarmos nessa multiplicidade de fontes recorremos a vários autores procurando estabelecer para este trabalho um “norte” metodológico na utilização de cada tipo de fonte. Essas leituras nos apontaram alguns caminhos, algumas encruzilhadas, vantagens e desvantagens, o que nos possibilitou lançar um olhar mais atento ao tipo de documento e a forma como ele foi construído. No entanto, no decorrer da pesquisa, por conta de suas especificidades, construímos uma narrativa histórica a partir daquilo que as fontes nos traziam. Mesmo que, às vezes, um tanto descritiva e repetitiva, mas com a fidelidade que acreditamos merecer cada tipo de fonte, principalmente as do Século XIX devido às construções pessoais e subjetivas que delas emergem. Talvez aí resida um dos vários problemas desta tese, a dificuldade de fazer uma leitura crítica das fontes quando se procura deslindar formas discursivas na constituição de representações de objetos de pesquisa do chamado “mundo natural. Acreditamos que Simon Schama tenha feito isso com maestria, pois em seu livro *Paisagem e memória* conseguiu estabelecer e fundamentar as afirmações que ligam as duas categorias que formaram o título da obra, através de uma multiplicidade de fontes. Este livro, que também não estabelece um “norte metodológico” específico no trato com as fontes, nos possibilitou

e nos inspirou a “aventura” de discorrer sobre o rio Iguazu, seus discursos e representações em um vasto e múltiplo *corpus* documental.

Contudo, precisamos, pelo menos, discorrer sobre as formas pelas quais chegamos a cada tipo de fonte e como procedemos nas análises e escolha daquilo que entraria nesta tese. Neste sentido, todos os relatórios de presidente de província (1853-1889) foram lidos, dos quais separamos aqueles que, de alguma forma, citavam, discutiam ou inseriam o rio Iguazu em sua redação. Estes documentos se tornaram indispensáveis para a escrita do primeiro capítulo sobre as expedições e as primeiras formas de navegação no rio Iguazu que, de maneira peculiar, o inseriram no contexto oficial da província. Estes relatórios de presidente de província retratam, de maneira instigante, uma construção discursiva em torno de uma identidade paranaense e é aí que o rio Iguazu emerge como uma figura emblemática por ser um dos únicos rios do país a cortar quase a totalidade de uma província. Por conta dessa peculiaridade, investiu-se num discurso voltado à integração territorial de leste a oeste que poderia ser possibilitada pela navegação neste rio. Além disso, nestes relatórios pode-se encontrar também um discurso que constrói as paisagens paranaenses em torno do rio Iguazu, como na viagem presidencial do Visconde de Taunay em 1886 que descreve com riqueza de detalhes o rio, as florestas, os animais e aqueles que habitavam suas margens no último quartel do século XIX.

Com a mesma metodologia foram analisados também os relatórios dos Presidentes do estado do Paraná (1890-1960) e da Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização (1895-1913). Nestes documentos percebemos as modificações na forma do governo “olhar” para o rio Iguazu, principalmente na construção de um discurso voltado à possibilidade de geração de hidroeletricidade em suas águas. Além disso, tornou-se visível o problema da energia elétrica que passou a ser uma questão de Estado e quais caminhos esse setor econômico percorreu até se tornar um bem, um serviço público. As negociações, as empresas, os contratos, as falhas, os problemas e a construção de um discurso voltado à necessidade energética que acabou por legitimar outras formas de domínio sobre os rios do Paraná, principalmente o Iguazu.

A nossa principal preocupação na análise destas fontes foi a de percebê-las como um trabalho de interpretação dos narradores. Assim, mesmo se tratando de fontes consideradas “oficiais”, há de se levar em conta que a narrativa é sempre fruto de um processo subjetivo que diz mais a respeito de “quem” fala (seus objetivos, sentimentos, interesses) do que a respeito “daquilo” que fala (fatos, acontecimentos,

personagens). Conforme afirmou Liliane Freitag, “as palavras do narrador soam como um exercício de leitura de mundo que é ao mesmo tempo individual e institucional, pois não é somente um sujeito falando, mas também a instituição à qual ele representa”.¹⁴ Sendo assim, foi com este cuidado que analisamos as fontes referentes ao primeiro e segundo capítulo principalmente.

Sobre a emergência dos discursos acerca das hidrelétricas no rio Iguaçu, encontramos um estudo feito na década de 1960 por um consórcio formado por canadenses, estadunidenses e brasileiros, denominado CANAMBRA que fez o primeiro levantamento considerado técnico e científico sobre todo o percurso do rio Iguaçu. Os relatórios deste estudo, onze volumes contendo mais de vinte apêndices, forneceram um detalhamento jamais feito no Iguaçu, instaurando novos enunciados nos discursos sobre o rio Iguaçu. Nestes documentos o rio deveria ser desenvolvido e, “*development*”, neste relatório, quer dizer desenvolvê-lo energeticamente. Para esta pesquisa, utilizamos as análises feitas em apenas cinco volumes, mesmo assim, a parte que nos interessou apresenta discussões densas e linguagem muito específica. É importante ressaltar que esta documentação foi publicada apenas em língua inglesa e que, para nossas discussões, utilizamos uma tradução livre, de nossa autoria. Neste sentido, pelo menos nas citações diretas, inserimos em nota de rodapé o escrito original para conferência.

Uma documentação à parte e que em muito enriqueceu as abordagens desta tese foram os relatos de viajantes. Esta documentação foi responsável por aquilo que, particularmente, mais gostamos de fazer nesta pesquisa. De antemão afirmamos que procuramos tomar as devidas precauções com esse tipo de fonte, constantemente utilizada, criticada e interpretada por alguns historiadores.¹⁵ No entanto, foi impossível não nos envolvermos e não nos apaixonarmos tanto pelas narrativas, quanto pelas discussões que estas possibilitaram no decorrer

¹⁴ FREITAG, Liliane da Costa. Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v.12, n.2, p.191-224, inverno de 1997, p.220. Disponível em: <[http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=374&path\[\]=259](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=374&path[]=259)>. Acesso: 22 nov.2010

¹⁵ Para as discussões sobre a utilização dos relatos de viajantes com fonte nos baseamos em: PIERINI, Margarita. La mirada y el discurso: la literatura de viajes. In: PIZZARO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial, 1993, v.2. Emancipação do discurso, p.168-183; BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Odebrecht, 1994, v.3. A construção da paisagem; e NAXARA, Márcia Regina Capelari. O Brasil no inventário do mundo: literatura de viagens. In: _____. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2004, p.138-230.

das análises sobre a construção discursiva em torno das Cataratas do Iguaçu. Desde o primeiro relato publicado no Paraná em meados de 1890 até a narrativa de Manoel Azevedo da Silveira Netto, publicada em 1914, os relatos de viajantes nos inseriram num mundo de “práticas e representações” sobre natureza, rios, política e relações internacionais. Estas narrativas, muitas vezes paradoxais, inserem nos discursos sobre o rio Iguaçu uma série de disputas também por sua paisagem, afinal, os “Saltos de Santa Maria do Iguassú” emergiam como uma das mais belas paisagens naturais do planeta. Nestas fontes, percebemos que as narrativas sobre as cataratas inseriam-se num discurso voltado ao domínio, posse, exploração e ocupação da paisagem, principalmente nas discussões que envolvem os conflitos de divisas e fronteiras entre Brasil e Argentina nas cataratas.

Nessas discussões em torno do que denominamos “disputas por domínio da paisagem” nos deparamos com a existência de obras de arte encomendadas pelo governo argentino que, de alguma forma, representaram as cataratas ainda no Século XIX. A partir de então, passamos a utilizá-las, no segundo capítulo especificamente, como mais um tipo de prática discursiva sobre o rio Iguaçu. Junto a essas imagens de obras de arte, encontramos fotografias, mapas, ilustrações, gravuras e cartões postais que também serviram como fontes. Nesta pesquisa, por mais que não haja uma análise imagética, propriamente dita, as fontes imagéticas foram muito importantes para discutirmos principalmente o papel da paisagem na construção discursiva em torno das representações sobre o rio Iguaçu. Entendemos que imagem é discurso¹⁶ e por isso acreditamos na sua contribuição para com as discussões propostas nesta tese.

Por fim, ainda sobre as formas de utilização das fontes, é preciso informar que foi preservada, nesta tese, a forma original da escrita dos documentos e fontes por entendermos que a própria ortografia possui uma historicidade que deve ser respeitada e mantida. Só para termos uma idéia, o próprio nome do rio objeto desta tese se apresenta de três formas distintas ao longo do tempo: *YGUASSÚ – IGUASSÚ – IGUAÇU*.

¹⁶ Para essas afirmações nos apoiamos em: FLORES, Maria Bernardete Ramos. Estética e modernidade. In: _____; LEHMKUHL, Luciene; COLLAÇO, Vera. (Org.). *A casa do baile: estética e modernidade em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, 11-36; FABRIS, Annateresa. Redefinindo o conceito de imagem. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.18, n.35, 1998, p.217-224; MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n.45, 2003, p.11-36. Especificamente sobre fotografia e História encontramos bons subsídios em KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989; e FABRIS, Annateresa. *Fotografia e arredores*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009.

Se optássemos pela norma considerada “cultura” ou “gramaticamente correta” para o nosso tempo, estaríamos privando nossos leitores de perceber que até a forma de escrever a palavra que designa o próprio nome do rio Iguaçu tem sua história. Por isso a opção de preservar a grafia.

... SOBRE OS CAPÍTULOS

Com as mensagens de governo, relatos de viajantes, imagens e relatórios técnico-científicos foram possíveis as discussões e interpretações que construíram uma narrativa histórica sobre os discursos e representações sociais do rio Iguaçu. Através da leitura, análise e cruzamento deste arcabouço de fontes, nossas narrativas e discursos também se constituíram ao longo de um texto dividido em três capítulos: o primeiro sobre a navegação, o segundo sobre as cataratas e o terceiro sobre as hidrelétricas.

No primeiro capítulo procuramos inserir as análises das primeiras fontes oficiais da Província do Paraná, entre 1853, ano da instalação provincial e 1886, ano em que o Visconde de Taunay, como presidente da Província paranaense, realizou uma viagem entre Porto Amazonas e União da Vitória numa embarcação a vapor. Em quase todos os anos deste período, o rio Iguaçu apareceu nos relatórios de presidentes da Província ora como opção de navegação, ora como entrave a esta. As fontes deste período indicam uma série de viagens exploratórias em suas águas sempre no intuito de verificar as reais chances de se navegar neste rio e quais as embarcações seriam viáveis. Este primeiro capítulo é quase uma viagem também pelas águas do rio Iguaçu, principalmente até União da Vitória de onde era possível levar mantimentos às fazendas dos campos de Palmas e Guarapuava.

Nestas viagens documentadas e impressas percorremos, através dos olhos destes antigos viajantes, várias paisagens com algumas descrições que detalhavam o tipo de solo, o relevo, a vegetação, o clima e a fauna dos territórios por onde cruzavam as águas do rio Iguaçu e de muitos de seus afluentes. Além disso, alguns relatos apontam para as relações sociais que se estabeleciam nestes territórios, principalmente a presença indígena e seu contato com os ribeirinhos e destes com os expedicionários ou viajantes que vez ou outra passavam de canoa nas proximidades de suas moradias. Infelizmente, pouca coisa se escreveu sobre a população ribeirinha nas fontes escolhidas para esta pesquisa, que muitas vezes afirmam existir um “vazio” demográfico, o que, particularmente, entendemos não existir. No entanto, como nosso intuito

era mesmo o de perceber discursos e representações sobre o rio, não procuramos nos ater às “pobres” descrições sobre as populações e os contatos entre elas, pois teríamos que cruzar com outras fontes, o que alargaria ainda mais as nossas perspectivas de recorte temporal e espacial.

Se, por um lado, essas fontes não trazem detalhes sobre o fator humano, em contrapartida, as descrições sobre o rio e o “mundo natural” ao qual este se insere são riquíssimas. A expedição dos engenheiros José e Francisco Keller (1866) e a viagem de Taunay (1886) são documentos preciosos para se perceber a construção da paisagem subsumida num discurso que constrói inúmeras representações sobre o rio Iguazu e sobre a própria Província do Paraná. Essas duas viagens são descritas e interpretadas ainda no primeiro capítulo, pois densificam as discussões sobre as características físicas do Iguazu e até onde ele viabilizaria o sonho paranaense de uma unificação territorial através da utópica crença na navegação leste-oeste em suas águas. Além disso, essas fontes marcam o início de uma profunda ligação entre “belezas naturais” e “recursos naturais” que serão aprofundadas também no segundo capítulo, quando discutiremos a construção da paisagem das cataratas e suas várias implicações históricas para o Paraná e o Brasil.

Veremos então no capítulo dois como houve uma constante busca pelo delineamento do belo e do natural às paisagens paranaenses constituídas desde fins do Século XIX e que seguirá por vários anos do Século XX. Os recursos abundantes de fauna, flora, minérios, hidrologia, geologia foram descritos nos discursos como “intocados”, constituindo-se, assim, em esplêndida forma “natural”, “virgem” e “bela”. A natureza vivaz do Estado do Paraná foi constituída nessa áurea de pureza e beleza capazes de produzir desejos, seduzir visitantes e atrair capitais.

Como o intuito neste capítulo foi o de perceber a construção discursiva em torno dos recursos e belezas naturais das Cataratas do Iguazu, procuramos perceber como emergia essa discussão em torno dessa “fronteira” tão tênue entre belezas e recursos naturais. Neste sentido, veremos que em alguns momentos ocorrem distinções acentuadas entre um conceito e outro, noutros uma simbiose que os faz parecer um único termo. No entanto, na construção destas categorias, surge uma história do belo e de uma estética “natural” em descrições que beiram um ufanismo paisagístico que anula toda e qualquer característica negativa destas paisagens “virgens e intocadas”. Essas estratégicas de constituição da paisagem das cataratas do Iguazu no início do século XX servem-nos também para compreensão das ações

políticas voltadas a esse meio ambiente e das transformações ambientais decorrentes dessas ações e pensamentos.

Outro assunto que mereceu destaque neste momento da tese foi o dos conflitos em torno do “domínio da paisagem”, onde brasileiros e argentinos tomavam para si a identidade dos saltos. Para os de “cá”, a maioria dos saltos eram brasileiros, para os de “lá”, era a Argentina a possuidora de uma das paisagens mais belas do planeta. Esse conflito perpetuado pelo discurso deslinda uma série de ações brasileiras e argentinas desencadeadas sob objetivos de domínio e ocupação territorial. Alguns autores brasileiros reclamam a originalidade das ações propostas pelo governo argentino de construção de um parque nacional e da divulgação internacional da existência dos saltos. Essas discussões nos mostram a fragilidade do que se denominou “fronteira” no início do Século XX, o que acabou por desencadear uma série de tratados internacionais onde até mesmo o presidente dos Estados Unidos passou a intermediar tais negociações.

Estas abordagens sobre as relações internacionais entre Brasil e Argentina na delimitação da fronteira dos dois países nas Cataratas do Iguazu só foram possíveis através de um intercâmbio “virtual” com alguns historiadores argentinos que não mediram esforços para me enviar, por email, artigos, documentos, imagens e referências a estes assuntos na bibliografia argentina. Entretanto, é importante destacar que as discussões deste tópico merecem um aprofundamento com pesquisas no país vizinho, o que não conseguimos fazer neste período do doutorado. Mesmo assim, acreditamos que os apontamentos feitos nesta pesquisa, mesmo que superficiais, estabelecem o papel da paisagem em conflitos políticos, econômicos e de dominação. Neste sentido, lembramos do que Raymond Williams afirmou sobre a possibilidade e a relevância de se levantar a história das paisagens sempre relacionando estas histórias à história comum de uma terra e da sociedade nela existente.¹⁷

Simultaneamente a essas discussões em torno da paisagem das cataratas emerge um discurso que transformaria de uma vez por todas as relações entre governo e rios, o possível aproveitamento hidroenergético destes em benefício dos problemas que a falta de eletricidade gerava àquele. Em 1907 iniciam-se, oficialmente, as discussões em torno de uma possível usina que geraria eletricidade a partir do aproveitamento da força hidráulica do Salto Caiacanga no rio Iguazu. Com esta primeira

¹⁷ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.167.

especulação sobre hidrelétricas e rio Iguaçu, iniciamos as discussões do terceiro capítulo desta tese onde procuramos compreender como se constituiu historicamente os discursos que ligavam este rio à construção de hidrelétricas, o que, em verdade, motivou toda a pesquisa que ora apresentamos. Para esta abordagem, primeiramente voltamos às mensagens presidenciais e aos relatórios da Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, a fim de perceber como se instaurou no estado o processo de eletrificação nacional. De certa forma, privilegiamos as discussões sobre hidroeletricidade e planejamento de construções hidrelétricas no rio Iguaçu do início do Século XX. Isso se deve ao fato de que grande parte da historiografia sobre hidrelétricas tem privilegiado um recorte temporal quase sempre superior à década de 1980. As discussões que fazemos tendo por base os documentos do início do Século XX têm a intenção de provocar novas leituras ao processo de constituição histórica das usinas hidrelétricas, propondo um recorte temporal anterior ao último quartel do Século XX e início do XXI.

Corroborando com essa perspectiva inserimos ainda no terceiro capítulo nossas análises à documentação proveniente do *Power Study of South Brazil*, proposto pelo consórcio CANAMBRA. Este estudo inaugurou um novo *modus operandi* nos processos de planejamento energético e aproveitamento hidrelétrico no sul do Brasil e forneceu os subsídios necessários para as discussões sobre os discursos que passariam a legitimar as ações incisivas que modificariam radicalmente algumas paisagens do rio Iguaçu. Segundo Gilmar Arruda, “de todas as formas de apropriações, simbólicas ou concretas, as quais os rios foram submetidos, nenhuma delas provocou tanta alteração nas suas configurações naturais quanto o aproveitamento da força hidráulica para produção de energia elétrica”.¹⁸ Certamente isso se aplica ao rio Iguaçu onde, desde a década de 1960, mais de seis usinas foram construídas e uma ainda está planejada. Neste capítulo, apresentamos alguns apontamentos sobre as mudanças ocorridas no interior dos discursos sobre o rio Iguaçu. Enquanto as fontes do primeiro e do segundo capítulo nos mostram como os autores se relacionavam com o rio de forma sentimental, quase sempre em narrativas escritas em primeira pessoa, nos documentos analisados no terceiro capítulo, ocorre um afastamento do autor ao objeto. Sempre em terceira pessoa, os relatórios apresentam o rio como um espaço que deveria ser desenvolvido e que,

¹⁸ ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná... *Op.cit.*, p.165.

com isso, contribuiria para o desenvolvimento econômico do estado e do país.

Essas mudanças discursivas transformam também as representações sociais do rio, pois esse afastamento, esse olhar distante, metucioso, técnico e “neutro”, advindos de uma prática científica construída sobre os alicerces de uma perspectiva que crê na ciência como verdade ilimitada e irrestrita, contribuíram para novas formas de ver o rio. Procuramos perceber se o resultado deste novo tipo de “olhar” para o rio provocou mudanças nas formas de manejo e aproveitamento das águas. Neste sentido, as discussões do terceiro capítulo buscam relacionar as experiências históricas entre paranaenses e rio Iguazu às formas hodiernas de apropriação e aproveitamento de suas águas, o que, em muitos momentos, desencadeou mudanças significativas ao meio ambiente, entendido aqui como um conjunto de fatores que engloba fauna, flora, população, relevo, enfim, tudo aquilo que, de alguma forma, se encontra no caminho de suas águas.

Sendo assim, entre navegação, cataratas e hidrelétricas, o rio Iguazu foi constituído historicamente através de discursos que, direta ou indiretamente, legitimaram práticas e construíram representações. À história deste rio se mistura a própria história do Paraná, entendido aqui como um complexo objeto onde se emaranham governantes, população e meio ambiente. Ao procurar entender as relações históricas entre discursos e representações que ligam este rio ao próprio estado, acreditamos estar contribuindo, de alguma forma, para a emergência de novos discursos e novas representações que visem não apenas ações de domínio e exploração, mas de respeito e equilíbrio no trato com “nossos” bens naturais.

CAPÍTULO 1

NAVEGAÇÃO E PAISAGEM: O RIO IGUAÇU E A PROVÍNCIA DO PARANÁ (1853-1886)

No primeiro discurso proferido por Zacarias de Góes e Vasconcellos no dia 15 de julho de 1854, os rios aparecem como espaços que caracterizam a Província do Paraná.¹ A antiga Comarca de Curitiba, pertencente até 1853 à Província de São Paulo, foi elevada à categoria de Província Imperial e como tal, passou a ser constituída, no discurso de seus dirigentes, através de marcos que fornecessem identidade e distinção às outras províncias do império. Assim, as características naturais paranaenses emergiram nos discursos de seus representantes como elementos legitimadores tanto da elevação do *status quo* quanto da esperança de crescimento e progresso econômico que tanto almejavam os detentores do poder imperial da segunda metade do Século XIX. Afinal, como relata o primeiro Presidente da Província do Paraná, a transformação da “antiga e atrazada comarca de Curityba, na esperançosa provincia do Paraná”² não poderia ser retardada por mais tempo. Sendo assim, a construção da nova província deveria se consolidar naquilo que a diferenciava das outras, tanto em seus aspectos econômicos e sociais, quanto nas características de seu território físico, as características naturais.

A importância de localizar a Província do Paraná dentro de um espaço geográfico que possibilitaria o progresso está já nas primeiras frases do discurso de Góes e Vasconcellos. Além disso, ele fez questão de frisar como a natureza fora generosa com a nova província, tendo inserido em seus territórios agentes naturais que contribuiriam muito para seu desenvolvimento tais como: mar, rios, clima saudável e solos férteis. O teor inicial de seu discurso apresenta bem essa caracterização da província:

¹ Zacarias de Góes e Vasconcellos foi o primeiro Presidente da Província do Paraná cuja instalação se deu a 19 de dezembro de 1853 por força da Lei Imperial nº 704 de 29 de Agosto de 1853. O Presidente Vasconcellos exerceu o respectivo mandato até 03 de maio de 1855. Sobre vida e obra de Góes e Vasconcellos cf. MARTINS, Wilson. *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência de Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

² PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curityba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, p.1.

Banhada, de hum lado pelo Oceano, onde lhe não faltão bons portos, de outro pelo magestoso Paraná, cortada de rios consideraveis, no gozo de hum clima reconhecidamente saudavel, com terrenos fertilissimos, que prestão-se aos mais abundantes e variados productos, tinha a 5.^a comarca da província de S. Paulo direito e proporções para haver subido á hum elevado grão na escala dos melhoramentos, que caracterisão a civilização moderna.³

Segundo Góes e Vasconcellos, essas características atribuídas ao natural por si só já dariam direito e proporções para que esse espaço, antes pertencente à Província de São Paulo como mera Comarca, fosse instalada como uma província imperial. Os primeiros pontos positivos da província já iam se delimitando principalmente sob os aspectos naturais. Nesta “fala” de Vasconcelos, percebe-se como os enunciados referentes à presença da água (oceano e rios) permeiam um discurso que busca legitimar a elevação política do Paraná no cenário imperial do Brasil oitocentista. É importante notarmos que o oceano e seus portos, o “majestoso” rio Paraná e os outros “consideráveis rios” sempre fizeram parte do espaço que outrora pertencia à Província de São Paulo, no entanto, esses fatores não eram suficientes para torná-lo independente até meados do Século XIX. Contudo, neste discurso solene de abertura tanto da Assembléia como do próprio governo provincial, esses fatores ganham uma ênfase legitimadora de práticas políticas. Certamente, Góes e Vasconcellos sabia da importância histórica que poderia representar seu primeiro pronunciamento como primeiro Presidente da Província do Paraná e assim há de se levar em conta a força retórica do discurso notavelmente político e carregado de intenções de se fazer histórico. Entretanto, é intrigante essa utilização das características naturais da província como ponto de partida para outras associações referentes à civilização e modernidade.

É intrigante neste discurso inicial este apelo aos recursos naturais como um estandarte de possibilidades da Província elevar-se na escala de “melhoramentos” e, mais ainda, proporcionar-lhe a instauração de uma “civilização moderna”. Se levarmos em conta os inúmeros problemas que a província encontrava como o de ser enorme e sem vias de acesso, onde o principal empecilho era a “tão exuberante floresta”,

³ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854... Op.cit.*, p.1.

parece ser uma contradição esta construção discursiva de uma natureza tão benéfica. Preferimos pensar que, neste momento, o discurso que legitimava a existência da Província apontava as belezas naturais de forma ilustrativa, posto que, para além dessa exuberância natural, a Província encontraria enormes dificuldades para se manter política e economicamente. Há de se lembrar que foi por conta das imensas florestas que a imigração custou a se instalar na Província, foi por conta das águas revoltas dos rios que a navegação não conseguia adentrar o interior das terras paranaenses, tendo em vista que, pela falta de estradas abertas por entre as matas, o desejo era percorrer os rios fazendo deles as necessárias vias de acesso aos territórios mais distantes. Enfim, uma porção de fatores fazia esta abundante “Natureza” ser contraditória à tão sonhada “Civilização Moderna”.

O certo é que, para Góes e Vasconcellos, essa característica natural da província, por mais rica que fosse, representava um grande desafio aos governantes. Penetrar o interior paranaense, sulcar as águas de seus rios e transportar suas riquezas para outras localidades do império fornecia aos dirigentes a oportunidade de conquistar esse território. O discurso de que tudo ainda estava por fazer, que aquele era o início de um futuro e almejado desenvolvimento atualizava os signos da necessária submissão da natureza à vitória do trabalho.

E no entanto sabeis, e resultará do imperfeito trabalho, cuja leitura vou fazer, contando com vossa benevolencia, que, á muitos respeitos, tudo está por principiar, de sorte que se, por huma parte, grande jubilo toca-vos pela distincta honra de serdes os primeiros representantes da nova provincia, tambem, por outra, he assegnalada a responsabilidade, em que estaes os vossos comprovincianos, os quais anciosos, esperão que sua primeira assembléa com mão destra e afortunada lance as bases de seo progresso indispensavel no presente, e ulterior desenvolvimento no futuro.⁴

Ao dirigir-se à Primeira Assembléia Constituinte Provincial, Góes e Vasconcellos lançou o desafio de fundamentar o progresso no presente e o desenvolvimento futuro e, como esse argumento se encontra na seqüência do discurso sobre as características naturais da

⁴ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854...* *Op.cit.*, p.1-2.

Província, entendemos que a base desta formação discursiva em torno do progresso e do desenvolvimento é a conquista, pelo trabalho, da natureza. De certa forma essa discussão nos remete a Keith Thomas que, ao analisar especificamente o predomínio humano sobre a natureza na Civilização Ocidental, nos diz que do Medieval à Modernidade, a expressão “civilização humana” era virtualmente sinônima de conquista da natureza.⁵ Com um teor semelhante, entendemos que, para Góes e Vasconcellos, a responsabilidade de trabalhar “com mãos destras e afortunadas” a fim de fundamentar o crescimento econômico da província, tinha um objetivo bem delimitado: utilizar os recursos naturais e transformá-los em riqueza para a Província e garantir com isso o progresso e o desenvolvimento à custa de uma “implícita” conquista da natureza.

Toda essa discussão inicial sobre natureza e conquista nos serve para iniciar esta tese sobre o rio Iguaçu e os discursos e representações que se constituíram em torno dele. Acreditamos que, referente ao período histórico que analisamos neste capítulo, se existem palavras que sejam capazes de refletir o que representava este rio para o Governo da Província do Paraná, elas são “desafio” e “conquista”. Pela localização estratégica do rio Iguaçu na geografia paranaense, atravessando quase todo o território de Leste a Oeste, ele se tornou extremamente pertinente àqueles que desejavam adentrar as terras interioranas e praticamente desconhecidas pelos “homens do governo”.

Desde o primeiro relatório de Presidentes da Província encontramos narrativas que mostram o anseio de constituir a navegação no rio Iguaçu. No entanto, a falta de conhecimento sobre o rio impunha sérios limites para esta empresa. O que se tinha em 1854 eram ainda as antigas descrições feitas no período colonial e destas, poucas contribuíam para um estudo da viabilidade de navegação. Segundo o relatório de 1854 de Góes e Vasconcellos, havia o conhecimento de que populares utilizavam uma parte do rio como via de transporte desde o Salto do Caiacanga (localidade que mais tarde fará parte de Porto Amazonas) até o Porto da Vitória (Enseada que ficava a algumas léguas abaixo da localidade que mais tarde se chamará União da Vitória).

3.º O Yguassú, que presta-se com grande proveito dos habitantes do interior á navegação de canoas

⁵ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.31.

em certa extensão desde Cahiacanga até o porto da Victória, he mal conhecido d'ahi em diante.⁶

Segundo Maack o Salto da Caiacanga é uma importante cachoeira com um desnível de nove metros e com volume médio de água de 54 m³/seg.⁷ Está localizada nas proximidades de Porto Amazonas e sua formação é devida à passagem do primeiro para o segundo planalto paranaense. A Figura 02 nos mostra a localização geográfica deste que é considerado o primeiro grande salto do rio Iguazu e que Vasconcelos apresenta em seu relatório como sendo proveitoso à navegação de canoas àqueles que habitavam as terras a jusante da referida cachoeira.



FIGURA 02. Localização do Salto Caiacanga, Rio Iguazu, Paraná

FONTE: Ingenito, Duboc & Abilhoa (2004)

Como vimos na citação acima, a falta de conhecimento sobre o rio é, desde o início da história da Província do Paraná, o fator que desencadeia uma série de questionamentos sobre as reais condições de navegação no Iguazu. O certo é que o maior desejo político em torno deste rio no início dos anos de 1850 era, sem dúvida, transformá-lo num caminho viável que possibilitasse a ligação entre os campos de Curitiba

⁶ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854...* Op.cit., p.77.

⁷ MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná...* Op.cit., p.356.

e Palmas às fronteiras internacionais do Paraguai e da Argentina, visto que o Iguaçu deságua no rio Paraná bem abaixo do Grande Salto (as hoje submersas Sete Quedas). Contudo, é interessante notar que em 1854 havia já um consenso quanto à impossibilidade de fazer grandes ligações na Província pelos rios por dois motivos: as cataratas do Iguaçu, cuja “descoberta” se deu ainda no século XVI por Cabeza de Vaca⁸ e pelo Salto Grande do rio Paraná (as hoje submersas Sete Quedas).

Para entender melhor essa “geografia” imprópria para uma navegação que fosse capaz de unir as várias regiões da Província que tantos rios possuía é importante ressaltar que, se não existissem esses empecilhos geológicos, poderia ser traçada, nos rios paranaenses, uma estratégia de transporte que seria capaz de unir todas as regiões, pois ao norte, os Rios Ivaí e Tibagi poderiam servir de caminho para aquelas povoações até o rio Paraná, pois nele deságuam, contudo desembocam suas águas acima do Grande Salto das Sete Quedas. Se não existisse esse Grande Salto no Paraná, nem as Cataratas do Iguaçu, o caminho seria perfeito, pois do Norte chegariam ao oeste, com grandes chances então de seguir pelo Iguaçu até a Caiacanga, região de Porto Amazonas, onde a navegação do Iguaçu já era realizada, e dali estariam próximos de Curitiba e das vias de comunicação até o porto de Paranaguá.

Sendo assim, o desconhecimento não era total sobre a geografia dos rios paranaenses, haja vista as descrições seculares das Sete Quedas e das Cataratas do Iguaçu. Era sabido que, mesmo que descobrissem alguns pontos possíveis de navegação, esta só poderia ser feita em trechos curtos e ligando o interior ao interior, o que não interessava à Província, já que esse “interior” era, para os governantes, uma região de floresta intransponível e reduto apenas de indígenas. Mesmo assim, o relato de Góes e Vasconcellos apresenta interessados em fazer uma expedição ao rio Iguaçu:

Pedro de Siqueira Cortes, residente em Guarapuava, que a provincia conhece pela influencia que teve, a poucos annos, na descoberta

⁸ Existe muita controvérsia sobre a descoberta das cataratas, contudo, a versão oficial é a de que este grande salto do Iguaçu foi “descoberto” em 1542 pelo expedicionário Alvar Núñez Cabeza de Vaca e por ele batizado de “Salto de Santa Maria”. Para maiores detalhes sobre o “descobrimento” das cataratas do Iguaçu, vida e obra de Cabeza de Vaca e algumas discussões historiográficas sobre esse assunto cf. SOARES, Olavo. *O andarilho das Américas: Cabeza de Vaca*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 1981; e NÚÑEZ CABEZA DE VACA, Alvar. *Naufrágios e comentários*. Tradução de Jurandir Soares dos Santos. Porto Alegre: L&PM, 1999.

dos campos de Palmas, offereceo-se á presidencia para, como parte de maior exploração, que se propõe a fazer, explorar também o Yguassú descendo por elle até sua confluencia com o Paraná, huma vez que receba dos cofres publicos o auxilio de 2:000U000.⁹

Pedro de Siqueira Cortes era um conhecido bandeirante curitibano, cuja historiografia paranaense o aponta como um dos “desbravadores” dos campos de Palmas e principalmente, o homem que “descobriu” o Vau do rio Iguaçu em 1842, espaço manso e raso por onde se fez, a partir de então, a travessia dos tropeiros que vinham do Sul em direção aos Campos Gerais de Curitiba.¹⁰ Pela quantia de “2:000U000” Pedro de Siqueira Cortes se ofereceu à atividade típica dos bandeirantes oitocentistas de explorar o rio Iguaçu até sua confluência com o rio Paraná. Nesta empresa, não há como negar que os interesses de tal atividade não estavam mais relacionados apenas ao fato de descobrir “caminhos navegáveis”, mas a uma forma de demarcar a presença de “autoridades governamentais” ou de pessoas por elas autorizadas nos perdidos territórios do Iguaçu. Ao que tudo indica estas empresas não se realizaram, visto que, em outros relatórios serão outros “aventureiros” que tentarão fazer essas viagens, contudo, é importante para nossa reflexão que, desde o primeiro ano de instalação da Província do Paraná, o rio Iguaçu e seus espaços e territórios representavam um desafio à política provincial. Havia a necessidade de explorar, conhecer, demarcar e delimitar o espaço que o rio banhava entre o que hoje chamamos de União da Vitória e as Cataratas em Foz do Iguaçu, os grandes saltos cuja existência já se tinha consciência em 1854 e que inviabilizavam os sonhos de navegação.

⁹ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854... Op.cit.*, p.77.

¹⁰ O Vau do rio Iguaçu, “descoberto” por Pedro de Siqueira Cortes em 1842 é uma parte calma e não muito profunda do rio Iguaçu que permitiu a passagem das tropas que traziam animais vivos e mercadorias vindos do sul, na verdade, foi mais utilizado pelos que traziam mercadorias dos Campos de Palmas para os Campos Gerais de Curitiba. Às margens desse local, várias pessoas foram se instalando no lugar que mais tarde será conhecido como Porto da União e Vitória, as famosas “Gêmeas do Iguaçu” hoje conhecidas como Porto União (SC) e União da Vitória (PR). Para maiores detalhes sobre a importância da “descoberta” do Vau do Iguaçu para as transformações sociais da região cf. STRAUBE, Kelly Von Knoblauch. *A estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro: o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória/PR*, 2007, 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

Apresso-me, porem, em declarar, que em meu conceito o plano de exploração, que, em parte, propõe-se reconhecer o Yguassú até sua confluência no Paranã, por mais satisfactorio resultado que obtenha, não hade achar-lhe as proporções de navegabilidade que serão para desejar, desde que he já constante, que , alem da extraordinaria rapidez da corrente desse rio, e de varios saltos, que conservão em grande agitação as suas águas, hum salto ha, entre outros, cerca de tres léguas de sua confluência com mais de 100 braças de largura e 170 pés de altura que estorva a sua navegação.¹¹

Neste sentido é que questionamos os constantes discursos voltados à navegação para legitimar as explorações ao rio Iguaçu, pois, como vemos neste recorte, já se tinha consciência do insuperável salto existente a uma distância de três léguas acima da confluência com o Paraná. Sendo assim, o desejo de descer as águas do Iguaçu não era movido apenas pela ânsia de estabelecer novas vias de transporte. Motivações como o fascínio em descobrir novos espaços e lugares para anexá-los à geografia da nova província e, quiçá, o prazer da “descoberta” certamente permeavam os objetivos de tais expedições. Além disso, “descobrir” e “possuir” os territórios até então só conhecidos e ocupados pelos indígenas, são verbos que sempre estiveram no vocabulário político dos governantes fazendo com que uma série de objetivos esteja inclusa nestas “propostas” de expedições ao “desconhecido” rio Iguaçu.

Em outros relatórios perceberemos que vários personagens aparecerão para “tomar posse” das terras banhadas pelo rio em questão, cujos discursos sempre dão às atividades exploratórias um aspecto de busca por lugares navegáveis. Entretanto, nenhuma delas conseguiu cruzar o Iguaçu de Leste a Oeste no período provincial, pois o rio foi implacável e insuperável em muitas tentativas. Vários relatos nos trarão o conhecimento de explorações terminadas antes do prazo ou impossibilitadas pelas desgraças causadas às expedições. Contudo, o pano de fundo para a legitimação de um processo exploratório ao rio era sempre o de tornar o mesmo navegável.

¹¹ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854... Op.cit., p.78.*

Em 1856, o vice-presidente em exercício ainda na gestão de Góes e Vasconcellos, Henrique de Beaurepaire Rohan levava outras informações sobre a situação de navegabilidade nos rios paranaenses e entre eles uma realidade de navegação no rio Iguaçu:

5° Yguassú. – Este rio, que tem sua origem próximo á serra do Mar, nos municípios de Curitiba e São José dos Pinhães, não é navegavel em todo o seu curso, por causa das rochas que o obstruem, e muito mais pelo magnifico salto que apresenta, poucas leguas antes de lançar-se no Paranã. Entretanto, no lugar chamado *Cahyacanga*, ou Portão, a 2 ou 3 léguas da freguezia da Palmeira, até o porto da União, no districto de Palmas, offerece navegação facil para canôas, e neste sentido tem já prestado serviços. Esta viagem, que se effeitua aguas abaixo em 5 a 6 dias, e aguas acima em 10 a 12, é um grande recurso para transporte de mercadorias pesadas que vão para Palmas.¹²

Estas informações foram passadas ao presidente da província pelo coronel Joaquim José Pinto Bandeira¹³ que possuía conhecimentos topográficos e havia navegado no Iguaçu desde o Salto “*Cahyacanga*” até o “Porto da União”. Percebe-se que ao se passar dois anos desde a instalação da Província, o governo provincial procurava noticiar à Assembléia Legislativa que a navegação no Iguaçu era um recurso importante para o transporte das mercadorias que se destinavam a Palmas e que de lá vinham para a Capital. Essas mercadorias pesadas, principalmente o sal, que saíam de Curitiba tinham por destino as pequenas canoas que desciam o rio Iguaçu encurtando a viagem que rumava aos Campos de Palmas. Esse dado nos é importante porque torna possível traçarmos todo um itinerário de destinos e viagens que se fazia no interior da Província. Dentre esses espaços constituídos por rudes estradas e/ou picadas por entre as matas, o rio Iguaçu representava, sem dúvida, uma trajetória de velocidade, principalmente nas viagens de Curitiba a Palmas que tinham o “privilégio” da descida do rio que se fazia em 5 ou 6 dias.

¹² PARANÁ. *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 01 de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856, p.168.

¹³ Nascido em Curitiba, Joaquim José Pinto Bandeira foi o primeiro presidente da Assembléia Legislativa Provincial.

Além disso, por estes caminhos várias relações sociais foram se fortalecendo ao longo do tempo fazendo com que indígenas, moradores ribeirinhos, canoeiros, comerciantes e políticos imperiais se encontrassem constantemente em espaços que iam se tornando comuns pelas constantes trajetórias feitas no transporte de mercadorias. Se fizermos as contas entre os dias de subida e descida do rio, perceberemos que tanto o rio como os outros itinerários foram constantemente percorridos naquela época, haja vista, a constante necessidade dos bens e mercadorias que o interior necessitava. O sal, por exemplo, era um gênero imprescindível e que constantemente se fazia necessário às fazendas que se dedicavam à criação de gado.

A historiografia paranaense constantemente remete-nos à importância destes itinerários de transporte de mercadoria e gado na constituição dos pequenos lugarejos que foram se tornando vilas, freguesias e posteriormente as cidades que hoje conhecemos pelos nomes de Palmeira, Porto Amazonas, São Mateus do Sul, Porto União, União da Vitória.¹⁴ Tais municípios, se atualmente não trazem as características culturais de cidades de passagem, pelo menos têm em comum o fato de terem se constituído nas relações realizadas principalmente nestes itinerários de transporte de cargas. Caminhos esses traçados a partir de um eixo muito específico cujo rio Iguaçu ao mesmo tempo em que se fazia destino constituía também os caminhos por onde os primeiros “paranaenses” andaram e iniciaram um processo de povoamento nos antigos “territórios interioranos”.

Desta forma, entendemos que o papel do rio Iguaçu na história do Paraná vai muito além da importância de suas águas para a navegação nestes primeiros anos da Província. Concordamos com a afirmação de Schöttler, quando da sua apresentação à edição brasileira do ensaio de Febvre sobre o rio Reno, de que “os rios também têm uma história”.¹⁵ Contudo, entendemos que o rio, neste caso o Iguaçu, mais do que possuir “uma” história, é constituinte de várias histórias, pois muitas experiências de sociabilidade se deram ao longo do tempo a partir de

¹⁴ Entre tantos autores que escreveram sobre a história destes municípios, sua formação, ocupação e sobre o papel do rio Iguaçu neste processo destacamos: CARNEIRO, David. *História de Palmeira em seus antecedentes e tradições*. Curitiba: Livraria Mundial, [1938?]; LOPES, José Carlos Veiga. *Raízes da Palmeira*. 2. ed. Curitiba: O autor, 2000; LOPES, José Carlos Veiga. *Antecedentes históricos de Porto Amazonas*. Curitiba: O autor, 2000; SILVA, Cleto. Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933). *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná*, Curitiba, vol. XXX, p.37-56, 1976; e RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguaçu... Op.cit.*

¹⁵ SCHÖTTLER, Peter. Apresentação. In: FEBVRE, Lucien. *O Reno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.9.

uma rede de relações humanas neste espaço denominado “rio Iguaçu”. Seria muito óbvio afirmar que todos esses caminhos que visavam o transporte de carga com mais velocidade aos destinos que não possuíam estradas fazem parte da história do rio Iguaçu. No entanto, outras relações se desenrolaram nestes espaços primeiramente destinados ao transporte e que também constituem várias histórias onde se entrelaçam e se emaranham não apenas os caminhos, mas o próprio rio enquanto signo, significado e significante de uma multiplicidade de experiências.

Quando percebemos as descrições geográficas sobre o rio Iguaçu, contidas nas fontes do período que analisamos neste capítulo, elas o impõem como o signo “rio”, cujos desdobramentos da própria palavra já levam ao entendimento de um curso de água que nasce em um lugar e que percorre um longo caminho até se jogar ao mar ou a outro rio cuja altitude lhe seja menor possibilitando, assim, o escoamento de águas sempre regido pela lei de que os rios devem descer e que os maiores serão aqueles que se fizeram mais baixos, em menor altitude que os outros. A este “rio-signo”, se estabelecem as várias possibilidades de utilização de um caminho livre de florestas, mesmo correndo por entre elas, e que fosse capaz de ligar uma população à outra, uma cidade à outra, uma cultura à outra e aí podemos juntar as inúmeras trocas que se fizeram entre os humanos que se comunicaram ao longo do tempo.

Jared Diamond chegou a afirmar que as desigualdades tecnológicas das sociedades humanas ao longo dos tempos se deram por dois motivos: a existência de um ambiente favorável à inventividade e criatividade humana e a possibilidade de troca de experiências científicas a respeito das formas de exploração dos recursos naturais em que estavam inseridas tais sociedades. Sendo assim, podemos inferir que todo e qualquer meio que permitisse o contato entre os humanos, agregou às sociedades muito mais do que conflitos, pois em cada contato, aprimoravam-se as formas de dominação à natureza. Neste sentido, o rio acaba por colaborar nesse processo, visto que, ao facilitar a locomoção, sempre se faz presente nas relações de contato entre as comunidades humanas.¹⁶

Em outros momentos – quando das fontes fazemos emergir as várias discussões sobre as aspirações em conhecer o rio Iguaçu, explorar suas águas, adentrar os caminhos por ele percorridos e que aos governantes representava um espaço desconhecido, não mapeado e inexplorado – percebemos os significados deste rio para uma sociedade

¹⁶ Cf. DIAMOND, Jared M. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

oitocentista que já tinha adotado o anseio de progredir, crescer e enriquecer, mas que não dispunha de tecnologia suficiente para isso. Neste momento, o “rio-significado” se impõe como um desafio que precisava ser vencido a fim de que sua natureza pudesse servir às necessidades daqueles que o desafiavam.

Conseqüentemente, nesse caminho entre signo e significado, percebemos que na medida em que os humanos não-indígenas vão se relacionado com o rio, fazendo uso dele e inserindo-o em suas atividades, sejam elas de navegação, expedição e qualquer outro tipo de exploração (pesqueira, utilização de suas águas para limpeza, lazer ou criação de animais) outras relações vão se estabelecendo. Nestas atividades os humanos se encontram e tecem uma série de relações que, mesmo não estando diretamente ligadas ao rio, dele emergem. Imaginemos os encontros e conflitos entre os povos que viviam às margens do Iguaçu, a construção de portos e das casas comerciais que surgiram para suprir as necessidades dos navegantes. Enfim, uma série de atividades que podemos ir intercalando a estas e que fazem com que o rio passe a ser também aquilo que dá significado e que podemos estabelecer como uma história das pessoas que viveram de alguma forma às suas margens. Sendo assim, entendemos que o “rio-significante” é aquele que dá condição de possibilidade à emergência de várias histórias, no caso do Iguaçu, podemos citar o estabelecimento de cidades às suas margens ou ao longo dos caminhos que levavam os paranaenses ao rio, aos encontros entre “brancos” e indígenas, à história de mapeamento regional com fins exploratórios, às novas formas de tecnologias que surgiram para suprir as dificuldades de acesso como pontes, pontilhões, balsas e outros tipos de embarcações. Neste sentido, entendemos que o rio Iguaçu além de ter sua história se confunde também com a própria história de toda a região da antiga Província e hoje estado do Paraná cujas terras ele serpenteia.

Entre todo esse emaranhado de discursos por onde se inscrevem essas noções de signo, significado e significante não há como deixar de estabelecer as várias relações entre os seres humanos com o rio. Nos destaques ao rio Iguaçu e as possibilidades de sua exploração, os discursos proferidos pelos presidentes de província nos possibilitam discutir práticas que se constituem diante de um desejo de dominação do “mundo natural”. O rio não está apenas representando os acontecimentos e fatos narrados nestes relatórios, neste caso específico a navegação. Ele passa a fazer parte, neste momento, de uma prática que busca constituir relações bem delimitadas entre homem e natureza, pois ao discursar sobre os projetos ou às realidades de navegação,

Beaurepaire Rohan está confirmando uma relação de domínio entre os paranaenses e as águas do Iguaçu. Juntamente com esse domínio, se estabelece todo um jogo de interconexões com outros tantos interesses, seja ele de relatar o trabalho do governo, ou o de noticiar as conquistas da nova província ou, ainda, um possível aumento de riqueza para a coroa nestas “melhorias” nos transportes. A constituição, no discurso, da navegabilidade do rio Iguaçu neste período de 1854, quer passar a imagem do Iguaçu como o rio que possibilitaria “progresso” e, além disso, o constrói como um objeto cuja posse pertence à Província do Paraná.

Na seqüência dos relatórios dos Presidentes da Província do Paraná, de 1853 a 1857 o governo provincial não habilitou nenhuma excursão exploratória a nenhum dos rios paranaenses devido à incapacidade técnica dos que se ofereciam a tais empresas. Já que eram conhecidas as corredeiras, as rochas e os saltos dos rios paranaenses, o desejo das autoridades era o de encontrar pessoas que não apenas descrevessem as características dos rios, mas que fizessem projetos de obras que “corrigissem” esses locais, tais como barragens, canais e desvios, tornando-os aptos à navegação. A província não queria mais depender em viagens de exploração que viriam apenas reafirmar o que todos já sabiam. Neste sentido, o relatório em que José Antonio Vaz de Carvalhaes, segundo vice-presidente da Província, apresenta ao Presidente Francisco Liberato de Mattos, em 1857, demonstra um desejo de mudança tática quanto às expedições aos rios paranaenses. Sobre a exploração destes, Carvalhaes afirma:

Por falta de pessoal, para ellas habilitado, ainda não tiveram lugar as explorações recommendadas pela assembleia provincial do governo da provincia para saber-se, ao certo, as facilidades ou difficuldades que offerece a navegação dos rios Yguassú e Ivahy. [...] Em quanto não houver pessoa habilitada e de confiança que se possa incumbir desta exploração, será completamente perdida qualquer despeza que com ella se faça. [...] Sabe-se já que a navegação não só do rio Ivahy, como as do Yguassú, Tibagy e Paranapanema, as quaes conduzem todas ao rio Paranã, offerecem difficuldades; incumbir portanto das explorações desses rios pessoas não profissionaes e que não estão no caso de apreciar a importancia desses obstaculos e indicar os meios de remove-los, é perder tempo e dinheiro sem

ficarmos mais adiantados do que hoje nos achamos sobre a navegabilidade desses rios.¹⁷

Como se percebe, já não interessava mais descrever, mapear, estabelecer por quais caminhos o rio seguia. Era necessário corrigi-lo com arte a fim de torná-lo dócil ou manso à necessidade da navegação. Neste momento, o discurso ganha outro agente imprescindível na batalha contra os empecilhos da natureza: a técnica. Pela primeira vez aparece nos discursos oficiais a necessidade de contratação de mão-de-obra qualificada para o planejamento de uma engenharia de navegação na província. Os rios paranaenses necessitavam de um corpo técnico que fosse capaz de diagnosticar o grau de dificuldade dos obstáculos bem como os caminhos possíveis para a remoção ou transposição dos mesmos. O discurso de Carvalhaes dá a entender que o Império já dispunha de recursos humanos capazes de tal empresa e que somente essas pessoas poderiam dirigir tais serviços “artísticos”.

Segundo relatório apresentado por Carvalhaes, em 1857 o Ministério da Guerra enviou à Província do Paraná uma Comissão que reunia um corpo de engenheiros sob o comando do Primeiro Tenente Epifânio Cândido de Sousa Pitanga¹⁸ a fim de dialogar sobre as possibilidades de estudo sobre a real condição física dos rios paranaenses. Pelo relatório, esse corpo técnico anunciava que em breve o governo da província saberia a magnitude dos entraves à navegação e a real possibilidade de eliminar essas barreiras através de sua remoção. Carvalhaes tinha a esperança de que esses profissionais seriam capazes de tais melhorias através de “pequenos trabalhos de arte”.¹⁹

Contudo, os relatórios seguintes não fazem nenhuma alusão a estes estudos técnicos e o fato de novas expedições serem realizadas no rio Iguaçu por “cidadãos comuns”, deixa claro que as esperanças nutridas por Carvalhaes não se concretizaram, pelo menos neste momento. Durante os anos de 1861 e 1862 três viagens exploratórias são realizadas em trechos que vão de Curitiba até ao Vau do rio Iguaçu.

¹⁷ PARANÁ. *Relatório apresentado ao Excellentíssimo Senhor Doutor Francisco Liberato de Mattos muito digno presidente da Província do Paraná pelo 2º vice-presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes sobre o estado da administração da mesma Província no anno de 1857*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858, p.124-126.

¹⁸ Dr. Epifânio Cândido de Souza Pitanga [1829-1894], engenheiro, bacharel em Matemática pela Escola Militar no ano de 1854 e professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro na década de 1870.

¹⁹ PARANÁ. *Relatório apresentado ao Excellentíssimo Senhor Doutor Francisco Liberato de Mattos muito digno presidente da Província do Paraná pelo 2º vice-presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes sobre o estado da administração da mesma Província no anno de 1857...* *Op.cit.*, p.126.

Os relatórios apontam os nomes de pelo menos três cidadãos envolvidos nestas empresas. As exigências feitas pelo Ministério Imperial dos Negócios da Agricultura indicam certa urgência nos trabalhos de reconhecimento e utilização do rio Iguaçu, pois se fazia necessário uma via de transporte mais ágil para levar o sal de Curitiba para os Campos de Palmas e Guarapuava, regiões cujas pastagens poderiam representar aumento de produção de carne.

O intuito não era apenas tornar o transporte das mercadorias mais ágil e rápido, mas principalmente o de baratear seus custos. No relatório apresentado em 1862, pelo Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, as despesas de transporte por água quase desapareciam se comparadas às que se gastavam nos lombos das mulas. Assim, pelo fato do Iguaçu correr tão próximo da Capital, era necessário aproveitar este recurso, principalmente para que o sal chegasse mais rápido e barato já que Curitiba possuía ligações com as áreas que o disponibilizavam. Neste sentido, a urgência desata as amarras que a falta de pessoas habilitadas prendia e voltam à baila os cidadãos que se dispunham a estes serviços. O discurso de Gomes Nogueira enfatiza a necessidade de exploração do rio Iguaçu no espaço entre Curitiba e o Salto *Caiacanga*, haja vista que dali até Porto União já se fazia o transporte pelas canoas.

O sal, esse genero de tão grande consumo, poderia ser optimamente levado desta capital ou da Villa de S. José aos sertões de Palmas em canôas pelo rio Iguaçu, removidos alguns obstaculos; mas quando não fosse isso possivel, por causa do salto do registro velho, podia bem ahi chegar e ser conduzido em carretas até o Portão [onde ficava o Salto Caicanga], donde actualmente já partem canôas carregadas com destino ao porto da União.²⁰

Sem dúvida alguma, o sal era uma das mercadorias pesadas mais consumidas no interior da Província e para dar conta desta demanda era preciso abrir caminhos. Este relatório acrescenta mais um dos caminhos que se percorria pelo rio Iguaçu na segunda metade do século XIX. Se anteriormente só tínhamos os registros de navegação abaixo do Salto *Caiacanga*, agora podemos pensar que de Curitiba também saíam

²⁰ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862*. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1862, p.95-96.

navegadores que singravam as águas do ainda pequeno Iguaçu, visto que nesta parte ainda está bem próximo de suas cabeceiras não recebendo afluentes consideráveis.

A fim de melhorar esse trajeto do rio Iguaçu e demonstrar as reais possibilidades de navegação, o presidente da Província mandou que explorassem o rio entre a Vila de São José (São José dos Pinhais) e a Vila do Príncipe (Lapa). Essa exploração foi feita pelo cidadão Manoel Mendes Machado que não cobrou honorários para tanto e que afirmou em seu relatório “ser navegável o rio na maior baixa das águas duas ou três léguas abaixo do registro velho”.²¹

Nas análises ao relatório de 1862, percebemos que as explorações foram constantes no rio Iguaçu no ano de 1861, pois além desta feita por Manoel Mendes Machado, outra foi feita por Pedro Siqueira Cortes. Este segundo é o mesmo que em 1853 já se dispunha a explorar o Iguaçu. Contudo, naquela ocasião se propôs a fazer uma expedição até a confluência do Iguaçu com o Paraná no valor de “2:000U000”, já em 1861 recebera “200\$000” para relatar as condições de navegação de um pequeno trecho entre o Porto da União até o Passo do Iguaçu que era o caminho por onde passava a estrada que ligava Guarapuava a Palmas, conforme vemos no relatório de Gomes Nogueira.

O rio Iguassú por sua importancia futura merece séria atenção e estudos. Atravessando em seu curso grande parte do centro populoso da provincia é um dos mais interessantes; e que pôde ligar em relações de comércio diferentes municipios. Assim constando-me que o cidadão Pedro de Siqueira Cortes pretendia explorar uma parte desde o primeiro salto que se encontra abaixo do porto da União até o passo que de Guarapuava vai a Palmas, prestei-lhe em data de 3 de Julho do anno passado [1861], um auxílio de 200\$000.²²

Este relatório foi apresentado à Assembléia no dia 15 de Fevereiro de 1862 e até aquela data o presidente não dispunha de notícias sobre esta exploração de Siqueira Cortes. Não há outras referências a esta expedição, mas podemos inferir aqui esse era o último trecho que faltava para a análise das possibilidades de uma navegação

²¹ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862... Op.cit.*, p.96.

²² Idem

que levasse o sal de Curitiba até a estrada que ligava Guarapuava a Palmas, pois dali o transporte já era feito nas estradas que atravessavam os campos gerais do Paraná e poderiam até rumar para a província do Rio Grande do Sul. Sendo assim, fica claro até o momento que o rio Iguazu foi constantemente visitado por representantes do Governo Provincial afim de que, com essas pesquisas, se estabelecesse uma rota fluvial que fosse capaz de transferir o sal e outros mantimentos pesados das costas das mulas para as canoas, o que baratearia o processo de transporte.

A estas expedições realizadas em 1861, deve-se juntar uma efetuada em maio de 1862 também por Manoel Mendes Machado. Pelo que consta no relatório apresentado à Assembléia Legislativa em 15 de Fevereiro de 1863, o Presidente Gomes Nogueira encomendou também pela quantia “200\$000” uma exploração que desceu o rio Negro até a sua confluência com o Iguazu, deste até o porto da União e dali subiu o rio Iguazu até Palmeira na localidade de Porto da Balsa (Porto Amazonas). Para navegar em canoa todo esse percurso, Manoel Mendes Machado levou vinte e cinco dias e duas noites conforme consta em seu diário de viagem. O local de saída no rio Negro está descrito no relatório como “a ponte que passa para os terrenos dos herdeiros do finado Joaquim Antonio Alves”.²³ Não nos é possível, por esta fonte, descrever o local exato da partida, porém, somando as léguas descritas dia-a-dia até o local em que o rio Negro deságua no Iguazu, chegamos a um número de 33½ léguas. Sendo assim, nos é possível afirmar, pelo menos, que a expedição saiu do rio Negro no dia 01 de Maio de 1862 nas proximidades de uma ponte que ficava cerca de 200 km acima da confluência entre os rios Negro e Iguazu.

Através de um diário restrito às condições de navegabilidade dos rios Negrinho, Negro e Iguazu, Mendes Machado forneceu poucos dados acerca da geografia, floresta ou presença humana nas margens dos rios que explorou. Em quase trinta dias de viagem entre partidas e chegadas (tanto em Porto da União quanto no Porto da Balsa) sua descrição é concisa, se atendo apenas nos embaraços ou facilidades de singrar os rios em canoa. Sua principal contribuição foi a de unir o rio Negro ao rio Iguazu num percurso que, segundo ele, fora navegável em

²³ MACHADO, Manoel Mendes. Relatório de uma viagem pelos rios Negro e Iguassu desde a ponte que passa para os terrenos dos herdeiros do finado Joaquim Antonio Alves até o bairro denominado – Porto da União –, na margem esquerda do rio Iguassú... In: PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná na abertura da segunda sessão da quinta legislatura pelo exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1863*. Curitiba: Typ. de C. Martins Lopes, 1863, p.103 (anexos).

quase todo o percurso. Para Mendes Machado, a principal melhoria para o trajeto se resumia na retirada das árvores que pendiam sobre as águas ou que obstruíam os caminhos por terem sido trazidas pelas enchentes. Além disso, nas quase 34 léguas que fez antes de entrar no rio Iguazu, Mendes Machado traçou em seu diário um mapeamento dos afluentes e a estimativa geográfica dos pontos exatos em que se lançavam no rio Negro. Onze dias depois da partida, este explorador chegou ao lugar onde o Negro se lança no Iguazu: “Dia 11.—Naveguei dia e noite sem encontrar embaraço algum, passando as barras dos rios S. João e Canoinhas, que julguei navegáveis. Cheguei onde juntam-se os rios Negro e Iguazu, o qual tem 400 palmos de largura.”²⁴

Os dias 12,13 e 14 também não apresentaram nenhum embaraço ou dificuldade à navegação de Mendes Machado e a falta de detalhes neste percurso nos faz pensar que a intenção era a de levar ao Presidente da Província do Paraná um diário que provasse a possibilidade de fazer destes dois rios vias de acesso para transportar, principalmente, o sal. Quanto mais vias de transporte pudessem ser feitas entre os rios, mais interessante seria para os governantes investir neste tipo de empresa e para isso se faziam necessários esses diários de viagens que tomavam lugar de destaque nos relatórios que os Presidentes da Província apresentavam à Assembléia Legislativa. Os diários passavam a ser neste momento, documentos que justificavam os investimentos na área de navegabilidade fluvial, mesmo não passando de breves relatos.

As memórias inscritas nos diários de um explorador davam a certeza de que, se ele conseguira vencer as águas sobre uma canoa, também os transportadores poderiam fazê-lo. Contudo, não se tem um estudo de como se comportariam as mesmas Canoas se estivessem carregadas, fato que nos chama a atenção, pois nos relatórios dos presidentes destacam-se, pelo menos nestes feitos por Gomes Nogueira, as expedições que tiveram êxito, as que conseguiram chegar a seus destinos. Poucos relatórios descrevem as derrotas e as expedições que fracassaram nessa constante procura por “estradas móveis”, que é o termo encontrado por Sergio Buarque de Holanda para ilustrar o desejo de tornar os rios brasileiros navegáveis.²⁵ É através de Holanda também que podemos refletir sobre as várias tragédias que se abateram àqueles que nos séculos XVII e XVIII desafiavam as águas dos rios existentes fora da Amazônia nas chamadas “monções”. Por mais que a

²⁴ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná na abertura da segunda sessão da quinta legislatura pelo exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1863...* *Op.cit.*, p.103 (anexos).

²⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções...* *Op.cit.*

temporalidade do estudo de Holanda seja anterior a que apresentamos neste capítulo, suas discussões sobre o que podemos chamar de “transporte fluvial”, em certa medida, colaboram com as nossas discussões. Pois, pela falta de detalhes que indiquem as formas de construção e o material utilizado no fabrico destas embarcações, podemos pensar que a “tecnologia” utilizada até o aparecimento do barco a vapor no rio Iguaçu (entre 1870 e 1880) não se distinguia da praticada no século XVIII e que são densamente estudadas por Holanda.

É certo que essa rudimentar forma de navegação só era possível em alguns momentos bem específicos do ano, dependendo das correntezas, do excesso ou da falta de chuvas que transformavam constantemente o leito dos rios. No entanto, o intuito de Gomes Nogueira era, sem dúvida, afirmar a possibilidade de abrir outras vias – fora da rota terrestre – que possibilitassem o escoamento do sal. Em seu governo, procurou traçar uma rede de caminhos que unissem os vários rios que desaguavam no Iguaçu a fim de estabelecer vínculos com outras partes da Província do Paraná. Constantemente, em seu relatório, ocorre um entrecruzamento entre o rio Iguaçu e as vias de acesso já existentes na época e as que estavam se construindo, como a citação da estrada que ligaria a Colônia Dona Francisca (Joinville-SC) à província paranaense:

Para demonstrar a vantagem e importancia da navegação deste rio, basta lembrar-vos que, concluida a estrada da colônia D. Francisca até esta provincia, podia ser por essa comunicação transportada a maior parte do sal que se consome no interior e em Guarapuava, até tocar aquella via fluvial, aonde facilmente chegaria em sua procedencia do porto indicado.²⁶

Desta forma, percebemos um anseio, por parte do governante, de unir as poucas vias de comunicação com o intuito de estabelecer conexões que tornassem possíveis o transporte do sal para o interior do Paraná. O ponto de apoio para essas possibilidades era o rio Iguaçu, que passou a ser alvo de expedições e de especulações sobre a possibilidade de torná-lo um rio útil às necessidades da Província. Essa utilidade se resumia, até então, em fornecer suas águas para a navegação sendo digno de nota o fato de que não existe outro tipo de dado sobre o rio

²⁶ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná na abertura da segunda sessão da quinta legislatura pelo exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1863...* *Op.cit.*, p.106.

nestes documentos que não esteja ligado ao fato de ser ou não navegável.

É importante atentar também para o fato de que todos os documentos inscritos no Relatório do Presidente Gomes Nogueira de 1863 aí estão por conta de uma cobrança que o governo imperial fez às autoridades paranaenses em 23 de janeiro de 1862. Todos esses relatos sobre a navegabilidade dos rios paranaenses – dos quais selecionamos apenas os que se referem diretamente ao Iguaçu – fazem parte de uma espécie de resumo do que foi feito para viabilizar a navegação fluvial na Província do Paraná. O que podemos afirmar até aqui é que desde sua emancipação em 1853, a Província contava apenas com escassos estudos advindos de expedições e explorações feitas por cidadãos comuns. Isso não quer dizer que tais relatos não tenham surtido efeitos no que se refere à constituição do processo de navegação sobre o rio Iguaçu. Muito pelo contrário, tais relatos cujas descrições ainda hoje temos acesso, forneceram para a sua época importantes detalhes que até tornaram possíveis certos níveis de navegabilidade fluvial. Contudo, para um governo ávido por progresso e que temia as conseqüências da demora na condução de mercadorias tão importantes como o sal, essa morosidade emergia como um reflexo da incapacidade que tanto a província quanto o império tinham de acessar as localidades interioranas, o chamado *sertão*.

1.1 OS ENGENHEIROS KELLER E A “GRANDE EXPEDIÇÃO” DE 1866

As suposições de que o rio Iguaçu poderia ser navegável também abaixo do porto da União continuaram a alimentar uma série de projetos sobre novas vias de comunicação entre o litoral e a margem esquerda do rio Paraná, abaixo das Sete Quedas. O relatório do presidente André Augusto de Pádua Fleury, resultante de sua fala à Assembléia Provincial em 15 de fevereiro de 1866, destaca, entre outros motivos, a necessidade de ocupação das terras do oeste da província a fim de que se estabelecesse a defesa das fronteiras e um comércio fortalecido com os “Estados do Prata” (Paraguai, Argentina e Uruguai).

É aspiração antiga da província, recebida da de São Paulo, que já herdára da metrópole, o estabelecimento de uma via de comunicação entre o litoral e a margem esquerda do rio Paraná, abaixo das Sete Quedas, não só para defesa da

fronteira, do lado do Paraguai e da Confederação Argentina, como para a fundação de um porto na confluência do Iguassú, que venha a ser o empório de comércio com os Estados do Prata.²⁷

Para Fleury, a própria natureza já havia indicado esse caminho para a fronteira ao estabelecer o traçado do rio Iguazu que nascia nas proximidades de Curitiba e desaguava exatamente nas proximidades do que, mais tarde denominariam tríplice fronteira. Neste sentido, a província possuía, segundo Fleury, uma propícia rota “natural” que deveria ser aproveitada para o estabelecimento das necessidades de proteção das fronteiras e comércio dos produtos obtidos da pecuária e extração florestal da província. Além disso, o rio Iguazu já era navegado por canoas num trecho significativo, o que demonstrava a possibilidade de aumentar esse recurso.

Ainda que o rio Iguassú oferece desde já navegação fácil para canoas desde a Caiacanga ou Portão, a duas ou três léguas da freguesia de Palmeira, até Porto União, no districto de Palmas, dahi para baixo, cerca de quinze leguas da confluência do Canoinhas, apresenta uma serie de cachoeiras e arrecifes até completar sua volta pelo fundo dos campos de Guarapuava.²⁸

As afirmações de Fleury são incisivas quanto à possibilidade de navegação no Iguazu mesmo com a presença das “cachoeiras e arrecifes”. Segundo ele, qualquer que fosse a natureza dos obstáculos, o maior rio da Província poderia se prestar ao traço regular de uma via de comunicação, aproveitando-se as seções cuja navegabilidade fosse reconhecida. Contudo, para o reconhecimento desta “navegabilidade”, era necessário um estudo sobre a parte não pesquisada do rio. Desta forma, Fleury solicitou que o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império se empenhassem na elaboração destes “planos de reconhecimento de navegabilidade”, pois, se houvesse mesmo tal possibilidade, tanto o Império quanto a Província se beneficiariam. O Império garantiria a posse de suas fronteiras e a Província poderia escoar a mais nova riqueza que se explorava nas terras do oeste, a erva-mate (*Ilex paraguariensis*).

²⁷ PARANÁ. *Fala dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Parana à 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury*. Curitiba: Typografia de Candido Lopes, 1866, p.60.

²⁸ Idem.

Com a solicitação de Fleury, ocorreria no rio Iguazu a maior expedição exploratória que se tem notícia no Século XIX, pois, para tanto, o governo Imperial nomeou os engenheiros alemães Francisco (Franz) Keller e José (Joseph) Keller.

Representei pois ao Governo Imperial e, em aviso de 13 de Dezembro do ano findo [1865], fui autorizado pelo Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas á empregar os engenheiros José e Francisco Keller nos estudos hydrográficos desta importante via fluvial.²⁹

Neste sentido, o sonho de fazer uma expedição completa ao rio Iguazu volta a ser cogitada, ainda mais com a possibilidade de ser feita pelos engenheiros que, teoricamente, eram os mais capacitados para tal empreendimento. Isso aparece também no relatório em que o vice-presidente da Província Agostinho Ermelino de Leão apresenta ao presidente Polidoro Cesar Burlamaque em 05 de novembro de 1866. Segundo Leão, em dezembro de 1865 o governo imperial autorizou e confiou a exploração ao rio Iguazu a estes dois engenheiros a fim de que, tecnicamente, houvesse um laudo a respeito das reais possibilidades de navegação no Iguazu.

Pelo que se percebe nas fontes e na historiografia em geral, José e Francisco Keller obtiveram muita fama entre os governantes do império, pois, sob as ordens do governo imperial, realizaram vários estudos com o intuito de viabilizar algumas vias de comunicação no Brasil do Século XVIII. Segundo Cândido Mello-Leitão, as expedições destes engenheiros não se enquadram no que se convencionou chamar “Grandes Expedições Científicas do Século XIX”, mesmo assim, pelos levantamentos geográficos que elaboraram, têm grande importância no cenário científico do Brasil oitocentista. Para Mello-Leitão, as expedições dos Keller são denominadas, na história das expedições científicas, de “expedições científicas menores, com caráter geográfico”.³⁰

Diplomados pela Escola Técnica de Carlsburg – Alemanha, José e Francisco Keller foram contratados pelo Governo Imperial em 1853, ano provável de sua chegada ao Império. Segundo Maria Nicolas, foram agregados ao Ministério de Agricultura e iniciaram seus trabalhos com o

²⁹ PARANÁ. *Fala dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Parana à 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury...* Op.cit., p.60-61.

³⁰ MELLO-LEITÃO, Cândido. *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p.153.

levantamento dos rios Paraíba e Pombo, o que se tornaria a principal atividade destes engenheiros no Brasil, onde permaneceram até 1873.³¹ A forma inovadora com que faziam seus levantamentos geográficos na época e a utilização de métodos e técnicas diferenciadas fez com que os estudos dos Keller se tornassem baluartes de modernidade e eficácia.

Em 1865, quando já eram figuras destacadas no cenário nacional, os Keller chegaram à Província do Paraná a fim de promover a exploração dos rios paranaenses que pudessem servir de comunicação com a Província do Mato Grosso.³² Além disso, conforme nos indica o relatório do vice-presidente Ermelino de Leão, esses engenheiros iniciaram a maior expedição realizada no rio Iguazu até então, com a presença de agrimensores, tradutores e remadores que levariam oito canoas rio abaixo, partindo de São José dos Pinhais até onde as águas permitissem.

Neste sentido, Leão documenta a notícia da exploração e detalha todas as providências que tomou para que esse trabalho fosse facilitado. Segundo ele, o governo da Província foi avisado da exploração no dia 13 de dezembro de 1865 e que os engenheiros José e Francisco Keller deveriam receber o suporte necessário para que esta empresa tivesse êxito. Sendo assim, a Província se responsabilizou pela contratação do pessoal que auxiliaria os engenheiros que estavam sob as ordens do governo imperial. Nomeou-se um agrimensor, Julio Kalkmann, pelo salário mensal de 80 mil réis, um intérprete, Antonio de Moraes Dutra, para colaborar num eventual encontro com os indígenas que habitavam aqueles territórios, e vários remadores, fechando a expedição com 24 homens.

Essa tripulação embarcada em oito canoas iniciou o trajeto “junto á ponte do rio Iguassú, na estrada que da capital se dirige a S. José dos Pinhaes, e d’ali partiram no dia 24 de junho [1866], data em que teve começo a exploração”.³³ Sendo que, até 05 de novembro de 1866, data em que Leão apresentou o relatório ao Presidente Burlamaque, não havia notícia sobre o estágio da expedição.

Contudo, a expedição não logrou o êxito almejado, pois no dia 20 de novembro do mesmo ano foi cancelada pelo Presidente da Província

³¹ NICOLAS, Maria. *Sertanistas do Paraná: os esquecidos*. [Curitiba]: Assembléia Legislativa, 1981, p.115.

³² MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p.114.

³³ PARANÁ. *Relatório do estado da Província do Paraná apresentado ao presidente, o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Polidoro Cesar Burlamaque pelo vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 5 de novembro de 1866*. Curitiba: Typografia de Candido Lopes, 1867, p.11.

Polidoro Cesar Burlamaque, devido, segundo o presidente, à constatação dos engenheiros de que o rio Iguaçu não se prestava à navegação à jusante de Porto União. Segundo Burlamaque, os engenheiros José e Francisco Keller, mandaram ofícios datados de 30 de Agosto e 2 de Novembro de 1866 onde relatavam dificuldades e embaraços insuperáveis à navegação do rio Iguaçu.³⁴ Contudo, nas análises aos documentos resultantes da expedição de 1866, outras versões serão apresentadas pelos engenheiros para o término das atividades antes do previsto e desejado por eles, assunto que discutiremos adiante.

A exploração estendeu-se até a localidade de Passo da Reserva, cerca de 30 léguas abaixo do porto da União. Provavelmente na confluência entre os rios Reserva e Iguaçu, região hoje pertencente ao município de “Reserva do Iguaçu” que, antes de sua emancipação, se chamava Rondinha e pertencia ao município de Pinhão.³⁵ Segundo Burlamaque, os Keller oficiaram à presidência da província relatórios que afirmavam a existência de mais ou menos 90 saltos e corredeiras, além de enormes pedras que bloqueavam o leito do rio e que só com muito custo e despesas poderiam ser removidos. Para legitimar a ordem governamental da desistência da exploração, Burlamaque afirmou em seu relatório que os engenheiros encontraram, além dos entraves gerados pelas pedras e corredeiras, muitas curvas e baixios que impediriam a navegação de navios com mais de dez toneladas de lotação. Desta forma, no discurso de Burlamaque, baseado nos citados ofícios dos engenheiros, o Iguaçu foi retratado como um rio implacável não apenas à navegação comercial, mas também à própria expedição. Não há, no relatório deste presidente, o registro de baixas ou qualquer indício de como a tripulação chegou a Passo da Reserva, sua única preocupação foi a de afirmar que a expedição fora cancelada por motivos econômicos.

Considerando que o rio Iguassu não se presta a navegação, salvo o emprego de avultadas sommas em sua canalização; e no intuito de evitar a continuação de despesas improficuas e que já se elevavam a uma importância de 15:000\$000 concedido pelo Governo Imperial, determinei, em

³⁴ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da província o illustríssimo e excellentíssimo senhor doutor Polidoro Cezar Burlamaque*. Curitiba: Typografia de Candido Lopes, 1867, p.59.

³⁵ Para maiores detalhes cf. CLETO, José. *No vale do Iguaçu*. União da Vitória: Editora Livraria Cleto, 1953; TEIXEIRA, Murilo Walter. *Marco Régio*: municípios de Pinhão e Reserva do Iguaçu: retrospectiva histórica. [S.l.] : [S.n], 2006; e ZARDO, Eduardo Flávio. *Inventário turístico de Reserva do Iguaçu*. Curitiba: SEBRAE/DF, 2001. (Relatório final de Pesquisa).

data de 20 de Novembro, aos engenheiros Keller que voltassem a capital, dando por finda a sua comissão.³⁶

É importante notar a afirmação de Burlamaque de que, segundo a opinião dos engenheiros, o rio Iguazu poderia até ser navegável desde que fosse canalizado. Esse trabalho de canalização ou “endireitamento” do rio foi o que Carvalhaes chamou de “trabalhos de arte”, como vimos anteriormente.³⁷ Porém, como relata Burlamaque, as despesas para a realização destas obras não lhes compensaria o proveito e, por isso, não interessavam à Província e ao Império. No entanto, como discutiremos a seguir, essa opinião não é tão defendida pelos engenheiros Keller, o que, de certa forma, relativiza as afirmações tão específicas de Burlamaque e do governo provincial sobre o fracasso da expedição em questão.

No diário da viagem de José e Francisco Keller emergem uma série de fatores que corroboram para interrupção da viagem, não apenas as dificuldades impostas pelo rio Iguazu. É certo que este rio, na opinião dos engenheiros, era de difícil aproveitamento para fins de navegação, mas disso não poderia ser auferido o insucesso da expedição. Não houve, por parte dos engenheiros, afirmações categóricas de que a viagem devesse ser interrompida. Muito menos que demonstrasse o desejo de desistir da expedição. Os motivos que nos detalham os engenheiros Keller em seu diário de viagem são preciosos para entendermos o contexto político e social de tal excursão e o conjunto de interesses nacional e provincial que se cruzavam neste tipo de atividade “exploratória”.

1.1.1 José e Francisco Keller e suas expedições no contexto dos conflitos entre Brasil e Paraguai (1865-1870)

Antes de entrarmos na discussão específica sobre a expedição dos engenheiros José e Francisco Keller no rio Iguazu é importante discutirmos um pouco sobre estes dois personagens tão singulares para a história das expedições aos rios brasileiros. Pelo menos três expedições

³⁶ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da província o illustríssimo e excellentíssimo senhor doutor Polidoro Cezar Burlamaque...* Op.cit., p.59.

³⁷ Idem. *Relatório apresentado ao Excellentíssimo Senhor Doutor Francisco Liberato de Mattos muito digno presidente da Província do Paraná pelo 2º vice-presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes sobre o estado da administração da mesma Província no anno de 1857...* Op.cit., p.126.

destes dois engenheiros foram analisadas para que pudéssemos compreender melhor as estratégias e metodologias utilizadas por eles em seus empreendimentos expedicionários. A primeira expedição dos engenheiros Keller em solo paranaense foi a “Exploração do Ivahy, Tibagy e Paranapanema” entre os meses de março a julho de 1865, a qual deu origem a dois relatórios: “Exploração do Rio Ivahy”³⁸ e “Exploração dos rios Tibagy e Paranapanema”³⁹. No ano seguinte, deram início à expedição do rio Iguaçu que se deu entre os meses de junho e novembro de 1866. Desta expedição foi publicado apenas o “Extracto do diario da expedição” no *Jornal 19 de dezembro* entre 31 de agosto e 05 de outubro de 1867. Depois destes trabalhos na Província do Paraná, os engenheiros Keller foram incumbidos de uma exploração no rio Madeira, realizada entre dezembro de 1867 e setembro de 1868, cujo relatório foi publicado na Bolívia em 1870.⁴⁰ Desta viagem ao Madeira, Francisco Keller também publicou um livro em 1874, cujo título do original é “Von Amazonas und Madeira” contendo detalhes da viagem e belíssimas ilustrações da floresta e dos povos indígenas.⁴¹

Pouco se sabe sobre a biografia e atividades extra-oficiais dos Keller, pois seus nomes quase sempre aparecem ligados aos seus trabalhos.⁴² Ao analisarmos algumas de suas obras, podemos afirmar que sua formação intelectual extrapola o título de “engenheiros” como são comumente denominados. O que se percebe em seus relatórios muito bem escritos e detalhados, é que o rico e denso conteúdo exposto é fruto de uma observação precisa e adestrada em vasto campo de conhecimentos. Suas asseverações se baseiam em astronomia, geologia,

³⁸ KELLER, José; KELLER, Francisco. Exploração do Rio Ivahy. In: PARANÁ. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Parana à 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury*. Curitiba: Typografia de Candido Lopes, 1866, anexo A, p.1-20

³⁹ Idem. Exploração dos rios Tibagy e Paranapanema. In: PARANÁ. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Parana à 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury*. Curitiba: Typografia de Candido Lopes, 1866, anexo A, p.1-26

⁴⁰ Idem. *Memoria de la exploracion del rio Madera, en la parte comprendida entre la cachuela de San Antonio y la embocadura del Mamoré*. La Paz: Imprenta de la Union Americana por César Sevilla, 1870.

⁴¹ KELLER-LEUZINGER, Franz. *Von Amazonas und Madeira*. Stuttgart: Von U. Groner, 1874.

⁴² Algumas curiosidades surgem sobre o grau de parentesco dos engenheiros. Romário Martins e Cândido Mello-Leitão afirmam que os dois eram irmãos, já Maria Nicolas em seu belo trabalho sobre os sertanistas diz que Francisco Keller era pai de José Keller. Devido a essas controvérsias, preferimos não adotar, nesta tese, ligações parentais entre os dois engenheiros. Cf. MELLO-LEITÃO, Cândido. *História das expedições científicas no Brasil... Op.cit.*, p.153; e NICOLAS, Maria. *Sertanistas do Paraná... Op.cit.*, p.115.

climatologia, hidrografia, pluviometria e biologia, com ênfase em botânica.

Além disso, os Keller procuravam obter informações sobre os habitantes das regiões visitadas e também detinham certos conhecimentos sobre os acontecimentos históricos destes territórios, tais como a presença de missões jesuíticas, das quais procuravam as ruínas e quando as encontravam faziam as plantas baixas de tais povoações. As gravuras em seus relatórios e algumas obras de arte sobre o Paraná, por exemplo, demonstram também que sua formação acadêmica contava ainda com noções artísticas de desenho e pintura, das quais se destaca o trabalho de José Keller, principalmente a aquarela “Vista Geral de Curitiba” de 1865.⁴³ Com todos esses conhecimentos fica evidente a importância dos Keller na Província do Paraná em meados da década de 1860. Como vimos nos relatórios de Fleury e Leão, era empolgante a possibilidade destes “engenheiros” realizarem expedições e mapearem os rios paranaenses a fim de que se obtivesse um estudo “científico” sobre as condições de navegabilidade dos mesmos. Para Maria Nicolas, o principal argumento de Fleury para que o Governo Imperial aprovasse os estudos dos Keller na Província do Paraná fora o de iniciar a construção de uma estrada mista que ligasse Antonina (Paraná) à Cuiabá (Mato Grosso), usando os rios Ivaí, Paraná e Miranda em suas partes aproveitáveis.⁴⁴

O ponto de partida para os trabalhos expedicionários na Província do Paraná se deu em dezembro de 1864, quando o Aviso 156 expedido pelo presidente Fleury, autorizava e instruía especificamente a execução dos trabalhos de exploração e medição hidrográfica no rio Ivaí. Não há como negar também o fato de que a expedição ao rio Ivaí fora autorizada no momento em que se iniciava a Guerra do Paraguai, onde as tropas de Solano Lopez passaram a invadir a Província do Mato Grosso num processo que desencadearia mais de quatro anos de conflito entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Segundo Leslie Bethell, foi justamente em dezembro de 1864 que teve início a ofensiva paraguaia para ocupação de terras mato-grossenses, primeiramente atacando o Forte de Nova Coimbra e no mês de janeiro de 1865 as localidades de Albuquerque e Corumbá.⁴⁵

⁴³ Cf. KELLER, JOSEPH. Vista geral de Curitiba 1865, Aquarela. In: PARANÁ. Secretaria da Cultura. *Pintores da paisagem paranaense*. Curitiba: Secretaria de Cultura, 2001, p.96.

⁴⁴ NICOLAS, Maria. *Sertanistas do Paraná...* Op.cit. p.115-116.

⁴⁵ BETHELL, Leslie. Cronologia da Guerra. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). *A guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.32.

Sobre esse assunto, o historiador paranaense Romário Martins já chamava a atenção em 1899 para o fato de que a chegada dos engenheiros Keller estava intimamente ligada à questão da Guerra do Brasil contra o Paraguai. Segundo Martins, “ao irromper a guerra com o Paraguai, o governo imperial promoveu a exploração dos grandes rios da Província do Paraná que pudessem servir de comunicação com a Província do Mato Grosso: o Ivaí, o Tibagi e o Paranapanema”.⁴⁶ No entanto, Martins não menciona a expedição dos Keller ao rio Iguaçu e isso nos faz levantar algumas considerações.

A primeira é sobre o fato de que, talvez, Martins só tenha levado em consideração as formas estratégicas que percebiam os rios do norte da Província como “estradas” para a Província do Mato Grosso. A segunda, talvez mais coerente, é a de que Romário Martins, não tenha considerado a expedição ao Iguaçu pelo simples fato dela não ter tido êxito, o que explicaria seu silêncio às questões levantadas nos relatórios dos Keller sobre o rio Iguaçu. O certo é que, para Martins, somente foram importantes e dignas de nota as expedições aos rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema porque pôde constatar, através da leitura e análise dos relatórios, a possibilidade de navegação por vapores de roda. Além do mais, a expedição ao Iguaçu só foi encarregada depois do sucesso que os pesquisadores obtiveram com as expedições anteriores no norte da Província, o que também pode demonstrar um forte argumento apelativo às ações governamentais que lograram êxito e que, por isso, mereciam figurar entre os fatos relevantes para a “história”.

O que nos importa até aqui é destacar que em mais de uma década de especulações sobre a possibilidade de estudos e projetos para tornar os rios paranaenses navegáveis na Província do Paraná – lembrando que os Keller já faziam esse tipo de estudo desde 1853 no Brasil –, foi somente com o início dos conflitos com o Paraguai, que esses anseios se transformaram em ações. E, se a historiografia nos faz perceber que os rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema poderiam servir de caminhos para a Província do Mato Grosso, podemos inferir que o Iguaçu também poderia servir como caminho mais curto entre Curitiba e os territórios fronteiriços Brasil/Paraguai existentes abaixo das Sete Quedas do rio Paraná. Neste sentido, à navegação se agregam objetivos que ultrapassam os desejos de crescimento e desenvolvimento da Província. Os rios passam a ser espaços estratégicos no desenrolar dos conflitos e dominá-los significava também estar à frente dos inimigos, surpreendê-los por caminhos até então desconhecidos, espreitá-los em

⁴⁶ MARTINS, Romário. *História do Paraná... Op.cit.*, p.114.

espaços fronteiriços inesperados como eram os territórios dos rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema e, porque não, os territórios próximos à foz do rio Iguaçu no rio Paraná.

Contudo, há de se levar em conta que, em momento algum, José e Francisco Keller deixaram transparecer, em seus relatórios, que seu trabalho expedicionário advinha de uma questão de estratégia de guerra. Em seus diários de viagem procuram informar aos leitores que a intenção de cada expedição era apenas a de informar ao governo da Província do Paraná os trechos navegáveis e se havia forma de superar os obstáculos que tais rios impunham à navegação nos trechos de saltos, cachoeiras ou baixios. Encontramos apenas duas referências à Guerra do Paraguai, o que possibilita inferirmos que, mesmo não tomando o conflito como alavanca para seus estudos, eles tinham consciência dos embates que se travavam entre militares brasileiros e paraguaios nas proximidades com a Província do Mato Grosso. A primeira referência está no relatório da expedição ao Ivaí. Trata-se do anoitecer do dia 17 de maio de 1865, quando, segundo os Keller, ouviram um forte estrondo parecido com explosão de pólvora.

Não podemos deixar de referir que na mesma tarde da nossa chegada (17 de Maio) ouvimos, por volta das 5 horas, um forte estrondo na direcção de Oeste, d'onde então era o vento, assemelhando-se ao de uma grande explosão de pólvora ; e isto foi confirmado pela relação dos habitantes dos aldeamentos do Paranapanema e S. Pedro de Alcantara, os quaes naquelle dia ouviram não só um como outros iguaes vindos da mesma direcção. Talvez os acontecimentos recentes do theatro da guerra do Paraguay dêem explicação desse phenomeno, que não devia passar em silencio.⁴⁷

Não há como afirmar categoricamente se o barulho ouvido pelos Keller e pelos habitantes dos aldeamentos São Pedro de Alcântara (atual município de Jataizinho-Pr) e do Paranapanema (na época Aldeamento Santo Inácio do Paranapanema)⁴⁸ foi conseqüente de uma explosão

⁴⁷ KELLER, José; KELLER, Francisco. Exploração do Rio Ivahy... *Op.cit.*, p.5.

⁴⁸ Segundo Arquivo Público do Paraná o aldeamento Santo Inácio do Paranapanema teve início em 1862, como aldeamento de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó que ficava na desembocadura do rio Pirapó com o Paranapanema. Devido às inúmeras doenças, esse aldeamento foi transferido para a embocadura do rio Santo Inácio, no vale do Paranapanema, de onde recebeu a denominação até ser extinto em 1878 tendo a população indígena sido

advinda dos conflitos da guerra. A distância entre o foco do conflito em maio de 1865 e a localização da comitiva dos Keller ou dos aldeamentos citados é muito grande, porém, é certo que nesta data as batalhas se acirravam no que podemos aqui chamar de “zona de guerra”, onde as tropas paraguaias avançavam e tomavam posse de colônias militares e fortes existentes na Província do Mato Grosso. O que importa é notar que, mesmo estando a mais de cinco meses em expedição, os Keller obtinham notícias sobre a Guerra e acharam necessário não deixar esse “fenômeno” passar em silêncio em seu relatório, pois se tratava de um conflito que eles mesmos poderiam, enquanto comitiva, encontrar pelo caminho, já que seu rumo era justamente o mesmo de onde vinha o barulho que ouviram.

Através deste relato, mesmo sendo breve e aparentemente noticiário, reforça-se a tese de Romário Martins de que a Guerra contra o Paraguai forçou o governo imperial a realizar ações incisivas na busca por caminhos que levassem à Província do Mato Grosso. Neste caso, a viagem dos Keller aos rios paranaenses emerge não apenas como uma expedição de reconhecimento como as que haviam sido feitas na década de 1850 por Joaquim Francisco Lopes (Sertanejo Lopes), mas de projetos que em pouco tempo pudessem tornar os rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema navegáveis a fim de guarnecer a Província vizinha à do Paraná de militares e de colonos que a fortalecessem a ponto de não ser mais um alvo fácil para investidas de países vizinhos. Por conta do sucesso destas expedições aos rios do norte do Paraná, entendeu-se que deveriam se estender também a outros rios como o Iguaçu, por exemplo, e, em seguida, aos rios da Amazônia, como foi o caso do Madeira feita por José e Francisco Keller entre dezembro de 1867 e setembro de 1868. Com isso, possibilita-nos também a asserção de que, embora as expedições na Província do Paraná fossem outorgadas e acompanhadas pelos chefes desta província, essas ações advinham de um plano de defesa nacional gerado num momento de conflito internacional, que expôs a fragilidade das defesas do Império do Brasil.

Com isso, estreitam-se os significados dos rios como locais estratégicos e que forneceriam ao Império as vias de comunicação capazes de fortalecer as fronteiras territoriais. Só para termos uma idéia de como esse pensamento marcou a segunda metade da década de 1860, os Keller, num espaço de quatro anos – justamente os anos da ofensiva

transferida para o aldeamento de São Pedro de Alcântara (atual município de Jataizinho - PR). Para maiores detalhes cf. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853 - 1870*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007, p.25.

paraguaia –, realizaram cinco expedições em rios brasileiros. Destas, quatro na Província do Paraná: Ivaí (março a junho de 1865), Paranapanema e Tibagi (junho a julho de 1865), Iguaçu (junho a novembro de 1866); e na Província do Amazonas realizaram uma expedição no rio Madeira, entre a cachoeira de Santo Antonio até o rio Mamoré (dezembro de 1867 a setembro de 1868). De todas as expedições, cujos extratos da viagem analisamos para este capítulo, somente a viagem ao rio Iguaçu não estabelece prioridades de encontrar meios de navegação rumo à Província do Mato Grosso. Em todas as outras essa questão fica bem clara como as afirmações constantes no relatório ao rio Madeira, para citar apenas uma:

Por órden de 10 de Octubre de 1867, fuimos encargados por el Gobierno Imperial de explorar el rio Madera, en la parte obstruída por las cachuelas, desde la de San Antonio hasta la embocadura del rio Mamorè, y de presentar los proyectos mas apropiados para el mejoramiento de esa importante via de comunicaci3n con la provincia de Matto-Grosso y la República de Bolivia.⁴⁹

Sendo assim, existe uma ligação entre as expedições dos engenheiros Keller e a invasão dos paraguaios à Província do Mato Grosso no cenário da Guerra com o Paraguai.

No caso específico da expedição ao rio Iguaçu, mesmo não sendo explícitas as relações desta com a questão do estabelecimento de novas vias para o Mato Grosso, não há como não associá-la às outras explorações. O desenrolar das atividades programadas, primeiramente nos rios do norte da Província do Paraná, a seqüência dos mesmos trabalhos no rio Iguaçu e posteriormente no Madeira, nos permitem levantar a possibilidade de que todas essas expedições obedeciam a um mesmo fim. Nesta também encontramos uma referência à Guerra do Paraguai numa peculiaridade que causou grande transtorno à expedição.

Aconteceu que, devido ao medo de ser recrutado para a guerra, um dos homens que tinha sido enviado à Curitiba levando ofício, cartas e o relatório da expedição até o Porto da União, fugiu antes de chegar ao seu destino. Este personagem, chamado de “próprio” pelos Keller, deixou a expedição em Porto da União em fins do mês de agosto de 1866 com duas responsabilidades: a de levar as correspondências e a de

⁴⁹ KELLER, José; KELLER, Francisco. Memoria de la esploracion del rio Madera... *Op.cit.*, p.1.

trazer as respostas para a tripulação. O local marcado para o retorno fora a localidade de Passo do Iguaçu (atual Passo da Reserva), pois haveria tempo hábil tanto para o “próprio” chegar lá, quanto para a expedição, o que não ocorreu.

Contudo, somente a expedição chegou ao local combinado. O “próprio” que também devia estar ali com notícias do presidente e das famílias dos camaradas enviou apenas uma carta com pedido de desculpas por não ter cumprido sua tarefa. Nesta carta, datada em Palmas, o “próprio” comunicava que tinha perdido o ofício que os Keller lhe entregaram perto de Curitiba e regressara dali sem nem ter dado notícia verbal da expedição às autoridades provinciais. Mesmo com as desculpas inscritas na carta, os engenheiros entenderam ser de outra natureza o não cumprimento da obrigação, conforme relatam:

Pessoas que conheciam ha mais tempo o sujeito, nos disseram que, sem duvida, era o medo do recrutamento, e a energia com a qual o Sr. Presidente tratava desse assumpto naquelle momento, que o fez regressar de tão perto da capital.⁵⁰

Mais uma vez a Guerra do Paraguai é motivo de nota nos relatórios das explorações feitas pelos Keller. Tanto o barulho ouvido no decorrer da viagem ao Ivaí, quanto a fuga do camarada por medo de ser recrutado, nos mostra como a guerra e suas representações permeavam o cotidiano da tripulação e também dos exploradores. O caso do “próprio” que não entregou as correspondências que estavam sob sua responsabilidade trouxe conseqüências sérias à expedição, pois a viagem por terra até a capital duraria mais uns dois meses e eles não poderiam avançar neste tempo devido à falta de recursos e de ordens de prosseguimento. Tiveram que mandar outro próprio e acertar as contas com os camaradas que não quiseram ficar mais tempo, o que comprometeu a expedição de tal forma que este foi o último lugar descrito no relatório.

No entanto, as poucas e curtas alusões à Guerra do Paraguai e suas influências nas expedições não estão inclusas nos objetivos dos relatórios. As construções discursivas em torno dos rios são as principais ferramentas dos engenheiros Keller que procuraram imprimir em seus diários ou relatórios a “neutralidade” que a ciência da época lhes

⁵⁰ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e F. Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 5 de outubro de 1867, n.827, p.2.

impunha. Por isso, mesmo não sendo levada a cabo, a viagem exploratória ao rio Iguazu tornou-se singular, pois foi a primeira a olhar para o rio não apenas como um objeto natural, mas como um objeto de estudo onde a “ciência”, a “técnica” e a “arte” poderiam ser empregadas a fim de corrigi-lo e utilizá-lo. Mesmo assim, esse olhar também perscrutou suas margens, suas florestas, seus habitantes e os modos de vida que principiavam naqueles territórios por onde passavam algumas canoas e tropas de gado e de muares, tornando seus relatórios “científicos” documentos historiográficos sobre esta parte do território paranaense.

1.1.2 O rio Iguazu em diário: os Keller e a documentação da viagem

Da mesma forma que foram feitas as explorações do Ivaí, Tibagi e Paranapanema, José e Francisco Keller almejavam fazer no rio Iguazu. Com a mesma metodologia iniciaram os trabalhos expedicionários no dia 24 de junho de 1866 saindo de Curitiba com destino à ponte que havia sobre o Rio Iguazu nas proximidades de São José dos Pinhais. Devido às intensas chuvas e o nível do rio estar 2,5 metros acima do que se considerava normal, ali ficaram até o dia 27 fazendo medições altimétricas e observações sobre o perfil transversal do vale do rio. Além disso, dividiram a tripulação e as cargas para cada uma das sete canoas que compunham a expedição,⁵¹ embora Ermelino de Leão tenha afirmado a saída de oito. Os relatórios das expedições dos engenheiros Keller obedeciam a uma estrutura capitular onde, quase sempre, contava com um capítulo inicial onde eram transcritas as anotações do diário de viagem, seguidas de noções geológicas, climatológicas, medições hidrográficas, projetos para as vias de comunicação por terra e por água, cada uma dessas áreas estabelecidas em capítulo específico. Os relatórios contam também com mapas, desenhos, plantas dos sistemas hidrográficos percorridos e as conclusões pessoais dos autores. Especificamente sobre a exploração ao rio Iguazu o relatório subdividiu-se da seguinte forma:

A. Extracto do diário da expedição.

⁵¹ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e F. Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 31 de agosto de 1867, n.817, p.3.

- B. Noções geológicas e climatológicas sobre os terrenos percorridos.
- C. Resultados da medição hydrographica.
- D. Projectos para vias de comunicação por terra e por água.
- E. Conclusão.⁵²

Neste trabalho estamos analisando somente a parte A, por ter sido publicada no *Jornal 19 de dezembro* entre os meses de agosto e outubro de 1867. Nesta parte estão as análises gerais sobre o rio, as atividades e dificuldades da viagem e, principalmente, o despreparo da tripulação que, segundo os Keller, foi o principal motivo do término da viagem antes do previsto. Para os engenheiros, o êxito de suas expedições dependia, em grande parte, do empenho e trabalho dos tripulantes a quem chamavam de “camaradas”. Sendo assim, é possível afirmar que a expedição não terminou apenas pelas dificuldades impostas pelo rio Iguazu. Se lermos os relatórios das outras viagens, veremos que todos os rios explorados pelos Keller em meados de 1860 apresentaram dificuldades por vezes intransponíveis, mas que, nem por isso, impediram o término da viagem. Desde a apresentação do relatório, os engenheiros afirmam a falta de engajamento e de “qualidades physicas e moraes”⁵³ da tripulação, e que, segundo eles, o grande erro da exploração foi a escolha de tais homens.

Reconheceu-se infelizmente, no decurso da viagem, que a escolha não tinha sido satisfactoria, resultando desse inconveniente, afinal dar-se por concluída a exploração, pelo Exmo. Sr. Presidente da província, antes de chegarmos ao Paraná.⁵⁴

O desejo de José e Francisco Keller era o de engajar para a exploração do Iguazu, os mesmo camaradas que os acompanharam nas viagens ao Ivaí, Tibagi e Paranapanema. Fazia parte desta tripulação vinte moradores da Colônia Thereza⁵⁵ contratados exclusivamente para a expedição como remeiros. O comportamento destes camaradas foi

⁵² KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e F. Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 31 de agosto de 1867, n.817, p.3.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Atual município de Ivaí, a Colônia Thereza foi fundada em 1847, às margens do Rio Ivaí, pelo médico francês João Mauricio Faivre. Segundo Romário Martins, em 1864 a população desta colônia era de 342 habitantes sendo elevada à categoria de Freguesia em 1871. Para mais informações cf. MARTINS, Romário. *História do Paraná... Op.cit.*, p.353.

digno de nota no relatório sobre a respectiva viagem onde os engenheiros afirmaram se tratar de “boa gente” e “perfeitos canoeiros” que “em uma viagem longa, cheia de privações e de perigos, mostraram sempre o melhor ânimo e boa vontade, arremetendo aos trabalhos sem repugnância”.⁵⁶ No entanto, para a expedição ao Iguazu, os Keller só puderam contar com a presença de três homens da Colônia Tereza, sendo necessário, então, engajar, contra a sua vontade, os outros membros “na ribeira de Iguape e em Morretes”.⁵⁷

A Ribeira do Iguape é um rico sistema pluvial existente nos limites entre os atuais estados do Paraná e São Paulo, cujas nascentes estão na Serra do Mar e correm em direção ao oceano atlântico. No território paranaense esse sistema recebe importantes afluentes como os rios Assungui, Pardo e Itapirapuã. Segundo Romário Martins, “o rio Ribeira do Iguape foi uma das mais freqüentadas vias de penetração paulista no sertão do Guaíra, a partir do século XVII, quando os bandeirantes atingiram o Tibagi pelo sertão do Assungui”.⁵⁸ Sendo assim, há mais de dois séculos se fazia navegação com canoas sobre o Rio Ribeira, de onde os engenheiros Keller engajaram os homens para a expedição ao Iguazu.

Contudo, esta tradição secular de navegação em canoas não foi suficiente para capacitar tais canoeiros, conforme nos aponta o relatório da viagem dos Keller. Pelo que se percebe, a viagem foi marcada por uma série de conflitos entre a tripulação e os engenheiros a ponto de vários momentos da narrativa estar inscritos os relatos de baixas e queixas da falta de vontade dos camaradas em cumprir suas “obrigações”. O fato é que, para os engenheiros, apenas o intérprete (Antônio Moraes Dutra), o agrimensor (Julio Kalkmann), os três camaradas advindos da “Colônia Tereza” e um pequeno número de canoeiros (os mais moços) contribuíram para a execução da exploração ao rio Iguazu, “o resto, em parte não puderam no curso da viagem, em parte não quiseram cumprir com suas obrigações, dificultando eles, assim, a cada passo, o progresso da expedição”.⁵⁹

Dentre os vários motivos que poderiam explicar a razão destes conflitos entre a tripulação e os engenheiros, acreditamos que um dos

⁵⁶ KELLER, José; KELLER, Francisco. Exploração do Rio Ivahy... *Op.cit.*, p.6.

⁵⁷ Idem. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e F. Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 31 de agosto de 1867, n.817, p.3.

⁵⁸ MARTINS, Romário. *História do Paraná...* *Op.cit.*, p.22.

⁵⁹ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e F. Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 31 de agosto de 1867, n.817, p.3.

principais seja o modo distinto de compreender os rios e praticar a navegação com canoas. Os habitantes das terras próximas ao litoral paranaense, principalmente os locais de onde os canoieiros foram selecionados, certamente não imaginavam como era o rio Iguaçu, pois suas experiências com navegação estavam pautadas nas características dos rios litorâneos. Por estarem quase ao nível do mar, estes rios possibilitavam uma navegação com menos entraves e, com isto, menos esforços aos canoieiros, bem diferente da realidade imposta por um rio de planaltos, como é o Iguaçu. Desta forma, podemos inferir que os canoieiros contratados em Morretes e arredores não tinham a experiência necessária para os desafios impostos pelo rio Iguaçu e que, por isso, apresentaram um comportamento distinto, compreendido pelos engenheiros como fraqueza física e moral. Do relatório, extraímos a noção de fraqueza física como sendo aquela advinda de um corpo senil – já que os jovens foram apontados como exceção neste grupo – e que, no decurso da viagem não puderam ou conseguiram cumprir com o contrato. Já a noção de fraqueza moral foi utilizada para desqualificar aqueles que, mesmo podendo continuar e contribuir com a jornada, não tiveram força suficiente para cumprir com a palavra empenhada no contrato de trabalho.

Por outro lado, os canoieiros que acompanharam os Keller nas expedições aos rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema moravam às margens do rio Ivaí e, por isso, estavam acostumados com uma navegação difícil e que exigia muito dos remadores e canoieiros. Desta forma, ao navegar com os engenheiros, sua experiência foi interpretada como competência e força de vontade, resultando no sucesso das expedições em que trabalharam.

Toda essa discussão acerca das “qualidades” e “defeitos” da tripulação ajuda-nos a compreender as diferentes relações sociais construídas nestas viagens e faz com que se relativize o papel do rio como o fator determinante para o sucesso ou insucesso da expedição. Para os Keller, o rio Iguaçu não era mais ou menos agressivo que os outros rios explorados, o que nos leva a deduzir que se não fossem os conflitos advindos das relações humanas, a viagem teriam cumprido seu curso normal. Essas discussões possibilitam-nos compreender também as tramas que enovelam os diversos objetivos incrustados nestas viagens exploratórias. Diferentemente dos governantes, cujo objetivo era somente a verificação da possibilidade da navegação no rio Iguaçu, os engenheiros Keller demonstram que seus interesses estavam muito mais ligados a viagem em si do que as análises sobre a navegabilidade do rio. Muito mais do que caminhos navegáveis, os Keller procuravam explorar

os territórios, conhecer a fauna, a flora, as populações indígenas, seus modos de vida e significação. Neste processo, o rio deixa de ser o objeto principal da expedição e passa a agir como condição de possibilidade para aquilo que se constituiu como a principal busca dos exploradores, a do conhecimento. Por isso, o ressentimento pela desistência da tripulação é a principal causa da culpabilidade imposta pelos engenheiros Keller aos membros escolhidos e contratados em Morretes.

Igualmente, por força do contrato com o governo, os engenheiros cumpriam também suas obrigações de formular mapas, plantas e projetos que viabilizassem a navegação nos rios explorados. Além disso, calculavam as despesas, indicavam a técnica que deveria ser empregada, o tamanho dos navios que poderiam navegar nestes trajetos e os métodos pelos quais deveriam ser feitas estas obras de “endireitamento” dos rios. Neste sentido, seus relatórios são também importantes fontes para uma história das técnicas de navegação fluvial do Século XIX. Porém, entendemos que no caso específico da viagem ao rio Iguazu, são as relações com a tripulação e com a natureza as principais contribuições destes engenheiros para a história das relações humanas com este rio. O cotidiano da viagem nos fornece elementos imprescindíveis para interpretar o início de uma prática exploratória que, a partir de então, não mais cessou nas águas do rio Iguazu, a do conhecimento. Conhecer no sentido de desnudar, de tornar visíveis suas características para, a partir daí, iniciar o processo de “humanização” do rio, entendida aqui como a ação de tornar o homem presente nestes espaços de água, florestas e solos férteis.

É importante lembrarmos que antes dessa viagem dos Keller, outras foram realizadas entre os anos de 1861 e 1862, como vimos anteriormente. Contudo, estas explorações retrataram apenas partes de possíveis trajetos. O primeiro estudo fora aquele entre São José dos Pinhais e Lapa feito por Manoel Mendes Machado, o segundo entre Porto da União e a Vau do Rio Iguazu, feito por Pedro de Siqueira Cortes (o qual não se publicou nos relatórios dos presidentes de província) e o terceiro e maior trajeto, também por Manoel Mendes Machado, foi aquele que percorreu o rio Negro até sua confluência com o Iguazu, desceu por este até Porto da União e, dali, subiu-o até Porto Amazonas. Por isso, embora a exploração dos Keller não tenha se concretizado até a confluência do Iguazu com o Paraná, os relatórios sobre os trajetos percorridos pelos engenheiros alemães representam o todo das inúmeras partes visitadas e analisadas neste rio ao longo de vários anos no Século XIX. Além das medições hidrográficas, pluviométricas, altimétricas e de velocidade das águas, com vistas à

descrição de possíveis espaços navegáveis, os Keller inserem um conteúdo inédito sobre o espaço natural (vegetação, minérios, fauna) e social (os povos que viviam às margens do rio e a aglomeração nos pequenos povoados, as relações entre brancos e indígenas, relações de trabalho na viagem e, até mesmo, como os costumes alimentares determinaram rumos na expedição).

1.1.3. Os Keller e a construção dos recursos naturais ao longo do rio Iguaçú

Sobre o espaço natural destacamos as descrições e análises sobre a cobertura vegetal das margens, de como elas influenciaram os rumos da expedição e como determinavam a paisagem ao longo do rio. No início da viagem, a paisagem marginal era composta por uma cerrada vegetação da qual se destacavam inúmeros cambuís (*Myrciaria tenella*), “uma myrtacea de pouca elevação, cujos ramos não deixavam passagem alguma para as canoas”.⁶⁰ Por vezes, essa mirtácea, cuja família abrange espécies conhecidas como a jabuticabeira, pitangueira e guabirobeira, além de dificultar a passagem das canoas pelo rio, impediam também que os expedicionários encontrassem um lugar seco para o pouso. Conforme o rio ia se alongando e a vista dos engenheiros ganhava distância, outras espécies vão constituindo as florestas ao longo do Iguaçú dos anos 1860.

No dia 7 de Julho chegamos á pequena freguezia do Iguassú (Tindiquera), situada no alto, á margem direita do rio, com uma ponte sobre o mesmo. Continuavam as myrtaceas a formar quase que exclusivamente a vegetação das margens do rio, e só de vez em quando levantava um grupo de pinheiros nos lugares mais enxutos a sua coroa magestosa por cima dos outros arbustos.⁶¹

A presença da araucária (*Araucaria angustifolia*), que mais tarde se tornaria a árvore símbolo do Paraná, representa, na narrativa dos engenheiros, uma gradual mudança florestal de acordo com o avanço do

⁶⁰ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e F. Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 31 de agosto de 1867, n.817, p.3.

⁶¹ *Ibidem*, p.4.

rio no interior da província. Enquanto nas proximidades da capital a paisagem era dominada por uma mirtácea que, embora formasse uma vegetação fechada e abundante, era, ainda assim, de pequeno porte e com baixo valor comercial. No entanto, à medida que o rio vai se alargando, possibilitando a visão de lugares mais distantes das margens e, por isso, enxutos, passam a se destacar outras espécies do que se convencionou chamar de floresta nativa. O pinheiro araucária, desde o século XIX, passa a ser descrito com adjetivos que o constitui como “o rei” das matas paranaenses por seu imponente tamanho e valor comercial. É importante destacar que, mesmo aparecendo “de vez em quando”, a araucária ganhou destaque na narrativa dos Keller e serviu de inspiração para a denominação do município que deu lugar à “Freguezia do Iguassú”, o atual município de Araucária.⁶²

Além das florestas nativas, pode-se perceber também que algumas ações de desmatamento já se mostravam em alguns pontos isolados e mais distantes das margens do Iguaçu. A presença de espécies cultivadas na descrição da paisagem demonstra a existência de ações exploratórias por entre as matas, sendo que a existência destas ações era intuída pela visão de espécies não nativas entre a vegetação. Sobre essas práticas os engenheiros afirmam que “raras vezes se percebem, por entre uma vegetação cerrada, os morros dos campos mais distantes, com uma ou outra estância no meio dos pecegueiros plantados em roda”.⁶³ Pela visão de pequenas plantações de pessegueiros, José e Francisco Keller confirmam a prática estancieira nas proximidades da “Freguezia do Iguassú” que, desde a década de 1860, representava a forma mais utilizada para sobrevivência dos habitantes daquela região.

Depois de terem passado o salto do Caiacanga, o que demorou cerca de dez dias, os Keller descrevem outro perfil tanto das águas do Iguaçu, quanto das formações rochosas e do solo o que, segundo eles, transformava consideravelmente a paisagem florestal. De seu relatório podemos perceber que as transformações do rio operam as transformações da floresta que o margeia.

⁶² Através do Decreto nº40 de 1890, artigo 1º, o povoado da freguesia do Iguassú foi elevado à categoria de vila, com a denominação de “Araucária”. Para mais informações sobre a história da “Freguezia do Iguassú” cf. ARAUCÁRIA: identidade, registro de sua história. Araucária: Prefeitura Municipal, 2003. (Cadernos Pedagógicos 1); e CARNEIRO JÚNIOR, Renato Augusto; BARCIK, Verginia. *Da madeira ao aço: a industrialização de Araucária*. Araucária, 1999. (História de Araucária 4).

⁶³ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e F. Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 31 de agosto de 1867, n.817, p.4.

Desse ponto para baixo (quer dizer do fim do primeiro grupo de cachoeiras de 5 leguas de computo) [das quais o ponto culminante é o salto de Caiacanga] o caracter do rio e das margens muda inteiramente. [...] A vegetação também vai mudando consideravelmente quasi desaparecendo inteiramente as myrtaceas (cambuis), cujo logar tomam algumas bambonaceas (taquara, cresciuma, jetivoca, &c.), a palmeira jerivá e pinheiros, á sombra dos quaes aparece o *ilex*.⁶⁴

Pela descrição dos engenheiros constitui-se um quadro sinóptico da vegetação que acompanha o percurso do rio Iguazu. No lugar dos cambuis que se emaranhavam por sobre a superfície e margens do rio aparecem as taquaras, as palmeiras e os pinheiros que antes só apareciam nos lugares mais altos e enxutos. Outra planta muito importante para a economia paranaense também ganha destaque na descrição dos Keller, o *ilex*, a conhecida “erva-mate”. Com este quadro de espécies podemos construir a paisagem vegetal das margens do rio Iguazu ainda no Século XIX. O fotógrafo Arthur Wischral captou uma imagem semelhante em uma de suas viagens ao interior do Paraná e que nos possibilita uma noção da paisagem encontrada pelos Keller nesta parte do rio. Este fotógrafo é autor de inúmeras fotografias que retrataram as paisagens do interior do Paraná no início do Século XX. Parte de seu trabalho constitui importante acervo imagético na Casa da Memória de Curitiba.⁶⁵

⁶⁴ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 14 de setembro de 1867, n.821, p.2.

⁶⁵ Sobre vida, obra e acervo de Wischral cf. BARACHO, Maria Luiza Gonçalves; SUTIL, Marcelo Saldanha. O acervo Wischral: documentos de um olhar. *Boletim Casa Romário Martins*. Curitiba, v.31, n.134, abr. 2007.



FIGURA 03. Floresta marginal ao rio Iguaçu

FONTE: Wischral [19-]

Por se tratar de fotografia tirada provavelmente entre 1910-1930, é bem provável que inúmeras mudanças já poderiam ser sentidas na paisagem devido à exploração madeireira e da erva-mate. Contudo, este trecho preservado da mata ciliar nos permite analogias com a descrição feita pelos engenheiros Keller em 1866, pois é nítida a presença de pinheiros, palmeiras jerivás e algumas mirtáceas. Além disso, essa fotografia foi reproduzida num contexto de comemorações ao cinquentenário da navegação a vapor no rio Iguaçu (1882-1932), justamente no espaço em que o rio apresenta também as mesmas características apontadas pelos Keller em 1866. Desta forma, a imagem ajuda-nos a compreender o papel da paisagem no contexto da construção discursiva sobre o rio. Assim, percebermos que a atenção dos engenheiros não se fixou apenas nas mudanças de altitude, do tipo de solo e do clima por onde corre o rio. Entendemos que existe uma preocupação com o “conjunto”, com o “todo” que forma a imbricada paisagem de rio e floresta e que adensa as noções dos recursos naturais pertencentes à Província do Paraná dos oitocentos.

Além das florestas, a formação mineral dos territórios banhados pelo rio Iguaçu também foram discutidos pelos engenheiros ao salientarem em seu relatório uma possível extração de “azougue” (Mercúrio-Hg) numa mina existente nos “campos do Castelhana”, antiga estância do Portão, arredores do Salto Caiacanga (hoje município

de Porto Amazonas). Ao relatar a existência desta mina, os engenheiros Keller nos possibilitam a afirmação de que entre junho de 1865 e junho de 1866 (período entre as expedições dos rios do norte da província e a expedição ao Iguaçu) eles permaneceram na Província do Paraná realizando pesquisas. Entre estas, eles relatam uma exploração à mina de Mercúrio citada no relatório da expedição ao Iguaçu:

Perto desse lugar [Salto Caiacanga] se acha a barra do Ribeirão, em cujas cabeceiras nos campos chamados de Castelhana (antiga estância do Portão) se tem descoberto, ha annos, a mina de azougue, que em 1865 explorámos, indicando em nosso relatório o modo que se devia proceder para chegar ao conhecimento da riqueza e importancia della.⁶⁶

Novamente se percebe o objetivo de agrupar o maior número possível de informações sobre os recursos naturais nos territórios percorridos pelo Iguaçu. Além das descrições do rio e das florestas, as formações rochosas e o registro sobre a mina de Mercúrio enriquecem o relatório tornando-se um importante mapa de recursos naturais o que tende a legitimar a prática da exploração, já que, não podemos esquecer, os engenheiros eram pagos pela província para tal trabalho. Quanto mais riquezas apontassem em seus estudos, mais valiosas pareceriam suas expedições. Neste ponto, nos chama a atenção a falta de descrições sobre as rochas betuminosas existentes entre o Salto Caiacanga e o Porto da União e que serão constantemente descritas na viagem do Visconde de Taunay em 1886, como veremos adiante. Segundo Taunay, essas formações rochosas acompanham todo o leito do rio nas proximidades do povoado de São Mateus que se constitui justamente com a chegada dos exploradores de xisto betuminoso em 1877. Tal minério é uma rocha sedimentar que contém óleo em sua composição. Quando a rocha é aquecida, o óleo se desprende e adquire características semelhantes às do Petróleo. Embora haja esforços de exploração deste minério desde o último quartel do Século XIX, a região em questão só se tornou uma grande produtora de xisto betuminoso a partir da década de 1960 com investimentos da Petrobrás. No entanto, a história do xisto no Paraná pode ser atrelada também à história do próprio rio Iguaçu, pois foi através de viagens neste rio que se percebeu a existência do betume nos

⁶⁶ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytuba, 14 de setembro de 1867, n.821, p.2.

paredões de rocha que acompanhavam seu curso. Por mais que a viagem dos Keller estivesse acontecendo onze anos antes da constituição de São Mateus e do início da exploração do xisto betuminoso, é interessante o fato de não haver nenhuma alusão à presença deste tipo de minério em seu relatório.

Ainda sobre os recursos naturais da região, o relatório dos Keller não apresenta características da fauna existente ao longo do percurso. Aliás, é a falta de animais de caça um dos grandes problemas enfrentados pela tripulação durante a viagem. Pouco se andou por entre as matas e de dentro das canoas ou nas pequenas lareiras abertas para pouso não se tem notícia de fartura ou abundância de alimentos providos da caça. Pelo contrário, tiveram que em alguns lugares se guarnecer de carne bovina advinda de reses abatidas e charqueadas nas colônias onde se criavam esses animais. Foi assim que fizeram quando chegaram no porto da União: “Carneámos uma rez e xarqueámol-a, o que era tanto mais necessário quanto a caça nos logares percorridos tinha sido pouco produtiva”.⁶⁷

Por mais ricas que tenham sido as descrições sobre os espaços físicos e naturais do rio Iguazu por onde passaram os Keller, as narrativas que mais contribuem para nosso trabalho não são as que eles fizeram deliberadamente, mas sim as relações sociais inscritas nas entrelinhas do relatório. Os modos de vida, as relações de trabalho, a subsistência e os significados do rio para os povoados ribeirinhos, as relações de conflito e camaradagens entre brancos e indígenas, as formas de trabalho, os produtos de uma agricultura primária, os costumes alimentares e os sentimentos das populações ao perceberem a presença dos “estrangeiros” no rio, são fatores que emergem entre as descrições dos saltos e corredeiras, da vegetação, dos minérios e da fauna. Está nessas poucas linhas, que saltam da narrativa central, a principal contribuição dos Keller para estabelecermos um diálogo sobre as formas de sociabilidade que, de certo modo, foram possibilitadas pela presença do rio Iguazu.

1.1.4 Modos de vida e significados do rio Iguazu aos ribeirinhos em 1866

⁶⁷ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 21 de setembro de 1867, n.823, p.1.

Durante a expedição, os Keller relatam a passagem por três povoados significativos: “freguezia do Iguassú” (Araucária - PR), “porto da União” (União da Vitória-PR) e “passo do Iguassú” (Passo da Reserva - PR). Pelo relatório, todas estas localidades nasceram e tiveram sua existência atrelada ao rio Iguaçu de onde chegavam as canoas que navegavam nestes trajetos ou por onde passavam as tropas de gado, cavalo ou mula nas picadas que interconectavam Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa e Guarapuava aos Campos de Palmas. Como vimos no início deste capítulo “Porto da União” era um espaço conhecido desde 1842 por estar nas proximidades do local por onde se podia fazer, com maior facilidade, a travessia do gado pelo rio Iguaçu. Este local, conhecido como “passo” ou “vau” do Iguaçu, fora “descoberto” pelo bandeirante paranaense Coronel Pedro de Siqueira Cortes. A partir de então, passou a ser entreposto na picada que ligava as localidades de Palmeiras a Palmas.

Segundo José Júlio Cleto da Silva⁶⁸, é certo que “Porto da União” nasceu do encontro de comissões que exploravam a região banhada pelo Iguaçu. Tal encontro poderia ser das comissões de Siqueira Cortes e José Pereira dos Santos, já que ambas saíram em abril e maio de 1839, respectivamente, com o intuito de encontrar e tomar posse dos campos de Palmas, ou ainda, de comissões militares que tivessem saído em expedição pelo rio Iguaçu, uma subindo e outra descendo o rio. Como essa região era conhecida também como “Entreposto de Nossa Senhora da Vitória”, o encontro entre as comissões designaria o nome da localidade como Porto da União ou Porto da União da Vitória.⁶⁹

Das três localidades visitadas pelos engenheiros Keller em 1866, sem dúvida “porto da União” foi a que mais se caracterizava como “povoado”. Embora não houvesse mais do que trinta casebres cobertas de palha, este local representava o maior centro populacional desde que

⁶⁸ José Julio Cleto da Silva nasceu em 1888 e em 1894 chegou a Porto da União da Vitória quando seu pai, José Cleto da Silva (1843-1912) lá se instalou como educador e fundador de um colégio que funcionaria nos regimes de internato e de externato até 1899. Entre 1910 e 1917, José Julio Cleto da Silva destacou-se na política do Paraná devido sua luta para não entregar o território paranaense contestado por Santa Catarina, cuja linha divisória tomaria parte da cidade de União da Vitória (PR) formando a nova cidade de Porto União (SC). Morreu em 1953 deixando vários livros e textos sobre a região de União da Vitória (PR). Sobre alguns aspectos de sua vida e obras cf. THOMÉ, Nilson. *A formação do homem do Contestado e a educação escolar - República Velha*, 349 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000411820>>. Acesso em: 17/04/2010; SILVA, Cleto da. *Accordo Paraná Santa Catharina ou O Contestado diante das carabinas*. Curitiba: Globo, 1920.

⁶⁹ SILVA, Cleto. Apontamentos históricos de União da Vitória... *Op.cit.*, p.37-38.

os Keller deixaram Curitiba. Os modos de vida desses habitantes pouco são descritos no relatório, mesmo assim, se percebe a extrema ligação com o rio, pois, para os engenheiros, o que “dava certa importância ao lugar” era “a passagem das tropas e boiadas no rio”, o que se fazia a nado por se tratar de um espaço de pouca profundidade.⁷⁰

De forma memorialística, o autor Cleto da Silva procurou reconstruir, em 1933, o espaço social de Porto da União da Vitória entre os anos de 1860 e 1876. Seu trabalho nos ajuda a compreender alguns traços do cotidiano dos habitantes encontrados pelos Keller em 1866. Em seu livro “Antecedentes históricos de União da Vitória”, Cleto da Silva procurou reproduzir, em texto e figuras, o pequeno povoado nascido às margens do rio Iguazu e que dele quase dependia exclusivamente. No ano em que os Keller passaram pelo “porto da União”, poucas famílias viviam por ali sendo a população formada, geralmente, pelos chamados “camaradas” que representavam o pessoal de apoio às tropas que constantemente passavam pela localidade. Sendo assim, pode-se dizer que uma das principais características deste lugarejo era o de ser um ponto de passagem, sendo o cotidiano dos moradores constantemente influenciado pelo desenrolar das ações em torno do rio.

Através de um croqui feito em 1933, Cleto da Silva traçou o espaço ocupado pelo povoado de “porto da União” entre os anos de 1860 e 1876. Para este desenho, contou com a ajuda de antigas plantas da cidade de União da Vitória e, principalmente, com os depoimentos de antigos moradores e familiares, já que seu pai, José Cleto da Silva, vivia neste povoado desde 1894. Esta “imagem de memória” reconstruiu, de certa forma, o lugarejo apontando as formas primárias de sociabilidade e, possivelmente, o povoado encontrado pelos Keller em 1866.

Pelo desenho da Figura 04, se percebe o traçado da “picada” (estrito caminho) que cruzava o rio e o vilarejo, as 31 casas de moradia numeradas e com o nome dos moradores, as poucas ruas que sempre se encontravam com a estrada por onde passava a tropa, a existência de um pequeno monjolo (engenho acionado à água para pilar o milho) no centro do povoado, o rio Iguazu onde se destaca bem o local de passagem dos bois, e dois capões de mato.

⁷⁰ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 21 de setembro de 1867, n.823, p.1.

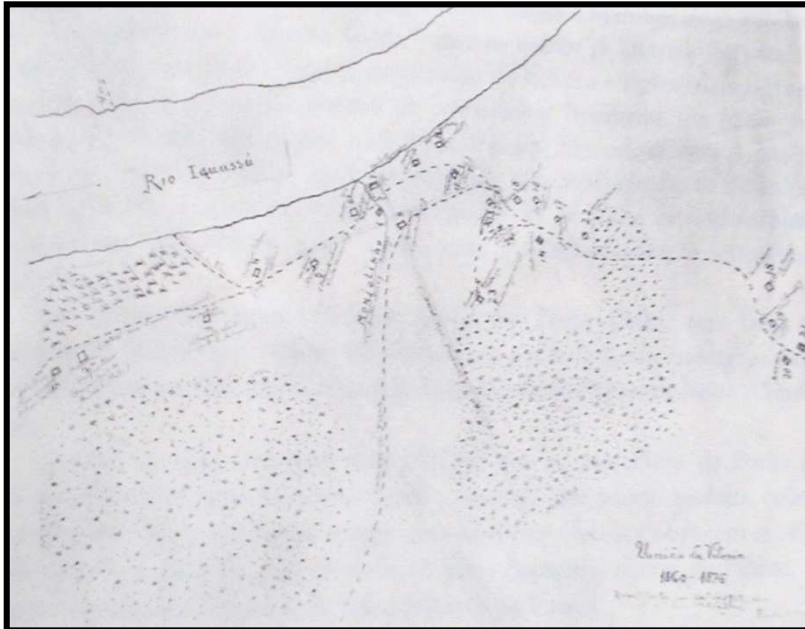


FIGURA 04. Croqui de União da Vitória nos anos de 1860-1876
 FONTE: Silva (1976)

O desenho de Cleto da Silva destaca bem a curva e o local mais largo do rio Iguassú por onde passavam as tropas que davam a “importância” ao lugar como destacaram os engenheiros Keller. Também coincide o número de casas, já que o croqui enumera 31 casas e o relatório dos Keller aponta a existência de “20 a 30 casinhas cobertas de palha”,⁷¹ o que também demonstra que entre 1866 e 1876, ano da visita dos Keller e data limite do croqui, pouca coisa mudou na localidade.

O caminho que ligava Palmeiras a Palmas cruzava o povoado que convivia constantemente com a presença de tropas e tropeiros, bem como com todos os efeitos que esta espécie de “nomadismo” impunha em seu cotidiano. No entanto, as pessoas que ali fixaram moradia procuravam, segundo Cleto da Silva, construir um espaço também de permanência com certa vida social e cultural que fosse capaz de subsistir às constantes influências do estilo de vida tropeiro. Na década de 1860

⁷¹ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 21 de setembro de 1867, n.823, p.1.

já moravam no povoado o sapateiro Antonio Joaquim de Castilho e João Antonio do Espírito Santo que era o responsável pela manobra de canoas na travessia do rio Iguazu. O sapateiro era também um exímio tocador de viola que sabia fazer “porfia” em regra, isto é, aquelas disputas poéticas em forma de diálogo cantado e improvisado mostrando, assim, possíveis modos de convivência em torno dos desafios cantados e acompanhados pela viola. Em 1863 existiam 18 casas de madeira, a maioria coberta de tabuas e palha, mas uma, a do músico, era já coberta de telhas de barro fabricadas por ele e sua família.⁷²

Com este traçado de “Porto da União” percebemos como este ambiente ribeirinho influenciou a constituição e o cotidiano do povoado que, além de ter se formado por estar num local específico do rio Iguazu, sofria as constantes transformações sociais, culturais e ambientais proporcionadas pelos eventos que emanavam do rio. Dele é que vinham as tropas que traziam novos ou velhos camaradas, por ali chegavam mercadorias e advinham mudanças ou permanências sociais e culturais do lugarejo. No aspecto ambiental, é preciso levar em conta as transformações ocorridas nas margens pelos eventos naturais da estiagem e da chuva. Com tempo seco e águas baixas, aumentava-se o número de tropas, pois o rio favorecia uma passagem rápida e livre de empecilhos à boiada. Porém, quando principiavam as chuvas que desencadeavam as enchentes, as tropas sumiam e a vila sofria com o avanço das águas sobre as casas e construções existentes ao redor do rio, como veremos adiante no relato da viagem do Visconde de Taunay.

Sendo assim, o rio era a condição de possibilidade de sobrevivência dos habitantes ribeirinhos, tanto dos trabalhos que envolviam a passagem de gado pelo “passo” quanto dos que resultavam da pequena navegação que se fazia em canoas desde meados do Século XIX, como veremos no próximo item.

1.1.5 Hábitos e subsistência econômica dos ribeirinhos na década de 1860

Já vimos que o principal meio de subsistência dos habitantes dos pequenos lugarejos formados ao longo do rio Iguazu na segunda metade do Século XIX eram as atividades advindas da passagem das tropas de gado nos “passos” ou “vaus” do rio. Da mesma forma que “porto da

⁷² SILVA, Cleto. Apontamentos históricos de União da Vitória... *Op.cit.* p.40-42.

União”, a localidade de “Passo do Iguassú” também sobrevivia dos serviços que prestavam aos que realizavam tal travessia em outro espaço favorável a este tipo de atividade. Segundo os Keller, 30 léguas (180 km) à jusante de “porto da União” também existia um “vau” no rio Iguaçu por onde passavam, anualmente, aproximadamente dois mil bois, quatro mil mulas e cinco mil cavalos vindos do Sul do Império com destino a Sorocaba, Província de São Paulo.⁷³ Ao chegar a Passo do Iguaçu, atual município paranaense de Passo da Reserva, no dia 30 de outubro de 1866, os Keller encontraram algumas “casinhas” e, como não encontraram ali o “próprio” com ofícios do Presidente da Província, tiveram que guardar os apetrechos da viagem numa dessas acomodações. Sobre os habitantes do local, citaram o nome do morador que os acomodou, Serafim Baptista Carvalho, e reafirmaram a dependência econômica do lugarejo aos poucos réis que ganhavam ajudando a travessia das tropas: “A população do logar que mora em quatro ou cinco casas na margem esquerda, vive em grande parte do que elles ganham quando ajudam a tocar e passar as tropas e boiadas”.⁷⁴

Entretanto, outras formas de sobrevivência também foram apontadas pelos Keller entre os moradores dos povoados visitados. Em “freguezia do Iguassú” já havia estâncias ou fazendas de gado, cujas sedes foram avistadas pelos Keller quando navegavam o Iguaçu e descreviam as plantações de pessegueiros que as rodeavam.⁷⁵ Já em “porto da União”, os Keller relatam o cultivo de feijão, milho e mandioca nas áreas mais à Oeste da povoação, onde se tiravam boas colheitas que auxiliavam na subsistência da localidade.⁷⁶ O cultivo destes gêneros possibilita traçarmos um costume alimentar dos habitantes de “porto da União” que acabou por desencadear uma série de contratempos durante a expedição dos Keller. Durante a viagem, a falta da farinha de milho fez com que a expedição parasse até que alguém conseguisse trazer uma quantidade suficiente deste produto alimentício para os camaradas que faziam parte da exploração.

Quando saíram de “porto da União” no dia 3 de setembro de 1866, os engenheiros calcularam as medidas diárias de comida até a data

⁷³ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 5 de outubro de 1867, n.827, p.2.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 31 de agosto de 1867, n.817, p.4.

⁷⁶ Idem. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 21 de setembro de 1867, n.823, p.1.

da provável chegada à próxima localidade que seria Passo do Iguassú. Essa medida era chamada de “ração diária” que não poderia deixar de contar com a farinha de milho, por se tratar de um alimento apreciado pelos camaradas. No entanto, entre os dias 13 e 21 de setembro, quando já estavam a mais de dez dias de viagem de “porto da União”, choveu sem parar, fazendo com que o rio subisse mais de 3 metros, molhando todos os livros, instrumentos e mantimentos da expedição. Entre os instrumentos de navegação, o Sextante foi o mais danificado pela umidade e, sem dúvida, faria muita falta aos engenheiros.⁷⁷ No entanto, o maior problema que esta chuva causou foi que a farinha de milho estava acabando e, sem ela, os camaradas não trabalhavam.

Os mantimentos, e especialmente a farinha de milho, á qual os camaradas são de tal modo acostumados que não querem trabalhar sem ella, ainda mesmo que, afora isso, tivessem tudo o mais, estava-se acabando em consequencia da demora pelo estado pessimo do tempo. Julgámos portanto prudente mandar buscar uma certa quantidade no porto da União, enquanto a distancia, que em linha recta não era grande, ainda o permitia.⁷⁸

Por conta do hábito de comer farinha de milho, a expedição sofreu ainda maior atraso, pois mesmo depois de parar a chuva, a comitiva teve que esperar a volta dos camaradas que buscavam a farinha de milho moída, provavelmente, no monjolinho que existia no centro do povoado. Desta forma, percebe-se que o cultivo do milho era de suma importância para a localidade, pois o consumo da farinha deste grão era um hábito tanto dos moradores do povoado quanto dos viajantes, principalmente os trabalhadores, fossem eles tropeiros ou canoeiros.

1.1.6 Formas, relações e cultura de trabalho entre ribeirinhos, tropas e navegadores

⁷⁷ Segundo Houaiss & Villar, sextante é um “instrumento óptico de reflexão, cujo limbo graduado ocupa a sexta parte do círculo (60 graus) e que permite medir, a bordo de um navio ou de uma aeronave, a altura dos astros e suas distâncias angulares, não obstante a instabilidade do observador”. Cf. HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.2564.

⁷⁸ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 21 de setembro de 1867, n.823, p.2.

Através do diário de viagem dos engenheiros Keller, é possível reconstituir, até certo ponto, algumas formas e relações de trabalho tanto entre os ribeirinhos que auxiliavam a navegação em canoas, quanto às nutridas na própria viagem dos Keller. Em seus relatos, emerge uma série de relações travadas entre eles e os camaradas, entre aqueles que eles consideravam aptos moral e fisicamente para o trabalho e os que não se adequaram às suas normas de trabalho. As ações de dispensa e contratação, bem como alguns conflitos e dificuldades para encontrar pessoas para esse tipo de trabalho, permeiam o discurso dos Keller sobre formas, relações e cultura de trabalho.

Desde o início de seu relatório, os Keller deixaram claro seu descontentamento com a tripulação, a ponto de culpá-la pelo término prematuro da viagem. Assim que chegaram na “freguezia do Iguassú” (primeira localidade após Curitiba), no dia 07 de julho de 1866, despediram dois camaradas, “um por falta de forças suficientes e o outro por ter falta de pratica de semelhante serviço”.⁷⁹ Com esta dispensa, a tripulação ficou incompleta e a ausência destes dois homens foi sentida durante toda a viagem, como relataram os Keller ao chegar em “porto da União”, no dia 29 de agosto de 1866, onde tentaram “completar o numero da tripolação das canôas, que pela sahida dos dous camaradas na freguezia do Iguassú era insufficiente, falta esta tanto mais sensível quanto sempre acontecia estarem um ou dous doentes”.⁸⁰ As doenças que impediam o trabalho de alguns homens durante a expedição estavam ligadas às condições do próprio trabalho. O “reumathismo”⁸¹ foi a enfermidade citada pelos Keller, doença associada ao fato de que, durante todos os dias da viagem – que se deu no inverno – os camaradas permaneciam molhados. O frio e a umidade faziam com que se agravasse o estado de saúde dos camaradas, principalmente nos períodos de chuva quando não podiam gozar de roupas e leitos secos, nem mesmo no período da noite.

Sendo assim, todas as medidas, ordens e atitudes impostas à tripulação pelos Keller, interferia drasticamente no andamento da viagem que dependia, exclusivamente, das formas de trabalho impostas aos camaradas. Entre “freguezia do Iguassú” e “porto da União” não

⁷⁹ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 31 de agosto de 1867, n.817, p.4.

⁸⁰ Idem. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 21 de setembro de 1867, n.823, p.1.

⁸¹ Idem.

havia pessoas disponíveis e aptas para os trabalhos da expedição que teve que continuar com a ausência de dois tripulantes durante 53 dias. Esta falta de pessoal também agravava a situação nos locais onde não era possível a passagem das canoas pelo leito do rio, como foi o caso na passagem pelas corredeiras que antecederam o Salto Caiacanga. Os engenheiros relatam a existência de uma série de cachoeiras e correntezas antes do referido salto que, juntas, somavam mais de 5 léguas (30 km). Segundo os Keller, com muito custo, apenas as canoas conseguiriam passar desde que retiradas do rio e carregadas por terra nos saltos maiores. Com isso, a carga deveria ser transportada por terra durante todo o trajeto, o que necessitaria de uma tropa específica para tal trabalho. Como a expedição só contava com canoas e remadores, tiveram que procurar alguém para realizar este serviço.

Tratamos de alugar uma tropa para o transporte, mas só n'uma estancia mais distante foi-nos possível chegar a um accordo, por se nos ter exigido na proximidade quantias tão avultadas que importavam em mais do que o valor da carga, a qual, na mór parte, consistia em mantimentos e ferramenta.⁸²

Este trecho do relatório é significativo, pois insere no contexto da viagem uma série de relações travadas entre os engenheiros e os moradores da região explorada. O fato de ser maior o valor cobrado pelos moradores que viviam nas proximidades das cachoeiras denota que estes habitantes eram conscientes das dificuldades de encontrar pessoal disponível para tais serviços. Por isso, agregavam ao preço a vantagem de estarem nas proximidades do rio que, na época da viagem dos Keller, era relativamente trafegado por canoas. Por outro lado, a negativa dos Keller em utilizar o serviço destes moradores ribeirinhos, indica também as estratégias dos engenheiros para contratar os trabalhos que serviriam a expedição. Isso fez com que extrapolassem os limites do rio na busca por melhores preços e levou-os a travarem relações de trabalho com vários habitantes, como aqueles da fazenda mais distante com quem acabaram fechando o negócio.

Nos relatos sobre “porto da União” é possível perceber algumas singularidades nas relações de trabalho, pois nesta localidade se entrecruzava a agricultura, os serviços prestados às tropas e os empregos

⁸² KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 14 de setembro de 1867, n.821, p.2.

na navegação das canoas. Os Keller não relataram as características dos trabalhos ligados ao tropeirismo, contudo, eles insistiram na importância da navegação para a subsistência dos habitantes de “porto União”.

Um pequeno numero dos habitantes se emprega na navegação fluvial, trazendo sal em grandes canôas do rio das Arêas, pequeno afluente do Iguassú, cuja barra fica na altura das Palmeiras, distante sete léguas, até porto da União, sendo daqui o transporte no ponto do destino effectuado por terra em cargueiros.⁸³

Não há como especificar o trajeto de tal navegação e nem é nosso intuito delimitá-la aqui, porém, essa afirmação dos Keller contribui para percebermos como era importante e cotidiana a navegação por canoas no rio Iguazu e seus afluentes no início da instalação da Província do Paraná. Além de ser uma atividade que beneficiava a criação de gado, pois era o sal o principal produto transportado nas canoas, nela se empregavam alguns ribeirinhos. No entanto, para os Keller, esses habitantes que trabalhavam na navegação cobravam muito pelos fretes e eram descuidados com as mercadorias, fazendo com que o “próspero” negócio da navegação declinasse por culpa dos próprios canoeiros.

Esta pequena navegação, que merecia melhor sorte, está actualmente declinando em grande parte por culpa dos proprios canoeiros, que pedindo fretes exorbitantes não tomam a cautela necessaria no transporte, e trazem muitas vezes as cargas avariadas ao porto do desembarque.⁸⁴

Além dos altos preços cobrados pelo frete, os Keller indicam problemas de ordem estrutural como o tipo de canoa e a falta de uma política que visasse melhorias na navegação na parte navegável do rio Iguazu.

Seria fácil remediar esses inconvenientes com a construção de barcos maiores de fundo chato (que carregam mais e demandam de menos agua que canoas estreitas), guarnecidos com toldas, dando desse modo um novo impulso a essa parte do valle do rio Iguassú, o qual, gozando de uma

⁸³ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 21 de setembro de 1867, n.823, p.1.

⁸⁴ Idem.

comunicação fluvial de 50 léguas de comprimento, até agora é quase um deserto.⁸⁵

Canoas estreitas e sem toldas eram os instrumentos de trabalho de alguns habitantes que teimavam em levar adiante uma navegação precária e cara, na opinião dos Keller. Também segundo os engenheiros, desde que resolvidos os problemas estruturais, a navegação era a atividade que poderia tirar a região do atraso e povoá-la. Entretanto, conforme apontou Alvir Riesemberg,⁸⁶ a principal causa da precariedade desta navegação por canoas no vale do Iguazu era de ordem cultural e não estrutural como apontaram os Keller. Segundo Riesemberg, os primeiros povoadores do vale do Iguazu como um todo e, especificamente, “porto da União” (União da Vitória-PR) “levaram para ali a cultura curitibana, cujos elementos essenciais foram elaborados nas lides das fazendas de criação e das lavouras. Eram as tropas, a cultura do milho e do feijão, a indústria da erva-mate e das farinhas.”⁸⁷ Neste sentido, estes primeiros moradores tiveram que se adaptar ao trabalho no rio, um ambiente que possibilitava formas distintas de sua cultura de trabalho.

Riesemberg critica a forma pejorativa com a qual os engenheiros Keller trataram os primeiros navegadores do Iguazu em 1866. Para ele, os engenheiros se equivocaram ao atribuir ao desleixo e à ganância dos canoeiros do Iguazu o pequeno desenvolvimento que tivera até então o transporte fluvial. “Para aquela gente dos campos gerais, criada a tanger tropas, a canoa, como meio de transporte, era elemento cultural novo, ao qual ainda era mister adaptar-se”.⁸⁸ Sendo assim, podemos afirmar que a navegação no rio Iguazu é um fato estabelecido num longo processo de adaptação cultural com o meio hídrico. As mudanças culturais relacionadas ao meio ambiente e aos novos ofícios que o rio Iguazu possibilitava foram tão decisivas quanto as mudanças estruturais e políticas que visavam impulsionar a navegação no trecho propício para esta atividade.

Da mesma forma que os Keller deixaram transparecer pouca simpatia pelos habitantes de “porto da União”, estes também mostraram desconfiança e desinteresse pela expedição. Por parte dos engenheiros, o principal motivo desta antipatia era a forma como os habitantes daquele

⁸⁵ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 21 de setembro de 1867, n.823, p.1.

⁸⁶ RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguazu... Op.cit.*, p.54.

⁸⁷ *Ibidem*, p.53.

⁸⁸ *Ibidem*, p.54.

povoado encaravam o trabalho. Nos relatos dos Keller, fica subentendido que o atraso da localidade era culpa dos seus moradores que não sabiam aproveitar as possibilidades que ali existiam, tanto a fertilidade do solo para incrementar o cultivo de outros produtos agrícolas como o arroz e a cana-de-açúcar, quanto os recursos de navegação no rio Iguaçu. Além disso, houve ainda conflitos de ordem pessoal, pois, segundo os Keller, os habitantes do lugarejo não aceitavam a presença de outras pessoas explorando o rio, uma tarefa que eles tentavam há anos fazer e não conseguiam. A presença dos Keller representava uma ofensa aos moradores do povoado, por isso, além de não aceitarem trabalhar como canoeiros para a expedição, eles passaram a espalhar entre a tripulação rumores de perigos e muito trabalho na parte que percorreriam a jusante do porto.

Infelizmente aos rumores de novos e grandes perigos e trabalhos, pelos quaes havíamos de passar, espalhados entre nossa gente, pelos habitantes do porto da União, cujo brio se achava naturalmente offendido pela razão de que outros haviam de levar a effeito o que elles por diferentes vezes projectaram e tentaram de balde, isto é, varar até o – Passo –, esses rumores, digo, faziam sobre o espirito de nossa gente, um tanto alquebrada pelos passados trabalhos na Caiacanga, a mais funesta impressão e pouco faltou que elles nos tivessem abandonado neste lugar.⁸⁹

Desta narrativa emergem dois aspectos importantes. O primeiro é o de que, segundo o relatório, ninguém tinha ainda percorrido o rio Iguaçu com canoas entre “porto da União” e “Passo do Iguassú”. Desta assertiva podemos descartar as viagens citadas nos relatórios dos presidentes da Província que davam notícias de cidadãos que se ofereciam a fazer tal viagem, como foi o caso das propostas de Pedro de Siqueira Cortes em 1853 e 1862, sendo a última financiada pela província, como vimos no primeiro item deste capítulo.

O segundo aspecto significativo neste relato, diz respeito às representações que os ribeirinhos construíaam acerca do rio Iguaçu no trecho posterior ao povoado. De certa forma, havia já a consciência da formação de grandes saltos e corredeiras intransponíveis por qualquer

⁸⁹ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 21 de setembro de 1867, n.823, p.1.

embarcação e que formava, de certo modo, um tipo de saber popular sobre os perigos do rio Iguaçu. Pelo que nos aponta Alvir Riesemberg ao falar especificamente sobre os canoeiros de Porto da União, essa recusa da população local não fora motivada apenas por amor próprio ofendido. “Na verdade, aquele trecho de rio do vau até o Passo já seria conhecido dos fazendeiros de Palmas que, desde o início do povoamento dos campos, procuraram um porto favorável à passagem das boiadas e navegação fluvial”.⁹⁰ O contato entre habitantes e canoeiros residentes em “porto da União” com a tripulação da expedição dos Keller fez com que se propagassem esses juízos sobre o rio, aumentando, assim, o medo de seguir adiante.

A divulgação destes “rumores” populares foi apontada pelos Keller como tática de uma população descontente com a presença de “outros” fazendo o que eles deveriam ter feito, no entanto, no decorrer da expedição, percebe-se que não eram apenas “rumores”, pois o perigo era real e muitas perdas ocorreram durante o trajeto. Podemos afirmar também que a não conclusão da expedição, cuja culpa os Keller incutiram à tripulação despreparada e inábil, mexeu também com o “brio” dos engenheiros. Afinal, como antecederam os canoeiros de “porto da União”, em muitos momentos a expedição teve que abrir mão da navegação e transportar as canoas e a carga por terra. Além disso, em alguns locais em que os estudos dos engenheiros davam por certa a passagem por água, as embarcações encalhavam ou eram lançadas ao fundo do rio, onde perderam mantimentos, roupas, barracas, instrumentos e, por pouco, não perderam a vida.

1.1.7 Relações de conflito e camaradagem entre indígenas e “brancos”

Nos relatórios das viagens feitas aos rios da Província do Paraná na década de 1860, os Keller também fizeram interessantes análises sobre extintas povoações indígenas e modos de vida dos povos que ainda permaneciam no Paraná oitocentista. No diário da viagem ao rio Ivaí, por exemplo, além de fazer a planta baixa das ruínas da redução jesuítica de Vila Rica do Espírito Santo (destruída em 1632 pelos bandeirantes), os Keller relatam os modos de vida dos indígenas que habitavam os aldeamentos que margeavam o rio. No relatório da viagem

⁹⁰ RIESEMBERG, Alvir. *A Nau de São Sebastião*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, 1978, p.62.

ao Tibagi e Paranapanema, os engenheiros também produziram plantas de outra redução jesuítica – Santo Inácio Menor (1610-1631) –, cujas ruínas ficavam nos arredores do aldeamento Santo Inácio. Neste local também não deixaram de escrever sobre as dificuldades de sobrevivência, principalmente as doenças que se proliferavam nas aldeias. Essas incursões ao universo indígena de meados do Século XIX, encontradas nos documentos produzidos pelos Keller, têm possibilitado compreender alguns traços culturais destas nações, bem como elaborar algumas discussões sobre as relações entre brancos e indígenas no território do Paraná ao longo de sua história.⁹¹

No relatório da viagem ao rio Iguaçu, os Keller também seguiram a prática de escrever sobre os modos de vida indígena e suas relações com os homens brancos do Paraná provincial. Destes apontamentos, emergem duas situações bem distintas de convivência: uma de camaradagem e outra de conflitos. A primeira se refere à presença de um índio coroado⁹² junto à tripulação, sendo considerado pelos Keller um dos melhores camaradas da viagem. Já a relação de conflito destaca a violência de índios botocudos contra moradores de um sítio situado nas proximidades do rio Iguaçu, logo abaixo da barra do rio Negro, num lugar chamado “Escada”.

Sobre o “índio camarada” que acompanhou a viagem, pouco se escreveu, pois os Keller procuravam fora das embarcações os atores de suas narrativas. No entanto, a inserção dos elogios a este indígena destaca-o na tripulação tão criticada pelos Keller. Ao falar sobre os membros da equipe de viagem, os Keller incluíram o “índio coroado” entre aqueles que mais contribuíram com o andamento da expedição. O certo é que este indígena se fez presente na expedição porque

⁹¹ Uma boa referência para essas discussões é ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos... Op.cit.*

⁹² Na Província do Paraná, até a década de 1870, grande parte dos índios *Kaingang* recebeu a designação de coroados, devido à tonsura na parte superior dos cabelos. Segundo Arquivo Público do Paraná, “os índios *Kaingang* faziam esse corte desde o início do século XVIII, depois do contato com os religiosos da Província del Guairá”. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos... Op.cit.*, p.20-21. Ainda sobre os *Kaingang*, Darcy Robeiro afirmou que esta etnia vivia nos recessos das matas, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina e praticava uma lavoura incipiente de milho, sendo a caça e a coleta sua principal forma de subsistência. Cf. RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.121. Sobre os *Kaingang* no Paraná cf. LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Subsídios para o estudo dos Kaingangues do Paraná*. Curitiba: Econômica, 1910; HELM, Cecília Maria Vieira. *Kaingang, guarani e xeta na historiografia paranaense*. Curitiba: Design, 1997; BECKER, Ítala Irene Basile. *O Índio Kaingang do Paraná - subsídios para uma etno-história*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999; e STOCKMANN, Jaime. *Os Kaingang no Paraná: história e historiografia*. Guarapuava: UNICENTRO, 2000.

acompanhava o intérprete “dos índios coroados” Antonio Moraes Dutra que, segundo os Keller, desenvolvia essa tarefa no aldeamento de São Pedro de Alcântara. Sendo assim, podemos afirmar que o indígena que colaborou com a expedição ao rio Iguaçu mantinha estreita relação com Antonio Moraes Dutra⁹³ e, provavelmente, fazia parte do aldeamento de São Pedro de Alcântara⁹⁴.

Os indígenas que viviam nos aldeamentos eram considerados “índios mansos” e, muitas vezes, colaboravam com os brancos nas tarefas que os obrigavam andar pelas matas e rios. Além disso, auxiliavam nos conflitos entre os indígenas não aldeados e os brancos que “invadiam” seus territórios. Nestes contatos, eles atuavam como intérpretes e correspondentes ou como auxiliares na civilização dos indígenas, como foi o caso dos famosos líderes *Kaingang* Veri e Victorino Condá, que atuaram na Colônia Indígena de Palmas.⁹⁵ Esses fatos demonstram que algumas relações entre indígenas e brancos na Província do Paraná não se deram apenas através de confrontos e violências. Não há como negar a existências de conflitos, porém, há de se levar em conta também que, em vários momentos, travaram-se relações pacíficas, onde governantes e indígenas assumiam alianças políticas com fins específicos para ambos. Embora, muitas vezes, a união de governo e algumas tribos tenha resultado na perseguição e extermínio de outras, geralmente, as que se negavam a aceitar a presença branca em suas terras.⁹⁶

⁹³ O intérprete Antonio Moraes Dutra, cujo nome quase sempre é precedido do adjetivo “frutuoso”, era filho de Joaquim Antônio de Moraes Dutra, militar atuante nas relações com os indígenas entre as décadas de 1840-1860. Devido aos trabalhos do pai, que por vários anos dirigiu os aldeamentos indígenas de Palmas e Chagu, Antonio de Moraes Dutra passou a se relacionar com os indígenas aprendendo sua língua e costumes. Desta forma, governantes da Província do Paraná o nomearam “intérprete de índios” em várias regiões de contato, como a Colônia Militar de Jataí, Guarapuava e nos aldeamentos de Palmas, Chagu e São Pedro de Alcântara, de onde, provavelmente, levou o indígena que participou da expedição ao rio Iguaçu.

⁹⁴ O aldeamento São Pedro de Alcântara se situava à margem esquerda do rio Tibagi onde conviviam índios Guarani-Kaiowa e vários grupos *Kaingang* dos vales dos rios Tibagi, Ivá e Piquiri. Deste aldeamento originou-se primeiramente a Colônia Militar do Jataí, região pertencente atualmente ao município paranaense de Jataizinho. Para maiores detalhes sobre o aldeamento São Pedro de Alcântara cf. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos...* Op.cit., p.25-26.

⁹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos...* Op.cit., p.18.

⁹⁶ Sobre as guerras entre tribos *Kaingang* e alguns apontamentos sobre as relações de algumas dessas tribos com os governantes provinciais cf. MOTA, Lucio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingáng: a história épica dos índios Kaingáng no Paraná, 1769-1924*. Maringá: EDUEM, 1994.

O relatório dos Keller sobre a viagem ao rio Iguazu, nos possibilita afirmar que houve a utilização da mão-de-obra indígena nos trabalhos de exploração dos rios. No caso específico do indígena que acompanhou esta expedição, sua atuação ultrapassou a atividade auxiliar de intérprete, fazendo-o assumir o posto de “camarada” que, até então, era ocupado apenas pelos brancos. Segundo os Keller, tal “índio” fez melhor que muitos brancos que formavam a tripulação, entretanto, não há indício de que tenha recebido algum salário para tanto. Sua presença, mesmo estando à sombra do “frutuoso” Antonio Moraes Dutra, foi destaque na narrativa dos engenheiros.

A nosso pedido foi chamado o interprete de indios coroados do aldeamento de S. Pedro de Alcantara, Frutuoso Antonio de Moraes Dutra [...] Em sua companhia veio um indio coroadado, o qual, no decorrer da viagem, foi se tornando um dos nossos melhores camaradas.⁹⁷

Durante a viagem foi descrita também uma ação indígena que em nada se assemelhava à relação pacífica desenvolvida entre o “índio coroadado” e a tripulação. Afinal, outras eram as relações entre indígenas e brancos fora dos aldeamentos e, principalmente, nos territórios banhados pelo Iguazu onde a presença branca era a minoria. Segundo os Keller, no dia 27 de agosto de 1866, pouco depois de passarem pela foz do rio Negro, encontraram as ruínas de um pequeno sítio na barra de um ribeirão. Nesse lugar, chamado de Escada, os Keller narraram uma trágica história envolvendo índios botocudos e ribeirinhos sertanejos.

Foi neste lugar que, ha 10 annos, os indios chamados Botocudos, habitantes nas margens e cabeceiras do rio Negro, assaltaram os moradores, matando os que acharam (um homem, duas mulheres e uma criança), á excepção de uma criança de apenas 12 annos, que conseguiu fugir, na única canôa existente, para o outro lado do rio.⁹⁸

Segundo Arquivo Público do Paraná, os índios botocudos eram indígenas de várias etnias que usavam o botoque ou tembetá, adorno

⁹⁷ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 31 de agosto de 1867, n.817, p.3.

⁹⁸ Idem. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 14 de setembro de 1867, n.821, p.3.

sub-labial inserido entre o lábio inferior e o queixo, dando uma aparência protuberante à face.⁹⁹ Na província do Paraná eram designados de Botocudos os índios Xokleng ou Laklanõ, que viviam no litoral e no centro-sul da província, os Xetá e, ainda, mais esporadicamente, alguns Guarani que usavam o tembetá. Sendo assim, é bem provável que o conflito narrado pelos Keller tenha envolvido os Xokleng que, na época, eram indígenas que lutavam contra a presença branca em seus territórios, além de resistir aos aldeamentos de Palmas e Chagu.¹⁰⁰

O assassinato dos moradores pelos botocudos fez com que o sítio fosse totalmente abandonado, mas a memória da ocorrência ainda alimentava o medo do encontro com tais indígenas. Pelo relatório dos Keller, quem os narrou o episódio foi o proprietário do sítio abandonado há mais de dez anos. Segundo os engenheiros, o dono do sítio não morava no lugar e, por isso, salvou-se, no entanto, não teve mais ânimo para investir na propriedade, “tanto que nem o gado, assás numeroso, de lá tirou”.¹⁰¹

Esse episódio ajuda a entendermos as dificuldades de se povoar a região que, mesmo com a possibilidade da navegação que lhe poderia abrir caminhos para a chegada e saída dos produtos produzidos, outras razões impediam a chegada de novos habitantes. A violência nos contatos entre brancos e indígenas era também um forte motivo para que a região permanecesse isolada, sendo possível a vivência apenas nos poucos povoados, pois os sítios mais afastados se tornavam alvos frágeis nas lutas pela posse dos territórios. Neste sentido, a narrativa dos Keller procura tanto alertar para o perigo quanto para a possibilidade de convivência desde que tomadas algumas medidas de segurança ou políticas de contato.

Além de alertar sobre conflitos e historiar alguns acontecimentos envolvendo brancos e indígenas, a narrativa dos Keller estabelece significativas relações dos indígenas com o rio Iguazu. Para os “botocudos” que lutavam contra a presença branca em seus territórios, o rio se apresenta como um local de encontro entre eles e o homem

⁹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos... Op.cit.*, p.16.

¹⁰⁰ Para maiores informações sobre os Xokleng ou Laklanõ cf. SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973; e SANTOS, Silvio Coelho dos. *Sobre a organização social dos Xokleng*. Florianópolis: UFSC, 1966.

¹⁰¹ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 14 de setembro de 1867, n.821, p.3.

branco. O rio Iguazu possibilitava aos indígenas o envio de mensagens aos viajantes que constantemente passavam por ali embarcados nas canoas. As ruínas do sítio serviam de alerta e representavam uma ação de resistência indígena aos avanços “civilizatórios” dos denominados “homens brancos”. As representações de morte e violência se reafirmavam todas as vezes que uma canoa passava pelo local e alguém rememorava o incidente. Às ruínas do sítio, os índios acrescentavam outros sinais de sua presença, como um “misterioso documento” descrito pelos Keller.

[...] n’um banco de arêa, pouco acima do logar do assalto [...], os índios tinham fincado uma vara alta de taquarussú, em cuja ponta penduraram uma carta escripta á moda delles, quer dizer diferentes ossinhos e pennas de passaros enfiados e amarrados n’umas cordas, porem ninguem soube dizer se era desafio ou se tinha significação pacífica.¹⁰²

Deste trecho repleto de possibilidades de análise, queremos destacar apenas o papel do rio Iguazu no entrecruzamento de culturas e formas de comunicação. Os indígenas tinham consciência de que, se quisessem deixar algum recado aos “brancos”, era o rio a condição de possibilidade destas formas comunicativas. Embora os navegantes não entendessem o significado das “cartas” deixadas pelos índios, elas eram, pelo menos, vistas e entendidas como um sinal da presença indígena podendo representar paz ou desafio, trégua ou continuação dos conflitos. Os bancos de areia serviam aos indígenas assim como a canoa aos navegantes nestas primárias formas de comunicação que se davam a partir de um espaço comum às duas culturas, o rio. Sendo assim, este “detalhe” do relatório dos Keller serve para ilustrar como o rio Iguazu se tornou um espaço de relações entre indígenas e brancos, tanto amistosas, como o caso do índio “camarada”, quanto conflituosas, através da descrição do assalto ao sítio e às formas misteriosas de aviso dos indígenas.

1.1.8 Os Keller e suas contribuições para a história do rio Iguazu

¹⁰² KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytuba, 14 de setembro de 1867, n.821, p.3.

Pelo que foi discutido aqui, podemos concluir que o relatório elaborado pelos engenheiros Keller a partir do diário da viagem ao rio Iguassú feita entre junho e novembro de 1866, apresenta bem mais do que as descrições naturais. O relatório em questão é um documento que possibilitou o registro de uma série de relações e situações vividas não apenas pelos responsáveis pela exploração. Juntam-se às descrições geológicas, geográficas e hidrográficas do rio Iguazu, as formas de vida dos habitantes ribeirinhos e sua rica história de dependência, adaptação e utilização dos recursos advindos do rio ou por ele possibilitados.

Além disto, é importante percebermos que a expedição dos engenheiros Keller foi a primeira a documentar mais de quatro meses de descrições, análises, críticas e estudos sobre o rio Iguazu e sua influência na economia e na cultura de uma sociedade regional. Uma exploração desse porte sobre as águas do Iguazu em 1866 representa também a expectativa da Província e do Império de tornar este rio navegável, de encontrar outras vias de acesso ao interior da província e às fronteiras internacionais em época de tantos conflitos, como já demarcamos o caso do contexto da Guerra do Paraguai.

Coincidentemente ou não, um século mais tarde, exatamente em 1966, como veremos no capítulo 3 desta tese, o Governo Federal enviará uma comissão científica para analisar o rio Iguazu. As expectativas destes estudos exploratórios da década de 1960 serão nutridas por outros objetivos, os de transformar essas corredeiras e saltos encontrados pelos Keller em energia hidráulica. Contudo, o certo é que, entre explorações e estudos, o rio Iguazu foi constantemente visitado e revisitado desde o século XIX, que é o período que continuaremos discutindo neste capítulo.

Com a entrega dos relatórios feitos pelos engenheiros Keller, os governantes desistiram de constituir a navegação no rio Iguazu à jusante do porto da União e procuraram intensificar e incrementar a navegação no único trecho possível de percorrer a barco que, desde o início da instalação da Província se fazia, entre o Salto Caiacanga e o Porto da União. Até que, em 19 de abril de 1879, através do Decreto Imperial nº 7248, Amazonas de Araújo Marcondes recebeu a concessão para estabelecimento de uma linha de navegação a vapor, desde o porto denominado Caiacanga – que mais tarde receberia a denominação do fundador da navegação a vapor no rio Iguazu (Porto Amazonas) –, até o Porto da União.

A primeira viagem de uma embarcação de Marcondes se deu a 27 de dezembro de 1882, num barco chamado Cruzeiro com uma duração de dois dias e meio até o porto de destino. A bordo deste barco a vapor

seria feita quatro anos mais tarde, a viagem do Presidente Taunay, cujo relato traz uma retórica e pitoresca descrição das paisagens e das características do rio Iguazu. O relato de tal viagem foi anexado ao relatório de presidente da província e é o assunto do nosso próximo item.

1.2 VIAGEM AO RIO IGUAÇU PELO VISCONDE DE TAUNAY

Juntos, o relatório dos engenheiros Keller e o diário da viagem feita entre os dias 03 e 09 de março de 1886 pelo “Visconde de Taunay”, constituem os relatos mais significativos sobre o rio Iguazu do Século XIX. Através destas duas narrativas percebemos a construção de um discurso que inseriu definitivamente o “Iguassú” na história do Paraná Provincial. Se, por um lado, o relatório dos engenheiros Keller possui o mapeamento dos espaços possíveis de navegação entre a Capital e para além de Porto da União, por outro, a narrativa de Taunay analisa e descreve especificamente um espaço “real” de navegação, numa escrita construída a partir do olhar de um navegante. Foi de dentro de um barco a vapor que Taunay olhou para o rio e seus arredores e, com a influência de velocidade e conforto próprios do vapor, elaborou sua obra “Viagem presidencial ao Rio Iguassú”. Este fato distingue consideravelmente a constituição discursiva dos dois documentos deslindando questões singulares e notavelmente específicas de seus narradores. Guardadas as devidas distinções e especificidades, estas duas fontes apresentam modos de ver, discursar e representar o rio Iguazu nos oitocentos e abriram caminhos para inúmeras políticas de apropriação e usos deste “bem” ou “recurso” natural ao longo da história do Paraná.

1.2.1 Alfredo d’Escragnolle Taunay: para uma breve biografia

Engenheiro militar, romancista e, por vezes, historiador, Alfredo d’Escragnolle Taunay assumiu a presidência da província paranaense por menos de um ano (de 29 de setembro de 1885 a 03 de maio de 1886). Porém, nesse curto período de estadia, fez várias viagens exploratórias ao interior do Paraná que lhe renderam livros e artigos constantemente publicados no Brasil, entre fins do século XIX e primeira metade do Século XX como obras póstumas. Além da referida viagem ao rio Iguazu, cuja repercussão editorial será discutida adiante,

está a que Taunay fez aos Campos Gerais e ao Sertão de Guarapuava, cujos relatos não escapam à característica marcante da busca pela “descrição perfeita” do que ele chamou “curiosidades naturais da província”.¹⁰³

Taunay é considerado um dos grandes escritores do Romantismo devido sua obra “Inocência” publicada em 1872. Além disso, sua presença na Guerra do Paraguai fez com que escrevesse um dos principais livros sobre a batalha: “A retirada de Laguna”, escrita em 1869, publicada primeiramente na França em 1872 e no Brasil em 1874. Tal livro rendeu a Taunay grande repercussão nacional e internacional sendo, muitas vezes, comparado à obra “Sertões” de Euclides da Cunha. Tanto em “Inocência” quanto em “A retirada de Laguna”, Taunay já demonstrava o forte apelo regionalista que se tornou característica indelével de seus escritos, sejam eles romances, contos, narrativas de campanha, viagens, memórias e histórias do Brasil.¹⁰⁴

Embora sua vida tenha sido relativamente curta, morreu antes de completar 55 anos, sua biografia é densa e digna de nota. Segundo Gentil Azevedo, Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay nasceu da união de duas famílias francesas muito influentes no Brasil da primeira metade do Século XIX: os Escragnolle, que ocupavam cargos de alta patente no exército português e os Taunay, pintores renomados na França e no Brasil. Nasceu em 22 de fevereiro de 1843 no Rio de Janeiro e conviveu durante toda a sua infância entre as elites das armas, das letras e das artes devido seus laços de parentesco. Seu pai, Félix Emílio Taunay, mais tarde Barão de Taunay, foi professor de pintura de paisagem na academia de Belas Artes do Rio de Janeiro desde 1821, instituição que também ocupou o cargo de diretor em 1834. Nesta mesma época, foi designado subpreceptor de D. Pedro II com a incumbência de ministrar aulas de francês, grego, desenho, história universal e história das artes. Essas relações familiares entre seu pai e o jovem imperador brasileiro constituíram sentimentos de amizade, respeito e lealdade para com o monarca durante toda a vida de Alfredo d’Escragnolle Taunay, influenciando sua postura política e até mesmo

¹⁰³ TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. *Viagem philosophica aos Campos Geraes e ao sertão de Guarapuava*. In: _____. *Visões do Sertão*. São Paulo: Off. Graph. Monteiro Lobato & C., 1929, p.107-240.

¹⁰⁴ Para lista completa das obras de Taunay cf. AZEVEDO, Gentil. *O Visconde de Taunay: história de sua vida*. São Carlos: [s.n.], 1964, p.282-283.

seus escritos, já que seu primeiro livro foi lido e revisado no manuscrito pelo próprio D. Pedro II.¹⁰⁵

Com uma profunda formação intelectual não tardou a se destacar nos estudos, sendo admitido no Colégio D. Pedro II com demonstrações de propensão para o desenho, música e prosa onde, com 13 anos, compôs seus primeiros contos, fábulas e uma produção musical para piano. Com 15 anos alcançou o título de bacharel em letras, aos 16 foi admitido na Escola Militar que formava Engenheiros Militar e Civil e aos 18 ingressou no exército nacional como soldado. Em abril de 1865, quando contava com 22 anos e cursava o segundo ano da Escola Militar, Alfredo d'Escragolle Taunay foi convocado para a Guerra contra o Paraguai fazendo parte de uma coluna militar que seria enviada para revidar os paraguaios que dominavam a Província do Mato Grosso. Contando já nesta época com o galão de oficial, Taunay foi constituído Segundo Tenente de Artilharia na coluna expedicionária que partiu dia 02 de abril de 1865 do porto de Santos rumando aos desconhecidos caminhos que levavam à província tomada pelos inimigos.¹⁰⁶

Durante dois anos e quatro meses Taunay permaneceu junto à coluna expedicionária fazendo parte do teatro da Guerra do Paraguai, assistindo, anotando e lutando pela sobrevivência nos “sertões” de Mato Grosso. Neste período, Taunay teve a oportunidade de visualizar e vivenciar realidades bem diferentes daquelas vividas na corte em que fazia parte. Durante esse período, passou meses acampado junto às tropas esperando o momento preciso de ataque e, nestes momentos, aproveitava para escrever, desenhar e anotar suas experiências. Depois do episódio da Guerra, em muitos livros, Taunay divulgou o conteúdo destes olhares que designou “scenas” do sertão e dos sertanejos. Pelos rios nutriu uma atenção especial, sempre compondo várias odes a estes espaços que por inúmeras vezes impediam a passagem da tropa ou traziam em suas águas inúmeras doenças e enfermidades que dizimavam os soldados. Em “Céus e terra do Brasil”, por exemplo, Taunay faz uma bela reverência ao rio Aquidauana tanto em prosa quanto em pintura como nos mostra a Figura 05, um dos desenhos feitos por Taunay das

¹⁰⁵ TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. *Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda; memoria descriptiva*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1868. Tal livro reunia alguns escritos da estadia de Taunay em Miranda e Nioac, localidades em que esteve acampado com o exército que rumava para o combate contra os paraguaios que sitiavam a Província do Mato Grosso. Embora o lançamento da obra tenha contado com a deferência do monarca brasileiro, o livro foi um fracasso comercial. Mais detalhes cf. AZEVEDO, Gentil. *O Visconde de Taunay... Op.cit.*, p.120.

¹⁰⁶ AZEVEDO, Gentil. *O Visconde de Taunay... Op.cit.*, p.37-56.

paisagens encontradas nos caminhos percorridos durante a guerra. Sobre o Aquidauana escreveu: “Se há rio formoso no mundo, é o rio Aquidauana [...] Em todo o seu percurso se formam as mais bellas paizagens; em suas cercanias, povoadas de toda a casta de animaes, as scenas mais inesperadas e sorridentes”.¹⁰⁷



FIGURA 05. “Paizagem do Aquidauana”
FONTE: Taunay (1929)

De certa forma, estas obras anteriores ao relato da viagem feita ao Rio Iguaçu, nos mostram que Taunay se constituía como escritor também nas relações que nutria com a natureza, uma influência do estilo romântico e do clássico autor alemão Johann Wolfgang von Goethe. Este último sendo citado até mesmo no seu romance mais famoso, *Inocência*, no qual Taunay também aproveitou várias características de sertanejos conhecidos durante a estadia no Mato Grosso para compor seus personagens. Embora não seja o objetivo desta tese a discussão sobre a vasta bibliografia deixada por Taunay, é importante para a análise do documento produzido na Província do Paraná em 1886, a constituição do autor “Visconde de Taunay” e do político “Alfredo d’Escragnolle Taunay”, pois, no documento em questão, essas duas figuras subsumem-se na construção de um discurso político e literário sobre o rio Iguaçu.

¹⁰⁷ TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle (*Visconde de Taunay*). *Céus e Terras do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, [1929], p.76-77. A primeira edição deste livro foi lançada em 1882 no Rio de Janeiro pela Typ. de G. Leuzinger. Detalhes cf. TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle Taunay. *Céus e terras do Brazil*; scenas e typos, quadros da natureza, fantasias por Sylvio Dinarte. Rio de Janeiro Typ. de G. Leuzinger, 1882.

O contexto político em que se inseriu Taunay também é fator importante para nossas análises. O profundo zelo para com a coroa e às questões militares – fatores que lhe outorgaram o poder político para mandatos no legislativo o para o governo de duas Províncias (Santa Catarina em 1875 e Paraná em 1886) – sempre direcionaram seu olhar e povoaram seus escritos. No exército, conseguiu galgar os mais altos cargos sendo nomeado “Capitão” em 1869, com 26 anos de idade e “Major do Estado-Maior” aos 32 anos, nomeação recebida através de dispositivo da chefia do Exército em 1875. Porém, entre estes dois títulos militares Taunay já vinha realizando mandatos de Deputado Federal¹⁰⁸ pelo Partido Conservador e ocupava o posto de mestre da Escola Militar onde regia a cadeira de História Natural.¹⁰⁹

Com o título de “Major do Estado-Maior” veio também a incumbência de governar a Província de Santa Catarina, onde foi empossado no dia 07 de julho de 1876 e exerceu governo até 02 de janeiro de 1877. Abolicionista, Taunay procurava encontrar saídas para a falta de mão-de-obra que resultaria da provável abolição da escravidão no império devido às leis Eusébio de Queiroz e do Ventre Livre, esta última sendo debatida e votada durante um de seus mandatos de deputado. Sua posição dentro do Partido Conservador sempre gerou pesadas críticas da ala tradicional que defendia o trabalho servil e se colocava contrária ao grupo liberado por José Maria da Silva Paranhos Júnior (o futuro Barão do Rio Branco) de quem Taunay era amigo e seguidor político.¹¹⁰ Devido esse intenso debate entre abolicionistas e escravagistas dentro do próprio partido, Taunay passou a defender a promoção de uma imigração européia para o Brasil, o que, segundo ele, seria a solução para o problema da escassez de mão-de-obra, caso a abolição se tornasse mesmo uma realidade.

Neste sentido, ao exercer o cargo de Presidente da Província de Santa Catarina, procurou atrair imigrantes europeus para esta província através de um plano colonizador baseado em suas idéias imigracionistas. No entanto, não conseguiu lograr o êxito almejado, pois o curto período em que permaneceu no posto presidencial não foi suficiente para colocar seu plano em ação. Chegou até esboçar núcleos coloniais nos vales dos rios Araranguá e Tubarão, com a abertura de estradas e algumas melhorias, mas que nem chegaram a ser concretizadas por seu efêmero governo.

¹⁰⁸ Ocupando a cadeira destinada à Província de Goiás.

¹⁰⁹ AZEVEDO, Gentil. *O Visconde de Taunay... Op.cit.*, p.136-160.

¹¹⁰ *Ibidem*, p.139

De volta à capital do império, Taunay se reelegera deputado e continuou sua postura de independência tanto de pensamento quanto de ação em relação ao Partido Conservador no tocante aos seus projetos na Câmara. Segundo biógrafo Gentil Azevedo, os intentos renovadores de Taunay não suscitaram apenas as oposições partidárias dos liberais, sendo que dentro da própria facção conservadora houve resistência de vários colegas que não dissimulavam suas contrariedades aos projetos de Taunay. Contudo, suas convicções monarquistas e fidelidade aos superiores militares, que ocupavam os cargos de maior poder no império, sempre foram defendidas e resguardadas. Sua principal luta na Câmara foi a de que houvesse garantias aos estrangeiros que, por ventura, imigrassem ao Brasil, tais como leis que facilitassem a naturalização, o casamento civil e a liberdade de culto religioso. Tudo isso, segundo Taunay, atrairia estrangeiros livres para colaborar para uma “colonização” que traria braços acostumados ao trabalho e que enriqueceriam o império, conforme discurso proferido na Tribuna da Câmara Legislativa: “Sem dúvida alguma, na colonização é que está a nossa grande escola do trabalho, em que se perderão as péssimas tradições do ócio e da inércia que tanto nos têm prejudicado”.¹¹¹ A colonização defendida por Taunay era a que adviria com a imigração européia, sendo que seus discursos apresentavam os europeus como únicos imigrantes “úteis” ao Brasil por se tratar de “uma raça forte e mais próxima da nossa, nos costumes e nas predileções”.¹¹²

Depois de muitas lutas dentro do Partido Conservador e contra os Liberais, ora estando no poder, ora perdendo para os adversários, Taunay decidiu demitir-se do exército e por fim à carreira militar. Segundo Azevedo, Taunay receava que seus adversários políticos se aproveitassem da sua condição de soldado para afastá-lo da corte, transferindo a sua atividade para uma guarnição distante.¹¹³ Esse episódio nos mostra que a preocupação maior de Taunay nessa fase de sua vida era a luta política, pois abriu mão de uma situação privilegiada ao renunciar o cargo que o tornava parte do Estado-Maior em posto de primeira classe, além de perder, com isso, a cátedra de Mineralogia e Geologia que ocupava na Escola Militar. Abastado economicamente, se deu ao luxo de escolher a atividade que mais lhe proporcionaria poder para instaurar suas idéias e planos de desenvolvimento ao Império. Logo após sua demissão do exército que se deu a 12 de fevereiro de 1885, o

¹¹¹ AZEVEDO, Gentil. *O Visconde de Taunay... Op.cit.*, p.165.

¹¹² *Ibidem*, p.186.

¹¹³ *Ibidem*, p.191.

Partido Conservador reouve o poder no Governo Imperial sob o comando do Primeiro Ministro João Maurício Wanderley (o Barão de Cotegipe).

Mesmo tendo sérias divergências com Taunay, o Barão de Cotegipe promoveu seu retorno ao Partido Conservador e nomeou-o Presidente da Província do Paraná.¹¹⁴ A nomeação de Taunay para a presidência da Província do Paraná representou uma astúcia de Cotegipe, pois nesta Província se definia progressiva a colonização europeia devido ao clima ameno a fertilidade do solo, local propício para que Taunay “experimentasse seu projeto amplo de povoamento organizado em larga escala”.¹¹⁵ Embora Taunay soubesse que seus intentos só poderiam se concretizar se houvesse mudanças no cenário legislativo central, o que o impossibilitaria de implantar a totalidade de seu plano na jovem Província paranaense, entendeu que lhe seria possível, ao menos, providenciar melhorias à vida dos imigrantes que já se encontravam em terras paranaenses. Empossado Presidente da Província do Paraná no dia 29 de setembro de 1885, Alfredo d’Escagnolle Taunay permaneceu neste cargo até o dia 03 de maio de 1886 e é apontado, por Romário Martins, como um dos presidentes que mais interesse demonstrou “pela elevação cultural e econômica da Província e pela urbanização da capital”.¹¹⁶ Já Gentil Azevedo, ao descrever o governo de Taunay na Província do Paraná, afirma que Taunay “dedicou-se a ampliar a corrente imigratória, criando colônias em todos os pontos convenientes e situando milhares de adventícios” resultando esse trabalho “no pedido de naturalização, formulado por mais de mil europeus”.¹¹⁷

Romário Martins destacou ainda outros trabalhos desenvolvidos por Taunay na Província do Paraná e, principalmente, na capital paranaense tais como: Passeio Público de Curitiba; projeto e início de execução da Avenida da Imperatriz (atual Rua 15 de Novembro, uma das mais importantes de Curitiba); reorganizou e regulamentou a Biblioteca Pública do Paraná; criou em todas as cidades Sociedades de Imigração e fundou os núcleos Santa Gabriela, barão de Taunay e Alice.

¹¹⁴ Segundo Gentil Azevedo, a crise entre Taunay e o Barão de Cotegipe se deu por conta de divergências quando este último ocupou a pasta da Fazenda do Império no primeiro mandato de Taunay como Deputado e, com a autoridade de Ministro, criou obstáculos a vários projetos de Taunay que acabou por criticá-lo severamente na Tribuna da Câmara. Mais informações cf. AZEVEDO, Gentil. *O Visconde de Taunay... Op.cit.*, p.194.

¹¹⁵ AZEVEDO, Gentil. *O Visconde de Taunay... Op.cit.*, p.194.

¹¹⁶ MARTINS, Romário. *História do Paraná... Op.cit.*, p.422.

¹¹⁷ AZEVEDO, Gentil. *Visconde de Taunay... Op.cit.*, p.195.

Segundo Martins, o interesse de Taunay por Curitiba “excedeu ao de qualquer outro presidente no tempo do Império. Foram quase diários os seus ofícios à Câmara Municipal, de animação, de conselho, de elogio ou de censura”.¹¹⁸

No entanto, certo é que, mesmo atuando no executivo desta província, suas intenções não consistiam em permanecer neste cargo, pois seu nome já havia sido apresentado para concorrer à cadeira de Deputado Federal que pertencia à província vizinha de Santa Catarina. Os compromissos em Curitiba o impediram de percorrer o interior da província catarinense o que o obrigou a designar um auxiliar para lá fazer sua campanha. Foi neste período, entre a campanha eleitoral que se candidatara e nas atribuições do cargo de presidente, que Taunay percorreu a província paranaense visitando Guarapuava, os Campos Gerais e a cabeceira do rio Ivaí. A excursão sobre o rio Iguaçu foi feita logo após o resultado das urnas catarinenses que o elegeram novamente Deputado Federal pelo Partido Conservador, cargo que passou a ocupar em maio de 1886, logo depois de sua curta estadia em Curitiba.

Neste contexto constituiu-se o político e o escritor, o romancista e o historiador que entre tantos escritos deixou um especificamente sobre o rio Iguaçu. Como é impossível separar essas categorias do que entendemos ser o “autor”, essa breve apresentação biográfica de Taunay nos serve para percebermos até que ponto a narrativa romanesca sobre o rio é parte constituinte de um discurso político que visava a construção de um território propício ao seu plano imigrantista.

1.2.2 “Viagem presidencial ao rio Iguassú”: a construção do documento

Ao lermos os relatos de viagens de Taunay, não há como não fazermos alusão ao ensaio do literato inglês William Hazlitt (1778-1830) *On the Love of the Country*¹¹⁹ e sua busca pela fonte dos apegos às coisas naturais. Para Hazlitt, ninguém, ao certo, consegue explicar como essas sensações ligadas aos objetos naturais se infundem nos humanos e constantemente emergem nas lembranças habitualmente associadas à natureza. De certa forma, as obras em que Taunay descreve

¹¹⁸ MARTINS, Romário. *História do Paraná... Op.cit.*, p.422-423.

¹¹⁹ HAZLITT, William. *On the love of the country. In: KEYNES, Geoffrey (ed.) Selected Essays*. London: Nonsuch Press, 1930.

as viagens feitas na Província do Paraná estão repletas desses sentimentos que criam uma natureza bela, sublime e magnífica.

No relato da viagem expedicionária ao rio Iguazu, Taunay compõe um cenário deslumbrante, no qual a Natureza é a personagem principal, constituída a fim de representar ao Império a jovem Província do Paraná: praticamente intocada, ansiosa por desenvolvimento e repleta de possibilidades para aqueles que não teriam medo do novo. Como vimos acima, uma das idéias mais difundidas por Taunay era a de fazer com que os imigrantes europeus ocupassem os sertões do Brasil, e, neste sentido, a propagação de um discurso eloqüente sobre as riquezas naturais do interior do Paraná poderia despertar um desejo de colonização em imigrantes europeus. Entretanto, o importante é que, através deste relato, uma parte do rio Iguazu foi apresentada minuciosamente à Província e ao Império, pois o relato é deveras ilustrativo e foi bastante difundido nas décadas de 1880 e 1890.

Primeiramente, o relato foi publicado pelo jornal *Gazeta Paranaense* que durante seis dias estampou em suas páginas os vários “capítulos” da expedição.¹²⁰ A edição oficial consta nos anexos do Relatório do Presidente da Província de 03 de maio de 1886.¹²¹ Além disso, transformou-se em artigos para dois volumes da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*: v.50, n.75, 1887¹²² e v.53, n.81 de 1890.¹²³ Neste último volume da RIHGB, Taunay reelaborou uma série de dados referentes à expedição ao rio Iguazu, inserindo notas explicativas e modificando o texto de terceira para primeira pessoa do singular. A RIHGB ainda publicou em 1914, um pequeno texto redigido por Taunay, onde ele transcrevia os apontamentos feitos por D. Pedro II, já no exílio, ao artigo publicado em

¹²⁰ TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. Viagem presidencial ao Rio Iguassú. *Jornal Gazeta Paranaense*, Curitiba, sexta-feira, 12 de março de 1886, anno X, n.56, p.3; sabbado, 13 de março de 1886, anno X, n.57 p.2-3; domingo, 14 de março de 1886, anno X, n.58, p.2; terça-feira, 16 de março de 1886, anno X, n.59 p.2-3; quarta-feira, 17 de março de 1886, anno X, n.60, p.3; e sexta-feira, 19 de março de 1886, anno X, n.62, p.3. Estas edições encontram-se microfilmadas na Biblioteca Pública do Paraná onde acessamos em 08 de abril de 2009.

¹²¹ Idem. Viagem presidencial ao Rio Iguassú. In: PARANÁ. *Exposição com que S. Ex. o Sr. Alfredo d'Escragnolle Taunay passou a administração da Província do Paraná ao Ex. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, primeiro vice-presidente a 3 de maio de 1886*. [Curitiba]: [s. n.], 1886, p.I-XVIII dos “anexos”.

¹²² Idem. Viagem do presidente Dr. Alfredo de Escragnolle Taunay ao Rio Iguassu (Província do Paraná) em março de 1886. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.50, n.75, p.157-175, 1887.

¹²³ Idem. Excursão no rio Iguassú. In: _____. *Curiosidades naturais da Província do Paraná: memória lida no Instituto Histórico e Geographico Brasileiro em Agosto e Setembro de 1889 pelo sócio honorário Visconde de Taunay. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.53, n.81, p.193-241, jan/mar, 1890.

1890.¹²⁴ Por fim, uma versão em livro foi editada em 1890 no Rio de Janeiro, onde constam várias descrições sobre a Província do Paraná feitas por Taunay, entre elas a excursão ao rio Iguazu.¹²⁵

Chama nossa atenção o fato deste diário de viagem ao rio Iguazu ter se tornado uma obra tão difundida em fins do Século XIX. A publicação tanto nos meios acadêmicos, caso das publicações na RIHGB, quanto nas edições voltadas ao público em geral, caso do Jornal Gazeta Paranaense em 1886 e da edição em livro pela Laemmert em 1890, confirma as discussões acima sobre a postura literária de Taunay. Além disso, torna visíveis seus laços com o IHGB e seus projetos de construir identidades para o Brasil oitocentista e monarquista. Nem mesmo seus escritos de guerra foram tão publicados, no entanto, as descrições e o estilo da escrita, em alguns momentos do diário da viagem ao Iguazu, assemelham-se aos que Taunay fez em Miranda, Nioac, publicados como escritos de campanha da Guerra do Paraguai em “Scenas de Viagem”,¹²⁶ e aos que ele fez sobre os rios Aquidauana, já citado anteriormente, e Paranaíba, ambos publicados em “Céus e Terras do Brasil”.¹²⁷

Outro fato que torna singular o diário da viagem ao Iguazu é o da publicação póstuma na RIHGB dos apontamentos feitos pelo Imperador D. Pedro II à publicação do artigo sobre a viagem em questão em 1890, também na RIHGB. Taunay explica da seguinte forma tal fato que, no nosso entendimento, relaciona o referido documento com outros fatos históricos relevantes, como por exemplo, o interesse de D. Pedro II às coisas que se escreviam sobre o Brasil sob os auspícios do IHGB:

A 10 de abril de 1890 publiquei no tomo 53, parte 2ª, da *Revista Trimestral* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro descrição um tanto minuciosa de várias *Curiosidades naturais do Paraná*, que mais atenção me mereceram nas minhas viagens, quando presidente daquela circunscrição administrativa, de 28 de Setembro de 1885 a 4 de Maio de 1886.

Mandando tirar exemplares em separado, enviei, a 31 de Maio daquelle anno de 1890, um desses

¹²⁴ TAUNAY, Alfredo d'Escragno. Notas de D. Pedro II às “Curiosidades Naturais do Paraná”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 130, p.89-94, 1914.

¹²⁵ Idem. *Curiosidades naturais do Paraná e excursão no rio Iguassú*. Rio de Janeiro : Laemmert, 1890.

¹²⁶ Idem. *Scenas de viagem... Op.cit.*

¹²⁷ Idem. *Céus e Terras do Brasil... Op.cit.*

folhetos á Sua Magestade o sr. D. Pedro II, não só como respeitossíssimo preito ao illustre exilado e inclyto soberano, mas tambem em obediência ás ordens que me dera de escrever quanto pudesse a respeito do Brasil, e logo lh’o remetesse.

Mezes depois, recebi esse exemplar annotado, e, seguindo o bello e útil exemplo do digno sr. Conselheiro Manuel Francisco Corrêa¹²⁸ a respeito da obra de Pressensé, entrego nestas linhas á publicidade as observações, que o imperador escreveu a lápis á margem das folhas, e que vão transcriptas com todo o acatamento e a mais absoluta fidelidade. (grifos no original)¹²⁹

Embora quase todas as anotações transcritas sejam de traduções dos termos indígenas e louvores aos nomes de personagens que Taunay cita no seu artigo, o fato de estes apontamentos terem se tornado “documento” a ser preservado pelo IHGB denota a existência de profundas relações entre este instituto e a coroa mesmo depois da proclamação da República e da amizade e intimidade nutrida entre Taunay e D. Pedro II. Também demonstra o quanto Taunay valorizou suas descrições sobre as paisagens paranaenses e seu compromisso com a publicidade destes discursos que contribuía para a construção de uma natureza idílica, rica e atrativa como veremos nas análises a seguir.

Dentre todas as publicações deste relato de viagem, optamos pela primeira versão editada oficialmente para constar nos anexos do relatório em que Taunay expõe a situação da província ao seu sucessor, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, no dia três de maio de 1886, doravante referendada como “PARANÁ. Viagem presidencial ao Rio Iguassú”. Contudo, não nos privamos da análise e utilização das outras edições, principalmente a última publicação da RIHGB, devido, principalmente, às notas explicativas referentes aos nomes, datas e algumas correções ao texto original.

1.2.3 A construção das paisagens e a denominação dos lugares

¹²⁸ Manuel Francisco Correia (1831-1905). Nascido em Paranaguá-PR, ocupou vários cargos no Império tais como: Presidente da Província de Pernambuco (1862), Deputado da Assembléia Geral pela Província do Paraná (1869-1877), Senado do Império e o Ministério de Estado dos Negócios Estrangeiros (1877). Foi também vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para mais detalhes cf. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Biografia do Conselheiro Manuel Francisco Correia*. Rio de Janeiro: Tipografia Guimaraes e Cia, 1900.

¹²⁹ TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. Notas de D. Pedro II... *Op.cit.*, p.89.

A referida viagem, descrita desde a partida de Curitiba no dia 03 de março de 1886 é um evento político. Taunay saiu de seu gabinete tanto para conhecer a “realidade” do território que governava quanto para averiguar o andamento da construção da estrada que ligaria Guarapuava e Palmas, obra sob responsabilidade do exército imperial e que se encontrava já nas proximidades do Porto de União da Vitória. Esta “obrigação” política do viajante já se apresenta nas primeiras linhas do relato quando Taunay se deparou com as péssimas condições da estrada, mesmo depois da Província ter estipulado “não pequena quantia para que essa via de comunicação não estivesse tão descurada”.¹³⁰

Entretanto, esse tom notavelmente político do primeiro dia de andanças de Taunay dá lugar a um texto memorialístico que tenta representar, na escrita, todo o impacto das múltiplas impressões que os saltaram o espírito quando aos

olhos maravilhados se desdobravão as formosas perspectivas do Iguassu, tão várias, tão extraordinárias, umas risonhas e amenas, outras grandiosas e solenes, já no seguimento da sua simples corrente, já quando se junta a outros grandes rios, como o Negrinho, o Negro, Potinga, o Timbó, tomando então largura de mais de 600 braças e espelhando em sua serena superfície o azul dos céos e a frondosa vegetação das suas margens.¹³¹

É o próprio Visconde de Taunay que se incumbem de fazer com que sua narrativa se tornasse uma leitura deste espaço percorrido no rio Iguazu que, por mais que não fosse novidade aos governantes da Província, certamente o seria àqueles que teriam acesso ao texto memorialístico que Taunay escreveria. A descrição deste ambiente que, para muitos representava o escondido, o sigiloso, o secreto, o fugidio e o incompreensível, poderia estabelecer a importância devida ao rio que serpenteava grande parte do território paranaense. Além disso, o Visconde de Taunay e sua viagem representavam uma ansiedade antiga da classe política da província que buscava não só conhecer esse espaço, como também noticiar suas curiosidades, suas riquezas, seus perigos e, principalmente, as possibilidades de utilização de seus recursos em prol do crescimento econômico da província.

¹³⁰ PARANÁ. Viagem presidencial ao Rio Iguassú... *Op.cit.*, p.III.

¹³¹ *Ibidem*, p.I.

Neste sentido, transmitir ao leitor as múltiplas impressões sobre o rio Iguaçu significava construir discursivamente uma visualidade para o rio, criando-lhe uma imagem que seria capaz também de torná-lo visível ao restante do Império. Além disso, os vínculos de maravilhamento e entusiasmos estabelecidos na narrativa de Taunay vinham ao encontro das necessidades da construção de uma identidade para a Província do Paraná, apelando para suas belezas naturais, para a riqueza de suas florestas, para a abundância de sua fauna. Estes fatores naturais poderiam representar a solução para os problemas econômicos da província. Com todos estes objetivos, a narrativa do Visconde de Taunay construiu o rio Iguaçu como um espaço virgem, de piscicultura abundante, de águas cristalinas, de lindíssimas paisagens e de segredos profundos, em suma, um lugar ao mesmo tempo sublime, romanesco e rico de possibilidades. Singrar o rio Iguaçu significava estar apto para o novo, para o inesperado e para o secreto. Esses símbolos seriam capazes de engrandecer todo aquele que por ali se aventurasse ou mesmo que decidisse habitar aquelas margens.

Toda a viagem pelo rio se deu dentro de um barco a vapor ancorado à margem direita do rio na localidade chamada de Porto Amazonas, certamente devido ao nome daquele que tinha a concessão do serviço de navegação neste trecho do rio Iguaçu, Amazonas Marcondes.¹³² Desde 01 de julho de 1883 o Coronel Marcondes recebia subvenção da Província para realizar o transporte de passageiros e cargas do Porto Amazonas ao Porto da União, numa distância de 55 ½ léguas, em seu barco a vapor que media “80 palmos de comprimento e 26 de boca”.¹³³ Com uma força de 18 cavalos, o referido vapor podia carregar 800 arrobas e ainda rebocava “uma grande lancha e cinco canoas”.¹³⁴ O “Cruzeiro”, como foi denominado o barco, fora construído em 1878, no Rio de Janeiro, e em 27 de dezembro de 1882 fez sua primeira viagem. Como combustível, utilizava uma das madeiras mais abundantes nas margens do rio Iguaçu, o branquilha (*Sebastiania brasiliensis*), que era carregado nas cinco paradas dos dois dias de

¹³² Pertencente ao município de Palmeiras, a localidade de Porto Amazonas recebeu esse nome depois que o Coronel Amazonas Marcondes obteve a concessão de uma linha de navegação no rio Iguaçu. Outras denominações já identificavam essa localidade, como Porto de Caiacanga – por que estava próximo do Salto Caiacanga –, Portão e Porto da Balsa. O certo é que, a partir do Decreto Imperial nº 7248 de 19 de abril de 1879 essa região portuária localizada na margem direita do rio Iguaçu passou a se chamar Porto Amazonas, que em 24 de novembro de 1947 foi emancipada como município. Para maiores detalhes cf. LOPES, José Carlos Veiga. *Raízes da Palmeira... Op.cit.*

¹³³ PARANÁ. Viagem presidencial ao Rio Iguassú... *Op.cit.*, p.V.

¹³⁴ Idem.

viagem rio abaixo e outras cinco nos quatro dias que levava a volta contra a correnteza. A Figura 06 mostra esta embarcação através de fotografia tirada, provavelmente, no início do Século XX por Arthur Wischral, época em que o mesmo barco ainda percorria o trajeto feito por Taunay.

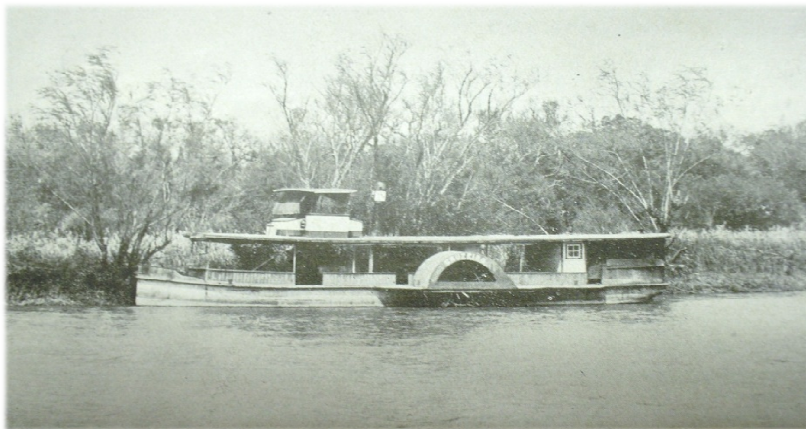


FIGURA 06. Vapor Cruzeiro
FONTE: Wischral [19-]

A utilização do *Cruzeiro* para a viagem do Visconde de Taunay foi uma boa oportunidade para que Amazonas Marcondes pedisse a renovação de contrato para sua empresa, visto que o próprio presidente da Província do Paraná pôde, pessoalmente, usufruir de tal serviço. Fato que realmente não passou despercebido pelo Visconde que fez questão de relatar o estado do barco e a importância da empresa para a província:

O estado de solidez e conservação do vapor *Cruzeiro* é visivelmente bom. Tem um toldo de madeira corrido e grandes pannos alcatroados, de modo que S. Ex. verificou com seus próprios olhos a inexactidão do que se affirmava sobre as condições de absoluta falta de abrigo para os passageiros. E', comtudo, de toda a necessidade fazer algumas obras, aliás facillimas, para melhor accomodação dos viajantes, sobretudo senhoras e crianças, e proceder a uma limpeza geral, pois a embarcação está bastante suja.¹³⁵

¹³⁵ PARANÁ. Viagem presidencial ao Rio Iguassú... *Op.cit.*, p.V-VI.

Contudo, o que mais importava na narrativa de Taunay era a realidade da navegação. Mesmo com defeitos no barco e por mais que os serviços fossem precários, o fato de a Província possuir um serviço de embarcação ligando um trecho significativo de seu território, fazia desta pequena navegação um grande negócio para a jovem província. Desde há muito tempo, como percebemos anteriormente, o governo provincial desejava singrar as águas do rio Iguaçu, por menor que fosse a distância. Navegar significava aproveitar as riquezas de um rio, eram as estradas que faltavam ao império. Neste sentido, o trabalho de Amazonas Marcondes representava um marco nos sonhos de aproveitamento das enormes faixas de terras que jaziam escondidas nas florestas do Paraná. A utilização da navegação fazia do rio uma via importante para levar “civilização”, “progresso” e “vida social” aos espaços interioranos. O louvor do Visconde de Taunay a Marcondes ilustra bem esse desejo de civilizar o interior da província, principalmente, o de transformar aquele espaço “inóspito” e “deserto” em um lugar “civilizado” e “produtivo”.

Em todo o caso, é de louvar-se, e muito, a coragem e a pertinácia com que o Sr. Amazonas Marcondes se abalçou àquelle commettimento, e mantém semelhante empreza, que deu e dá progresso e vida social a muitissimos pontos desertos e inhospitos dos nossos sertões, nos quaes vagueiam ainda temidos e indômitos bugres. S. Ex. o Sr. Dr. Taunay fez por vezes justiça àquelle espírito activo e emprehendedor, que apresenta um resultado real e palpavel dos seus esforços, da sua força de vontade e trabalho, ante os quaes recuarião de certo muitos homens de iniciativa e coragem, n’aquella luta incessante entre as aspirações da civilisação e a natureza bruta e selvatica.¹³⁶

Neste trecho, percebemos que em torno da navegação no rio Iguaçu se projeta uma narrativa que procura reafirmar a necessidade de civilizar e transformar, com coragem e pelo trabalho, os sertões da Província. Segundo Taunay, o homem branco, corajoso e trabalhador era a indicação suprema para a transformação daquele espaço, daquele lugar tão rico de natureza, mas, pelo que podemos traduzir de sua narrativa, tão vazio de cultura. Por este trecho, pode-se afirmar tranquilamente

¹³⁶ PARANÁ. Viagem presidencial ao Rio Iguassú... *Op.cit.*, p.VI.

que, para Taunay, cultura era sinônimo de civilização e “civilizar” significava transformar o espaço e submeter à natureza as práticas que possibilitassem o progresso. Nisto constitui o paradoxo que permeia toda a narrativa, pois ao mesmo tempo em que a selva fascina e deslumbra o viajante com as representações do “virgem”, do “intocado”, do “nunca visto”, ela parece lhe impor a obrigação do domínio que, uma vez realizado, destitui a áurea fascinante da natureza.

Neste sentido, a presença de Taunay nesta viagem representou também um momento oportuno para divulgar essa “Natureza” paranaense. Como vimos acima, enquanto chefe do Executivo, Taunay almejava difundir e concretizar seus planos de imigração européia e esta não foi sua única viagem com fins de relatar as riquezas e as curiosidades da Província do Paraná. Com o talento para a escrita e a pintura que sua formação acadêmica possibilitou, além das técnicas apreendidas nas escolas do exército, ele seria extremamente capaz de despertar a cobiça e o desejo de conquista para estas terras. A viagem em questão não traz um deslumbramento ingênuo ante a exuberância natural que as margens do rio Iguazu apresentavam. É temporalmente marcada por relações e interesses políticos muito bem situados historicamente, onde a ordem era ir cada vez mais ao interior do Império, desbravar e descobrir riquezas e, por que não, estimular a avidez de personagens que até então não se interessavam por estes lugares. A principal arma de Taunay para essa empreita foi, sem dúvida, a forma maravilhada de descrever as paisagens ribeirinhas ao Iguazu. Certas cenas descritas pelo Visconde mais parecem uma pintura do que uma narrativa, como essa que destacamos a seguir.

Agora combinem-se em densa cortina todas as folhagens d’essas e outras muitas plantas, com um verde que cambia da cor quasi branca ao verde glauco e negro, passando por todos os matizes desde o gaio e verde-pariz até ao verdecré e ás mais apertadas tintas ; sobre aquelle magestoso manto atirem-se a flux festões de *malpighiáceas*, cujos *samaridios* vermelho-escarlates fingem rosarios e fitas de flores ; imaginem-se de permeio *bambus*, *tacuaras*, *tacuarissimas*, *poça-unas* e *caras* a tremularem em graciosas curvas com a menor aragem; cubrão-se aquelles troncos e galhos de *barbas de velho*, umas cinzentoroxeadas, soltas como finos cabellos, outras miúdas e compactas, pardacentas ou esbanquiçadas; contrastem-se as folhas alterosas

das palmeiras com as dos pinheiros; faça-se ressaltar de escuras sombras a coloração alegre, risonha, verde-amarela de infindos *salgueiros*, e de longe, de muito longe, terá o leitor pálida idéia das paisagens que, a cada momento, se desenrolavam aos olhos dos viajantes.¹³⁷ (Grifos no original)

Ao lado desta análise pitoresca do lugar, Taunay procurou expor em sua narrativa uma descrição minuciosa da floresta que circundava o rio. Entendemos que o apelo discursivo sobre as espécies de árvores nativas daquela região da Província servia também para organizar uma possível e futura utilização destes recursos numa política econômica voltada ao aproveitamento dos recursos madeiros desta parte do Paraná oitocentista. Além disso, sua narrativa meticulosa e descritiva possibilita uma reconstrução das espécies vegetais existentes e, até então, preservadas ao longo do rio Iguazu em fins do Século XIX. Embora o autor se utilize de retórica e de um estilo literário que mistifica o natural e o construa intacto e virginal, as espécies descritas no documento especificam o conteúdo das espécies vegetais que cresciam ao redor do rio.

Nas margens, alteia-se copada vegetação, em que predominão, por quasi todo o percurso do rio, inumeros *branquinhos*, elegantissimos *cambuhys* e outras *myrtaceas*, *angicos* e varias *acácias*, os *tarumans*, de cerne quasi indestructivel, mas formas tortuosas, e cujos fructos adocicados são tão apreciados dos passaros, arvores aqui menos que medianas, mas em Matto-Grosso, possantissimos madeiros, os *cedros* tão conhecidos na flora brasileira, de vez em quando muitas palmeiras *gerivás*, e quase sempre *pinheiros*, ora destacados, ora em grupos, ora formando verdadeiras florestas, já no campo, já alto e encostas das eminencias, quasi sempre um tanto distantes das bordas, e da água corrente.¹³⁸ (Grifo no original)

Com esta descrição pode-se ter uma idéia das espécies e qualidades de vegetação que constituíam o território pertencente ao rio Iguazu no final do século XIX. Espécies da mata atlântica já bem

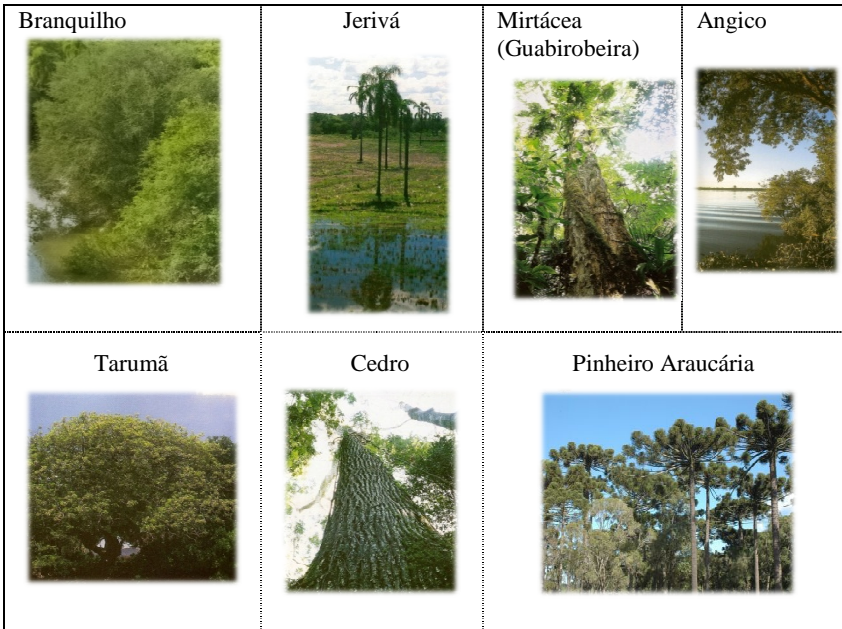
¹³⁷ PARANÁ. Viagem presidencial ao Rio Iguassú... *Op.cit.*, p.VII.

¹³⁸ *Ibidem*, p.VI-VII.

conhecidas na época como o Branquilha (*Sebastiania commersoniana*), os Cambuhys (*Myrciaria tenella*), as Myrtaceas (conhecidas por seus frutos tropicais como a Goiabeira, Pitangueira, Jabuticabeira, Gabirobeira), o Angico (*Parapiptadenia rigida*), as Acácias (*Acacia bonariensis*), Tarumans (*Vitex megapotamica*), os Cedros (*Cedrela fissilis*), as palmeiras de Jerivás (*Syagrus romanzoffiana*) e a árvore que se tornou símbolo do Estado, o Pinheiro Araucária (*Araucária angustifolia*).¹³⁹

Diante deste detalhamento de Taunay sobre as espécies que constituíam as margens do Iguazu em 1886, procuramos elaborar o Quadro 01 ilustrativo à vegetação descrita neste relato de viagem.

¹³⁹ Os nomes científicos que acrescentamos às denominações dadas por Taunay foram retirados de BACKES, Paulo; IRGANG, Bruno. *Mata Atlântica: as árvores e a paisagem*. [s.l.]: Paisagem do Sul, 2004.



QUADRO 01. Espécies de árvores citadas por Taunay em 1886

FONTE: Backes & Irgang (2004); Prochnow [2008]

Os olhos do viajante não prestaram atenção apenas nas espécies das regiões pantanosas e inundáveis durante as cheias do rio, mas olharam adiante, nas encostas das serras, onde estavam as frondosas e valiosas árvores de cedro, tarumã, angico e araucária. Descrevendo essas matas e construindo a paisagem em torno da floresta, Taunay anunciava as possibilidades da futura exploração da madeira, ciclo que em breve se instalaria em todo o estado e que seria facilitada às margens dos rios que pudessem servir de estradas para o transporte das toras. Em outra obra, também falando sobre as riquezas madeireiras da Província do Paraná, Taunay afirmou que a Araucária constituía uma das maiores riquezas da Província, colaborando para a construção de um discurso de inesgotabilidade madeireira que acabou surtindo o efeito desastroso do quase desaparecimento desta espécie no Paraná.

Não há dúvida que o pinheiro constitui uma das maiores e mais facilmente exploráveis riquezas de que o Paraná pôde tirar opulentíssima renda. O depósito natural da utilíssima madeira é quase

inexgotavel, senão nas regiões mais proximas por enquanto dos mercados existentes e servidos já por estrada de ferro, pelo menos em todos os pontos a que possa chegar a actividade humana [...].¹⁴⁰

Este apontamento de Taunay foi feito em sua “Viagem philosophica aos Campos Geraes e ao Sertão de Guarapuava” em fins de março de 1886, logo depois da excursão ao rio Iguazu. Inserimos aqui porque corroboram com nossa afirmação de que as descrições das paisagens circundantes ao Iguazu ultrapassam as características retóricas ou romanescas de seus escritos. Neste sentido, Taunay vai transformando a narrativa deslumbrada sobre as belezas naturais, na construção de um discurso de possibilidades. A riqueza no interior daquelas paisagens significava bem mais que atrativos para um literato ou um amante do pitoresco, eram um símbolo do que a província ainda tinha para explorar. A imagem dessa natureza exuberante e “virgem”, tão bem descrita pelo então presidente da província, soava como um apelo à conquista, à exploração e à presença da “civilidade” que poderia usufruir daquele espaço para o benefício da Província e do Império. Aqui assistimos ainda ao que poderemos chamar de posicionamento econômico, por reconhecer os fins da madeira e seu escoamento.

Além disso, ao mesmo tempo em que Taunay busca descrever o que há anos já se via quando se navegava entre Porto Amazonas e União da Vitória, ele procura tornar a viagem exploratória e nominativa com signos de uma civilização representada pelo Estado na presença de seu chefe de governo provincial. É assim que ele continua a descrição da viagem, como se fosse a primeira, com o direito de designar espaços e acidentes geográficos com nomes da política imperial.

...continuou-se a viagem em meio das bellezas da natureza vegetativa de que procuramos dar imperfeita e pallida noção, enfrentando-se, à meia légua de distancia do porto Amazonas, com uma bifurcação do Iguassú, que ahi forma dous largos canaes, e uma grande e pitoresca ilha, a que S. Ex. deu o nome de Lamenha Lins, em honra ao benemerito presidente, que teve esta Provincia.¹⁴¹

¹⁴⁰ TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Viagem philosophica aos Campos Geraes... Op.cit.*, p.179-180.

¹⁴¹ PARANÁ. *Viagem presidencial ao rio Iguassú... Op.cit.*, p.VII.

Além de Adolpho Lamenha Lins,¹⁴² ex-presidente da Província do Paraná, outros personagens emprestaram seus nomes às ilhas, largos e curvas do rio Iguaçu nesta viagem do Visconde de Taunay. Nominar assim os lugares mais representativos, aqueles que chamavam mais a atenção, foi uma forma de estabelecer um elo não apenas de identidade, mas de presença. Os nomes passam a ser símbolos de um espaço visitado, delimitado, mapeado e que alguma importância desempenhou num tempo bem específico. A viagem não representava apenas o presente, era também a realização de um passado de interesses e lutas para que a navegação se concretizasse no rio Iguaçu. Foi assim que personagens como o Dr. Agostinho Ermelino de Leão,¹⁴³ ex-presidente da província e participante da expedição, foi homenageado com a grande Volta Dr. Ermelino que o sinuoso rio Iguaçu fazia próxima à Barra do rio Viramachado. Outra volta que o rio Iguaçu faz logo após a confluência com os rios Negro e Potinga foi denominada Volta do Visconde de Guarapuava “em honra ao benemérito paranaense”.¹⁴⁴

Na exploração inédita feita ao rio Timbó, um afluente do rio Iguaçu próximo já à União da Vitória, foram homenageados também os “ilustres” Henrique Pedro Carlos de Beurepaire-Rohan - Visconde de Beurepaire-Rohan e João da Silva Machado - Barão de Antonina, aquele com a denominação do primeiro porto natural ou enseada do rio Timbó e este nominando uma das grandes voltas do mesmo rio. Além disso, o “Sertanejo Lopes” também recebeu congratulações por seu “espírito elevado e filosófico” nominando outra volta do rio Timbó.¹⁴⁵ Não podemos deixar de registrar que o próprio Visconde de Taunay

¹⁴² Adolpho Lamenha Lins (1845-1881) foi presidente da província do Paraná entre 8 de maio de 1875 e 16 de julho de 1877. Segundo Taunay, foi um dos mais notáveis administradores da província paranaense e que “prestou assinalados serviços, o mais relevante dos quais foi a organização de quase todos os bellos centros immigrantistas, que circundão a cidade de Curitiba”. Cf. TAUNAY, Alfredo d’Escragno. Excursão no rio Iguassú... *Op.cit.*, p.226.

¹⁴³ Agostinho Ermelino de Leão (1834-1901) foi vice-presidente da Província do Paraná em vários anos (1869, 1870 e 1875). Para Taunay, uma de suas principais contribuições à Província foi a criação do Museu Paranaense, do qual por muitos anos atuou como colaborador e conservador. Cf. TAUNAY, Alfredo d’Escragno. Excursão no rio Iguassú... *Op.cit.*, p.226.

¹⁴⁴ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XI.

¹⁴⁵ Joaquim Francisco Lopes - Sertanejo Lopes (1805-1868) foi um sertanista que percorreu grandes extensões de terras designadas como “sertões do Brasil”. Uma das mais importantes contribuições de Lopes foi a exploração que empreendeu, entre 1840 e 1850, nos Campos Gerais e sertões da então 5ª Comarca de São Paulo, mais tarde Província do Paraná. Além disso, procurou, durante anos, um itinerário por onde fosse possível traçar uma estrada que ligasse a Província de São Paulo com a de Mato Grosso. Sobre esta viagem em particular cf. LOPES, Joaquim Francisco. Itinerário da melhor via de comunicação entre a Província de São Paulo e a de Matto Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.13, p.315-335, 1850.

empresta seu nome a dois lugares específicos: uma ilha formada pela desembocadura do rio Negro no Iguaçu e um porto natural que estava localizado no último ponto percorrido no rio Timbó. Além disso, por indicação de Libero Braga que acompanhava a comitiva, um dos locais mais importantes de abastecimento do vapor recebeu o nome de Barão de Taunay,¹⁴⁶ pai do Visconde.

Contudo, ao mais belo dos lugares descritos pela narrativa, um espriado que se formava na confluência do rio Timbó com o Iguaçu, o Visconde de Taunay deu o nome de “Largo Bazilio da Gama”. Pelo relato, trata-se de um lago com mais de 600 braças de extensão onde as águas mansas e de grande profundidade transformavam o rio num espelho gigante em que se refletiam “todas as mutações e cores da atmospherá” e se espelhavam vivos “o azul do céu e os contornos das nuvens. O espectáculo era então da maior belleza, tinto o horisonte de scintilantes rubores, que punhão chispas de fogo na fronte da mattaria e na superfície lisa das aguas”.¹⁴⁷

Para o Visconde de Taunay, a beleza esplêndida daquela natureza lembrava a imagem pura e poética de Lindóia, a musa do principal poema de Basílio da Gama “O Uruguai”. Em tal poema, os encantos e a formosura de Lindóia eram tantos, que nas suas faces se transfigurava até a morte, o que inspirou no poeta a famosa exclamação “Tanto era bela no seu rosto a morte”.¹⁴⁸ A imagem analógica entre a beleza de Lindóia e a beleza das paisagens do rio Iguaçu traz para a narrativa de Taunay a noção do sublime, tão presente entre os artistas do Romantismo. O fascínio proporcionado pelas imagens das águas do Iguaçu transformava aquele espaço num desafio àqueles que se aventuravam sobre a sua superfície. A beleza que as águas refletiam não escondia os perigos daquela viagem, entretanto, o sobreviver ante os mistérios dessas águas representava a grandeza daqueles que os enfrentavam. Neste sentido, Taunay constitui o rio também como um lugar do sublime.

A estas denominações de lugares com o nome de personagens que o Visconde de Taunay tinha como importantes para a história da província e do império, como políticos ilustres, cidadãos destemidos e corajosos ou ainda literatos e artistas, que mereciam a lembrança em sua viagem outras tantas denominações aparecem. No entanto, é interessante

¹⁴⁶ O comendador Félix Emílio Taunay (1795-1881)

¹⁴⁷ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XIII.

¹⁴⁸ GAMA, Basílio. *O Uruguai*. Canto Quarto, 130-197: A morte de Lindóia. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964, p.84.

ressaltar que das denominações dadas por Taunay, apenas uma não remete a nomes próprios, que é o caso dos paredões de pedra existentes nas proximidades de São Mateus do Sul que foram chamados de “Murallas de Jericó”. O restante dos lugares que aparecem na narrativa como já possuindo nome são um dos indícios da vida social existente anterior à viagem, pois é certo que os moradores e antigos viajantes do rio Iguaçu já tinham nomes para os diversos acidentes geográficos ou para os lugares de parada do barco ou de moradia.

É certo também que somente no relato de Taunay esses nomes vigoraram, pois em nenhum outro documento advindo da navegação a vapor pelo Iguaçu tais nomes aparecem. Nas fontes que tratam especificamente dos acidentes geográficos e dos pontos de embarque ou abastecimento dos vapores as denominações são outras para os mesmos lugares. O historiador e membro do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná, Alvir Riesemberg, em sua densa e rica pesquisa sobre o papel do rio Iguaçu na ocupação humana das terras do alto e médio vale deste rio, cujo título da publicação é “A instalação humana no vale do Iguaçu”, aponta todas as denominações utilizadas no percurso entre Porto Amazonas e União da Vitória.¹⁴⁹ Segundo o relatório de Riesemberg, podemos afirmar que somente os nomes que Taunay cita com denominações pré-existentes à viagem de 1886 continuaram no vocabulário dos navegantes. Dos 170 lugares denominados por Riesemberg, entre voltas do rio, ilhas, baixios, corredeiras, barras de afluentes, lagoas e localidades portuárias, apenas 10 fazem parte também das descrições de Taunay sendo elas: volta do Castelhana, barra do Vira Machado, Corvo, Lagoa Dourada, barra do rio Passa Dois, Ligeiro Grande, barra do rio Claro, barra do rio Paciência, Chapéu de Sol e Escada. Estas denominações não foram “batizadas” por Taunay, o que indica a preservação local dos nomes e a obediência às tradicionais designações feitas pelos sujeitos que singravam o Iguaçu desde a navegação por canoas até aos vapores.

Em “A Nau São Sebastião”, Riesemberg teceu mais comentários sobre o significado da viagem de Taunay e explicou o porquê das denominações dadas por Taunay não permanecerem no cotidiano da navegação.

¹⁴⁹ Para a elaboração desta denominação completa dos lugares navegados no Rio Iguaçu, Riesemberg colheu depoimentos de pilotos, moradores e pesquisou em documentos antigos referentes à navegação neste rio. Sobre as fontes e a tabela completa das denominações cf. RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguaçu... Op.cit.*, p.77-79.

Embora lembrando vultos do desbravamento regional e fatos correlatos, a descrição que Taunay fez de sua viagem valoriza-se, principalmente, pela pintura da paisagem local. Na “Excursão pelo Iguassú” o ilustre presidente descreveu belamente o rio e, no seu gosto pelas denominações, tentou apor aos seus aspectos, até então em grande parte inominados, apelidos inspirados em reminiscências literárias e históricas. Infelizmente, aqueles nomes, tão poéticos e tão ajustados, foram logo substituídos por outros, que as vicissitudes da navegação iam sugerindo ao realismo popular.¹⁵⁰

O “batismo” dos lugares com denominações literárias ou com nomes de figuras que Taunay considerava ilustres não surtiu efeito. Sua forma possessiva de designar ilhas, voltas, espraiados e pontos de parada no rio Iguazu não condizia com a realidade local, o que nos faz pensar também que pouco, talvez nada, tenha mudado na rotina ou no cotidiano da navegação ou dos povos que viviam nos lugares tidos como “inominados” depois da visita do presidente romancista. Se, por um lado, as “vicissitudes” da navegação sugeriram outros nomes às peculiaridades do leito e margens do rio Iguazu, como nos aponta Rieseberg, por outro, a descrição desta paisagem e a construção quase que visual pela narrativa de Taunay é um importante registro histórico.

Independente das intenções do narrador, o ato descritivo da paisagem possibilitou o registro de um ambiente completamente transformado nos dias atuais. Esses apontamentos feitos por Taunay há mais de um século podem servir com aquilo que vamos chamar aqui de uma “memória ambiental”, pois, mesmo sem os registros imagéticos, a forma detalhada da descrição de Taunay serve para que tenhamos idéia do que existia às margens de nossos rios. Ainda que imagens pudessem ser geradas pela técnica já existente da fotografia, as cores não seriam captadas pela câmera como foram pelos olhos do viajante que, com a escrita, narra até as nuances das tonalidades de verde refletidas pela floresta como vimos numa das citações acima.

Entretanto, continua intrigante o desejo de Taunay em fazer de sua viagem a primeira e mais importante sobre o rio Iguazu. Como vimos, nos relatos de outros presidentes de Província, em datas bem anteriores a esta viagem de Taunay, também se fizeram viagens. Ficou claro que algumas não lograram êxito ou não tiveram o “conforto” e o

¹⁵⁰ RIESEMBERG, Alvir. *A Nau São Sebastião... Op.cit.*, p.104.

sucesso desta feita pelo Visconde em 1886, o que demonstra que essas águas não eram de todo “virgens” como quer afirmar a narrativa de Taunay, tão difundida na Província e no Império. No entanto, as especificidades apresentadas na narrativa, são de certa forma, um retrato de uma boa parte do território mais explorado do rio Iguaçu entre a segunda metade do Século XIX até a primeira metade do Século XX. As incertas paisagens existentes à jusante de União da Vitória só serão exploradas por vias terrestres bem posteriormente, como analisaremos em outro momento.

1.2.4 Peixes, aves, mamíferos e "gentes" do rio Iguaçu

Um pouco antes do “Cruzeiro” sair do Porto Amazonas às 9 horas do dia 04 de março de 1886, os tripulantes lançaram nas águas do rio Iguaçu duas bombas de dinamite a fim de suprirem a embarcação de pescado para a viagem. Contudo, tal empreendimento não logrou muito êxito, pois apenas alguns “*lambaris*” e “*tayabucús*” emergiram depois da explosão o que demonstrou para a comitiva certa fragilidade nos recursos pesqueiros daquelas águas. Essas são as únicas referências à fauna aquática que a narrativa de Taunay propicia, com a presença de duas espécies muito comuns nos rios do sul do Brasil. Segundo Taunay, o rio Iguaçu não se apresentava como um rio muito piscoso, o que, segundo ele, era uma característica da maioria dos afluentes do rio Paraná.¹⁵¹

Esta interpretação de Taunay sobre a presença de poucos peixes no trecho percorrido em sua viagem é confirmada pelos estudos contemporâneos da fauna aquática do rio Iguaçu. Segundo Júlio Júnior, Bonecker e Agostinho, comparada a outros afluentes do rio Paraná, a bacia do rio Iguaçu conta com um pequeno número de espécies de peixes.¹⁵² No entanto, segundo as estimativas da pesquisa liderada por Carlos Henrique Zawadzki em 1999,¹⁵³ sua ictiofauna se caracteriza por

¹⁵¹ Outros apontamentos sobre a opinião de Taunay sobre os recursos de pescado do rio Iguaçu está em: TAUNAY, Alfredo d'Escragno. Excursão no rio Iguassú... *Op.cit.*, p.223 (nota de rodapé).

¹⁵² JÚLIO JÚNIOR, Horácio Ferreira; BONECKER, Cláudia Costa; AGOSTINHO, Angelo Antonio. Reservatório de Segredo e sua inserção na bacia do rio Iguaçu. In: AGOSTINHO, Angelo Antonio & GOMES, Luiz Carlos. *Reservatório de Segredo: bases ecológicas para o manejo*. Maringá: EDUEM, 1997, p. 1-17.

¹⁵³ ZAWADZKI, Carlos Henrique; RENESTO, Erasmo; BINI, Luis Maurício. Genetic and morphometric análisis of three species of the genus *Hypostomus* Lacépède, 1803

um elevado grau de endemismo, o que o torna um rio singular no tocante às espécies que vivem e se reproduzem ao longo de seu curso. Este fenômeno endêmico da ictiofauna iguaçuana se deve ao soerguimento das Cataratas do Iguaçu (70 metros de desnível) e, com esta barreira natural, as populações de peixes da Bacia do Iguaçu ficaram isoladas das do rio Paraná. Segundo Daniel Kantek, deve-se levar em conta dois processos distintos na diversificação da fauna da bacia do Iguaçu:

a vicariância (a ictiofauna atual da bacia descende de uma ictiofauna iguaçuana ancestral que ficou isolada do resto da bacia do Paraná após a formação das cataratas) ou dispersão (a fauna atual descende de espécies ancestrais de outras bacias que dispersaram para o Iguaçu após a formação da barreira).¹⁵⁴

Temos que levar em conta ainda que além das cataratas, o rio Iguaçu apresenta em seu percurso inúmeros saltos e outras tantas cachoeiras que dificultam o trânsito dos peixes. É claro que nenhum deles é tão drástico quanto a queda de 70 metros das cataratas, mas, mesmo assim, o certo é que, a ausência da abundância de peixes situada na narrativa de Taunay é perfeitamente explicável hoje através dos dados levantados por uma série de pesquisas sobre a vida aquática do Iguaçu. Estas pesquisas, em sua grande maioria, foram possibilitadas pelo advento das construções de hidrelétricas a partir da década de 1970. Isso é importante para nossa pesquisa porque, antes mesmo destes dados “técnicos” e “científicos” temos registros que apontavam a falta do agente piscoso nas águas do Iguaçu, onde Taunay destacou apenas duas espécies, o “lambari” e o “taiabucu”, este mais conhecido atualmente pelo nome de “peixe-cachorro”.

Sobre as duas espécies de peixes apontadas por Taunay em 1886, o lambari é, sem dúvida, o mais conhecido. Segundo Coraci de Paula, o nome lambari é aplicado a um conjunto de pequenos peixes pertencentes, principalmente, ao gênero *Astyanax* da família dos Caracídeos.¹⁵⁵ Desde as primeiras publicações de estudos sobre a

(Osteichthyes: loricariidae) from the Rio Iguaçu Basin (Brazil). *Revue Suisse de Zoologie*, 106, p.91-105, 1999.

¹⁵⁴ KANTEK, Daniel Luis Zanella. *Estudo citogenético comparativo entre populações de uma espécie de Astyanax (Characidae, Tetragonopterinae) endêmica do Rio Iguaçu*. 70 f. Dissertação (Mestrado em Genética). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005, p.7.

¹⁵⁵ PAULA, Coraci. *Efeito do eugenol na sobrevivência de lambaris (Astyanax sp) em diferentes concentrações e temperaturas*. 38 f. Dissertação (Mestrado Tecnologia em Aquicultura).

ictiofauna do rio Iguazu no início do Século XX,¹⁵⁶ as pesquisas chegaram a conclusão de que, provavelmente, exista 07 espécies do gênero *Astyanax* neste rio. Já sobre o “tayabucu”, poucas são as referências encontradas na bibliografia especializada. Sabe-se, porém, que se trata do vulgar “peixe-cachorro” ou *Raphiodon vulpinus*, cujas características são suas escamas diminutas, coloração prateada, boca oblíqua com um par de presas na mandíbula.¹⁵⁷ Tanto o lambari, quanto o “tayabucu”, descritos por Taunay, são peixes de baixo valor comercial, com a ressalva de que aquele é muito importante para a cadeia alimentar, já que serve de alimento para várias espécies de peixes e, assim, utilizado muitas vezes como isca para pesca.

Sabendo que, provavelmente, não poderiam contar com os peixes do Iguazu para nutrir os viajantes de proteína até o porto União da Vitória, o Comandante Amazonas Marcondes já havia se precavido com os suprimentos de carne para a viagem. No amanhecer do mesmo dia, haviam matado uma novilha e dela escolheram os principais pedaços para a viagem da comitiva. Consta na narrativa, que o restante da rês foi distribuído aos soldados doentes e presos vindos da colônia Chapecó para fazer alguns pedidos ao Presidente Taunay. Com o barco abastecido de carne e peixe, “soltou se das amarras o vapor *Cruzeiro* e, desfraldada a bandeira nacional áquellas agrestes brisas, começou a sulcar aguas abaixo o rio Iguassú”.¹⁵⁸

Viajaram quase uma hora até a primeira parada para que o vapor tomasse lenha. Neste lugar chamado Cerrito, o Major Coelho possuía uma fazendola à margem esquerda do rio “cuja casa de morada, um tanto espaçosa” dominava a barranca.¹⁵⁹ Ficaram ali por cerca de dez minutos tempo gasto na operação de suprir a embarcação com a madeira. Em menos de duas horas de navegação rio abaixo, o Presidente Taunay descreveu com riqueza de detalhes a vegetação existente nas proximidades do rio, o que leva a crer que, embora sendo um discurso

Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009, p.2. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=667>. Acesso: 14/02/2011.

¹⁵⁶ HASEMAN (1911) *apud* SEVERI, William; CORDEIRO, Adelinry Azevedo de Moura.

Catálogo de peixes da bacia do rio Iguazu. Curitiba: IAP/GTZ, 1994.

¹⁵⁷ Para mais detalhes cf. MARTINEZ, Emanuel Ricardo Monteiro; JÚLIO JÚNIOR, Horácio Ferreira. Análise citogenética de *Rhaphiodon vulpinus* (CHARACIFORMES, CYNODONTIDAE) e *Oligosarcus longirostris* (CHARACIDAE, ACESTRORHYNCHINAE) da bacia do Paraná e do rio Iguazu. In: SIMPÓSIO DE CITOGENÉTICA E GENÉTICA DE PEIXES, VIII, 2000, Manaus, *Resumos do VIII Simpósio de Citogenética e Genética de Peixes*. Manaus, AM: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2000, p. 65.

¹⁵⁸ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.VI.

¹⁵⁹ Idem.

memorialístico, o Visconde deve ter escrito boa parte de suas descrições dentro da embarcação, quiçá, sentado sob o toldo de madeira do Cruzeiro.

Nessas primeiras horas de viagem, o Visconde de Taunay apresenta o rio Iguaçu como um curso de água extremamente tortuoso e irregular, com curvas apertadíssimas o que certamente impossibilitaria a navegação por embarcação maior que o vapor que os transportava. A narrativa é precisa e estabelece horário e acidentes percorridos como a Volta do Castelhana vencida às dez horas e dez minutos e a entrada na Grande Volta Dr. Ermelino que praticamente muda a direção da viagem.

Sinuoso o rio, e sempre com curvas mais ou menos pronunciadas, navega-se, attendendo-se a esses ondulados accidentes, até um ponto, em que as aguas fazem abrupta mudança de direção. Eram 10 horas e $\frac{3}{4}$, e o local é summamente pitoresco e interessante, aformoseado por innumerous pés de *gerivá*. Deo-se o nome de *Volta do Dr. Ermelino*, em homenagem não só ao distincto magistrado, cujo nome é tão popular em toda a Província, como também ao jovial e espirituoso companheiro de viagem, cuja alacridade e entusiasmo, mal eram diminuidos e sopitados por uma forte bronchite, apanhada de vespera.¹⁶⁰

A Figura 07, uma vista de satélite que hoje nos é possível através da internet, dá a idéia do espaço percorrido em praticamente duas horas dentro do Cruzeiro. A paisagem sofreu muitas mudanças nos mais de 120 anos que separa a viagem de Taunay a esse recurso utilizado hoje de dentro de nossas casas. No entanto, as curvas ainda estão lá e as voltas que tantos cuidados tomavam dos práticos que pilotavam os vapores continuam sendo as características do “sinuoso” rio Iguaçu.

¹⁶⁰ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.VIII. (grifos no original)

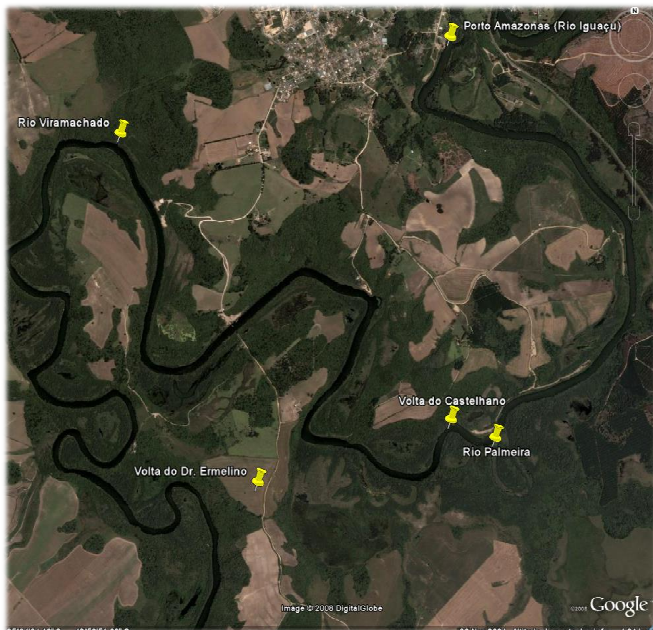


FIGURA 07. Parte do percurso do Rio Iguaçú em 22 nov. 2004
 FONTE: Nasa (2008)

Além das acentuadas curvas, o que chamou a atenção de Taunay foram as formações rochosas que se elevavam das barrancas do rio Iguaçú. Segundo o relato, erquiam-se “grandes paredões de grés em visível decomposição” cujas formas variadas o fizeram lembrar “torreões e baluartes, as grandes saliencias e reintrancias, os pannos ameaçados de proxima quéda”.¹⁶¹ A esses paredões rochosos que aparecem em longo trecho até a localidade de São Mateus, o Visconde de Taunay chamou Muralhas de Jericó.

Em largo trecho, repetem-se esses muros; depois tornão se mais raros e sobretudo muito mais baixos e apparecem com frequencia do lado esquerdo, impregnada a rocha de substancias bituminosas, o que fez com que alguns exploradores se abalançassem a tentar a extracção do petroleo e outros productos carburetados, que

¹⁶¹ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.VIII.

se encontram n'essas pedreiras, de forma pronunciadamente shistosa.¹⁶²

Em busca de minérios nestas rochas, dois imigrantes alemães se fixaram na região, que mais tarde tornou-se uma grande produtora de xisto. No entanto, até a chegada e avaliação do Presidente Taunay, os “dois alemães que se estabelecerão no lugar chamado S. Mateus” nada encontraram e que, por isso, as tentativas seriam provavelmente abortadas. Para o Visconde, os industriais e pesquisadores extrativistas alemães deveriam tornar-se “meros agricultores”, o que, nas palavras de Taunay, valeria muitíssimo mais.¹⁶³

Segundo Riesemberg, esta primeira tentativa de extrair petróleo das rochas betuminosas existentes na região de São Mateus, talvez tenha sido a primeira do tipo no Brasil, pois dista apenas 24 anos da perfuração do primeiro poço de petróleo, furado na Pensilvânia em 1859. Desta forma, os alemães, aludidos na narrativa de Taunay, estavam realizando em terras paranaenses uma prática pouco difundida e experimentada em outras partes do mundo. Através de um contrato firmado em 9 de julho de 1883 em Curitiba, Rudolph Wolff (natural da Prússia), Gustav Tenius (brasileiro naturalizado), Gustaf Emil Olander (natural da Suécia) e Otto Roebel (natural da Prússia) receberam a permissão para explorar e extrair petróleo nas Comarcas de Campo Largo e Lapa, de onde era pertencente a região de São Mateus.¹⁶⁴ Pelo relatório de Taunay tem-se o registro de que a empresa fracassou e que, posteriormente, estes alemães se fixaram na Colônia Dona Augusta cuja cede deu origem à cidade de São Mateus do Sul onde, na década de 1970 a Petrobrás instalou uma usina destinada a extração do óleo e gás do xisto.¹⁶⁵

Embora nos dias atuais pareça absurda a valorização de Taunay à agricultura em detrimento à extração de xisto na região de São Mateus do Sul, ela é perfeitamente compreensível para o período, já que os principais combustíveis utilizados na época não advinham do petróleo. Neste sentido, para Taunay, importava construir as necessidades em torno da exploração agrícola e, por isso, continuou as descrições da viagem procurando demonstrar as características que pudessem propiciar esta atividade, tais como clima e precipitação pluvial, como foi

¹⁶² PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.VIII.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguaçu...* *Op.cit.*, p.94-97.

¹⁶⁵ Mais detalhes cf. CONTI, Maria da Graça Faoro. *A exploração do xisto em São Mateus do Sul: (subsídios para sua história)*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1982.

a narrativa sobre a intensa chuva que caiu numa tarde “típica” dos verões naquela região paranaense. Segundo Taunay, entre 13h30min e 14h o céu nublara-se, começou a trovejar e a chover grosso. Choveu até as 17h e cessado o forte aguaceiro, “caiu uma tarde serena e agradável, que em breve se transmudou em noite escura e cerrada, cujas sombras são agravadas pelos compactos massiços da vegetação” que cercava todos os lados do rio Iguazu.¹⁶⁶ Mesmo com o cair da noite o vapor continuou cortando as águas até a parada final do primeiro dia, a barranca de São Mateus que, segundo o relato, era quase a metade da viagem entre os portos Amazonas e União da Vitória.

Não há narrativa de descrição do lugar onde passaram a noite. Entre a chegada e a partida do Presidente Taunay nesta localidade, não ocorre nenhuma menção da população, se havia casas, moradores, enfim, é curioso que o Presidente não narre, pois em todos os lugares em que havia indícios de habitação, alguma descrição ele fazia. Enfim, este foi o lugar que serviu para o vapor ficar atracado das 21h do dia 04 às 03h15min da madrugada do dia 05, momento em que os tripulantes desprenderam as amarras do barco e ele voltou logo a navegar rio abaixo.

Conforme a madrugada caía e o raiar do dia se anunciava, um revoar de pássaros e aves aquáticas chamou a atenção do Visconde de Taunay. Eram muitos patos, garças, socós, biguás e martin-pescadores que acordavam com o nascer do dia. Em outro texto sobre o mesmo assunto, Taunay descreve com mais detalhes essas aves que citou no presente relatório. Os patos silvestres existentes naqueles territórios eram aves muito parecidas com os patos domésticos. Contudo, eram muito ariscos, de vôo pesado e moroso e cujas plumagens uniformes e bem carregadas eram de um tom verde-escuro. Já os biguás (*Phalacrocorax brasilianus*), são descritos como aves de vôo muito rápido e com movimentos trêfegos. Segundo Taunay, seu principal alimento são os peixes e por conta deste hábito alimentar se tornaram verdadeiras pragas nas localidades que dependiam de pescado.¹⁶⁷

Apesar de notar a existência de uma variada fauna, Taunay estranhou a falta de animais de grande porte. Esta ausência de maiores mamíferos que poderiam destinar-se à caça foi explicada por Amazonas Marcondes, como sendo uma conseqüência da subida das águas e da inundação das lagoas. Com isto, os bandos se conservavam longe das

¹⁶⁶ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.IX.

¹⁶⁷ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Excursão no rio Iguassú... *Op.cit.*, p.229 (nota de rodapé).

margens, pois, com a fartura de água no interior da floresta os animais não precisavam chegar ao rio para matar a sede, explicação esta aceita por todos já que Marcondes era o “prático” de todas aquelas localidades. No entanto, Taunay descreve a presença apenas de algumas capivaras dando-lhes o nome científico de *Hydrochoerus capivara*.¹⁶⁸ Segundo Taunay, estes animais se conservavam quase impassíveis a olhar para a embarcação sujeitas aos tiros dos inábeis caçadores que estavam a bordo do vapor. Ainda sobre a capivara, Taunay explica que possuem a cor pardo-amarelada nas costas e esbranquiçadas no ventre e sua “carne, que alguns caçadores comem, tem cheiro nauseabundo”.¹⁶⁹

Como se percebe, o Presidente Taunay queria levar ao conhecimento público todas as características daquele território. Das características geográficas, passando pelas descrições da flora e da fauna, o relato procurou imprimir todas as características daquele lugar, construindo as imagens do rio pleno de vida animal, de riquezas minerais e de abundantes recursos florestais. Podemos afirmar que a escrita do Visconde de Taunay se reverte numa prática que busca constituir o espaço visitado com todas as nuances naturais que privilegiava o rio, bem como as possibilidades de utilização deste espaço para um possível povoamento não só de suas margens, mas também de todo o seu entorno.

Três horas depois da partida de São Mateus, com o dia claro, o vapor fronteava a barra do que Taunay chamou de rio Negrinho, o que, no entanto, não passa de um braço do rio Negro, um dos principais afluentes do rio Iguaçu. Essa particularidade fez surgir uma grande ilha, por certo notada pelo Visconde de Taunay que narra com entusiasmo a chegada a este ponto:

...às 6 ½ horas da manhã, fronteava o vapor a importante barra do rio Negrinho, que desagua à margem esquerda, passando depois por defronte da grande ilha de mais de meia legua de extensão e em extremos frondosa, que separa aquella embocadura da do rio Negro.¹⁷⁰

A esta ilha, quis o Dr. Ermelino dar o nome de Ilha Taunay em honra ao Presidente da Província soltando-se uma girândola de foguetes por ocasião deste “batismo”. Como vimos, a denominação dos lugares

¹⁶⁸ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.X.

¹⁶⁹ TAUNAY, Alfredo d’Escragno. Excursão no rio Iguassú... *Op.cit.*, p.229 (nota de rodapé).

¹⁷⁰ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.X.

foi uma prática constante nesta viagem, com o claro intuito de delimitar o espaço sinalizando a presença da “civilização” naquelas terras. Novamente, inserimos aqui uma imagem com o intuito de ilustrar o espaço tão bem descrito pelo Visconde de Taunay (Figura 08). Na imagem gerada por satélite podemos visualizar a singularidade deste espaço em que, para ele, se encontravam os três rios que, por sua vez, formavam a grande “Ilha Taunay”. Além disso, temos uma noção de como a representação da geografia local foi tão bem elaborada na narrativa que relata a viagem. Segundo Rieseberg, essa ilha não era denominada pelos navegantes, sendo apenas uma ilha com cerca de 20 alqueires “que fica entre os dois braços do rio Negro”,¹⁷¹ ou seja, o nome dado por Taunay não se propagou.



FIGURA 08. “Ilha Taunay” em 06 set. 2005

FONTE: Nasa (2008)

A Figura 08 nos possibilita visualizar a foz do rio Negro, tão importante afluente do Iguaçú. Segundo o relato da viagem, o vapor de Amazonas Marcondes levou meia hora para navegar entre a barra do

¹⁷¹ RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguaçú... Op.cit.*, p.79.

“rio Negrinho” à foz do rio Negro “cujo considerável volume d’água traz tão notável contingente ao Iguassú, que a largura d’este quase dobra ahi”.¹⁷² Nesta imagem também podemos perceber também o braço do rio Negro que Taunay chamou de rio Negrinho. Não é nosso intuito corrigir o relato, pois o mesmo é fruto de um trabalho de observação, escrita e memória que não nos compete julgar sua “veracidade” geográfica. Contudo, é necessário esclarecer que o rio Negrinho é um afluente do rio Negro, cujas nascentes se encontram na Serra Geral, em Santa Catarina, e sua foz no rio Negro se dá entre os municípios catarinenses de Mafra e Rio Negrinho. O próprio Taunay, em artigo publicado posteriormente, corrigiu essa descrição afirmando que o curso de água que ele chamou de “rio Negrinho” era “mais um braço de bifurcação do rio Negro, do que outra cousa”.¹⁷³

Logo após terem transposto a “boca do rio Negro”, nosso narrador chama a atenção para a existência de mais uma grande curva do rio Iguaçu salientando a dificuldade para vencê-la. Isto reafirma as grandes barreiras que o Iguaçu impunha à navegação, principalmente para navios de maior porte que o Cruzeiro. Essa sinuosidade do rio Iguaçu sempre foi motivo de estudos e especulações por parte da província, cujo anseio maior era a realização de canais fluviais que “endireitassem” o curso da água e facilitasse a navegação. Essas canalizações foram até cogitadas e projetadas por alguns viajantes, principalmente pelos engenheiros Keller, mas como custariam muito aos cofres públicos, desistiu-se de tal empreita.

Em 1886, já não se construía mais o discurso sobre alguma possibilidade de tornar o Iguaçu um rio navegável de Leste à Oeste, visto que se buscavam outras formas de viabilizar o transporte no interior da província. Contudo, pelo relato do Visconde de Taunay, podemos pensar que essa descrição geográfica de um rio sinuoso e cheio de dificuldades – o que não difere dos relatos anteriormente feitos pelos Keller em 1866 – tem o intuito de divulgar a sagacidade daqueles que o enfrentavam. Embora cheio de obstáculos, pelo menos nesse trecho entre Porto Amazonas e União da Vitória, a viagem era possível e proveitosa para a província, o que legitimaria a renovação das concessões de uso. Com uma narrativa mais poética do que técnica, o Visconde de Taunay extrai do Iguaçu as particularidades de um rio que “se deixava” aproveitar mesmo diante de grandes curvas e corredeiras.

¹⁷² PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.X.

¹⁷³ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. Excursão no rio Iguassú... *Op.cit.*, p.229 (nota de rodapé).

A descrição desta grande curva logo após a foz do rio Negro é bem emblemática neste sentido:

Meia hora depois [por volta das 7h30min] entrava o vapor n'uma volta do rio muito desdobrada e longa de vencer-se, a qual se gastão 40 minutos... A essa volta, que obriga quasi constantemente á direcção E, quando se deve sempre caminhar para O, e que constitui portanto um dos factos mais importantes da navegação do Iguassú, deo S. Ex. o Sr. presidente o nome de *Volta do Visconde de Guarapuava*, em honra ao benemerito paranaense.¹⁷⁴

As constantes mudanças de rota são atribuídas, pelo Visconde de Taunay, como um dos fatos mais importantes da navegação no rio Iguaçu. Isso quer dizer que, as curvas e sinuosidades do rio poderiam enganar constantemente aqueles que se aventuravam em suas águas. A “Volta do Visconde de Guarapuava” serviu de exemplo para as constantes mudanças de localização enfrentadas por aqueles que navegavam pelo rio, pois em 1886 as únicas referências eram as bússolas ou alguns poucos aparelhos que identificavam apenas os pontos cardeais. E, como ficou visível no relato, algumas voltas do rio Iguaçu faziam as rotas mudarem de um lado para outro, no caso narrado de Oeste para Leste, dando a impressão de estarem voltando para o local de saída. Neste sentido, a experiência da navegação era a única forma de mapear o rio, no entanto, como existiam inúmeras voltas, em cada uma, os “práticos” procuravam sinalizar com um dado externo, um ponto de referência. No caso da volta que ganhou o nome do Visconde de Guarapuava, a referência era “uma comprida palmeira e um madeiro seco que no topo de uma eminencia” serviam “de balisa (*points de repere*) aos navegantes.”¹⁷⁵

Vencida mais essa grande curva do rio, o Cruzeiro voltou a tomar o rumo Oeste às 08h10min, alcançando aí uma corredeira pouco sensível chamada de *Ligeiro Grande* e seguidamente passando pela barras dos pequenos rios *Claro* e *Paciência*. Às 10h30min o vapor atracou para tomar lenha no porto de um lugar denominado *Chapéu de Sol*. Neste e em vários outros momentos da narrativa, o Visconde de Taunay utiliza a denominação já existente para os lugares de referência da viagem. Atenta-nos o fato de que, para os lugares de maior

¹⁷⁴ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.X-XI. (grifo no original)

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. XI. (grifo no original)

visualidade ou cujas singularidades chamavam a atenção do narrador, tanto os marcos geográficos mais acentuados quanto as paisagens de maior beleza, a denominação era dada pelo visconde. Pelas pesquisas de Riesemberg, podemos afirmar que as grandes curvas batizadas de Voltas “Dr. Ermelino” e “Visconde de Guarapuava” não aparecem com tais nomes nos trajetos da navegação a vapor do rio Iguaçu, o que demonstra que não tinham nomes específicos antes da viagem e assim continuaram depois dela. Já os nomes citados por Taunay como já existentes neste trecho, caso de “Ligeiro Grande” e barras dos rios “Claro” e “Paciência”, permaneceram até as últimas viagens feitas com vapores neste segmento do rio.¹⁷⁶ O fato é que, aquilo que o Visconde considerava grandioso no rio Iguaçu, levava o nome de uma personalidade que Taunay também considerasse grandiosa, como o caso das duas grandes voltas ou até mesmo do Largo Basílio da Gama. Só que nenhum desses nomes se propagou depois de sua viagem.

Provavelmente, para os habitantes ribeirinhos que lidavam diariamente com o rio, suas características foram sendo apropriadas de modo a cumprir um papel no seu cotidiano. Entendemos que a rotina do meio teria tornado corriqueiro lidar com aquele tipo de espaço, paisagem ou situação que estes impunham, donde a população não via nada de extraordinário naquilo que para Taunay era fenomenal. Navegar neste rio exigia sempre prontidão e atenção, mas nos lugares cuja denominação advinha de algum tipo de acontecimento, ocorria a necessidade de o condutor dispensar cuidados especiais, atenção redobrada e grande perícia. A denominação dos lugares estava sempre atrelada à história dos que por ali passaram, viveram ou encontraram alguma dificuldade. Desta forma, os únicos indícios da presença de populações ribeirinhas que há tempos já ocupavam as margens do rio Iguaçu são as denominações de lugares cujo significado não representara grande impacto aos olhos do Visconde Taunay. Nesses lugares, cuja denominação não foi alterada pela presença do presidente da província, aparecem algumas descrições acerca das pessoas que viviam nos pequenos portos, nas fazendas ou nas barrancas do rio Iguaçu. É apenas no segundo dia de viagem rio abaixo que o Presidente Taunay fala sobre o povo, neste caso, o povo que morava numa localidade chamada Chapéu de Sol.

... às 10 e 30, parou o vapor junto a um porto, no lugar denominado *Chapéu de Sol*, para tomar lenha, desembarcando S. Ex. o Sr. presidente e

¹⁷⁶ RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguaçu...* Op.cit., p.79.

sua comitiva, acolhidos com muita alegria pelos moradores de duas casinholas próximas, que oferecerão galinhas, ovos, leite, melancias, recebendo em retribuição dinheiro, doces e biscoitos.¹⁷⁷

A narrativa não estabelece o número de pessoas que moravam nas duas casinholas existentes naquele pequeno porto do rio Iguazu. Contudo, pode-se perceber que existiam alguns roçados de plantio e pastagem, por conta do oferecimento de melancias e leite. Provavelmente, essa população só garantiu sua presença na narrativa pela alegre acolhida e pelas prendas oferecidas ao Presidente Taunay, que fez questão de retribuir com dinheiro, doces e biscoitos. Nas poucas descrições que Taunay fez dos populares, são pequenas as características apontadas, pois o foco da viagem certamente eram o rio e suas belezas. O pitoresco da viagem se resumia às paisagens, aos acidentes geográficos, às aventuras dos que navegavam suas águas, não havendo, desta forma, espaço aos que ali viviam, talvez porque suas vidas e suas formas de viver não faziam parte das riquezas do espaço tão “belo e ávido de civilidade” que o Visconde queria construir discursivamente. O certo é que, pelo menos alguns parágrafos, alguns habitantes das margens do rio Iguazu e suas formas de vida no final do Século XIX emergiram neste tipo de fonte, o que para nós representa a contradição de muitas das descrições do lugar como um vazio demográfico e extremamente largado à sorte da natureza sem auxílio da “civilização”. Pelo menos o cultivo de melancias e a criação de vacas e galinhas faziam parte da cultura daquelas gentes. Quem nos mostra um pouco dos saberes e fazeres dessa população ribeirinha ao trecho navegável do rio Iguazu é Riesemberg, que procurou, em suas longas pesquisas na região, reconstruir o cotidiano daqueles que tiveram pouca atenção na narrativa do Visconde de Taunay. Vejamos como estes aspectos são destacados no texto de Riesemberg:

Em torno da casa existia um terreiro destinado à criação de aves domésticas – galinhas, patos e perus. De um lado ficava o quintal e de outro a mangueira para o gado de leite, com uma área cercada para terneiros. No quintal desenvolviam-se várias árvores frutíferas, sendo comuns o pessegueiro, a figueira e a parreira. Entre as verduras avultavam as couves e as ervilhas. Nas

¹⁷⁷ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XI.

roças plantavam-se, sobretudo, o milho, o feijão, a mandioca, a abóbora, a melancia e o fumo.¹⁷⁸

Taunay deixou de escrever também que, de todos os alimentos que se destinavam aos viajantes dos vapores, apenas esses “oferecimentos” da população local é que forneciam os únicos alimentos frescos. Sem estes, os viajantes contariam apenas com os biscoitos, as farinhas e as carnes de sol (charque) que conseguiam preservar dentro do barco a vapor. Sem dúvida, o ponto de parada do vapor era o momento de relações sociais onde os ribeirinhos podiam vender aquilo que dispunham de sua primária agricultura e receber, dos viajantes, aquilo que lhes faltava. Essa interação, essa permuta deixa de ser percebida por Taunay como benéfica aos viajantes. Ao que tudo indica, para o presidente da Província esta foi apenas uma relação onde o dinheiro sanou um compromisso, o que não corresponde com o real valor desta troca aos navegantes do rio Iguaçu.

Além desses habitantes tidos como “posseiros”, é certo também que havia indígenas por todas aquelas terras próximas ao rio que eles mesmos denominaram Yguassú, palavra cuja etimologia quer dizer “rio grande”, de acordo com Ermelino de Leão,¹⁷⁹ ou “grande catarata”, conforme autor argentino Florêncio de Basaldúa.¹⁸⁰ Independente dos significados etimológicos, importa-nos inserir nesta parte da discussão como Taunay se dirigiu a estes povos. Sobre os ribeirinhos, vez ou outra se encontra alguma menção, quase sempre honrosa e elogiosa, bem diferente da forma como ele fala dos indígenas. Ao descrever a forma que vivia aquela gente de Chapéu do Sol, por exemplo, Taunay afirmou que os membros daquele povoamento estavam sempre sujeitos à “vagabundagem” e à “violência” dos indígenas.

Essa pobre gente para alli, n’um recanto da zona de vagabundagem e correrias de indomitos bugres botocudos, a cujos assaltos estão sujeitos. O pai de uma rapariguinha, e o marido de uma mulher, que ainda lá morão, havião sido mortos no anno passado a flexadas, quando trabalhavão nas roças; e suas sepulturas, amparadas por grandes cruces

¹⁷⁸ RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguaçu... Op.cit.*, p.58-59.

¹⁷⁹ LEÃO, Ermelino de. *Diccionario histórico e geográfico do Paraná*: suplemento. Curitiba: [s.n.], [1930].

¹⁸⁰ BASALDÚA, Florencio de. *Pasado, presente, provenir del territorio nacional de Misiones*. La Plata [Prov. de Buenos Aires]: [s.n.], 1901.

feitas de fresco, dão melancólica solemnidade á solitária barranca.¹⁸¹

A narrativa anônima deste fato acontecido no ano de 1885 nesta localidade de Chapéu do Sol chama a atenção para essas formas de violência. Como nossa intenção neste trabalho é perceber a construção de discursos e representações sobre o espaço denominado rio, não será aprofundado essa discussão acerca dos conflitos entre brancos e indígenas. Contudo, não estamos alheios a essas práticas discursivas que colocam os indígenas como personagens indômitos, selvagens e culpados pelos conflitos que causavam violência e morte àqueles que estavam levando a “civilização” àquelas terras. A própria designação de “bugre” já vem carregada do preconceito de Taunay contra esses povos que secularmente habitaram os territórios do Iguaçu. Para o Visconde, apenas brancos europeus ou deles descendentes serviriam para seus planos de colonização. Para nós, o importante, neste momento, é pensar que as práticas discursivas que se estabeleceram acerca do rio Iguaçu e de seus personagens, dão espaço para muitos problemas historiográficos como o mito do vazio demográfico e as relações entre brancos e indígenas que só se estabeleciam com violência, segundo essa perspectiva. Conforme já apontamos neste capítulo, a presença de “índios camaradas” nas excursões, neste caso o da expedição dos Keller, reforça a afirmação de que os contatos entre indígenas e brancos, não se deram apenas pelas vias da violência. Contudo, como Taunay procurava definir como padrão para a colonização do Brasil a figura do europeu, é certo que seu discurso se aprofundaria apenas nos conflitos existentes entre brancos e indígenas e foi assim mesmo que procedeu como vemos na seqüência da sua narrativa.

O discurso de Taunay sobre a morte de dois homens brancos, trabalhadores e pais de família constrói o indígena como o indômito e o vagabundo e, embora não dito, tomados como covardes e traiçoeiros. No entanto, as atitudes tomadas pelos brancos para escorraçar e repelir os indígenas são tomadas como necessárias e próprias de homens brancos “valentes e destemidos”. Essas relações entre brancos e indígenas estão muito presentes na descrição que o Visconde de Taunay faz dos habitantes das margens do Iguaçu, principalmente de um senhor chamado “Vallões” que morava a um quarto de légua de distância da localidade de Chapéu do Sol.

¹⁸¹ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XI

Um quarto de legua adiante, hábita laborioso e enérgico brasileiro, chamado Vallões, que parece prosperar bastante. Trabalha armado e sempre prompto para qualquer investida, servindo, sem duvida, e muito, a sua reputação de intrepidez, de ante mural a qualquer tentativa de agressão por parte d'esses índios, cujos habitos de trahição só são excedidos pelo receio de serem repellidos e acossados em regra.¹⁸²

Segundo a narrativa de Taunay, Vallões prosperava por ser um brasileiro laborioso no trato com a terra e enérgico nas relações com os indígenas. Provavelmente, essa reputação de destemido e corajoso fora adquirida pelo sucesso em acossar e repelir os indígenas. O visconde não nos mostra como essa relação conseguiu êxito, não nos conta se Vallões matou ou cativou indígenas, contudo, o fato de trabalhar sempre armado e pronto para defender-se serve como uma pista do que acontecia aos indígenas que investiam contra este “intrépido” brasileiro. A narrativa de morte se relaciona aos indígenas que foram os responsáveis pelas duas sepulturas existentes na barranca rio acima. Já no caso de Vallões, por mais que ele matasse alguns indígenas com a arma que sempre levava consigo ao trabalho, a narrativa é de defesa, de progresso, de repulsa aos indígenas cujo hábito de traição só seria repellido com o medo daquele homem branco, por sua demonstração de bravura, pela indumentária que usava.

Esses breves e poucos relatos da vida cotidiana daqueles que moravam às margens do rio Iguazu estabelecem conexões com assuntos que geravam extrema preocupação na Província do Paraná em fins do século XIX. Narrativas como esta do Visconde de Taunay sobre os conflitos entre brancos e indígenas no interior da província alimentam os discursos que constroem a identidade e a personalidade dos indígenas como indômitos, selvagens, assassinos, bárbaros, vagabundos, preguiçosos e traiçoeiros. Além disso, direcionam o estabelecimento de ações e práticas que deveriam ser tomadas por parte dos “brancos” para aniquilar essas características tão incompatíveis com o desenvolvimento do império e com o progresso do homem “branco civilizado”. Os adjetivos dados por Taunay a Vallões, por exemplo, o fazem um brasileiro típico e único capaz de progredir por se impor, provavelmente com violência, diante dos “bugres traiçoeiros”.

¹⁸² PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XI.

No relato da viagem, são poucas as descrições de Taunay sobre os moradores que em 1886 construíam suas vidas às margens do Iguaçu. O certo é que os portos por onde o Cruzeiro parava para tomar lenha continham sempre uma ou duas pequenas casas onde habitavam algumas pessoas. Os portos eram os locais de contato com o mundo externo onde a presença do vapor simbolizava a possibilidade de encontros ou reencontros com o outro, com a vinda de mantimentos – segundo Rieseberg, as mercadorias trazidas pelo vapor eram sal, açúcar, tecidos, ferragens, querosene–,¹⁸³ e, vez ou outra, a presença de algum ilustre, como foi naquele início do mês de março de 1886.

Para se ter uma idéia da importância de estar perto de um porto, Vallões fornecia gratuitamente a Amazonas Marcondes, alguns metros de lenha. Por este motivo, o vapor parava obrigatoriamente em sua propriedade tanto na descida quanto na subida da viagem. Foi por conta dessa parada que talvez hoje tenhamos a notícia de sua existência, pois, por conta desse fato, o Visconde de Taunay o inscreveu em sua narrativa. Além disso, estabeleceu até mesmo certa analogia com os romances de José de Alencar, pois, diante da beleza das filhas de Vallões, o presidente da província as inscreveu num breve parágrafo do relato.

E alli vivem, como imaginava Alencar, em sua obra prima *O Guarany*, duas singellas bellezas, filhas de Vallões, uma d'elas de formosura até notavel, outra meiga e sympathica, mais ou menos à maneira das idealisadas heroínas do celebre e inspirado romancista brasileiro.¹⁸⁴

Taunay não cita o nome e nem a idade destas moças, sequer suas características físicas, o que sempre fora tão bem descrito nos romances de José de Alencar. Contudo, por serem de uma “beleza singela”, Taunay as inscreve na narrativa com um intuito claro de estabelecer nos recônditos espaços da Província a presença de belas, meigas e simpáticas mulheres como as heroínas românticas. Contudo, as analogias servem apenas às moças, pois, com as descrições anteriores dos indígenas que habitavam aquele território, Taunay anula qualquer semelhança com os heróicos, bravos e valentes índios construídos pelos escritos de José de Alencar.

¹⁸³ RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguaçu... Op.cit.*, p.81.

¹⁸⁴ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XII.

Mais uma vez nos valem de Riesemberg que, ao escrever seu livro “A Nau São Sebastião” procurou entre a população da região as tais moças citadas por Taunay e encontrou uma delas:

Das filhas de Vallões, aquela “meiga e sympáthica”, tornada a venerável matrona Emília Carneiro de Campos, viveu largos anos na região, gerando uma prole numerosa e forte. Mostramo-lhe, de uma feita, esta referência de Taunay. Ela guardava uma vaga recordação da visita presidencial, entretanto, não pôde esconder seu contentamento pelas apreciações do escritor.¹⁸⁵

Analogias à parte, o certo é que a parada no pequeno porto construído por Vallões possibilitou a narrativa em que o Visconde descreveu tanto o pai quanto as filhas. A presença do porto insere aquela família não apenas na história de um documento “oficial”, mas também na vida social cujo signo maior era a chegada do vapor. Podemos pensar que durante meses e meses, o vapor era o único contato das filhas do fazendeiro com outras pessoas. Na beira do rio é que as trocas se faziam: Vallões com a lenha e o vapor com as possibilidades de interação com o mundo externo, com o espaço “além rio”, se nos permitirem o trocadilho. Essas relações só eram possíveis àqueles que moravam nas proximidades do Iguaçu, e neste sentido, porto e rio subsumiam-se em apenas um espaço cujos significados estão, de certa forma, nas linhas do relatório que hoje nos inspira a interpretar algumas experiências vividas pelos ribeirinhos ao rio Iguaçu no final do século XIX.

Conforme já apontava Riesemberg na década de 1970, a navegação a vapor no Iguaçu constituiu uma ampla cadeia de relações sociais que tinham nas margens do rio seu lugar comum. Para além do transporte de passageiros e cargas, o que se deve assinalar, sobretudo, é “a função social desempenhada pelos vapores do Iguaçu. Foi realmente através deles, no decurso das viagens ou durante as escalas pelos portos, que os moradores do vale tomaram entre si contatos mais ou menos repetidos ou mais ou menos longos”.¹⁸⁶ Esses contatos, ainda segundo Riesemberg, possibilitaram uma ampla “sociedade ribeirinha, sociedade sem dúvida dispersa, mas fortalecida por tão freqüentes aproximações”.¹⁸⁷

¹⁸⁵ RIESEMBERG, Alvir. *A Nau de São Sebastião... Op.cit.*, p.104.

¹⁸⁶ Idem. *A instalação humana no vale do Iguaçu... Op.cit.*, p.82.

¹⁸⁷ Idem.

Depois da parada no porto de Vallões, última antes da chegada ao Porto de União da Vitória, o vapor presidencial se deparou com a foz do rio Timbó, outro importante afluente da margem esquerda do rio Iguaçu. Pelo relato, o Timbó apresentava-se majestoso e tentador, pelo motivo de que sua corrente até então não havia sido percorrida, sendo ela representada por Taunay como “virgem de qualquer embarcação, até canôa, pelo terror que inspirão as margens, infestadas de índios bravios”.¹⁸⁸ Foi assim que, às 14h10min do dia 05 de março de 1886 o vapor Cruzeiro deixa o leito do Iguaçu para sulcar as “virgens” águas do Timbó, acontecimento este marcado com salvas de foguetes, disparos de armas e prolongados apitos a fim de festejar e afugentar os possíveis e temidos indígenas que viviam às margens do Timbó.

A breve subida ao rio Timbó serviu para a afirmação do que anteriormente já se tinha imaginado: “margens impollutas do machado, fazendo voar, ahi sim, muita caça e aves aquáticas, rodeado emfim, de todos os signaes de que jamais fôra essa região povoada e explorada”.¹⁸⁹ Não foi longa a viagem pelo Timbó, pois entre a entrada por sua foz e o retorno às águas do Iguaçu somaram-se uma hora e cinco minutos, tempo suficiente para descrição de um espaço de formosa natureza e para não encontrar nenhum “índio bravo”. Logo após a foz do Timbó é que o Visconde de Taunay se viu ante o espetáculo de maior beleza de sua viagem, o largo que recebeu o nome do escritor Basílio da Gama, cujas descrições já tivemos a oportunidade de discutir acima. Depois de contemplar e descrever tão bela paisagem, a embarcação chegava o seu destino: a Barranca do Porto de União da Vitória. Lá, a comitiva foi recebida com grande festa e salva de foguetes, recebendo “muitas provas de alegria pela população e pelos membros da Comissão militar encarregada da estrada de Palmas”.¹⁹⁰

1.2.5 A povoação de União da Vitória entre o rio, o pinheiral e a mataria

São poucas as descrições que o Visconde de Taunay fez da povoação nascente no porto de União da Vitória, pois sua preocupação fora descrever o espaço sobre o qual as instalações do povoado estavam se estabelecendo. O único relato de populares foi no ato da chegada da

¹⁸⁸ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XII.

¹⁸⁹ *Idem.*

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. XIV.

comitiva que recebeu desta população as “provas de alegria”. No entanto, o relato nos mostra que assim que desceu da embarcação, o Presidente da Província fez questão de andar a pé os poucos centos de metros abertos entre a vegetação e que serviam de vias de acesso ao contorno da localidade. Deste trecho percorrido, Taunay procura inserir as imagens do espaço e constituir a paisagem que circunda o porto.

A nascente povoação do porto União da Victoria esta sendo edificada á margem esquerda do Iguassú, em duas colinas um tanto irregulares, ligadas por uma baixada, que infelizmente é, como todas as circunvizinhanças, inundada por ocasião das grandes cheias do rio. A vista que se desfructa do alto d’esses outeiros, extensa e bastante interessante, domina varias curvas elegantes do rio, e do outro lado bella perspectiva de pinheiral e mattaria.¹⁹¹

Além dessa breve descrição da paisagem, Taunay procurou também contar como foi fundado o lugarejo e a origem do seu nome. Era sabido já que na década de 1850 este caminho fora constantemente percorrido no intuito de encontrar as melhores posições para construção de vias de acesso para Palmas, antigo e importante reduto da Província. Naquela época, alguns engenheiros pararam por estas terras, mas especificamente alguns quilômetros abaixo, e neste local de parada deram o nome de Vitória. Na época da chegada de Taunay, o nome já havia sido modificado e a sede do lugarejo mudada para as proximidades do espaço mais propício para o porto onde atracavam os vapores. Desta forma, o Visconde de Taunay procura inserir em sua narrativa a sua não ignorância quanto aos fatos históricos que deram origem ao nome do povoado que se formava nas proximidades do porto União da Vitória.

O seu nome provem do encontro, ou combinado ou ocasional e fortuito, de duas commissões de engenheiros e sertanistas que explorarão, ha uns trinta e tantos annos, aquella região, em procura de communicação e caminho para a povoação e os campos de Palmas. Parece, comtudo, que o ponto exacto em que se fez essa junção fica abaixo, pois algumas voltas além demora o porto denominado Victoria, de maneira que não haverá

¹⁹¹ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XIV.

inconveniente em chrismar-se com denominação mais característica e concisa a povoação, quando ella tiver proporções para ser elevada á villa.¹⁹²

Contudo, o principal intuito da visita de Taunay a esta localidade e, por conseqüência toda a sua viagem, foi o da incumbência de verificar como estavam os trabalhos de abertura da estrada que saía dali com destino a Palmas. Esta estrada fazia parte de um plano provincial de constituir uma via de comunicação mista (estradas de rodagem, ferrovias e navegação a vapor) que ligasse Curitiba aos Campos de Palmas e que, dali, se bifurcasse para a província do Rio Grande do Sul e para as Missões Argentinas. Como ponto final da navegação a vapor, o povoado “porto União da Victória” se tornara um elo importante entre a capital e o centro da Província do Paraná, representado pelos campos de Palmas que, por sua vez, possibilitariam a comunicação com a província gaúcha e com o país vizinho, já que não havia ainda um caminho viável entre Guarapuava e a foz do rio Iguaçu, no que hoje chamamos de “Tríplice Fronteira”.

O início da construção desta estrada se deu em 1884, época marcada por um forte incentivo à povoação dos territórios situados ao centro-sul da Província, dentre os quais, muitos em litígio com a Província de Santa Catarina. Ao noticiar o início das obras, o então presidente Brazilio Augusto Machado d’Oliveira¹⁹³ assim caracterizou a “Estrada de União á Palmas”

Importante secção da via mixta de communicações que liga esta capital á cabeça do município de Palmas e se prolonga bifurcando-se para a província do Rio Grande do Sul, pelo passo do *Goyo-Em*, e para as Missões argentinas, pelo *Erê*, urgia que não continuasse a ser um simples caminho de cargueiros, de transitio muito difficil e moroso[...] Dando a estrada de rodagem fácil acesso ao município de Palmas, que está encravada em terreno litigioso, ao mesmo tempo que facilitara a sua defeza, contribuirá para o augmento de sua população [...].¹⁹⁴

¹⁹² PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XIV.

¹⁹³ Presidente da Província do Paraná de 5 de junho de 1884 a 21 de agosto de 1885.

¹⁹⁴ PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assemblèa Legislativa Provincial do Paraná pelo Exm. Sr. Dr. Brazilio Augusto Machado d’Oliveira, presidente da província, por occação da abertura da 1ª Sessão da 16ª legislatura no dia 15 de Setembro de 1884*. Curytuba: Tip. “Perseverança” de J. F. Pinheiro, 1884, p.19.

Sendo assim, o objetivo desta estrada não era apenas a facilidade para o trânsito e transporte de cargas, mas a possibilidades do povoamento da região de Palmas que adviria desta via de comunicação. Segundo Machado d'Oliveira, ao facilitar o caminho de chegada aos campos de Palmas, se alastraria o ciclo de imigração européia pelo Paraná. O alvo, desta vez, eram os imigrantes que lotavam os núcleos de São Bento e Joinville, na Província de Santa Catarina. Este contingente populacional, utilizando a navegação nos rios Negro e Iguaçu, poderiam se deslocar com facilidade de seus locais de origem até “porto União da Victória” e dali irem se fixando ao longo dos caminhos percorridos pela então “estrada de União a Palmas”.¹⁹⁵

Entendemos com isso, que mais um caminho se abria às correntes imigratórias na Província do Paraná, o que reforçou a intenção do Visconde de Taunay em verificar o andamento e colaborar naquilo que fosse necessário para a agilidade no processo de construção desta estrada. Como se percebe, a viagem ao rio Iguaçu não adveio de um desejo “maravilhado” ou “romanesco” da busca pelo pitoresco ou pelas “curiosidades” deste rio e das suas paisagens. Embora estas características se apresentem o tempo todo na narrativa, o que Taunay está construindo é mais um caminho para a imigração, seu principal projeto político no Império. Toda a difusão desta viagem e a publicidade da narrativa visava constantemente à construção de um discurso político anti-escravagista, abolicionista e imigrantista. Neste sentido, as curiosidades naturais, as paisagens, a construção de marcos identitários e o apelo aos recursos naturais do território serviam para seus interesses políticos e corroboravam para a construção de um projeto de povoamento europeu nas áreas “desertas” ou “vazias” da Província.

Como engenheiro civil e ex-militar (nessa época já exonerado do cargo que ocupou no exército), o Visconde de Taunay se achava neste momento como legítimo consultor do império tanto nas questões que demandassem práticas políticas quanto nos assuntos de ordem técnica. E foi assim que se portou no trato com a comissão militar responsável pela construção da estrada, primeiramente analisando e reprovando a organização do acampamento dos soldados e em seguida, procurando discutir as questões técnicas com os engenheiros.

S. Ex.o Sr. presidente da província passou o restante do dia 5 de Março a visitar a localidade. Foi ao abarracamento do contingente do batalhão

¹⁹⁵ PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assemblèa Legislativa Provincial do Paraná pelo Exm. Sr. Dr. Brazilio Augusto Machado d'Oliveira ... Op.cit., p.19.*

de engenheiros, encarregado da abertura da estrada de Palmas e achou má e inconveniente a sua collocação, em local muito empantanado e humido, mostrando haver pouco cuidado na conservação da limpeza geral, com prejuizo da ordem e disciplina. Em seguida, percorreo a pé os poucos centos metros abertos no contorneamento da povoação e com a largura com que deve ficar a estrada, e na volta examinou o perfil e mais trabalhos technicos da commissão.¹⁹⁶

Estas descrições sobre o acampamento e as instalações do exército nos são importantes não apenas como uma narrativa referente ao papel do exército na construção das vias de acesso que procuravam ligar um povoamento a outro da província. Mas, além disso, e isto é o que queremos chamar a atenção, mostram as condições de vida daqueles que por algum motivo necessitavam se instalar às margens do rio. A descrição de um lugar pantanoso e úmido certamente foi o fator determinante para aquilo que o Visconde de Taunay denomina “prejuízo da limpeza”. Para o engenheiro Taunay, o barro era sinônimo de sujeira, e o que era sujo prejudicava a ordem e a disciplina. Ainda que o discurso higienizador seja propagado no Brasil República, em Taunay temos uma matriz que possibilita perceber sua ocorrência durante o Brasil Império.

Essa pequena narrativa deslinda um sentimento de rejeição ao pântano e constrói em sua própria imagem o lugar do inconveniente. Pela narrativa, percebemos que era inconveniente e má a colocação do exército por estar num local pantanoso e úmido. No entanto, dificilmente se habitaria nas margens do rio sem o contato permanente com este ambiente. Nossa interpretação sobre o prejuízo que aquele espaço lodoso impunha à ordem e à disciplina do exército não pode alcançar a literalidade do fato, pois o Visconde de Taunay não deixa claro o porquê deste problema. Contudo, esse breve juízo acerca do espaço nos impõe questionamentos sobre o que representava viver sempre em contato com esse ambiente ribeirinho. Como só temos o juízo de Taunay, não nos é possível afirmar o que pensavam os membros do exército que escolheram aquele local para a construção do acampamento. Muito menos da população em geral que vivia constantemente naquele espaço de pântano e umidade. O certo é que, em sua narrativa, Taunay constrói a região ribeirinha, cujas paisagens eram

¹⁹⁶ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XIV.

tão belas a bordo do *Cruzeiro*, como um espaço que dificultava a vida ordenada e disciplinada devido, principalmente, às más condições que serviram de adjetivos para este tipo de ambiente tão presente nas proximidades do rio que é o pântano.

O local do acampamento militar imperial não serviu para a hospedagem da comitiva provincial. Esta ficou por conta de Amazonas Marcondes que ofereceu a sua casa para o pernoite de todos de modo que “assim continuava em terra a hospitalidade dada no vapor *Cruzeiro*, sobre as águas do Iguassú”.¹⁹⁷ Não há relato sobre os afazeres da noite passada em terra firme, se a casa ficava nas proximidades do rio ou nas colinas cujas vistas alcançavam belas paisagens. O fato é que, a narrativa desloca-se ligeiramente para as tarefas do dia 6 de março, pois logo ao amanhecer o Presidente Taunay e a comitiva queriam conhecer as picadas feitas para o traçado definitivo da estrada para Palmas. As mais de duas léguas feitas a cavalo mostraram à comitiva as dificuldades de se trabalhar mata adentro sempre procurando contornar grandes declives, banhados, morros e subidas. O principal desafio para a comissão fora elaborar um traçado capaz de superar a Serra da Areia, nome dado à acidentada região do rio da Areia, afluente da margem direita do Iguçu.

Para a construção da estrada, a comissão de engenheiros responsáveis experimentou três traçados diferentes. Mesmo assim, optou-se por seguir a estrada existente e utilizada até então, contudo, com melhorias nos declives, contorno das regiões alagadiças e obras que amenizassem os efeitos das “morrarias” pertencentes à Serra da Areia. Neste trecho da viagem feita por terra, Taunay se detém apenas à narrativa dos acontecimentos referentes à estrada. Nenhuma descrição da paisagem, tipos de vegetação, animais, enfim, o discurso torna-se mudo às características naturais deste espaço e dá lugar apenas às características da geografia que dificulta o traçado de uma rota diferente daquela que já se fazia há muito tempo. Nas mais de cinco horas que esta expedição durou não há nenhuma referência às belezas naturais, apenas aos empecilhos que tal território oferecia à construção das vias de acesso ao interior da Província. Nenhuma referência estética aos riachos, serras e nem ao rio da Areia que foram visitados pela comitiva.

Disto podemos presumir que, a bordo do vapor, com a comodidade das instalações, com a brisa gerada pela velocidade que espantava o calor e com a tranquilidade do espaço de água e florestas, a natureza foi representada como uma pintura de paisagem. Já no contato

¹⁹⁷ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XIV.

direto com a exuberância da floresta, com os problemas advindos dessa mata fechada e todas as conseqüências deste espaço selvagem, os sentimentos do viajante não lhe inspiraram as escritas romanescas que acompanharam a narrativa até então. Nisto consiste o paradoxo de toda a narrativa de Taunay, a natureza é bela e digna de poemas e das mais belas descrições somente enquanto o narrador gozava dos privilégios da “civilização”, no caso de Taunay, o vapor. No entanto, em contato direto com o elemento selvagem e com as conseqüências cotidianas deste “primitivo”, tais como pântano, lodo, serra, calor e pedras, o narrador muda o tom do seu discurso e o belo, maravilhoso e sublime, dá lugar ao grotesco, ao sujo, ao úmido, ao inabitável. Neste pequeno percurso feito a cavalo numa picada recém aberta entre a mata, Taunay deixa de anotar seus sentimentos e seu compromisso de “narrador” para dar lugar ao papel do político que ouvia os problemas, as necessidades e as solicitações das pessoas que não estavam apenas a passeio por aquelas paragens, mas que ali habitavam ou trabalhavam, como foi o caso das reivindicações do Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, engenheiro militar que chefiava a Comissão responsável pela construção da estrada.

O commandante da comissão militar, o Snr. capitão Bellarmino, queixou-se não só da morosidade que qualquer transferencia de officiaes e praças e outros factos de character militar imprimem aos trabalhos, como do diminuto pessoal empregado nas obras de construcção e sobretudo da falta de um medico, que de prompto acudisse ás enfermidades.198

A principal queixa do comandante da comissão foi a da falta de um médico, pois o destacamento contava com mais de 50 praças além da população civil já significativa no povoado. Segundo Taunay, assim que chegasse à Curitiba trataria de sanar essa falta, pois o estado sanitário dos últimos tempos não havia sido muito bom. Segundo Taunay, foi assim mesmo que procedeu, pois afirma que assim que chegou a Curitiba nomeou o 2º Cirurgião do Exército “Dr. Caldas” e o enviou à Porto União da Vitória, a fim de atender aos militares e à população civil. Ainda segundo Taunay, tal médico prestou lá bons serviços da sua profissão.¹⁹⁹

¹⁹⁸ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XV.

¹⁹⁹ TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. Excursão no rio Iguassú... *Op.cit.*, p.237.

Quanto aos problemas relacionados às questões políticas e militares, Taunay deteve-se na documentação examinando-a minuciosamente e despachando o que lhe foi possível na casa de Amazonas Marcondes. Às 11h45min do mesmo dia a comitiva partiu dali em direção ao porto acompanhado por muitas pessoas que, pela narrativa, saudavam com aclamações e vivas o Presidente da Província. Enquanto isso, “o vapor descrevia as primeiras voltas para cortar águas acima o magestoso rio”.²⁰⁰ Sendo assim, pouco depois das 12 horas do dia 6 de março a comitiva começou sua viagem de volta cujo trajeto demoraria mais de 44 horas para ser concluído.

A viagem de volta não é minuciosamente descrita. O vapor seguia o percurso parando apenas para tomar lenha, viajava dia e noite com o intuito de cumprir o percurso no horário estipulado. Desta forma, o Visconde de Taunay reduziu a escrita dando destaque para poucos episódios da volta. Até que, às 13h do dia 07 de março, chegaram à localidade de São Mateus, onde aportaram a fim de ouvir alguns populares. Na verdade, Taunay deixa claro que desembarcou para “atender” os senhores Thiem e Rudolpho Wolf, os dois alemães que se estabeleceram na região a fim de explorarem as rochas betuminosas das margens do Iguaçu.

Pelo relato, os alemães não tiveram êxito na exploração mineral, o que os deixou desanimados a ponto de se dedicarem a outras atividades. Deste fato, o Presidente Taunay não ficou de todo frustrado, pois, para ele, a agricultura era muito mais vantajosa para a província do que a busca por petróleo ou xisto. Segundo Taunay, o Paraná não seria prejudicado por ter cedido terras aos alemães e isso foi digno de nota no relato da viagem.

Foi á 1 hora da tarde que chegamos a S. Matheus, onde se estabelecerão em terras cedidas pelo Estado alguns allemães, no intuito de explorarem petroleo e substancias hydro-carburetadas dos schistos betuminosos, tão abundantes em todos esses pontos. Contudo, os Srs. Thiem e Rudolpho Wolf já se mostram desanimados da empresa, e parecem dispostos a se voltarem para a agricultura.²⁰¹

Esta conversa com os alemães Wolf só fez confirmar o que Taunay já havia afirmado outrora quando passava por São Mateus na

²⁰⁰ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Excursão no rio Iguassú... *Op.cit.*, p.237.

²⁰¹ PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*, p.XVII.

viagem que descia o rio Iguazu. Para ele, a exploração dos minérios não lograria êxito, “transformando-se os industriaes e pesquisadores extractivos em meros agricultores”.²⁰² Além dos dois imigrantes, Taunay afirma que conversou com várias pessoas do lugarejo, as quais apresentaram-lhe pretensões e requerimentos. Contudo, não apresenta quem eram nem o que pediram os habitantes de São Mateus, dando margem mais uma vez para o silêncio quase absoluto da narrativa relacionado ao povo que vivia nas margens do Iguazu na época desta viagem. Durante toda a viagem, a ênfase de Taunay recaí sobre as belezas naturais do rio e seus afluentes, bem como a exuberante mata que o margeava. Além disso, são importantes personagens do relato o barco a vapor, a tripulação e a estrada que ligaria “porto União da Victória” a Palmas.

Neste sentido, o relato de viagem se encerra da mesma forma como iniciou: com o intuito claro de demonstrar a importância da navegação no rio Iguazu. A narrativa de Taunay sobre os cinco dias de viagem, entre ida e volta, de Curitiba a Porto União da Vitória, representa uma transformação significativa no transporte da Província. Se lembrarmos as penosas viagens feitas em canoas na década de 1850 e 1860 que duravam cerca de 20 dias, e todos os percalços enfrentados pelos engenheiros Keller, essa narrativa de Taunay é mesmo um registro revolucionário da utilização do rio Iguazu como uma “estrada móvel”.

Além disso, as descrições da fauna, da flora e do relevo são registros importantes para uma reconstituição histórica das espécies e da futura devastação sofrida na região, que na primeira metade do século XX perdeu completamente essa áurea de “paraíso natural” tão presente na expedição memorialística de Taunay. De certa forma, a “civilização” chegou à região trazendo com ela o legado do machado, serras e, posteriormente, de toda uma maquinaria de exploração das matas. Contudo, o rio ainda está ali, perdeu muito de suas características, mas talvez seja o único personagem da narrativa de Taunay que permanece lá. Suas águas continuam percorrendo esse caminho avistado pelo Visconde, por entre paredões de pedras e cheio de curvas sinuosas. A paisagem certamente não é mais a mesma, mas o rio continua cumprindo essa rota. Ao desembarcar em Porto Amazonas no dia 8 de março de 1886, com a viagem expedicionária cumprida e minuciosamente documentada, Taunay nos possibilita encerrar a discussão da primeira interface dos três tipos de representações constituídas pelos discursos sobre o rio Iguazu: a navegação.

²⁰² PARANÁ. Viagem presidencial ao rio Iguassú... *Op.cit.*,p.VIII.

CAPÍTULO 2

O RIO IGUAÇU E O “ESPETÁCULO” DAS CATARATAS

A natureza, na história das sociedades, sempre despertou interesse, exerceu fascínio e provocou medo por seu incontrolável poder sobre a vida humana. Cientista, pintor ou poeta, todos se debruçaram sobre ela para buscar entender suas leis, tentar controlar suas ações ou encontrar nela conforto ou inspiração.¹



FIGURA 09. Vista aérea das Cataratas do Iguazu
FONTE: Iguassu Convention & Visitors Bureaux [s/data]

¹ PRADO, Maria Lúcia Coelho. Natureza e Identidade Nacional nas Américas. In: _____. *América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999, p.179.

Se, por um lado, o fascínio dos humanos sobre a natureza os fez constituir profundas relações de dependência, respeito e admiração entre eles e Ela, por outro, o desejo de entendê-La também se traduz num profundo anseio por dominá-La. Este domínio pode não representar apenas o aspecto de posse, transformação, modificação, mas também o de construir significados para determinado espaço designado como “natural”. Neste sentido, os seres humanos passam a projetar sobre os agentes naturais suas idéias de Natureza, construídas culturalmente tanto em suas relações com os outros quanto em suas relações com aquilo que lhes represente o “natural”. E, nos apropriando das noções de Foucault, entendemos que todas essas relações são permeadas pelo poder que “forma saber e produz discurso”.²

Entendemos que no campo do discurso é que essas idéias de natureza mais se definem como “relações de poder”, pois as formas discursivas acabam por estabelecer também o lugar de onde os sujeitos as constituem, bem como seus objetivos que atravessam todo o “corpo social”. Em tais objetivos emergem não apenas os desejos de domínio e posse do agente natural – pois muitas vezes alguns destes são constituídos discursivamente como “indomáveis” –, mas, principalmente, os conflitos travados no intuito de transformar esses espaços “naturais” em territórios. Assim, os discursos que permeiam as fontes utilizadas para a escrita deste capítulo constituem a complexa tarefa de descrever um espaço de beleza natural aliada ao objetivo de transformá-lo num território de identidade tanto paranaense quanto brasileiro. Nestas fontes, “a natureza pode ser entendida como um objeto sobre o qual se elaboram representações que carregam visões de mundo e contribuem para a gestação de idéias que vão compor repertórios diversos, entre eles, os constitutivos da identidade do território e da nação”.³ Enquanto as narrativas do primeiro capítulo apresentam os anseios de domínio do rio Iguaçu para fins de navegação, as deste instauram uma luta pelo domínio de uma de suas paisagens. Tal postura deslinda aspectos intrigantes da formação das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina (o que hoje chamamos de Tríplice Fronteira) e constrói este espaço como um “território das águas” devido às singularidades das duas quedas gigantescas que coexistiam na mesma região do Paraná: as Sete Quedas, formadas pelo rio Paraná e submersas

² FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In:_____. *Microfísica do poder*. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005, p.8.

³ PRADO, Maria Lígia Coelho. Natureza e Identidade Nacional na Américas... *Op.cit.*, p.180.

na década de 1980 devido à construção da Hidrelétrica Itaipu, e as Cataratas do Iguaçu.

Embora os discursos sobre Sete Quedas envolvam grande parte das discussões acerca das Cataratas do Iguaçu, principalmente nas descrições comparativas, as narrativas sobre esta sempre ocuparam maior espaço nos documentos que perfazem o recorte temporal proposto para esta pesquisa. É certo que exista um paralelo entre a construção de uma e outra paisagem, porém, as discussões acerca das cataratas ganham destaque pelo contexto político conflituoso na delimitação das fronteiras entre Brasil e Argentina entre fins do Século XIX e início do Século XX. Desta forma, os autores selecionados nesta pesquisa sempre “carregavam nas cores e tintas” e suas narrativas sobre as cataratas “respiravam emoções” mais fortes das que se destinavam às Sete Quedas.⁴

De certa forma, essas discussões ganham densidade com a instalação da Colônia Militar do Iguaçu em 1888, pois outros discursos sobre o rio Iguaçu passaram a povoar o cotidiano político e intelectual do estado do Paraná. A presença dos militares e o desejo de povoar a região fizeram com que emergissem narrativas descritivas de um território singular banhado pelo “enorme” rio Paraná e pelo “belo” rio Iguaçu. Ao rio que levava o nome do próprio estado, os discursos se davam em torno da exploração estrangeira na extração da erva-mate e madeira e das possibilidades de fácil ligação entre o porto da colônia militar às cidades que compunham o “Estuário do Prata” (Montevideú, Buenos Aires, Rosário, Corrientes e Posadas). Já sobre o rio Iguaçu se destacavam os discursos que visavam constituir a paisagem das grandes quedas de água que formavam uma “espetacular” catarata.

Neste sentido, desde os últimos anos do século XIX até o primeiro plantel do século XX, as Cataratas do Iguaçu se tornaram o principal cenário do rio Iguaçu nos discursos que, de alguma forma, se relacionaram ao rio. Dentro desta perspectiva, os discursos dos intelectuais, cronistas e políticos que visitavam as cataratas procuravam constituir e divulgar uma beleza natural deslumbrante propiciada pelo rio Iguaçu a poucas léguas antes de sua “entrega” ao rio Paraná. Assim, neste capítulo, percorreremos a emergência destes discursos ligando o rio Iguaçu às cataratas, hoje consideradas, conjuntamente com o Parque

⁴ As expressões entre aspas foram emprestadas de PRADO, Maria Lígia Coelho. *Natureza e Identidade Nacional na Américas... Op.cit.*, p.180, porém, é importante assinalar que o objeto de estudo desta autora é distinto do nosso.

Nacional do Iguaçu, um Patrimônio Natural da Humanidade.⁵ Contudo, no início do século as formações discursivas buscavam constituir mais a paisagem singular e pitoresca do que o território de diversidade biológica do planeta que os tornou patrimônio do mundo. As noções de natureza e beleza se subsumiam numa estética paisagística que, segundo seus narradores, identificavam o Brasil da primeira república: um país repleto de belezas naturais cujo futuro não poderia reservar outra coisa senão o progresso e a riqueza.

Sendo assim, o Estado do Paraná, por ser o território onde avultavam tais paisagens “naturais”, era já uma “terra do futuro”, principalmente pela fama e notoriedade que passaria a ter quando os *touristes* do mundo todo viessem conhecer e testemunhar “a incomparável maravilha panorâmica” desta terra.⁶ Desta forma, o rio Iguaçu passa a ser descrito, não apenas como um rio de possibilidades de navegação desde que “endireitado com trabalhos de arte”, como vimos no primeiro capítulo, mas como um rio cuja natureza o fez “pura arte”. Na visão de alguns cronistas, as cataratas representavam a arte em estado puro, um milagre artístico da própria natureza cuja beleza e esplendor deveriam ser expostas ao mundo, para que os amantes do belo tivessem a noção do que poderiam encontrar nessas longínquas terras paranaenses.

Este “novo” modo de descrever o rio Iguaçu, a partir de suas cataratas, apresenta outro tipo de discurso sobre o rio, agora voltado para as belezas naturais que poderiam atrair vários negócios lucrativos para a fronteira oeste. Com esse intuito, as cataratas do Iguaçu passaram a ser descritas não apenas como um salto intransponível à navegação, mas como uma maravilha da natureza, um espetáculo que deveria ser visto por muitos seguindo o apelo mundial ao turismo e à criação de parques florestais para suprir este tipo de demanda.

Além disso, essa época contou com mais uma ferramenta discursiva: a imagem. As pinturas de paisagem farão parte deste projeto

⁵ Segundo a União das Nações Unidas (ONU), as Cataratas do Iguaçu formam uma das maiores e mais impressionantes cachoeiras do mundo e, estando dentro do Parque Nacional do Iguaçu, constituem um Patrimônio Natural da Humanidade, não apenas pelas quedas d’água, mas também por ser berço de inúmeras espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção. Esse ecossistema singular de floresta atlântica, rio e cataratas foi categorizado como patrimônio no ano de 1986. Cf. UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Nomination to the world heritage list: Iguaçu National Park*. Paris: UNESCO, 1984, p.30-33. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/355.pdf>. Acesso: 05 mar. 2009.

⁶ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú*. Curitiba: Typographia do Diário Oficial, 1914, p.33.

de visualidade, somadas às inúmeras fotografias e litografias de paisagem, algumas transformadas em cartões postais, outras figurando livros, levando em imagens as descrições feitas nos textos. Neste sentido, texto e imagem farão parte do mesmo arsenal discursivo na construção de significados para as paisagens desta parte fronteiriça do rio Iguaçu.

Nestes discursos selecionados para este capítulo, os limites entre estética e política mostram toda a sua tenuidade. A primeira com suas demonstrações de amor ao belo e sublime, subsume-se na segunda quando o apelo imagético-discursivo faz emergir uma série de ressentimentos nas questões dos limites com a Argentina e nas críticas à política de transferência das terras devolutas, adotada na Constituição de 1891 e que culminou com uma série de conflitos na Colônia Militar do Iguaçu.

2.1 A VIAGEM DE JOSÉ CÂNDIDO MURICY EM 1892

José Cândido da Silva Muricy, em novembro de 1892, quando ainda era tenente do ministério de guerra da República do Brasil, realizou uma das primeiras viagens por terra e em comitiva para a Colônia Militar do Iguaçu. É dele também uma das primeiras descrições dos grandes “Saltos de Santa Maria do Iguassú”, organizada e publicada no Paraná em 1896 pela Imprensa Paranaense. Entretanto, a chegada aos grandes saltos foi apenas a última etapa da viagem, descrita no diário que originou o livro que representa um dos primeiros documentos detalhados sobre as paisagens da região oeste do Paraná, que na época não passava de um “asperrimo sertão, o maior e mais bruto do nosso Estado”.⁷

O discurso presente no relato da viagem pela selva, principalmente após a “Colônia Xagú” (atual Laranjeiras do Sul), constitui uma paisagem horrorosa e desagradável à sensibilidade de Muricy, pois tudo se aliava ao isolamento da tropa. Entretanto, como veremos adiante, todo o sofrimento dos 34 dias da viagem, foram compensados pela visão “estupenda” da foz do Iguaçu e de seus “majestosos” saltos.⁸ É nesta complexa trama discursiva entre um

⁷ MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú*: ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava á Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1896, p.3.

⁸ Todos os termos que estão entre aspas são adjetivos utilizados por Muricy para descrever os espaços que visitou na costa oeste do Paraná.

selvagem ora horrível ora maravilhoso que Muricy vai construindo – quase desenhando – os caminhos percorridos por ele nesta densa viagem de 1892. No discurso de Muricy, a mesma floresta que causava horror e assombro em determinado espaço era maravilhosa e bela em outros. Se nas picadas percorridas pela equipe sob seu comando a selva precisava ser vencida com “muita força de vontade e quasi nenhum amor á vida”, nas cataratas, a floresta e o rio em saltos formavam “lindíssimas paysagens, verdadeiras joias de valor com que a prodiga natureza mimoseou o nosso Estado”.⁹

É importante esclarecer que, embora a viagem de Muricy buscasse representar um marco histórico na ligação entre Curitiba e a Colônia Militar do Iguaçu, o que na década de 1960 será uma realidade com a construção da BR 277, o que mais se destaca em sua narrativa é a presença de um discurso fundador voltado à paisagem da região. O ápice desta narrativa se encontra na descrição dos saltos do Iguaçu e o que esta “visão” causou à sensibilidade de Muricy. Em seu texto, lemos a região oeste do Paraná em fins do Século XIX como um espaço singular e único no mundo, constituído por paisagens até então desconhecidas e que jamais passariam despercebidas pelo sentimento que causavam aos observadores.

Como fazia parte da Comissão Estratégica do Paraná,¹⁰ Muricy pertencia a uma seleta classe do Exército Brasileiro que tinha como missão não apenas o dever de fundar a colônia militar do Iguaçu, mas também construir estradas e fazer com que a colônia se comunicasse, de algum modo, com o restante da Província/Estado do Paraná. Portanto, a viagem em questão fazia parte de uma ação que deveria ser contínua na comunicação entre a capital e a recém formada sede do exército na fronteira. Cumprindo esse objetivo, Muricy percorreu 75 léguas, saindo de Guarapuava, passando por “Xagu” e Posto de Catanduvas até a Colônia Militar.¹¹

⁹ MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.16, 45 respectivamente.

¹⁰ A Comissão Estratégica do Paraná, criada em 04 de junho de 1888 pelo Ministério da Guerra, tinha o objetivo de fundar uma colônia militar nas proximidades da foz do rio Iguaçu, e de construir estradas estratégicas no Paraná e explorar, a partir de Guarapuava, uma estrada na direção do Mato Grosso. Neste sentido, um grande projeto de vias de comunicação foi levantado por engenheiros militares com o intuito de tornar possível o transporte de cargas e pessoas para a ocupação das fronteiras sertanejas do país. Para maiores detalhes cf. SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.42 (nota de rodapé).

¹¹ Se calcularmos a quantidade de léguas percorridas entre Guarapuava e Foz do Iguaçu e descritas por Muricy, teremos o seguinte: Guarapuava a “Xagu”: 33 léguas; Xagu a Catanduvas: 12 léguas; Catanduvas a Colônia Militar: 30 léguas. Perfizeram um total de 75 léguas. Se utilizarmos como medida de um légua a aproximação de 6 km, o total percorrido

Antonio Marcos Myskiw em sua tese sobre “A fronteira como destino de viagem”,¹² comenta que as discussões em torno da necessidade de abertura de novos caminhos rumo à fronteira Oeste do Paraná datam de meados da década de 1840, quando o Paraná era ainda a 5ª Comarca da Província de São Paulo. Segundo Myskiw, abriu-se uma picada em 1849 com o objetivo de povoar a região e erradicar a resistência indígena. Posteriormente, “em fins de 1864, a reabertura da picada partindo de Chagú à margem esquerda do rio Paraná, voltou a ser objeto de discussão pelo Ministério da Guerra e pelo Governo da Província do Paraná”.¹³ O objetivo nesta época era proteger a fronteira oeste na Guerra do Paraguai, fundando uma colônia militar na margem brasileira do rio Paraná.

No entanto, somente com a efetiva criação da Colônia Militar em 1888 é que esta picada passou a ser o destino de alguns viajantes, principalmente de grupos destinados a fazer os serviços de poda da vegetação afim de que esta não fechasse o caminho. Foi justamente para fiscalizar os trabalhos de um desses grupos que Muricy foi designado pela Comissão Estratégica no Paraná. Além disso, sua função era também a de levar à Colônia Militar do Iguazu uma tropa de trinta cargueiros com gêneros alimentícios e uma boiada de 20 reses, “cousa que ninguém até então conseguira levar; porque os que tentaram, ou por outra, o unico que tentou, perdeu quasi toda a boiada”.¹⁴

Para percorrer as 75 léguas de “sertão” levaram 34 dias. Muricy afirma que neste período acabaram os gêneros alimentícios que levavam para a comitiva e que, por isso, tiveram que comer a farinha que estavam levando para a colônia. A tropa inteira se alimentava apenas de farinha e palmito. Não podiam matar os bois porque não tinham sal, a caça fugia devido ao barulho da tropa, o que os salvou da fome foi o mel que encontravam pelo caminho, os palmitos que eram abundantes e o socorro da colônia que enviou uma tropa para encontrá-los, o que se deu quase na metade do caminho.¹⁵

Esse caminho percorrido por Muricy e sua comitiva em 1892, certamente, era o mais difícil de fazer para chegar até a colônia militar.

pela tropa foi de 450 Km em 34 dias de viagem. Nas condições de hoje, se percorre cerca de 400 Km entre Guarapuava e Foz do Iguazu pela BR277 em aproximadamente 5 horas.

¹² MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar do Iguazu (1888/1907)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niteroy, 2009.

¹³ *Ibidem*, p.81.

¹⁴ MURICY, José Cândido da Silva. *A Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.17.

¹⁵ *Ibidem*, p.17-18.

Como veremos adiante, outras duas vias eram possíveis uma por água e outra por terra em traçados diferentes desta “picada” aberta entre a selva que serviu de estrada para Muricy. Contudo, era o mais curto traçado entre a Capital do Estado e a fronteira do extremo-oeste cuja sede da Colônia representava um marco da presença do governo imperial às margens dos rios Paraná e Iguaçu. Desta forma, este relato nos é importante também para relembramos o motivo de tantos investimentos na navegação no rio Iguaçu. Caso ele fosse navegável em todo seu percurso, não haveria tantas dificuldades de acesso, visto que todo esse território percorrido por Muricy, de certa forma, faz parte de seu caminho também.

A chegada à Colônia Militar foi desoladora a Muricy, pois,

sem dinheiro, sem generos alimenticios, quasi sem credito, exausta portanto de recursos, atravessava ella uma quadra horrorosa e desde muitos mezes se mantendo a custa dos inauditos sacrificios e esforços sobrehumanos que fazia [...] o alferes Edmundo Francisco Xavier de Barros.¹⁶

Toda vez que Muricy se dirige ao alferes Edmundo de Barros, vice-diretor da colônia militar, o faz de forma muito elogiosa e devedora, tendo extrema consideração pelas poucas obras que este militar conseguia realizar diante dos escassos recursos que recebia da Comissão Estratégica do Paraná. Entre as obras do alferes Edmundo de Barros em 1892 estavam a ligação entre as colônias de Foz do Iguaçu e Chopim e a exploração, pelo lado brasileiro, dos “Saltos de Santa Maria do Iguassú”.¹⁷ Segundo Muricy, os trabalhos de observação, medição e abertura de caminhos até os saltos faziam com que estes fossem visualizados como jamais se vira: panoramicamente.

Com as notícias destes novos caminhos abertos por Edmundo de Barros e aguçado por sua curiosidade, Muricy combinou com o alferes uma viagem subindo o rio Iguaçu, desde sua foz no Paraná até nas proximidades dos Saltos Santa Maria. Começa aí, a descrição do que Muricy chamou de “a parte mais interessante de toda a viagem”, quando no dia 21 de novembro, às 8h30min, ele e mais quatro “camaradas” embarcaram numa chalana,¹⁸ com o objetivo de subirem o rio Iguaçu até

¹⁶ MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.20.

¹⁷ Para maiores detalhes sobre as opiniões de Muricy sobre a colônia, principais problemas e esforços de Edmundo de Barros cf. MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem... Op.cit.*, p.146-150.

¹⁸ Segundo Dicionário Houaiss, “chalana” é uma pequena embarcação fluvial de fundo chato, lados retos e proa e popa salientes, própria para o transporte de mercadorias. Cf. HOUAISS,

as suas cataratas. O teor da narrativa muda por completo nesta parte da viagem. Enquanto anteriormente as descrições das florestas, dos rios e dos animais emergiam em discursos cheios de dificuldades, sofrimentos e medos que causavam ao viajante, nesta parte eram elogiadas, tidas como “interessantes”, belas e prazerosas. O rio Iguaçu, desde a primeira visão do autor, passa a ser constituído como um rio de muita beleza. Suas águas, límpidas e transparentes, demoravam a se misturar com as águas amareladas e barrentas do grande Paraná, caracterizando-o como um rio limpo e inteiramente paranaense. É assim que Muricy constrói a descrição sobre as características do Iguaçu em sua foz:

Suas aguas [...] represadas pelas do Paraná, apresentam ahi um espectáculo interessante. Este ultimo rio, lança suas aguas um bom pedaço pelo Iguassú acima e pela margem direita, tornando-o um terço amarello e dois terços azulado, nunca se confundindo ou misturando-se as duas aguas. Na parte amarella, formam-se as vezes manchas azuladas, e na azulada manchas amarellas, tornando-se assim o rio perfeitamente malhado.¹⁹

A formação das cores e a distinção entre “azul” e “amarelo” indica onde termina o rio Iguaçu e começa o rio Paraná. Subir aquele, neste momento da narrativa de Muricy, significava deixar o rio amarelado e sujo e adentrar o límpido rio paranaense que forma os grandes saltos. É importante atentar a esse fato de que um rio belo é sempre um rio “azul”. Ao rio Paraná, encontramos adjetivos do tipo “majestoso”, “grande”, “gigante”, mas nunca “belo”, como nos mostra esse trecho em que Muricy narra a sua descida rumo ao Iguaçu: “o grande Paraná, cujas aguas *pesadas, amarellas*, cheias de redemoinhos *medonhos*, correm *barulhentas*...”²⁰

Não se sabe ao certo como se construiu essa noção de limpeza atrelada ao “azul” e sujeira ao “amarelado” nos rios paranaenses. Nem como se subsumiu a esta construção do azul e limpo, a noção de belo. O certo é que são construções que obedecem a fatores culturais ligados a uma água “pura” e uma água “mista ou misturada”. O limpo é o puro, é a água sem aditivos de solo, de algas, de restos de plantas. A essa noção atrelou-se o belo e não precisamos aqui citar as várias formas de

Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa...* *Op.cit.*, p.686.

¹⁹ MURICY, José Cândido da Silva. *A Foz do Iguassú...* *Op.cit.*, p.27.

²⁰ *Ibidem*, p.26. (grifo nosso)

construção discursiva sobre os “rios de águas límpidas e transparentes” que tanto fascinaram e estão presente nas obras de poetas, musicistas e pintores, principalmente do romantismo.

Ao refletirmos sobre essa distinção entre azul (limpo e belo) e amarelado (sujo e medonho), muitas questões podem ser levantadas. Não se procura aqui, uma explicação científica para esses fenômenos das cores dos rios, como bem fez Sioli quando explicou a formação das cores dos rios amazônicos.²¹ Apesar disso, concordarmos que um estudo dessa natureza contribuiria muito para a discussão da emergência de discursos como este de Muricy acerca das diferenças das cores dos rios Iguaçu e Paraná. Contudo, independente destes fatores de formação do solo e vegetação que atuam na coloração dos rios, o discurso de Muricy procura construir a narrativa da viagem que fez às cataratas em novembro de 1892, com as representações do belo desde a desembocadura do Iguaçu no Paraná e, neste sentido, a paisagem deste não é constituída por um discurso em torno de belezas do rio. São belas as florestas que o circundam, as ilhas que forma, as borboletas que descansam em suas praias; é um rio de riquezas incalculáveis, abrigo de muitos animais e de uma abundância de peixes sem igual, mas a descrição do rio Paraná em si, não o constrói como belo. Embora as características de suas águas não se diferenciem em muito das do Iguaçu, considerado por Muricy como um rio “cuja belleza rivalisa com a dos mais bellos rios”.²²

Se compararmos os dois rios em questão, é certo que ambos possuem muitas distinções, contudo, as características incutidas ao Paraná no texto de Muricy, servem também para o Iguaçu, afinal, é só lembrarmos as narrativas apresentadas no primeiro capítulo desta tese. A cor do Iguaçu depende muito das precipitações atmosféricas. Se chover muito, suas águas também se tornam barrentas e amareladas, inclusive no trecho abaixo das cataratas, apresentado por Muricy, devido à erosão causada pela chuva que desgasta o solo vermelho (advindo da decomposição de rochas basálticas) que constitui boa parte de sua bacia hidrográfica. Entretanto, por receber menos afluentes e se situar numa região mais restrita do que a dos tributários do Paraná, suas águas “limpam” mais rapidamente em tempos de estiagem, fazendo com que, muitas vezes, ao chegar a sua foz, ocorra o fenômeno que Muricy chamou de “malhado”. Entendemos que a presença do fator “cor” nas

²¹ SIOLI, Harald. *Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

²² MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.27.

águas dos dois rios que banham o extremo-oeste do estado do Paraná, esteja atrelada a uma mudança consciente de discurso, a fim de que a descrição dos Grandes Saltos do Iguazu fosse plena de representações do belo.

Aliás, a explicação dada por Muricy a essa mudança na cor do Iguazu, conhecida como amarelada e suja entre Porto Amazonas e União da Vitória, é justamente a presença dos Saltos, como vemos neste trecho:

Suas aguas, sempre represadas pelas do Paraná, apresentam-se, dos saltos para baixo, de uma bela cór azulada, perdendo, cremos, por causa do grande numero de saltos que possui até esse lugar, a cór amarellada, suja, que ainda tem quando passa no Porto União da Victoria.²³

A crença de Muricy de que os saltos são os causadores da limpeza das águas do rio também é significativa para a construção de uma narrativa ufanista sobre as cataratas. Antes de qualquer descrição das quedas d'água, Muricy vai preparando o leitor para o papel que os saltos vão desempenhar em sua narrativa, a saber, um lugar vibrante cujo movimento constitui a mais bela e sublime paisagem já vista por ele.

A viagem rumo às cataratas a bordo da chalana que subia vagarosamente pelo “azulado rio Iguazu” foi detalhadamente descrita por Muricy. Desde que abandonou o rio Paraná, Muricy passou a constituir em suas narrativas tudo aquilo que via nas margens do Iguazu. Os paredões de pedra, o tipo de solo, a vegetação, os animais terrestres e os pássaros, os pequenos riachos que cresciam com suas águas o Iguazu foram muito bem descritos em seu relatório. Na própria narrativa, Muricy deixa claro que estava escrevendo a bordo da chalana, o que demonstra a intenção do autor de tornar sua viagem muito bem documentada e nos faz pensar que ele tinha a consciência do papel histórico que lhe poderia ser atribuído. Não por ser inédita, pois esse caminho fora constantemente percorrido por aqueles que já visitavam as cataratas, mas pelo fato de que, pela escrita, tornar-se-ia um documento capaz de atrair outros olhares e, porque não, investimentos. Sendo assim, entre escrita e conversas, aportaram às 19h para pouso e pescaria nas margens de um córrego que, ao desaguar no Iguazu, formava uma bela praia de areia branca e fina, conforme vem descrito abaixo:

²³ MURICY, José Cândido da Silva. *A Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.27.

Fazendo estas observações [escrevia ele sobre as formações rochosas da região] e entretidos por uma agradável prosa, subiamos o Iguassú, até que às 7 horas mais ou menos da tarde, desembarcamos, em uma bellissima praia de branca e fina arêia, na foz do arroio Firmino. Ahi armamos as nossas barracas e dispuzemos tudo para o pouso.²⁴

Pela Figura 10 pode-se visualizar o rio Iguaçú, entre as cataratas e sua foz na margem esquerda do rio Paraná. A imagem é ilustrativa e, mesmo sendo atual (de 2006), nos remete ao trajeto percorrido por Muricy em 1892. Do rio Paraná até o “arroio Firmino”, onde ele e seus camaradas passaram a noite, “quase toda na pescaria”, donde saíram às 6h da manhã seguinte, encontrando a partir de então, as águas muito ligeiras do rio devido à declividade do solo e à proximidade dos saltos. Não é possível prever o local exato em que, no segundo dia, aportaram da chalana para prosseguir o caminho por terra, cuja floresta margeava os abismos. Contudo, andaram por cerca de 4h rio acima e, impossibilitados de continuar, foram “obrigados a desembarcar a alguns kilometros abaixo dos saltos, por ser impossivel a subida pelo leito do rio”.²⁵

²⁴ MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.28.

²⁵ *Ibidem*, p.29.



FIGURA 10. Rio Iguazu entre as cataratas e sua foz

FONTE: Nasa (2006)

Do ponto em que desembarcaram em diante, Muricy começa a descrever a mudança de sentimentos sobre o rio. O teor da narrativa muda drasticamente nesta parte da viagem. De uma análise contemplativa e prazerosa e de uma escrita suave – quase obedecendo ao movimento lento da chalana – para uma descrição abrupta, ágil e impregnada de medo. Não são bons os sentimentos que a vista daquela água ligeira e cheia de redemoinhos causou ao viajante ou, pelo menos, que ele quis inscrever em seu relato.

Causa uma impressão desagradável a contemplação dessas águas revôltas, cheias de redemoinho e de grandes ondulações que se chócamos cobertas de espumas. O rio, com uma grande massa d'água, precipita-se com violência de encontro a um amontoado de pedras... Sempre

em movimentos desordenados, medonhamente revóltas, vê-se-as subirem de um metro, ora abaixarem-se outro tanto, com uns bramidos de mar revolto. E' um espetáculo imponente, sente-se ao contempla-lo, o querque é de indefinido, como que um receio vago e inexplicavel.²⁶

Nesta parte da viagem, o que importa a Muricy são as formas sensíveis pelas quais ele se percebe diante de uma natureza que revela toda a sua magnitude ao formar as quedas d'água nesta parte do rio Iguazu. Constantemente, há a impressão, no texto, de como seu corpo reagia diante do espaço que era ao mesmo tempo abissal e belo. Muricy procura transformar em palavras, os sentimentos causados pela visão e contato tão próximo com as cataratas. Para ele, não bastava descrever apenas a “paisagem” – quantidade e altura dos saltos, volume de água, formação de neblina – era preciso inculcar ao texto as sensações físicas, as afetações do seu corpo que contribuíram na constituição das lembranças que registraria no diário. Sendo assim, a sensibilidade emerge como um elo entre o inteligível, compreensível e narrável e o inexplicável, o vago e o intraduzível. Ler Muricy e seu relato, é estar diante da premissa de que apenas vendo, ouvindo e presenciando o “espetáculo” de um imenso rio se jogar de um enorme despenhadeiro, é que se pode entender o que o autor procura descrever. A narrativa não se completa em si mesma, é apenas a primeira parte, ou o primeiro ato da cena que tem continuidade com a visão do próprio leitor. Transpassando o texto em si, a descrição dos sentimentos é o principal convite, a principal divulgação dos “Grandes Saltos de Santa Maria do Iguassú” nos convidando a compartilhar suas sensações.

Depois de amarrarem a chalana e deixarem um indígena e um camarada tomando conta dela, Muricy e seus parceiros começaram a subida dos paredões de pedra rumo ao local que privilegiaria a vista dos saltos.²⁷ Esta caminhada rumo aos saltos foi penosíssima a Muricy, pois

²⁶ MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.29.

²⁷ Muricy nomeia o indígena como “índio cayuá” que o acompanhava desde o posto Catanduvás onde havia uma tribo desta nação aldeada e protegida pela Comissão Estratégica do Paraná. Segundo Muricy, “estes índios, originários do Paraguay, donde fugiram para evitar a perseguição do general Escobar, entranharam-se nos nossos sertões, e até agora allí têm vivido, mas muito redusidos já, pela cruel guerra que lhes movem os tigres e os coroados. Estes últimos, cuja verdadeira denominação é de Caigangs, matam os homens para roubarem as mulheres, que acham muito bonitas”. Cf. MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.5. Já o camarada que ficou em companhia do indígena, trata-se do cidadão Ratis ou Rato. Pertencente à família Sá Ribas, de Curitiba, morava em Posadas, Argentina, e trabalhava na exploração e fabricação de Erva Mate. Na ocasião, prosseguiria a viagem pelo

“o calor insuportável do sol a refletir-se nas enormes pedras soltas [...] tornava a viagem um verdadeiro sacrifício”.²⁸ Assim percorreram alguns quilômetros, carregando consigo cobertas, alimentos e materiais para o acampamento, até chegarem a um paredão de pedra, único ponto de subida para aqueles que faziam o trajeto rio a cima.

Os derrocamentos desse paredão, que não é mais do que o que forma os saltos e se prolonga rio abaixo formando-lhe o caixão, e um posterior rolamento de terras por sobre elle, constituem uma subida bastante íngreme e comprida, mas a única para quem sobe pelo rio, tendo sido uns 4 dias antes descoberta pelo alferes Edmundo.²⁹

A descoberta deste caminho por Edmundo de Barros foi devida às suas esperanças de traçar um mapa dos saltos com o intuito de definir as fronteiras com a Argentina. Neste caso, esse primeiro mapa serviria para determinar por onde passava o limite entre Brasil e Argentina no centro do rio Iguazu, chamado de “talvegue” do rio. Essa gravura, como veremos adiante, foi concluída por ele, provavelmente, em 1897 e grande parte se deve, ao que tudo indica, a essas viagens percorridas aos Saltos. Neste sentido, “descobrir” novos caminhos e outros traçados significava não apenas estar mais próximo para “ver” os saltos, mas para “desenhar” todo o espaço percorrido pelo rio Iguazu nas cataratas. Este “olhar” brasileiro trazia o anseio de tornar as cataratas uma paisagem “tipicamente” brasileira, deixando o menor número de saltos para o lado argentino. Sendo assim, Muricy passava a ser um “porta-voz” do que Edmundo de Barros estava pleiteando no tocante aos saltos do Iguazu. A procura por um local mais alto possível para o alcance da vista não era apenas para apreciar a paisagem, mas para estabelecer os limites e tornar vigente, na fronteira, a ocupação brasileira daquelas terras.

Conforme afirmou o próprio Edmundo de Barros em 1904,³⁰ sua principal intenção nas viagens exploratórias às cataratas no início da década de 1890 era a de definir o talvegue, que é a calha mais profunda do rio e que serve como base de definição de limite entre dois países. Com a definição do talvegue, se definiria também a pertença dos saltos. Com a visita de Muricy, Barros teve a oportunidade de divulgar as

lado argentino a fim de procurar erva-mate acima dos saltos e até a Colônia Militar de Chopim (atual município de Chopinzinho - PR).

²⁸ MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.30.

²⁹ Idem.

³⁰ BARROS, Edmundo. Partilha internacional dos grandes saltos do Iguassú. *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*. Curitiba, a.II, v.2, p.9-25, 1919.

medições e “batizar” cada uma das quedas com o intuito de publicar e conscientizar a todos que o Brasil já tomara posse daquilo que entendia ser seu. Desta forma, Barros registra a viagem de Muricy como sendo a primeira em que foram vistos “e devidamente batizados os Saltos, em Novembro de 1892, por dous officiaes” do exército brasileiro.³¹ Sendo assim, a visita de Muricy às cataratas e a publicação de seu diário de viagem se transformaram, no entender de Barros, subsídios capazes de legitimar suas medições e documentar a posse “mansa e pacífica” do que seria mais tarde requerido pela Argentina.

Por isso, há de se levar em conta que toda a narrativa de Muricy está impregnada de um discurso que vai além da simples descrição dos caminhos e dos saltos. Este discurso visa, principalmente, tornar a narrativa um “documento”, uma ação que poderia ser considerada, inclusive, como prova irrefutável de que as cataratas e todo o seu entorno eram um território brasileiro. Desta forma, o relato segue apresentando e descrevendo todos os passos dados rumo aos saltos pelo caminho “descoberto” por Muricy com uma crítica sutil, mas marcante, às questões da fronteira. Podemos mesmo inferir que aqui temos o militar com noções de geopolítica, com a visão estratégica sobre o território.

Depois de subirem o referido paredão de pedra e andarem mais um quilômetro por entre a mata, chegaram ao local que acampariam para passar a noite antes de continuar a caminhada rumo ao melhor ponto de vista das quedas. Muricy afirma que quase não conseguia conter sua curiosidade, o que fez com que, mesmo cansado do trajeto, seguisse mais um trecho para apreciar pelo menos um pouco dos saltos. Pela narrativa, o acampamento ficava cerca de duzentos metros abaixo dos primeiros saltos que estão do lado argentino, trajeto que percorreram na mesma tarde. É desta mesma tarde que Muricy faz o primeiro relato sobre o que vê nas cataratas de um ponto da barranca, no lado brasileiro.

Do fundo vêrde negro formado pela matta que cobre a parte superior do paredão e um extenso degráo, mais baixo do que elle 15^m e 45^m mais alto que a superficie das aguas do rio, destacão-se elegantes palmeiras; despenhando-se por entre ellas, do paredão sobre o degráo, 3 saltos, dos quaes só se vê a parte superior, por causa da matta e que se transformam, ao cahirem suas aguas do

³¹ BARROS, Edmundo. Partilha internacional dos grandes saltos do Iguassú... *Op.cit.*, p.14.

degráo no rio, em dois saltos, que são os primeiros que se avista subindo.³²

Este primeiro relato de caracterização dos saltos já demonstra o que vai ser constantemente visto e narrado no diário da viagem de Muricy: as águas do Iguaçu caindo umas de degraus em rocha e outras despencando de um paredão rochoso direto no “caixão” de pedras que forma o canal que as leva revoltas rio abaixo. No entanto, nenhum salto se assemelha, cada um deles vai possuir especificidades e singularidades naquilo que em conjunto formarão os “Grandes Saltos do Iguassú”. Porém, a constituição discursiva em torno da paisagem coexiste com a preocupação de destacar o que é argentino e o que é brasileiro e como o rio Iguaçu se desenvolve nesta ténue linha que divide os dois países. Os viajantes brasileiros sabiam que, dependendo de onde se estabelecesse a linha divisória, essa construção limítrofe seria a responsável pela identidade dos saltos, quais seriam os “nossos” e quais seriam os “deles”. Por mais que este assunto não seja discutido diretamente no texto de Muricy, de tempo em tempo, alguns de seus juízos são suficientes para remeter a essa inquietação quanto aos limites entre Brasil e Argentina dentro das cataratas. Neste sentido, é significativo o discurso construído em torno de uma bandeira da República Argentina, presa na copa de uma árvore que se destacava no meio da mata.

Nessa matta, em uma alta arvore, tremulava abandonado, solitario, hasteado por algum vizitante d’essas paragens, o pavilhão argentino, já muito desbotado e quasi a esfarrapar-se, como que querendo até os ultimos momentos do limitado tempo que lhe restava de existencia, enviar pelos proprios ventos que faziam-n’o despedaçar-se, em fracos estalidos, acres queixumes contra a falta de generosidade daquelles que se esqueceram de que elle é o symbolo sagrado da Patria.³³

Diante do exposto por Muricy sobre o “abandono” do pavilhão argentino, muitas questões podem ser suscitadas. Entre elas, quiçá a mais instigante, é a de delimitarmos, como Muricy constitui esse abandono a um “símbolo sagrado” e, por outro lado, qual a mensagem daquele que ergueu a bandeira para os que olhariam para ela. Na bandeira da República Argentina hasteada sobre a floresta incrusta-se

³² MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.31.

³³ *Ibidem*, p.31-32.

discursos cujas especificidades nos levam a refletir sobre a frágil pele que cobria as discussões sobre os limites entre Brasil e Argentina neste período finessesecular. Em todos os relatos de viagens às cataratas do Iguazu de fins do Século XIX até o primeiro plantel do Século XX, vez ou outra emergem discursos que reclamam sobre essa questão dos limites. Muricy em vários momentos manifesta seus juízos sobre quais saltos eram de um e de outro país, caracterizando como maiores e mais bonitos os do lado brasileiro. Entretanto, no caso específico da alusão à bandeira argentina seu objetivo não era o de criticar aqueles que a “esqueceram” lá. O alcance de sua crítica é bem maior, chega ao simbolizado, ao país que o pavilhão representa. Podemos pensar que, para Muricy, de nada adiantava incutir àquele espaço o domínio do país cuja bandeira representava porque ao abandonar esta bandeira, menosprezava-se também o espaço que se quis dominar com sua presença.

Não se pode esquecer que as constantes visitas do Alferes Edmundo de Barros às cataratas se davam não apenas para abrir caminhos para excursionistas. Elas tinham como principal missão o alcance de um lugar propício para a confecção de uma planta ou mapa do rio e dos saltos a fim de estabelecer por onde passava a linha divisória dos dois países, como já dissemos. Neste sentido, não é exagero afirmar que toda a construção discursiva de Muricy sobre este espaço se fez sob os auspícios de Edmundo de Barros que, certamente, contribuiu na constituição das opiniões que Muricy transformou em narrativa. Assim, o “parêntesis” que Muricy fez entre a descrição dos saltos e dos borbotões que desciam a barranca, serve para retratar como os conflitos de limites e fronteiras permearam a constituição da paisagem das cataratas do Iguazu em fins do Século XIX e início do Século XX.

Por outro lado, o pavilhão argentino hasteado em local bem visível é também uma mensagem de domínio enviado por alguém do país vizinho. Sabe-se que desde a década de 1870 sempre existiu a preocupação, por parte das autoridades argentinas, de tomar posse e dominar aquele território. As ações por parte daquele país foram incisivas na divulgação das cataratas como beleza natural da Argentina. Enquanto no Brasil se faziam apenas viagens exploratórias e curiosas às cataratas, na Argentina ocorriam expedições científicas, com a intenção de estudar não apenas os saltos, mas a fauna, a flora, a geologia, mineralogia. Pintores e fotógrafos acompanhavam os cientistas e são deles os primeiros retratos e pinturas destas paisagens do noroeste argentino.

Segundo Zusman,³⁴ devido à participação argentina nas Exposições Universais³⁵ na Europa (Paris 1867, 1878, 1889 e 1899) e Estados Unidos (Filadélfia 1876 e Chicago 1893), o país vizinho fez um grande levantamento daquilo que entendiam como belezas e recursos naturais ou do que poderia ser considerado exótico e deveria ser visto como imagem da Argentina no exterior. Dentre essas paisagens, as cataratas do Iguazu foram visitadas e catalogadas como uma das possíveis atrações argentinas. Antes disso, ainda segundo Zusman, um cientista alemão chamado Gustavo Niederlein havia visitado o território das Missões entre os anos de 1883 e 1891 com o propósito de estudar sua geologia e biogeografia a fim de promover uma colonização alemã na região.³⁶ Desta forma, a presença argentina no território das cataratas ultrapassava a simples presença do pavilhão argentino que chamou a atenção de Muricy.

No mesmo ano em que Muricy fez sua viagem exploratória da qual resultou esse primeiro relato de viagem às cataratas publicado no Paraná, uma grande expedição científico-coletora adentrou-se nas matas e nos principais rios do noroeste argentino e dentre eles o Iguazu. Chefiavam a expedição o já citado cientista e naturalista Gustavo Niederlein e o taxonomista Pedro Serié. Para se ter uma idéia da suntuosidade destas expedições argentinas, um conjunto de artistas e fotógrafos acompanhava a comissão que

³⁴ ZUSMAN, Perla. Imágenes geográficas en la creación de la nación. La participación argentina en exposiciones universales estadounidenses (1876-1893). In: ORTEGA CANTERO, Nicolas, GARCÍA ALVAREZ, Jacobo. *Lenguajes y visiones del paisaje y del territorio*. Madrid, 2009. (no prelo)

³⁵ Iniciadas em meados do Século XIX, na Europa, as Exposições Universais representavam o anseio de espetacularizar o mundo. Nelas, vários países dispunham de um espaço para expor aquilo que queriam divulgar e mostrar como típicos de sua nação. Alguns autores são unânimes ao afirmar que as Exposições Universais representaram o ápice da modernidade, com objetivos de mostrar a evolução das nações na indústria, na tecnologia e nas artes. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. Outros autores discutem o papel das Exposições Universais na constituição de um capitalismo liberal e suas conseqüências na América Latina. Neste sentido, Zusman afirma que “las exposiciones universales se constituyeron en espacios de consumo y entretenimiento pero también fueron ámbitos desde donde se promovía el capitalismo industrial y la expansión imperial. Los países latinoamericanos buscaron insertarse en estas celebraciones con el fin de traer inversiones e incentivar la migración. A la vez, deseaban demostrar que se encontraban en condiciones de insertarse en el orden mundial.” Cf. ZUSMAN, Perla. Imágenes geográficas en la creación de la nación...*Op.cit.*, p.1. Sobre a participação do Brasil nas Exposições Universais e as conseqüências desta inserção cf. SCHWARCZ, Liliam. Os trópicos como espetáculo: a participação brasileira nas exposições universais de finais do século XIX. In: STEPHAN Beatriz Gonzales ; ANDERMANN, Jens. (eds). *Galerías del Progreso: museos, exposiciones y cultural visual en América Latina*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2006, p.195-220.

³⁶ ZUSMAN, Perla. Imágenes geográficas en la creación de la nación...*Op.cit.*, p.13.

recorrió por cinco meses el área, transportándose a través de dos buques de la Armada. La Expedición a los ríos Paraguay, alto Paraná e Iguazú de 1892, se orientó por sobre todo a recolectar materiales de los lugares (maderas y cueros), especies vegetales y animales (colecciones de mamíferos, peces y reptiles) y a obtener representaciones pictográficas y fotos de las poblaciones indígenas.³⁷

Todo esse empenho em coletar, fotografar e representar artisticamente as paisagens tinha por objetivo divulgar, nas Exposições Universais, paisagens “tipicamente” argentinas. Contudo, como aponta Zusman,³⁸ o que se buscava efetivamente era uma consolidação territorial e para isto, muito colaborou a constituição de uma diversidade de paisagens, entre elas, certamente, as cataratas do Iguaçu muito bem representadas nos quadros de Augusto Ballerini e Adolfo Methfessel.³⁹ Se no Brasil, a primeira representação artística de renome se deu em 1920, na tela de Antonio Parreiras,⁴⁰ na Argentina a preocupação com o discurso imagético foi bem anterior, tornando as cataratas conhecidas já no século XIX como uma paisagem argentina.

Se em novembro de 1892 o olhar de Muricy contemplava da costa brasileira um dos saltos argentinos e a presença simples e esfarrapada de uma bandeira daquele país, do outro lado da barranca o olhar de Ballerini, por exemplo, focou apenas os saltos. O discurso imagético de Ballerini, subsumido na tela que inserimos na Figura 11, mesclam águas amareladas a uma vegetação escassa que prioriza a visão dos saltos, todos considerados do lado argentino. O volume e a cor da água representam o rio Iguaçu em período de cheia, provavelmente num período chuvoso, diferentemente do que nos apresentou Muricy, que ao

³⁷ ZUSMAN, Perla. Imágenes geográficas en la creación de la nación...*Op.cit.*, p.14.

³⁸ Idem.

³⁹ Augusto Ballerini (1857-1897) estudou em Buenos Aires na Associação de Estímulo de Belas Artes, e em 1875 viajou a Roma para estudar na Academia de Belas Artes. Interessavam-lhe diversos gêneros pictóricos (retratos, paisagens e pinturas históricas). Foi um artista ‘tradicional’, ‘acadêmico’, que ao regressar a Buenos Aires expôs regularmente nos salões locais, colaborou com a criação do Museu Nacional de Belas Artes, foi professor e jurado em prêmios artísticos. Já Adolfo Methfessel nasceu em Berna (Suíça) no dia 12 de maio de 1836. Em 1860, com o título de arquiteto-paisagista, chegou a Buenos Aires, onde se vinculou a um grupo de cientistas alemães que desenvolviam trabalhos de Ciências Naturais e Exatas na Argentina. Em 1890, se integrou ao recém formado Museu de La Plata, onde se encontra hoje grande parte de sua obra.

⁴⁰ PARREIRAS, Antonio. *Cataratas do Iguaçu*. 1920. 1 original de arte, óleo sobre tela, color. 200 x 260 cm. Coleção Palácio do Iguaçu, Curitiba.

visitar as Cataratas em novembro de 1892, construiu a imagem de um rio de águas limpas e azuis. Ballerini, ao contrário, não se preocupou com a coloração “barrenta” das águas, e priorizou o que as cataratas possuíam de mais singular, a enorme vazão de água despencando em mais de 200 saltos.



FIGURA 11. Cascada del Iguazu
FONTE: Ballerini (1892)

Há de se levar em conta, que o quadro pintado por Ballerini iria ser apresentado na Exposição Universal de Chicago, onde o que mais se valorizava numa paisagem era o seu exotismo. Quanto mais exótico um país fosse – em suas paisagens, povos e costumes – mais atrativos ele possuía. Não é à toa, que este óleo sobre tela foi premiado na exposição com uma medalha. O louvor à obra “Cascada del Iguazu” na Exposição Universal de Chicago representou, segundo Zusman, uma amostra do tipo de relação entre a natureza e a cultura que se desejava divulgar na Argentina: “una naturaleza bella y apacible, con rasgos que podrían atraer al turismo de elite en proceso de expansión en la Argentina finissecular”.⁴¹

Outros fatores chamam a atenção para as obras de Ballerini e contribuem para nossa discussão sobre a constituição da paisagem das cataratas do Iguazu como um discurso de apropriação e domínio territorial. Enquanto no Brasil, a paisagem é constituída por um discurso narrativo onde a arte de escrever era a única arma de representação de nossos viajantes, na Argentina, o discurso imagético difundiu constantemente as cataratas como paisagem do território das Misiones.

⁴¹ ZUSMAN, Perla. Imágenes geográficas en la creación de la nación...*Op.cit.*, p.14.

Ao voltar de Chicago, Ballerini recriou várias obras sobre as cataratas. São quadros em aquarela e óleo, gravuras e desenhos que foram expostos em vários eventos em Buenos Aires, onde sempre repercutiram de maneira positiva entre os críticos e a imprensa portenhos. Na obra em óleo sobre tela “Cataratas del Iguazu” provavelmente pintada em 1893 (Figura 12), Ballerini recria os saltos em formato de um “V”, sem se preocupar com o que, mais tarde para os brasileiros, será o grande atrativo de nossa costa, a saber, a visão panorâmica. Para Ballerini, bastou a descrição do caixão de pedra no qual as águas se canalizam após os saltos, os degraus e o que sua visão alcançou na junção dos saltos, que são a parte mais profunda do abismo de pedras do qual se jogam as águas do Iguazu. Vegetação, neblina e luz, acompanham em tinta, o que Muricy tentou descrever em palavras.



FIGURA 12. Cataratas del Iguazu

FONTE: Ballerini [1893]

Já a gravura “Iguazu” (Figura 13), é o retrato de uma vista só possível no lado brasileiro, pois representa bem o Salto Floriano, mais à esquerda, o Salto União⁴² bem ao centro, e a sequência dos saltos que pertencem hoje ao lado argentino. Esta imagem é emblemática, pois demonstra a constante presença estrangeira na costa brasileira, fato que poderia ser aproveitado pelo Brasil, caso houvesse uma estrutura para esses excursionistas. Segundo Muricy, uma das preocupações do alferes Edmundo de Barros ao abrir caminhos nas margens do Iguazu para obter

⁴² Salto que Muricy denominará “Quinze de Novembro”.

melhor visão dos saltos, era justamente possibilitar a chegada, também no Brasil, dos excursionistas que começavam a visitar as cataratas pelo lado argentino. Neste sentido, a preocupação de Ballerini em representar também o lado brasileiro dos saltos, demonstra a importância de se estabelecer os limites e possibilitar a chegada de visitantes para ver as cataratas na totalidade.



FIGURA 13. Y-Guazú
FONTE: Ballerini [189?]

Entretanto, como já discutimos, não existe por parte destes artistas a preocupação de estabelecer em qual lado pertenciam os saltos representados em suas obras. Nestas obras de arte, é certo que, independente do ângulo, as cataratas eram uma paisagem tipicamente argentina e, como assim foram divulgados, assim foram conhecidos nos países da Europa e da América do Norte.⁴³ No final do século XIX, com a constituição deste discurso imagético em torno das *Cataratas do*

⁴³ Vários autores argentinos divulgavam as cataratas como sendo uma beleza da Argentina, entre eles, merece destaque o livro de José María Cabezón, que anexava as “cataratas del Iguazu” às belezas do território argentino. Cf. CABEZÓN, José María. *Las Cataratas del Yguazú: bellezas del territorio argentino*. Buenos Aires: [s.n.], 1901.

Iguazu, pode-se afirmar que este território era um território argentino. Entendemos que esse discurso imagético deslinda o conflito pela posse e domínio de uma paisagem constituída como uma beleza natural e exótica dos países latinos. Assim é que esta paisagem foi recebida na Exposição Universal de Chicago e nos congressos científicos que darão crédito de sua descoberta à Argentina.

Além da expedição de Gustavo Niederlein, da qual fez parte Augusto Ballerini, existe o registro de outra chefiada por um naturalista chamado Juan Ambrosetti. Esta expedição, também realizada em 1892, foi coordenada por uma equipe do Museu de La Plata, com o intuito de coletar materiais para enriquecer seu acervo de Ciências Naturais. Nesta época, trabalhava neste museu o arquiteto paisagista suíço Adolfo Methfessel, que também representou as cataratas em telas que datam de 1892 e 1893 (Figuras 14 e 15 respectivamente). A existência de mais essas duas obras enriquece nossas discussões acerca do caráter imagético discursivo que se incutiu às cataratas do Iguazu em fins do século XIX na Argentina. É importante para o momento entender que desde essa época esse espaço do rio Iguazu foi representado como um espaço de beleza natural.



FIGURA 14. Cataratas del Iguazu
FONTE: Methfessel (1892)

O que foi mostrado nessas obras de arte faz parte de um projeto de visualidade que inflige às cataratas a noção do belo e do exótico como atrativo ao turismo de elite. A beleza das obras mistifica o espaço

de difícil acesso e de nenhuma infra-estrutura para aqueles que tivessem o interesse de visitá-lo. No entanto, mesmo sendo um local de difícil acesso não o era de todo inacessível para aqueles que se encontrassem na Argentina, já que este país podia contar com uma franca navegação no rio Paraná. Já aos viajantes do lado brasileiro, se não viajassem até a Argentina e de lá subissem o Paraná até a foz do Iguazu, era quase impossível chegar aos saltos pela precariedade das vias de comunicação tanto por terra quanto por água. Sob este aspecto, a construção da paisagem atrelada à constituição de um território argentino se legitima pelo domínio secular do país portenho à região em questão, uma vez que o rio Paraná possibilitava à Argentina o que o rio Iguazu inviabilizava ao Brasil ou à Província do Paraná: a navegação. Neste sentido, as discussões apresentadas aqui estão intimamente ligadas às do primeiro capítulo, pois, se navegável, o Iguazu seria o caminho mais curto entre o litoral e a Capital da Província do Paraná e a fronteira com a Argentina e o Paraguai facilitando o povoamento e, conseqüentemente, a posse do território e das de suas paisagens.

Partindo desta especificidade, percebemos que as obras de arte representadas na Argentina focalizavam apenas as representações da beleza da paisagem. Já os relatos dos viajantes brasileiros aliavam beleza à inacessibilidade da paisagem. Se, por um lado, as obras de arte levavam o mundo a conhecer a singularidade deste espaço do rio Iguazu, o que a descrição de Muricy e outros viajantes brasileiros não conseguiam fazer, por outro, elas escondiam o que os relatos brasileiros escancaravam: um território que, embora de beleza sublime, era fechado em si mesmo, sem caminhos, sem chegadas e sem saídas; o espaço de um rio que não se deixou dominar pela arte da navegação e que, por isso, era por eles considerado intransitável.



FIGURA 15. Los Saltos del Iguazu
 FONTE: Methfessel (1893)

Esta pequena incursão às relações que a Argentina manteve com o território das cataratas nos serve de exemplo para percebermos que a constituição de uma paisagem está sempre envolvida numa trama político-cultural. Pois, como bem lembrou Simon Schama “paisagem é cultura antes de ser natureza”.⁴⁴ Embora seja natural o objeto representado, é cultural sua constituição, pois faz emergir uma série de objetivos, características e conflitos que se interconectam e perfazem o contexto histórico de sua construção. Sendo assim, a conjuntura político-cultural do final do século XIX na Argentina e no Brasil faz com que uma paisagem “natural”, cuja existência ainda era desconhecida no mundo, se torne um espaço de diversas relações de poder. Desde os primeiros relatos brasileiros aos estudos paisagísticos argentinos, a paisagem “Cataratas do Iguazu” foi constituída por conflitos que vão desde a delimitação de fronteiras até as aspirações de tornar o território mundialmente conhecido através das Exposições Universais. Sendo assim, há sempre que levar em conta as diversas

⁴⁴ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória...* Op.cit., p.70.

inter-relações e interconexões nas lutas pela designação do que se quer mostrar e do que se deve ver. Como nosso objetivo é perceber as imagens constituídas pelos discursos no Brasil, voltemos ao diário de viagem de Muricy, sua descrição dos saltos e as imagens constituídas através de seu discurso.

Após a inserção narrativa e metafórica do pavilhão argentino, Muricy e seus acompanhantes resolveram voltar para o acampamento, onde deveriam passar a noite, para, no outro dia, seguirem a viagem rumo à contemplação dos saltos da costa brasileira. Pois, conforme esclareceu Muricy, sua intenção era fazer a descrição do conjunto que se denominava “Saltos de Santa Maria do Iguassú” e não apenas as descrições de uma ou outra queda.

...sempre foi nosso intento, fazer unicamente a descrição do conjunto que se chama, saltos de Santa Maria. Temos infelizmente certeza de que por mais que nos esmeremos, nunca os recursos de que dispomos, serão suficientes para poder-mos dar sequer uma idéia do que é essa maravilha da natureza.⁴⁵

A falta de recursos apontada por Muricy reforça nossa idéia de que, no Brasil, as expedições feitas às cataratas eram muito inferiores em aparato técnico e metodológico das feitas pelos argentinos. Não se sabe ao certo, pela narrativa de Muricy, quais recursos seriam necessários para que ele pudesse dar uma “idéia” da “maravilha da natureza” que eram as cataratas. No entanto, uma alusão feita por ele sobre o desejo de fazer “desenhos” das quedas é um bom motivo para afirmarmos que a inscrição em tela das imagens descritas em texto seria um dos recursos almejados pelos viajantes brasileiros. As memórias do que viam, mesmo que descritas em texto narrativo, não davam conta de estabelecer a beleza que queriam inculir a essa paisagem.

Chegados ao ponto que havíamos descortinado na véspera, para vermos os saltos argentinos, tivemos de nos separar do alferes Edmundo, que pretendia apanhar, como apanhou, um *desenho* dessa paisagem. Tínhamos por missão o descortinamento do ponto fronteiro aos saltos 15 de novembro e Benjamim Constant, de modo a poder-se perfeitamente *desenhal-os*.⁴⁶

⁴⁵ MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.32.

⁴⁶ *Ibidem*, p.33. (grifo nosso)

Os desenhos a que se refere Muricy são aqueles que farão parte de um esquema dos saltos de autoria do alferes Edmundo de Barros, que será analisado adiante. Como já dissemos, Barros estava preocupado em estabelecer uma planta de todos os saltos e do espaço percorrido pelo Iguazu na formação das cataratas e, para tanto, apropriou-se de diversas imagens em diferentes ângulos para a posterior montagem do mapa. Já o desenho dos Saltos denominados “15 de Novembro” e “Benjamin Constant” consiste, provavelmente, numa versão brasileira da litografia “Yguazu” de Ballerini (Figura 13), pois nela temos a representação destes dois saltos, o primeiro, um dos mais altos e volumosos bem próximo à divisa, o segundo, foi considerado por Muricy o mais belo de todos os saltos. Neste sentido, os saltos escolhidos para o “desenho” foram o mais volumoso e o mais belo, no juízo de Muricy, o que não deixa de ser uma unanimidade na época, se levarmos em conta a escolha de Ballerini também em desenhar os referidos saltos na litografia já apresentada.

A missão de “descortinar” um ponto que privilegiasse a vista dos dois saltos, escolhidos dentre os mais de duzentos, é bem sugestiva para a “Viagem às Cataratas” de Muricy. Descortinar seria o mesmo que “revelar”, tornar visível, desocultar do que impossibilitava sua vista. Para Muricy, ninguém antes tivera tal privilégio, seriam os primeiros a mostrar aos seus “patricios”, em desenho ou em palavras, as características deste espaço singular onde o rio Iguazu se faz catarata. E foram mesmo, diante de nossas constatações, os primeiros brasileiros a constituir essa paisagem como uma das mais belas e sublimes obra da natureza. “Descortinar” significava neste momento preciso da viagem, tirar a mata de perto do abismo, derrubar as árvores que, emaranhadas de folhas, cipós e vegetação rasteira, impediam a visão dos saltos.

Mas coberto de caraguatás e cercado por cerrado matto, que nada permittia ver, offereceu esse ponto grande difficuldades aos camaradas que só a poder de grande trabalho e infinitas cautelas, para se não precipitarem pelas grandes bréchas mascaradas pelos caraguatás, conseguiram limpalo, as vezes amarrados pela cintura e suspensos sobre o abysmo. Sobre uma especie de giráo que mandamos fazer, para o lado do rio, em prolongamento da pedra, preso com cipós unicamente, e acima 40 metros da superficie das aguas que pareciam ferver passando rapidas,

esperavamos anciosos que desaparecesse o resto do matto que nos interceptava a vista.⁴⁷

A cortina que separava o espectador do espetáculo era uma mata fechada que se emaranhava a cipós e caraguatás, uma bromélia abundante na região cujas raízes podem se estender sobre a superfície de pedras e grotões, omitindo buracos, verdadeiras armadilhas aos passantes, além de ser espinhosa e lar de inúmeros répteis e aracnídeos. Quem passa hoje pelos caminhos tão bem ladrilhados de pedras e corrimãos que levam à vista dos saltos, não faz idéia da “cortina” espessa e caminhos tortuosos que se apresentavam aos que eram impelidos, em fins do século XIX, pelo mesmo desejo de conhecer os saltos. A ansiedade inscrita no texto de Muricy pode ser sentida ainda hoje quando lemos seu relato fazendo-nos também esperar pela descrição do que sentiu ao ver a “cortina” se abrir.

Uma carga electrica que tivesse nos passado pelo corpo, não produziria a mesma impressão que nos produziu o que vimos quando os homens fizeram cahir uma grossa arvore, que na quéda acarretou grande rêde de cipós e o resto do matto que nos impedia de ver. Nunca tinhamos visto cousa igual, nem nunca ouvimos fallar de obra tão admiravel da natureza, que houvesse panorama tão surprehendente como o que se estendia diante de nós.⁴⁸

Muricy, para dar ao seu leitor uma idéia do que lhe representaram os saltos, utilizou a influência da paisagem aos sentidos. A sensação causada pela vista das cataratas é a primeira forma de caracterizar e descrever o espaço. Constantemente percebemos na narrativa uma trama entre a descrição física das quedas e o que essa imagem causa ao corpo de Muricy, levando o leitor à realidade de que só vendo, sentindo, estando de frente aos saltos é que se poderia entender o significado que tal paisagem causa ao visitante. Uma confusão entre medo e admiração mesclados com as características das cataratas é o que faz delas as únicas do estilo no mundo. A visão das cataratas, sua força e impetuosidade amedrontaram os espectadores aportados em um frágil estrado de madeira a “40 metros acima da morte certa [...] quasi isolados no espaço”, causando uma impressão mista de admiração e receio.⁴⁹

⁴⁷ MURICY, José Cândido da Silva. *A Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.33.

⁴⁸ *Ibidem*, p.33-34.

⁴⁹ *Ibidem*, p.34.

A admiração de Muricy a este espaço se traduz em uma escrita detalhada e minuciosa das quedas, do relevo, do tamanho e desenho formado pelo rio Iguazu antes de precipitar-se no paredão de pedra, da formação rochosa, da altura dos penhascos, da vegetação e das distâncias entre Brasil e Argentina considerando as voltas do rio e o limite de fronteira. Ao mesmo tempo em que Muricy descreve o grande canal, centro das maiores quedas, ele detalha a formação circular de degraus que aparam os saltos marginais que constituem a paisagem do lado brasileiro e vai nominando os saltos. Contudo, mesmo dividindo e apresentando cada salto, a preocupação de Muricy era de detalhar o conjunto, pois o importante era dar a noção da grandeza que a união dos saltos formava em panorama. Neste sentido, Muricy diferenciava as cataratas do Iguazu de qualquer outra catarata do mundo, principalmente a mais conhecida, a do rio Niágara, fronteira entre Estados Unidos e Canadá.

Cheios de pontas, buracos, lascas de pedra, derrocamentos, negro, esverdeado, reluzente ou fôsko, nú, ou coberto de relva muito verde e rasteira, ou de um capim de haste longa, que cobre as pedras soltas nos derrocamentos, por entre sarandys perdidos nessa rude natureza, é por sobre elle, de structure tão irregular e exquisita que se projectam vertiginosamente as águas do Iguassú, formando não o salto de Santa Maria como se diz, mas os Saltos de Santa Maria. Grande número de saltos, dissemos nós, formão ellas de espaço a espaço, grandes, e em nada, creio eu, inferiores ao Niágara de baixo de qualquer ponto de vista...⁵⁰

As notícias que chegaram ao Brasil no final do Século XIX sobre a existência das Cataratas do Niágara já foram suficientes para que Muricy fizesse um paralelo entre as duas e demonstrasse a superioridade das Cataratas do Iguazu em número de saltos, altura, largura e vazão de água. Também por isso era necessária uma medição exata da catarata brasileira a fim de que, com dados precisos, fosse possível contrapor às medidas do Niágara, cujos números já eram conhecidos na época de Muricy. Segundo dados atuais, as Cataratas do Niágara “estão situadas na fronteira entre os EUA e o Canadá, no território dos Grandes Lagos. A catarata americana tem 300 metros de largura e uma queda de 61 metros, já a canadense tem o triplo de largura e um desnível de 63,6

⁵⁰ MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú... Op.cit.*, p.34-35.

metros.”⁵¹ Já a catarata do Iguaçu, apresenta uma largura de 2.700 metros (forma semicircular) e, dependendo da vazão do rio, o número de saltos varia de 150 a 300. A altura das quedas varia de 40m a 82m e a vazão de água média em torno de 1.500 m³ por segundo, variando de 500 m³/s nas ocasiões de seca e de 6.500 m³/s nas cheias.⁵² Com estes dados pode-se perceber que, em comparação, as cataratas do Iguaçu não são inferiores às do Niágara como já apontava Muricy em 1892, o que reforçava sua construção discursiva em torno da identidade e domínio brasileiro da paisagem.

Para reforçar essa noção de pertencimento e identidade das cataratas do Iguaçu, Muricy e Edmundo de Barros procuraram denominar os saltos com nomes relativos a personagens e datas consideradas importantes principalmente para a causa republicana. No entanto, esta denominação só valerá até a definição dos limites com a Argentina e, a partir de então, a maioria dos Saltos tidos como “brasileiros” pertencerão definitivamente à república vizinha, anulando a função “batalmá” que Muricy incute na sua narrativa a cada salto das cataratas. Contudo, é significava a ação de nominar as quedas, pois neste momento ocorre o registro de suas características singulares e da noção do panorama que Muricy vai construindo a partir das noções de singularidade e conjunto. No Quadro 02, transcrevemos a apresentação de Muricy a cada salto com características e nomes próprios:

⁵¹ SOLID CORPORATE TRAVEL. *Maravilhas do mundo*: Niágara. Rio de Janeiro: Solid, ©1996-2010. Disponível em: < <http://www.solid.com.br/turismo/maravilhas/niagara.asp>>. Acesso: 22 nov. 2010.

⁵² CATARATAS DO IGUAÇU S.A. *As Cataratas do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: Cataratas do Iguaçu S.A.; Parque Nacional do Iguaçu, [1999]. Disponível em: <<http://www.cataratasdoiguacu.com.br/ataratas.asp>>. Acesso: 22 nov. 2010.

SALTO	LOCALIZAÇÃO	CARACTERÍSTICA
Brasil	Recebeu esse nome justamente por ser o mais próximo da costa brasileira	Tem 400 m de largura por 25 m de altura. Assemelham-se a um enorme lençol coberto por camadas espaçadas de renda.
Tiradentes	Continuam após o Brasil espalhados por um paredão que faz uma grande entrada para cima e para o meio do rio, tomando uma direção paralela à barranca brasileira.	Conjunto incontável de saltos com 200 a 300 m de largura sendo sua altura aproximada de 60 m.
Quinze de novembro	Está na posição oblíqua à do lado do ângulo, donde se projetam os saltos Tiradentes, ocupando mais da metade da curva	Salto onde se desenha a maior massa d'água, o mais volumoso de todos os saltos
Andradas	Ponto mais alto do paredão	Possui 60 m de altura, volumoso cujas águas se cruzam com as do Quinze de Novembro
Silva Jardim	Fronteiriço aos Tiradentes	Com um grande jorro de água de 20 m de largura com 69 m de altura Menores que o Silva Jardim em largura, mas da mesma altura, são sempre vistos através do nevoeiro
Deodoro	É o salto que cai sobre o degrau existente na margem direita das Cataratas	Apresenta queda de 20 m de altura sobre o degrau. Do degrau para o rio, as águas deste salto se dividem em dois outros, de 5 metros mais ou menos de largura sobre 30m de altura.

Continua...

QUADRO 02. Denominação dos “Saltos de Santa Maria Do Iguassú”
 FONTE: Muricy (1896, p.37-40)

...Continuação

Benjamin Constant	Não explicitada	O mais bonito, o mais mimoso dos saltos. As águas deste salto, antes de precipitarem-se, percorrem um canal de 20 m de largura, cujas bordas são cobertas por um musgo rasteiro verde-negro; dir-se-ia ser um tapete de veludo verde, estendido e preso ao solo por uma larga fita de prata. Tal é o efeito produzido pela luz do sol atravessando o nevoeiro. Altura de mais de 50 metros.
Salto União Americana	Localizado no centro, sendo por isso considerado o limite, o ponto de separação entre os saltos que foram chamados argentinos e os brasileiros	Chamado União Americana para simbolizar a confraternização dos povos do novo continente, este salto possui uma largura de aproximadamente 100 metros e com 20 metros de altura sobre o degrau, nesse ponto bastante largo. É um bonito lençol de água que enviava cintilantes revérberos de luz solar a ponto de ofuscar a luz.

QUADRO 02. Denominação dos “Saltos de Santa Maria Do Iguassú”

FONTE: Muricy (1896, p.37-40)

A descrição e denominação dos saltos obedecem a uma lógica bem diferente da que foi estabelecida alguns anos depois pela Comissão Mista de assuntos da fronteira entre Brasil e Argentina. Para Muricy, o talvegue do rio Iguazu não estava localizado no penhasco que inicia o grande paredão de aproximadamente 60 metros de altura por onde o salto mais alto e volumoso se joga no início do caixão de pedra que levará as águas das cataratas rumo ao rio Paraná. Pelo contrário, a linha divisória, para este viajante, passava acima dos grandes saltos, formando uma curva acentuada que desceria justamente no salto denominado União Americana, que, pela descrição de Muricy, não despencava na calha principal, devido a descrição da altura em 20 metros e da queda em degrau. Muricy seguia o pensamento de Edmundo de Barros, que assim planejava desenhar a planta dos saltos, onde os mais volumosos e altos pertenceriam ao Brasil. Pela escrita fica complicado percebermos a

trama discursiva em torno de onde passava o talvegue, por isso, inserimos a Figura 16, que representa a planta desenhada por Barros, onde podemos visualizar as linhas divisórias e, com isso, entender a posição dos saltos descritos por Muricy.

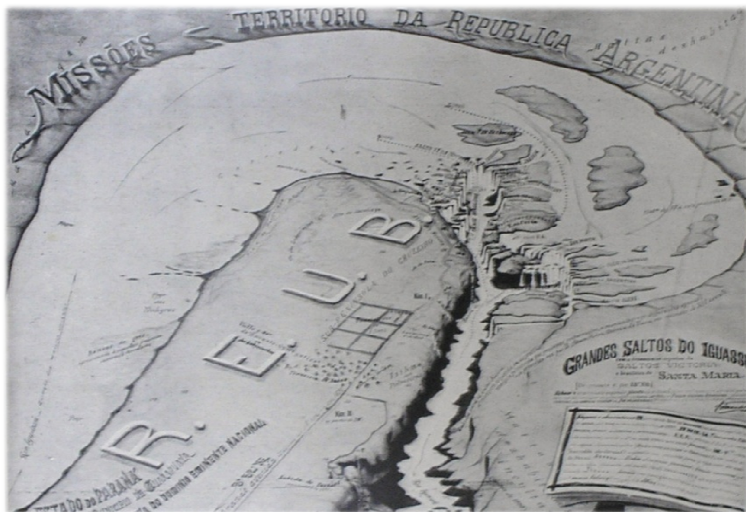


FIGURA 16. Planta dos Grandes Saltos Do Iguassú [...]

FONTE: Barros (1897)

A planta representada pela Figura 16 foi concluída por Barros em 1897 e, além da denominação dos saltos junto ao desenho de cada um, estabelece na legenda que faz parte de um estudo feito com o intuito de implantar no entorno das cataratas um “Parque Nacional Brasileiro”. É importante destacarmos o conteúdo desta legenda inscrita no lado inferior esquerdo da imagem reproduzida:

Grandes Saltos do Iguassú com denominação argentina de Saltos Victória e brasileira de Santa Maria. [De jusante e por 25° NO. Schema apresentado segundo planta de estudos feitos no anno de 1897 para servir na demarcação de uma sede urbana do futuro Parque Nacional do Iguassú pelo diretor da Colônia Militar de Foz do Iguassú [ilegível]. Edmundo de Barros⁵³

⁵³ BARROS, Edmundo. Schema dos grandes saltos do Iguassú. 1897. In: NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Curitiba: Centro de Letras do Paraná : Turnauer & Machado, 1914, p.45.

Por mais que este esquema ainda não estivesse concluído em 1892, ano da viagem de Muricy, o entendimento de quais seriam os saltos brasileiros e quais seriam os argentinos já estava constituído. O tracejado que aparece na planta, iniciado no lado direito do rio Iguazu (lado inferior direito da Figura 16), continua pelo centro e acompanha a curvilínea posição do rio. Tal tracejado está aí para determinar o que Edmundo de Barros construiu como o talvegue. Desta forma, todos os saltos que caíam diretamente na calha ou no paredão de pedras (que mais tarde será chamado de “Garganta do Diabo”) estavam inseridos, nesta planta, no lado direito do talvegue e, por isso, aparecem na descrição de Muricy como domínio do Brasil. Pela Figura 16, percebemos que o tracejado termina no salto que cai em degrau, o que Muricy chamou de União Americana, fazendo com que o lado argentino ficasse, ainda assim, com o maior número de saltos, porém, sem os que Muricy considerou maiores, mais volumosos e belos, o Quinze de Novembro, o Tiradentes e o Benjamim Constant.

Além disso, chama-nos a atenção nessa representação cartográfica de Barros, a riqueza de detalhes e a aproximação com a realidade física e geográfica das quedas e da formação do rio Iguazu antes de precipitar-se no caixão de pedras que forma as quedas. Se compararmos essa planta à primeira feita sobre a encomenda do Coronel Dionísio Cerqueira, que visitou as cataratas em fins da década de 1880 (Figura 17) perceberemos como as constantes visitas que Barros fez aos saltos, através da picada aberta por ele, possibilitaram uma planta que em muito se aproxima da realidade do território representado. Esta “aproximação” com a “realidade” fez com que a planta desenvolvida por Edmundo de Barros se transformasse em “documento” constantemente utilizado em mapas e obras que se remetiam às cataratas do Iguazu, como é o caso de Domingos Nascimento⁵⁴ e Silveira Netto⁵⁵ que a publicaram em 1914 e de Romário Martins autor do “Mappa do Estado do Paraná de 1919” do qual extraímos apenas o detalhe inserido na Figura 18.

⁵⁴ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná...* Op.cit., p.45.

⁵⁵ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú...* Op. cit., entre p.118 e 119.



FIGURA 17. PLANTA dos Saltos de Santa Maria do Iguazu na década de 1880
 FONTE: Autor desconhecido [188?]



FIGURA 18. “Mappa do Estado do Paraná de 1919” (Detalhe)
 FONTE: Martins (1919)

Sobre a Figura 18 é ainda saliente perceber que o tracejado que representa a calha principal e central do rio Iguazu continua na mesma posição traçada por Edmundo de Barros, o que reforça nossa idéia de que, por muitos anos, alguns autores discordavam dos limites estabelecidos em 1910. Desta forma, o conflito incrusta-se em forma de discurso na figura que introduz, pela primeira vez, as cataratas do Iguazu num Mapa do Estado do Paraná. Podemos interpretar a partir desta figura que, pelo menos o autor do mapa, Romário Martins, não legitimou o acordo que deu a Argentina a totalidade dos saltos existentes no lado esquerdo do grande cânion que forma as cataratas. Além disso, re-significa na segunda década do Século XX, o trabalho do alferes Edmundo de Barros no esquema amplamente difundido sobre a posição e os tipos de saltos das cataratas. Documento certamente elaborado durante as constantes visitas feitas por este militar aos saltos, das quais se inclui a que conduziu Muricy.

2.2 DOMINGOS NASCIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA “FRONTEIRA” OESTE

Onze anos após a viagem de Muricy, outro viajante procurou pormenorizar a fronteira oeste do Paraná através de um relato de viagem. Trata-se da obra *Pela Fronteira* de Domingos Nascimento, resultado de sua viagem ao oeste paranaense no primeiro semestre de 1903. Segundo Maria Nicolas, Domingos Virgílio do Nascimento nasceu no dia 31 de maio de 1862, na pequena e antiga cidade de Guaraqueçaba, na época pertencente ao município de Paranaguá.⁵⁶ Foi um militar republicano que aos 32 anos de idade, ao regressar de seus estudos em Porto Alegre-RS, ingressou na carreira política elegendo-se deputado por várias legislaturas. Além disso, dedicou-se à poesia, à prosa e ao jornalismo sendo fundador de vários jornais na capital paranaense (“A Folha Nova”, “A Notícia”, “A Tarde” e “Correio do Sul”). Morreu em 30 de agosto de 1915 deixando obras ligadas à literatura e à educação infantil paranaense.⁵⁷

⁵⁶ NICOLAS, Maria. *Cem anos de vida parlamentar: deputados provinciais e estaduais do Paraná*. Curitiba: Imprensa Gráfica Paranaense, 1954, p.201.

⁵⁷ Para mais detalhes sobre a vida, a obra e a influência de Domingos Nascimento na Literatura, Política e Educação do Paraná no início do Século XX cf. também; NICOLAS, Maria. *Vultos paranaenses*. 1º volume. Curitiba: [s.e.], 1948, p.33-36; PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A ginástica recomendada por Domingos Nascimento*. In: _____. *A formação*

Através de seus textos, crônicas e poemas, Domingos Nascimento, além de defender o ideário republicano, buscava consolidar a capital paranaense como um centro de modernidade e progresso cultural. Destarte, se juntava aos intelectuais das artes, letras, arquitetura que se viam como porta-vozes da cultura e da educação, elementos primários no desenvolvimento da sociedade.⁵⁸ Com esses pensamentos, acabou construindo sólidas relações com personagens paranaenses ligados ao movimento parnasiano-simbolista, como Nestor Victor, Dario Vellozo, Rocha Pombo e Manoel Azevedo da Silveira Netto (autor que analisaremos no próximo item). Segundo Cassiana Carollo, com a contribuição de seus textos aos periódicos “Revista Azul”, “Club Curitibano”, “Cenáculo”, “Breviário” e “A Pena”, Nascimento passou a freqüentar as reuniões realizadas na biblioteca da casa de Dario Vellozo onde estudavam e discutiam idéias de Darwin, Baudelaire, Comte, Spences, Shakespeare, entre outros.⁵⁹

Para festejar o cinquentenário da instalação da Província do Paraná, o governo paranaense, juntamente com a Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, promoveu uma série de exposições e prêmios aos “produtos” paranaenses. Para contribuir com esse intento, Domingos do Nascimento resolveu escrever *Pela Fronteira* que acabou sendo premiado no concurso do dia 19 de dezembro de 1903, dia da comemoração da emancipação política do Paraná. Neste sentido, o autor se insere num momento muito específico para falar da fronteira oeste do estado que completava meio século de existência “emancipada”. Contudo, independente do caráter alusivo e festivo que motivou a impressão do relato em edição literária, esta obra é, sem dúvida, densa e rica porque, além de constituir a paisagem sertaneja da fronteira oeste, não se furta à análise crítica da situação econômica, política e social pelas quais a “Colônia Militar da foz do Iguassú” passava na época da viagem. Se, por um lado, não foge ao ufanismo paisagístico de riquezas naturais sem fim, por outro, despeja juízos de valor sobre “o abandono e o descaso” ao espaço que, segundo ele, seria o grande empório comercial da região sul.

do homem forte: educação física e *ginnastica* no ensino público primário paranaense (1882-1924). 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 2007, p.40-54; e CAROLLO, Cassiana Lacerda. Nascimento, Domingos Virgílio. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Livraria do Chain, 1991, p.307-309.

⁵⁸ Sobre o papel destes intelectuais na sociedade curitibana cf. BERBERI, Elizabete. *Impressões*: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

⁵⁹ CAROLLO, Cassiana Lacerda. O Cenáculo: o grupo, a revista. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná... *Op.cit.*, p.65.

Pelo que se percebe na pequena introdução do livro, Nascimento cumpria o dever de inspecionar as colônias militares do Iguaçu e do Chopin nesta viagem, todavia, “se recompensas moraes não usufruisse com a satisfação de um dever” lhe bastaria “o orgulho paranaense de haver beijado um dia o espelho crystalino das aguas do Paraná e tocado com os meus dedos o dorso rumoroso das catadupas do Iguassú”.⁶⁰ São os rios Paraná e Iguaçu que identificam a região oeste desde seus primeiros escritos, sendo a principal representação do segundo as “catadupas”, as cataratas. Já na apresentação do livro, Nascimento resignifica suas lembranças das quedas de água e das “aventuras” para chegar ao que designou como “Paraíso do Assombro”:

Hoje que me encontro de volta, sinto ainda um quê de vago e enervante, quando pelo meu espirito esvôa a serie ininterrupta de abysmos e alcantís que ousei transpor, para vencer esses longos caminhos que vão dar ao Paraiso do Assombro, com todas as suas tintas fortes de poentes rubros, com toda essa infernal orchestra de lenções d’agua se precipitando estranhamente horrisonos.⁶¹

Por isso, selecionamos a parte de seu livro que trata exatamente da chegada às cataratas e como esse autor constrói essa paisagem. Para o momento é importante não apenas percebermos as mudanças ou continuidades nas características do território (trajetos, caminhos, personagens e espaços), mas a forma como o rio Iguaçu foi percebido nesta construção discursiva em torno do “paraíso assombroso” e da “orquestra infernal horrisona”. Formas discursivas tão contraditórias subsumidas numa paisagem cuja representação do belo e do sublime se constrói na espetaculosidade do rio. Neste sentido, a narrativa que reconstitui a visão das cataratas por Nascimento apresenta-se distinta e singular.

Seguindo a narrativa da viagem de Nascimento, pode-se notar que pouca coisa mudou no que se refere às ligações entre a Colônia Militar do Iguaçu e a capital do estado nos onze anos que separa a sua viagem da feita por Muricy em 1892. Da mesma forma, a situação da colônia também não prosperou neste tempo, pelo contrário, muitos habitantes haviam deixado o local devido às incertezas sobre a

⁶⁰ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira*. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1903, p.II.

⁶¹ Idem.

delimitação de lotes e terrenos e pelas péssimas condições de trabalho impostas, no dizer de Nascimento, pelos capitalistas que possuíam concessões e contratos para extração da erva-mate e da madeira, abundantes na região. Segundo Nascimento, tais concessões não levaram em conta a presença dos colonos que, minimamente plantavam e colhiam seus gêneros alimentícios e que, diante dos contratos que consentiam a invasão dos concessionários em seus terrenos, abandonavam suas benfeitorias ou se deixavam fazer “escravizados á vontade e ao sabor dos capitalistas, como simples camaradas”.⁶²

Antes de iniciar sua narrativa sobre os saltos do Iguazu, Nascimento constitui o cenário social da colônia, cujos principais problemas advinham de uma política agrária desobediente à legislação vigente no início do Século XX. As concessões de terras que não percebiam a presença de posseiros e colonos na região feriam, principalmente, a Lei de Terras do Brasil de 1850, especificamente os artigos terceiro e quinto, que legitimavam a posse por ocupação de terra, fazendo com que esta não se tornasse devoluta e, conseqüentemente, não pudesse ser adquirida e/ou concedida a particulares como tal:

Art. 3º São terras devolutas:

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:

§ 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, compreenderá, além do terreno aproveitado ou do necessario para pastagem dos animaes que tiver o posseiro, outrotanto mais de terreno devoluto que houver contiguo, contanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual ás ultimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha.⁶³

⁶² NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.114.

⁶³ BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. In: _____. *Coleção das Leis do Brasil: 1850*. Rio de Janeiro: [s.n.], [1852], p.307. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L0601-1850.htm>>. Acesso: 22 nov.2010.

Neste sentido, ao descrever a Colônia Militar do Iguassú como um território pobre, concedido “ilegalmente” aos capitalistas estrangeiros que escravizavam os poucos colonos que trabalhavam na terra, Nascimento denuncia práticas que contradiziam os princípios republicanos que sempre defendeu em suas obras. É certo que esta crítica tende a pesar para o governo federal que intervinha nas concessões que deveriam ser feitas pelo estado do Paraná, segundo artigo 64 da Constituição de 1891. Sendo assim, ao descrever a situação da colônia Nascimento insere na pauta de “produtos do Paraná” – cujas exposições alusivas ao cinquentenário da instalação da Província/Estado queriam visualizar – os problemas enfrentados na fronteira oeste.

Demais, é um facto notavel este: Trabalhada essa colonia ha 11 anos e onde se tem gasto cerca de um milhar de contos de reis, é de admirar que até hoje não estejam traçados os seus limites, nem provisórios muito menos definitivos, pelo que também não se acham os seus lotes ainda regularmente divididos. Não tem uma estrada, não tem um porto, não tem uma officina funcionando, não tem uma casa digna de constituir uma moradia decente, commoda e hygienica. O que existe de casinholas de madeira está em ruínas. Ferraria, olaria e serraria jazem abandonadas, os seus utensilios estragados.⁶⁴

Para Nascimento, a precariedade era a principal característica da colônia no aspecto político, social e econômico. Em contrapartida, essa precariedade desaparece ante as descrições da uberdade do solo, da presença de rios piscosos, de florestas ainda sem o “insulto degenerescente do corte”. É notável a construção discursiva de Nascimento em torno de um ponto bem específico: a região da fronteira oeste, no que dependia da natureza, era rica e grandiosa, mas continuava pobre e provisória no tocante às ações que dependiam do homem. As ações políticas tidas como “civilizatórias” eram paupérrimas e não condiziam com a riqueza potencial da fronteira.

A linguagem humana, por mais severa que fosse em sua narrativa, floreios raros de gymnastica litteraria que empregasse, não ousaria exprimir o que os olhos fére e o espirito perturba, em contemplando a grandiosidade das nossas

⁶⁴ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.114-115.

riquezas, que como joias intactas permanecem occultas para os lados de oeste de nossa terra.⁶⁵

Nascimento não poupa adjetivos que representem e signifiquem o oeste paranaense como símbolos da riqueza do Paraná. Esta ordem de possessividade, inscrita no discurso que ora se constitui narrativa de viagem, busca delimitar o espaço onde deveria começar o domínio da esfera estadual e terminar o da federal. Nada está oculto ou sublinear em sua obra no que tange a crítica ao modo como as Colônias Militares eram administradas: como colônias correcionais cujos atos administrativos avançavam para além de sua jurisdição e competência, principalmente no que concernia à concessão de posse e exploração.⁶⁶ Para Nascimento, as “jóias raras” – que, como vemos, já não estavam tão “intactas” devido à ação exploratória estrangeira – faziam parte da riqueza do estado do Paraná, descrito por ele como “nossa terra”. Neste sentido, seu relato assevera que as ações federais faziam mais aumentar a precariedade da região do que protegê-la e colonizá-la, o que competiria ao poder público. Em outra parte essa opinião se apresenta bem detalhada:

Considerando que as colonias militares têm exercicios de jurisdição no que diz respeito apenas á defesa nacional e os actos de disciplina interna, négo o meu concurso áquelles que opinam que dentro dos limites dessa jurisdição encontre-se amplitude para os exercicios commerciaeis do solo. *O territorio pertence á administração do Estado paranaense, – somente elle pode dispor das terras como lhe aprouver.* Fora da sede da colonia, cujos limites não podem se estender por vastos dominios, como se pretende, e sim reduzidos ao estrictamente necessario como desenvolvimento á estrategia, *tudo mais pertence ao Estado, que é autônomo pelas leis da república. Concessões para exploração e usufructo das riquezas do solo, só as pode fornecer o Estado, não a União.* Entretanto, por um ponto de vista em contrario e erroneo, têm sido feitas em nome do Governo Federal concessões que invadem até quasi 20 leguas de distância da sede colonial, o que tem provocado

⁶⁵ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira...* Op.cit., p.II.

⁶⁶ *Ibidem*, p.114-116.

justas e constantes reclamações por parte do Governo do Paraná.⁶⁷

Pelo artigo 64 da “Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil” de 24 de fevereiro de 1891, pertenciam aos estados da República “as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”.⁶⁸ Sendo assim, a crítica de Nascimento se mostra pertinente e legítima do ponto de vista legal e faz com que se perceba que nem todos os territórios brasileiros estavam sob a égide de tal lei. Segundo Nascimento, as concessões feitas em nome da Colônia Militar do Iguacu chegavam a 138 km (23 léguas) a montante do rio Paraná, o que contrariava o regulamento constitucional da porção “indispensável para a defesa”.

Desta forma, emerge um discurso que constitui tensões e conflitos de competência nas questões relacionadas às terras devolutas.⁶⁹ Embora a lei garantisse o usufruto destas terras ao estado do Paraná, na prática, era o governo Federal que continuava a exercer este domínio, estendo as concessões e garantias de áreas que ultrapassavam os limites jurídicos. Além disso, o faziam sem levar em consideração a presença dos posseiros que acabavam desistindo de fixar moradia na colônia pela falta de garantia da regulamentação de seus lotes.

Neste sentido, a noção de pertencimento da região ao estado do Paraná, por nós grifada na citação acima, apela à legitimidade de uma “causa paranaense” nas disputas territoriais. E é interessante notarmos que todas essas discussões inseriram-se numa narrativa que visava apenas “descrever” uma viagem. Por isso nossas anotações sobre a construção de um discurso de precariedade no tocante às ações civilizatórias e riqueza acerca da exuberante natureza. Podemos concluir que para Nascimento, ao Paraná pertenciam as riquezas que só não eram devidamente aproveitadas por conta de uma impossibilidade de governá-las e pela inferência, segundo ele “ilegítima”, de ações federais na

⁶⁷ NASCIMENTO, Domingos Virgílio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.116. (grifo nosso)

⁶⁸ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil de 24 de fevereiro de 1891. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso: 22 nov.2010.

⁶⁹ Para o conceito e história das terras devolutas no Brasil cf. CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Terras Devolutas nas Constituições Republicanas. *Revista jurídica dos formandos em direito da UFBA*, Salvador, v.4, p.261-275, 1998. Disponível em :<<http://www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html>>. Acesso: 22 nov. 2010.

concessão de exploração e uso do território. Construiu-se assim, uma luta pelo direito de domínio e posse deste espaço “oculto” aos olhos da maior parte dos “patrícios” paranaenses de Domingos Nascimento.

Ao trazer esse assunto à baila em uma obra publicada no início do Século XX, Nascimento abre ao público as discussões sobre a necessidade de uma organização política estadual que tivesse como finalidade estender os domínios do estado sobre a grande área em que estava inserida a Colônia Militar. As construções da paisagem que veremos daqui em diante emergem como pano de fundo para essas questões políticas. Neste sentido, entendemos que a descrição da viagem até as cataratas do Iguaçu, pormenorizada através de uma escrita que se baseia nos conceitos do belo e do sublime, se insere neste contexto datadamente conflituoso de relações de poder entre os que defendiam o Paraná em detrimento da União nas questões de domínio e posse do espaço dos grandes saltos do Iguaçu.

Aliás, a descrição da viagem feita da sede da colônia às cataratas encontra-se na quarta parte do livro que tem como título “Baixo Iguaçu”, que foi descrito no final da parte precedente como um “cenário majestoso”. A viagem feita às cataratas, provavelmente em junho de 1903,⁷⁰ nos apresenta um caminho diferente daquele feito por Muricy em 1892, pois, ao invés de subir pelo rio Iguaçu, Nascimento viaja por terra e a cavalo as três léguas (cerca de 20 km) que separava a sede da colônia do local das cataratas do Iguaçu. Segundo Nascimento, o caminho a ser percorrido fora aberto no meio de uma densa mata e se constituía de uma picada franca e plana, com montanhas ligeiras e fortes.⁷¹

Outra novidade inserida na narrativa de Nascimento é a presença de um morador espanhol no lado brasileiro das cataratas do Iguaçu. Trata-se de D. Jesus Val, muito elogiado e honrosamente citado como um defensor das belezas naturais do Brasil. A figura deste hispânico aparece ainda na terceira parte da obra, quando Nascimento descreveu as relações travadas entre ele e a população da colônia nos primeiros dias de sua chegada. Segundo Nascimento, Val e sua família passaram a

⁷⁰ Embora o relato específico da viagem feita às cataratas não seja datado, existe um relato de uma excursão na qual Nascimento subiu o rio Paraná entre o porto existente na Colônia Militar até o porto de Tukurú, no lado paraguaio, e de Bela Vista, no lado brasileiro, que data do dia 08 de junho. No relato desta viagem que durou apenas um dia, Nascimento declara que precisava voltar logo para a colônia, pois em breve partiria em visita aos saltos do Iguaçu. Por isso nossa afirmação de que a referida viagem às cataratas se deu em Junho de 1903.

⁷¹ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira...* Op.cit., p.127.

habitar as margens do Iguazu ainda no final do Século XIX, e lá desenvolvia comércio de madeira com a Argentina.

Travei relações com d. Jesus Val e familia, unicos moradores das cataractas do Iguassú. D. Jesus Val reside no porto S. João, ha 4 annos e emprega-se no serviço de exportação de madeiras para Buenos Aires. E' um hespanhol distinctissimo, perfeito cavalheiro e grande amigo do Brasil. A' sua custa, construiu do seu porto de embalse, uma bellissima estrada, larga e plana, a sahir nos saltos, contornando toda a costa brasileira. E' o habitante daquella zona que maior propaganda faz em favor da belleza dos saltos vistos do lado brasileiro; e, por isso, sempre que tem noticia de que excursionistas estrangeiros se acham na costa argentina, manda-os convidar a passar para a nossa fronteira, da-lhes hospedagem e conducção, e elle pessoalmente os guia até acima das nossas cataractas, tudo mostrando com um enthusiasmo e um interesse taes, que mais parece um compatriota orgulhoso em revelar ao estrangeiro as riquezas do seu paiz.⁷²

A forma elogiosa com a qual Nascimento se refere a este cidadão espanhol e à sua família, tidos como “únicos” moradores das cataratas, nos chama a atenção para o fato de que o autor o distingue dos demais “capitalistas estrangeiros” que recebiam concessões do governo federal e que tanto prejudicavam o desenvolvimento da colônia. É certo que, primeiramente, causa-nos estranhamento, pois, pelas características apresentadas na citação acima, Val era um explorador de madeira, estrangeiro e, certamente, com a concessão das terras que margeavam o rio Iguazu nas proximidades das cataratas também destruía parte das “belezas naturais” constituídas por florestas. Como vimos, tais características eram condenadas por Nascimento, no entanto, a figura de D. Jesus Val foi constituída diferentemente, como alguém que mais se parecia com um compatriota do que com um estrangeiro. Contudo, interessa-nos a construção discursiva em torno de uma figura que, mesmo com características que poderiam colocar em dúvida sua “amizade” com o Brasil, emerge como a única personalidade em solo brasileiro a se “importar” com as cataratas.

⁷² NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.120.

Desta forma, D. Jesus Val é redimido, no discurso de Nascimento, de qualquer “culpa” pela exploração madeireira, pela escravização dos posseiros e, até mesmo, da própria especulação em torno das cataratas. Pois, embora a narrativa de Nascimento não estabeleça isso, é difícil acreditarmos que tais serviços prestados aos viajantes estavam livres de um custo, de um preço. Sendo assim, entendemos que esses pequenos “fachos” de luz lançados sobre a trama discursiva em torno deste espaço do rio Iguazu, nos possibilitam perceber como algumas relações de poder se estabeleciam no interior dos próprios discursos ligados ao rio ou aos espaços específicos do rio, neste caso as cataratas. No discurso e pelo discurso, é possível estabelecer como as práticas sociais relacionadas às formas de utilização do rio e do meio ambiente ribeirinho se legitimavam a partir de relações que favoreciam uns em detrimento aos outros.

Isto é bem visível na contradição que entendemos existir entre a figura de D. Jesus Val e a dos “capitalistas estrangeiros”, de quem, certamente, era um representante. O que nos instiga é o fato de que, a partir das relações travadas entre ele e Nascimento, se constituiu um discurso em que os adjetivos negativos que também lhe serviriam, não foram inculcados à sua pessoa. Como bem afirmou Nascimento, “travei relações com D. Jesus Val e sua família”, tais relações foram suficientes para construir em sua narrativa um personagem distinto, cavalheiro, amigo do Brasil e compatriota orgulhoso.

Se na narrativa de Nascimento percebemos que a situação econômico-social da colônia não mudou muito entre um relato de viagem e outro, em contrapartida sua escrita nos mostra que a visitação às cataratas cresceu bastante desde a visita de Muricy, especialmente no lado argentino. Pelo que se percebe, a divulgação feita pelo país vizinho surtiu grande efeito fazendo com que vários excursionistas viessem até Missiones para conhecer os grandes saltos do Iguazu. Se do lado brasileiro apenas D. Jesus Val “investia” nos caminhos que levavam às quedas, do lado argentino já eram realidade alguns projetos de infraestrutura, como uma estrada e duas construções para a estadia dos visitantes.

Desde ahi começaram as excursões aos saltos do Iguassú; e tão grandes entusiasmos estas provocaram aos excursionistas, que uma rica senhorita argentina, Victoria Aguirre, mandou construir, á sua custa, uma importante avenida desde a foz, com 20 kilometros de extensão, custando á rica e adorável portenha bons milhares

de pesos. Hoje do lado argentino existem dois hotéis que todas as semanas se enchem de excursionistas. Qualquer delles não passa de um barracão, com alguma commodidade e mesa menos que regular; [...] A diaria nesses hotéis é por um preço fabuloso.⁷³

A narrativa de Nascimento nos possibilita reconstruir uma série de relações sociais e de investimento econômico na região dos grandes saltos. No lado brasileiro, D. Jesus Val, além de abrir o caminho que possibilitava o acesso às quedas, também concedia sua casa, totalmente construída de taquaruçu (***Chusquea gaudichaudii***),⁷⁴ como local de estadia aos excursionistas interessados em ver as cataratas da margem direita do rio Iguazu. Semelhantemente, na Argentina, as primeiras obras para viabilizar a visita às cataratas também foram possibilitadas pela iniciativa privada. Conforme citação acima, a construção da estrada entre o porto de desembarque próximo à foz do rio Iguazu e as cataratas foi financiada por Victoria Aguirre,⁷⁵ o que, provavelmente, desencadeou a construção das duas instalações de hospedagem. Além disso, constantemente promoviam-se viagens de Buenos Aires com

⁷³ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.130.

⁷⁴ Espécie muito comum na região sul do Brasil, a taquaruçu é uma gramínea que, segundo Nascimento, devido ao seu fibramento rígido e de longa duração, se prestava à fabricação de vários utensílios, tais como: cercas, chapéus e esteiras. Além disso, chamou à atenção do autor a engenhosidade de D. Jesus Val de construir toda a sua casa e mobília com tal gramínea o que, segundo Nascimento, deu a sua vivenda uma particularidade notável e elegante. Cf. NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.129.

⁷⁵ Victoria Aguirre Anchorena nasceu em Buenos Aires em 13 de janeiro de 1860 onde também morreu em 16 de março de 1927. De família muito rica, destinou parte de sua fortuna para obras de caridade e incentivo a artistas e universitários. Por viajar muito, no início dos anos de 1900 fez uma excursão aos rios Paraná e Iguazu no intuito de conhecer as cataratas que se afamavam entre a elite argentina. Segundo Charles Thays, após ter feito essa viagem com certas dificuldades, Victoria doou, de sua fortuna particular, 22.000 francos para melhoramento da única via de acesso às cataratas que existia naquela época. Cf. THAYS, Charles. *Los bosques naturales de la Republica Argentina*. Paris: Congreso Forestal Internacional de Paris, 1913. In: BERJMAN, Sonia (comp.). *Carlos Thays : sus escritos sobre jardines y paisajes*. Buenos Aires : Ciudad Argentina, 2002, p.357. Desde então, a Sra. Aguirre foi constantemente lembrada nos discursos oficiais que se referiam à colonização daquela região e em sua homenagem foram nomeados vários espaços públicos, entre eles, o próprio porto de desembarque (durante algum tempo) e atualmente parte desta estrada construída no início do Século XX, hoje uma importante avenida da cidade de Puerto Iguazu (Argentina). Para mais informações biográficas cf. IBARGUREN, Alfonso M. Beccar Varela. *Genealogía familiar*. Buenos Aires: The Next Generation of Genealogy Sitebuilding, ©2001-2005. Disponível em: <<http://www.genealogiafamiliar.net/getperson.php?personID=I600&tree=BVCZ>>. Acesso: 07 jun. 2009.

destino ao que denominaram “Alto rio Paraná e Iguazu”.⁷⁶ Ao que tudo indica, essas expedições eram as que levavam os excursionistas que enchiam os dois hotéis argentinos toda a semana, o que deveria gerar considerável movimentação financeira com o pagamento das diárias que Nascimento classificou como “fabulosas”. As Figuras 19 e 20 mostram cartões postais adquiridos por visitantes das cataratas no início do século, o que reforça a narrativa de Nascimento sobre os investimentos em turismo feitos pelo país vizinho.



FIGURA 19. Cartão Postal das Cataratas de 1904

FONTE: República Argentina [1904]

⁷⁶ THAYS, Charles. Los bosques naturales de la Republica Argentina... *Op.cit.* p.357-361.



FIGURA 20. Cartão Postal das Cataratas de 1904
 FONTE: República Argentina [1904]

As imagens das cataratas nos cartões postais divulgavam a paisagem e acabavam por atrair mais visitantes. Isto fez com que o governo argentino passasse a se organizar para tornar os saltos e o ambiente circundante em um espaço de domínio público, com grandes investimentos financeiros a fim de tornar o território das cataratas em um parque nacional. Essa discussão também aparece na narrativa de Nascimento, quando descreve as conversas que travou com Jesus Val na noite em que passou em sua casa.

...mantivemos durante o jantar á iberica, amistosa palestra sobre as riquezas daquella zona e as vantagens de serem povoadas as ribas dos saltos Santa Maria. Durante a noite fui colhendo excellentes apontamentos. Vi uma planta de um projectado *Parque Argentino*, mandada levantar pelo ministerio do interior e executada pelo hábil e provector engenheiro Thays, o mesmo que construiu o porto de Buenos Aires. Estou informado de que os do Rio da Prata só esperam a demarcação definitiva da commissão mista de

limites, para levar a efeito esse gigantesco plano, que incontestavelmente será uma maravilha.⁷⁷

Esta relação de amizade com Jesus Val insere na narrativa de Nascimento dados muito importantes para a discussão sobre a construção e o aproveitamento da paisagem das cataratas no início do século passado. Pelo que se percebe, Jesus Val era um homem bem informado, a ponto de possuir, em sua casa, a planta do futuro parque argentino, que estava sendo desenvolvida pelo famoso engenheiro e paisagista Charles Thays.⁷⁸ Contudo, essa afirmação levanta muitas dúvidas e questionamentos sobre a constituição deste projeto e a forma como sua existência veio à tona na narrativa de Nascimento.

Segundo Sonia Berjman o projeto do *Parque Nacional del Iguazú* foi, sem dúvida, o de maior magnitude na carreira de Charles Thays, pois abarcava 750 km² contendo em seu interior florestas nativas, cataratas, paisagens naturais, escolas de silvicultura, uma colônia militar e um centro urbano.⁷⁹ A autora afirma ainda, que os estudos para a instalação deste parque tiveram início em maio de 1902 através de uma encomenda do Governo do Território das *Misiones* e do Ministério do Interior da Nação. Charles Thays deveria, sob as ordens do governo, “proyectar las obras que facilitarían el acceso a los saltos y proponer la forma de asegurar, ‘en condiciones realmente confortables, la permanencia de los turistas em aquellos hermonisísimos parajes’”.⁸⁰

No intuito de realizar tal trabalho, Thays já havia feito sua primeira excursão exploratória no primeiro semestre de 1902,⁸¹ exatamente um ano antes da visita de Nascimento às cataratas. Os detalhamentos da região feitos por Thays nesta excursão originou um

⁷⁷ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira...* *Op.cit.*, p.129.

⁷⁸ Charles Thays (1849-1934), arquiteto paisagista nascido na França, se estabeleceu em Buenos Aires no ano de 1889 onde acabou vivendo o restante de sua vida. É considerado um dos mais importantes paisagistas da Argentina devido grandes projetos realizados em todo o país. Planejou e projetou diversas obras de urbanismo e paisagismo e entre seus trabalhos mais famosos estão a Praça de Maio e o Jardim Botânico de Buenos Aires e os Parques de Palermo e Centenário. No Brasil, segundo Barbara Prado, Thays contribuiu na urbanização de São Luiz - MA. Cf. PRADO, Barbara Irene Wasinski. Charles Thays na formação urbana de São Luis: a ilhidade de São Luis a partir da Praça Pedro II. *Paisagem e Ambiente*, v. 24, p. 69-80, 2006. Para mais detalhes sobre a biografia deste paisagista cf. PAISAJISTAS THAYS. *History*. Buenos Aires: Paisajistas Thays, [s/data]. Disponível em: <http://www.estudiothays.com.ar/historia_eng.php>. Acesso: 20 jun. 2009.

⁷⁹ BERJMAN, Sonia. *Plazas y parques de Buenos Aires: la obra de los paisajistas franceses (1860-1930)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1998, p.134.

⁸⁰ BERJMAN, Sonia. *Plazas y parques de Buenos Aires...* *Op.cit.*, p.135.

⁸¹ Esta excursão de Thays às cataratas foi publicada na revista argentina *Caras y Caretas* em abril de 1902. Cf. THAYS, Charles. La excursión de M. Thays al Iguazú. *Caras y caretas*. Buenos Aires, 06 de abril de 1902.

“informe general de obras y proyectos” que dez anos mais tarde tornar-se-ia um amplo desenho do que designou como *Parque Reserva del Iguazú*.⁸² O próprio Charles Thays, em uma conferência proferida em 13 de junho de 1913 num Congresso Internacional, em Paris, assim descreveu sua incumbência nestes estudos para a instalação do parque ou reserva nacional:

Apreciando la belleza incomparable de las Cataratas del Iguazú y de toda la región que las rodea, hace trece años el gobierno resolvió crear allí um gran parque o Reserva nacional, y me encargo los estudios correspondientes. Luego de haber efectuado varios viajes por esas magníficas regiones, levanté el plano reproducido aquí al lado [Figura 21], que fue aceptado a grandes rasgos por el actual ministro de Agricultura, el Dr. Adolfo Mujica.⁸³

Com estes apontamentos é possível traçarmos um paralelo com as informações que Nascimento recebeu de D. Jesus Val. Tanto a obra de Berjman quanto os escritos de Thays de 1913, o governo argentino planejava construir o “gigantesco plano” que seria uma maravilha na opinião Nascimento. Além disso, nossas fontes também apontam para a existência, ainda em 1902, de um informe geral sobre as obras e os projetos que Thays planejara para o parque e, o que tudo indica, seria a tal “planta” que Nascimento teve acesso na noite em que passou junto ao amigo hispânico. Sendo assim, reafirmamos a importância histórica desta narrativa de Nascimento como um documento que reproduz uma série de especulações em torno da paisagem das cataratas nos primeiros anos do século XX.

Esse cruzamento de fontes não tem o objetivo de contrapor uma “versão” à outra e nem de questionar a veracidade da narrativa de Nascimento, que por si só já nos bastava para os intentos desta tese. Assim agimos por acreditar que é possível aprofundar as discussões em torno dos conflitos pelo domínio da paisagem. O planejamento do parque do lado argentino reforça a intenção de estender sobre o território das cataratas o domínio de uma República capaz de estabelecer políticas ao mesmo tempo protecionistas e desenvolvimentistas. A criação do *Parque Reserva del Iguazú* representava um avanço nos interesses do domínio territorial argentino ao espaço que passava a ser

⁸²BERJMAN, Sonia. Plazas y parques de Buenos Aires... *Op.cit.*, p.135.

⁸³ THAYS, Charles. Los bosques naturales de la Republica Argentina... *Op.cit.*, p.357.

constantemente divulgado no exterior, como vimos acima no caso das Exposições Universais.

Podemos imaginar também o quanto essas especulações repercutiam entre aqueles que, no início do século, poderiam usufruir de alguma benesse caso esses planos se desenvolvessem na região. Neste núcleo, podemos situar D. Jesus Val, a figura constituída por Nascimento como amigo do Brasil pelos serviços prestados àqueles que decidiam visitar as cataratas do lado brasileiro. Certamente, essa posição garantiu a este personagem uma situação estratégica tanto na obtenção de informações quanto na de vantagens. Pois, como Nascimento afirma em sua narrativa, muitas pessoas importantes e influentes, do Brasil, Argentina e outros países passavam a noite em sua casa de taquara, entre eles um ex-presidente da República Argentina, militares dos dois países, proprietários de embarcações, naturalistas e “capitalistas”.⁸⁴

Segundo Nascimento, d. Jesus Val lhe mostrou uma extensa relação de cavalheiros platinos e europeus que, ao visitar as cataratas, se hospedaram em sua “engenhosa vivenda de taquaruçu”. Eram eles: Dr. Pelegrini, ex-presidente da Republica Argentina; Vicente Casales, capitalista; Christophersen e General Campos, do exército argentino; o “célebre” armador Mihanovich, que possuía cerca de 200 embarcações no rio da Prata; o naturalista Gerbny; senhorita Aguirre; General brasileiro Dionísio Cerqueira e todos os oficiais que haviam servido na colônia a partir de 1899. Foram estas redes de sociabilidade que possibilitaram as inúmeras discussões e a colheita dos “excelentes apontamentos” que Nascimento pôde fazer na noite do “jantar à ibérica”.

Contudo, a idéia do parque nacional não foi recebida como uma novidade por Nascimento. Na seqüência da narrativa, ele expõe seus sentimentos de impotência diante do adiantado planejamento argentino sobre a região e estabeleceu que a originalidade desta idéia fora do capitão brasileiro Edmundo de Barros.

Mas, se não podemos, nós brasileiros, por enquanto fazer de nossa parte alguma cousa que demonstre certo zelo pelo que nos pertence, aproveitando a prodigalidade de nossa natureza, reste-nos o consolo em afirmar que a primeira planta construída nesse sentido pertence ao official do nosso exercito, capitão Edmundo Barros, feita em 1897 e cujo original, de uma idéa

⁸⁴ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira...* Op.cit., p.130.

admirável de beleza e fácil execução, indo parar nos gabinetes do governo argentino, provocara os seus zelos, adeantando-se com tal projecto.⁸⁵

As afirmações acima nos colocam diante de alguns fatos intrigantes: o primeiro é a afirmação de que o Brasil não zelava pelas cataratas; o segundo é a explícita “rivalidade” com o país vizinho; e o terceiro e mais instigante, extremamente ligado ao segundo, é a autoria de um projeto de parque anterior ao que se desenvolvia na Argentina e ainda, que este se originou daquele. O primeiro e o segundo não nos são novidade, pois, em todos os relatos de viagem, a construção discursiva em torno do abandono da região e das formas de domínio estrangeiro sempre emerge nas discussões em torno da exploração assistida e consentida pelas autoridades brasileiras. No entanto, o terceiro ponto, lança possibilidades de traçarmos, a partir desta fonte, alguns apontamentos sobre as relações políticas que se travavam entre militares brasileiros e autoridades argentinas a partir de assuntos relacionados à constituição das paisagens ligadas ao rio Iguazu, sejam elas as cataratas ou o conjunto florestal que circundava o rio.

Sobre a presença, na narrativa, de certa “rivalidade” com o país vizinho nas questões relacionadas à fronteira oeste e, neste caso, especificamente nos conflitos pelos domínios da paisagem, não é nosso objetivo buscar começos ou contribuir na construção de um nacionalismo totalmente fora de lugar. Basta, para nossos intentos, perceber que essa questão, vez ou outra, emerge em narrativas que reconstroem discursos que repetem ou ecoam essa temática com um objetivo claro de tornar essa região habitada, colonizada e inserida nos domínios da República do Brasil. Por outro lado, entendemos que, constituída no discurso, a rivalidade pode modificar sensibilidades e impulsionar ações políticas estabelecendo relações e, possivelmente, alterar situações sociais. Neste sentido, a narrativa de Nascimento e de todos os outros viajantes que nos possibilitam, pela sua escrita tão cheia de embates, essa relação de disputa, deslinda a construção, primeiramente no discurso, da necessidade de ações políticas que estabelecessem transformações sociais. As narrativas nos mostram que, enquanto o Brasil não se apossava de uma “prodigalidade da natureza”, a Argentina apresentava ações que incutiriam diretamente no espaço natural pertencente aos dois países. Os relatos muitas vezes apresentam um “desabafo” diante da impotência de um viajante que percebia as possibilidades de aproveitamento do espaço e a impossibilidade desta

⁸⁵ NASCIMENTO, Domingos Virgílio do. *Pela fronteira...* Op.cit., p.129-130.

utilização devido à precariedade social, política e administrativa da região que detinha tais recursos. E mais ainda, por notar que havia no Brasil competência para planejar essas ações de aproveitamento, como nos mostrou Nascimento no caso do plano do parque traçado ainda em 1897 por Edmundo de Barros. Convém lembrar que a legenda da Figura 16, estabelecia não apenas a formação das Cataratas, mas também todo o entorno florestal que deveria ser transformado em Parque Nacional: “[...] Schema apresentado segundo planta de estudos feitos no anno de 1897 para servir na demarcação de uma sede urbana do futuro Parque Nacional do Iguassú pelo diretor da Colônia Militar de Foz do Iguassú [...]”.⁸⁶ Desta forma, as relações entre o projeto de Thays e o esquema de Barros merecem maior discussão.

Sonia Berjman, ao discutir o projeto do *Parque Reserva Del Iguazú* dentro da obra de Charles Thays, afirma que a idéia do Parque Nacional que Thays precursoramente planejou foi recolhida de uma iniciativa do Brasil no ano de 1897. A autora não detalha em que consistia essa “iniciativa brasileira” de parque, “recolhida” em 1897, – que sabemos ser o esquema detalhado na Figura 16 – o que reforça a afirmação de Nascimento de que Edmundo de Barros teria formulado um projeto desta natureza. Contudo, segundo Berjman, os moldes do parque planejado por Thays foram inspirados essencialmente pelo Parque de Yellowstone, criado nos Estados Unidos em março de 1872,⁸⁷ e nos que depois se instalaram na Austrália e no Canadá com “um prolijo relevamiento de los lugares em que podrían colocarse puentes y pasarelas, así como los puntos de observación más adecuados”.⁸⁸

Além das afirmações de Berjman sobre a iniciativa brasileira de um Parque Nacional, idéia colhida e realizada pelo governo argentino, existe outra alusão à autoria do projeto do parque numa das obras de Florêncio de Basaldúa, importante estudioso da história dos povos pré-colombianos da América do Sul entre fins do século XIX e início do XX. Ao visitar as Cataratas do Iguazu, no final do século XIX, Basaldúa narra que se deparou com a inscrição em uma pequena tábua pregada numa árvore do lado brasileiro com os dizeres “Entrada do Parque Nacional do Iguazu”. Segundo este autor argentino, tal inscrição era obra do chefe da Colônia Militar do Iguazu:

⁸⁶ BARROS, Edmundo. Schema dos grandes saltos do Iguassú... *Op.cit.*

⁸⁷ O Parque de Yellowstone foi o primeiro parque nacional do mundo. Cf. HAINES, Aubrey L. *The Yellowstone Story: a history of our first National Park*. Niwot: University Press of Colorado, 1996.

⁸⁸ BERJMAN, Sonia. Plazas y parques de Buenos Aires... *Op.cit.*, p.136.

Pocos metros adelante vi um cartelon clavado al tronco de um arbol por el jefe de la colônia militar Del Uguazú, com esta leyenda: “Entrada al Parque Nacional”. La tablilla há sido escrita inspirando-se su autor em la lectura descriptiva de aquel outro maravilloso parque de Yelowston, que La sabia prevision Del gobierno norte-americano há conservado fiscal para recreo e admiracion de los hombres capaces de sentir lãs belezas de la naturaleza. Ojalá el gobierno brazileiro decrete igual medida, conservando la propiedad de las tierras adjacentes á la catarata del Uguazú, para entregarlas á la admiracion universal.⁸⁹

Desta forma, na concepção de Edmundo de Barros, o entorno das Cataratas do Iguazu era um Parque Nacional já no final da década de 1890. Por mais que não o fosse de direito, para ele era de fato, afinal, a placa indicativa do início do “parque” avistada por Basaldúa insere justamente esse ideal do chefe da colônia militar. Conforme apontou Basaldúa, a inspiração para o projeto de Barros também foi o Parque de Yellowstone, dos Estados Unidos da América, o que densifica a análise sobre a postura de Nascimento no que se refere ao papel de Barros na realização do parque nacional projetado na Argentina por Charles Thays.

Na Figura 21, tem-se uma amostra do traçado geral feito por Thays, contendo o levantamento da área, as divisas, a localização dos rios Iguazu e Paraná, as nuances topográficas da região e serve de noção para o tamanho do empreendimento que o governo argentino faria na região. Esta planta faz parte do acervo do Ministério da Agricultura da Argentina e foi entregue por Thays em 1912 que também a apresentou na conferência realizada em Paris no mesmo ano. Segundo Berjman, de onde extraímos a imagem, este plano mostra um “complejo conjunto de centros urbanos, quintas agronômica y de recreo, estación zoológica, equipamiento turístico, línea de ferrocarril, etc”.⁹⁰

⁸⁹ BASALDÚA, Florencio de. *Pasado, presente, provenir del territorio nacional de Misiones*. La Plata [Prov. de Buenos Aires] : [s.n.], 1901. *Apud* SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.131.

⁹⁰ BERJMAN, Sonia. *Plazas y parques de Buenos Aires... Op.cit.*, p.135.

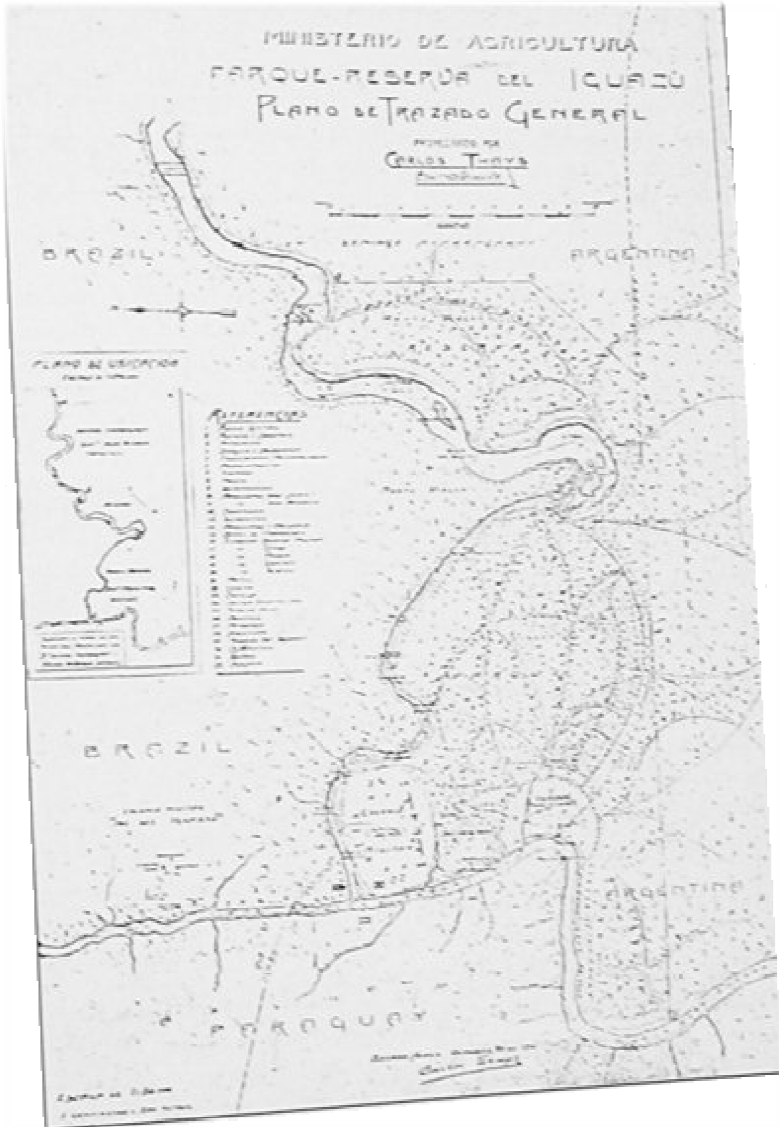


FIGURA 21. Planta Geral do “Parque-Reserva del Iguazú”
 FONTE: Thays (1912)

É importante notarmos ainda que Berjman distingue “idéia” de “plano” acerca do parque nacional, pois, como vimos, esta autora afirma

a existência de uma “idéia” recolhida da iniciativa do Brasil e defende a efetivação desta “idéia” através do “plano” feito Charles Thays. A dúvida que persiste é a de como se deu esse “recolhimento” de idéia, pois Nascimento afirmou que Edmundo de Barros fez uma “planta” de parque que “indo parar nos gabinetes do governo argentino, provocara os seus zelos, adeantando-se com tal projecto”.⁹¹

Essa discussão aponta para o que queremos chamar a atenção naquilo que estabelecemos como o terceiro fator intrigante que a afirmação de Nascimento nos traz. O de que, de alguma forma, as relações entre militares brasileiros e representantes do governo argentino eram estreitas em fins do Século XIX e início do XX na Colônia Militar da foz do Iguçu. Seria necessário um estudo mais profundo nesta questão, com acesso a fontes na Argentina para conseguirmos precisar com propriedade como se estabeleciam as redes de sociabilidade entre brasileiros e argentinos nesta colônia militar. Contudo, os autores dos relatos analisados nesta pesquisa afirmam em vários momentos, que a língua e os costumes empregados no cotidiano dos moradores da colônia militar eram muito mais platinos que brasileiros.

Além disso, entendemos que, se Edmundo de Barros construiu um projeto de parque nacional para o Brasil e que essa idéia despertou também o interesse do governo argentino, é provável que outras relações se travassem na fronteira, além das que ditavam costumes e línguas. Não podemos esquecer que, como a região era desprovida de recursos financeiros que suprissem as necessidades básicas da colônia, os dirigentes brasileiros necessitavam constantemente negociar com os povos platinos e nessas “negociações” poderiam ocorrer muitas trocas de favores e interesses. Conforme bem apontou Antonio Myskiw, o governo de Edmundo de Barros foi bastante conturbado, sendo que o cargo de Direção foi ocupado apenas interinamente entre agosto de 1894 e outubro de 1897.⁹² Basta lembrarmos que em 1892 quando Muricy visitou a colônia, Barros era apenas o vice-diretor. No entanto, por conta da Revolução Federalista no Paraná, a colônia sofreu um forte abalo entre os meses de junho a agosto de 1894, quando 400 soldados sob o comando de José Serafim de Castilho invadiram a colônia quando tentavam fugir da forças legalistas de Floriano Peixoto.⁹³ Por conta deste

⁹¹ NASCIMENTO, Domingos Virgílio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.130.

⁹² MISKYW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem... Op.cit.*, p.152.

⁹³ Sobre a Revolução Federalista no Paraná cf. BORMANN, José Bernardino. *Dias fratricidas: memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná*. Curitiba: Typographia da Livr. Economica Annibal, Rocha & C.(Typ. da Liv. Eco.), 1901; CARNEIRO, David. *O cerco da Lapa e seus heróis: Antecedentes e conseqüências da revolução federalista no Paraná*. [Rio de

evento, a população fugiu, abandonando casas, roças, animais, benfeitorias,⁹⁴ e o Major Manoel Luiz de Mello Nunes, então diretor da colônia, pediu a exoneração.⁹⁵

Foi neste contexto de extrema fragilidade política e econômica que Edmundo de Barros acabou sendo nomeado diretor da Colônia Militar do Iguaçu e, como não podia contar com os recursos do governo brasileiro, acabou travando uma série de relações com comerciantes e autoridades argentinas, conforme explica em carta enviada para seu sucessor na direção da colônia, Joaquim de Salles Torres Homem:⁹⁶

E é do estrangeiro que ainda nos vem alguma coisa, sempre fiada, como alimentação e utensílios por causa de várias medidas que tomei a fim de, protegendo os colonos, entreter a vinda dos vaporzinhos argentinos, únicos que sobem por estas, enquanto houver para elles algum cedro e herva matte. D'estes productos locais nenhum outro lucro se poderia auferir para esta direcção.⁹⁷

Através deste fragmento percebe-se que em nome da “proteção dos colonos”, a direção da colônia abria mão de determinadas regras a fim de que os vapores argentinos continuassem a atracar nas barrancas dos rios Paraná e Iguaçu, pois era deles que vinha tudo o que a colônia precisava. Entendemos que esta dependência quase que exclusiva da presença estrangeira fez com que Barros travasse diálogo e trocasse idéias, entre elas, seus projetos do Parque Nacional. Obviamente essas discussões não podem ser aqui conclusivas, pois, embora esta questão tenha nos provocado bastante, nossas fontes ainda não nos permitem isso. Contudo, o modo como as idéias ou plantas de constituição de um parque nacional nas cataratas do Iguaçu, formuladas por Edmundo de Barros em 1897, foram parar nos gabinetes do governo argentino constitui uma questão que pode gerar muitas discussões. Para nós,

Janeiro]: Ed. Ravaro, 1934; POMBO, Rocha. *Para história: notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1980; SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, CEFET-PR, 2005.

⁹⁴ NASCIMENTO, Domingos Virgílio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.113.

⁹⁵ MISKYW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem... Op.cit.*, p.152.

⁹⁶ Para informações biográficas e das atividades de Torres Homem como diretor da Colônia Militar do Iguaçu cf. FREITAG, Liliane da Costa. *Impressões de um dirigente... Op.cit.*, p.195-198.

⁹⁷ BARROS, Edmundo Francisco Xavier de. Carta enviada a Joaquim de Salles Torres Homem. [fragmento] In: FREITAG, Liliane da Costa. *Impressões de um dirigente... Op.cit.*, p.206.

importa o levantamento deste dado na narrativa de Nascimento, pois contribui para o estabelecimento de toda uma teia discursiva que tem como ponto de partida o rio Iguaçu, em sua interface “cataratas”.

Depois da noite marcada por discussões densas de onde colheu apontamentos sobre os planos futuros reservados à região das cataratas, Nascimento prossegue sua viagem rumo aos saltos do Iguaçu, numa manhã nublada, brumosa e úmida. O caminho descrito entre a casa de D. Jesus Val e as cataratas era de dez quilômetros percorridos em meio a uma selva que ostentava uma arcaria de folhagens, semelhando abobadas de velhos templos com suportes majestosos de grandes troncos nus. Para completar a narrativa idílica e romanceada da floresta, Nascimento descreve o balanço de guirlandas de trepadeiras em flor, festões de heras e orquídeas que pendiam dos fustes das ramadas.⁹⁸

A primeira descrição das cataratas por Nascimento é feita a partir do som produzido pelas quedas. No interior da floresta, sem acesso visual ainda, o ruído foi o primeiro contato entre narrador e o motivo de sua narrativa construída a partir do que ia tocando seus sentidos, primeiro o som, depois a visão e por fim, o toque ao que ele chamou na introdução do livro “o dorso rumoroso das catadupas do Iguassú”. É interessante percebemos a sensualidade do discurso de Nascimento no tocante a narrativa sobre a chegada às cataratas:

Mas a 3 kilometros do centro da matta, de repente, como uma orchestra infernal de urros de feras irrompe, apavorando o neophyto que pela primeira vez se aproxima daquellas provas de kabalismo tropical, em toda a sua ampla e intensa brutalidade estertorante, e onde elle deve penetrar impellido por forças extranhas, olhos forrados pela cegueira dos deslumbramentos.⁹⁹

A construção discursiva em torno de elementos contraditórios é uma marca na narrativa de Nascimento. Para ele, as cataratas estão num limite entre o divino e o infernal, entre o suave e o bruto, entre o horror e o deslumbre. A trama no discurso emerge ante uma experiência sensorial que quer se construir como indescritível e inenarrável, forçando assim o leitor a entender que só a presença possibilitaria o entendimento à descrição. Desta forma, assim como Muricy, Nascimento acopla à paisagem das cataratas a necessidade da visita, do “ver com os próprios olhos”, sentir com a bruma e ouvir a orquestra que

⁹⁸ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira...* Op.cit., p.131.

⁹⁹ Ibidem, p.132.

se assemelha a uma infernal junção de urros. É o corpo, com toda a sua sensualidade, que constrói a paisagem na narrativa de Nascimento, não há um apelo apenas ao visual, mas ao sensorial como um todo, à presença corpórea junto aos saltos.

Esta ênfase do “sentir mais perto” as quedas é percebida quando Nascimento tem acesso ao visual delas, a aproximadamente um quilômetro de distância, sobre um pequeno planalto que lhe serviu de mirante. A descrição do que enxergava não lhe era suficiente, pois queria chegar o mais próximo possível da margem do rio que despencava.

Do pequeno planalto de uma eminencia por uma larga extensão de muitos kilometros, quasi ao mesmo nivel ao que me encontro, vejo com olhos deslumbrados longa curva branca de immensas catadupas precipitando-se de queda em queda por desvãos de negros rochedos; umas que descem a pique, na perspectiva de bacias em transbordo; outras rolando de mesa em mesa das penedias, se espadanam tanto que se desfazem em milhões de gottas enchendo o ar de nevoeiros espessos, outras ainda semelhando multidões de esguichos que irrompem de valvulas desconhecidas, elevam-se nas alturas e caem sobre os abysmos em campanulas rebrilhantes de grandes repuxos. Toda essa poderosa e formidavel massa d’agua de 276 cataractas se precipitando em forma de amphitheatro do alto da extensa curva de rochedos, vae reunir-se no fundo do despenhadeiro, de 70 metros de altura, cavado entre muralhas de granito.¹⁰⁰

A forma de caracterizar as cataratas neste trecho demonstra bem as mudanças ocorridas entre a viagem de Muricy e a de Nascimento. Esta segunda já consegue avistar as cataratas de pontos muito distintos, capazes de construir a noção do “anfiteatro” de quedas, o que só é possível a partir de uma perspectiva panorâmica dos saltos. Desta forma, o pequeno planalto que possibilitou a observação deste ângulo das cataratas representa, já no início do Século XX, uma profunda mudança no trajeto e nos locais de visualização, promovendo o início do que será considerado o *plus* da visão pelo lado brasileiro que é o panorama. No entanto, mesmo privilegiando a visão panorâmica, Nascimento não se

¹⁰⁰ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.132-133.

furta à obrigação de informar o nome de cada salto dos quais citou “Brazil”, Tiradentes, 15 de Novembro, Andradas, Silva Jardim, “Bocayuva”, Rio Branco, Gonçalves Dias, Castro Alves, Benjamin Constant e Deodoro. Desta forma, percebe-se que a denominação dada por Muricy e Edmundo Barros ainda vigorava no tempo da visita de Nascimento, pois ele afirma em sua narrativa que a explicação de cada canal e o nome dos saltos fora-lhe explicado pelos companheiros da viagem. Há de se assinalar a exceção do salto Castro Alves que não aparece na narrativa de Muricy, mas no esquema apresentado por Edmundo de Barros já aparecia com este nome o salto que ficava entre o Gonçalves Dias e o Benjamin Constant.

No entanto, Domingos Nascimento explica que a primazia dos batismos cessa diante da preferência de outros. Assim, a escolha dos nomes deslinda posturas políticas de valores a personagens e acontecimentos que se quer cultivar em determinada época. Aqueles nomes dados por Muricy e Barros em 1892 já não representavam, na época da visita de Nascimento, os anseios da classe política e intelectual que sempre procurou constituir a paisagem através das suas narrativas de viagem. Outros nomes emergiram no cenário político, principalmente a figura “imponente” de Floriano Peixoto cujo nome passou a integrar vários saltos antes nominados individualmente, como explica Nascimento:

Não mais o Brazil, o 15 de Novembro, o Benjamin Constant; – esta poderosa cataracta, vista de perfil, é agora o Floriano Peixoto, aquela outra que divide as aguas por dois canaes é o União, aquela ainda que remanesce por tras da ilha é o America.¹⁰¹

Além disso, pela primeira vez aparece a nomeação do canal de cerca de 70 metros de altura, onde as águas dos maiores saltos se juntam. Na narrativa de Muricy esse espaço era o “caixão de pedras” ou a “grande calha”, já na descrição de Nascimento, esse canal aparece como “Garganta do Diabo”:

O largo e profundo caixão redemoinha ondulante, espumejando como iroso de tanto assanho de catadupas que revolvem os seus arcanos. Esconsa e negra garganta – a Garganta do Diabo – em extravasamento dá sahida ao pavoroso turbilhão

¹⁰¹ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.134.

que por uma legua afora rugue impetuosamente formando rápidos e maravilhosas corredeiras.¹⁰²

Como se percebe, a narrativa não possibilita a discussão sobre as “origens” da denominação que consideramos paradoxal, por inserir no mesmo local as denominações tão contraditórias de “Santa Maria” e “Diabo” no que se refere à tradição cristã-católica tão vigente no Brasil daquela época. No entanto, diante do discurso de Nascimento tão marcado de elementos contraditórios no que diz respeito à constituição da paisagem das cataratas, é perfeitamente compreensível a inserção deste paradoxo, assim como é a noção de “paraíso do assombro” e de “orquestra horrísona”. O fato instigante nesta parte da narrativa é o de que, quando Nascimento discute o batismo dos saltos, ele procura inculcar juízos de valor a cada um dos homenageados, mas no tocante ao “batismo” do caixão de pedra como “Garganta do Diabo”, a única menção é a da citação acima, o que nos possibilita apenas questionar de forma especulativa o surgimento desta denominação.

O certo é que Nascimento não teve o interesse de detalhar minuciosamente os lugares e as suas denominações e isso é possível percebermos diante de uma descrição breve das características, mas longa e densa das pulsões sensíveis do corpo diante de tal “assombro” da natureza. Logo depois de inserir em seu texto a noção da vista panorâmica, ele tratou logo de pormenorizar desejos e sentimentos que o atraíam à beira do abismo.

Mas eu preciso descortinar alguma cousa mais; até aqui contemplo essa maravilha a distancia de 1 kilometro, em terra firme, ainda que o solo estremeça em trepidações constantes como abalado de continuo por forte terremoto. Desço a collina e contorno os precipicios. Vou a borda do abysmo, quero sentir os effeitos dessa attracção irresistivel, e se possível fosse...¹⁰³

A escrita notavelmente política dos primeiros dias descritos na colônia, dá lugar a um texto poético quase delirante diante das quedas d’água do Iguaçu. Pelo discurso inscrito na narrativa, Nascimento apresenta uma paisagem abissal onde não pode haver fronteiras nem propriedades. Na mistificação deste espaço, esquecem-se os problemas, extinguem-se os conflitos e emerge apenas a mediocridade humana diante da natureza. Aqui cabe bem o que afirmou Maria Prado, cuja

¹⁰² NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.133.

¹⁰³ Idem.

citação serve de epígrafe para este capítulo, de que a natureza exerce fascínio e provoca medo por seu incontrolável poder sobre a vida humana, pois a postura de Nascimento na construção da paisagem das cataratas é a de um ser minúsculo cujo espírito é abalado, adoecido e alucinado por uma atração quase fatal exercida pela própria paisagem. A narrativa ganha nuance de tragédia quando ele encerra o parágrafo com reticências, dando margem para o leitor pensar sobre a possibilidade de suicídio diante do fascínio causado pelas catadupas.

Deste local, Nascimento conseguiu vislumbrar cada salto com suas particularidades e o nome que cada um deles recebeu, mas o atordoamento vertiginoso causado pelas imagens dos saltos e do abismo lhe retinha toda a atenção. No momento em que Nascimento fora apresentado aos saltos com suas respectivas denominações ele afirma que seu “espírito enfermiço” não lhe “permittia indagar áquella hora qual a preferencia desses estranhos baptismos, – que o sonho do Desejado obcecava todos os sentidos e enfibrava todas as forças brutas de allucinado pelo irresistivel, – de ver”.¹⁰⁴

“Ver” significava muito mais, nesse momento, que “refletir”, ou ainda, os saltos representavam mais que as denominações, pois emocionavam profundamente seu coração e seu espírito “de uma sensibilidade objectiva, limpida e fina”.¹⁰⁵ Além disso, podemos pensar que “ver” se relaciona diretamente à imagem e esta a um mundo de possibilidades imaginativas que só poderiam ser percebidas por uma linguagem poética, enquanto “refletir” estaria mais relacionado ao entendimento, ao raciocínio, à ciência. A linguagem do “ver” é a linguagem dos sentidos, enquanto a do “refletir” é a linguagem da razão que, como vimos, foi profundamente abalada diante das sensibilidades do autor no momento do encontro com a paisagem.

O certo é que, a intenção de Nascimento nesta parte da narrativa, é passar ao leitor o que se sentia diante das cataratas. As lembranças transformadas em texto referiam-se às imagens que tanto afetaram seu corpo, sua imaginação, sua atenção e até mesmo, sua forma de escrever, um tanto exagerada nos adjetivos, paradoxos e contradições. A postura de Nascimento se assemelha a de um poeta que busca declamar, em prosa ou verso, o espaço que considerou maravilhoso ao mesmo tempo em que assombroso. Contudo, esse discurso tão impregnado de fatores próprios do autor, do que poderíamos até chamar de expressões de sua individualidade, estava inserido num objetivo maior de levar ao público,

¹⁰⁴ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira...* Op.cit., p.134.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p.135.

isto é, à coletividade, informações sobre o espaço. E é neste sentido que, no meio desses “devaneios” poéticos de Nascimento, ele insere um corte, uma mudança brusca em sua narrativa, passando das descrições sensoriais a dados técnicos sobre o rio Iguazu e sua descrição física e às cataratas com suas características dos saltos, o que há no lado brasileiro e no argentino. E é com esta característica que ele procurou encerrar seu rico texto sobre as cataratas, voltando à linguagem inicial permeada pelas questões de limites, fronteiras e conflitos.

Do lado brasileiro a perspectiva é mais ou menos esta: a volumosa massa d'água desce com formidáveis bramidos das bordas dos rochedos e de uma altura de 70 metros, indo por momentos repousar na primeira plataforma, em seguida bifurcando por enormes cavas redemoinhando por dentro de largos pilões, deslizando por estruturas sinuosas, indo finalmente precipitar-se na garganta comum, profunda e escura, e onde se reúnem todos os saltos, quer brasileiros, quer argentinos. Os paredões da *Garganta do Diabo* medem 90 metros de alto. [...] Até o presente ainda não estão bem conhecidas todas as quedas do Iguassú, em virtude da impossibilidade de atingir os pontos donde poderiam ser seriamente observados [...] Os capitães Edmundo e Muricy, e hoje, d. Jesus, arrojados e intrepidos, têm sido os únicos exploradores desses medonhos recondidos.¹⁰⁶

Nascimento assinala ainda, que havia duas comissões, uma argentina e uma brasileira, a fim de estudar a localização das cataratas e a quem pertenciam os saltos. Segundo ele, até junho daquele ano (1903) não ocorrera nenhum atrito entre as mesmas. Em setembro é que as duas comissões iriam levantar a planta dos saltos e sondar os seus canais. Contudo, segundo Domingos, independente de onde estivesse ou se definisse a linha divisória (talvegue), as mais belas e poderosas cataratas pertenciam ao Brasil. Em número de quedas, o lado argentino ganharia a palma, porém,

de um ou de outro modo, os mais importantes saltos ficarão sempre nossos, pois estão na margem brasileira. O que ainda mais nos deve encher de orgulho é essa prodigalidade da

¹⁰⁶ NASCIMENTO, Domingos Virgílio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.139. (grifo no original)

natureza e nos favorecer com a posição, somente de onde pode ser visto o que as cataractas possuem de mais bello em panorama. Quer isto dizer que o semi-circulo das cataractas só pode ser contemplado, na sua maravilhosa grandeza do lado da barranca brasileira.¹⁰⁷

Desta forma, Nascimento volta às questões políticas assinalando as noções de pertencimento e disputas pelo domínio do espaço, o que, de certa forma, havia sido esquecido no início da descrição dos saltos. Nascimento procura encerrar essa parte do diário de viagem reafirmando sua crítica ao abandono deste território por parte do governo brasileiro e sua postura de vigília diante das inferências estrangeiras na fronteira.

Os argentinos só esperavam recolher o que lhes pertence, para sobre essas maravilhas extender o seu grande Parque Nacional, emquanto que nós lá deixaremos no abandono por muitos annos ainda a mais bella e prodigiosa obra da natureza cavada no seio das rochas paranaenses.

Sendo assim, a construção discursiva que visou constituir a paisagem das cataratas do Iguaçu na narrativa de Nascimento se entrelaçou ao tema “abandono e domínio estrangeiro na fronteira”. Um discurso notadamente político e com o objetivo de tornar paranaense o território da Colônia Militar do Iguaçu, até então sob a responsabilidade da União.

2.3 MANOEL AZEVEDO SILVEIRA NETTO: CATARATAS, RECURSOS FLORESTAIS E REGIÃO

Outro grande divulgador das belezas das cataratas do Iguaçu no início do Século XX foi o intelectual paranaense Manoel de Azevedo Silveira Netto (1872-1942). Nascido em Morretes, Silveira Netto mudou-se para Curitiba aos sete anos e ali morou até seu ingresso, por concurso, na Fazenda Federal. Antes disso, estudou humanidades e cursou a Escola de Belas Artes de Curitiba. Foi poeta, escritor e cronista, o que lhe rendeu uma cadeira nas academias Paranaense e Amazonense de Letras, sendo considerado um grande poeta do

¹⁰⁷ NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira... Op.cit.*, p.140.

Simbolismo brasileiro.¹⁰⁸ Sempre voltado à poesia, cuja obra marcante da vida e do próprio período simbolista brasileiro foi *Luar de Hivero* (1900), considerado por José Cândido de Andrade Muricy “um dos mais requintados livros do Simbolismo brasileiro, pela qualidade da emoção”,¹⁰⁹ Silveira Netto se voltou às características naturais de seu estado natal para constituir importante obra narrativa intitulada *Do Guayrá aos Saltos do Iguassú*.¹¹⁰

No entanto, a narrativa de Silveira Netto nos instiga não apenas por seu caráter alusivo e descritivo de uma paisagem singular do estado do Paraná, mas principalmente, por inserir nessas descrições de paisagens uma rede de relações conflituosas que vai desde os maus tratos aos recursos florestais da região à já conhecida disputa com a Argentina na utilização das cataratas como recurso turístico. Nesta obra, Silveira Netto critica o relacionamento dos governantes com os bens naturais do país, sem a preocupação de divulgar ou tornar estes espaços de natureza exuberante conhecidos no território nacional.

A discussão proposta por Silveira Netto no início do Século XX em torno dos bens naturais de uma região “esquecida” do Brasil se encaixa perfeitamente nos objetivos desta tese sobre o rio Iguaçu e no recurso metodológico proposto de seguir as mudanças discursivas em torno deste rio. Seus apontamentos sobre a região a constituem e a divulgam num interesse visível de construir símbolos e representações ao estado do Paraná. Assim como os outros autores analisados neste capítulo, Silveira Netto constrói um discurso que não se resume apenas

¹⁰⁸ Considerada por Massaud Moisés uma das épocas literárias mais complexas do Brasil, o Simbolismo, constitui-se como uma tendência estética em moda no final do Século XIX e início do XX. Não é nosso objetivo aqui estabelecer numa nota o que representou o Simbolismo para a literatura no Brasil. Apenas informar nosso leitor que essa “tendência estética” foi influenciada pela proposta de Baudelaire de fazer uma poesia desmistificada e própria de um homem angustiado por uma existência sem deuses ou mitos válidos, e pela noção de Decadência de Paul Borget que via a sociedade corroída por uma “civilização deliquescente”. Cf. MOISES, Massaud. *O simbolismo (1893-1902)*. São Paulo: Cultrix, 1966, p.14, 21-23. Segundo Ângela de Castro Gomes, no Brasil, o Simbolismo foi uma reação romântica que combatia cientificismos e clamava por liberdade de espírito: “uma reação estética, não menos questionadora que o romantismo combatente dos valores racionalistas do Século XVIII, mas muito menos impactante socialmente”. Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.34.

¹⁰⁹ MURICY, José Cândido de Andrade. Algumas opiniões. In: SILVEIRA NETTO, Manoel da. *Luar de Hivero (1895-1900)*. Nova Edição. Rio de Janeiro: Edições Alba, 1927, p.172.

¹¹⁰ O livro em questão não trata apenas das Cataratas do Iguaçu. O autor constitui também a paisagem das quedas do rio Paraná em Guafira, as Sete Quedas, submersas na década de 1980 pela construção da Hidrelétrica de Itaipu. Contudo, analisaremos apenas as alusões e discursos voltados às Cataratas do Iguaçu, muito embora, o sentido do texto para uma e outra queda d’água seja muito semelhante.

a uma narrativa romântica e descritiva deste território de quedas d'água. Suas críticas são atuais, mesmo estando baseadas em dados e fontes coletadas no início do século passado e nos levam a uma releitura do espaço do que hoje é considerado uma das mais belas paisagens do planeta.

O livro publicado em 1914 é, na realidade, um apanhado de textos e documentos organizados por Silveira Netto desde abril de 1905, ano em que, por conta de seu cargo de 1º Escriurário da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Paraná na Fazenda Federal, foi enviado à Colônia Militar do Iguaçu com o intuito de instalar a Mesa de Rendas Federais da Foz do Iguaçu.¹¹¹ Desta forma, passou a conhecer e defender a região oeste do Paraná, criticando seu abandono e divulgando as belezas naturais daquele território cercado pelas águas dos rios Paraná e Iguaçu. Porém, foram suas ligações com os intelectuais ligados ao Simbolismo que o impeliram, em 1910, a realizar uma conferência sobre os saltos “guayrá” e “iguassú” num evento organizado por Nestor Victor¹¹² que se chamou “Sabbados Literários”. Tais conferências realizaram-se no salão nobre da Associação dos Empregados no Comércio, do Rio de Janeiro, na Avenida Central, hoje Rio Branco.¹¹³

Segundo Silveira Netto, ficara sob sua responsabilidade, num destes sábados, uma conferência sobre os *Saltos do Iguaçu*, o que originou uma narrativa das impressões que ele recebera “ante o assombroso espectáculo das grandes cachoeiras, e mais da flora opulenta e dos aspectos que, durante um anno, observara e admirara no longinquo recanto da patria brasileira”.¹¹⁴ Diante do sucesso que obteve sua conferência entre os ouvintes e das ótimas críticas publicadas nos jornais cariocas em outubro de 1910, Silveira Netto resolveu organizar um livro juntando à sua narrativa algumas fotografias de Aristides de

¹¹¹ A Mesa de Rendas Federais da Foz do Iguaçu foi criada pelos decretos legislativo nº 1.209, de 31 de julho de 1904, e executivo nº 5.283, de 9 de agosto do mesmo ano.

¹¹² Nestor Victor dos Santos (1868-1932) nasceu no Paraná, mas desde 1891 fixou moradia no rio de Janeiro. Poeta, escritor, ensaísta, contista, conferencista e crítico, é um personagem que contribuiu bastante para a difusão dos autores e das idéias do Simbolismo. Foi um grande estudioso da obra de Cruz e Souza e pertenceu ao grupo *Festa*. Para mais detalhes e referências bibliográficas sobre Nestor Victor cf. MELLO, Sílvia Gomes Bento de. *Esses moços do Paraná*: livre circulação da palavra nos albores da república. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2008, p.28.

¹¹³ Segundo Silveira Netto, além dele foram conferencistas nestes encontros os seguintes intelectuais: Nestor Victor, J. Brito, Collatino Barroso e Ernesto de Oliveira. Cf. SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.9.

¹¹⁴ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.10.

Oliveira. Sendo assim, em 1914 é publicada a primeira edição de *Do Guayrá aos Saltos do Iguassú* com a inserção de imagens fotográficas sobre as cataratas do Iguaçu, certamente um recurso que revolucionaria a divulgação da paisagem constituída até então, no Brasil, somente pela narrativa.

É importante ressaltar que Domingos Nascimento também publicou um livro em 1914 com fotografias das Cataratas do Iguaçu e das Sete Quedas, muitas das quais são as mesmas utilizadas no livro de Silveira Netto, principalmente as de autoria de Aristides de Oliveira. No entanto, a obra de Nascimento, cujo título é *A hulha branca do Paraná*, não se limitou às cataratas ou sete quedas. Ele destaca também quedas d'água presentes em outros rios paranaenses, enfatizando a força hidráulica destes saltos, como bem definiu o título da obra. Como vimos acima, Domingos Nascimento e Silveira Netto partilhavam ideais semelhantes e acabaram, por vezes, convivendo no mesmo grupo de intelectuais paranaenses do início do Século XX. Conforme destacou Sílvia Mello, Nascimento era uma referência aos intelectuais paranaenses que viveram sua juventude no momento em que “emergia a livre circulação da palavra” (fins do século XIX e início do XX), entre eles Silveira Netto. Era “mais velho que eles, com obras publicadas e contribuições constantes nos periódicos locais”, mas esse fato não o impediu de nutrir simpatia pelos “moços inclinados às letras” e contribuir para o movimento intelectual que representavam.¹¹⁵

Tanto Silveira Netto quanto Domingos Nascimento utilizaram fontes semelhantes para comporem seus textos. Ambos conheceram as duas quedas e a região a que elas pertenciam, partilhavam quase o mesmo estilo literário e inseriram, quiçá pela primeira vez, fotografias de paisagens que anteriormente eram apenas descritas nas narrativas. Nascimento já havia registrado suas angústias e críticas quanto à situação da fronteira em 1904, das quais muitas serão atualizadas por Silveira Netto que acabou acrescentando outras. Desta forma, entendemos que as três narrativas discutidas neste capítulo se inter-relacionam não apenas pelo caráter discursivo de constituição de paisagem, mas, principalmente, porque seus autores dão continuidade a um projeto de divulgação, construção e domínio de território e de suas paisagens. São três formas análogas e ao mesmo tempo distintas de interpretação, pois, embora construam representações de um mesmo espaço, são leituras e interpretações permeadas pela subjetividade de cada narrador.

¹¹⁵ MELLO, Sílvia Gomes Bento de. *Esses moços do Paraná... Op.cit.*, p.70.

Neste sentido, suas narrativas estão impregnadas de relações que não se limitam ao espaço natural ou à realidade social que procuraram “descrever”, pois nelas se insere também o campo das sociabilidades, com a influência das relações de convívio, daquilo que leram e para quem escreveram. Como nos alerta Chartier, embora essas representações aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão elas são sempre forjadas a partir de interesses de determinados grupos. Além disso, estas percepções do social não se apresentam na forma de discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas “que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.¹¹⁶

Por outro lado, seguindo ainda o pensamento de Chartier, todo este processo que envolve percepção e construção de representações constrói um sentido, por isso nossa direção às práticas discursivas presentes nestas narrativas. Embora contraditórias e obedientes a interesses e relações de poder bem delimitadas – que, inclusive, poderiam ser perfeitamente elaboradas através de outros objetos de estudo ou “descrição” que não o rio Iguaçu ou suas cataratas – estas práticas acabam dando significado histórico ao objeto de estudo proposto por esta tese. Isso se deve ao fato de que, como práticas discursivas, são “produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões”.¹¹⁷ Sendo assim, entendemos que a leitura de Silveira Netto sobre a região dos grandes saltos consolida o início de uma história regional pautada nos recursos naturais do território.

Com essas características, entendemos que o livro em questão é um marco para a história da região hoje denominada costa-oeste do Paraná, pois nela estão inseridos, de forma organizada, alguns dos primeiros registros imagéticos deste “território das águas”. De um lado, registros fotográficos da extinta Sete Quedas, muito antes de qualquer especulação em torno da possibilidade de construção da Hidrelétrica de Itaipu, do outro, imagens das quedas do Iguaçu que com tanto esforço Muricy e Nascimento tentaram detalhar nas narrativas. Desta forma, entra em cena, a própria “cena”, o próprio cenário visualmente inscrito nas imagens inseridas entre uma narrativa e outra de Silveira Netto. Este fato, por si só, já legitima a inserção da obra deste autor como mais um dos documentos em que se torna possível a discussão sobre a construção

¹¹⁶ CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. 2.ed. Lisboa: Difel, 2002, p. 17.

¹¹⁷ *Ibidem*, p.28.

das paisagens do rio Iguaçu, agora com discursos também incrustados nas imagens fotográficas inseridas em seu interior. E não são apenas imagens das cataratas que constituem o arsenal imagético-discursivo de Silveira Netto. As 40 imagens inseridas no livro retratam a vegetação, os portos do rio Paraná, as habitações populares, as plantações, engenhos de cana-de-açúcar e as construções utilizadas no beneficiamento da erva-mate, as formas de exploração da madeira, o núcleo populacional da colônia militar do Iguaçu, mapas e plantas dos saltos.

Além das imagens e do texto narrativo, Silveira Netto utiliza também a poesia a fim de ampliar os espaços possíveis e imagináveis para a construção da paisagem das cataratas. Desta forma, ele consegue inserir numa escrita, aparentemente desinteressada, a imagem poética que Nascimento bruscamente cortou no seu texto. Através das imagens poéticas inscritas nas poesias aos rios Iguaçu e Paraná, Silveira Netto amplia as possibilidades de formação discursiva em torno de uma beleza que, segundo ele, deveria ser assumida com o compromisso do zelo e da preservação não apenas de um espaço natural, mas também de um espaço de repercussão cultural. Não é à toa que ele iniciou a sua conferência com a declamação do soneto *Iguassú* de Serafim França,¹¹⁸ escrito especialmente para esse fim e que Silveira Netto também fez questão que estivesse na primeira edição da obra publicada.

IGUASSU'

O rio é ampla caudal de agua macia e limpa !
 Vem de longe a rolar, languido, de onda em onda,
 Aqui marulha, ali na rocha a vaga chimpa
 A espumar e a encobrir thesoiros de Golconda.
 De repente contrae-se e, encapellando-se, impa,
 Encrespa a juba, o dorso empina, ergue e
 esbarronda,
 Rompendo o monte, a rocha eril que, em furia,
 grimpa
 E do alto, heroica, rue a catadupa hedionda
 Do solemne scenario o tragico ribombo
 E' a fanfarra infernal qué entre os caxões detona
 Abalando a amplidão ao formidavel tombo !
 A' frente tudo se abre ao fragor largo e fundo !
 Céde a rocha, a montanha, – é um mar que
 desmorona

¹¹⁸ Poeta e intelectual destacado na sociedade paranaense, Serafim França (1888-1967) foi incluído por Silveira Netto entre os intelectuais “de uma nova geração do Paraná”. Cf. SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.11.

E' pico, n'um furor de avassalar o mundo !¹¹⁹

Além deste soneto sobre o rio Iguaçu, mais especificamente sobre as cataratas, o próprio Silveira Netto insere uma poesia de sua autoria, escrita em 1903 sob o título “Ode ao Paraná”. Nesta longa e densa poesia em homenagem ao cinquentenário da emancipação política do Paraná, recortamos alguns versos sobre o assunto que nos detém nesta tese:

E a natureza, sumptuosa e agreste,
 Canta te ao redor uma epopeia ardente,
 Desde o rio do qual o teu nome trouxeste,
 Marulhando e rodando a ligeira corrente;
 Até a orquestração que ao Infinito brames
 Das cachoeiras que teu seio encerra,
 Quer *Sete Quedas*, quer as do *Iguassu* proclames
 As maiores do mundo, ó minha Terra !
 Um mar em jorro, mar amplo e desfeito,
 Que se despenha d'alto a baixo insano,
 As cataratas – marmor liquefeito –
 São um cartel jogado ao gênio humano.¹²⁰

Ao iniciar sua obra construindo, através de textos poéticos, o espaço que será o objeto de sua narrativa, Silveira Netto utiliza a liberdade do verso para “comunicar”, “narrar” e “apresentar” as paisagens de seu estado natal. As imagens que emergem de suas lembranças e que produzem sua poesia serão o início de um discurso que não fugirá – assim como o das outras narrativas analisadas neste capítulo – de um debate político e repleto de juízos de valor acerca da situação em que se encontrava a fronteira oeste do Paraná. Sendo assim, entendemos que tanto o soneto de Serafim França quanto a ode de Silveira Netto, não estão em seu livro de forma ilustrativa e romanesca. Pelo contrário, fazem parte de um arsenal discursivo a fim de contribuir na trama que será travada durante a narrativa sobre as cataratas do Iguaçu e todos os assuntos que serão discutidos a partir dessa paisagem. Narrativa, poesia e imagem. Eis o arcabouço pelo qual Silveira Netto promoverá a discussão em torno dos rios Iguaçu e Paraná que identificam a região inserida nesse território das maiores cachoeiras do mundo.

¹¹⁹ FRANÇA, Serafim. Iguassú. Poema de [1910]. In: SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.11.

¹²⁰ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. Ode ao Paraná. Poema de 1903. In: _____. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.21.

2.3.1 O início na colônia

Silveira Netto, ao se instalar com sua família, no dia 19 de abril de 1905, numa casa de madeira na barranca do rio Paraná onde funcionava a Mesa de Rendas que administrava, deparou-se com as enormes dificuldades que encontraria para desempenhar seu trabalho de “fiscal” na região.

Luctando com enormes dificuldades para o inicio dos nossos trabalhos, em um lugar onde era escasso até o homem para os misteres rudes da repartição, e desapoitados de qualquer concurso estranho, mesmo da directoria interina da Colonia, para a implantação do regimen e autoridade fiscal naquelle porto de completa franquia, anteriormente, e servindo a duas extensas costas de todo desabrigadas de vigilancia, ali iniciamos uma vida de actividade funcional e de limitados costumes particulares.¹²¹

Certamente, morar neste local representou uma drástica mudança no cotidiano desta família, acostumada à agitada vida social da capital do estado, onde Silveira Netto fazia parte de uma grande rede de intelectuais famosos e atuantes nas expressões artísticas do estado e do país, devido ao seu já consagrado sucesso com o célebre livro de poesias do Simbolismo *Luar de Hivermo*.

Entretanto, mesmo sendo poucas as possibilidades de relações entre aqueles que Silveira Netto considerou como membros de um “círculo social” na colônia, sua narrativa possibilita traçar as primeiras descrições de uma nascente “elite” desta fronteira. Neste sentido, ele vai nominando uma série de personalidades que moravam e visitavam a colônia no início do século passado. Entre estes aparecem comerciantes, proprietários de portos ou fazendas, militares, funcionários públicos e visitantes ilustres, principalmente o fotógrafo Aristides de Oliveira, autor de inúmeras fotografias inseridas no livro. Além disso, mereceu destaque na narrativa de Silveira Netto o “nosso” já conhecido D. Jesus Val

¹²¹ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.58.

proprietario e morador de «Porto Aguirre», na costa argentina, á margem do Iguassú, e que por annos manteve os meios de conducção e estadia para a visita aos famosos saltos do Iguassú, pelo território argentino; estimulando por essa forma o excursionismo áquela paragem excepcional. D. Jesus Val construiu tambem no lado brasileiro do territorio elegante *chalet* fronteiro ás grandes cachoeiras, para ahi installar igual hospedagem aos admiradores do atoador e convulso turbilhão das quedas d'agua.¹²²

Da vivenda de taquaras, na época da visita de Nascimento, ao elegante *chalet* descrito por Silveira Netto, é possível afirmar que D. Jesus Val estabeleceu ligações muito estreitas com o Brasil e com as cataratas do Iguaçu, a ponto de sempre ser lembrado como um grande estimulador do excursionismo. A presença de seu nome nos dois relatos é suficiente para percebermos sua influência nos negócios voltados àqueles que queriam conhecer as quedas, como um dos primeiros agentes do que hoje chamamos turismo. Sempre se relacionando com as autoridades, tecendo com elas convivências harmoniosas e chamando a atenção para seu trabalho, D. Jesus Val é um personagem constantemente aludido aos assuntos relacionados à colônia militar e às cataratas do Iguaçu no início do século passado. Entre ele e outras personalidades Silveira Netto construiu os laços de sociabilidade que lhe renderam boas lembranças e até um compadrio entre os moradores da colônia. Essas pessoas o acolheram como um membro da sociedade durante o ano que lá viveu e foram responsáveis pelo espírito de camaradagem que percorreu seu “agreste retiro das margens do Paraná e do Iguassú”.

No meio social que então se formou com as famílias moradoras e as, como a nossa, chegadas de pouco, vimos passar um anno na colonia entre a melhor convivencia, de alegres e gratas recordações. As agruras da commissão, que as tivemos e sérias, e a monotonia do ermo, foram compensadas pelo conforto dessa camaradagem reciproca.¹²³

¹²² SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.59. (grifo no original)

¹²³ *Ibidem*, p.63.

Durante a descrição da viagem Silveira Netto explica as formas de chegada à colônia militar, o que para nós é importante na análise das mudanças ou permanências no que se referia à política de transporte do Brasil para se chegar à colônia e, conseqüentemente, às cataratas. Até 1905, não houve mudança significativa no trajeto por terra, pois, segundo Silveira Netto, fazia-se o percurso de trem de Curitiba a Ponta Grossa e de carro de Ponta Grossa à Guarapuava. Dali em diante somente a cavalo. Em nota de rodapé, o autor explica que na época em que ele estava escrevendo o livro, 1910, existia uma alternativa para quem não quisesse fazer o trecho a cavalo, tomando, em Ponta Grossa, outro trem que seguia pela Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande até Libres no Uruguai e Posadas na Argentina, onde se pegava um vapor para chegar à Foz do Iguaçu.¹²⁴

No entanto, Silveira Netto fez outro trajeto, partindo de navio do Porto de Paranaguá com destino ao rio da Prata. Tal viagem levou trinta dias com interrupção de algumas horas em Montevidéu, uma semana em Buenos Aires, um dia em Rosário e outro em Posadas. Como se percebe, o problema do acesso à colônia continuava sendo o grande empecilho para o povoamento da região, fato que levantou a primeira crítica de Silveira Netto à situação de comunicabilidade da fronteira.

[...] seguimos rumo das fronteiras do *Paraná* e *Iguassú*, com o dispêndio dos 30 dias de viagem do porto inicial ao terminal, entre navegação e paradas e com baldeação em quatro linhas de vapores. Para evitar trabalhosa e lenta viagem por terra obrigamo-nos, como se vê, a navegar por domínios estrangeiros e em demorada travessia a fim de chegarmos ao littoral fluvial do mesmo Estado. Ha tanto nos levou o descuido governamental do imperio, abandonando aos azares de aguas estrangeiras e ás macabras contingencias do sertão a vida e o destino de regiões ferazes como as de Matto Grosso e as da Fóz do Iguassú, com fronteiras do maior interesse estrategico.¹²⁵

Por mais que Silveira Netto culpe o governo imperial por tal abandono, e seria difícil mesmo ele culpar o governo da república, do qual era funcionário, a crítica serve para estabelecer o longo tempo de

¹²⁴ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.31-32.

¹²⁵ *Ibidem*, p.34-35.

“descuido” desta região tão “estratégica”. Contudo, mesmo se queixando da cansativa viagem, Silveira Netto faz questão de assinalar que “aparte dos aspectos platinos, luxuosos e por vezes monótonos” a viagem rio acima se fazia “confortavel e deliciosa, livre do balanço do mar e jovialmente repontada de alegres e pittorescos incidentes”.¹²⁶

Durante as lembranças do tempo em que esteve a bordo do vapor argentino e saudoso dos ares e costumes brasileiros, Silveira Netto narra a emoção que a vista do encontro das águas do Iguaçu e do Paraná causava ao viajante. Segundo ele, a barra do Iguaçu oferecia aos viajantes uma água límpida e com esta os brasileiros saudavam a entrada em domínios nacionais. Para Silveira Netto, “a chegada á fóz do Iguassú é de particular contento para o filho das plagas paranaenses, porque esse rio que na fóz determina uma divisa do Brazil com a Republica Argentina é integralmente paranaense”.¹²⁷

Pela narrativa de Silveira Netto, o rio símbolo do seu estado natal é o Iguaçu e não o Paraná. Mesmo estando a dias viajando sobre as águas deste último, que é o rio que deu o nome ao próprio estado, a identificação do viajante paranaense ocorre somente diante dos sentimentos que emergem no momento em que consegue avistar o Iguaçu, por ser este “integralmente paranaense”. Neste sentido, a noção de pertencimento do rio Iguaçu ao estado do Paraná constrói a identidade do próprio narrador, atrelada ao espaço hídrico que fornece a água “mais limpa”, que é motivo de saudações e que estabelece fronteiras. Não apenas fronteiras territoriais entre Brasil e Argentina, mas também as de identidade constituídas a partir de uma cultura que relaciona o rio ao estado que ele percorre.

É digna de nota também nesta narrativa da chegada à foz do Iguaçu, a constituição da paisagem de fronteira. Silveira Netto detalha o vértice formado pelos dois rios e a singularidade deste espaço hídrico que separa três países. Além do elemento “água”, os elementos “rocha” e “vegetação” também fazem parte desta paisagem que engloba Argentina, Brasil e Paraguai.

A confluencia dos dois rios estabelece uma notavel e original feição geográfica nesse ponto, pela coincidência rara e sympathica de reunir as tres costas limitrophes: brasileira, argentina e paraguay, fronteiras uma das outras, separadas

¹²⁶ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.35.

¹²⁷ *Ibidem*, p.35-36.

unicamente por aquellas *aguas* internacionais. A costa brasileira corre á margem esquerda do Paraná e á direita do Iguassú; a argentina á esquerda deste; e a paraguayá á direita d'aquelle; caracterizadas por altas barrancas cobertas de compacta *vegetação*; com especial destaque a margem paraguayá que se ergue em maior extensão fronteira á nossa, como formidável muralha de arvoredos, reverdecendo pela *rocha* acima.¹²⁸

Aqui podemos fazer um paralelo com as discussões de Simon Schama em *Paisagem e memória*, principalmente as relativas à quarta parte do livro dedicada à *Mata, Água e Rocha*. Segundo Schama, de alguma forma, juntos ou separados, estes três elementos fazem parte de todas as paisagens representadas tanto nas obras de arte quanto nas memórias dos humanos.¹²⁹ Para estas discussões, Schama se inspirou em Gaston Bachelard que, em *A poética do espaço*, procurou entender a poeticidade, a sensibilidade e a intimidade do espaço nas relações cotidianas do homem. Para Bachelard, a materialidade e resistência do espaço que circunda o ser humano oferecem-lhe outros tantos significados que podem ser representados em suas sensibilidades. Essa análise do lugar, das paisagens dentro de diversas memórias privilegia o espaço em detrimento ao tempo e é justamente essa a proposta de Bachelard que afirma que a memória não registra a duração, mas os espaços.¹³⁰ Talvez resida aí uma boa explicação para presença e o uso dos elementos mata, água e rocha na constituição das paisagens.

Pelo menos foi a forma utilizada por Silveira Netto, pois o espaço de “águas”, “vegetação” e “rocha” marca o tempo da narrativa de chegada ao espaço limítrofe de Brasil, Argentina e Paraguai. A construção da paisagem neste caso, também é um reflexo do que estes espaços representaram ao sujeito da narrativa, diante dos sentimentos que o afetaram e dos significados que foram por ele atribuídos. Sendo assim, podemos afirmar que a paisagem nesta narrativa de Silveira Netto é também um “lugar de memória”, pois a ela pode se atribuir um caráter primordial de visualização que acaba atualizando sentimentos, signos e significados relacionados ao espaço.

¹²⁸ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú...* *Op.cit.*, p.36. (grifo nosso)

¹²⁹ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória...* *Op.cit.*, p.513-573.

¹³⁰ BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.28-29.

Principalmente se levarmos em conta a aliança entre a narrativa e a inserção da imagem fotográfica da tríplice fronteira, uma das primeiras, ao que tudo indica, a fazer parte de uma publicação paranaense sobre a fronteira oeste do estado e que pode ser visualizada pela Figura 22.



FIGURA 22. Barra do rio Iguaçu no rio Paraná
FONTE: Oliveira [1905]

Esta fotografia tirada do lado brasileiro focaliza bem a confluência do Iguaçu no Paraná proporcionando a visualidade deste espaço hídrico constantemente descrito nos diários e relatos de viagens realizados nesta região desde o Século XIX. No Paraná, desde o primeiro relato dos Presidentes da Província (1853) buscou-se constituir essa paisagem final do rio Iguaçu que, após percorrer o território paranaense desde suas nascentes próximas à Curitiba, se lança ao imenso Paraná. Neste sentido, a imagem reproduzida pela Figura 22 representa a inserção do visual à constituição das paisagens do rio Iguaçu e é mais uma forma de discurso sobre o mesmo.

2.3.2 Uma Região estrangeira no Brasil: rios e exploração no Oeste do Paraná

Depois de relatar as formas de viagem e os trajetos feitos para chegar à foz do rio Iguazu e à colônia formada sobre a barranca do rio Paraná, Silveira Netto constrói uma narrativa sobre a região banhada pelas águas desses dois rios. Procura descrever as características físicas, os significados das palavras indígenas referentes aos dois rios que, segundo ele, são símbolos para o Estado do Paraná, enfim, historia o processo de constituição da região a partir da história dos dois rios em questão. Sobre o rio Paraná, afirma que seu nome é devido ao termo indígena que designa “rio largo” e que é o rio mais caudaloso do Brasil, perdendo em tamanho apenas para o Amazonas, o que faz dele o “quinto rio do mundo, com seus 4.390 quilômetros de extensão, dos quaes 1871 passam no território brasileiro”.¹³¹

Se, por um lado, a descrição do rio Paraná é rápida e superficial, por outro a descrição do Iguazu é minuciosa, detalhada e atrelada à história do próprio estado do Paraná, construindo uma identidade entre rio e território: “o rio Iguassú, já o disse, é todo paranaense”. Explica que sua formação se deve aos rios menores que banham a capital do estado e que, por cortar o território estadual de Leste a Oeste, recebe inúmeros tributários. Afirma a importância da navegação por pequenos vapores e lanchas do *Porto Amazonas à União da Victoria*, uma extensão de 360.300 metros, o que possibilitou, em sua margem esquerda, o enriquecimento de colônias, vilas e povoados, “cheios de vida, onde o sulco vitalizador do arado coalha-se de sementes, como de globulos vermelhos a artéria do organismo sadio”.¹³²

Não se furta de descrever uma das principais características do Iguazu que são os espaços de curvas e corredeiras que se fizeram insuperáveis à navegação. Descreve o “turbilhonar” de suas águas após os saltos Cayacanga e Vitória até formar, pouco antes de desaguar no Paraná, a “olympica nevrose das grandes cachoeiras”.¹³³ Sobre a etimologia da palavra “Iguassú”, Silveira Netto cita o escritor argentino Florêncio de Basaldúa que estudou, na Argentina, a história da população indígena do território, suas lendas, costumes e línguas. Segundo Basaldúa,

La etimologia, que a nuestro juicio, corresponde a este rio – cuja característica son sus grandiosas cataratas – es la voz guarani que expresa estas

¹³¹ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.38.

¹³² *Ibidem*, p.39-40.

¹³³ *Ibidem*, p.40.

ideias: *ugau* significa catarata, *I-guazu* significa grande, de maneira que *Ugau-ugasu*, contraído agora por el uso em *Uguazu*, que significa grandes cataratas, expressa exactamente el admirable quadro que los indígenas contemplaron, nombrando-lo com las voces que lo describen graficamente em su idioma guarani.¹³⁴

Além das contribuições do escritor argentino, sobre as origens etimológicas do termo “Iguaçu”, o livro de Silveira Netto é constantemente enriquecido com várias citações de autores que visitaram, discutiram e pensaram a região em algum momento. Desta forma, a constituição da paisagem dos rios Paraná e Iguaçu, em sua narrativa, faz parte de um projeto maior de construção da própria região dentro de paradigmas que obedeciam aos anseios de criação de uma identidade paranaense. Pois, não se pode esquecer, que a Colônia Militar do Iguaçu havia sido emancipada em 1912 tornando-se um povoado civil sob os cuidados do governo estadual. Ao organizar o livro para publicação em 1914, Silveira Netto ateu-se aos fatos políticos que, de certo modo, modificaram a estrutura político-administrativa da colônia em que viveu no ano de 1905.

Este dado é importante para a interpretação desta fonte que, embora apresente características de uma narrativa de viagem, possui distinções que devem ser levadas em conta na análise. O resultado final deste trabalho de Silveira Netto estabelece um recorte temporal longo num texto marcado por aquilo que faz parte de suas memórias e de seus conhecimentos sobre a produção intelectual paranaense sobre a fronteira. Ao mesmo tempo em que se torna fonte para esta tese, é também produzida por fontes da época que apresentavam um forte apelo ao regionalismo e à efetivação do estado do Paraná como um estado sulista jovem e forte. Esse contínuo “ir e vir” no tempo caracteriza a narrativa de Silveira Netto que, singularmente, utiliza esse recurso para fundamentar suas críticas aos poucos cuidados que tal região recebia da nação.

Com essa intenção ele insere as considerações de Sebastião Paraná em *Chorographia do Parana*,¹³⁵ as discussões de Virgílio Nascimento em *Pela Fronteira* e os dados de relatórios feitos no início do Século XX pela Comissão de Estradas, ligadas à Comissão

¹³⁴ BASALDÚA, Florêncio de. Pasado, presente, provenir del territorio nacional de Misiones... *Apud.* SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.40.

¹³⁵ PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Parana*. Curitiba : A. Rocha, 1899.

Estratégica do Paraná. Esse conjunto de autores que, desde a época finesseccular, descreveram a região e “denunciaram” o descaso e o abandono destas terras do oeste, reforçam a postura também crítica de Silveira Netto de que a emancipação da colônia e a conseqüente mudança de estrutura administrativa de federal para estadual, não colocaria fim a este estado de pobreza se não houvesse injeções de recursos para tomar posse de bens e serviços que até então estavam sob domínio estrangeiro. Segundo Silveira Netto, tudo o que se relacionava àquelas margens do Brasil, que ele chamou de “segundo litoral paranaense”, clamava, há muito, pela atenção dos poderes do país. E, citando Domingos Nascimento, exprime: “A nossa incuria tem chegado ao ponto de entregarmos toda a exploração das nossas mattas e dos nossos herveas, toda a vida commercial desta zona aos argentinos”.¹³⁶

Sem dúvida, a principal característica incutida por Silveira Netto nesta obra é a do domínio estrangeiro sobre os recursos naturais e comerciais da fronteira: eram de argentinos e paraguaios os principais investimentos na navegação, no corte da madeira, na extração do mate, no comércio e, como veremos adiante, na utilização das cataratas como fonte de lucro com as viagens excursionistas. Além disso, os costumes, a língua e a moeda corrente durante sua estadia e durante vários anos seguintes eram também de dominância estrangeira.

Ao chegarmos, em 1905, a feição característica da Colonia era mais de uma povoação estrangeira; raro, o dinheiro nacional quando apparecia, era mais como um hospede, prevalecendo no commercio local, para todos os effeitos, o *pezo*, papel argentino. Apesar de agricola e pastoril, como por lei era declarada [...] todos os generos de primeira necessidade, mesmo os productos de pequena lavoura, e até aves domesticas eram adquiridas a bordo dos vapores [estrangeiros].¹³⁷

Toda essa elaboração, marcada por um discurso pejorativo que denunciava e reprovava ao mesmo tempo o domínio estrangeiro na colônia, contribuiu para a construção de uma região bela e indevidamente explorada, o que não parece ser novidade se lembrarmos das narrativas de Muricy e Nascimento. Contudo, Silveira Netto agrega a essa exploração estrangeira mais um fator negativo: a destruição

¹³⁶ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.50.

¹³⁷ Idem, p.61. (grifo no original)

desordenada da floresta, o que inaugura, no nosso entendimento, uma das primeiras discussões sobre a necessidade de preservação florestal na região. A necessidade de tomar posse destas terras ganha, a partir de então, mais um apelo: caso não houvesse políticas que delimitassem a prática exploratória, e poder de polícia que fizesse valer as leis que estabeleceram a região como agropastoril, em pouco tempo desapareceriam as riquezas florestais que margeavam os rios Paraná e Iguçu na fronteira oeste do estado do Paraná.

Silveira Netto procurou relatar o processo de ocupação estrangeira na região, a fim de fundamentar suas preocupações com a devastação desordenada das florestas do lado brasileiro. Ele explica que, a partir de 1887 houve uma grande ocupação argentina devido a uma desarmonia entre população e governo no território das Missões. Foram esses povos das Missões que, habitando o povoado, iniciaram, segundo Silveira Netto, as práticas de exploração da madeira e da erva. De certo modo, Domingos Nascimento já denunciava essa prática criticando as formas de exploração dos “capitalistas estrangeiros” que ao chegarem obtiveram as concessões de terra para fins exploratórios. Contudo, em Nascimento a crítica pesava sobre as formas de dominação destes estrangeiros aos colonos brasileiros que praticavam a agricultura, já Silveira Netto vai estender sua crítica às formas de manejo dos recursos florestais. Para Nascimento, os argentinos impediam os brasileiros de agir conforme a determinação legal que instituiu a colônia como um espaço agropastoril e não de exploração, tornando os poucos habitantes nacionais escravos de suas práticas capitalistas. Já para Silveira Netto, a preocupação não está nas relações de trabalho entre uns e outros, mas sim nas relações que os “outros” mantinham com a floresta, denunciando uma ação típica de quem não se preocupava com o futuro do território. As relações destes com o espaço eram apenas as que possibilitassem maior acúmulo de riqueza em menor tempo e da maneira mais fácil. Desta forma, como aponta Silveira Netto, apesar da fertilidade das terras para a prática da agricultura, esses habitantes estrangeiros “se dedicavam quasi que exclusivamente á exploração da herva-matte e do córte da madeira, soffrendo com isso as mattas cruél devastação”.¹³⁸

O que distingue a crítica de Silveira Netto às formas de exploração estrangeira dos outros autores analisados neste capítulo é, justamente, a inclusão desta prática cruel de devastação. Com esta

¹³⁸ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.43.

afirmação, Silveira Netto é quem inicia, na primeira década do Século XX, uma discussão em torno da necessidade de preservação do espaço florestal através de um manejo correto que intercalasse exploração e agricultura, não sendo apenas a primeira a forma vigente no manejo dos recursos naturais existentes no ângulo dos rios Paraná e Iguaçu. Se a colônia era por lei agrícola e pastoril, o que deveria ser feito era apenas fazer valer a lei, a fim de que se constituísse um território que, mesmo sofrendo exploração, não fosse devastado, como nos indica a citação a seguir:

A Colonia era, por lei, agrícola e pastoril, mas a criação e o cultivo do sólo feraz foram por largo tempo ludibriados inteiramente; em seu nome o que havia era a cruel devastação da floresta, que ainda perdura entretanto; o possante arvoredo, obelisco druidico da selva, abatido ás porções, impiedosamente reduzido a toros e planchas, para fluctuarem em jangadas rio abaixo, rumo do estrangeiro, em favor dos exploradores da nossa grandeza florestal. Da mesma forma o *ilex*, a herva-matte, é também devastado sem amor e sem methodo pelos exploradores.¹³⁹

Entre as espécies mais abundantes na floresta, Silveira Netto afirma que, por serem mais leves, o cedro (*Cedrela fissilis*) e o louro (*Bastardiopsis densiflora*) eram as preferidas, pois suas toras adaptavam-se perfeitamente ao transporte em balsas que deslizavam rio abaixo. Além desses, havia ainda grande quantidade de taruman (*Vitex montevidensis*), monjolo (*Acacia poliphylla*), peroba (*Aspidosperma polyneuron*), cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), canjerana (*Cabrilea canjerana*) e guajuvira (*Patagonula americana*), que também eram alvo de exploração, mas em menor densidade. Os rios facilitavam o escoamento da madeira e do mate que eram extraídos de suas encostas sem nenhuma metodologia que prevenisse a devastação, tais como o cuidado com as árvores jovens e a estação propícia para o corte da madeira e da erva-mate. Com estes dados é possível afirmar que o discurso de Silveira Netto, apesar de construir uma paisagem florestal grandiosa, não constituiu um ufanismo desmedido dos recursos naturais da região. Pelo contrário, chama a atenção para um fato que até então

¹³⁹ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.44.

não se questionava, a duração destes bens naturais diante da atividade exploratória.

2.3.3 Devastação florestal e racionalidade nos usos da cobertura vegetal da região

É certo que esta discussão acrescenta mais densidade às questões do domínio estrangeiro na fronteira por serem eles os “culpados” por essa devastação desenfreada e sem “amor” pelo território. No entanto, o questionamento perturbador recai também sobre as representações da natureza e de seus recursos, que até então emergiam num discurso de riquezas sem fim, que precisavam submeter-se aos domínios do Brasil, fazendo com que, embora em outras mãos, a exploração continuasse. Ao afirmar que a floresta já se ressentia da “larga e anárquica devastação”, Silveira Netto não apenas denuncia os maus-tratos advindos dos exploradores estrangeiros, como também instaura a necessidade de rever as formas de dominação da natureza, explorando sim suas riquezas, porém, com cuidado. Sua opinião não era a de “conservar a selva intangível, como um recanto sagrado, impenetrável nos seus reconditos, para o gozo platônico do viandante e para documento virgem da colossal e decantada riqueza natural do Brasil”,¹⁴⁰ mas a de que houvesse, na apropriação deste bem, mais cuidado, maior zelo e preocupação com o futuro desta riqueza. No lugar de devastar desordenadamente a floresta, ele defende um manejo racional dos recursos (por ele denominado *aproveitamento methodico*), com estudos prévios sobre tipos de vegetação que contivessem o nome, tamanho, emprego da madeira, quais as mais próprias para o ar, para o chão, para a água, duração em qualquer destas circunstâncias e a época mais favorável para o corte. Além disso, que fossem delimitadas, anteriormente, as formas de manejo e a escolha das zonas a serem exploradas, de forma a não desarborizar por completo determinados pontos.

Embora tenhamos por objetivo não fazer analogias e muito menos criar anacronismos, não há como não aproximar as discussões de Silveira Netto às discussões atuais sobre “corte seletivo”, “planos de manejo”, “ilhas de produtividade” que fazem parte de um arcabouço discursivo que constrói novos saberes ligados à ecologia e a preservação

¹⁴⁰ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.71.

ao meio ambiente. Assim entendemos porque os apontamentos de Silveira Netto fazem emergir no início do Século XX uma multiplicidade de assuntos que, com outras roupagens, são discutidos atualmente, principalmente a sua defesa à utilização dos recursos da floresta para pesquisas científicas na área da farmacologia, geografia e climatologia. A primeira, na busca por novos medicamentos, a segunda e a terceira, respectivamente, para entender até que ponto as florestas intervinham na formação geográfica e climática da região. Segundo Silveira Netto, caso as florestas fossem destruídas antes dessas pesquisas, perder-se-ia grande oportunidade de conhecimento sobre a História Natural do Brasil.

Não é sómente o aproveitamento methodico d'essa riqueza para a exportação da madeira que devemos ter em vista; outros filões para a especulação scientifica e commercial opulentam a grandeza das florestas; as resinas, os elementos medicinaes, as plantas trepadeiras, a feição peculiar com que as mattas concorrem á geographia da zona; e, sobretudo, a acção poderosa e benefica exercida pela vegetação quanto ao clima e outras condições de habitabilidade e produção locais.¹⁴¹

A grandeza das florestas não se definia apenas na utilização da madeira para fins comerciais, pois, outras especulações poderiam ser aproveitadas nesta nova forma de domínio sobre a natureza. Seus argumentos caminham no de sentido da necessidade de conhecer e especular cientificamente as diversas formas de aproveitamento da cobertura vegetal que circundava os rios Iguaçu e Paraná. Este novo tipo de exploração, defendida por Silveira Netto, se distinguia da que era feita pelo fator da racionalidade que deveria ser adotada na conduta daqueles que fariam este trabalho de aproveitamento da cobertura vegetal da região. O domínio sobre a floresta passaria, primeiramente, pelo conhecimento de sua potencialidade que geraria uma série de estudos sobre o conjunto ambiental que as formava. Desta forma, Silveira Netto inseriu nesta discussão sobre os recursos florestais, a própria região oeste que, nos territórios de fronteira internacional banhados pelo Paraná e Iguaçu, estavam sob o controle de estrangeiros

¹⁴¹ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.71.

que apenas retiravam a cobertura vegetal, sem a preocupação de construir algo em seu local.

Com o intuito de densificar sua crítica ao abuso cometido na extração da madeira existente no Paraná, Silveira Netto traz para sua narrativa os problemas que assolavam alguns países que não cuidaram de suas florestas. Segundo ele, os pavores da esterilidade que assolou a Galiléia, que ameaçava a Sibéria e que pesava sobre os Alpes Franceses deveriam servir de alerta à devastação que estava ocorrendo no Brasil e especialmente no estado do Paraná. Embora os exploradores das florestas brasileiras não sentissem ainda “as terríveis conseqüências da devastação”, eles a praticavam “desabridamente, sem o cuidado da replantação, sem o carinho pelas arvores novas, e isso tanto nas sunptuosas araucárias do interior do Estado, como na magestosa matta que acompanha as margens dos nossos rios”.¹⁴²

Segundo Silveira Netto, especificamente sobre a região que formava o perímetro da ex-colônia militar do Iguazu imperava o domínio do machado. As margens do Iguazu e do Paraná eram constantemente percorridas por lenhadores que destruíam, pelo corte, o velho “roble da floresta” cuja sombra servia para o descanso do jaguar e do “viajor cansado” e que, por valer uma pequena fortuna ao exportador, teve de ser “mobilizada para o mercado, escrava indefesa e nobre a árvore”.¹⁴³

¹⁴² SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.73.

¹⁴³ *Ibidem*, p.74.



FIGURA 23. Destruição florestal às margens do rio Paraná
FONTE: Oliveira [1905]

A Figura 23 ilustra as discussões de Silveira Netto sobre a devastação da floresta às margens dos rios paranaenses. Pela clareira aberta nas proximidades do rio Paraná lançava-se as toras das árvores, cortadas no interior da floresta, que rolavam até o rio, onde eram acopladas às balsas que as transportavam, aproveitando a correnteza do rio, até os portos argentinos. Essa prática perdurou durante muito tempo e nos lugares destas clareiras, muitas vezes, surgiram portos e formações populacionais ribeirinhas ao Paraná.¹⁴⁴

Somente depois de todas estas discussões sobre a região da fronteira é que Silveira Netto inicia sua narrativa sobre os saltos do Paraná e do Iguaçu, da qual discutiremos apenas a que se refere ao segundo. A constituição da paisagem das Cataratas só se inicia depois de constituída também as principais características da região em que estão inseridas. Desta forma, é interessante ressaltar que todas as narrativas que nos apresentaram as quedas, até agora, não se furtaram de certa “responsabilidade”, talvez, de chamar a atenção para o todo que formava a paisagem. As Cataratas do Iguaçu não eram apenas as quedas d’água,

¹⁴⁴ Para essas informações cf. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982; COLODEL, José Augusto. *Obrages & Companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

elas estavam inseridas num espaço maior que, assim como elas, necessitavam de visibilidade no cenário nacional. Da mesma forma que as cataratas, tidas como espaço de beleza e de perfeição natural, a situação da colônia também precisava ser mostrada, discutida, pensada e valorizada. Sendo assim, a paisagem “natural” não é um apêndice, um espaço à parte, mas sim um elo numa imensa corrente, uma das raízes deste rizoma que representava a região oeste que, assim como se identificava com os rios, era também um território cheio de problemas político-administrativos, de vias de comunicação e transporte precárias, de conflitos sociais entre capitalistas estrangeiros e colonos brasileiros, enfim, os autores não “maquiam” a região com o pitoresco cenário das cataratas.

Entretanto, as descrições deste espaço do rio Iguaçu são sempre narrativas que se distinguem no quadro geral das análises destes autores. Ao constituir a paisagem pela memória, os narradores mudam o tom do discurso, construindo um texto sempre maravilhado e extasiado diante do que sempre definem como um espaço “indescritível”. Neste sentido, Silveira Netto não é exceção, pois ao perceber a limitação do estilo narrativo, várias vezes, se fez poeta, deixando o verso descrever a imagem que considerou inexplicável. Junto com os versos, as fotografias que ilustraram seu livro também colaboraram com a intenção de “visualizar” as “maravilhas supremas” do Iguaçu.

2.3.4 A viagem às cataratas...

Para descrever as cataratas do Iguaçu, Silveira Netto produz um texto memorialístico sobre a viagem que fez da colônia aos saltos. Ao que tudo indica, essa viagem foi feita por ele, em comitiva, ainda no ano de 1905, com a duração de dois dias. Munidos de gêneros alimentícios e materiais a pernoite, partiram da colônia a cavalo para percorrer as picadas que levavam mata adentro rumo aos saltos. O caminho não mudara desde a viagem feita por Nascimento, pois continuavam os ínvios atalhos por onde um homem precisava ir à frente da comitiva reabrindo os caminhos a facão e, mesmo assim, para passar por eles, o viajante deveria estar sempre com o dorso abaixado, a fim de se proteger dos galhos pendentes ou dos espinhos. Contudo, a mesma mata que agredia era um cenário de poesia e foi neste estilo que Silveira Netto buscou exprimir as primeiras sensações do contato com a floresta.

E' a floresta que sandalos trescala

E contempla, do nemoroso arcano,
 O céu que amplo se arqueia azul e opala,
 Como o reflexo concavo do oceano.
 Templo das selvas, onde freme a escala
 Do rugido ao gorjeio, e em cada anno,
 Sob a fronde que o vento sul embala,
 Canta o fructo do poema virgiliano.
 Quando se esvae o dia na quebrada,
 E tembla o grito da araponga como
 O écho estridente de uma martellada,
 E a dolencia do Occaso a matta invade,
 Do tronco adusto ao sasonado pomo,
 Canta a floresta a nenia da saudade.¹⁴⁵

Nestes versos, Silveira Netto resumiu uma longa narrativa em que buscou descrever, num conjunto organizado, uma multiplicidade de caracteres que faziam parte do espaço percorrido por ele nesta viagem. As imagens coloridas da vegetação mesclando várias tonalidades dos verdes das folhas com os vermelhos, laranjas e amarelos das flores; os azuis das borboletas e do céu matizado com o branco das nuvens; as cores escuras dos troncos e os cinzas e beges das folhas secas que cobriam o solo marrom terra. Nesta conjuntura de cores, Silveira Netto insere o efeito do farfalhar do vento que, ao mesmo tempo em que estremecia as folhas, trazia o cheiro dos frutos maduros colhidos por pássaros de belas plumagens e de sonoros cantos. Enfim, a paisagem constituída na narrativa e sintetizada no verso é idílica e pitoresca, romântica e simbólica, pois constrói um espaço idealizado onde a natureza representa a essência da perfeição e da própria arte, traduzida aqui pela poesia de Silveira Netto.

A forma como descreveu as cataratas também não foi diferente. O canto da araponga e o cicio do vento a balançar a vegetação foram sufocados por “um sussurro continuo e bárbaro” que invadia a floresta, num som tão grave que apavorava. À medida que a comitiva em que estava Silveira Netto avançava pela selva, um tipo de murmúrio avolumado e tenebroso invadia a floresta aguçando a curiosidade e a imaginação dos viajantes. Tal ruído começou a ser percebido a três quilômetros de distância, como que prevenindo o “espírito atilado para todas as surpresas da excursão”. Ao chegar ao *chalet* de D. Jesus Val,

¹⁴⁵ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.104-105.

situado no centro de uma extensa roçada, Silveira Netto pôde, enfim, visualizar “a ampla e tumultuosa epopéia das águas”.¹⁴⁶

A minha expectativa é ultrapassada num impeto, como a fortaleza que se rende a carga cerrada, ao colimarmos os primeiros borbotões das águas despenhando-se d’alto a baixo, num fragor medonho, prolongado, indefinido, qual se de montanhas que desmoronassem. Ha um assomo de loucura no turbilhão das águas.¹⁴⁷

Para Silveira Netto, nem mesmo a arte poderia representar a singularidade das cataratas. Não havia paisagistas, poetas, cronistas e fotógrafos capazes de exprimir, através de seus ofícios, a perfeição da natureza de um rio que se desmorona em tal multiplicidade de saltos. Silveira Netto até cita alguns paisagistas como Batista da Costa e Antonio Parreiras, cujas obras até conseguiriam retratar a paisagem da campina e da floresta que circuncidavam os saltos, mas a cachoeira não. Segundo Silveira Netto, não havia sugestão de formas e tintas, nem técnicas ou processos de pintura capazes de imprimir em tela ou em texto as maravilhas formadas por aquelas águas revoltas; tanto a genialidade imaginativa de Leonardo da Vinci quanto os intensos processos de pintura de Rembrandt seriam ineficazes em tal empreita. Para Silveira Netto, “nem a narração, nem a tela, nem a photographia transmittem, ou dão idéa siquer, da superesthesia com que nos empolga aquella febre de movimento e belleza”.¹⁴⁸

E’ o estrondo cruel, que aos espaços afronta,
De algum monte a rolar por abismos sem conta ?
E’ do rio o fragor violento que reboa,
Do rio que, revoltado, em cachões escachoa;
Echoando a despertar, de quebrada em quebrada,
Azaléas em flor, chilros em revoada.¹⁴⁹

Podemos asseverar, a partir dessa referência de Silveira Netto, que a paisagem das cataratas do Iguaçu não pode ser representada apenas em seu aspecto visual. Nas três narrativas analisadas, emerge um discurso que constrói a paisagem subsumida num caráter sensorial e

¹⁴⁶ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.106.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Ibidem, p.107.

¹⁴⁹ Ibidem, p.110.

corpóreo, pois é a emoção e a “superestasia” que jamais seriam captadas, sugeridas ou representadas de outra forma que não a presencial. Por isso, Silveira Netto afirma que todo ou qualquer meio artificial, que tentasse retratar a natureza das cataratas do Iguazu, seria ineficaz por “faltar o rumor e a nitidez da coisa vista; a alma por assim dizer da transparência e do turbilhão das águas; só a impressão direta, pessoal, dará conta de semelhante quadro”.¹⁵⁰ Neste sentido, constitui-se um vínculo muito forte entre o espaço natural e os seres humanos que, culturalmente, estabelecem esse espaço como paisagem e nela inserem seus juízos de valor que, no caso das cataratas, estão sempre relacionados à beleza e assombro. Contudo, mesmo sendo a fotografia limitada na representação dos saltos na opinião de Silveira Netto, ele acaba por inserir algumas imagens fotográficas dos saltos.



FIGURA 24. Panorama dos “Saltos do Iguassú ou Santa Maria”
 FONTE: Oliveira [1905]

Esta figura, adaptada e diminuída para constar nesta página, é, na verdade, um *poster* de aproximadamente 40 cm de largura por 23 cm de altura, sendo um dos grandes destaques do livro de Silveira Netto. É importante também ressaltar que o referido encarte aparece antes mesmo de qualquer descrição dos saltos fazendo com que o leitor visualize a paisagem para depois ler sobre ela. Além disso, é sugestiva a forma de apresentar as cataratas primeiramente em seu conjunto numa “vista panorâmica”, o que, segundo vários narradores, inclusive Silveira Netto, era um privilégio do lado brasileiro. Neste sentido, entendemos que vários discursos emergem desta fotografia, que não é comentada, nem apresentada por Silveira Netto, e que, num primeiro momento, pode apenas ser entendida como uma imagem ilustrativa. No entanto, este cenário estabelece ligações muito próximas às discussões que Silveira

¹⁵⁰ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.107.

Netto vai expor após sua descrição tão maravilhada dos saltos, numa narrativa constituída com dados posteriores à visita feita por ele às cataratas.

Novamente, Silveira Netto avança temporalmente na narrativa inserindo discussões que só seriam possíveis após a assinatura dos “Artigos Declaratórios da demarcação de fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina” ocorrida em 04 de outubro de 1910 no Rio de Janeiro. Já anotamos esse contínuo avançar e retroceder da narrativa de Silveira Netto devido às mudanças ocorridas entre 1905, ano em que morou na colônia e visitou os saltos, e 1910-14, anos em que organizou a documentação e publicou o livro. Neste sentido, entendemos que as expressões referentes às memórias e as construções de textos, por vezes memorialísticos, certamente foram reelaborados e re-significados por Silveira Netto. O mesmo ocorreu com a segunda edição do livro, publicada em 1939, onde o autor retirou os poemas, atualizou as fotografias e reconstruiu a ordem do texto narrativo. Sendo assim, é sempre importante atentar para essas questões do tempo da narrativa, e das escolhas conscientes do autor quando insere em seus escritos detalhes de um ou de outro momento de sua vida.

O caso de Silveira Netto é bem sugestivo, pois a descrição das cataratas tem os aspectos de uma lembrança, de um diário de viagem e ele estabelece bem o papel do passado na constituição daquele texto. Porém, no parágrafo seguinte, levanta questões cheias de juízo de valor do tempo em que escreveu o livro sem a preocupação de distinguir o que fazia parte da viagem e o que fazia parte de seus conhecimentos posteriores. Desta forma, despreocupadamente, Silveira Netto muda de um assunto para outro construindo uma narrativa marcada pelo tempo da obra, fazendo com que, vez ou outra, apareçam conteúdos de suas lembranças. É assim que, por exemplo, no parágrafo posterior à afirmação sobre a ineficácia da arte e da fotografia na representação das cataratas – fator que o autor constrói como um fato da memória da viagem de 1905 – emerge, na narrativa, a explicação detalhada de quais eram os saltos brasileiros e os argentinos, fato estabelecido somente com a assinatura, em 1910, dos artigos declaratórios dos limites entre Brasil e Argentina. Com isso, Silveira Netto possibilita, no interior do texto memorialístico, a inserção de um conteúdo que fosse capaz de historiar o processo de constituição da fronteira. Neste discurso, emergem os conflitos na determinação do ponto limite dos dois países no rio Iguazu e as críticas que Edmundo de Barros fez à comissão mista de assuntos de fronteiras entre Brasil e Argentina no que diz respeito à delimitação do talvegue do rio Iguazu nas cataratas. As discussões englobam ao

mesmo tempo a constituição da paisagem das cataratas e o papel do rio Iguazu como marco de limite e fronteira.

O certo é que, as discussões sobre os limites entre Brasil e Argentina se intensificaram a partir da segunda metade do século XIX diante das controvérsias sobre as cabeceiras dos rios Peperi-guaçu e Santo Antônio, sendo o primeiro um tributário do rio Uruguai e o segundo do rio Iguazu. Para auxiliar na resolução do litígio entre os dois países, foi eleito como árbitro o Presidente dos Estados Unidos que, através de um Laudo Arbitral assinado em 1895, deu ganho de causa ao Brasil. A partir desse laudo do presidente Grover Cleveland, foi assinado um Tratado no dia 04 de outubro de 1898 estabelecendo os limites dos dois países tendo por base a linha entre a cabeceira dos dois rios e suas respectivas barras nos rios Uruguai e Iguazu. Além disso, este documento legitimou a atuação de uma Comissão Mista Brasil e Argentina para estudos de delimitação e demarcação nas áreas limítrofes, principalmente as que se referiam às ilhas existentes no rio Uruguai e Iguazu. Esta comissão mista foi também incumbida de estabelecer o local exato do talvegue do rio Iguazu na formação das cataratas possibilitando, assim, a comprovação legal dos saltos pertencentes a um e a outro país. Estes trabalhos de demarcação foram feitos nos primeiros anos de 1900 e ratificados definitivamente em 1910, com a assinatura dos Artigos Declaratórios da demarcação de fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina.¹⁵¹

A definição do talvegue do rio Iguazu nas cataratas se deu entre outubro de 1903 e agosto de 1904 estabelecendo o salto denominado “União” como aquele que dividia as águas internacionais e possibilitava a identidade dos lados das cataratas brasileiras e argentinas. Esta decisão da comissão gerou muita polêmica entre os brasileiros que conheciam a localização dos saltos e que defendiam a existência de dois talvegues. Segundo Silveira Netto, o principal articulador desta “resistência” à decisão da comissão foi o capitão Edmundo de Barros pelo seu profundo conhecimento da região e pela planta detalhada que havia elaborado em 1897, conforme já mostramos na Figura 16, a qual estabelecia que o Salto Quinze de Novembro (o que a comissão denominou União) e todos os adjacentes que caíam diretamente no caixão de pedra (Garganta do Diabo) pertenciam ao Brasil. É bom lembrar que na planta desenhada por Edmundo de Barros, existiam dois talvegues, sendo que o primeiro

¹⁵¹ Para a íntegra do Laudo Arbitral do Presidente Grover Cleveland, do Tratado de 1898 e dos Artigos Declaratórios de 1910 cf. FRONTEIRA Brasil/Argentina: breve histórico. [S.l.]: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.info.Incc.br/argentina.html>>. Acesso: 24 jun. 2009.

que passava no centro do Salto Quinze de Novembro era o talvegue brasileiro e o segundo, que passava no centro do Salto União Americana (salto de 20 metros que caía primeiramente num degrau para depois saltar para o caixão) era o talvegue argentino, o que, para Barros era o que servia de marco limítrofe.

A emergência deste assunto nas discussões de Silveira Netto deslinda posições divergentes nas questões que estabeleceram os limites do rio Iguazu. A postura de Edmundo de Barros, além de ser emblemática foi bem fundamentada através de seus estudos e da própria planta dos saltos que obteve, em fins do Século XIX, grande repercussão e aceitação dos dois lados da fronteira. Seus questionamentos apontavam para a falta de luta dos brasileiros que faziam parte da comissão e que cederam às exigências argentinas. Segundo Silveira Netto, Edmundo de Barros publicou um artigo em revista de Curitiba a fim de demonstrar seu descontentamento e defender os direitos do Brasil na demarcação de limites pelo Iguazu.¹⁵² Nesta publicação, a maior frustração de Edmundo de Barros era a de que justamente o maior salto, aquele que fora batizado com a data da proclamação da República, que em sua concepção era brasileiro, ao ser determinado o limite arrebatava outros de igual beleza e já batizados com grandes nomes da causa republicana. Ao narrar o posicionamento de Edmundo de Barros ante a decisão da comissão de limites, Silveira Netto divulga também as diversas relações constituídas em torno das cataratas e as noções de pertencimento construídas ao longo do tempo por aqueles que lutavam pelo seu domínio.

Justamente a maior queda do grande talveg é o salto «Quinze de Novembro» (propositalmente já apontado por aventureiros dali com sendo o «União», cuja cessão arrebatava-nos a de outros muitos, trazendo todos, incontestes desde 1892, nomes dos proceres de nossa Patria Republicana. Com estes perderemos mais, até chegar ao verdadeiro «União Americana», numerosas e vastas ilhas, rasas e algumas arborizadas.¹⁵³

Assim como Nascimento, Silveira Netto também inseriu em sua narrativa os trabalhos de Edmundo de Barros, considerado o primeiro a

¹⁵² No início deste capítulo utilizamos o referido artigo de Edmundo Barros para contextualizar a viagem de Muricy e historiar o processo de constituição do mapa/esquema das cataratas elaborado por Barros.

¹⁵³ BARROS, Edmundo. Partilha internacional dos grandes saltos do Iguassú... *Op.cit.*, p.13.

construir a planta dos saltos e a estabelecer planos bem específicos de ações de proteção e divulgação das cataratas e seu entorno. Além disso, também destacou o projeto do Parque Nacional do Iguazu feito primeiramente por Barros e que, posteriormente, foi desenvolvido por Charles Thays sob o comando do governo argentino. Desta forma, Edmundo de Barros passa a ser um personagem brasileiro de referência nos conflitos travados pelo domínio da paisagem das cataratas do Iguazu, a ponto de Silveira Netto discutir suas obras e sua postura contrária à definição dos limites feitos pela Comissão Mista Brasil e Argentina na primeira década do Século XX.

Por mais que Silveira Netto tenha elogiado a postura do governo argentino na defesa do seu território nas cataratas, ao discutir a importância dos trabalhos e da posição crítica de Edmundo de Barros ele induz o leitor a perceber que o Brasil, por mais que não tivesse ações concretas, também havia se interessado pelas cataratas. Havia planos, estudos viáveis e projetos simples de aproveitamento e de povoamento da região feitos por brasileiros e que, por não serem assumidos e geridos pelo governo brasileiro, oportunizaram o avanço das ações argentinas. Neste sentido, acreditamos que a obra de Silveira Netto seja uma retomada não apenas do que fazia parte da história daquela região, mas do que poderia ter sido feito. Para Silveira Netto, não faltaram ao Brasil, boas idéias, bons estudos, faltou empenho do governo no sentido de transformar em realidade o que já era planejado desde 1892 e que, este alijamento, possibilitou o avanço da Argentina no aproveitamento de uma riqueza que era dos dois países.

Para Silveira Netto, o projeto do parque que já se desenvolvia na segunda década do século XX, era um exemplo do “arrojo de empreendimento” e da “força de vontade” do Governo da “adiantada república platina”.¹⁵⁴ Este programa “vasto e justo com relação ao Iguazu” documentava, cabalmente, segundo Silveira Netto, o “profundo interesse e o entusiasmo” com que ele impregnou as páginas de seu trabalho “na descrição daquela zona prodígio”. As ações argentinas apontavam também para um “crime de lesa pátria” daqueles que viram e estudaram a fronteira Oeste do Paraná e não bradaram aos governos estadual e federal ações “em pról do formoso brasão” que representava “a região do Guayra aos Saltos do Iguassú”.¹⁵⁵ Sendo assim, Silveira

¹⁵⁴ Embora o país vizinho já desenvolvesse ações em prol da consolidação do Parque Nacional projetado por Thays na primeira década do Século XX, a implantação do Parque só será efetivada em 1935, ano seguinte à instalação do parque brasileiro.

¹⁵⁵ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.127.

Netto se utiliza das próprias ações do governo argentino para questionar a timidez das políticas brasileiras na efetivação do território das cataratas como um “brasão”, um símbolo do Brasil.

Silveira Netto leva o leitor a perceber que, enquanto o governo brasileiro não tomava posse desta paisagem, o país vizinho anunciava sua existência e levava os “louros” de sua descoberta no exterior, como foi a divulgação das cataratas no Congresso de Geografia em Washington e St. Louis. O jornal que serviu de anais para o evento em questão, o *The St. Louis Port Dispatch*, em sua edição de 16 de outubro de 1906, assim anunciou a descoberta das cataratas:

«acaba de ser descoberta a maior cataracta do mundo. É uma quéda de agua tão grande que excede ás cataractas do Niágara e do Zambéze, [...] estava escondida em uma floresta impenetravel, distante 1.000 milhas da mais proxima cidade. Esta novissima descoberta, assombro do mundo, [...] está situada em um rio divisa do Brasil com a Argentina. Chama-se a cataracta do Iguassú, a mais importante descoberta do seculo XX».¹⁵⁶

Segundo ele, o que lhe chamou a atenção foi o fato curioso de que a “descoberta” revelada ao Congresso Internacional de Geografia norte-americano foi devida à República Argentina, sendo que desde 1888, o governo brasileiro tinha uma colônia militar bem próxima aos saltos, o que não apareceu em nenhum momento nos citados documentos que deram notícia da descoberta. A inserção deste dado, na narrativa de Silveira Netto, intensifica sua tese de que, enquanto as ações políticas brasileiras fossem morosas no sentido de tomar posse da paisagem, o mundo creditava à Argentina, a existência dela, pois, como temos percebido em vários momentos deste capítulo, o país vizinho procurou divulgar e dominar de diversas formas o território das cataratas. E o seu alerta de vai mais longe: “e não é que brasileiros, em diversas épocas, não se tenham esforçado por levar a atenção dos poderes publicos áquelas paragens, tentando «descobrir» para o proprio Brasil os grandes Saltos do Iguassú [...]”.¹⁵⁷

Desta forma, entre denúncias e críticas, elogios e destaque aos trabalhos em que brasileiros procuravam chamar a atenção das

¹⁵⁶ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.128, 136.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.128.

autoridades para a existência desta paisagem, Silveira Netto vai intercalando algumas imagens das quedas. As fotografias não são descritas, não possuem legendas e são pouco valorizadas por sua escrita, mas pontuam as discussões como um pano de fundo pelo qual emerge uma série de conflitos e de relações de poder que marcam ao mesmo tempo a história da paisagem e do território ao qual está inserida.



FIGURA 25. Salto Floriano
FONTE: J.Wasilewski [190?]



FIGURA 26. Vista parcial dos Grandes Saltos do Iguassú
 FONTE: Oliveira [1905]

Entre discussões e imagens, Silveira Netto não deixa de romancear a próprio rio Iguaçu que “aberto no granito” possui seu “leito sobrelevado a 60 metros num paredão inabarcável a um golpe de olhar; torcendo-se entre recortes e arestas salientes, em violenta curva de cachoeiras que espadanam dia e noite”.¹⁵⁸ A singularidade deste rio “paranaense”, o faz, no discurso de Silveira Netto e dos demais autores analisados neste capítulo, um dos mais belos deste estado. Além disso, as representações de sua monumental cachoeira fazem com que o culto à Natureza se intensifique ainda mais no Brasil dos primeiros anos republicanos, onde se busca construir símbolos de belezas imaculadas e imperecíveis para identificar o país, das quais, certamente, para os autores paranaenses, as cataratas deveriam ocupar um lugar de destaque. Sendo assim, o rio Iguaçu passa a ser, na construção discursiva em torno da paisagem das cataratas, o rio de um espetáculo natural constituído em meio a muitas disputas por seu domínio.

¹⁵⁸ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú... Op.cit.*, p.137.

CAPÍTULO 3

IGUAÇU: UM RIO DE HIDRELÉTRICAS

Desde o início do Século XX, o rio Iguaçu também foi caracterizado como um rio de possibilidades de aproveitamento energético. Neste sentido, este capítulo discorrerá sobre a emergência de uma prática discursiva que agrega aos característicos saltos e corredeiras do Iguaçu, intransponíveis à navegação, a possibilidade de geração de energia a partir das técnicas da geração de eletricidade através da força hidráulica. O principal objetivo deste capítulo é o de estabelecer relações entre espaço hídrico e geração de eletricidade que constitui um discurso desenvolvimentista para o estado do Paraná.

As mudanças no discurso sobre as características físicas do rio Iguaçu são marcantes nas fontes pesquisadas, pois aquilo que no Século XIX representava os obstáculos que impossibilitavam a realização de um dos maiores anseios dos governantes, ligar o território paranaense de leste a oeste através da navegação, passou a ser sua maior riqueza. Os estudos sobre o potencial energético do Iguaçu destacaram justamente os saltos e as quedas do rio como uma força natural capaz de impulsionar vários geradores de energia com pouco custo e lucro atraente. Desta forma, às narrativas de viagem se juntam os relatórios técnicos, com uma linguagem específica e com enunciados obedientes a uma lógica bem distinta daquelas apontadas nos dois primeiros capítulos. Se, num primeiro momento, o rio Iguaçu foi constituído através das descrições de suas paisagens belas e pitorescas num discurso que buscava não apenas descrever, mas fundar um lugar e um território do Paraná, agora o discurso visa impregnar esse mesmo espaço como um recurso natural potencialmente apto para gerar energia e desenvolvimento.

É importante notar que a respeito do mesmo rio, subsumem-se vários discursos com objetivos diversos que vão desde uma representação fidedigna do espaço, com a descrição das paisagens, à construção de que os recursos naturais devem servir o estado que, por sua vez, deve apropriar-se dele e bem aproveitá-los para se tornar desenvolvido economicamente. Desta forma, o discurso sobre representação cede um pouco de seu espaço para apropriação e muito do que outrora representava algo inútil e sem valor, no caso as quedas, passa a ser a “menina dos olhos” daqueles que visavam gerar energia através da força hidráulica.

3.1 A ENERGIA ELÉTRICA NO PARANÁ E OS PRIMEIROS ESTUDOS DE VIABILIDADE ENERGÉTICA NO RIO IGUAÇU (1891-1913)

Desde o primeiro relatório de presidente de província, 15 de julho de 1854, a iluminação das vias públicas de Curitiba e Paranaguá apresenta-se como uma questão de responsabilidade dos poderes públicos da província. Na época, as duas importantes cidades da Província do Paraná contavam com poucos lâmpões que iluminavam suas noites através da claridade advinda da queima de gás líquido ou querosene. Naquela época, importava a luz, a luminosidade advinda destes lâmpões primários cuja principal tarefa era a de tornar as ruas das duas principais cidades da província transitáveis no período noturno. É importante perceber que nas fontes pesquisadas o termo “iluminação” precede o de “energia”, pois o que interessava aos governantes e, por conseguinte, à população, era a instalação de um serviço público capaz de suprir a falta de iluminação noturna. Nos primeiros anos da província, o termo “energia” nem aparecia nos relatórios fazendo com que os assuntos que hoje se ligam diretamente a ele tais como “força”, “eletricidade” e “luz” fossem representados simplesmente por “iluminação”.

Na obra “Um Século de eletricidade no Paraná”, Márcia Dalledone Siqueira *et. al.* explicam que, em fins do Século XIX,

a energia elétrica era vista, ainda, muito mais como um serviço de iluminação do que à aplicação industrial, devido à sua própria limitação tecnológica. De qualquer forma, sua utilização em grande escala dependeu, em todo o mundo, de uma série de progressos e aperfeiçoamentos só alcançados após as descobertas que permitiram o emprego da luz e das trações elétricas. Entre esses avanços destacou-se o motor polifásico de corrente alternada, aperfeiçoado pela empresa norte-americana Westinghouse ao longo da década de 1890.¹

Foi apenas em 1891 que este anseio de iluminação passou a ter um serviço de eletricidade na capital do estado paranaense. Com a

¹ SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) *et.al.* *Um Século de eletricidade no Paraná*. Curitiba: Companhia Paranaense de Energia, 1994, p.39.

instalação de uma usina geradora de eletricidade, Curitiba passou a contar com uma rede de distribuição que levava a iluminação para várias ruas da cidade. A empresa responsável por estas obras foi a Companhia Água e Luz de São Paulo que atuou na capital até maio de 1898, ano em que passou essa responsabilidade à municipalidade de Curitiba. Com a municipalização deste serviço advinda da desistência da companhia paulista, a municipalidade de Curitiba passou a ter a responsabilidade de conceder a questão da iluminação pública a qualquer empresa que apresentasse interesse para tanto. Desta forma, no mesmo mês em que houve a desistência da companhia paulista, a empresa paranaense José Hauer & Filhos recebeu esta concessão e passou a responsabilizar-se por todo o serviço de geração e distribuição de eletricidade para fins de iluminação pública e particular na Capital.

Contudo, como se percebe nos relatórios, por mais que a empresa de José Hauer & Filhos conseguisse gerar e distribuir energia na capital, esse serviço passou a não satisfazer os consumidores que reclamavam muito da qualidade da luz que chegava às ruas e às casas de alguns particulares e do alto custo deste abastecimento. Por outro lado, o aumento na demanda de energia exigia investimentos maiores, como aumento das redes de distribuição, mudança de tecnologias no abastecimento, troca constante de lâmpadas o que onerava com um alto custo econômico a empresa. Além disso, os governantes do estado começaram a perceber que tal empreendimento deveria ser de domínio estadual e não mais municipal e, por isso, chamou para si a responsabilidade deste abastecimento.

Desta forma, em 1904, o presidente do estado do Paraná Vicente Machado da Silva Lima negociou e assinou com a municipalidade de Curitiba a transferência de responsabilidade sobre os serviços de Águas e Esgoto e Iluminação Pública de Curitiba que passaria a ser gerenciado pelo governo estadual através de uma superintendência na “Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização”. A partir de então, os assuntos relacionados à energia elétrica e ao saneamento básico, passaram a fazer parte dos planos oficiais do governo estadual. Com isto, a energia elétrica passou a ser um assunto de estado assim como sempre foram estradas, pontes, portos, navegação, imigração, colonização. A energia elétrica, por mais que destinada principalmente à iluminação pública e particular da capital do estado, tornou-se um forte agente de constituição discursiva e passou a figurar em quase todos os relatórios oficiais do governo estadual desde então.

Com a inserção da “Iluminação Pública da Capital” na pauta dos assuntos estaduais, ocorre a documentação e preservação do que

podemos chamar de uma “história da energia elétrica” no Paraná. Os relatórios de governadores e dos secretários da secretaria responsável pelo assunto passam a registrar não apenas dados quantitativos referentes ao número de lâmpíões ou lâmpadas trocadas durante a gestão de um ou outro governo, mas, principalmente, todo um processo que passa a construir a importância da energia elétrica para o desenvolvimento do Paraná. Neste sentido, vários enunciados sobre as relações entre o estado e a energia elétrica vão constituindo discursos que reconstróem e legitimam as práticas políticas de negociação e fiscalização deste “bem público” nos documentos oficiais estaduais. Como é o caso das afirmações do Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, inscritas no relatório referente ao ano de 1904, enviado ao Presidente do estado sobre as vantagens de um novo contrato com a companhia concessionária da eletricidade em Curitiba.

O novo contracto assegura ao estado e á população da capital grandes vantagens, regularizando o serviço, baixando o preço da luz, melhorando esta e definindo positivamente as obrigações da Empresa para com o governo e os consumidores particulares.²

O contrato a que se refere o secretário é o que foi feito logo após o acordo que estatizou a energia elétrica em Curitiba. Como a empresa José Hauer & Filhos possuía concessão do serviço até 1912, o estado apenas refez o contrato modificando algumas cláusulas que, segundo Chichorro Júnior, beneficiou muito o estado e a população. A empresa também mudou sua denominação para Hauer Júnior & Cia e no dia 01 de julho de 1904 seus representantes assinaram contrato aceitando todas as exigências do estado a fim de permanecer com a concessão até a data prevista pela legislação municipal de Curitiba de 1898. A principal mudança nas relações de negociação entre a concessionária e o governo do estado do Paraná se deve a instauração de uma superintendência de fiscalização que periodicamente verificaria as condições da usina geradora de energia, a rede de distribuição e, principalmente, se as cláusulas do contrato estavam sendo cumpridas por parte da empresa. Em contrapartida, o estado garantiu a isenção de impostos municipais nas instalações prediais, e estaduais na aquisição dos materiais

² PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, presidente do estado do Paraná, pelo secretário de estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização Joaquim P. Pinto Chichorro Júnior em 31 de dezembro de 1904*. Curitiba: Typ. d’República, 1905, p.5-6.

necessários para manutenção da usina de geração e da iluminação propriamente dita, tais como, postes, fiação e lâmpadas. Além disso, o governo estadual assumiu a dívida do município para com a empresa e garantiu o uso e gozo de mananciais que poderiam ser utilizados no serviço da empresa “a título gratuito quando do domínio municipal, estadual ou federal; e mediante desapropriação por utilidade pública quando do domínio particular, pagando então a empresa o preço legal dos mesmos”.³

Desta forma, inseriu-se no discurso político o aproveitamento de recursos naturais, principalmente a água, para fins de melhorias na produção de eletricidade. A garantia concedida pelo governo de que os mananciais estavam à disposição do uso e gozo da empresa leva a crer que já havia especulações sobre a utilização do potencial hidráulico das águas dos rios paranaenses para geração de energia já nos primeiros anos do Século XX. É o início de um longo processo histórico de transformação dos recursos hídricos em energia elétrica no estado. No início, para iluminação, posteriormente como força para as máquinas que, gradualmente, passaram a ser movidas também pela eletricidade. A fim de atender à crescente demanda de energia, foram surgindo usinas hidrelétricas que, juntamente com os torres de cabos de transmissão, constituíram novas paisagens no Paraná.

Esse acordo de concessão dos recursos hídricos existentes em mananciais da região de Curitiba possibilitou o início das discussões sobre a viabilidade de usinas geradoras de energia no rio Iguaçu que, como já se sabia na época, era um rio que apresentava vários saltos e corredeiras propícios para a geração de eletricidade. Como vimos no primeiro capítulo, vários relatórios traziam informações sobre um famoso salto que dificultava o trajeto das canoas que partiam de Curitiba rumo ao centro do estado. Trata-se do Caiacanga, o salto que ocorre pouco acima do Porto Amazonas e que, desde o Século XIX era descrito como o ponto, a partir do qual, se poderia navegar o rio Iguaçu até o “porto da União da Victoria”. Como o Iguaçu era um rio que pertencia aos mananciais do estado, certamente seria alvo de suposições relacionadas à sua força hidráulica. Foi assim que, em abril de 1907

³ PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Contracto entre a Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização e a Empresa de Electricidade de Curitiba, Hauer Junior & Cia, para continuação do serviço de iluminação pública e particular da mesma cidade. In: _____. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, presidente do estado do Paraná, pelo secretário de estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização Joaquim P. Pinto Chichorro Júnior em 31 de dezembro de 1904...* Op.cit., p.52.

surge a primeira lei estadual que iniciaria o processo de estudos de viabilidade energética no rio Iguaçu. Trata-se da Lei nº 730 de 6 de abril de 1907 que autorizou o governo estadual a conceder à empresa Hauer Júnior & Cia o direito de explorar o salto Caiacanga para fins de geração de eletricidade.

Art. 1º. Fica concedido a Hauer Junior & Comp., actuaes concessionários do serviço de iluminação publica da Capital, o privilegio por 50 annos para captação e transformação em energia electrica da força hydraulica da Cachoeira do Cayacanga e de outras que existirem no rio Iguassú, entre os municípios da Lapa e Palmeira [...]⁴

Além da concessão de exploração e uso das águas do rio Iguaçu por meio Século, o governo estadual providenciou ainda outros direitos e benefícios que facilitassem os investimentos da empresa. Isso garantia à Hauer Júnior & Comp. o apoio governamental nos serviços que outrora estavam ao encargo apenas do poder privado.

Art. 2º. Os concessionários gozarão dos seguintes favores: *a)*–direito de desapropriação, á custa propria e de accôrdo com as leis em vigor, dos terrenos necessários ás installações de usinas, assentamento das linhas transmissoras e mais dependencias; *b)*–isenção de todos os impostos estadaes sobre o material destinado ás obras em questão;

Facilitando a desapropriação e retirando os impostos estaduais dos materiais destinados às construções das futuras usinas, o governo instaurava no estado do Paraná as primeiras ações de políticas públicas para a geração de energia. Neste sentido, pode-se afirmar que o estado paranaense adotou estratégias energéticas desde que as discussões sobre hidroeletricidade se iniciaram no Brasil. De certa forma, isto colabora para a compreensão de como o Paraná se tornou um estado independente e exportador de energia elétrica antes do final do Século XX. Embora a ênfase de uma política energética tenha se dado a partir dos anos 1970, não há como negar que as bases desta ação governamental já se delimitavam num tempo bem anterior a este. Além disso, nestas primeiras leis referentes à concessão e uso de água para

⁴ PARANÁ. Lei n. 730 – de 6 de abril de 1907. In: _____. *Leis e Resoluções não sancionadas do estado do Paraná: 1907*. Curitiba: Typ. da Penitenciaria do estado, 1912, p.80-81.

fins energéticos, emerge um tipo de discurso que mostra um estado consciente de seus recursos hidroenergéticos, e que passou a construir a necessidade de se apropriar deles através do incentivo à iniciativa privada.

Como a Lei n. 730 de 6 de abril de 1907 estabelecia a elaboração de um contrato para regulamentar a referida concessão, o governo baixou o Decreto 323 de 1º de Agosto do mesmo ano contendo as cláusulas do instrumento contratual.⁵ A Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização ficou responsável por recolher a assinatura do contrato com a empresa e posteriormente de realizar a fiscalização dos estudos de viabilidade e das futuras obras. O referido contrato traz questões interessantes para percebermos como os recursos hídricos do rio Iguazu começaram a ser pensados a partir de uma lógica de força e energia, iniciando-se, assim, uma profunda mudança nos discursos sobre o rio. Um novo agente passou a fazer parte das práticas discursivas ligadas às cachoeiras que antes representavam apenas entraves para a navegação. A partir de então, a “força” contida nestas águas poderia se transformar em “força motora” para o crescimento do estado através de aumento na geração de eletricidade. Além da iluminação, as empresas comerciais, industriais e do transporte da capital careciam de energia, de eletricidade, de força e estas palavras passaram a figurar em vários documentos que oficializaram um discurso voltado às necessidades de melhoria, crescimento e desenvolvimento. As discussões em torno de aliar força hidráulica à energia elétrica emergem sempre rodeadas de um discurso que primava pelo desenvolvimento e crescimento, primeiro da capital e posteriormente do interior do estado.

Este contrato oficializou a intenção de transformar as águas do rio Iguazu em energia elétrica e dispõe das formas e maneiras pelas quais uma empresa concessionária teria de agir para tal empreendimento. Através deste primeiro acordo entre o governo estadual e a empresa Hauer Júnior & Cia, o rio Iguazu foi, pela primeira vez, delimitado como um espaço de possibilidade energética e, a partir de então, passou a ser também representado por esta característica. Ao discurso descritivo sobre a velocidade de suas águas, tão constante nos documentos do Século XIX, incorporou-se a noção de força e energia capazes de produzir eletricidade. Aos estudos que visavam corrigir suas corredeiras

⁵ PARANÁ. Decreto n.323 – de 1º de Agosto de 1907. In: _____. *Decretos e Regulamentos do estado do Paraná: 1907: Actos do Poder Executivo*. [S.l.]: Typ. da Penitenciária do estado, [19?], p. 89-96.

e curvas para torná-lo navegável, juntaram-se, a partir de 1907, aqueles que a empresa deveria fazer para aproveitar o primeiro de seus grandes saltos, o Caiacanga, como impulsionador de uma usina geradora de energia.

Apesar destes planos não se concretizarem nas obras desejadas e acordadas em 1907, o que veremos adiante, o fato desta cachoeira ter motivado relações comerciais entre o estado do Paraná e uma empresa particular é muito sugestivo, pois mostra o governo paranaense se apropriando de recursos hídricos para geração de energia que representava um mercado em expansão já no início do Século XX no estado. Além desta relação de concessão das águas de uma cachoeira, emerge a construção discursiva aliando eletricidade a desenvolvimento/crescimento econômico, pois, a finalidade da negociação, inscrita no referido contrato, era a de aumentar a energia para baratear custos de iluminação e força para a indústria, o comércio e os órgãos públicos da capital.

Através desta documentação podemos perceber também como os governantes paranaenses do início do século passado interpretavam as novidades advindas do avanço tecnológico no desenvolvimento de energia, principalmente a noção que possuíam sobre uma usina movida com força hidráulica, como ela funcionava e quais seriam os cuidados que deveriam ter com materiais, pessoas e natureza. Embora o contrato não apontasse especificamente o tipo de metodologia empregada na construção de hidrelétricas, a bibliografia brasileira destaca que, em termos de tecnologia hidrelétrica, o Brasil dispunha do que havia de mais moderno para a época. Segundo Fainzilber, os técnicos brasileiros produziam hidroeletricidade desde 1883, quase concomitante aos empreendimentos estadunidenses e europeus.⁶ Deste modo, podemos inferir que as especulações e ações voltadas à construção de usinas para utilização de força hidráulica na produção de eletricidade no Paraná também podem ser consideradas pioneiras no Brasil, juntamente com os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O contrato firmado entre Francisco Gutierrez Beltrão, secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização do estado do Paraná, e José Hauer Júnior, representante da Hauer Júnior & Cia no dia 02 de Agosto de 1907, certamente representou um avanço nas discussões sobre a necessidade de aumento e melhoria no fornecimento de energia elétrica para a capital do estado. Afinal, desde 1904, quando houve a

⁶ FAINZILBER, Abrahão. *Energia elétrica*. Rio de Janeiro: Bloch, 1980, p.18.

estatização do serviço, quase todos os relatórios enviados por esta secretaria aos governadores do estado apresentavam reclamações e a urgência de melhorias no serviço de iluminação pública e particular de Curitiba. Por isso, estabelecer novos métodos e técnicas para extrair eletricidade significava a apresentação de uma saída para a crescente demanda por energia na capital, mesmo que isso obrigasse o estado a fazer mais concessões à mesma empresa que, muitas vezes, não respondia às expectativas do governo nos serviços que já vinham realizando no setor.

Contudo, a proposta parecia viável e, por força de Lei, Decreto e Contrato o estado do Paraná concedeu à empresa contratante a “Cachoeira do Caiacanga” e as outras existentes no rio Iguaçu, entre as cidades de Lapa e Palmeira, para captação e transformação da força hidráulica em energia elétrica por 50 anos. Toda a energia elétrica advinda deste empreendimento deveria atender primordialmente a cidade de Curitiba nos serviços de iluminação pública e particular e “no fornecimento de força á quaesquer emprezas e estabelecimentos industriaes ou de transportes nesta capital e seus arrabaldes”.⁷

Entre os favores que o estado concedeu à empresa estão: o direito de desapropriação de benfeitorias, águas e terrenos necessários para a instalação de usinas e redes de transmissão; isenção de qualquer imposto estadual na aquisição de materiais para as obras e direito de solicitar, por intermédio do governo estadual, a isenção de impostos federais no que fosse necessário; e o direito de transferir suas obrigações a outra empresa desde que tal procedimento fosse autorizado pelo governo. Até aí, nenhuma diferença significativa com qualquer outro contrato de concessão governamental ou algo, mais precisamente, que distinguisse esse serviço de qualquer outro, fazendo com que, tudo parecesse simples e perfeitamente executável. Contudo, a partir da cláusula 5ª surgem alguns elementos que fariam com que o objeto deste contrato não se concretizasse, por tratar-se de um empreendimento que exigia muito mais do que imaginavam os contratantes.

Ao iniciar a parte das obrigações da empresa, estipulou-se um prazo muito curto para o que se chamou de “estudos definitivos” sobre a instalação das usinas. O governo exigia que, em seis meses, a empresa

⁷ PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Coronel Joaquim Mouteiro de Carvalho e Silva, vice-presidente do estado do Paraná, por Francisco Gutierrez Beltrão, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, anno de 1907*. Curytiba: Oficina de Artes Graphicas de Adolpho Guimarães, [1907], p.178.

enviasse um relatório contendo todos os estudos para a instalação das unidades geradoras.

5º Dentro de seis meses contados da data do presente contracto, deverão os concessionarios submeter á aprovação do Governo estudos definitivos constantes dos seguintes documentos:

- a) planta topographica dos terrenos circumvizinhos ás cachoeiras a aproveitar, com indicação da localização das diversas construcções projectadas, os conductores d'agua e represas a estabelecer, modificação do curso de rios, etc.;
- b) planta topographica da faixa do terreno que deva ser percorrido pelos cabos transmissores de energia electrica á uzina distribuidora nesta capital;
- c) planos exactos e detalhados de todas as obras a executar;
- d) plantas dos terrenos a desapropriar;
- e) memória descriptiva e justificativa do systema escolhido para confecção do projecto.⁸

O que chama a atenção nestas alíneas é a forma pela qual se pretendeu fazer a leitura do espaço em tão pouco tempo, demonstrando assim, que o estado tomou para si a responsabilidade de tratar com urgência os problemas advindos da falta de energia e do quanto estes possíveis centros geradores no rio Iguaçu poderiam contribuir para a solução deste problema. Esta postura contratual, com pretensões de atividades definitivas já nos primeiros meses de concessão, mostra bem que a noção da época sobre empreendimentos deste porte apresentava uma característica primária e inexperiente, o que é perfeitamente aceitável sendo esta uma das primeiras tentativas de utilização das águas para geração de energia no Paraná.

A leitura do espaço na feitura das plantas, os planos “exatos e detalhados” de todas as obras, o levantamento dos terrenos para desapropriação e a escolha de um sistema para transformar a água em energia são apêndices dentro do objetivo maior que era a produção de eletricidade o mais rápido possível. Com isto, percebemos que os planos para empreendimentos hidrelétricos no rio Iguaçu nasceram já com a

⁸ PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Coronel Joaquim Mouteiro de Carvalho e Silva, vice-presidente do estado do Paraná, por Francisco Gutierrez Beltrão, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, anno de 1907... Op.cit., p.179.*

responsabilidade de resolver os problemas que a falta de energia causava ou ainda causaria ao estado. A partir de então, instaurou-se a idéia de que o espaço hídrico deste rio serviria para tais empreendimentos e foi essa a noção norteadora de inúmeros discursos que interligaram o rio Iguazu à energia elétrica, como perceberemos ao longo deste capítulo.

É importante também chamar a atenção para o conteúdo da alínea “e” da cláusula 5ª sobre a necessidade de uma “memória descritiva e justificativa” das técnicas e metodologias escolhidas para a construção do projeto. Embora não haja uma especificação por parte do governo do tipo de sistema que a empresa deveria utilizar na construção das usinas, existe, pelo menos, a preocupação de acompanhar esse detalhe. No ano em que foi assinado o contrato, várias hidrelétricas já estavam em operação no Brasil ou estavam sendo construídas, conforme apontou Arnaldo Carlos Müller em seu livro “Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento”.⁹ Isto demonstra que havia, na época, várias formas tecnológicas de gerar energia através destas usinas, que representavam um setor em franco crescimento devido a escassez de outros recursos energéticos no país, tais como, gás natural, petróleo e carvão. Sendo assim, entendia o governo que, no aproveitamento do salto Caiacanga, a escolha de um bom sistema seria decisivo no sucesso ou não da obra. Contudo, a escolha ficaria a critério da empresa desde que esta observasse o crescente progresso da “eletro-técnica”:

11ª Os concessionários terão o direito de dar preferencia ao melhor systema ou processo que os progressos da electro-technica aconselham para as modificações futuras nos serviços que forem objecto do presente contracto, ficando ao governo salvo o direito, durante o prazo da concessão de exigir as obras novas ou modificações que se fizerem precisas sem alteração do systema adoptado para o effeito da plena segurança de pessoas e cousas, accordados sempre para a execução dessas obras prazos razoaveis e consentaneos com a natureza de taes serviços.¹⁰

⁹ MÜLLER, Antonio Carlos. *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Makron Brooks, 1995, p.6-7.

¹⁰ PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Coronel Joaquim Mouteiro de Carvalho e Silva, vice-presidente do estado do Paraná, por Francisco Gutierrez Beltrão, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, anno de 1907... Op.cit.*, p.180.

A escolha de um sistema condizente com as técnicas existentes na época do contrato seria fiscalizada pelo governo através da apresentação de uma “memória descritiva”, o que entendemos ser uma explicação, por parte da empresa, do histórico da técnica a ser empregada e por que esse sistema era o mais apropriado ou se ajustaria às características do local. Todos esses “laudos” deveriam ser apresentados num relatório que estabelecesse critérios, datas e valores do empreendimento. Desta forma, por mais que o tempo estabelecido tenha sido curto, essa intenção de realizar estudos prévios sobre este aproveitamento hidrelétrico foi o primeiro documento a legitimar ações diretas e incisivas sobre o rio Iguaçu. A partir de então, os estudos prévios serão o meio pelo qual se definirão as ações de transformação ambiental no espaço percorrido pelo rio. É o início de uma longa relação entre ciência e técnica na leitura e mapeamento deste espaço hídrico para fins de transformação de corredeiras e saltos em barreiras artificiais, as grandes barragens, cujos reservatórios formados por elas inundarão, a partir da década de 1970, milhares de km² dos territórios percorridos pelo Iguaçu.

Através dos relatórios escritos pelos fiscais designados pela Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização do estado do Paraná, podemos acompanhar o andamento deste processo, que deveria ser o primeiro projeto de aproveitamento da força hidráulica do rio Iguaçu. Em 31 de dezembro de 1908, o fiscal João Pernetta, no relatório enviado ao secretário Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, afirmou que a empresa não conseguiu entregar os estudos definitivos constantes na cláusula 5ª do Contrato assinado em 1907 e solicitou que o prazo fosse prorrogado. Com isso, o governo do estado, através de Despacho e Termo lavrado em 1º de abril de 1908, concedeu mais cinco meses para a apresentação de tais estudos. Foi então que, exatamente no dia 02 de setembro do mesmo ano, “os concessionários apresentaram o plano geral das obras e projectos detalhados, constituindo de accordo com o contracto, os estudos definitivos a que estavam obrigados”.¹¹

Segundo João Pernetta, estes estudos ofereciam as condições técnicas essenciais para as obras e o sistema a ser adotado pela empresa

¹¹ PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Relatório enviado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização pelo fiscal do Contrato Hauer Júnior & Comp. para a captação e transformação em energia eléctrica da força hidráulica da Cachoeira do Caiacanga, João David Pernetta. In: _____. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do estado do Paraná, pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1908*. Curitiba: Typ. d'República, 1908, p.77.

era o mais conveniente, pois estava de acordo com a topografia do terreno e com a força hidráulica estimada da cachoeira do Caiacanga. Contudo,

os projectos detalhados das obras d'arte a realizar e das estações não podiam ser desde logo definitivamente aceitos, apresentados como foram em formas de typos a adoptar, mas sujeitos a futuras modificações, de conformidade com as diversas circunstancias locais.¹²

Pelo que percebemos no relatório do fiscal, o governo analisou os estudos num período de um mês e percebeu que os relatórios não continham dados significativos sobre as formas de construção da usina. Mesmo assim resolveu aprovar os estudos apresentados, porém, através do Decreto 584 de 02 de outubro de 1908, obrigou os concessionários a detalhar “as obras de arte e outras especiais” à medida que elas fossem executadas. De outubro a dezembro de 1908, segundo João Pernetta, a empresa não realizou nenhum tipo de obra ou ação planejada para iniciar as construções da unidade geradora e nem da rede de transmissão.

No ano de 1909, os trabalhos também não avançaram. O mesmo fiscal redigiu o relatório e o enviou ao Secretário da pasta afirmando que, sobre os trabalhos na cachoeira do Caiacanga, as únicas novidades foram o início de alguns caminhos, derrubadas e alguns serviços preparatórios.

Infelizmente sobre esses trabalhos para captação e transformação em energia eléctrica da força hidráulica da cachoeira do Caiacanga, que fazem objecto da minha fiscalização, nenhum resultado positivo foi conseguido, porquanto as obras estão paralisadas.¹³

¹² PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Relatório enviado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização pelo fiscal do Contrato Hauer Júnior & Comp. para a captação e transformação em energia eléctrica da força hidráulica da Cachoeira do Caiacanga, João David Pernetta. In: _____. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do estado do Paraná, pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1908*, p.77.

¹³ Idem. Relatório enviado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização pelo fiscal do Contrato Hauer Júnior & Cia, João David Pernetta. In: _____. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do estado do Paraná, pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'estado dos*

Segundo João Pernetta, era de se lamentar a falta de execução das obras previstas nos estudos definitivos, pois o atraso do cronograma acarretaria a impossibilidade da empresa cumprir com as obrigações contratuais decretadas em 1908 pelo governo que previa o gozo da energia advinda desta cachoeira para o ano de 1910. No breve relatório de 1909, o fiscal não aponta as causas do atraso, o que impossibilita uma interpretação minuciosa sobre os motivos pelos quais a empresa não agiu como previa o governo. No entanto, é preciso antecipar que esta primeira tentativa de transformar as águas do Iguaçu em energia não obteve sucesso, pelo menos na previsão dos órgãos públicos que passaram a desacreditar na construção da usina.

Em virtude, pois, da expressa e terminante cláusula contratual, termina em 2 de agosto do ano vindouro [1910] o prazo para tal empreendimento, podendo-se assim concluir a impossibilidade do cumprimento dessa obrigação em vista da exiguidade do tempo.¹⁴

Contudo, pelo que se percebe nas fontes, a empresa relutava em desistir desta construção, pois, no primeiro trimestre de 1910, reuniu-se com os representantes do governo a fim de solicitar uma alteração nas cláusulas contratuais que dispunham sobre as datas em que se obrigava a entregar a usina. Como o governo tinha muito interesse na implantação da mesma, alterou o contrato e prorrogou, por mais dois anos, o prazo máximo para a conclusão das obras. Esta prorrogação foi legitimada pela Lei 965 de 08 de abril de 1910 e regulamentada através do Termo de Alteração Contratual de 08 de julho do mesmo ano. Mesmo assim, a Hauer Júnior & Cia não pôde continuar com os serviços, pois, em 03 de novembro do mesmo ano, com a transferência do contrato de concessão dos serviços de iluminação pública e particular de Curitiba, a empresa transferiu também as obrigações contratuais referentes ao aproveitamento da cachoeira do Caiacanga para fins de energia elétrica. Desde então, o concessionário passou a ser o francês Eduardo Fontaine de Laveleye, um dos sócios fundadores da *The South Brazilian Railways*, empresa que passou a administrar os serviços outrora concedidos à Hauer Júnior & Cia.¹⁵

Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1909. Curitiba: Typ. d'República, 1910, p. [96].

¹⁴ Idem.

¹⁵ Para todos os dados referentes à prorrogação e transferência contratual tanto da iluminação pública e particular de Curitiba quanto da captação da força hidráulica da cachoeira do Caiacanga cf. PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. *Relatório*

A *The South Brazilian Railways* fez parte do que Müller chamou de “impulso inicial do setor elétrico brasileiro”,¹⁶ pois, com recursos econômicos e tecnológicos, esse e outros grupos estrangeiros passaram a investir na geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica no Brasil. No Paraná, antes de assumir o contrato de iluminação pública e particular de Curitiba, esta companhia já realizava trabalhos voltados à implantação do sistema de transporte por bondes elétricos na capital. Sendo assim, como nos centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro o serviço de eletricidade estava sob o domínio estrangeiro desde 1899, é possível afirmar que o Paraná não tardaria a ser alvo também destas companhias.

Para termos uma noção do panorama das empresas de eletricidade nos grandes centros do Brasil, a prefeitura Municipal de São Paulo, por exemplo, firmou contrato com a *The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited* em 1899, dando-lhes concessão dos serviços de produção, utilização e venda de eletricidade. Em 1905, a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd., vinculada ao mesmo grupo paulista, assumiu também esses serviços na então Capital da República ao obter o controle acionário da francesa Société Anonyme Du Gaz, concessionária do Rio de Janeiro desde 1899.¹⁷ Estes dados mostram como a iniciativa privada estrangeira foi, aos poucos, se apoderando e controlando o serviço de eletricidade no país, realidade que somente sofreria mudanças depois da década de 1930, com governo “nacionalista” de Vargas.

No Paraná, a transferência de uma concessionária para outra, pouco mudou a situação de insatisfação dos governantes e da população em geral nos assuntos sobre eletricidade. Na cidade de Curitiba, por exemplo, as reclamações eram constantes nos meios de comunicação, como bem apontou Benvenuti, em dissertação de mestrado sobre as principais reclamações dos curitibanos na *Belle Époque*, ao encontrar mais de 40 queixas populares sobre a iluminação da capital na coluna *Queixas e reclamações do povo*, publicada entre 1909 e 1916 no jornal

apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do estado do Paraná, pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1910. Curitiba: Typ. d'República, 1910, p. 141-143.

¹⁶ MÜLLER, Antonio Carlos. *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento...* Op.cit., p.8.

¹⁷ Mais detalhes cf. ELETROPAULO. Departamento de Patrimônio histórico. *História & Energia*: v.1. A chegada da Light. São Paulo, Eletropaulo, 1986; e MÜLLER, Antonio Carlos. *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento...* Op.cit., p.8-10.

curitibano “Diário da Tarde”.¹⁸ Isso demonstra que, por mais que outra empresa detivesse a concessão, pouco se fez para melhorar a situação da iluminação. Além disso, os projetos de geração de energia através da força hidráulica do rio Iguaçu, na cachoeira do Caiacanga, também não logrou êxito com a *The South Brazilian Railways* e os projetos e estudos sobre a usina, bem como sua rede de transmissão, acabou não saindo do papel.

Em 31 de dezembro de 1911, o engenheiro fiscal João David Pernetta enviou seu último relatório sobre o andamento das obras na cachoeira do Caiacanga, neste ano sob a responsabilidade da concessionária estrangeira. Da mesma forma que nos anos anteriores, as obras continuavam paralisadas e a única obrigação contratual obedecida neste empreendimento fora o projeto, aprovado em 1908. Contudo, em 1911, diferentemente dos anos anteriores em que não havia explicação sobre os motivos da paralisação, uma relação conflituosa entre a *The South Brazilian Railways* e a companhia responsável pela Estrada de Ferro Paraná, pareceu ser a causa da suspensão da construção.

Surgiram duvidas, durante o correr do anno, entre a empreza do Caiacanga e a direcção da Estrada de Ferro Paraná, protestando aquella empreza contra as modificações de linhas dessa estrada, cuja construcção iria prejudicar as futuras represas da cachoeira, bem como o conjunto da installação.¹⁹

Essa divergência apresentada pelo fiscal entre as duas concessionárias demonstra, de certa forma, um choque de interesses nas ações que significavam prioridade no estado. De um lado a necessidade de geração de energia, de outro a de transportes, porém, ambas apresentavam contratos com o estado que, pelos seus representantes, aprovaram laudos, estudos e projetos sem levar em consideração o encontro dos trilhos com a futura represa. No entanto, o relatório mostra

¹⁸ BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *As reclamações do povo na Belle Époque*: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916). 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p.48-50.

¹⁹ PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Relatório enviado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização pelo fiscal do contrato para a captação e transformação em energia electrica da Cachoeira do Caiacanga, João David Pernetta. In: _____. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do estado do Paraná, pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1911*. Curitiba: [Typ. d'República], 1912, p. 43.

bem a forma como o governo agiu no início da disputa, abstendo-se de julgar qualquer mérito.

Sobre taes questões V. Exa. [o secretário de estado de obras públicas e colonização] julgou necessario obter informações da direcção da Estrada de Ferro Paraná, remetendo-as, por copia, aos emperezarios do Caiacanga. De resto, o Governo do estado não se obrigou, por clausula nenhuma, garantir a concessão feita, devendo, em consequencia, a empreza do Caiacanga, recorrer aos meios judiciarios, caso julgue-se, de qualquer fôrma, effectivamente prejudicada em seus direitos, sem que ao estado possa caber qualquer responsabilidade.²⁰

Essa postura de não trazer para o interior do governo uma discussão entre duas empresas “gigantes” e concessionárias de serviços tão importantes como transporte e energia, deslinda uma prática omissa do governo em seus discursos oficiais. A busca de legitimidade para essa “neutralidade” está implícita na afirmação de que o estado não garantiu a concessão em nenhuma cláusula contratual, o que o liberava de qualquer responsabilidade na contenda. Além disso, como a empresa do Caiacanga há algum tempo não demonstrava interesse na realização das obras, pode-se entender esta “omissão” como uma resposta do governo.

Embora a prorrogação contratual estabelecesse como último prazo para construção da usina do Caiacanga o dia dois de julho de 1912, os relatórios dos presidentes do estado demonstram que o governo aguardou até dezembro de 1913 uma posição da empresa. Em fevereiro daquele ano, o presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque relatou que continuava “em vigor o contracto para aproveitamento da força hydraulica das cachoeiras do Caiacanga, no rio Iguassú”, mas que a empresa parecia não pretender realizar tal empreendimento por não ter efetuado, até aquela data, “qualquer serviço indicativo” de que

²⁰ PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Relatório enviado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização pelo fiscal do contrato para a captação e transformação em energia electrica da Cachoeira do Caiacanga, João David Pernetta. In: _____. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do estado do Paraná, pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1911...* Op.cit., p.43.

mantivessem “o propósito de utilizar aquela fonte de energia”.²¹ No ano seguinte, o mesmo presidente ao reclamar da insuficiente e cara eletricidade do Paraná, reafirmou que a concessionária, por mais que não tivesse ainda realizado as obras necessárias para a construção do empreendimento em Caiacanga, ainda intencionava fazê-las caso o contrato fosse estendido.²² No entanto, esta foi a última vez que a discussão apareceu nos relatórios dos presidentes, demonstrando assim, que a usina não logrou o êxito esperado no tempo contratado.

A história desta que deveria ser a primeira hidrelétrica do rio Iguaçu, além de representar o início das discussões sobre viabilidade de aproveitamento da sua força hidráulica, inicia também uma prática de estudos e relatórios técnicos para analisar, mapear e diagnosticar os espaços do rio viáveis à construção de usinas hidrelétricas. A partir de então, os estudos sobre topografia, pluviometria, velocidade da água, altura dos saltos, vegetação e clima buscaram sempre ligar as características do rio e seu entorno aos futuros processos de transformação destes recursos em força para geração energia. O aumento da demanda por eletricidade no Paraná e no país, aliado à escassez de recursos energéticos para as usinas termoelétricas, fez com que os rios fossem percebidos também como a possibilidade de gerar a energia de que carecia o Brasil. Deste modo, novos olhares foram lançados sobre os rios, inferindo, com isso, novas práticas de apropriação de seus recursos.

No Paraná, por exemplo, enquanto os documentos oficiais davam visibilidade à Usina do Caiacanga, outras duas se construíram longe da capital. A primeira denominada Usina de Serra da Prata, foi construída em 1910 nas proximidades de Paranaguá e forneceu energia àquela cidade até a década de 1970, quando foi desativada.²³ Logo em seguida, em 1911, Ponta Grossa também foi sede de uma hidrelétrica, a Usina de Pitangui, que até hoje opera na cidade sendo a mais antiga hidrelétrica

²¹ PARANÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do estado do Paraná ao instalar-se a 2ª Sessão da 11ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1913*. Curitiba: Typ. do “Diário Oficial”, 1913, p.23.

²² Idem. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo Ex. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do estado do Paraná ao instalar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1914*. Curitiba: Typ. do “Diário Oficial”, 1914, p.26.

²³ COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. *História da energia no Paraná*. Curitiba: COPEL, 2008. Disponível em:

<<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Ffacopel%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F938F473DCEED50010325740C004A947F>>. Acesso dia 05/10/2010.

em funcionamento no estado.²⁴ Desta forma, chama atenção a oficialidade discursiva em torno das negociações para aproveitamento no rio Iguaçu, pois, se os prazos contratuais tivessem se cumprido, Caiacanga seria a primeira hidrelétrica a operar no Paraná.

Além disso, é significativa a divulgação do processo que envolveu a possível construção da usina no Iguaçu por representar o primeiro projeto em que os órgãos do governo firmaram as negociações e acompanharam os procedimentos. Por mais que os únicos serviços em torno da usina tenham sido os estudos e o projeto, pelo menos no prazo do contrato, Caiacanga se torna uma das primeiras ações governamentais favoráveis à utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia. As discussões em torno deste projeto, a presença de um fiscal representante do governo e a frustração pela não execução das obras no tempo programado, fazem emergir, dentro dos discursos oficiais, a necessidade de uma política energética voltada ao aproveitamento dos rios do estado.

Por outro lado, poderíamos pensar também que a oficialidade dada às questões da usina do Caiacanga, estaria representando apenas o interesse dos governantes em documentar e publicar certo empenho do poder público nos problemas advindos da falta de energia na capital do estado, o que não deixa de ser um dos objetivos. Porém, entende-se, nesta pesquisa, que os relatórios dos fiscais, dos secretários e dos próprios presidentes do estado não são simples relatos dos atos do governo. Pelo contrário, estabelecem posturas políticas que nortearam as ações governamentais no trato com as diversas questões que envolveram os interesses públicos ou privados. Neste caso, a discussão em torno da iluminação da capital em detrimento a das outras cidades do estado, é um forte indício de que o governo buscava firmar em Curitiba não apenas uma sede de governo, mas um centro de referência como era São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Para que a capital fosse assim constituída, necessitava de ações incisivas em infra-estrutura e, entre elas, a energia. Sendo assim, o interesse pelo aproveitamento das águas do rio Iguaçu vai ser, neste primeiro momento, movido pelo anseio de desenvolver economicamente a capital do estado, por onde passam suas águas e onde, não muito longe dali, forma uma cachoeira cuja força poderia produzir grande parte da energia que faltava para Curitiba.

O aproveitamento do rio Iguaçu para fins de eletricidade inicia, ainda na primeira década do Século XX, uma série de ações políticas

²⁴ COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. *Usina hidrelétrica Pitanguí*. Curitiba: Copel, [200?]. 1 fôlder.

que visavam não apenas manter, mas impulsionar o crescimento econômico. Primeiramente, essas ações estarão voltadas exclusivamente à capital e, em seguida, ao estado como um todo. Contudo, as interpretações aqui feitas sobre a usina do Caiacanga mostram apenas o início de uma cultura econômica que visualizará os recursos do Iguazu com finalidade energética. É necessário avançar no tempo para que se compreenda até onde esses anseios vão chegar e como será possível a transformação desses projetos primários de aproveitamento da “força hidráulica” do Iguazu nas grandes usinas hidrelétricas construídas a partir da década de 1970.

3.2 A POLÍTICA ENERGÉTICA DO PARANÁ ANTES DO CÓDIGO DAS ÁGUAS

Até o final da década de 1920, existiam apenas pequenas centrais elétricas no Paraná, algumas sob responsabilidade de concessionárias que prestavam serviços a cidades como Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Paranaguá, outras eram instaladas para servir empresas, geralmente madeireiras ou pequenas indústrias. A principal característica das três primeiras décadas do Século XX no estado paranaense era a de possuir várias usinas, todas de pequeno porte, de início termoeletricas e gradualmente passando para a força hidráulica. Segundo dados do IBGE, em 1920, por exemplo, existiam no Paraná 20 usinas geradoras de eletricidade, porém, formavam um grupo heterogêneo e isolado o que impossibilitava a junção dos 6.715 kW que produziam.²⁵ Sem uma política energética estadual, as concessionárias se valiam dos contratos que lhes garantiam o gozo do serviço de iluminação por décadas, como o caso da *The South Brazilian Railways* que, como já vimos, em 1910, assumiu a continuidade da Hauer Júnior & Cia que tinha a concessão até a década de 1950 para o serviço de iluminação da capital. Por mais de duas décadas, quase toda a energia utilizada para fins públicos e privados da capital paranaense advinha da Termoeletrica Capanema e era fornecida por um sistema que nunca deixou de receber pesadas críticas.

A falta de uma política energética estadual refletia a realidade do Brasil que carecia de uma legislação que estabelecesse parâmetros para a geração, transmissão e regulamentação do mercado energético

²⁵ SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) et. al. *Um Século de eletricidade no Paraná...* Op.cit., p.42-44.

brasileiro. Desde 1907 tramitava no Congresso Nacional um projeto de lei que institua o “Código das águas”, porém, esse projeto esbarrava e entrava em choque com os interesses das empresas estrangeiras que detinham o monopólio deste serviço no país. Como veremos adiante, esse quadro nacional só começaria a mudar a partir do governo de Getúlio Vargas que promulgará tal legislação nacionalizando os recursos hídricos e lançando as primeiras bases para uma profunda transformação energética no Brasil. Até então, os paranaenses num todo e os curitibanos especificamente, pelo que apontam os documentos analisados, conviviam com a contradição de um mercado de tecnologia eletrônica em ascensão (eletrodomésticos como ferros e fornos elétricos, geladeiras, aquecedores, além de toda uma maquinaria industrial) e um serviço de fornecimento de energia em decadência. O descontentamento popular foi amplamente registrado nos meios de comunicação da época, como esta reportagem do jornal *Gazeta do Povo* de 1921:

Esta amplamente verificada a afirmativa geral de que a South nos serve pessimamente, amparada por um contracto monstro, em má hora e impatrioticamente assignado pela autoridade competente.[...] A South tem o trunpho nas mãos e para todo o relaxamento no seu funcionamento de luz, há a grande desculpa da “força maior” nem de multa sendo possível. Mas a Empreza Electrica pode ainda um dia arrepende-se de tão mal servir nosso povo.²⁶

A crítica à “*South*” pesava também ao governo do estado pela concessão do serviço e por exercer apenas ações de fiscalização, cujo papel nos últimos anos vinha sendo apenas o de enviar um relatório anual contendo o número de vezes que faltou energia em vias públicas, quantas lâmpadas foram trocadas e algumas queixas e reclamações populares. Para termos uma idéia, o relatório apresentado em 1918 pelo fiscal designado pela Secretaria dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas sobre o serviço prestado pela *The South Brazilian Railways* em Curitiba aponta para a substituição de 4.382 lâmpadas, 315 “Abat-jours” e 25 interrupções de energia “por força maior”.²⁷

²⁶ A SOUTH brinca. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 23 de março de 1921 In: SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) et. al. *Um Século de eletricidade no Paraná... Op.cit.*, p.56.

²⁷ OLIVEIRA JUNIOR, João Carvalho de. Fiscalização do serviço da iluminação electrica de Curityba, em 1º de julho de 1918. In: PARANÁ. Secretaria dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do estado, pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Secretario d'estado dos*

Pelo que se percebe, a desculpa “motivo de força maior”, razão da crítica impressa no jornal da Capital, era uma prática costumeira para desculpar as interrupções no fornecimento e “mascarar” a realidade de um sistema defasado e cheio de falhas. Isso demonstra também certa conivência do fiscal em amenizar em seus relatórios as pesadas críticas que a empresa sofria nos segmentos populares. Em seu relatório, o fiscal ainda elogia a empresa pelo atendimento prestado à fiscalização, demonstrando as boas relações entre empresa e setor fiscal. “Com actividade e brevidade a Empreza de Electricidade tem attendido as reclamações desta Fiscalisação e mantém pessoal necessário para boa marcha do serviço como estatue o contracto”.²⁸ Sendo assim, é mister levarmos em consideração o descontentamento e as críticas da imprensa sobre o descaso em que se encontrava o serviço de eletricidade da capital.

Obras como a Usina do Caiacanga, que contribuiria para a melhoria dos serviços de energia na capital, não saíram do papel, fato que merece ser ressaltado por conta da obrigação contratual descumprida. Se, por um lado percebe-se a crítica popular, por outro é nítida a conivência do setor de fiscalização e, por conseguinte, da própria secretaria de estado que não exigia da *South* os trabalhos contratados e concedidos pelo poder estadual. No entanto, a partir de meados da década de 1920, surge uma crítica ao sistema de geração de energia da concessionária que ainda era o termoelétrico e, neste sentido, o poder público parece encontrar um meio para neutralizar a *The South Brazilian Railways*, uma vez que esse sistema não dava mais conta de nutrir energeticamente o “progresso” da capital paranaense. A mensagem do presidente Caetano Munhoz da Rocha, de 1926 é a primeira a criticar esse sistema e instaurar no Paraná o apelo às hidrelétricas.

O estado despendeu, no exercício de 1924-1925 a quantia de 217:138\$100 com a iluminação publica da Capital. Os serviços continuam a cargo da The South Brazilian Railway Com. Ltd. que se utiliza ainda da usina thermica. Comprehende-se que não poderá persistir esse systema incompatível com o crescente progresso de

Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas em 31 de dezembro de 1918: exercício de 1917-1918: primeira parte. Curitiba: Typ. da Republica, 1918, p.230-236 dos “anexos”.

²⁸ *Ibidem*, p.237.

Curitiba [...] tornando-se urgente que se leve a efeito a instalação hydro electrica.²⁹

A crise com a concessionária vinha se arrastando há anos e as relações amigáveis só aparecem nos relatórios dos fiscais da Secretaria Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, por serem os únicos documentos onde se percebe uma forma de tratamento elogiosa aos serviços da empresa. Os jornais da época, a prefeitura de Curitiba e o próprio presidente do estado deixavam claro seu descontentamento e também sua impotência diante das garantias e benesses contratuais que dispunha a concessionária. Nesta mesma mensagem, Munhoz da Rocha relata que a prefeitura procurou “promover os meios de aquisição dos serviços de luz e de força, afim de reorganizal-os e amplial-os devidamente”³⁰, mas não logrou êxito, devido às amarras do contrato que possuía a *The South Braziliam Ralways*. Da mesma forma, Munhoz adiantou à Assembléia que talvez o estado tivesse que encampar essa luta pela estatização do serviço de iluminação e força, pois não podia mais contar com “as empresas particulares que, em geral, apegando-se a dispositivos de contractos antigos, que não deviam prevalecer mais ou precisavam ser modificados, tratam antes de auferir os maiores lucros sem a preocupação do interesse público.”³¹

Essas afirmações de Munhoz da Rocha mostram a aliança entre a prefeitura de Curitiba e o estado do Paraná na luta contra a hegemonia da concessionária e pela instalação de um novo sistema de geração de energia elétrica para o Paraná. A partir daí, o modelo de geração hidráulica passou a ser o idealizado, pois além dos recursos naturais para a instalação de hidrelétricas, o estado visualizou a possibilidade de tomar novamente para si um serviço que, de momento traria grandes gastos, mas que, em longo prazo, poderia beneficiar o estado, já que, como vimos na mensagem, era já sabido o quanto lucrava e o quanto de dinheiro público detinham as concessionárias particulares. Com um discurso que aliou melhoria de serviço e lucro ao estado, as hidrelétricas passaram a representar a saída para todos os problemas de iluminação e eletricidade, principalmente os entraves contratuais com a concessionária, já que esta também descumpriu as cláusulas referentes à utilização de mananciais para fins de geração de hidroeletricidade.

²⁹ PARANÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do estado, ao instalar-se a 1ª Sessão da 18ª Legislatura*. Curitiba, 1º de fevereiro de 1926. [Curitiba]: [s.n.], p.126.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

Uma vez decidido por esse tipo de geração de eletricidade, passou o governo a articular uma série de ações para realização deste intento sem, contudo, parecer autoritário e descumpridor do acordo firmado em agosto de 1907 com a concessionária. Para tanto, fez valer-se da cláusula 22 do referido contrato que estipulava uma revisão a cada cinco anos do serviço prestado pela empresa. Por mais que a referida cláusula não estabelecesse mudanças significativas por conta desta revisão, o estado encontrou nela uma “brecha” para instaurar seus novos planos para a eletrificação da capital. Montou-se uma equipe com três engenheiros designados pelo presidente do estado, a fim de proceder “um exame na usina geradora de energia eléctrica e respectiva rede distribuidora”.³² Esta equipe formada por Ademaro Munhoz, José Níeppe da Silva e Plínio Monteiro Tourinho, responderia um formulário com seis questões sobre: 1) condições técnicas da usina; 2) se a produção era suficiente para abastecer Curitiba; 3) se existiam máquinas suplementares; 4) quadro de distribuição segura de eletricidade; 5) o estado físico da aparelhagem; e 6) sobre a voltagem da usina. Segundo o presidente do estado, com o parecer destes engenheiros o governo adotaria as providências necessárias. Porém, o certo é que Munhoz da Rocha já tinha uma opinião formada sobre o assunto e este procedimento, ao que tudo indica, foi apenas um ato burocrático, pois, conforme o próprio presidente, os serviços da *The South Brazilian Railways* já não satisfaziam “as exigências do desenvolvimento da nossa bella Capital e na parte referente á iluminação da cidade, são sobremodo deficientes”.³³

As relações e decisões estavam acertadas de tal modo que, mesmo antes do laudo dos engenheiros, a prefeitura de Curitiba já havia publicado um edital chamando à concorrência empresas que se interessassem na instalação de uma usina hidrelétrica com capacidade para fornecer energia e força motriz à capital.³⁴ Especulava-se que a usina pudesse ser construída nas quedas do rio Capivari e, em nome desta construção, a prefeitura até comprou as quedas d’água deste rio, conforme apontou Munhoz Rocha.

Empenhada em solucionar tão palpitante questão a prefeitura adquiriu pela importância de 500:000\$000 as quedas d’água existentes no rio

³² PARANÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 18ª Legislatura*. Curitiba, 1º de fevereiro de 1927. [Curitiba]: [s.n.], 1927, p.130-131.

³³ *Ibidem*, p.132.

³⁴ *Idem*.

Capivary, Municípios de Campina Grande e Bocayuva, com capacidade de 30.000 cv. na máxima estiagem, e assim aparelhada pretende interessar todos os nossos industriaes na organização de uma Sociedade Anonyma e que tome a seu cargo a construção da usina hydro-electrica e a sua exploração industrial.³⁵

Estas ações em que o estado do Paraná e a prefeitura de Curitiba tomaram em conjunto no ano de 1926 e 1927 marcam historicamente o início de um longo processo de relações entre os poderes público e privado na construção de hidrelétricas. Esta união entre prefeitura e governo estadual deslinda ainda uma série de relações de comércio no setor energético brasileiro, principalmente com a oferta de serviços de outras empresas nesta área. A crise desencadeada pelos maus serviços da *The South Braziliam Railway* “coincide” com o crescimento da American Foreign Power Company (AMFORP), que se instalou no país em 1924. Segundo a obra “A energia elétrica no Brasil”, esta empresa começou a comprar pequenas concessionárias de energia do estado de São Paulo se constituindo em pouco tempo em uma só empresa com a denominação de Companhia Paulista de Força e Luz.³⁶ A partir de 1927, o grupo passou a investir em concessionárias de maior porte, principalmente as das capitais estaduais negociando e propondo reformulação de tecnologias na geração de energia enfatizando a força hidráulica do Brasil. As concessionárias adquiridas pela AMFORP formaram um bloco denominado “Empresas Elétricas Brasileiras”.³⁷

Com a crise entre o governo e a *The South Braziliam Railway* e as investidas da prefeitura de Curitiba na compra dos saltos do rio Capivari, a AMFORP não teve dificuldades para se instalar no Paraná. No entanto, nos discursos inscritos nas mensagens dos governantes, as relações entre os órgãos públicos se deram apenas no intuito da transição de um sistema considerado “arcaico” de geração de energia para o “moderno” sistema hidroelétrico. A compra das quedas d’água do rio Capivari, por parte da prefeitura, e a pesada crítica governamental à *The South Braziliam Railway* com a formulação de relatórios que consideraram insuficiente a energia termoelétrica, fizeram com que esta

³⁵ PARANÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 18ª Legislatura...* Op.cit., p.132.

³⁶ ENERGIA elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à ELETROBRÁS. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977, p.59.

³⁷ CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1988, p.62.

empresa negociasse sua desistência e passasse à outra a concessão adquirida em 1907. Foi com esta simplicidade que o então presidente do Paraná Affonso Alves de Camargo anunciou à Assembléia a entrada da AMFORP no setor energético paranaense:

O serviço de iluminação publica desta capital, objeto de contracto com a The.South Brazilian Railways Company Ltd., foi por esta transferido às Empresas Electricas Brasileiras S. A., que por sua vez, organizaram a Companhia Força e Luz do Paraná para o superintender directamente.³⁸

Nesta época, a AMFORP já havia organizado uma empresa chamada “Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB)” que agregava todas as empresas elétricas das quais era a controladora acionária. Dentre as 9 empresas controladas pela CAEEB estava a “Companhia Força e Luz do Paraná” criada em 18 de julho de 1928, data da assinatura da transferência de concessão da *The South Brazilian Railways* às Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), conforme contrato autorizado pelo Decreto nº 1045 de 16 de julho de 1928 onde o poder executivo do estado paranaense buscava “modificar, ampliar e substituir o que, em vigor com diversas alterações posteriores, foi firmado em 1º de Julho de 1904.”³⁹ Dentre as mudanças na forma de contratar o serviço de energia elétrica com a EEB está, principalmente, a obrigação da construção de uma usina hidroelétrica com capacidade não inferior à 5.000 HP (3.750 kW)⁴⁰ conforme especifica o artigo quinto do referido contrato:

Art. 5º - Para os fins dos artigos precedentes ficam as empresas obrigadas a construir , dentro do

³⁸ PARANÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao installar-se a 2ª Sessão da 19ª Legislatura*. Curitiba: [s.n.], 1929, p.88.

³⁹ Idem. Decreto nº 1045, de 16 de julho de 1928. Dispõe sobre as bases de contracto para os serviços de luz e força do município de Curitiba. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 18 de julho de 1928, a.XV, n.4645, p.1. Arquivo Público do Paraná.

⁴⁰ Horse Power (HP) é uma antiga unidade de medida de potência criada por James Watt no Século XVIII. Nesta convenção, os valores mais comuns de 1 HP giram em torno de 750 watts, valor utilizado nesta tese para, simplesmente, dar-nos uma idéia de quanta energia deveria ser gerada pela hidrelétrica a ser construída nas proximidades de Curitiba na década de 1930. O montante de 3.750 kWatts ou 3,75 megawatts que deveria produzir a usina em questão denotava uma quantidade enorme de energia para a época. Para compararmos, a Usina de Pitangui, por exemplo, inaugurada em Ponta Grossa em 1912 produzia 750 kWatts, o que demonstra a tendência de usinas cada vez mais potentes.

prazo de três (3) annos, a contar da data deste contracto, uma usina para geração de energia electrica por força hydráulica, com installações de capacidade não inferior a 5.000 H. P. e a construir, entre a referida usina e esta cidade de Curityba, uma ou mais linhas de transmissão da energia necessária para os serviços decorrentes deste contracto.⁴¹

Por esta cláusula, percebemos que o compromisso de construção da UHE foi o responsável pela entrada deste novo grupo estrangeiro no serviço de iluminação pública e particular de Curitiba, considerado de utilidade pública no estado do Paraná por força do próprio contrato. Sendo assim, podemos inferir que, além das críticas ao precário fornecimento de energia à capital, pesou à *The South Braziliam Railway* a não conclusão da hidrelétrica do Caiacanga sendo este um fator decisivo na escolha da nova empresa, já que esta se obrigou a construir uma hidrelétrica em menos de três anos e fornecer sua energia para Curitiba e arredores. Todo o contrato entre o governo paranaense e a Companhia Força e Luz do Paraná (CFLP) está amarrado a esta obrigação maior, desde o valor das taxas a serem cobradas antes e depois da construção da usina até a nulidade do contrato caso a empresa não a construísse no prazo acordado. O prazo da concessão foi estabelecido em 40 anos, mostrando que a principal crítica popular – a garantia de um longo período às empresas que se faziam valer destes contratos que se tornavam obsoletos com o passar dos anos – não fora levada em conta na assinatura deste contrato com a CFLP que, teoricamente, até 1968 seria aquela com o direito de

[...] manter, aperfeiçoar e ampliar os serviços actuais [de iluminação pública e particular] e de produzir, transmitir, distribuir e vender energia electrica para isso necessária e também para sua utilização como força motriz para usos domésticos e industriais [...].⁴²

Além do contrato estipulado pelo Decreto 1045 que concedeu os serviços de iluminação e atrelou este à construção de uma usina hidroelétrica, outro contrato foi firmado entre a CFLP e o Governo Paranaense firmando direitos e deveres dos contratantes na instalação deste tipo de usina. Neste contrato que foi lavrado a pedido da empresa,

⁴¹ PARANÁ. Decreto nº 1045... *Op.cit.*, p.2.

⁴² *Ibidem*, p.1.

o governo especifica os termos de compromissos, prazos e formas que possibilitassem a construção não apenas de uma usina, mas de tantas quantas a empresa achasse necessárias. Para isso, houve a garantia de desapropriações e do uso das quedas, saltos e águas dos rios para este fim, desde que próximos à capital paranaense. Com isto, a CFLP tornava-se não apenas a concessionária da energia de Curitiba, mas a única empresa subsidiada pelo estado a obter o direito de explorar os recursos hídricos para fins de geração e venda de eletricidade.

Como vimos acima, as outras pequenas centrais geradoras de hidroeletricidade geralmente forneciam energia apenas às empresas responsáveis pela sua construção e que delas usufruíam como força motriz de máquinas industriais. Segundo Siqueira *et.al.*, as usinas que existiam nesta época eram isoladas e serviam apenas às cidades e circunvizinhanças das poucas indústrias madeireiras e de beneficiamento de erva-mate que produziam eletricidade de suas próprias usinas.⁴³ Neste sentido, o contrato regulado pelo Decreto 1046, também de 16 de Julho de 1928, representou um avanço nas negociações entre o setor público e o privado nas questões relacionadas à construção de hidrelétricas no estado do Paraná, pois a empresa, além de construir aquela que lhe fora imposta pelo contrato de concessão dos serviços de energia, poderia construir outras desde que isso não acarretasse prejuízo nas obrigações concernentes à concessão, conforme estabelece o artigo sexto do referido contrato.

Art. 6º - As Empresas para cumprimento de seus contractos de fornecimento de energia, poderão em qualquer tempo augmentar as suas installações e construir novas usinas de aproveitamento de força hydraulica, ou mesmo assim proceder independentemente desses contractos já existentes, como preparo previo para novos fornecimentos, sempre de accordo com as condições, direitos, favores e obrigações do presente contracto.⁴⁴

De certa forma, o que estava em pauta neste contrato era o direito de posse dos recursos hídricos que possibilitariam a construção das usinas para atender Curitiba e região. Como vimos anteriormente, a prefeitura já havia comprado algumas quedas d'água deslindando

⁴³ SIQUEIRA, Márcia Dalledone et.al. *Um Século de eletricidade no Paraná... Op.cit.*, p.51.

⁴⁴ PARANÁ. Decreto nº 1046, de 16 de julho de 1928. Dispõe sobre as bases contractuales para installações de usinas hydro-electricas. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 25 de julho de 1928, a.XV, n.4650, p.1. Arquivo Público do Paraná.

aspectos importantes sobre a propriedade de rios, saltos e quedas, uma vez que a legislação brasileira ainda não havia regulamentado estes aspectos. Sendo assim, com o aval do poder público, a CFLP articulava e negociava as possíveis aquisições destes locais através de desapropriações que só poderiam ser feitas pelo poder público. Isto fica claro no artigo 12 do referido contrato onde se estabelecem os seguintes direitos da concessionária no que tange à construção de usinas hidrelétricas: desapropriação de bens e direitos necessários decretada pelo governo depois de reconhecida a necessidade desta; solicitação de cessão de propriedades pertencentes ao estado, inclusive as quedas d'água; e o uso gratuito das águas do domínio do estado para aproveitamento na geração de energia hidráulica.⁴⁵

Com estas benesses, a CFLP se instalou com força no estado e foi a responsável por um avanço significativo na geração de energia, principalmente com a construção da primeira hidrelétrica considerada de grande porte no Paraná, a Usina Hidrelétrica Chaminé, no rio São João, município de São José dos Pinhais, bem próximo da capital paranaense. Embora a municipalidade curitibana tenha adquirido alguns saltos no rio Capivari, este não foi o local escolhido pela CFLP. Todo o processo envolvendo o projeto e a escolha do rio São João para a construção desta hidrelétrica foi amplamente relatado na mensagem do governador Affonso Alves de Camargo no último relatório oficial de um Presidente de estado antes da Revolução de 1930 e da promulgação do Código das Águas (1934) que modificaria consideravelmente a política energética brasileira.⁴⁶

3.3 O CÓDIGO DAS ÁGUAS E O INÍCIO DA “(R)EVOLUÇÃO” ENERGÉTICA NO BRASIL

Após a publicação e vigência do Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934, que instituiu o Código das Águas, o Brasil regulamentou a utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia. Segundo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil,⁴⁷ a inserção do Código das Águas na legislação brasileira representou o final de um

⁴⁵ PARANÁ. Decreto nº 1046... *Op.cit.*, p.2.

⁴⁶ Idem. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 1ª Sessão da 20ª Legislatura*. Curitiba: [s.e.], 1930, p.73-75.

⁴⁷ CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República: o processo legislativo*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1990, p.18-23.

longo caminho percorrido entre o projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional em 1907 e a promulgação decretada por Vargas em 1934. Concebido ainda no ano de 1906, o Projeto do Código das Águas foi elaborado pelo jurista Alfredo Valadão que estudou profundamente a legislação francesa e italiana no tocante à propriedade e aproveitamento das águas. Contudo, depois de encaminhado ao Congresso Nacional em 1907, este Código entrou no elenco das medidas rejeitadas ou simplesmente arquivadas. Entre engavetamentos, revisões e discussões parlamentares, o projeto circulou no Congresso até 1927, sem ter sido encaminhado à votação. Foi somente no governo provisório de Vargas, logo após a Revolução de 1930, que o Código das Águas voltou a ser discutido e implementado porque representava uma saída para os problemas da falta de uma regulamentação legislativa sobre o setor das águas e de energia elétrica do país.⁴⁸

A partir de então, conforme o artigo 139 do referido código,⁴⁹ todo e qualquer aproveitamento industrial das quedas de águas e outras fontes de energia hidráulica só poderia ser realizado sob um regime de autorizações e concessões instituído naquele ato. As discussões sobre hidroeletricidade desencadearam uma série de ações no sentido de tornar essa tecnologia a mais utilizada no país, devido à riqueza energética que poderia ser extraída dos rios brasileiros. A construção de uma política energética brasileira se estabelece sobre um bem abundante no país, a água.

A promulgação do Código das Águas foi, também, o início de uma profunda transformação do setor energético brasileiro que, até então, estava sob o domínio, quase que exclusivamente, de companhias estrangeiras. Desta forma, o estado inicia um processo de centralização institucional do setor de energia, sendo o Código das Águas um coroamento desta intenção de estatizar o setor. Em outra obra, o Centro de Memória da Eletricidade do Brasil assegura que a postura do Governo Provisório de Vargas, onde o estado passaria a controlar setores econômicos, se refletiu numa legislação nacionalista que passou

⁴⁸ Para mais informações sobre o processo de constituição do Código das Águas antes de sua promulgação cf. VALLADÃO, Alfredo. *Dos rios públicos e particulares*. Belo Horizonte: [s.n], 1904; MENDONÇA, Manuel Inácio Carvalho de. *Rios e águas correntes: em suas relações jurídicas*. Curitiba: Annibal Rocha & Cia, 1909. Depois de sua promulgação cf. A ENERGIA elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à Eletrobrás... *Op.cit.*, p. 62-64.

⁴⁹ BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código das Águas. *Diário Oficial da República*, Rio de Janeiro, 27 jul. de 1934, Seção 1, p.14738. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=24162>>. Acesso: 30 nov. 2010.

a regular a relação de exploração dos recursos naturais.⁵⁰ O Código das Águas, especificamente, estabeleceu um postulado básico e inovador no regime jurídico do Brasil ao distinguir propriedade de solo e propriedade de quedas d'águas e outras fontes de energia hidráulica. Sendo assim, “ao caracterizar as quedas d'água como bens imóveis, distintos e não integrantes das terras em que se encontram, o Código consagrou o regime das autorizações e concessões para os aproveitamentos hidrelétricos”.⁵¹

A partir de então, entidades foram criadas, concessões foram feitas e inúmeras hidrelétricas foram projetadas e construídas, trazendo com elas formas estatizadas de apropriação e uso da água. Os rios passaram a ser estudados, mapeados e avaliados para que, o maior número deles, pudesse obedecer a essa lógica de aproveitamento energético. Como conseqüências destas novas formas de olhar e de “aproveitar” os rios, surgiram transformações ambientais em escalas inimagináveis. Às paisagens dos rios foram acrescentados os reservatórios, as imensas barragens, as turbinas e as torres de transmissão. Os governantes brasileiros passaram a vislumbrar as hidrelétricas como a única saída para a crise de energia pela qual passava em meados do Século XX e para aquelas que ainda viriam nas décadas futuras. Através de estudos avançados de estimativas e potencial energético do país, o Brasil passou a constituir um discurso que positivava a instalação de hidrelétricas e que estas trariam toda a energia capaz de acelerar o crescimento e o progresso econômico.

Entretanto, entre o início das medidas de centralização dos serviços de geração e transmissão de eletricidade, cujo Código das Águas é um marco, e o monopólio estatal, propriamente dito, um longo processo político e econômico se instaurou no setor. As empresas estrangeiras não perderam suas concessões, sofreram apenas sanções e medidas por parte do governo que afetaram diretamente os lucros e os incentivos à expansão do parque gerador de energia, o que influenciou diretamente no aumento da crise energética. Apesar disso, o andamento da nacionalização e centralização administrativa do setor de energia elétrica do país continuava a se aprofundar, ainda que, pela necessidade de garantir o suprimento de energia ainda nas mãos das concessionárias

⁵⁰ CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil... Op.cit.*, p.79.

⁵¹ *Ibidem*, p.82.

estrangeiras, várias flexibilizações fossem negociadas na aplicação do Código, conforme afirmam Siqueira *et. al.* em obra já citada.⁵²

No Paraná, por exemplo, a Companhia Força e Luz do Paraná (CFLP), subsidiária do grupo estadunidense *American and Foreign Power Company* (AMFORP), continuou a operar em Curitiba e região metropolitana até meados do Século XX, e, como já vimos, foi responsável pelas instalações da primeira hidrelétrica de grande porte construída no estado, a Usina Hidrelétrica Chaminé. Instalada nas proximidades de Curitiba, esta usina que entrou em funcionamento no início de 1930 foi o último empreendimento hidrelétrico antes do Plano de Eletrificação do estado que ocorreria somente na década de 1950, assunto que aprofundaremos no próximo item. Isto demonstra que, de certo modo, o Código das Águas representou um “freio” nos interesses, por parte das empresas estrangeiras e particulares, de construção de usinas geradoras, empreendimentos que só seriam viabilizados mediante políticas públicas que assumissem para si as responsabilidades.

Além da CFLP que servia Curitiba e região, o Paraná contava ainda com as seguintes empresas para fornecimento de energia: Empresa Sul-Brasileira de Eletricidade, sediada em Santa Catarina, e a Empresa de Eletricidade Alexandre Schlemm, que atendiam o sul do estado (Lapa, rio Negro e União da Vitória); a Companhia Prada de Eletricidade, que fornecia energia para a região central (Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul); a Empresa Elétrica de Londrina, que prestava serviço ao norte do estado (Londrina, Araçongas, Cambé, Rolândia, Jataizinho e Ibiporã); e a companhia Hidrelétrica do Parapanema, sediada em São Paulo que atuava em mais de 20 municípios do norte paranaense.⁵³

Acompanhando as discussões em âmbito nacional, o Paraná passou a se organizar a fim de estabelecer normas e critérios para a instalação de novos empreendimentos geradores de energia no estado. Como já havia conhecimento do potencial hidroenergético no país e uma tendência para o aproveitamento desses recursos através da construção de hidrelétricas, o governo passou a agir incisivamente no setor com políticas e ações práticas voltadas ao aproveitamento dos rios paranaenses para fins de eletricidade, agora não dependendo apenas da iniciativa privada, mas injetando recursos do tesouro do próprio estado e outros advindos de possíveis financiamentos para essas construções. Os

⁵² SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) *et. al.* *Um Século de eletricidade no Paraná... Op.cit.*, p.68-69.

⁵³ CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil...Op.cit.*, p.165.

esforços do governo estadual paranaense para a implantação de um complexo energético capaz de suprir as demandas estaduais mostram que o Paraná acompanhou paralelamente as discussões nacionais, ora buscando incentivo e relações federais, ora estabelecendo metas próprias para a concretização de tais anseios.

3.4 O DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO PARANÁ E O PLANO HIDRELÉTRICO PARANAENSE

Na mensagem enviada pelo governador Moysés Lupion à Assembléia Legislativa em 1948, tem-se um pequeno balanço da situação energética do Paraná desde os anos 1920 até o início de seu mandato em 12 de março de 1947. Neste discurso, o governador constrói uma história energética paranaense descentralizada, sem nenhum encaminhamento que visasse uma política organizada do setor e, deste modo, responsável pelo atraso em que se encontrava o Paraná mesmo sendo o “primeiro estado do Brasil em fôrça hidráulica”.⁵⁴ Segundo Lupion, todas as ações anteriores ao seu governo tinham advindo de iniciativas dispersas dos municípios que, sem recursos, foram aceitando essas soluções “quase sempre precaríssimas de emergência, com o aproveitamento de elementos insuficientes e as mais das vezes inadequados” mal satisfazendo “às exigências mínimas que deveriam cobrir”.⁵⁵ Toda essa construção discursiva de Lupion visava incorporar às responsabilidades do estado do Paraná uma ação que englobasse, engendrasse e reunisse, nas mãos do governo, a questão da energia. Em seu governo, o Paraná inseriu definitivamente a questão energética na agenda política estadual, através de um plano geral de eletrificação do estado, pois, segundo Lupion, não era mais o caso do Paraná se contentar “com pequenos remendos à situação atual, com novas pequenas soluções provisórias, que não seria isso mais do que adiar de mais um dia a solução efetiva do problema.”⁵⁶

Pensar a energia para o estado do Paraná na década de 1940 requeria, nas palavras de Lupion, um adensamento de forças, criando setores dentro da máquina administrativa que estudassem e viabilizassem os recursos hídricos do estado para a geração de

⁵⁴ PARANÁ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do estado*. Curitiba: [s.n], 1948, p.9.

⁵⁵ *Ibidem*, p.8. (grifo nosso)

⁵⁶ *Idem*.

eletricidade. O enunciado que se destaca neste discurso é o da unificação do estado, não mais pensado em pequenas centrais que abastecessem pequenas cidades ou na CPFL que abastecia Curitiba e região, mas num plano “geral” que norteasse essa “nova” política energética. Era necessário, segundo Lupion, não apenas resolver os problemas presentes com soluções paliativas, mas iniciar um processo que pensasse a energia para o estado em longo prazo, fazendo com que o Paraná se tornasse na questão de energia assim como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, grandes consumidores e geradores de eletricidade no Brasil dos anos 1940. O desenvolvimento futuro do Paraná dependia desse aumento na geração de energia:

Compreendendo isso, foi que fizemos elaborar um plano geral, relativamente ao problema da energia elétrica em nosso estado, baseado no estudo dos numerosos casos isolados que passam a ser, dêsse modo, apreciados de uma só vez, e com soluções adequadas não só às necessidades presentes, mas ao nosso desenvolvimento futuro.⁵⁷

Entram em cena os discursos que apelavam para os números, pois as medidas em kW passavam a constituir uma rede de necessidades que, por sua vez, focalizam a construção de hidrelétricas como o único caminho possível para a saída da crise. Lupion tornava público aos legisladores a superioridade de São Paulo, do sul do Rio de Janeiro e da Capital Federal da época cujo consumo em kW/h por habitante era quase o dobro do Paraná, o que, certamente, constituía a urgência na aprovação de leis que agilisassem um processo de reversão desta “inferioridade” paranaense. Os discursos governamentais que até então apenas questionavam qualidades de serviço e negociavam concessões, ganharam as “realidades” numéricas diagnosticadas por estudos metódicos e comparativos, fazendo projeções e estimando custo/benefícios e lucros para o mercado energético futuro. Às comparações internas juntam-se os números dos países considerados desenvolvidos onde, segundo Lupion, o consumo de kW/h era dez vezes maior que o do Paraná dos anos 1940. Desta forma, incorporam-se novos argumentos aos já “velhos” anseios de estatizar o setor de energia no estado, obedecendo obviamente, uma lógica nacional inaugurada em 1934 com o Código das Águas, mas que, até então, pouco se efetivava devido às constantes crises internas e externas advindas também do

⁵⁷ PARANÁ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion...* Op.cit., p.8. (grifo nosso)

período da Grande Guerra. A partir de então, os números passam a legitimar os discursos dos governantes no anseio de agregar força à questão energética, pois, dadas as circunstâncias de tais números

[...] bem podemos avaliar a penúria de nossa situação atual. Desejando-se elevar o Paraná pelo menos ao nível da zona central do Brasil, teremos, porém, de duplicar de imediato a potência disponível para triplicá-la dentro do período próximo de dez anos. Precisamos elevar os nossos 35.000 Kw. à altura dos 130.000 Kw., nos próximos dez anos.⁵⁸

Para a elevação destes números, o governo de Moisés Lupion já vislumbrava a saída, pois paralelamente aos estudos comparativos de consumo/geração de kW/h se fez o levantamento de quantas quedas d'água o estado poderia aproveitar para empreendimentos hidrelétricos. Neste breve mapeamento de locais passíveis para hidrelétricas chegou-se ao número de 350 quedas que poderiam ser aproveitadas desde que existisse um plano centralizador, regulador e que viabilizasse a interligação e coordenação das operações de “geração e transmissão de energia elétrica para o suprimento em grosso às mesmas empresas que as redistribuiriam diretamente aos consumidores”.⁵⁹

Desta forma, Lupion buscava legitimar, perante a Assembléia, a constituição, em seu governo, do Serviço de Energia Elétrica criado com o Decreto-Lei 664, de 7 de Agosto de 1947 e atrelado à Secretaria de Viação e Obras Públicas.⁶⁰ Segundo Lupion, este grupo estava empenhado em constituir um “órgão auxiliar do Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica, a fim de orientar as atividades do estado em mais estreita colaboração com os órgãos federais superiores.”⁶¹ Lupion sempre fez questão de afirmar em seus discursos a obediência de seu governo às instituições federais, o que demonstra a construção em âmbito nacional de um engendramento político-econômico que fosse capaz de superar a crise nacional de energia. Desta forma, ainda explicando à Assembléia as ações de seu governo voltadas à energia elétrica, Lupion afirma que:

⁵⁸ PARANÁ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion...* Op.cit., p.9.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ SIQUEIRA, Márcia Dalledone et.al. (coord.). *Um Século de eletricidade no Paraná...* Op.cit., p.92.

⁶¹ PARANÁ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion...* Op.cit., p.[44].

Obedecendo às recomendações da Comissão Técnica do planejamento de Energia Elétrica, em seu 2º.Congresso Brasileiro de Energia e Indústria, sendo as quais: “No campo administrativo, a intervenção do Govêrno dever-se-á processar na ausência da iniciativa particular, que deverá ser fomentada no sentido de promover o estabelecimento, nas diversas regiões do País, das redes de coordenação...”, o estado do Paraná dividiu o seu território em três sistemas elétricos, o do sul, nº 1, o do norte, nº 2 e o do oeste, nº 3.⁶²

Este discurso mostra tanto o caráter interventor estatal na política energética brasileira da década de 1940 quanto as práticas voltadas à centralização de geração e transmissão de energia. Afinal, a divisão do estado em três zonas elétricas nada mais foi do que o mapeamento da potência instalada e do mercado consumidor de energia. Todos os planos e ações definidos no governo de Moysés Lupion, bem como no governo seguinte de Bento Munhoz da Rocha, se pautaram neste mapeamento regional estabelecido “a fim de acentuar a tendência de uma centralização reguladora para a coordenação das operações de geração e transmissão de energia elétrica”.⁶³ Na Figura 27 podemos visualizar os sistemas elétricos do Paraná no ano de 1947 com o detalhamento das centrais termoelétricas e hidrelétricas públicas e particulares disponíveis. Além disso, os detalhes do mapeamento regional apontam para 2 hidrelétricas projetadas, uma nas bacias dos rios Capivari e Cachoeira (como vimos acima, algumas quedas d’água do primeiro foram adquiridas no final da década de 1920 pela prefeitura de Curitiba) e outra no rio Iguaçu, a Usina de Salto Grande do Iguaçu, conforme apontamentos na figura.

⁶² PARANÁ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion... Op.cit., p.[44].*

⁶³ Idem.

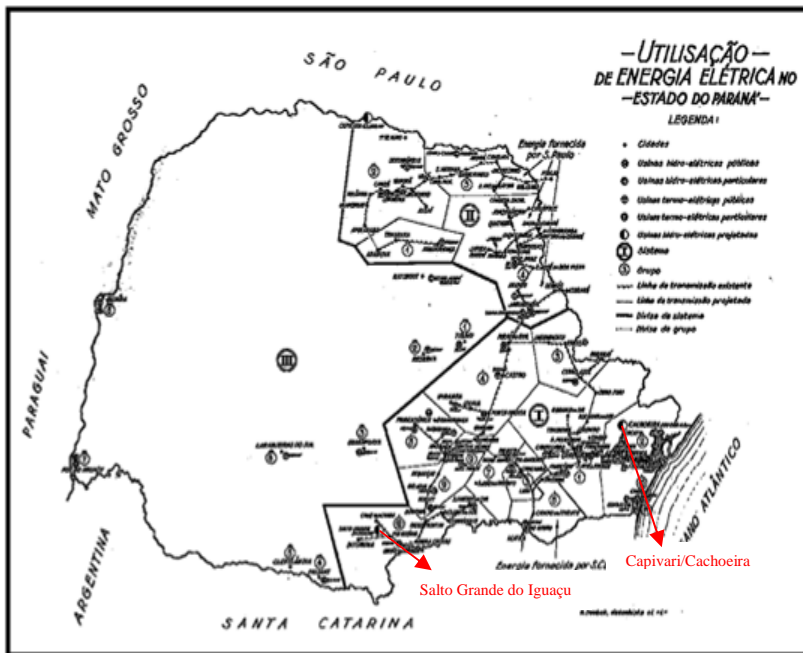


FIGURA 27. Setores de utilização de energia elétrica no Paraná
 FONTE: Serviço de Energia Elétrica do estado do Paraná [1947]

Todo este sistema que organizou o estado do Paraná em três áreas distintas de atuação da política energética veio acompanhado de estimativas de consumo e perspectivas de construção de hidrelétricas na mensagem de Lupion. Os projetos de Capivari/Cachoeira e Salto Grande do Iguaçu apresentam um histórico primário de suas concepções, o que nos anos seguintes será bem delimitado pelo plano hidroelétrico paranaense. Porém, convém ressaltar que sobre o projeto de Capivari/Cachoeira os primeiros estudos datam de 1913, já para a Hidrelétrica de Salto Grande, Lupion explica que na mesma época em que a prefeitura de Curitiba adquiriu a propriedade das quedas do Capivari, comprou também as terras e os direitos necessários para o aproveitamento deste salto do rio Iguaçu, conforme consta em Escritura Pública de 09 de dezembro de 1926, nas folhas 391 – Livro 1 do Cartório do 3º. Ofício de Notas de Homero F. do Amaral.⁶⁴ Tanto Capivari/Cachoeira quanto Salto Grande do Iguaçu foram hidrelétricas

⁶⁴ PARANÁ. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion... *Op.cit.*, p.47.

idealizadas para a solução dos problemas da falta de energia na capital. No entanto, o próprio mapa da utilização de energia em todo o Paraná mostra um governo preocupado com uma interligação regional e que deixa de buscar interesses exclusivos “de uma determinada localidade, para abranger todas as localidades de uma determinada zona, devidamente conjugadas”.⁶⁵ Sem deixar de encorajar a iniciativa particular, o Serviço de Energia do Paraná tinha por objetivo em 1947, a criação de um “poderoso centro produtor de energia hidro-elétrica”.⁶⁶

Com o intuito de gerenciar as questões ligadas a este plano hidroelétrico e para atender às políticas nacionais de departamentalização dos setores energéticos nos estados brasileiros, o governo de Lupion criou, dentro da Secretaria de Viação e Obras Públicas, o Departamento de Águas e Energia Elétrica do estado do Paraná (DAEE), através da Lei nº 113 de 15 de outubro de 1948.⁶⁷ Este departamento substituiu o Serviço de Energia Elétrica criado em 1947 e, conforme Artigo 2º, alínea “a” e “c” respectivamente da referida Lei, suas principais competências foram: “estudar os problemas de suprimento de Energia Elétrica, elaborando planos de aproveitamento racional dos recursos hidráulicos e das instalações existentes” e “estudar as reservas de energia hidráulica do estado, levantando o cadastro das quedas de água e executando serviços de hidrometria”.⁶⁸ Esta última tarefa deveria ser feita com a colaboração da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura.

Neste sentido, uma das primeiras iniciativas do DAEE foi a elaboração do “Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion”,⁶⁹ entregue à Secretaria de Viação e Obras Públicas no dia 30 de março de 1949 pelo seu Diretor Engenheiro Luis Orlando. Tal plano foi dividido em duas partes, sendo que na primeira se fez um breve histórico da formulação do documento e apresentou o estado do Paraná como o possuidor do maior recurso hidráulico do país. Já consta, nesta primeira parte, um levantamento estatístico de aproximadamente 350 saltos distribuídos nos rios que compunham as bacias do Iguaçu, Ivaí, Litoral,

⁶⁵ PARANÁ. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion... *Op.cit.*, p.46.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem. Lei nº 113 de 15 de outubro de 1948. Cria o Departamento de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 19 de outubro de 1948, a.XXXVI, n.194, p.1-2. Arquivo Público do Paraná.

⁶⁸ Idem. Lei nº 113 de 15 de outubro de 1948. Cria o Departamento de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências... *Op.cit.*, p.1.

⁶⁹ Também denominado nesta tese de “Plano Hidro-Elétrico Paranaense”.

Paraná, Paranapanema, Ribeira e Tibagi.⁷⁰ Além disso, o documento contém tabelas com estimativas do potencial hidráulico dos rios paranaenses observados até dezembro de 1948⁷¹. Para estes estudos da potência energética dos rios paranaenses, o DAEE contou com o apoio da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura que instalara uma Seção Departamental em Curitiba para avançar os estudos pluviométricos dos rios que também interessavam à União, principalmente o Paraná e o Iguçu, os dois que apresentavam os maiores indicadores preliminares de potência.⁷²

Para a elaboração do Plano Hidro-Elétrico Paranaense, o DAEE se valeu de uma série de estudos e apontamentos que o agente de política energética nacional fazia no estado do Paraná em obediência ao Plano Nacional de Eletrificação. Este plano nacional foi apresentado em janeiro de 1947 pelo Conselho Federal de Comércio Exterior e seu principal objetivo era o de atender as necessidades do desenvolvimento econômico do Brasil através de uma “racionalização progressiva de sua indústria de energia elétrica”.⁷³ Desta forma, o “Plano Hidroelétrico Paranaense Moysés Lupion” tinha mais semelhanças com o governo federal do que com o governador que o denomina. Segundo Siqueira *et.al.*, para elaborar o referido plano, o DAEEP se inspirou no Plano Nacional de Eletrificação concluído ainda em 1946 e que previa, justamente, a ampliação dos recursos geradores do país.⁷⁴ Além disso, o Plano Nacional de Eletrificação propunha justamente as diretrizes apresentadas e defendidas por Lupion no Paraná que eram:

A ação supletiva do estado à da iniciativa privada; a interligação de sistemas isolados de energia; a constituição de empresas estatais ou de economia mista para viabilizar as obras necessárias; e a instituição de um “órgão nacional de eletricidade”, que centralizaria as atribuições de planejamento de fiscalização de outros “órgãos regionais auxiliares”.⁷⁵

⁷⁰ PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion*: 1ª parte. Curitiba: DAEEP, 1949, p.9-11.

⁷¹ *Ibidem*, p.12-13

⁷² *Ibidem*, p.9.

⁷³ *Ibidem*, p.7.

⁷⁴ SIQUEIRA, Márcia Dalledone *et.al.* (coord.). *Um Século de eletricidade no Paraná...* *Op.cit.*, p.96.

⁷⁵ *Idem*.

Sendo assim, as ações do governo paranaense no tocante à construção de hidrelétricas ecoam as iniciativas federais no bojo de uma política energética voltada à centralização da produção e à construção de inúmeras hidrelétricas. Em linhas gerais, o plano paranaense obedeceu rigidamente os projetos nacionais, aceitando a política de estruturação e a tendência centralizadora e reguladora de interligação e coordenação das operações de geração e transmissão de energia elétrica.⁷⁶ Daí as afirmações de Lupion à Assembléia Legislativa em 1948 sobre o projeto de divisão do estado em zonas de operação e não mais em localidades, definindo com isto, um “grande sistema regional de energia elétrica” para o Paraná.⁷⁷ Segundo Siqueira *et.al.*, o plano desenvolvido pelo governo paranaense, previa um conjunto de obras em duas etapas, sendo que na primeira seriam construídas a Central de Cotia (22.371 kW), a Usina de São João (5.816,46 kW), Santa Fé e Caiacanga (2.237,1 kW cada). Já na segunda etapa, seriam construídas usinas maiores como a de São Sebastião (119.312 kW) e Salto Grande do Iguazu (14.914 kW). A Figura 28 mostra a divisão geográfica e sistemática das ações propostas pelo Plano Hidro-Elétrico Paranaense de 1948.

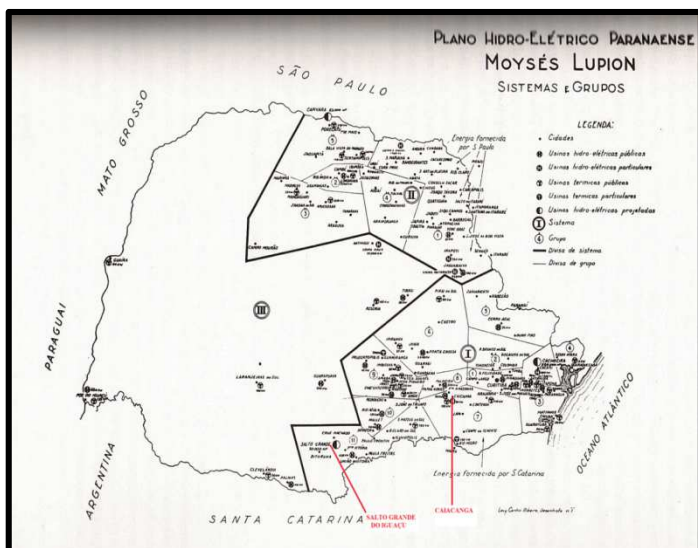


FIGURA 28. Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion
 FONTE: Paraná (1949)

⁷⁶ PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion*: 1ª parte... *Op.cit.*, p.13.

⁷⁷ Idem.

Como se percebe, a figura mostra que o plano obedeceu a divisão proposta em 1948 onde o estado do Paraná contaria com três grandes áreas: (I) Curitiba, arredores e sul; (II) Norte e (III) Centro, Oeste e Noroeste. As prioridades para eletrificação se detinham nas regiões I e II, principalmente pelo aumento da demanda e precariedade dos serviços prestados pelas concessionárias. Para este tese, é importante percebermos que, neste plano, o rio Iguaçu seria alvo de dois empreendimentos, o de Caiacanga que deveria ser construído ainda no início da década de 1950 e Salto Grande do Iguaçu, cuja construção se daria em 1960. Depois de mais de 40 anos de especulações e estudos, Caiacanga seria, finalmente, construída em 1955.

3.5 AS HIDRELÉTRICAS CAIACANGA E SALTO GRANDE DO IGUAÇU: ESTUDOS, CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÕES

Embora estas duas hidrelétricas representem um marco histórico na construção de barragens e hidrelétricas no rio Iguaçu, pouco se sabe sobre sua história. Durante nossa pesquisa encontramos poucos documentos nos arquivos visitados⁷⁸ e alguns deles, especialmente os que tratam sobre a UHE Salto Grande, não estão disponíveis em arquivos públicos. Contudo, mesmo com a carência de fontes, é possível afirmar que o rio Iguaçu entrou definitivamente nos planos hidroenergéticos tanto estadual quanto nacional a partir da década de 1950, primeiramente com o desenvolvimento do “Plano Hidroelétrico Paranaense Moysés Lupion” e, depois, através de uma política de eletrificação do estado sob a responsabilidade da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Neste sentido, os estudos apontados no plano de Lupion e alguns relatórios e pareceres técnicos elaborados a partir de 1951 fornecem dados suficientes para percebermos uma re-leitura do espaço hídrico do Iguaçu, com a contagem dos saltos e a medição de altura e potencial hidroenergético colocando-o entre os rios mais importantes para o “desenvolvimento de energia elétrica”.

3.5.1 Caiacanga

⁷⁸ Biblioteca Pública do Paraná, Arquivo Público do Paraná, Instituto Histórico Geográfico e Demográfico do Paraná, Biblioteca do Centro de Hidráulica e Hidrologia Prof. Parigot de Souza (CEHPAR), Biblioteca e Arquivo da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Acervo Histórico da Tractebel S/A e Centro de Documentação (CEDOC) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Entre os estudos e as ações políticas, econômicas e burocráticas que envolveram a Usina de Caiacanga desde o início do século, discutidos anteriormente, e a efetiva construção desta central hidrelétrica no início da década de 1950 há um vazio documental. Desde que cessaram as discussões sobre o primeiro contrato que envolvia a sua construção nos relatórios oficiais do governo do Paraná em 1914, a Usina de Caiacanga só foi lembrada com o pesar de sua não instalação e do que representaria para o estado caso estivesse em operação. Nem mesmo a entrada da Companhia Força e Luz do Paraná, em 1928, fez alavancar o projeto de Caiacanga que só voltou à cena em 1949 com o Plano Hidro-Elétrico Paranaense. Este, por sua vez, desconsiderou as discussões que historicamente envolveram a construção desta central hidrelétrica e apresenta uma breve nota sobre os estudos para a sua construção. Porém, através deste documento percebemos que as águas do Caiacanga já eram aproveitadas para fins hidroelétricos por uma empresa particular, a Fazenda São Luiz que, de alguma forma, conseguiu a permissão para ali instalar uma usina que gerava 40 kW de energia. Sendo assim, podemos afirmar que existiu uma negociação entre o estado do Paraná e o proprietário da referida fazenda no sentido de utilizar um espaço que, historicamente esteve amarrado às concessionárias de energia elétrica que serviram à Capital: Hauer Junior e Cia, *The South Brazilian Railways* e Companhia Força e Luz do Paraná.

Dentro do Plano Hidroelétrico Paranaense, os estudos sobre a usina de Caiacanga faziam parte de um conjunto de pequenas centrais que, divididas em grupos, abasteceriam as pequenas localidades que lhe faziam limites ou estavam próximas. Este conjunto de centrais de pequeno porte recebeu a designação de “USINAS DOS GRUPOS”, sendo Caiacanga pertencente ao Grupo nº 7 que comportaria, além dela, três termoeletricas em funcionamento.⁷⁹ A região de abrangência englobava os municípios de Porto Amazonas, Araucária e Lapa onde se distribuiria a potência de 2.000 HP (1.500 kW) de energia gerada por Caiacanga.

Pelo Plano Hidro-Elétrico paranaense, a usina deveria ser construída na margem direita do rio, no intuito de aproveitar as instalações já existentes da Fazenda São Luis. O Salto aproveitável seria de 12 metros necessitando apenas da construção de uma pequena

⁷⁹ PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moyses Lupion: 2ª parte*. Curitiba: DAEPP, 1949, p.43.

barragem de 3 metros de altura, de onde sairia o canal a ser escavado na rocha e que mediria 350 metros de comprimento.⁸⁰ A Figura 29 mostra o levantamento topográfico do rio Iguazu no espaço de abrangência do Salto Caiacanga e define o local exato da construção da barragem, dos 350 metros do canal e a usina na margem direita. Esta imagem é bastante sugestiva, uma vez que, desde o início do século já se faziam estudos e projeções topográficas, pluviométricas e hidrológicas desta parte do rio Iguazu. Tal imagem, junto com as que analisaremos adiante sobre o Salto Grande do Iguazu, inaugura um novo agente discursivo na constituição das paisagens e lugares do rio: o discurso imagético das escalas. Este recurso trouxe aos relatórios escritos uma nova maneira de se olhar para o rio Iguazu partindo das escalas geográficas para descrever os acidentes, tornando o espaço hídrico impessoal e distante da experiência empírica que antes norteava os relatórios de viagens ou estudos expedicionários.

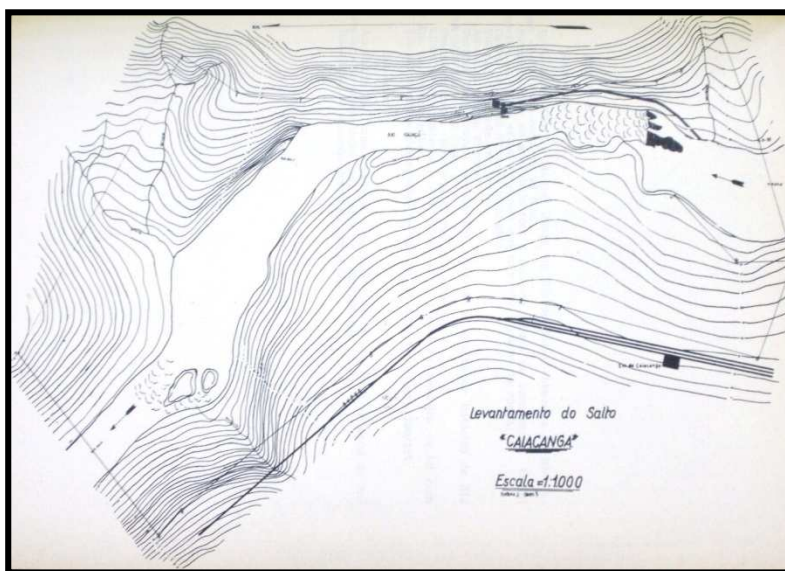


FIGURA 29. Levantamento topográfico do Salto Caiacanga
 FONTE: Paraná (1949)

⁸⁰ PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moyses Lupion*: 2ª parte. Curitiba: DAEEP, 1949, p.43.

Pela imagem, o leitor consegue visualizar o Salto Caiacanga sem a necessidade da constituição de narrativas muitas vezes retóricas ou pitorescas que permeavam os documentos analisados principalmente no primeiro capítulo desta tese. Neste sentido, entendemos que o rio passou a ser calculado, medido e mapeado de forma impessoal e, até mesmo, sem autoria, pois no relatório não importa mais o autor e nem mesmo o rio, mas sim a projeção, a possibilidade, a usina.

No primeiro capítulo pudemos perceber como este espaço foi construído nas narrativas de viagens, escritos que procuravam descrever o espaço e acabavam por constituir esta paisagem. Pelo mapa da Figura 29 temos a forma topográfica e a que se definirá, a partir dos anos 1950, como a mais “apropriada” para os estudos sobre o rio, não apenas neste salto específico, mas em todos os outros que foram apresentados como espaços de possíveis hidrelétricas. No entanto, para reforçar essa discussão sobre as várias formas discursivas utilizadas para descrever esse mesmo espaço do rio Iguaçu, inserimos duas imagens fotográficas, as mais antigas que encontramos sobre o Salto Caiacanga. As Figuras 30 e 31 são imagens advindas de duas fotografias tiradas, provavelmente, entre 1910-1914 pela agência fotográfica Tunauer & Machado (T&M) do Rio de Janeiro e publicadas originalmente no já citado livro *A hulha branca no Paraná* de Domingos Nascimento. Nestas imagens podemos visualizar através do recorte do fotógrafo, o local que desde 1907 foi definido como a sede da primeira hidrelétrica a ser construída no rio Iguaçu. Pela fotografia percebemos a pequena cachoeira (bem acima na foto) seguida pelas rochas entrecortadas por onde corriam as águas até se lançarem no salto de maior altitude. A parede rochosa faz parte do lado direito do rio Iguaçu que foi escavada para a construção do canal projetado no levantamento da Figura 29.



FIGURA 30. Salto Caiacanga

FONTE: Turnauer & Machado [entre 1910 e 1914]

O Salto Caiacanga está bem visível no detalhe da Figura 28 que mostra também a margem esquerda do rio Iguazu, completando a sequência de saltos que desde o Século XIX se denominou Caiacanga.



FIGURA 31. Detalhe da calha principal do Salto Caiacanga

FONTE: Turnauer & Machado [entre 1910 e 1914]

As fotografias mostram o desnível geológico percorrido pelo rio Iguazu neste trecho em que ele deixa o primeiro planalto paranaense para formar o que se convencionou chamar “médio vale do Iguazu”. Nesta passagem o rio dá origem aos 12 metros de altura que seriam aproveitados pela Hidrelétrica Caiacanga cuja visualização foi possibilitada apenas pelo “levantamento topográfico” presente no Plano Hidro-Elétrico Paranaense. Sendo assim, a fotografia que dá destaque à maior queda corrobora para as discussões de quão distintas sempre foram as formas discursivas que buscaram constituir o rio Iguazu com as variantes representações deste espaço.

Porém, a partir dos anos 1950 o que se procurava no rio Iguazu não era mais a paisagem destacada nas fotografias tiradas no início dos 1910, nem a descrição dos acidentes que impediam a navegação tão presentes nas narrativas do Século XIX. Neste momento, o que importava era seu “potencial hidráulico” e, com as implicações deste novo enunciado, o Iguazu passou a ser inserido nos planos e projetos de eletrificação, pois, conforme apontou Lupion em seu discurso à Assembléia, este era o rio de maior potencial hidráulico do Paraná. Contudo, para que esse aproveitamento se completasse seria necessário ainda vários anos de estudos e grandes investimentos, principalmente para os outros saltos do rio, já que Caiacanga, apesar das especulações de quase quarenta anos, não superou às expectativas do governo, como aponta um relatório técnico enviado ao governo do estado em 1951. Este relatório, assinado por Alberto Pereira Pinto, diretor da empresa contratada pelo DAEE no governo de Lupion é, na verdade, um aglomerado de opiniões sobre o desenvolvimento do Plano Hidroelétrico Paranaense. Pelo que se percebe, os estudos foram feitos por engenheiros brasileiros e estadunidenses num consórcio firmado entre as Linhas Nelson Limitada de Curitiba e a Burns and Roe, Inc. de Nova Iorque. Entregue em setembro de 1951, este relatório analisou a situação da construção de várias hidrelétricas previstas no plano hidroelétrico de Lupion, entre elas Caiacanga, com a descrição das obras feitas naquele ano. O principal objetivo destes estudos foi o de fornecer dados concretos sobre o montante de recursos econômicos necessários para a execução dos projetos hidroelétricos. Com estes estudos elaborados por órgãos internacionais, almejava o governo recorrer a financiamentos junto aos órgãos financeiros mundiais, já que a receita do estado não era suficiente para tanto.

Sendo assim, este estudo além de tornar visível as relações econômico-financeiras desencadeadas pelo plano hidroelétrico paranaense representa também uma “memória técnica” da construção.

Embora este termo seja usado de forma distinta em outras áreas do conhecimento, o empregamos também nesta discussão por entendermos que “memória técnica” também pode abarcar um conjunto de documentos que tornam possíveis as análises históricas do processo de constituição e construção de empreendimentos advindos de tecnologias que variaram ao longo do tempo. Neste sentido, podemos englobar como “memória técnica” não apenas os materiais técnicos ou a “evolução” das tecnologias que tornaram possíveis determinadas obras, mas também aquilo que possibilitou a explicação destas mudanças: os relatórios, os estudos, os desenhos, os mapas, as plantas, a metodologia empregada, enfim, tudo aquilo que tenha dado condição de possibilidade ao empreendimento.

No caso específico das hidrelétricas, toda a documentação escrita utilizada como fonte para esta tese, poderia ser considerada como “partes de uma memória técnica” que, embora com linguagens e tipologias próprias, possibilita a escrita histórica de um longo processo pelo qual se constituíram os discursos e as técnicas que legitimaram suas construções. A partir dos relatórios técnicos, a tecnologia se constitui no discurso e a ele se agrega como parte legitimadora das práticas de construção de barragens, desvios, reservatórios e usinas que modificaram por completo determinadas paisagens hídricas.⁸¹

Este primeiro relatório sobre a Hidrelétrica Caiacanga traz melhores detalhes do projeto, com análises técnicas da altura da barragem, local da usina, produção e custo previsto para cada kW/h. De antemão pode-se perceber que o projeto era limitado, pois na primeira parte do estudo em questão já aparecem os principais problemas da usina: 1º) projeto pequeno, limitado e incapaz de abastecer a região sozinho; 2º) o valor de \$0.04 (ou Cr\$0,802) por kW/h, fora os custos da rede de transmissão, foi considerado elevado demais para encorajar o uso generalizado de energia e, conseqüentemente, atrair financiamentos externos; 3º) a construção da usina deveria ser do lado esquerdo e não no direito como foi proposto no estudo prévio, pois tornaria desnecessário a construção do canal no lado direito até a usina.⁸²

⁸¹ Algumas referências podem contribuir nessa discussão. Especialmente sobre as hidrelétricas cf. ELETROBRÁS. *Memória técnica de sistemas de transmissão*: roteiro básico. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1990; ELETROBRÁS. *Memória técnica de usinas hidrelétricas*: roteiro básico. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1988; COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. *Usina Hidrelétrica Foz do Areia*: Rio Iguazu, Paraná, Brasil : memória técnica. Curitiba: COPEL, 1995.

⁸² PARANÁ. *Estudos e opinião sobre os desenvolvimentos hidro-eletricos propostos e em construção pelo estado do Paraná*: primeira fase de um programa de energia do estado que

Esta terceira conclusão advinha, principalmente, das implicações causadas pela existência da estrada de ferro nas proximidades do salto. Alguns comentários sobre a Ferrovia Paraná - Santa Catarina deslindam também os resultados dos conflitos entre a *The South Brazilian Railways* e a companhia que construía a estrada de ferro em 1911. Pelo que se percebe no relatório de 1951, a ferrovia impedia a elevação da barragem, pois, se fosse assim, o reservatório alcançaria os trilhos e impediria o tráfego. Desta forma, com um reservatório menor, haveria um prejuízo na quantidade de energia a ser gerada e isto pode ser uma boa explicação para a não efetivação da construção da Usina Caiacanga na época planejada. Como a ferrovia foi construída no vale acima da barragem, sua cota limitou a altura da barragem “assim como a quantidade de energia e armazenamento de água que poderiam ser obtidos neste local se fosse viável uma barragem mais alta”.⁸³

Devido a esta especificidade, os engenheiros estadunidenses que analisaram o projeto afirmaram que a usina deveria ficar na margem esquerda do rio, adjacente ao traçado da ferrovia e não na direita, como apontava o plano original. Com esta mudança, “o custo da construção seria muito mais baixo devido à facilidade de transporte de material pela ferrovia e devido às melhores condições topográficas da margem esquerda para a construção de um canal ou tubulação adutora”.⁸⁴ Segundo o laudo, a “Rede Viação Paraná - Santa Catarina” não faria objeções à “construção na sua propriedade da margem esquerda” o que resolveria de uma vez por todas os problemas entre a Usina e a Ferrovia.⁸⁵ Contudo, antes de se concluírem os estudos e a definição de qual lado a adução da água deveria ser feita, o empreiteiro principiou a construção do canal sem revestimento escavado na rocha da margem direita.

Além disso, as escavações para a casa de máquinas também se iniciaram em 1951, o que tornou as especulações das construções do lado esquerdo inúteis e o trabalho do estudo desnecessário, pois a empreiteira obedeceu ao projeto original sem levar em conta a opinião dos técnicos contratados posteriormente pelo governo para viabilizar as mudanças capazes de tornar o projeto viável e economicamente competitivo. Com estas obras já feitas em 1951, os engenheiros apenas refizeram os cálculos e concluíram que a usina contaria com “dois

inclui os projetos de Cotia, Capivari-Cachoeira, Caiacanga, Carvalhopolis, Campo Mourão e Santa Fé. Curitiba: Linhas Nelson Limitada; New York: Burns and Roe, Inc., 1951, p.59.

⁸³ *Ibidem*, p.61.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ *Idem*.

grupos de 1125 KW operando com queda de 15 M (49,2 pés) e um grupo de 243 KW operando com queda de 8 M (25,94 pés)” com uma “produção anual de 8.567.280 KWhr”.⁸⁶

O estudo em questão também propôs mudança no sistema de transmissão da energia gerada em Caiacanga. Em vez da transmissão para Porto Amazonas em 11 KV e para Araucária em 66 KV, os engenheiros estadunidenses propunham uma voltagem constante de 22 KV com circuitos iniciais de:

Caiacanga para Araucária via Guajuvira
 Caiacanga para Lapa via Contenda
 Caiacanga para S. Luiz do Purunã
 e ligações futuras de
 Caiacanga para Palmeira
 Caiacanga para São João do Triunfo
 Caiacanga para Água Azul
 Caiacanga para S. Mateus do Sul

A Figura 32 mostra a região de abrangência e limites da Hidrelétrica Caiacanga (marcada com a estrela vermelha bem ao centro da imagem) destacando as estradas de rodagem existentes na época. O que nos importa desta imagem é a ligação que se daria entre as cidades e lugarejos próximos ao rio Iguaçu através de uma rede de transmissão de energia que englobaria não apenas aquela gerada em Caiacanga, mas todo um complexo parque gerador proposto pelo Plano Hidro-Elétrico Paranaense. Desta forma, o rio passou a ser coadjuvante na constituição da paisagem uma vez que sua importância se reduz às possibilidades de geração e transmissão de energia.

⁸⁶ PARANÁ. *Estudos e opinião sobre os desenvolvimentos hidro-eletricos... Op.cit.*, p.60.

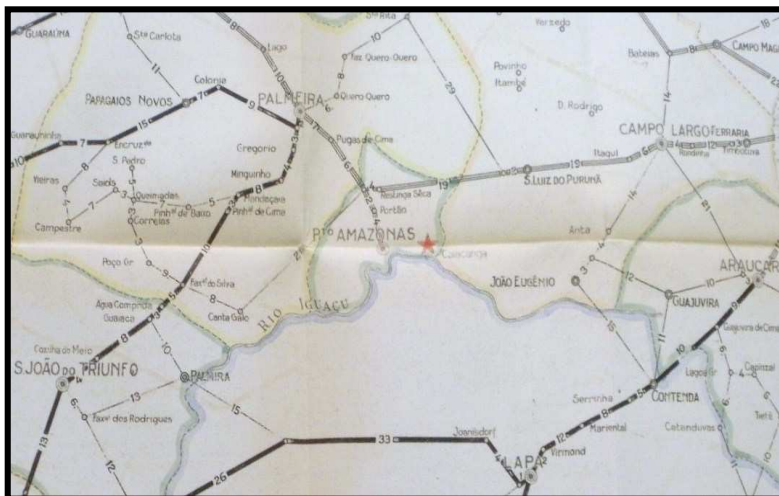


FIGURA 32. Limites da área do projeto da usina Caiacanga (Detalhe)
 FONTE: Linhas Nelson Ltda & Burns and Roe, Inc. (1951)

Além das imagens dos mapas, o relatório apresenta também duas fotografias que registram a crista do salto e as primeiras escavações, Figura 33 e Figura 34 respectivamente. Sobre a Figura 33 é interessante notar as distinções entre ela e as Figuras 30 e 31 tiradas entre 1910 e 1914 que inserimos acima.



FIGURA 33. Salto Caiacanga

FONTE: Linhas Nelson Ltda & Burns and Roe, Inc. [1951?]

NOTA: Os pilares que aparecem nesta foto sustentavam uma ponte construída em 1851.⁸⁷

A diferença do ângulo desta fotografia de 1951 possibilita uma visão “panorâmica” do salto juntando à sua crista o remanso logo acima antes das precipitações. Neste sentido, a Figura 33 mostra perfeitamente a opção do fotógrafo em captar o “acidente geográfico” cuja altitude possibilitaria a geração de energia, ao contrário das Figuras 30 e 31 cujo objetivo principal foi o de demonstrar a beleza da paisagem. A fotografia tirada pelos engenheiros primou pelas características técnicas do salto, principalmente a noção de altura presente na fotografia. Por outro lado, a fotografia tirada pela empresa de Turnauer & Machado (T&M Rio) no início do mesmo século focou prioritariamente as

⁸⁷ Segundo o relatório de 1866 dos engenheiros Keller a ponte que atravessava o rio Iguazu no Salto Caiacanga media “40 metros de comprimento, com dous lanços principaes e cinco pequenos, cujo pilar colossal do meio, assento no centro do abysmo entre os altos rochedos de uma e outra margem, deixa apenas um espaço aberto de 15 metros”. Cf. KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e F. Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 14 de setembro de 1867, n.821, p.2.

características estéticas da queda d'água, demonstrando, assim, distintas formas discursivas de constituição das paisagens do rio também no discurso imagético.

Já a Figura 34 mostra o início das escavações do canal adutor e o local onde se instalaria a usina no lado direito do rio Iguaçu onde já se percebia algumas mudanças nas margens do rio Iguaçu advindas das obras de escavação da rocha e da terraplanagem para a construção da casa das máquinas.



FIGURA 34. Início das construções da Usina de Caiacanga

FONTE: Linhas Nelson Ltda. & Burns and Roe, Inc. [1951?]

NOTA: Construção do canal adutor e terraplanagem para casa de máquinas

Sobre este relatório, é importante ressaltar ainda que, embora tenha sido encomendado no governo de Lupion, foi no mandato de Bento Munhoz da Rocha que ele foi entregue, como atividades programadas do Plano Hidro-Elétrico Paranaense “Moysés Lupion”. Segundo Siqueira *et. al.*, o governador Bento Munhoz da Rocha fez grande oposição ao governo de Lupion, criticando a postura deste governo nas obras de eletrificação do Paraná. Contudo, apesar desta oposição e crítica, não se notou modificação no padrão de atuação estatal no setor de geração de energia. “O DAEE continuou a encampar

usinas municipais, a instalar geradores de emergência em localidades em situação crítica e a construir usinas pequenas nas localidades de Cotia, São João, Laranjinha, Caiacanga”.⁸⁸

As críticas de Munhoz da Rocha ao governo de Lupion se deram, sobretudo, às contradições contratuais do setor de energia elétrica e a falta de um plano racional de obras.⁸⁹ Segundo Munhoz da Rocha, o plano hidroelétrico de Lupion representava um programa “que envolvia muito de aspiração, mas quase nada de exame, de análise, de dados estatísticos, de padronização, de pesagem e de rumos consistentes para assegurar o êxito dos empreendimentos”.⁹⁰ Para Munhoz da Rocha, no Plano de Lupion

não havia positivamente, uma planificação de obras, onde se observasse o cuidado no critério de sua elaboração, apresentando dados seguros e exatos sobre as reais possibilidades econômicas e financeiras para a sua execução, dentro de preceitos técnicos, mostrando o tempo de sua consumação, o custo aproximado das obras e as despesas anuais a despende com cada uma delas, distribuindo-se racionalmente, por exercício, em função do próprio plano.⁹¹

Desta forma, a política energética paranaense inicia a década de 1950 demonstrando que, embora houvesse um plano hidroelétrico para prover o estado de energia, seus projetos apresentavam-se frágeis diante da realidade econômica do Paraná. Além disso, a acusação que pesou às ações do DAAE na gestão de Lupion, os desvios de suas funções originais e as políticas voltadas ao financiamento das obras de geração de energia vão constituir um ambiente propício para profundas mudanças no cenário energético paranaense que culminará com a gradual assimilação do DAAE pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL) criada em 1954 e que, aos poucos, assumiu as obras e projetos hidrelétricos construídos, em andamento e os projetados no Paraná. Com estas constantes mudanças departamentais, ocorreu também uma descentralização das responsabilidades de guarda e arquivo do acervo

⁸⁸ SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) *et.al.* *Um Século de eletricidade no Paraná...* *Op.cit.*, p.103.

⁸⁹ PARANÁ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, Governador do Paraná*. Curitiba: [Imprensa Oficial], 1951, p.7, 90.

⁹⁰ *Ibidem*, p.90.

⁹¹ *Idem*.

referente às primeiras Hidrelétricas. Depois do relatório encaminhado pela empresa “Linhas Nelson Ltda” em 1951, não encontramos mais documentação referente à continuidade das obras de Caiacanga. Somente a assertiva de que a usina foi concluída em 1955, último ano de mandato de Munhoz da Rocha. Quem noticiou o término da obra foi o mesmo governador que deu nome ao Plano Hidro-Elétrico que inseriu novamente a Usina Caiacanga nos planos de construção de hidrelétricas no estado, Moysés Lupion, que em 1956 assumiu o governo pela segunda vez. Na mensagem que Lupion enviou à Assembléia em 1956 está a afirmação de que entre as obras do DAEE no ano de 1955 estava a conclusão da “usina Piloto de Caiacanga com a potência de 350 HP”.⁹²

Pelo que se percebe, a escassez de documentação sobre Caiacanga se explica por dois motivos: o primeiro por ter sido construída sob a fiscalização do DAEE antes da fundação e consolidação da Copel. Desta forma, sem pertencer ao quadro de aquisições da Copel, não se sabe ao certo onde estariam os documentos referentes à sua construção. Já o segundo motivo se deve a sua desativação precoce na década de 1970. Ainda hoje, partes do que foi esta usina estão visíveis no Salto Caiacanga como mostra a Figura 35 e a Figura 36, fotografias tiradas no ano de 2000. Na primeira delas é possível visualizar as ruínas da barragem, no canto superior direito, de onde se inicia o canal adutor escavado na rocha em 1951.

⁹² PARANÁ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da Sessão Ordinária de 1956 pelo Senhor Moysés Lupion, governador do estado.* Curitiba: [s.n.], 1956, p.105.



FIGURA 35. Barragem e Canal da antiga UHE Caiacanga
FONTE: Duboc (2000)

Já pela Figura 36 temos um recorte preciso do que antes compunha a Hidrelétrica Caiacanga com os contornos do salto, o espaço percorrido pelo canal adutor (lado direito) e o local da Casa de Máquinas (construções do canto inferior direito).



FIGURA 36. “Ruínas” da UHE Caiacanga

FONTE: Duboc (2000)

Não se sabe ao certo o que aconteceu após sua desativação, nem o “como” ou os “porquês” desta prática, mas os “restos” do que foi o primeiro empreendimento hidrelétrico no Iguaçu é bastante significativo

para esta pesquisa. Esta “usina em pedaços” impõe-se como um memorial do início das profundas transformações ambientais que o rio Iguazu sofreria a partir da década de 1960, principalmente com o avanço das tecnologias na construção de barragens. Certamente, os poucos kW's fornecidos por Caiacanga até a década de 1970 não fariam mais falta ao imenso complexo hidrelétrico que seria viabilizado com pesados investimentos estatais a fim de “desenvolver” o rio Iguazu em hidrelétricas.

3.5.2 Salto Grande do Iguazu

Os primeiros detalhes “técnicos” deste salto do rio Iguazu foram levantados em 1866 pelos engenheiros Keller no relatório analisado no primeiro capítulo desta tese. Em outubro daquele ano, a comitiva dos alemães passou por uma série de problemas advindos das correntezas do Iguazu logo depois do povoado que era União da Vitória. Várias quedas d'água os obrigaram a passar as canoas em picadas abertas nas margens do rio e aquelas que eles teimaram em descer pela água foram arrastadas ou encalharam nos blocos de pedra que faziam parte do leito do rio. Segundo os Keller, logo abaixo da confluência com o rio Palmital existia uma forte correnteza e um grande salto cuja queda vertical era de 12 metros.⁹³ Já para o geógrafo Reinhard Maack, o Salto Grande do Iguazu media 13 metros de altura, possuía um volume médio de 400 m³/seg e se localizava no km 391 do percurso do rio Iguazu.⁹⁴ A Figura 37 é uma fotografia do Salto Grande do Iguazu que ilustra a capa de um relatório técnico feito no início da década de 1960 sobre esta usina.

⁹³ KELLER, José ; KELLER, Francisco. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e Francisco Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curitiba, 21 de setembro de 1867, n.823, p.2.

⁹⁴ MAACK, Reinhard. *Geografia física do estado do Paraná... Op.cit.*, p.356.



FIGURA 37. Salto Grande do Iguçu na década de 1950
 FONTE: Companhia Mista de Energia Elétrica Vale do Iguçu (1961)

O adjetivo “grande” acabou se tornando a identidade deste salto significativo do rio Iguçu depois do Caiacanga e, como este, passou a ser cogitado para aproveitamento da força hidráulica para fins de geração de eletricidade. Como vimos anteriormente, Moysés Lupion informou à Assembléia em 1948 que a prefeitura de Curitiba havia comprado as terras e os direitos necessários para o aproveitamento deste salto do rio Iguçu em 1926.⁹⁵ Estes levantamentos corroboraram para a legitimação do Plano Hidro-Elétrico Paranaense de 1949 colocando a Usina Salto Grande do Iguçu como uma das mais potentes hidrelétricas a ser instaladas no Paraná, numa potência estimada de 50.000 HP (37.500 kW).⁹⁶

Dentro do referido plano, a Usina Salto Grande era considerada uma “Central Padrão” junto com as centrais de Conceição, Mourão, Cotia, Cachoeira e Capivara. Este conjunto hidrelétrico tinha por objetivo a abrangência de áreas maiores do estado, diferente das pequenas centrais que se limitavam a poucas localidades circunvizinhas, como a de Caiacanga. Neste sentido, o “salto grande do Iguçu” se

⁹⁵ PARANÁ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do estado...* *Op.cit.*, p.47.

⁹⁶ PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion: 2ª parte...* *Op.cit.*, p.28.

tornou um local estratégico no plano hidroelétrico, pois atenderia boa parte da região centro-sul do estado, conforme demonstra a Figura 38 que representa o levantamento topográfico e o desenho da calha e do conjunto de quedas e corredeiras que formava o salto grande em 1949.



FIGURA 38. Levantamento topográfico do Salto Grande do Iguaçu
 FONTE: Paraná (1949)

Pelo levantamento do Plano Hidro-Elétrico Paranaense, percebe-se que no local onde se ergueria a barragem, o rio Iguaçu alargava a sua calha formando não apenas um salto, mas um complexo de quedas que formavam uma paisagem bem diferente daquela presente no salto Caiacanga. Neste local, o rio Iguaçu se escoava por vários canais secundários formando ilhas e com um volume de água bem maior, já que nesta altura contava com afluentes importantes como o Negro e o Palmital. Esta especificidade do rio exigiria estudos detalhados que registrassem a vazão mínima e máxima na zona do salto, pois, segundo o Plano Hidro-Elétrico Paranaense, testemunhas oculares diziam que nas grandes enchentes a água se elevava a cerca de 5 metros a jusante do salto.⁹⁷

A utilização de termos como “testemunhas oculares” para registros de dados hidrológicos e pluviométricos do salto no “Plano Hidro-elétrico Paranaense Moysés Lupion” acaba justificando as críticas

⁹⁷ PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion: 2ª parte...* Op.cit., p.28.

de Bento Munhoz da Rocha. Como vimos anteriormente, o sucessor de Lupion se opôs ao seu plano devido à falta de dados seguros que possibilitassem uma racionalidade para a execução dos projetos. Por isso a afirmação de Munhoz da Rocha de que o “Plano de Lupion” envolvia mais aspiração do que exames, análise e viabilidade econômica para o êxito dos empreendimentos. Analisado sob este prisma, o “Plano de Lupion” pode ser considerado imaturo ou primário devido à escassez de laudos científicos precisos, porém, há de se levar em conta que o principal fator de impedimento dos projetos era o burocrático-financeiro que emperrava o sistema elétrico não apenas no Paraná, mas no Brasil como um todo.

É correto que a falta de pesquisa e de projeções racionais de geração de energia e do custo das obras está presente neste primeiro plano paranaense. Contudo, o próprio plano estabelecia estudos futuros podendo, assim, ser considerado apenas como um levantamento de possibilidades e não como uma proposta pronta sobre as atividades no setor hidroelétrico do Paraná. Na parte sobre o projeto Salto Grande do Iguaçu, por exemplo, existe a afirmação de que somente estudos definitivos poderiam determinar a potência instalada, demonstrando, assim, que o Plano apresentava apenas sugestões preliminares. No nosso entender, independente do peso e da legitimidade das críticas de Munhoz da Rocha, o plano de Lupion é fruto de uma série de relações conflituosas advindas de uma política energética estatal que dava seus primeiros passos no Brasil. Neste primeiro momento, o importante é ressaltar que a saída para a falta de energia no Paraná, assim como no Brasil como um todo, era a construção de hidrelétricas e, neste sentido, o plano de Lupion é significativo, pois aponta uma série de projetos que no decorrer de duas décadas acabaram saindo do papel, como a própria Usina Salto Grande do Iguaçu inaugurada em 1967. Contudo, entre os primeiros levantamentos propostos pelo DAEE do governo de Lupion e os dezoito anos levados para a concretização do projeto hidroelétrico em Salto Grande, ocorreram muitas mudanças político-administrativas no Brasil e no Paraná que possibilitaram a injeção de recursos e a “racionalização das obras” prevista por Munhoz da Rocha.

A década de 1950, por exemplo, marcou definitivamente a entrada do poder estatal no controle das ações voltadas à geração de energia, pois desde o Código das Águas de 1934, as ações governamentais ficaram praticamente estagnadas neste setor. Não há como negar a influência das crises econômicas e políticas na lentidão do processo de “nacionalização” dos serviços de geração, transmissão e abastecimento energético no país. Na economia, as especulações

financeiras advindas com o fim da Grande Guerra apontavam para a possibilidade de investimentos estrangeiros, já que o fim das restrições econômicas impostas pelo conflito sugeria a volta da normalidade no mercado mundial. Na política, as consequências da “ditadura do Estado Novo” (1937-1945), as implicações do governo “regulador” de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e a volta das perspectivas intervencionistas do segundo governo de Vargas (1951-1954) permeavam as relações conflituosas entre os que defendiam o liberalismo econômico e a iniciativa privada e os que lutavam pela estatização da economia. Estas relações político-econômicas marcaram decisivamente o debate sobre a energia elétrica no Brasil, tendo como consequência a morosidade do processo de ações executivas, tanto do governo quanto do setor privado, nas obras de melhoria energética.

Como não poderia ser diferente, a crise do setor energético brasileiro apenas refletia o choque de interesses defendidos na escolha do regime econômico a ser adotado no Brasil dos anos 1950. Segundo Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, os conflitos entre os “privatistas”, e “desenvolvimentistas” estagnavam a “revolução” proposta pelo Código das Águas, de caráter notadamente nacionalista. Os privatistas, defensores do liberalismo econômico, estavam interessados em “preservar a energia elétrica como campo de atividade das empresas privadas” e culpavam o Código das Águas e os mecanismos tarifários brasileiros pela “estagnação dos investimentos das concessionárias estrangeiras, isto é, os grupos Light e Amforp, que praticamente monopolizavam o setor”.⁹⁸ Com uma posição bem diferente estavam os “desenvolvimentistas” que, inspirados num forte nacionalismo, acreditavam que a intervenção estatal na economia seria o único meio pelo qual o Brasil se desenvolveria como um estado econômico independente e forte. Para eles, não era o Código das Águas o responsável pela paralisação do setor energético, mas sim as empresas estrangeiras que não expandiam as fontes geradoras e não cumpriam as obrigações contratuais das concessões. Este grupo propunha “uma intervenção firme do estado no setor, mediante a construção de grandes usinas hidrelétricas e até mesmo a encampação das concessionárias estrangeiras”.⁹⁹

Neste contexto político de conflitos e negociações do governo com estas duas posições divergentes é que começa a se estabelecer uma

⁹⁸ CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil... Op.cit.*, p.116.

⁹⁹ *Ibidem*, p.117.

política energética buscando reunir os interesses nacionalistas de desenvolvimento do Brasil aos interesses de investimento de capitalistas estrangeiros. Em alguns governos uma posição se sobrepôs à outra, mas no decorrer do tempo, certa flexibilidade foi ocorrendo a fim de aliar interesses diversos na resolução dos problemas advindos da falta de energia no Brasil. Das ações governamentais constituídas para criar e executar uma série de atividades no setor de energia elétrica brasileiro, as propostas de criação do Fundo Federal de Eletrificação (FFE), em 1953 e a elaboração de um Plano Nacional de Eletrificação, em 1954, foram os balizadores das grandes transformações que ocorreriam a partir da década de 1960. Com estas duas iniciativas, o segundo governo de Vargas tentou impor novamente o caráter nacionalista à questão energética brasileira. Contudo, sofreu pesadas críticas e boicotes tanto da ala privatista que representava as concessionárias estrangeiras quanto de resistências que partiam do próprio governo.¹⁰⁰

Tamanho oposição fez com que o Plano Nacional de Eletrificação sucumbisse a mero projeto de lei, mesmo apontando importantes medidas “como programação de obras, participação da União em empresas estaduais, unificação de frequência e estímulo à instalação de indústrias de material elétrico”.¹⁰¹ Por mais que este plano não tenha sido formalmente aprovado pelo Legislativo durante o segundo governo de Vargas, suas propostas acabaram por fundamentar a futura expansão do parque gerador de eletricidade brasileiro. É importante salientar que este plano foi o primeiro a estabelecer a criação de uma sociedade por ações, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), empresa cuja criação somente seria autorizada em 1961.¹⁰²

Não foi diferente a atuação do Legislativo na avaliação do projeto que instituía o Fundo Federal de Eletrificação (FFE). Com os recursos advindos da criação do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), embutido na conta dos consumidores, o FFE forneceria o capital financeiro responsável pelas obras de geração e transmissão de energia. Do montante arrecadado pelo IUEE, 40% seria destinado à União e 60% aos estados, Distrito Federal e municípios, o que consolidaria as empresas estaduais de energia já existentes e tornaria possível a criação de outras. Estes recursos seriam geridos e repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), criado em junho de 1952.

¹⁰⁰ CENTRO DA MEMORIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil... Op.cit.*, p.132.

¹⁰¹ A ENERGIA elétrica no Brasil... *Op.cit.*, p.70.

¹⁰² CENTRO DA MEMORIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil... Op.cit.*, p.131-132.

“Devido a interesses regionais conflitantes” o projeto do FEE só foi aprovado no governo de Juscelino Kubitschek em 1956.¹⁰³

Estas indefinições políticas e econômicas do cenário nacional, também repercutiam e influenciavam na política energética paranaense. Uma versão estadual dos projetos do Plano Nacional de Eletrificação e do FFE, ambos paralisados no Congresso Federal desde 1953, foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Paraná já no final do ano de 1953. Com isto, o governador Bento Munhoz da Rocha construiu alternativas para alavancar o projeto de construções de centrais elétricas no Paraná, cujo principal entrave era a falta de recursos financeiros. Destas iniciativas estaduais do que se cogitava aprovar na esfera federal, sem dúvida a criação do Fundo e da Taxa de Eletrificação do estado, através da Lei nº 1.384 de 11 de novembro de 1953,¹⁰⁴ foi a mais significativa, pois dotou o DAEE paranaense de um orçamento que o permitiu lançar “a construção da Central Hidrelétrica de Capivari-Cachoeira e da Termoelétrica de Figueira, além de dar novo impulso às obras menores já em andamento”.¹⁰⁵

Assim como o Plano Nacional de Eletrificação, proposto em 1953 e não aprovado pelo Congresso, previa a constituição de uma empresa estatal para gerir os projetos e recursos, o Fundo de Eletrificação Estadual também previa uma empresa paranaense do mesmo estilo.¹⁰⁶ Com isso, o governador Bento Munhoz da Rocha baixou o Decreto nº 14.947 de 26 de outubro de 1954, criando a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL).¹⁰⁷ Esta companhia, assim como o DAEE, se dedicaria à exploração dos serviços de energia elétrica no Paraná. Segundo Siqueira *et.al.*, a Copel foi constituída com um capital de 800

¹⁰³ CENTRO DA MEMORIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil... Op.cit.*, p.126-127.

¹⁰⁴ PARANÁ. Lei 1384 - 10 de Novembro de 1953. Institui o Fundo de Eletrificação e dá outras providências. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 11 de novembro de 1953, n.199. Disponível em:

<<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=15146&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso: 25 out. 2010.

¹⁰⁵ SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) *et.al. Um Século de eletricidade no Paraná... Op.cit.*, p.105.

¹⁰⁶ Cf. PARANÁ. Lei 1384... *Op.cit.*, art.3º.

¹⁰⁷ PARANÁ. Decreto nº 14.947 de 26 de outubro de 1954. Dispõe sobre a organização de sociedade de economia mista sob denominação de Companhia Paranaense de Energia Elétrica. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 27 de outubro de 1954. Arquivo Público do Paraná.

milhões de cruzeiros, cifras significativas para a época, já que a dotação orçamentária anual do DAEE era de 90 milhões de cruzeiros.¹⁰⁸

Sendo a Copel uma companhia mista em organização e sob o controle acionário estadual, o Paraná passou a contar com duas agências prestadoras de serviços na área de energia elétrica. Desta forma, dividiu os trabalhos do DAEE com a Copel ficando esta a cargo das usinas de grande porte e aquele com “a responsabilidade da administração e construção de usinas de pequeno porte, em numerosas localidades”.¹⁰⁹ Essa divisão demonstra também as modificações instauradas pelos projetos da Copel ao Plano Hidro-Elétrico Paranaense. Este previa a construção de Centrais Padrão, dentre as quais estava a de Salto Grande do Iguaçu, e das Usinas dos Grupos, onde se alocou Caiacanga. Já no plano de eletrificação proposto após a constituição da Copel, as Centrais Padrão, de maior porte e, conseqüentemente, as que necessitavam de maiores recursos financeiros passaram a fazer parte do grupo de empreendimentos “a longo prazo” e de responsabilidade da Copel. Com isso, o DAEE passou a investir especificamente na construção das “usinas dos grupos”, consideradas de pequeno porte e, doravante, alocadas no grupo de construção de curto prazo, o que explica a conclusão da Usina de Caiacanga em 1955 e a paralisação nas obras de Salto Grande do Iguaçu. Desta última constam apenas alguns estudos, entre os quais o levantamento topográfico feito pelo engenheiro Pedro Wollner em 1956.¹¹⁰

Estas mudanças ocorridas no interior da gestão estadual dos serviços de energia elétrica são as responsáveis pela demora nas obras de Salto Grande do Iguaçu, pois os recursos destinados pelo estado à Copel eram insuficientes para que a empresa consolidasse o projeto. Como o estado possuía duas agências na área de energia elétrica, os recursos do Fundo de Eletrificação do Paraná eram divididos quase que “meio a meio” entre o DAEE e a Copel. Isso fez com que a Copel passasse por uma série de dificuldades no período de 1955 a 1958, pois além de contar com um repasse de apenas 50% dos recursos arrecadados pela taxa de eletrificação (principal recurso do Fundo de Eletrificação do Paraná), a empresa ainda não tinha recebido uma parcela importante do capital subscrito pelo estado paranaense. De certa forma, esta “falta” do estado impedia também a obtenção de financiamentos com bancos e

¹⁰⁸ SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) *et.al. Um Século de eletricidade no Paraná...* *Op.cit.*, p.105.

¹⁰⁹ *Idem.*

¹¹⁰ WOLLNER, Pedro. *Aproveitamento hidroelétrico de Salto Grande, Rio Iguaçu - estado do Paraná: topografia detalhada do local do empreendimento.* São Paulo, 1956. Mimeografado.

firmas nacionais e estrangeiros, pois a parcela de responsabilidade do estado “não assegurava recursos que possibilitassem o início das obras e a realização de estudos e projetos que dariam sustentação às negociações de financiamento”.¹¹¹ Sendo assim, o início da consolidação da Copel com um parque gerador consistente somente ocorreria na década de 1960 com as implicações da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek na esfera federal e de Ney Aminthas Braga no âmbito estadual.

Em seu Plano de Metas, Kubitschek considerou o setor de energia prioritário para o desenvolvimento do Brasil, juntamente com o de transportes. Dos recursos previstos pelo Plano de Metas de Juscelino, 43,4% dos investimentos se destinariam à área de energia. Deste montante, mais da metade deveria atender às obras destinadas à energia elétrica. Além disso, a criação do Ministério de Minas e Energia em 1960 colaborou para que o projeto original da Eletrobrás, parado no Congresso desde 1954, sofresse mudanças significativas e pudesse ser definitivamente aprovado no governo seguinte ao de “JK”.¹¹² A autorização para constituição da Eletrobrás se deu em 1961 no governo de Jânio Quadros,¹¹³ mas a sua instalação oficial ocorreu em 11 de junho de 1962, já no governo de João Goulart. A partir de então, a Eletrobrás passou “a administrar o Fundo Federal de Eletrificação e a carteira de aplicações efetuadas pelo BNDE junto às concessionárias”.¹¹⁴ Sendo assim, a Eletrobrás passou a ser também um banco financiador da indústria de energia elétrica nacional e em especial às companhias estaduais de energia.

No Paraná do início da década de 1960 também se observa essa tendência nacional de investir pesadamente em energia e transporte. Nesse intuito, o governador Ney Braga criou, em 1962, o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná (FDE) para “ampliar as

¹¹¹ SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) *et.al.* *Um Século de eletricidade no Paraná...* *Op.cit.*, p. 126.

¹¹² CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil...* *Op.cit.*, p.137-147.

¹¹³ BRASIL. Lei nº 3.890-A, de 25 de Abril de 1961. Autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - ELETROBRÁS, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 28 de abril de 1961, Seção 1, p.3945. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3890-a-25-abril-1961-353665-norma-pl.html>>. Acesso: 25 out. 2010.

¹¹⁴ CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS)*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2002, p.21.

possibilidades de intervenção direta no campo econômico”.¹¹⁵ Os recursos deste fundo adviriam de empréstimo compulsório dos quais 40% seriam destinados a produção e distribuição de energia elétrica nos quatro primeiros anos e 30% no último ano da vigência do empréstimo, conforme alínea “a” do artigo primeiro da lei que criou o FDE.¹¹⁶ Desta maneira, constituiu-se uma estruturação financeira estadual que, em conjunto com instituições nacionais e estrangeiras, possibilitaria o impulso necessário para a Copel implantar seu plano de eletrificação do estado. Segundo Siqueira *et al.* (coord.), foi nesta época que a Copel iniciou seu processo de consolidação na geração de energia no Paraná, principalmente por contar com três possibilidades de financiamentos: os recursos estaduais (Taxa de Eletrificação e FDE); os recursos federais (através do BNDE e da ELETROBRÁS); e os recursos internacionais (Agência de Desenvolvimento Internacional - USAID e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID).¹¹⁷

Com esta incrementação financeira, a Usina Salto Grande do Iguaçu voltou a ser discutida e avaliada, no início da década de 1960, como projeto pertencente ao quadro de obras a ser viabilizadas pela Copel. Novos estudos foram feitos em 1960 e 1961 sob a responsabilidade da “Companhia Técnica Internacional – TECHINT”. Trata-se da *Compagnia Tecnica Internazionale*, uma corporação fundada em 1945 pelo italiano Agostino Rocca que trabalhava na indústria de aço italiana desde os anos 1930. Esta empresa focalizou a América Latina como uma de suas metas de atuação e, em 1947 se instalou no Brasil, onde passou a construir dutos e refinarias a partir de 1949. A partir da década de 1950, a Techint passou a se especializar também em projetos de hidrelétricas e termelétricas e, como vinha desenvolvendo parcerias com o governo federal em obras da Petrobrás, não foi difícil entrar também no mercado hidroenergético brasileiro.¹¹⁸

¹¹⁵ SIQUEIRA, Márcia Dalledone et.al. Um Século de eletricidade no Paraná... *Op.cit.*, p.132.

¹¹⁶ PARANÁ. Lei 4529 - 12 de Janeiro de 1962. Institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico, autoriza a criação da Sociedade de Economia Mista Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - CODEPAR - autoriza o lançamento de empréstimo compulsório e dá outras providências. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 15 de janeiro de 1962, n.255. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=10903&odTipoAto=&tipoVisualizacao=original>>. Acesso: 25 out. 2010.

¹¹⁷ SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) *et al.* *Um Século de eletricidade no Paraná...* *Op.cit.*, p.132.

¹¹⁸ Para mais detalhes sobre a história e atuação da Techint cf. TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO. *Nossa história: de 1945-2000*. São Paulo: Techint, 2006. Disponível em: <http://engenharia.techint.com/html/pt/aboutus/ourhistory.asp?MENUITEM=ourhistory&LANG=PT&PATH=../aboutus/images/flash_>. Acesso: 30 nov. 2010; TECHINT ENGENHARIA

No Paraná, a Techint foi responsável pelos estudos que garantiram a construção da Hidrelétrica Salto Grande do Iguaçu, pois o relatório final “Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Iguaçu em Salto Grande” apresentou uma descrição detalhada da usina levando em conta fatores até então não explorados pelos planos de eletrificação do estado.¹¹⁹ Além disso, o estudo em questão representou o início de uma nova perspectiva para a construção de hidrelétricas que passaram a ser pensadas dentro de um conjunto de fatores que aliam noções técnicas à conjuntura espacial, social e econômica da região do projeto, inclusive com projeções de demandas energéticas e mercados consumidores. Certamente, os estudos feitos pela Techint no início da década de 1960, obedecem a uma nova lógica pautada na racionalidade e cientificidade dos estudos prévios dos empreendimentos hidrelétricos, o que será a principal característica da política energética brasileira daí por diante.

O relatório final de Salto Grande do Iguaçu entregue em outubro de 1961 contém 31 volumes que, além de estabelecer as escolhas técnicas para a construção, fazem uma “radiografia” da região, o que até então não se levava em conta nos projetos.¹²⁰ Tais estudos só serão inferiores aos desenvolvidos pela Canambra, assunto que veremos no próximo item, contudo, a qualidade e a semelhança metodológica farão com que a própria Canambra os aprove e utilize seus dados.

Para este momento importa estabelecer que, com todos os levantamentos feitos pela Techint e com a injeção de novos recursos financeiros no setor de energia elétrica brasileiro, finalmente, em 1967,

E CONSTRUÇÃO. *Techint 55 anos participando do desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Techint, 2002. Disponível em:

< http://engenharia.techint.com/html/static/documents/publicaciones/55anos_POR.pdf >. Acesso: 30 nov. 2010.

¹¹⁹ COMPANHIA MISTA DE ENERGIA ELÉTRICA VALE DO IGUAÇU. *Aproveitamento hidroelétrico do Rio Iguaçu em Salto Grande*: usina piloto: anteprojeto. 31 v. São Paulo: Techint – Companhia Internacional, 1961.

¹²⁰ Os volumes comportam assuntos que, dada a importância histórica do documento, achamos por bem inseri-los aqui: 01. Relatório Geral; 02. Levantamento das características do mercado; 03. Projeção da demanda de energia elétrica até 1975; 04. Estudo preliminar para a motorização da usina; 05. Estudo hidrológico; 06. Memória do cálculo; 07. Especificações do equipamento eletromecânico; 08. Especificações das obras civis; 09. Planimetria Geral; 10. Desvio do rio para construção; 11. Esquema de realização da barragem principal; 12. Barragem; 13. Tomada d’água e canal adutor; 14. Casa de força – Plantas; 15. Casa de força – vistas; 16. Casa de força – secção transversal; 17. Canal de descarga; 18. Substação; 19. Esquema elétrico unifilar; 20. Sistema de distribuição de água e drenagem; 21. Sistema de óleo para regulador, lubrificante e isolante; 22. Sistema de ar comprimido; 23. Sistema de proteção contra incêndio; 24. Disposição dos cabos; 25. Planta geral do canteiro; 26. Perspectiva geral do aproveitamento; 27. Alternativa com tubulações forçadas e turbinas tipo Francis-planimetria; 28. Alternativa com tubulações forçadas e turbinas tipo Francis-casa de força; 29. Orçamento sumário; 30. Rentabilidade do empreendimento; 31. Plano de financiamento.

a Copel inaugurou a **Usina de Salto Grande do Iguaçu**, com uma potência de 15,6 MW, que passou a atender 18 municípios do sul do estado.¹²¹ No entanto, sua duração foi curta, pois em 1979 suas instalações foram desativadas em consequência da construção da UHE Foz do Areia, também de responsabilidade da Copel.¹²² A Figura 39 mostra o projeto final proposto pra a Usina de Salto Grande e, mesmo sendo uma perspectiva das construções, é um dos únicos registros imagéticos da usina que foi considerada o primeiro aproveitamento energético de grande porte no rio Iguaçu.

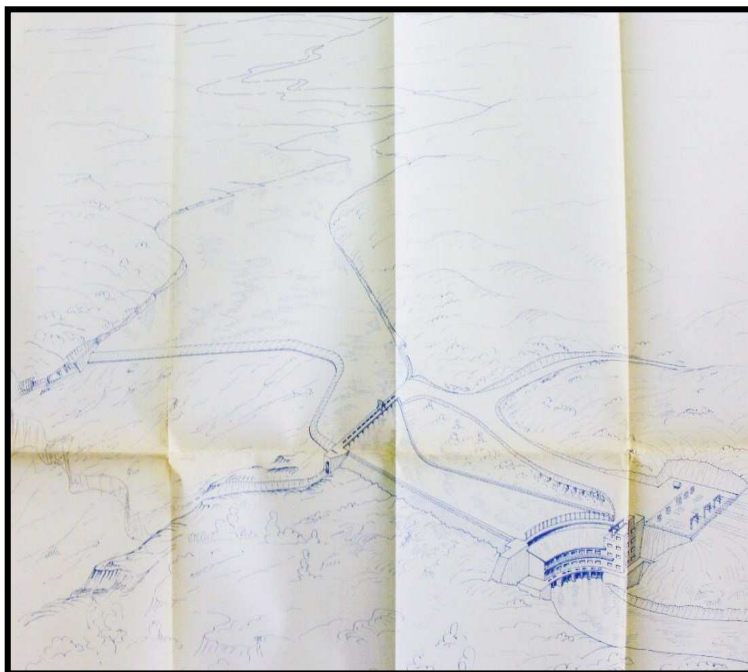


FIGURA 39. Perspectiva Geral da Hidrelétrica Salto Grande (detalhe)
 FONTE: Companhia Mista de Energia Eletrica Vale do Iguaçu (1961)

¹²¹ COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL. *História da Copel*. Curitiba: Copel, 2010. Disponível em:

<<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F6505401715872FAA032573FA0069734F>>. Acesso: 25 out. 2010.

¹²² Idem. *Usina Bento Munhoz da Rocha Netto*. Curitiba: Copel, 2008. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F044b34faa7cc1143032570bd0059aa29%2Fe307f2c9b2edc56303257412004fdb91>>. Acesso: 26 out. 2010.

Até 1969 as usinas de Caiçanga e Salto Grande do Iguaçu produziam cinco MW e 15,5 MW respectivamente. Juntos, os dois primeiros empreendimentos hidrelétricos do rio Iguaçu contribuíam com uma tímida capacidade de 20 MW. Estes dados estão representados no mapa do sistema elétrico do Paraná concebido e organizado pela Copel a fim de visibilizar o crescimento do sistema elétrico paranaense na década de 1960. O referido mapa apresentado pela Figura 40 apresenta detalhadamente as centrais de geração (hidrelétricas e termelétricas), as redes de transmissão e as subestações existentes no Paraná em 1969. Mesmo apresentando as centrais de energia de outras concessionárias, é visível o crescimento dos empreendimentos da Copel, o que reflete, de certo modo, o sucesso do modelo econômico das empresas que agregavam uma economia mista (recursos públicos e privados) no setor energético brasileiro.

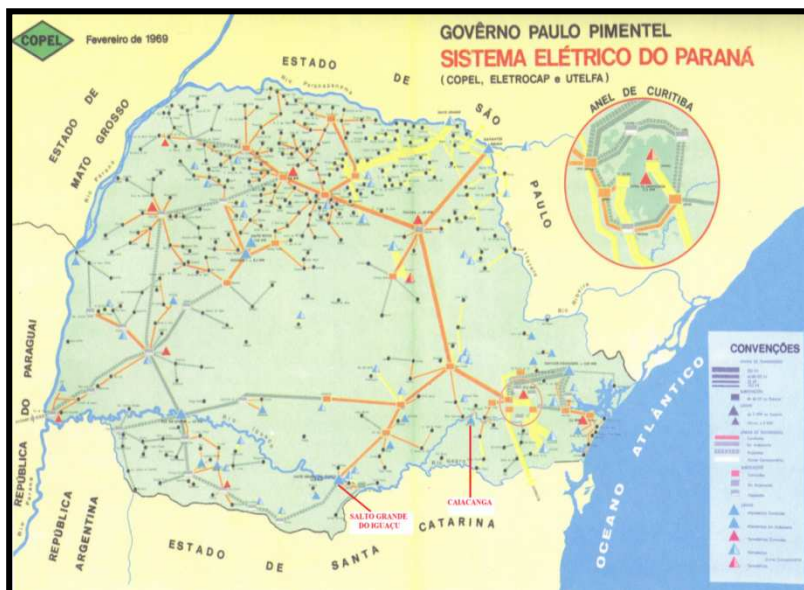


FIGURA 40. Mapa do Sistema Elétrico do Paraná em 1969

FONTE: Paraná (1969)

O mapeamento energético do Paraná em fins da década de 1960, embora apresente mudanças significativas no quadro de geração de energia, ainda é apenas um esboço do que ocorria nas três décadas seguintes. O rio Iguaçu, por exemplo, mesmo tendo sido alvo de dois empreendimentos hidrelétricos até 1969, ainda apresentava, neste mapa,

seu traçado original, pois, para a geração dos 20 MW de Caiacanga e Salto Grande do Iguaçu, não havia a necessidade de grandes represas. No entanto, esta paisagem mudaria drasticamente nas próximas décadas. Em menos de 30 anos, a potência instalada no rio Iguaçu cresceria para a casa dos 6.674 MW, valor incalculável na época dos primeiros estudos feitos na década de 1940 e que se tornariam uma realidade dividida entre as cinco hidrelétricas que foram construídas até 1999. Neste sentido, o mapa apresentado pela Figura 37 é significativo, pois a partir dele será possível perceber as profundas transformações ocorridas no rio Iguaçu a partir das noções de desenvolvimento e energia presentes nos discursos legitimadores da construção de hidrelétricas neste rio paranaense.

A noção de “desenvolvimento” se fez tão presente nesta época que as propostas para construção de hidrelétricas partiam da premissa “desenvolver o rio para produzir energia”. Este enunciado foi construído no interior de um grande estudo técnico, elaborado entre os anos de 1966 e 1969, com o objetivo de detalhar os locais propícios para construção de barragens. Tal estudo abrangeu todos os estados do sul do Brasil e se tornou um marco na expansão elétrica do país. A seguir, discutiremos os discursos presentes nestes relatórios com o intuito de perceber como o rio Iguaçu foi visibilizado nestes documentos. O “rio do Paraná”, como sempre foi denominado o Iguaçu, passou a ser também um rio de possibilidades para todo o país através das hidrelétricas que possibilitaria construir. Tal estudo denominou-se *Power Study of South Brazil* e, certamente, simboliza um novo tipo de “olhar para/sobre o rio”.

3.6 O RIO IGUAÇU E O *POWER STUDY OF SOUTH BRAZIL* (1967-1969)

No dia 09 de setembro de 1969, foi encaminhado a Leo Amaral Penna o resultado final do estudo energético da região sul do Brasil. O *Comprehensive report*, como foi intitulado o último dos onze volumes constituintes do estudo, representava o resumo das operações realizadas entre os anos de 1966 e 1969 nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os estudos concentravam informações sobre o mercado de energia das décadas de 1960/70 e suas projeções até a década de 1980 e as ações que deveriam ser direcionadas para geração da energia que poderia ser vendida a este mercado. Esses estudos marcam o surgimento de uma nova etapa na formação discursiva sobre os recursos ambientais dos rios da região sul do Brasil, pois se inseriu,

de uma vez por todas nestas discussões, a categoria *development* ou desenvolvimento. A partir desses estudos, tidos como irrefutavelmente verdadeiros por sua característica técnica e científica, o governo intensificou as práticas que viabilizassem a execução das obras que tais estudos apresentaram como solução para a crise energética do país.

Toda a região sul do Brasil foi inventariada a partir de duas matrizes bem específicas: as bacias hidrográficas dos rios Iguaçu e Uruguai, que, por sua vez, formam a imensa bacia hidrográfica do rio Paraná. No entanto, no trajeto nacional destes dois rios rumo à sua foz, o Iguaçu e o Uruguai foram apresentados como recursos energéticos valiosos e que deveriam ser, na linguagem dos estudos, **desenvolvidos**. Neste sentido, os rios deveriam ser transformados/desenvolvidos em energia que, além de suprir o mercado sulista, poderia ser destinada a outras regiões do país, desde que obedecidas algumas normas de padronização nas técnicas de geração e transmissão.

3.6.1 A Canambra e a “racionalidade” no setor energético brasileiro

Estes estudos realizados no sul do Brasil seguiram o modelo do *Power Study of South Central Brazil*, pesquisa semelhante feita na região Sudeste, na época denominada região Centro-Sul do Brasil, nos primeiros anos da década de 1960. Segundo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, estes estudos surgiram da necessidade do país reconhecer seus recursos hidroelétricos e planejar ações e medidas no intuito de evitar mais crises do setor elétrico brasileiro.¹²³ Essa idéia surgiu, primeiramente, em Minas Gerais, quando a Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) solicitou um financiamento ao Fundo Especial das Nações Unidas para um levantamento dos recursos hidroenergéticos de Minas Gerais. Por sugestão do órgão financiador, esta proposta original foi ampliada para os demais estados da região sudeste, sendo concedido, na época, um recurso financeiro de 2,5 milhões de dólares. Além disso, foi também o órgão financiador que selecionou as firmas que fariam esses estudos no Brasil, já que o país não contava, na época, com um quadro pessoal técnico capacitado para tal empreendimento. Em junho de 1962, o Banco Mundial selecionou as firmas canadenses Montreal Engineering e Crippen Engineering, e a americana Gibbs &

¹²³ CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil... Op.cit*, p.206.

Hill para a execução dos estudos dos potenciais hidráulicos e do mercado de energia elétrica na região Sudeste. Como o consórcio deveria contar também com a presença de profissionais brasileiros, foi denominado CANAMBRA, pois designaria, assim, a nacionalidade dos três agentes envolvidos: Canadá, América e Brasil.¹²⁴

A CANAMBRA surgiu, então, como um novo agente institucional cujo objetivo era o de indicar possibilidades hidroenergéticas a fim de que, a partir delas, se criasse uma política energética eficaz no Brasil. Os estudos da Canambra são apontados como “o maior e mais completo planejamento elétrico integrado até então realizado no mundo ocidental”.¹²⁵ A proporção da área geográfica investigada, as centenas de locais pesquisados e a profundidade das análises técnico-econômicas “permitem situar os relatórios da Canambra como um marco decisivo na história do setor de energia elétrica brasileiro”.¹²⁶ Segundo Altino Ventura Filho,¹²⁷ além dos laudos e levantamentos inéditos no Brasil, a Canambra inaugurou no país uma série de conceitos básicos no setor energético entre os quais inventário, energia garantida, energia secundária, complementação térmica e operação integrada de usinas que ainda hoje são utilizados.¹²⁸

Já para Geraldo Queiroz Siqueira,¹²⁹ a principal contribuição deste consórcio para o país foi a inserção de uma cultura de planejamento disciplinado e com encaminhamentos lógicos ao longo do tempo, sempre visando o mercado de energia elétrica, com projeções e medidas práticas para o atendimento da demanda.

A partir das projeções de mercado que tiveram andamento durante o estudo, houve todo um levantamento de campo. Em primeiro lugar, a coleta de dados informativos, mapas, bibliografia

¹²⁴ CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil... Op.cit.*, p.207.

¹²⁵ *Ibidem*, p.208.

¹²⁶ *Idem*.

¹²⁷ Engenheiro eletricista que, desde 1968, atuou no setor de energia brasileiro. Entre os cargos ocupados estão o de chefe da secretaria executiva do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos, diretor técnico da Itaipu Binacional, presidente da Eletrobrás e secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

¹²⁸ Altino Ventura Filho. Entrevista concedida a Paulo Brandi de Barros Cachapuz *et al.* Rio de Janeiro, 11 fev. 2000. In: CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos: entrevistas*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001, p.32.

¹²⁹ Engenheiro eletricista que fez parte da equipe Canambra nos estudos sobre a região sudeste. Além disso, ocupou cargos na Companhia Energética de São Paulo (CESP) e Eletrobrás.

existente sobre o setor e sobre cada bacia hidrográfica nos estados [...]. Foi, sobretudo, um trabalho de levantamento junto aos órgãos existentes, estaduais ou federais, de dados geológicos e topográficos, de hidrologia, hidrometria e pluviometria. Isso tudo foi bastante examinado, pesquisado, analisado, aferido para verificar a consistência, para se constatar o que de fato poderia ser utilizado para os mesmos estudos.¹³⁰

Como se percebe, o país já detinha certo conhecimento sobre os recursos energéticos, porém, faltava um ordenamento na análise desses dados que fosse capaz de planejar estratégias em conjunto, não dispersando os trabalhos que eram feitos separadamente. Contudo, a Canambra trouxe para os pesquisadores brasileiros uma cultura de racionalidade e disciplina capaz de gerar, no fundo, uma centralização do setor. Sendo assim, muito mais do que estabelecer critérios metodológicos para aproveitamento energético, a Canambra representou o resultado de uma estratégica política de estatização do setor e de domínio, por parte do governo, dos recursos hidroenergéticos do país. Desde o Código das Águas o país visava interferir diretamente no setor determinando as ações das empresas que seriam as responsáveis pelos empreendimentos de geração de energia.

Desta forma, os estudos da Canambra tiveram legitimidade para discutir uma série de questões relacionadas não apenas à geração, mas também as formas de transmissão e, principalmente, a padronização da potência e integração dos sistemas operacionais das concessionárias. Com isso, diversas relações que convergiam em interesses distintos entre essas operadoras tiveram que ser revistos e remodelados diante das constatações dos estudos que, desde o início, tiveram o aval do governo e por ele foram aprovados em forma de relatórios em fevereiro de 1967.¹³¹

¹³⁰ Geraldo Queiroz Siqueira. Entrevista concedida a Paulo Brandi de Barros Cachapuz. São Paulo, 5 jul. 2000. In: CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos: entrevistas...* Op.cit., p.105-106.

¹³¹ Para detalhes sobre as diversas mudanças que foram apontadas pelos estudos da Canambra na região Sudeste cf. CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos...* Op.cit., p. 26, 31-43.

3.6.2 Bacias hidrográficas do Sul do Brasil: a área de abrangência do Power Study of South Brazil

Ao encerrar os estudos sobre a região Sudeste do Brasil, a Canambra foi também contratada para fazer os mesmo estudos na região sul, o que culminou com a redação de onze volumes contendo, em detalhes, as características sócio-econômicas da região, mercado de energia elétrica existente no tempo da pesquisa e sua projeção para a década de 1980, geografia, hidrografia, pluviometria, climatologia, vegetação. Pode-se dizer que o *Power Study of South Brazil* foi uma das primeiras “radiografias” da região sul contemplando uma rede de informações sócio-econômicas e ambientais a partir das bacias hidrográficas dos dois rios em destaque. Os recursos para realização das pesquisas vieram do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, do Banco Mundial e do governo federal.¹³²

Para que o estudo da região sul seguisse o modelo do que fora realizado anteriormente no Sudeste, foi criado em 1966 o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Sul do Brasil, conhecido posteriormente pela sigla Enersul. O Enersul foi composto por um presidente, representante do Ministério de Minas e Energia, e mais seis membros titulares, representando a Eletrobrás, o Banco Mundial, a Comissão Executiva do Plano de Carvão Nacional (CEPCAN)¹³³ e os governos estaduais sulinos.¹³⁴ Além da composição do comitê, o *Power Study of South Brazil* obedeceu à mesma metodologia e prática de pesquisa, porém, com as especificidades regionais, principalmente as relações com as empresas concessionárias de energia na região e que, com economia mista, representavam cada um dos estados sulistas: Companhia Estadual de Energia Elétrica – Rio

¹³² É importante ressaltar que, pelo grande volume de relatórios e informações contidas neles, iremos continuar nossas pesquisas nesta fonte, estendendo futuramente aos outros rios que foram objeto de estudos da CANAMBRA, principalmente o rio Uruguai. Infelizmente, para as exigências do recorte proposto para este trabalho, bem como o tempo disponível para feitura da tese, tivemos que nos ater a itens específicos para dar conta das propostas levantadas no início da pesquisa e que diziam respeito apenas ao nosso objeto.

¹³³ O *Power Study of South Brazil* contou também com estudos sobre a possibilidade de aproveitamento do carvão mineral existente no sul de Santa Catarina para fins de termoeletricidade, por isso a presença da CEPCAN no Enersul.

¹³⁴ CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos... Op.cit., p.45.*

Grande do Sul (CEEE), Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC); e Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

Especificamente sobre a utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia, o *Power Study of South Brazil* se autodefine como o “meio mais avançado do Brasil catalogar os seus recursos energéticos e de planejar sua utilização racional e eficiente”.^{135(*)} No primeiro parágrafo do referido estudo, já se percebe a emergência de enunciados bem distintos daqueles que costumavam figurar nos discursos até então analisados sobre os recursos naturais dos rios. A postura de “meio mais avançado” quer denotar a superioridade deste em detrimento aos outros estudos feitos na região e, se considerarmos a abrangência espacial e o cruzamento de dados que este estudo realizou, tinham razão no que afirmavam. Além disso, por mais que alguns dados foram apenas compilados de outras épocas, tais como os dados pluviométricos, aerofotografias, hidrometria que pesquisadores de ambos os estados já levantavam há alguns anos, a forma como foi feita a análise desses dados cruzando com as possíveis hidrelétricas e a geração de energia destas com um futuro mercado energético representaram algo jamais feito na região.

Diante disso, o estudo e seus organizadores inseriram no Brasil uma metodologia voltada à eficiência e racionalidade energética. A afirmação desses dois adjetivos inseriu legitimidade aos discursos e prioridade às práticas que se sucederam aos estudos, confirmando o Brasil como um país especialmente rico em hidroeletricidade pelas características de seus rios, principalmente os dois em questão no presente estudo. É interessante a construção desta lógica de racionalidade e eficiência em torno do *Power Study of South Brazil*, principalmente porque os resultados dos levantamentos inscritos nos relatórios representavam o quanto a ciência contribuía para essa realidade. Além disso, a realização destes estudos sobre o rio Iguaçu, por exemplo, representavam os anseios seculares de mapeamento e conhecimento das suas características, impossíveis até então com as técnicas disponíveis. Neste sentido, entendemos que o estudo da década de 1960 é o corolário de tudo que se buscou até então no que diz respeito ao aproveitamento do rio e seu entorno e, pelo contrário do que parece, não é o início de um novo modo de ver o rio, mas sim o resultado de um longo processo de constituição de uma perspectiva, que

¹³⁵ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brazil*: comprehensive report. [S.l]: Canambra Eng., 1969, p.15.

(*) major advance made by Brazil the cataloguing of its energy resources and the planning of their rational and efficient utilization.

só não se concretizou antes pela falta de tecnologia, metodologia e financiamentos.

A afirmação de uma catalogação de recursos energéticos com a finalidade de prever, antecipar e resolver problemas futuros está intrinsecamente ligada à recepção das ações racionais e eficientes para a utilização desses recursos. Estas, por sua vez, são aspirações historicamente construídas a partir de uma perspectiva que sempre viu nos recursos naturais a saída para os problemas econômicos e sociais que o país ou o estado do Paraná enfrentavam. As análises aos relatórios do *Power Study of South Brazil* apenas inserem dois novos personagens nesta história, a ciência e a tecnologia, que emergem como fatores ou ferramentas para a concretização deste domínio sobre as riquezas naturais. Por isso, a proposta do estudo era a de não apenas descrever e apresentar os recursos hidroelétricos da região, o que, de certo modo, o “Plano Hidro-Elétrico Moysés Lupion” já havia iniciado no Paraná no final da década de 1940, mas sim, o objetivo de um cruzamento entre o quanto se podia gerar de energia e se existiria mercado para toda essa eletricidade.

O *Power Study of South Brazil* compreende a uma pesquisa sobre os recursos energéticos dos três estados do sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, um estudo sobre o mercado energético nestes estados ao longo dos anos de 1980, e o desenvolvimento de um programa prático de geração e transmissão facilitando o uso dos recursos disponíveis para suprir a demanda com maior economia.¹³⁶(*)

Neste sentido é que entendemos haver a especificidade deste estudo, agora não mais sobre um ou outro rio em particular, mas sobre o que passaram a denominar “suas bacias hidrográficas”. São novas categorias emergindo na constituição dos discursos sobre os rios, que deixam de ser singulares e específicos, para se tornar, nos discursos científicos, unificadores de uma multiplicidade de águas. Pela Figura 41, por exemplo, percebe-se que os territórios dos três estados foram

¹³⁶ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brazil*: comprehensive report... *Op.cit.*, p.55.

(*) The Power Study of South Brazil comprises a survey of the power resources in Brazil's three most southern States – Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, a study of the market for power in these States through 1980, and the development of a practical program of construction of generation and transmission facilities using the available resources to meet the projected demand with best economy.

caracterizados e mapeados a partir de um novo agente discursivo que se denominou “bacia hidrográfica”. E esta não se ajusta aos limites e fronteiras geográficos historicamente constituídos através, muitas vezes, de relações de conflito. As águas interligam os estados, dependem umas das outras e emergem alheias às formações discursivas sobre limites. No entanto, por mais que essas construções são visivelmente detalhadas nos mapas das bacias hidrográficas, os dois rios, considerados os maiores da região sul, estão no Paraná e no Rio Grande do Sul. Mas, podemos pensar o que seria do Iguaçu sem as águas dos tributários que nascem e percorrem vastos territórios catarinenses? Basta lembrar que o principal afluente do Iguaçu é o rio Negro, que nasce e corta grande território de Santa Catarina. Da mesma forma, não há como imaginar o Uruguai, sem tributários como o Canoas e o Chapecó, rios também considerados catarinenses. Essa união sem fronteiras que formam os rios que foram o alvo principal do *Power Study of South Brazil* fazem com que ocorram também uma união de interesses e diversas relações políticas entre o país e os três estados sulistas.

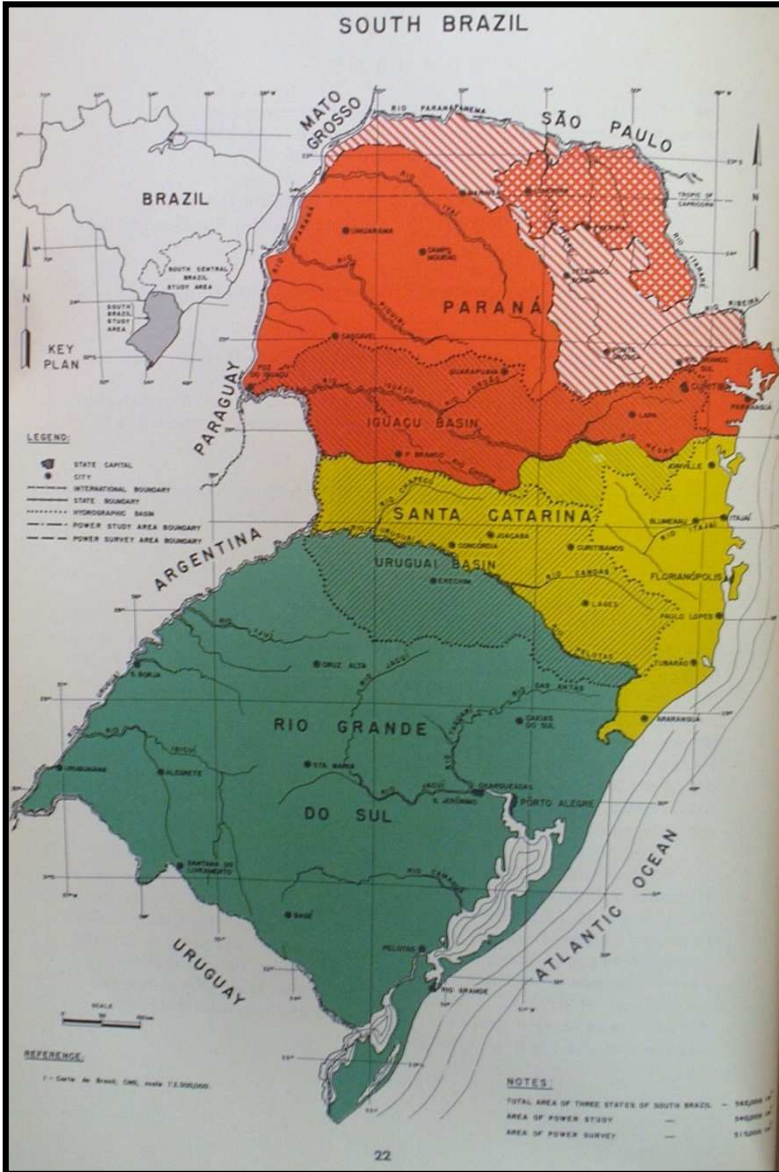


FIGURA 41. Bacias dos rios Iguaçu e Uruguai
 FONTE: Canambra (1969)

Para o estudo, interessou a região como um todo que formava uma área total de 562 mil km². Dessa área territorial, o estudo conseguiu abranger 515 mil km² na pesquisa do potencial energético e 540 mil km² no estudo do mercado de energia. Desta forma, pode-se afirmar que, nos dois anos em que a pesquisa foi realizada, foram levantados não apenas dados referentes às bacias hidrográficas, mas todo o perfil sócio-econômico da região sul e, principalmente, a relação entre população e energia ou quantas pessoas viviam nestes estados sem energia elétrica e, assim, formando uma classe que denominaram “consumidor potencial”. Além disso, os estudos contemplavam o crescimento da indústria e do comércio e, com base nestes índices, elaborou-se uma projeção da demanda de energia deste setor até a década de 1980. Os primeiros resultados já se mostravam otimistas para a relação entre demanda e capacidade de geração dos rios da região.

Existe um abundante potencial de hidroeletricidade no sul do Brasil. Se os vários locais de reservatório que foram investigados na pesquisa dos recursos hídricos forem desenvolvidos, os rios da região poderiam agregar mais de 9.000 megawatts em sua capacidade de geração a custos competitivos e como uma fonte de renda alternativa, tais instalações poderiam suprir a demanda regional de energia até 1999.^{137(*)}

Com esses dados, a equipe responsável pela pesquisa passou a elaborar projetos hidrelétricos em vários rios e regiões dos estados, projetando as técnicas e metodologias coerentes às características de cada rio e região em que se inseriria a futura barragem. E aí é que o rio Iguazu passou a ser visto como um rio de grande potencialidade de desenvolvimento de hidroeletricidade a um preço competitivo. Pois, pelo que se percebe, para o país, não bastava identificar locais para futuros empreendimentos hidrelétricos, era preciso estabelecer, com certeza, o custo de cada kW para que o empreendimento, além de suprir

¹³⁷ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brasil: comprehensive report...* Op.cit., p.280.

(*) *There is an abundance of economical hydro power potential in South Brazil. If the various storage reservoir sites investigated in the Survey of Hydro Resources were developed, it is estimated that the rivers of the region would support an aggregate installation of some 9000 megawatts of generating capacity at costs competitive with current alternative sources, and that such an installation would meet regional power requirements until the early nineteen-nineties.*

a demanda, obtivesse lucro. Essa é a lógica que norteou a pesquisa, o quanto as empresas que se interessassem em construir hidrelétricas poderiam lucrar com esses empreendimentos e é isso que se visibiliza no decorrer das explicações sobre o custo benefício da geração e transmissão de eletricidade. Neste quesito, o rio Iguaçu alcançou grande notoriedade, pois, sozinho, o rio representava 50% do potencial energético de toda a região sul, 15% a mais que o rio Uruguai.

Além de ser potencialmente menos energético que o Iguaçu, o rio Uruguai apresentou, neste estudo, outros fatores que o fizeram menos atrativo para aproveitamento hidrelétrico. Segundo a Canambra, o principal deles seria o preço mais elevado para produzir o kW em comparação ao que se produziria no Iguaçu. A falta de vales propícios para o armazenamento conveniente de água e as inundações sazonais mais elevadas também seriam fatores de preocupação caso se implantassem hidrelétricas ou reservatórios no rio Uruguai.¹³⁸ Mesmo assim, vários projetos foram viabilizados e construídos neste rio a partir destes primeiros estudos da Canambra.¹³⁹

Os maiores rios da região são o Iguaçu e o Uruguai. O Iguaçu possui inclinação e grandes vales, o que possibilita o desenvolvimento de reservatórios, e o curso a jusante é íngreme contendo inúmeros locais apropriados para a construção de represas recortando o maciço basalto da região. [...] Como pôde ser percebido, o rio Iguaçu oferece um grande potencial de energia a baixo custo. De fato, no levantamento da pesquisa, ele contém 50% do potencial energético da região, e mais de 90% dessa energia a um índice de custo menor que US\$250 por kilowatt.^{140(*)}

¹³⁸ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brasil: comprehensive report...* *Op.cit.*, p.280.

¹³⁹ Cf. CANALI, Gilberto Valente. A definição e a importância do Projeto Uruguai. In: SANTOS, Silvio Coelho dos ; REIS, Maria José (orgs.) *Memória do Setor Elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002, p.111-129.

¹⁴⁰CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brasil: comprehensive report...* *Op.cit.*, p.280.

(*) *The largest rivers of the region are the Iguaçu and the Uruguai. The former has flat gradients and wide valleys in its headwater reaches conducive to the development of storage, and a steep down-stream course containing numerous good dam sites cut through the massive basalt of the region. [...] As might be expected, the Iguaçu River offers the larger potential of low-cost power. In fact, in the Inventory Survey it was found to contain almost 50 percent of the power potential of the region, and*

Neste documento, com uma linguagem própria de um estudo científico, a construção discursiva em torno do Iguaçu passa a valorizá-lo por sua inclinação e pelos grandes vales que forma. Esta característica faz dele um rio propício para o “desenvolvimento” de barragens e reservatórios que, devido às características naturais do espaço, diminuíam os custos em infraestrutura, o que possibilitaria uma geração de energia mais barata. Os vários saltos que o rio Iguaçu apresentava em seu percurso, ao despencar de um planalto ao outro até se lançar ao rio Paraná, foram os espaços mais visualizados pelos pesquisadores e valorizados pela qualidade, quase que “natural”, de possibilitar a construção de barragens e usinas. O discurso presente no relatório constitui o Iguaçu como um rio propenso “naturalmente” para esse tipo de empreendimento, onde a principal riqueza era justamente aquilo que motivava tanto descontentamento no Século XIX: os saltos e as corredeiras intransponíveis à navegação.

3.6.3 A descrição “científica” das paisagens do rio Iguaçu e sua bacia hidrográfica

Os estudos da Canambra inauguraram as análises sobre as “bacias hidrográficas” para o entendimento do potencial energético de determinado rio. O objeto de estudo deixou de ser o rio em particular, mas o conjunto de eventos geográficos que o condicionam, como montanhas, vales, tipos de solo e clima e, principalmente o complexo de águas que o formam (pluviais e subterrâneas). Neste sentido, à noção de “rio” se junta uma série de fatores naturais que possibilitem a explicação sobre a existência de cada curso de água, cuja principal matriz passa a ser o relevo e as redes hidrográficas. Com isso, os estudos de rios como o Iguaçu e o Uruguai, por exemplo, exigiram a ampliação do espaço de análise, não suportando os limites culturalmente criados para constituir as fronteiras estaduais. Nisto consistiu a principal mudança imposta pelos estudos da Canambra. No caso específico do Iguaçu, para entender sua atividade hidrológica, foi preciso estudar profundamente seus afluentes e toda a área espacial que possibilitava a drenagem das águas para a calha principal que o forma.

Novos enunciados passaram a constituir os discursos sobre o que, até então, se entendia por “paisagem” do rio a partir desta noção de

“bacia hidrográfica”. Pelo relatório da Canambra, é possível perceber que os discursos passaram a construir o rio Iguaçu como um espaço não pertencente apenas ao estado do Paraná. O estudo de sua “bacia hidrográfica” agregou ao Iguaçu uma característica regional, mesmo seu trajeto percorrendo quase que exclusivamente solo paranaense. Com isto, desmistifica-se a identidade paranaense imposta ao rio através dos discursos seculares que construíam a noção de pertencimento entre rio Iguaçu e estado do Paraná. Nos primeiros relatos e estudos sobre o Iguaçu, encomendados pelos governantes do Paraná, percebia-se a clara intenção da criação de uma identidade paranaense neste rio. No entanto, nestes estudos feitos sob a égide da “impessoalidade” e “neutralidade” da ciência, o rio Iguaçu perdeu sua áurea de “rio paranaense”. Isso se deve ao fato de que, com esta prática discursiva, tornavam-se possíveis formas de apropriação não apenas desejadas pelo Paraná, mas, principalmente, aos anseios nacionais de constituir grandes empreendimentos hidrelétricos sem, necessariamente, a participação do estado paranaense. Basta lembrar que as duas maiores hidrelétricas que seriam construídas nos anos 1970 a partir dos estudos da Canambra seriam Salta Santiago e Salto Osório, ambas construídas sob a coordenação da Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás.¹⁴¹

Neste sentido, ao apresentar o tamanho e os limites da bacia hidrográfica do Iguaçu, o relatório constrói, através de um discurso constituído por um conteúdo técnico-científico, as características “supra-estaduais” do rio Iguaçu:

A área de drenagem: 63.000 km² rio acima do alcance internacional, dos quais 52.000 km² estão no Paraná e 11.000 km² em Santa Catarina. O comprimento da haste principal, com exclusão do alcance internacional é de 940 quilômetros. O limite oriental da bacia hidrográfica é formado é formado pela Serra do Mar com elevação média de 1.500 metros no nordeste. O limite norte é formado por uma série de serras que incluem Serra do Purunã, da Esperança, do Jarão e das Araras. O limite ocidental é o Rio Paraná e a Serra de La Victoria, na Argentina. O limite do sul é

¹⁴¹ Segundo Centro de Memória da Eletricidade, a “Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) foi constituída em 23 de dezembro de 1968, na qualidade de empresa subsidiária da Eletrobrás” e passou a responder “pela construção e pela operação de usinas hidrelétricas e termelétricas de interesse supra-estadual bem como pela instalação de linhas de transmissão em alta e extra-alta-tensão.” Cf. CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil... Op.cit.*, p.242-245.

formado pela cadeia de Serras do Capanema, Serra do Irati e Serra do Espigão.^{142(*)}

Além dos dados espaciais da bacia hidrográfica, é possível percebermos a utilização das matrizes “relevo” e “drenagem” que são as principais constituintes de uma bacia hidrográfica e que modelam o caminho de escoamento das águas de determinada região. Com estes dados, foi possível perceber como a predominância das cadeias montanhosas que formam os três planaltos paranaenses se tornaram a grande responsável pelo curso e volume de água do rio Iguaçu.

A bacia do rio Iguaçu compreende uma área que vai de leste-oeste, com até 150 quilômetros de largura, de um lado ao outro do estado do Paraná. Esta área corta três das cinco principais regiões morfo-geológicas do estado. Não só a superfície terrestre como também os riachos ou fluxos de águas cortadas pela bacia revelam características distintas.^{143(*)}

Pelo estudo percebe-se que as formas distintas que o rio apresenta no seu percurso são apenas reflexos de uma região também distinta. Por mais que os relatos e narrativas de viagens anteriores à pesquisa da Canambra conseguissem dar uma idéia desta singularidade do relevo paranaense, o faziam sempre partindo das características do rio, que sempre se tornava o personagem principal. Nos relatórios da Canambra, ocorre bem uma inversão: o rio passa a ser explicado como um “espelho” do relevo que o forma. Neste caso, os planaltos paranaenses ganham destaque na formação discursiva que arquiteta a paisagem na descrição da bacia hidrográfica do Iguaçu, separando cada planalto e aliando ao rio as características dos planaltos.

¹⁴² CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brasil: appendix viii*. [S.l]: Canambra Eng., 1968, a.viii, p.4.

(*)*Drainage Area: 63.000 km² upstream of the international reach, of which 52.000 km² are in Paraná and 11.000 km² in Santa Catarina. Length of main stem, excluding the international reach: 940 km Eastern limit of watershed formed by Serra do Mar with mean elevation of 1500m in the northeast. Northern limit formed by a series of serras which include Serras do Puruna, da Esperança, do Jarão and das Araras. Western limit is the Paraná River drainage divide and the Serra de La Victoria, in Argentina. Southern limit formed by Serra do Capanema range, Serra do Irati and Serra do Espigão.*

¹⁴³ *Ibidem*, a.viii, p.5.

(*)*The Iguaçu River Basin comprises an east-west trending swath, up to 150 km wide, across the lower portion of the State of Parana. This swath cuts three of the five major morphological-geological regions of the State. Both landforms and streams in the three regions cut by the Basin reveal distinctive characteristics.*

(i) Planalto de Curitiba – base composta por rochas metamórficas e granitos pré-cambrianos. Nas vizinhanças de Curitiba existe uma pequena área coberta por sedimentos quaternários. A zona compõe-se de baixos montes ondulados. A drenagem não é bem feita e o escape é lento.

(ii) Planalto de Ponta Grossa - que é feito de sedimentos paleozóicos. Estes sedimentos dão forma às rochas mais baixas da bacia do Paraná. A área que flanqueia Caiacanga - Porto Amazonas no alcance do Iguaçu é caracteristicamente ondulada e achatada. Ocorrem grandes extensões de arenito; A infiltração é grande, o escape é insignificante. [...] A topografia varia de montes íngremes às planícies lisas. As características hidrológicas variam de localidade a localidade. A haste principal nesta área é caracterizada por um curso de rio intricado e serpenteado com as planícies de inundação largas e evidentes.

(iii) Planalto de Guarapuava - A jusante de União da Vitória onde a haste principal incorpora esta região o caráter do rio e da área de drenagem flanqueado muda completamente. A topografia é áspera e muito irregular exceto na região de Guarapuava-Segrêdo onde um remanescente do platô é encontrado. Os vales do Iguaçu e de seus tributários tornam-se mais estreitos e profundos.^{144(*)}

¹⁴⁴ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brasil: appendix viii...* Op.cit., a.viii, p.5-6. (grifo nosso)

(i) *Curitiba Plateau - which is underlain by Precambrian metamorphic and granitic rocks. Locally around Curitiba a small area is covered by Quaternary sediments. Drainage is not well incised and run-off is slow.*

(ii) *Ponta Grossa Plateau – which is made of flat dipping paleozoic sediments. These sediments form the lower rocks of the Paraná Basin. The country flanking the Caiacanga-Porto Amazonas reach of the Iguaçu is characteristically rolling to flat. Large expanses of sandstone outcrops occur; Infiltration is great, run-off is negligible. Topography varies from steep hills to flat plains. Hydrogeologic characteristics vary from locality to locality. The main stem in this area is characterized by an intricate and meandering river course with broad flanking flood plains.*

(iii) *Guarapuava Plateau –Downstream of União da Vitória where the main stem enters this region the character of the river and flanking drainage area changes completely. Topography is rough and very irregular except in the Guarapuava-Segrêdo region where a relatively undissected remnant of the plateau is found. The Iguaçu and tributary valleys become narrower and deeply incised.*

A mudança na forma de descrição da paisagem é marcante. Os dados sobre a topografia paranaense e as formas de drenagem e infiltração que ocorrem em cada um dos seus platôs, resumem, de certa forma, as características do rio Iguaçu. Até o Planalto de Ponta Grossa já existia um número significativo de relatórios descritivos das paisagens do Iguaçu, porém, à jusante de União da Vitória os pesquisadores da Canambra acabaram realizando o que a comitiva dos engenheiros Keller tentou fazer cem anos antes. Segundo o relatório da Canambra, no Planalto de Guarapuava é onde o Iguaçu apresenta grandes saltos e seus vales se tornam mais estreitos e profundos, paisagens até então não descritas nos relatos sobre o rio. Neste planalto, o rio seguia “uma variedade de cursos: às vezes notavelmente em linha reta com curvas angulares e às vezes com as curvas radicais e amplas”.^{145(*)} A principal característica do rio nesta área era a correnteza que levava suas águas sempre para a parte ocidental do estado, isto por que as camadas de pedra que formam as regiões do planalto de Ponta Grossa e Guarapuava geralmente declinam levemente para o oeste.¹⁴⁶

Com isto, todas as características do Iguaçu passam a ser explicadas. Para todos os seus acidentes (saltos, corredeiras, curvas e vales) existe um motivo determinante: uma serra, uma planície ou um remanescente de planalto. O estudo de sua bacia hidrográfica possibilitou uma nova maneira de “olhar” para suas paisagens, agora sem as dúvidas que pairavam nos relatórios do passado, baseados em aparelhos primários como bussola ou sextante. As fotografias aéreas possibilitadas pelos helicópteros que faziam parte de todo um instrumental de pesquisa, deram condições para gravuras e mapas detalhados do espaço enorme que abrangia a “bacia do Iguaçu”.

A bacia do Iguaçu é grande, com uma largura razoavelmente constante de aproximadamente 120 quilômetros e com o eixo mais longo, uns 550 quilômetros, correndo de leste a oeste, quase coincidindo com o paralelo 26°S. A área de drenagem total é aproximadamente 67.000 km².^{147(*)}

¹⁴⁵ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brasil*: appendix viii... *Op.cit.*, a.viii, p.6.

¹⁴⁶ *Idem.*

(*) *rock layers underlying regions (ii) and (iii) generally dip gently westward.*

¹⁴⁷ *Ibidem*, a.viii, p.7.

(*) The Iguaçu Basin is elongated in shape, with a fairly constant width of about 120 km and with the longer axis, some 550 km, running east to west, almost coincident with the parallel 26°S. The total drainage area is approximately 67,000 km².

Para completar esta “arqueologia” dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Iguaçu, os estudos da Canambra reuniram também uma série de dados sobre os fatores condicionantes da hidrologia desta bacia. Afinal, o principal conteúdo de uma bacia hidrográfica é a água e as mudanças ocorridas no conteúdo deste agente atingem drasticamente os cursos por onde ele passa. Para saber exatamente o volume das nascentes, córregos e rios e em que época elas cresciam ou baixavam, os estudos da Canambra reuniram todas as medições existentes nos três estados e, a partir destes números, projetaram uma série de empreendimentos capazes de sanar os problemas advindos das enchentes e das estiagens. Foram projetadas várias barragens e reservatórios que poderiam impedir uma mudança brusca nos percursos dos rios e, com isto, alcançariam uma “normalidade” das águas independentemente das intempéries naturais. Contudo, até chegar a essas conclusões, o estudo se deteve em análises meticulosas sobre o clima que, subentendia-se ser o fator determinante dos períodos de cheia ou secas. Desta forma, além do relevo e tipos de solos que afetavam a drenagem, o clima passou a englobar as análises tanto sobre a formação e constituição dos recursos hídricos das bacias, quanto do processo de mudanças deste quadro.

A maior parte da bacia do Iguaçu encontra-se em uma zona climática classificada como temperada com verões suaves e sem uma estação seca pronunciada. Somente na parte ocidental extrema os verões são considerados como quente. A temperatura média anual é de 17°C para a maioria da bacia, aumentando para 20°C na parte ocidental distante. Geralmente as temperaturas acima de 35°C ocorrem raramente, mas as temperaturas abaixo de zero são registradas frequentemente.¹⁴⁸

Esse diagnóstico climático da bacia do rio Iguaçu incorporou-se ao conjunto de características do seu meio físico. A partir das características deste clima, podia-se prever o volume das precipitações e regular o potencial de armazenamento dos reservatórios. Além das

¹⁴⁸ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED *Power Study of South Brasil*: appendix viii... *Op.cit.*, a.viii, p.7.

⁽⁸⁰⁾*The major part of the Iguazu Basin lies in a climatic zone classified as temperate with mild summers and without a pronounced dry season. Only in the extreme western part of the summery considered as hot. The mean annual temperature is about 17°C for most of the Basin, increasing to 20°C in the far western portion. Generally temperatures above 35°C occur rarely but temperatures below freezing are often registered.*

previsões advindas do tipo climático, havia já as medições de máxima e mínima vazão dos rios tributários e do próprio rio Iguaçu. Essas medições vinham sendo feitas há longa data no estado do Paraná, necessitando apenas de um estudo que reunisse e processasse esses dados. Esta junção foi feita pela Canambra que, em seu relatório, estabeleceu como média anual de precipitação sobre toda a bacia do Iguaçu em 1.700 milímetros. De todas as regiões da bacia, duas posições mereciam destaque, a do limite oriental extremo, na Serra do Mar, onde os volumes chegavam à casa dos 2.000 milímetros e a do Planalto Superior da Bacia com um volume abaixo da média com cerca de 1.400 milímetros.¹⁴⁹ Com estas medidas, duas ações deveriam ser tomadas, uma que amenizasse o impacto das enchentes causadas pelas águas advindas da Serra do Mar e outra que se precavesse das estiagens que diminuía as precipitações do Planalto superior, pois “este teste padrão da precipitação, combinado com as características físicas da bacia” se refletia “ao longo rio e de seus tributários”.^{150(*)}

Aliando relevo, drenagem e precipitação, determinou-se a velocidade das águas do rio Iguaçu após a confluência com cada um dos principais afluentes: o Negro, o Jordão e o Chopim. Com a junção destes fatores que determinam um curso ou corrente de água, a Canambra estabeleceu, de forma inédita, o “ciclo das águas” que compunha o rio Iguaçu. Estas análises possibilitaram novas maneiras de apropriação dos seus recursos hídricos, pois ao entender sua formação, pôde-se estabelecer meios de controle para a sua ação. Pode-se dizer que com os conhecimentos advindos deste estudo datado de fins da década de 1960, concluem-se também os anseios seculares de “endireitar” o rio, tão presentes nos discursos dos presidentes da Província entre 1853-1870, principalmente. No entanto, enquanto estes primeiros governantes desejavam as obras para a navegação, os que governavam um Século mais tarde puderam perceber que os acidentes não precisavam ser “endireitados”, mas aproveitados e desenvolvidos para fins bem distintos.

O entendimento racional e analítico de todo o processo formador do rio Iguaçu, subsumido nas explicações sobre sua bacia hidrográfica, consolidou os estudos da Canambra como um marco nas definições de metas para o seu aproveitamento. Os valores mínimos e máximos de

¹⁴⁹ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED *Power Study of South Brasil*: appendix viii... *Op.cit.*, a.viii, p.7.

¹⁵⁰ *Idem.*

(*) This pattern of rainfall, combined with the physical characteristics of the Basin, reflects on the run-off of the River and its tributarie.

velocidade das águas, por exemplo, fez com que se estabelecesse a metodologia de “desenvolvimento do rio em cascata”, onde um reservatório serviria de apoio ao seguinte. Desta forma, aproveitava-se corretamente, segundo a Canambra, as características do rio e da bacia, aliando racionalidade e potencialidade energética, fatores determinantes da matriz custo/benefício por kW/h.

3.6.4 Projeções, estudos e viabilidade das Hidrelétricas no rio Iguaçu

Com a análise das características da bacia hidrográfica do rio Iguaçu, o *Power Study of South Brazil* projetou sete reservatórios e oito hidrelétricas para este rio. Destas, duas poderiam ser construídas ainda em fins da década de 1960 se levassem em conta os projetos detalhados que o estudo propunha.

Sete locais propícios a reservatórios foram estudados ao longo do rio Iguaçu e oito hidrelétricas podem ser construídas rio abaixo. Os três lugares de maior energia são Segredo, Salto Santiago e Salto Osório que, juntos, podem desenvolver mais da metade da capacidade energética do rio Iguaçu. Em conjunto, estes reservatórios combinariam um potencial energético de aproximadamente 2200 megawatts de capacidade. Além disso, estão situadas suficientemente rio abaixo e, por terem uma fonte de água adequada, permanecem economicamente atrativas [...]. Portanto, esses lugares são eminentemente adequados para um primeiro programa. Salto Santiago e Salto Osório, em particular, foram bem definidos nos estudos de viabilidade, e a construção de ambos pode começar sem demora.^{151(*)}

¹⁵¹ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brasil: comprehensive report...* *Op.cit.*, p.280.

(*) *Seven storages sites were studied on the headwaters of the Iguaçu River, and eight power sites on the main stem downstream. The three largest power sites, Segredo Salto Santiago and Salto Osório, would develop slightly more than half of the head available on the Iguaçu River in Brazil. In conjunction with upstream storage development they would have a combined potential of approximately 2200 megawatts of Index Capacity. Moreover, they are located far enough down on the river to have an*

Como se percebe, o estudo representou uma revolução na forma de perceber o rio Iguaçu. Pode-se afirmar que toda a extensão do rio foi analisada, avaliada, perscrutada e mapeada a partir desta perspectiva de encontrar locais propícios para a instalação de hidrelétricas. É impossível não nos remetermos aos primeiros estudos feitos no Iguaçu, principalmente o da expedição dos engenheiros Kellers em 1866, para estabelecer o que o avanço da técnica representou na história do aproveitamento exploratório deste rio. Contudo, das canoas aos helicópteros, das frustradas expedições abandonadas pela impossibilidade de transpor os saltos ao sucesso dos estudos energéticos aqui discutidos, o objetivo não mudou: conhecer, mapear e percorrer o rio Iguaçu para aproveitar suas riquezas. Mudam-se as técnicas, mas os discursos continuam emergindo a partir do espaço hídrico e das inúmeras possibilidades de tomar posse deste recurso natural. Destes novos discursos constituem-se outras representações que vão alimentando e direcionando as práticas de domínio sobre o rio. Para contribuir com essa discussão, inserimos a Figura 42, uma “ilustração” para notarmos o primeiro mapeamento completo do rio Iguaçu.

adequate water supply and to remain economically attractive [...]. Hence, these sites are eminently suitable for early programming. The Salto Santiago and Salto Osório Projects, in particular, have been well defined in the Feasibility Studies, and construction could be started at either without delay.

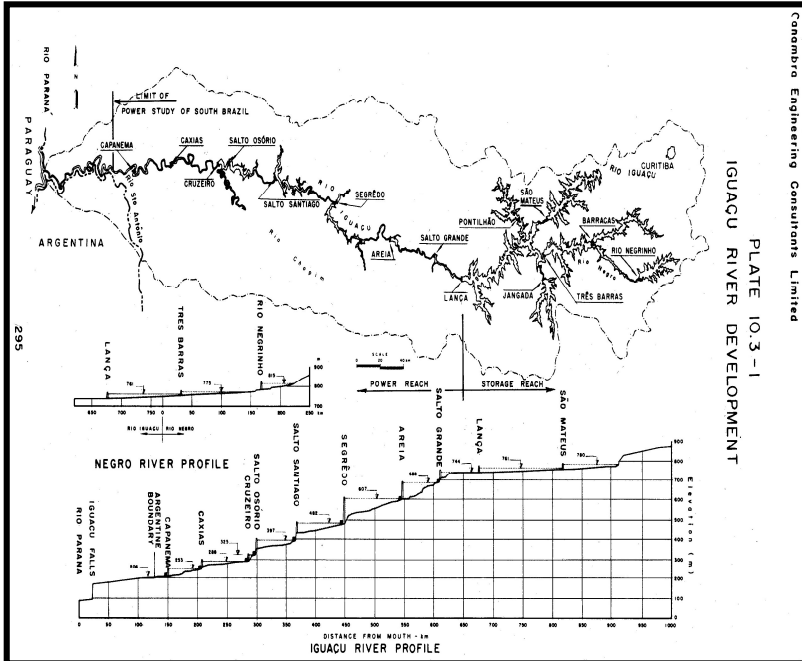


FIGURA 42. Plano de desenvolvimento do rio Iguazu

FONTE: Canambra (1969, p.295)

A figura representa um recorte, quase que ‘arqueológico’, do relevo do Paraná na parte percorrida pelo Iguazu. Por ela, ficam visíveis as afirmações apresentadas desde o começo do estudo sobre a inclinação, saltos e vales do rio. Por conta dessas características, o Iguazu possibilitaria a instalação das várias barragens e reservatórios que seriam as bases para a geração de energia nas oito hidrelétricas projetadas. Essa ilustração constituída em meados da década de 1960 é o corolário de todo um processo de investigação e diagnóstico sobre o rio Iguazu, iniciado ainda no Século XIX com vistas ao mapeamento e aproveitamento do rio. Embora os objetivos fossem distintos, todos corriam para um mesmo fim: conhecer profundamente este espaço de águas que corta todo o estado do Paraná. A partir desta imagem, pode-se visualizar também a metodologia empregada baseada na noção de “hidrelétricas em cascata”, o termo técnico empregado nos estudos e que também constituiu uma inovação na forma de aproveitamento dos rios brasileiros para geração de energia.

Nos capítulos anteriores, vimos como os discursos voltados à navegação e às cataratas agiram na constituição histórica das paisagens do rio Iguaçu e na alimentação de um “desejo” de perscrutar cada vez mais as águas do Iguaçu. Já no caso específico da Figura 42, o avanço tecnológico fez com que houvesse uma visão geral do que fora, ao longo de um século, descrito em partes. A representação imagética contida nesta Figura estabelece o rio enquanto um conjunto, como um todo que une topografia, hidrografia e potencial energético. Saem de cena as paisagens naturais, as representações do belo e as construções identitárias entre o estado do Paraná e o Iguaçu. Todas essas constituições discursivas que, secularmente, formavam o rio como um personagem da história do Paraná, deram lugar a um “plano”, um desenho que, através de riscos bem definidos em escalas matemáticas, buscou reunir tudo o que se disse ou se construiu sobre o rio até então. Do Salto Caiacanga ao vale navegável desde o Século XIX, passando pela seqüência de cachoeiras até a brusca queda nas cataratas e sua foz no Paraná, todas as partes deste imenso território de águas foram inseridas num plano, num mapa com a apresentação das supostas obras de engenharia que o aproveitariam para fins de geração de eletricidade.

A projeção do recorte aéreo (parte superior da figura), por sua vez, prioriza a visão espacial de toda a bacia hidrográfica do rio Iguaçu e a influência de seus tributários na formação de sua massa hídrica. “Desenvolver” o Iguaçu significava, também, aproveitar seus afluentes, principalmente com reservatórios que poderiam normalizar os níveis de água nas estações chuvosas ou de estiagens. Assim, projetam-se empreendimentos como: Barracas no rio da Várzea; Jangada no rio Canoinhas; Três Barras e Rio Negrinho no rio Negro; Pontilhão no rio Potinga; Taguá, Curucaca, Pinhão, Jacu e Fundão no rio Jordão; Chopin I e Chopin II no rio Chopin.¹⁵² Já para o aproveitamento do rio Iguaçu, conforme mostrou a Figura 39 e detalhou o Apêndice VIII do relatório da Canambra, dez empreendimentos foram projetados entre reservatórios e usinas, sendo eles: São Mateus; Lança; Salto Grande; Areia; Segredo; Salto Santiago; Salto Osório; Cruzeiro; Caxias; e Capanema.

É importante salientar que nem todos os empreendimentos foram realizados conforme os projetos da Canambra, contudo, a partir de todas as possibilidades levantadas pelo *Power Study of South Brazil*

¹⁵² Não foram inseridos aqui todos os projetos de aproveitamento que constam no estudo, apenas os que são apontados como os mais significativos. Para todos os empreendimentos cf. CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED *Power Study of South Brasil: appendix viii... Op.cit.*, a.viii, p. 9-15, 24-176.

constituiu-se uma rede de relações entre a União e o estado do Paraná a fim de promover ações conjuntas para selecionar e determinar quais empreendimentos seriam construídos, em que período e sob responsabilidade de quem. Pela União, a responsável seria a Eletrosul, pelo estado, a Copel. O certo é que, a partir dos estudos da Canambra, apenas a última usina, a de Capanema, ainda não foi construída, porém, já houve levantamentos técnicos e estudos preliminares que encontraram resistências à sua implantação pelo fato de que, para se construir essa que seria a última usina do Iguaçu, uma grande área do Parque Nacional do Iguaçu será inundada.

Dos empreendimentos projetados pela Canambra em 1967, foram bem detalhados os de Salto Santiago, Salto Osório e Segredo. Os locais destinados a estas três hidrelétricas apresentavam a maior potencialidade energética e o melhor desempenho no requisito custo/benefício. Sendo assim, a Canambra aconselhava que estes fossem os primeiros a ser construídos e, para adiantar os trabalhos, elaborou o projeto de cada uma delas.

a) Projeto “Salto Santiago”

Localizada a 30 km da cidade de Laranjeiras do Sul (região pertencente a antiga Colônia Chagu ou “Xagu”), esta hidrelétrica produziria cerca de 1.000 MW, segundo os primeiros levantamentos da Canambra. As rochas basálticas existentes no fundo do rio Iguaçu nesta região, forneciam ótimas condições para a construção da barragem e o estoque de água, já que a característica do solo era a impermeabilidade a partir das camadas rochosas. A área total de drenagem era de 43.200 km² que desembocaria num reservatório de 138 km². O projeto previa uma barragem de 46 m. de altura além dos 39m da queda natural do Salto Santiago.¹⁵³ Pela Figura 43 pode-se visualizar o projeto da barragem, do reservatório e da usina.

¹⁵³ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED *Power Study of South Brasil*: appendix viii... *Op.cit.*, a.viii, p.86-88.



FIGURA 43. Projeção da Hidrelétrica de Salto Santiago
FONTE: Canambra (1968)

A imagem aérea possibilita a inserção das futuras obras à paisagem formada pelo rio. Não há um recorte preciso do salto, mas do conjunto de quedas que seriam aproveitados e desenvolvidos, o que reforça a noção de conjunto e o discurso que constrói o rio como naturalmente propenso ao projeto. Devido a estas características, pelo traçado da projeção, pode-se ter a ilusória idéia de que a barragem quase não mexeria com a paisagem. No entanto, entre a projeção e a construção existe uma profunda diferença, como mostra a Figura 44, uma fotografia atual da UHE Salto Santiago.

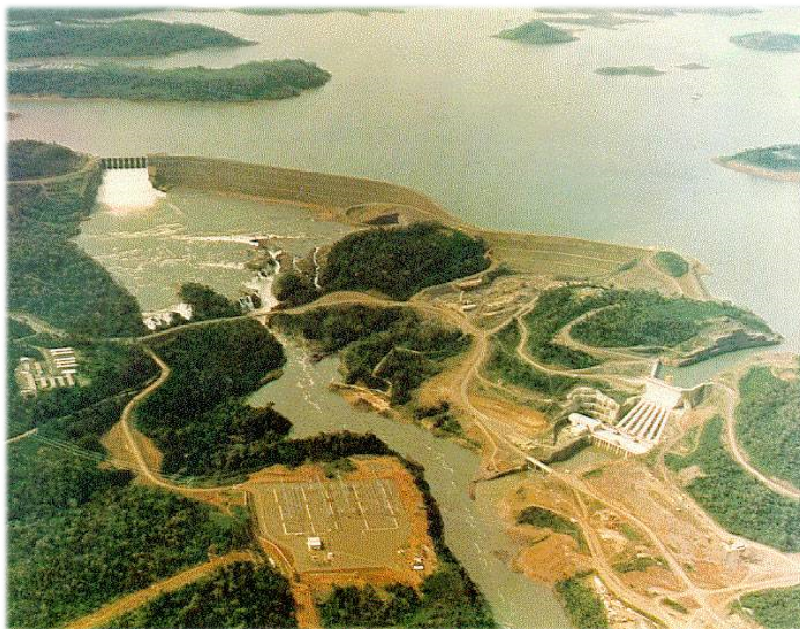


FIGURA 44. Usina Hidrelétrica Salto Santiago
FONTE: Brasil. Ministério dos Transportes (2003)

Fica claro que entre a projeção de 1968 e a construção realizada entre os anos de 1975 e 1980 houve mudança. No entanto, chama à atenção a transformação inimaginável da paisagem somente pela projeção. Além disso, à projeção se incute um caráter documental por ser um importante registro imagético sobre o salto Santiago antes da construção da hidrelétrica. Além da imagem panorâmica possibilitada pela projeção da hidrelétrica, poucas foram publicadas ou estão disponíveis para pesquisa sobre esta paisagem singular formada pelo Iguazu e completamente modificada pela construção da hidrelétrica. Como exemplos, estão as figuras presentes no Quadro 03, uma sequência de fotografias que retrataram algumas das principais quedas formadas pelo Iguazu no salto Santiago.



QUADRO 03. Quedas do Salto Santiago – Rio Iguazu
 FONTE: Turnauer & Machado [entre 1911-1914]

Da mesma forma que estes fotógrafos focalizaram o Salto Caiacanga, analisado anteriormente, o fizeram com Salto Santiago, dando ênfase à reprodução da paisagem com o objetivo principal de divulgar as belezas e singularidades do rio Iguazu. A inserção destas imagens contribui para o registro histórico das transformações ocorridas entre o antes e depois da construção da barragem para fins hidroelétricos. A vista panorâmica e aérea dos saltos presentes na projeção da usina mostra o todo formado pelas partes fotografadas no início do Século pelos fotógrafos Turnauer & Machado. Em todas as imagens, é nítido o enfoque na altura e na força das águas nestes saltos, características que servem tanto para os discursos voltados à representação do belo e do sublime presente nas imagens do Quadro 03, quanto aos discursos legitimadores das obras de engenharia que as transformariam em energia elétrica. No entanto, mesmo utilizando-se de enunciados com conteúdo imagético semelhante, as práticas discursivas constroem realidades distintas, principalmente ao levarmos em conta as consequências do projeto da usina presentes na Figura 44.

Sete anos separam a projeção feita pela Canambra e o início das construções desta hidrelétrica que hoje possui uma capacidade instalada de 1.420 MW. Este dado demonstra que para a construção da Usina Salto Santiago foi elaborado um projeto diferente do proposto em 1968 que previa uma potência de 858 MW. A empresa responsável pela execução das obras foi a Eletrosul que recebeu a concessão da Eletrobrás em 1972 e deteve este direito até 1999, quando o transferiu para a empresa Tractebel S.A, do grupo franco-belga GDF SUEZ. Desde então, as hidrelétricas construídas pela Eletrosul no rio Iguazu passaram a fazer parte do parque gerador da Tractebel Energia S.A,

considerada a maior companhia do setor privado a atuar na geração de energia elétrica no Brasil.¹⁵⁴

b) Projeto “Salto Osório”

Segundo o relatório da Canambra, depois de Salto Santiago deveria ser construída uma hidrelétrica no Salto Osório, um conjunto de saltos formados por um declive natural de 26 metros. Localizado a aproximadamente dez km da foz do rio Chopim, já na região sudoeste do Paraná, o projeto de Salto Osório geraria um reservatório de 56 km² com uma área de drenagem de 45.200 km². O potencial desta hidrelétrica deveria ser de 615 MW e o custo total da obra seria de 77,4 milhões de dólares conforme o orçamento da Canambra. Os estudos geológicos e de reconhecimento da área de abrangência de Salto Osório foram feitos entre os meses de fevereiro e junho de 1967 e apontaram para a existência de um fluxo de basalto sob toda a área de abrangência do projeto.¹⁵⁵

As características do solo de Salto Osório se assemelhavam ao de Salto Santiago fazendo com que estes dois projetos servissem tanto para geração de energia quanto para armazenagem e conservação dos ciclos hidrológicos da bacia do rio Iguazu. Desta forma, os Projetos de Salto Santiago e Salto Osório se designam, no relatório da Canambra, como empreendimentos de “Power & Storage”, racionalizando o potencial energético dos dois saltos e servindo de reguladores para os futuros empreendimentos construídos a jusante (Cruzeiro, Salto Caxias e Capanema). A Figura 45 mostra a projeção da barragem, reservatório e usina no salto Osório

¹⁵⁴ Cf. TRACTEBEL ENERGIA. GDF SUEZ. *Companhia Tractebel de Energia*. Florianópolis: Tractebel Energia S.A., [200?]. Disponível: <<http://www.tractebelenergia.com.br/>>. Acesso em: 13/11/2010.

¹⁵⁵ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brasil*: appendix viii... *Op.cit.*, a.viii, p.92.



FIGURA 45. Projeção da Hidrelétrica de Salto Osório
FONTE: Canambra (1968)

As obras em Salto Osório foram conduzidas pela Eletrosul e, da mesma forma que Salto Santiago, fez parte do quadro de hidrelétricas da Eletrobrás que futuramente seria privatizado e ficaria sob o domínio da Tractebel Energia. O projeto final de Salto Osório foi concluído em 1970 numa parceria entre Eletrosul e Copel e sua construção ocorreu entre os anos de 1977-1981. Pela Figura 46 podemos verificar a projeção final da UHE Salto Osório, já a Figura 47 é uma tomada aérea da obra concluída.



FIGURA 46. Última projeção UHE Salto Osório
FONTE: Eletrobrás, Eletrosul e Copel (1970)



FIGURA 47. Usina Hidrelétrica Salto Osório
FONTE: NASA (2005)

c) Projeto “Segredo”

Depois de construídas Salto Santiago e Salto Osório, a Canambra sugeriu a construção de Segredo, um empreendimento de maior

complexidade, já que englobaria numa só obra o rio Iguaçu e o rio Jordão, importante afluente da margem direita. O reservatório de 98 km² uniria as águas dos dois rios numa área de drenagem de 38.600 km² com uma potência instalada de 1.089 MW. O custo total das obras foi orçado em 147,6 milhões de dólares, valor expressivo se comparado a Salto Santiago (94,9 milhões) e Salto Osório (77,4 milhões). Este também foi um dos principais motivos desta construção ser projetada como um empreendimento de longo prazo, pois até a construção deste, o país já contaria com a energia e os lucros advindos das duas construídas anteriormente. Mesmo assim, o ousado *layout* de Segredo não surtiu o efeito esperado pela Canambra, pois as complexidades técnicas e os custos fizeram com que o projeto não passasse dos estudos iniciais e das projeções apresentadas na Figura 48.

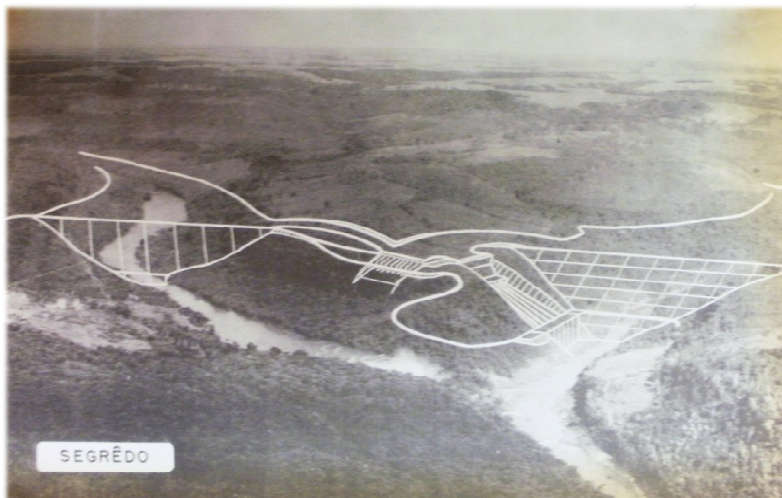


FIGURA 48. Projeção da Hidrelétrica de Segredo
 FONTE: Canambra (1968)

Pela projeção, esta hidrelétrica contaria com duas barragens, uma para bloquear o rio Jordão (à direita da imagem) e outra para o Iguaçu que acabaria recebendo as águas de seu afluente a aproximadamente um quilômetro da montante da sua foz natural. O reservatório uniria os dois rios, sendo que o escoamento pelo vertedouro levaria as águas para o rio Jordão. Já a casa de máquinas fora projetada logo abaixo da barragem do Iguaçu, num espaço em que o leito do rio se afinilava estreitando e

aprofundando sua calha. Desta forma, as águas que impulsionariam as turbinas cairiam diretamente no leito do Iguazu que continuaria a receber as águas do rio Jordão à jusante. Contudo, este projeto não foi construído da forma como a Canambra o elaborou. Em vez de uma hidrelétrica com duas barragens que uniriam as águas dos dois rios, foi projetada uma hidrelétrica, a de Segredo, e uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no rio Jordão.¹⁵⁶ As duas barragens foram construídas separadamente, no entanto, a idéia de utilizar as águas do Jordão na UHE Segredo não foi abandonada, pois um túnel de 4.703m de comprimento e de 9,5 m de diâmetro foi construído a fim de desviar parte da vazão da PCH para a UHE. Com o acréscimo das águas do reservatório do Jordão, Segredo aumenta em 10% sua potência instalada. As duas barragens podem ser visualizadas na imagem de satélite apresentada na Figura 49.



FIGURA 49. Usinas de Segredo e Foz do Jordão
 FONTE: NASA (2005)

¹⁵⁶ A Agência Nacional de Energia – ANEEL estabelece a nomenclatura das Centrais Hidrelétricas pela capacidade de geração de energia. Desta forma, denomina-se Usina Hidrelétrica (UHE) aquelas que possuem uma faixa de potência acima de 30 MW, de 1 a 30 MW são denominadas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e as de faixa inferior ou igual a 1 MW são as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH). Para maiores informações cf. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Energia hidráulica. In: _____. *Atlas da energia elétrica no Brasil*. 3.ed., Brasília: ANEEL, 2008, p. 49-61. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par2_cap3.pdf> Acesso: 17 mar. 2009.

A PCH Foz do Jordão foi construída entre maio de 1994 a outubro de 1996. Seu projeto deriva dos estudos feitos pela Canambra em 1968 e, principalmente, da reformulação do *layout* da UHE Segredo que previu a construção de uma “usina derivação” para aproveitar as águas do Jordão. Segundo a Copel, “a usina hidrelétrica Derivação do Rio Jordão possui capacidade de 6,5 MW de potência e está a 5 km da foz do Rio Jordão, no município de Reserva do Iguaçu”.¹⁵⁷ Desta forma, por mais que o empreendimento não tenha sido construído como o projetado em 1968, os estudos da Canambra acabaram constituindo um modelo para utilização das águas dos dois rios em questão.

Já a hidrelétrica de Segredo, atualmente denominada Usina Ney Braga, foi construída entre os anos de 1987 e 1991 sob a responsabilidade da Companhia Paranaense de Energia. Começou a operar em 1992, mas sua conclusão se deu somente após a construção da Usina de Derivação Rio Jordão. Pela Figura 50 pode-se visualizar o empreendimento localizado a dois quilômetros da montante do rio Jordão, no município de Mangueirinha, e que gera 1.260 MW de potência.¹⁵⁸

¹⁵⁷ COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. *Usina Derivação do Rio Jordão*. Curitiba: Copel, 2008. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F20F22E14CBF1EBBD032574120053221D?OpenDocument&secao=Geracao%3AUsinas%3AHidretricas%2520UHEs>>. Acesso: 05 nov. 2010.

¹⁵⁸ COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. *Usina Ney Braga*. Curitiba: Copel, 2008. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F044b34faa7cc1143032570bd0059aa29%2F7e60b7740cdc206003257412005e4734>>. Acesso: 05 nov. 2010.



FIGURA 50. Usina Ney Braga (antes denominada Segredo)
FONTE: Companhia Paranaense de Energia (2009)

Das projeções feitas pela Canambra, a de Segredo é a que apresenta maior diferença no *layout* da usina. É certo também que todos os projetos aconselhados pelo *Power Study of South Brazil* sofreram inúmeras mudanças entre os estudos da Canambra e as construções posteriores, definindo, através de outras matrizes, as formas de aproveitamento dos locais propícios para “desenvolvimentos hidrelétricos”. Embora alguns projetos não tenham se concretizado, como o Projeto Lança e Cruzeiro, por exemplo, os resultados destes levantamentos feitos em fins da década de 1960 foram os responsáveis por todas as transformações ocorridas posteriormente no leito do rio Iguaçu. Só para ilustrar ainda mais essa questão, elaboramos o Quadro 04 com as demais projeções de hidrelétricas que foram se concretizando a partir da década de 1970 no rio Iguaçu.

SALTO GRANDE

Empresa responsável: COPEL
 Construída entre os anos de: 1961-1967
 Localização: União da Vitória - Pr
 Hidrelétrica em processo final de construção no período em que foram feitos os estudos da Canambra. Mesmo assim, seu projeto foi reavaliado e aprovado pelo *Power Study of South Brazil*. Em 1967 entrou em operação gerando 15,2 MW energia até o ano de 1979 quando foi desativada devido à construção da UHE Foz do Areia.

FOZ DO AREIA

Atual Bento Munhoz da Rocha Neto



Empresa responsável: COPEL
 Construída entre os anos de: 1975-1979
 Localização: Município de Pinhão - Pr
 Considerada a maior usina da Copel, esta UHE possui capacidade de 1.676 MW de potência. Sua primeira denominação se deve por estar localizada a 5 km da jusante do rio Areia, conforme projetado pela Canambra. Seu reservatório abrange uma área de 167 Km²

SALTO SANTIAGO

Empresa responsável: ELETROSUL
 Construída entre os anos de: 1975-1980
 Localização: Município de Saudade do Iguaçu - Pr
 Potência atual de 1.420 MW
 A área total do reservatório abrange uma área de 208 Km²


SALTO OSÓRIO

Empresa responsável:
 ELETROSUL
 Construída entre os anos de: 1977-1981
 Localização: Quedas do Iguaçu - Pr
 Potência atual de 1.078 MW
 A área total do reservatório abrange uma área de 51 Km²

Continua...

QUADRO 04. Hidrelétricas no rio Iguaçu (1967-1999)

FONTE: Canambra (1968), Companhia Paranaense de Energia (2008) e Tractebel (200?)

<p style="text-align: center;">SEGREDO Atual Ney Braga</p>  <p>Empresa responsável: COPEL Construída entre os anos de: 1987-1991 Localização: Mangueirinha - Pr Potência atual de 1.260 MW A área total do reservatório abrange uma área de 82 Km²</p>	<p style="text-align: center;">SALTO CAXIAS Atual José Richa</p>  <p>Empresa responsável: COPEL Construída entre os anos de: 1995-1999 Localização: Capitão Leônidas Marques - Pr Potência atual de 1.240 MW A área total do reservatório abrange uma área de 131 Km²</p>
---	--

QUADRO 04. Hidrelétricas no rio Iguaçu (1967-1999)

FONTE: Canambra (1968), Companhia Paranaense de Energia (2008) e Tractebel (2009)

3.7 OS RESULTADOS DO *POWER STUDY OF SOUTH BRAZIL* NO RIO IGUAÇU

Desde os estudos e concessões para o aproveitamento do Salto Caiacanga, o rio Iguaçu não deixou de ser alvo de especulações sobre seu potencial energético. Primeiramente pelo estado do Paraná e, com o estudo da Canambra, a própria União passou a inferir nas ações incisivas a este rio. Os planos de aproveitamento hidrelétrico do Iguaçu começaram a se concretizar com os estudos feitos no Salto Grande do Iguaçu em 1961. Desta forma, a Copel se antecipou ao *Power Study of South Brazil* no desenvolvimento de pesquisas que viabilizassem a construção do primeiro empreendimento hidrelétrico sob seu comando. A própria Canambra confirmou a existência de um estudo para aproveitamento do Salto Grande feito em outubro de 1961, do qual reavaliaram, aprovaram e inseriram no estudo os dados referentes a esta hidrelétrica, já em construção na época da elaboração do *Power Study of*

South Brazil.¹⁵⁹ Segundo a Canambra, a UHE Salto Grande do Iguaçu foi concebida como um projeto piloto para as demais construções que deveriam ser iniciadas na década de 1970.¹⁶⁰

Já os demais projetos elaborados pela Canambra passaram a nortear as ações de elaboração de um plano nacional energético que passou a incluir os rios Iguaçu e Uruguai na agenda de empreendimentos hidrelétricos futuros. Entretanto, nem todos esses projetos se concretizaram. Especificamente sobre os projetos da bacia hidrográfica do Iguaçu, “Cruzeiro” e “Lança”, no rio Iguaçu, e as demais projeções em alguns afluentes não foram realizados. Tais empreendimentos visavam, principalmente, à formação de reservatórios e, com a exceção de Cruzeiro, não gerariam energia. Sendo assim, pode-se afirmar que, dos estudos apresentados pela Canambra, foram melhores recepcionados os que representavam especificamente empreendimentos para geração de energia. Por conta desta escolha, outros estudos complementarizavam os problemas de vazão de água em períodos chuvosos ou de estiagens que obrigava a construção de reservatórios de armazenagem, apontados e sugeridos pela Canambra. Sendo assim, os projetos que foram construídos na década de 1970 sanaram esse problema tornando desnecessários os reservatórios somente para armazenamento. O projeto Cruzeiro não foi realizado devido às mudanças ocorridas no planejamento de Salto Osório e Salto Caxias, principalmente o aumento ocorrido na altura da barragem da última, o que o tornou inviável.

Neste sentido, como mostrou o Quadro 04, a partir da década de 1970 o rio Iguaçu foi alvo de grandes investimentos na área hidroenergética, pois em pouco mais de 30 anos, seis hidrelétricas foram construídas das dez projetadas originalmente pelo *Power Study of South Brazil*. Além disso, a UHE Capanema ainda está nos planos da Copel, esperando apenas resolução das ações impetradas pelo Ministério Público Federal devido aos problemas ambientais que esta usina acarretará, principalmente sobre a floresta protegida mundialmente pelo Parque Nacional do Iguaçu. Isso demonstra que, por mais que algumas mudanças foram feitas no decorrer deste tempo, este estudo da Canambra representou um marco na forma de aproveitar as águas do rio. Foi também um forte argumento para uma prática discursiva que construiu a legitimidade das ações diretas e incisivas ao meio ambiente

¹⁵⁹ CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED *Power Study of South Brazil*: appendix viii... *Op.cit.*, a.viii, p.52.

¹⁶⁰ Idem.

percorrido pelo Iguazu, principalmente as inundações dos reservatórios e seus impactos sociais e ambientais nas margens do rio.

A Figura 51, embora seja de uma data posterior ao recorte temporal desta pesquisa, estabelece profunda ligação entre os projetos que a Canambra idealizou na década de 1960 e a realização dos empreendimentos a partir daquela data. De certa forma, reforça as informações contidas no Quadro 04 e Figura 42, porém, com as atualizações e releituras espaciais visando legitimar os empreendimentos. Além de mostrar a localização das hidrelétricas construídas (Foz do Areia, Segredo, Salto Santiago e Salto Osório) e as futuras (Salto Caxias – construída em fins da década de 1990 – e Capanema), a figura traz os dados históricos dos empreendimentos, a partir dos Estudos Energéticos da Bacia do rio Iguazu, concluídos pela Canambra em 1969.

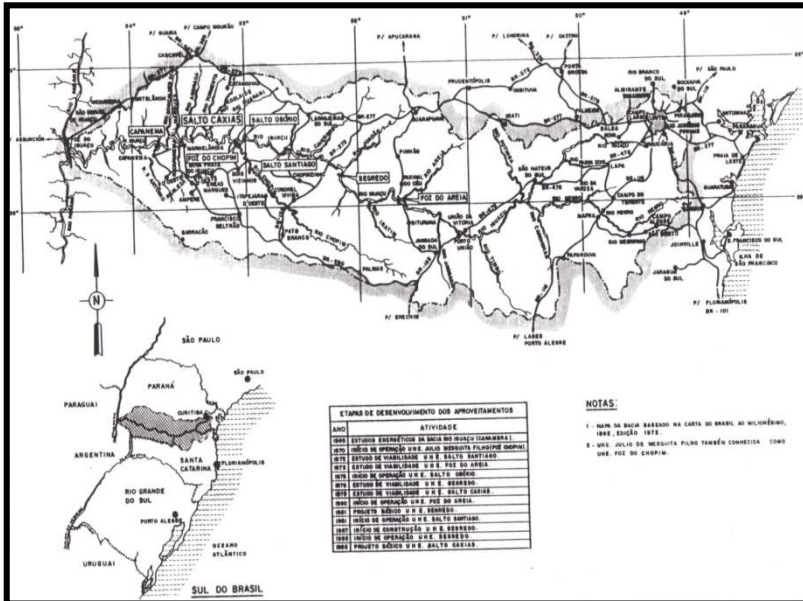


FIGURA 51. Levantamento das hidrelétricas no rio Iguazu
 FONTE: Intertechne – Leme – Engevix – Esteio (1993)

A Figura 51 reforça as afirmações de que o *Power Study of South Brazil* foi o ponto de partida para as profundas transformações da paisagem do rio Iguazu. Até então, havia apenas especulação sobre as possibilidades de aproveitamento e dois pequenos projetos

concretizados, o de Caiacanga e o de Salto Grande. Com as várias possibilidades de aproveitamento destacadas pela Canambra e a união de esforços com o objetivo de realizar as projeções, o Iguazu foi recortado, desviado, bloqueado e represado em vários trechos possibilitando a geração de mais de 6.000 MW de energia. O discurso técnico inscrito nos relatórios analisados constrói o rio não mais com narrativas deslumbradas sobre paisagens e possibilidades, mas com números e dados que buscam construir um rio de hidrelétricas, não mais de possibilidades, mas de realidades que o tempo e a engenharia fariam emergir ao longo do seu trajeto, não de suas paisagens.

Essas mudanças discursivas representaram, ao longo do tempo, as condições de possibilidade de práticas e representações sobre o rio. Contudo, nenhum discurso foi tão legitimador de uma prática de dominação sobre este ambiente hídrico do que o apresentado pelos estudos da Canambra. Uma narrativa impessoal e decisiva que tinha como fator determinante de suas ações o escudo da verdade advinda da ciência e da técnica. Com as afirmações e projetos apresentados no *Power Study of South Brazil* constituiu-se uma “certeza” sobre os recursos energéticos do rio Iguazu e, a partir de então, as hidrelétricas passaram a ser fator determinante nas relações que desencadeariam as práticas de apropriação e domínio sobre o rio e seu entorno. Sendo assim, entre navegação, cataratas e hidrelétricas, os discursos construídos ao longo do tempo sobre o rio Iguazu deslindam um processo de representações e apropriações de espaços que, por suas distinções, parecem não pertencer ao mesmo rio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos permitimos o desafio de escrever uma história do rio Iguaçu a partir de discursos e representações constituídos entre os anos de 1853 e 1969. Nas fontes selecionadas discutimos a emergência de três interfaces discursivas que definiram diferentes tipos de utilização das águas do Iguaçu. A primeira delas, já no momento da instalação da província do Paraná em 1853, definia o rio como um espaço que deveria ser aproveitado para a navegação tendo em vista o seu percurso estratégico cortando quase todo o território paranaense no sentido leste/oeste. Como vimos no primeiro capítulo, este discurso emergiu num contexto histórico bem específico em que o Império, como um todo, necessitava de vias de comunicação que adentrasse as terras interioranas e ali estabelecesse os vínculos “civilizatórios”. Neste sentido, as ações provinciais obedeciam a um ordenamento político estratégico que visava à comunicação com os territórios fronteiriços, principalmente com a Argentina e Paraguai.

No relatório da expedição feita pelos engenheiros Keller, por exemplo, podemos perceber como essa postura se definiu durante a Guerra do Paraguai, mesmo não sendo esta a motivação estabelecida pelos autores dos relatos das viagens. Se, por um lado, esta estreita ligação entre Guerra do Paraguai e exploração dos rios está implícita, por outro, as descrições das paisagens e os primeiros relatos do cotidiano dos moradores às margens do rio Iguaçu na década de 1860 está ricamente detalhada neste relatório. Isto faz com que o diário da viagem dos Keller seja um dos primeiros documentos a traçar as primeiras características do espaço por eles percorrido no rio Iguaçu no período do Paraná provincial. Acreditamos que, em conjunto, as obras que os engenheiros Keller realizaram no Paraná merecem mais pesquisas pelo teor histórico de suas contribuições e pela forma metodológica que elaboraram seus estudos. Seus argumentos sobre as características geográficas, recursos naturais, história indígena e formas de vida e sociabilidades entre os moradores ribeirinhos são importantes registros para estas discussões historiográficas.

Se o diário da viagem dos Keller feita em 1866 apontava as possibilidades e impossibilidades de navegação no rio Iguaçu, o relatório da viagem presidencial do Visconde de Taunay constrói um discurso sobre a “realidade” desta navegação. As discussões propostas por Taunay se distanciam das noções “específicas” ou “científicas” propostas pelos engenheiros Keller. Mesmo assim, elas introduzem

aspectos importantes para análise histórica, tanto pela característica notavelmente política de seus discursos, quanto pela forma literária romântica que construiu, idilicamente, as paisagens naturais das margens do rio Iguazu. Desta forma, tais relatos possibilitaram nossas discussões sobre os diferentes modos de olhar para o rio com o objetivo de constituir nele a navegabilidade que o período exigia.

A segunda vertente discursiva analisada/discutida neste trabalho foi o da constituição e divulgação da paisagem das Cataratas do Iguazu no intuito de delimitar sua pertença e identidade com a província e com o império. Os documentos utilizados, além de enfatizarem as belezas naturais da região, apontaram para uma série de problemas sócio-estruturais e políticos da fronteira. Com isto, a paisagem passa a atuar como coadjuvante numa formação discursiva que tem como principal objetivo chamar a atenção para o território da “tríplice fronteira”. As narrativas dos viajantes, bem como os recursos utilizados para a “descrição” do espaço, estão impregnadas de um nacionalismo idealizador da natureza e de um regionalismo que visava à apropriação do lugar com marcos identitários à província.

Os documentos escolhidos para o capítulo dois incorporaram às nossas discussões conteúdos até então não destacados pela historiografia, principalmente a construção discursiva do conflito pelo domínio da paisagem. Em todos os relatos de viagem analisados nesta parte, existe a preocupação de divulgar, juntamente com as belezas da paisagem, as ações de domínio territorial da República Argentina sobre o espaço das Cataratas. Entre as discussões que emergem nestes documentos, as que mais chamam a atenção são a da “originalidade” da ideia do Parque Nacional do Iguazu e a da divulgação das Cataratas como beleza tipicamente argentina nas Exposições Universais de fins do Século XIX. No entanto, estas discussões ficaram inconclusas nesta tese e merecem um estudo futuro em fontes que já catalogamos na Argentina. No entanto, pela análise das fontes e em bibliografia publicada no país vizinho, podemos apontar para um entrecruzamento social e político na fronteira devido, principalmente, às facilidades de acesso que os argentinos e paraguaios tinham ao território das Cataratas. É importante destacar que, enquanto pelo lado brasileiro não havia estradas que ligassem Curitiba à Foz do Iguazu – o que existiam eram apenas precários caminhos ou “picadas” – a Argentina possuía grande frota de navios que cruzava os territórios fronteiriços pelo rio Paraná. Desta forma, o problema do primeiro capítulo se coloca também no segundo, pois foi, justamente, a navegação, que possibilitou o “avanço” das atividades estrangeiras naquele espaço.

Ainda sobre as cataratas, tivemos a oportunidade de inserir imagens do Século XIX e início do XX com um conteúdo discursivo que visava completar as descrições fascinantes desta paisagem. As obras de arte, mapas, fotografias e cartões postais colaboram para um estudo da história das imagens e do gosto pela paisagem “natural” das cataratas como atrativo turístico, o que, até hoje, é constantemente utilizado em pôsteres, cartazes, folders e fotografias de divulgação daquele espaço de quedas d’água. Estes aspectos também merecem maior atenção em estudos futuros, principalmente naqueles que tiverem como contexto histórico a década de 1980, período em que houve o desaparecimento das cachoeiras do rio Paraná (Sete Quedas) para a construção da Hidrelétrica Itaipu e a declaração das Cataratas do Iguazu como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO. Devido o recorte temporal e objetivos propostos neste trabalho, não nos detivemos na análise imagético-discursiva destas fontes, mas entendemos que, mesmo não as tratando com a metodologia que merecem, estas imagens cumpriram um importante papel na tese por ser mais um tipo de discurso sobre o rio.

Nas cataratas, a força das águas do rio Iguazu motivou discursos maravilhados que chegaram à beira de devaneios. No entanto, outra noção de “força” motivou a formação discursiva que constituiu a terceira interface do nosso trabalho: a força hidráulica. Com os avanços tecnológicos da hidroeletricidade, os governantes não tardaram a reconhecer o potencial energético do Iguazu que passou a ser constituído desde então como um rio propício para hidrelétricas. Mostramos nesta tese que os trabalhos para transformar a força de suas águas em eletricidade datam do início do Século XX. Este período não havia sido discutido pela historiografia paranaense que focalizou os estudos a partir da década de 1970, período a partir do qual, se intensificou a construção das cinco hidrelétricas existentes no Iguazu (Foz do Areia, Segredo, Salto Santiago, Salto Osório e Salto Caxias). Neste sentido, as discussões sobre o processo e a construção da hidrelétrica Caiacanga (1906-1955) e Salto Grande do Iguazu (1926-1967), bem como a inserção dos estudos técnicos da Techint e da Canambra possibilitaram discussões até então não propiciadas pela historiografia.

A inserção destas fontes e a delimitação do recorte temporal proposto contribuem para que novos caminhos sejam percorridos nos estudos historiográficos sobre as construções de hidrelétricas no rio Iguazu e seus impactos ao meio ambiente e às populações ribeirinhas. Por este motivo, nos detivemos mais às discussões travadas no início do Século XX do que nas que seriam possibilitadas pelo desenrolar dos

estudos da Canambra no final da década de 1960. Desta forma, nossas pesquisas ao *Aproveitamento hidroelétrico do Rio Iguazu em Salto Grande*, da Techint, e ao *Power Study of South Brasil*, da Canambra, não se encerram nesta tese, ficando aqui o registro de que continuaremos nossas pesquisas nestes densos e ricos documentos. Porém, é importante esclarecermos que, para os objetivos desta tese, acreditamos que as discussões por eles possibilitadas foram além das propostas.

Ao longo dos três capítulos é possível observar como os discursos vão modificando as representações sobre o rio Iguazu e legitimando as práticas para a sua apropriação. Por mais que os documentos dos dois primeiros capítulos primem por uma descrição idílica da paisagem e construam uma imagem maternal da natureza, seus objetivos estavam ligados ao aproveitamento de suas riquezas. Desta forma, tanto os discursos voltados à navegação quanto aqueles sobre as Cataratas deslindam desejos e práticas de posse, mapeamento e transformação daquelas belezas em recursos para a província ou estado do Paraná.

Estes objetivos inscritos nas narrativas romanceadas, pessoais e sentimentais presentes nos documentos dos dois primeiros capítulos são expostos de forma bem diferente naqueles que discutem as hidrelétricas. Neste sentido, a formação discursiva do último capítulo se distingue dos demais, principalmente pela busca de uma forma impessoal e neutra no tratamento não mais de um “rio”, mas de um “recurso natural”. Este argumento passa a ser legitimado pela utilização de categorias técnico-científicas, cujos dados foram minuciosamente “esclarecidos”, “delimitados”, “planejados” de acordo com metodologias e não apenas por observações. Desta forma, o primado do “técnico” ou do “científico” passou a definir as estratégias para o aproveitamento da força das águas rio Iguazu. Se no Século XIX estas características eram prejudiciais à navegação ou serviam apenas para a fruição do belo e do sublime devido às representações estéticas voltadas à água, na segunda metade do Século XX estes mesmos locais passaram a representar a força capaz de gerar energia elétrica.

Sendo assim, cumprimos com os objetivos de discutir historicamente as mudanças operadas nos discursos sobre o rio Iguazu e como estas mudanças discursivas influenciaram na apropriação de seus recursos. As discussões sobre o rio deslindaram uma série de relações sociais e culturais que se desenrolaram a partir deste espaço hídrico. As narrativas sobre a navegação, os modos de vida dos ribeirinhos, as dificuldades enfrentadas pela Colônia Militar da Foz do Iguazu e os conflitos pela falta de energia elétrica sempre colocaram os sujeitos

históricos – suas relações e objetivos – como personagens principais neste enredo cuja temática foi o “rio Iguaçu”.

Nosso principal desafio na escrita desta tese foi o de interligar os três assuntos delimitados para as discussões sobre este rio – navegação, cataratas e hidrelétricas – num texto coerente e que percorresse essas três interfaces ao longo da história do Paraná. É certo que cada uma delas poderia desenvolver uma tese, pois fontes e discussões não faltariam para tanto. Contudo, como o nosso desejo era o de entrelaçar tais problemáticas num só trabalho, acreditamos que as análises das formas e mudanças discursivas ao longo do tempo serviram de fio condutor para os temas abordados em cada um dos capítulos. Certamente as discussões não se esgotaram e talvez tenhamos deixado de aprofundar alguns detalhes específicos, mas isto por entendermos que esta tese não é o fim de um trabalho, mas uma das partes de uma longa pesquisa a ser desenvolvida posteriormente.

Para cumprir com os objetivos da tese, nos lançamos numa pesquisa documental que, em cada arquivo ou biblioteca, encontrávamos fontes que nos levavam a outras e assim sucessivamente. Isto nos pareceu até irônico, pois quando iniciamos a pesquisa, nosso maior medo era o de não encontrar fontes suficientes para a escrita da tese, tendo em vista que o tema era um rio e não um personagem ou acontecimento. Porém, para nossa grata surpresa, encontramos um vasto material que estamos dispendo à comunidade acadêmica. Acreditamos que o levantamento e o mapeamento desta multiplicidade de fontes sobre o rio Iguaçu, possa ser uma das nossas principais contribuições historiográficas. Para não abrir mão de tais fontes, nos lançamos no que o orientador desta tese chamou de “trabalho braçal”, onde nos permitíssemos analisar e discutir cada fonte, mesmo que para isso tivéssemos que constituir uma metodologia própria, pois sabemos que cada tipo de fonte mereceria uma metodologia específica. Por isso, não procuramos discutir no interior da tese questões teórico-metodológicas, enfatizando apenas as discussões propiciadas pelas fontes e seus intercruzamentos e interconexões. De certa forma, já estabelecemos isto nas considerações iniciais, mas reforçamos aqui esta postura por acreditarmos que não conseguiríamos fazer diferente devido aos prazos, recortes e limites da tese.

Por fim, o que sempre nos motivou nesta trajetória foi a crença de que, ao revolver os documentos do passado e que trazem noções e discussões de outros tempos sobre o Iguaçu, possamos compreender as formações discursivas do presente que constroem outros desejos e necessidades, como a preservação ambiental, a constituição de

patrimônios naturais e a emergência das relações entre História e Meio Ambiente. Além disso, este trabalho é fruto de uma postura política, subjetivamente constituída diante da análise de práticas inferidas sobre o rio Iguaçu e que, conseqüentemente, afetam/ram aqueles que, direta ou indiretamente, se relacionam/avam com este espaço ribeirinho. Entendemos que toda e qualquer prática que modifique determinado ambiente deve ser pensada e estruturada de acordo com critérios que não busque o privilégio de alguns.

FONTES

CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. *Power Study of South Brasil: appendix viii*. [S.l]: Canambra Eng., 1968.

_____. *Power Study of South Brasil: comprehensive report*. [S.l]: Canambra Eng., 1969.

COMPANHIA MISTA DE ENERGIA ELÉTRICA VALE DO IGUAÇU. *Aproveitamento hidroelétrico do Rio Iguaçu em Salto Grande: usina piloto : anteprojeto*. 31 v. São Paulo: Techint – Companhia Internacional, 1961.

KELLER, José; KELLER, Francisco. Exploração do Rio Ivahy. In: PARANÁ. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Parana à 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury*. Curityba: Typografia de Candido Lopes, 1866, anexo A, p.1-20. Arquivo Público do Paraná.

_____. Exploração dos rios Tibagy e Paranapanema. In: PARANÁ. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Parana à 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury*. Curityba: Typografia de Candido Lopes, 1866, anexo A, p.1-26. Arquivo Público do Paraná.

_____. Relatório da exploração do rio Iguassú, feita em 1866 pelos engenheiros José e F. Keller. *Jornal 19 de dezembro*, Curytiba, 31 de agosto de 1867, n.817, p.3-4; 14 de setembro de 1867, n.821, p.2-3; 21 de setembro de 1867, n.823, p.1; 5 de outubro de 1867, n.827, p.2. Biblioteca Pública do Paraná.

MACHADO, Manoel Mendes. Relatório de uma viagem pelos rios Negro e Iguassu desde a ponte que passa para os terrenos dos herdeiros do finado Joaquim Antonio Alves até o bairro denominado – Porto da União –, na margem esquerda do rio Iguassú... In: PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Panará na abertura da segunda sessão da quinta legislatura pelo exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1863*. Curityba: Typ. de C. Martins Lopes, 1863, p.103 (anexos). Arquivo Público do Paraná.

MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú*: ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava á Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892. Curitiba: Impressora Paranaense, 1896.

NASCIMENTO, Domingos Virgilio do. *Pela fronteira*. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1903.

OLIVEIRA JUNIOR, João Carvalho de. Fiscalização do serviço da iluminação electrica de Curitiba, em 1º de julho de 1918. In: PARANÁ. Secretaria dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr, Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do estado, pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Secretario d'estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas em 31 de ezembro de 1918*: exercício de 1917-1918: primeira parte. Curitiba: Typ. da Republica, 1918, p.230-236 dos "anexos".

PARANÁ. *Estudos e opinião sobre os desenvolvimentos hidro-eletricos propostos e em construção pelo estado do Paraná*: primeira fase de um programa de energia do estado que inclui os projetos de Cotia, Capivari-Cachoeira, Caiacanga, Carvalhopolis, Campo Mourão e Santa Fé. Curitiba: Linhas Nelson Limitada; New York: Burns and Roe, Inc., 1951.

_____. *Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 01 de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaupaire Rohan*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Relatório apresentado ao Excellentíssimo Senhor Doutor Francisco Liberato de Mattos muito digno presidente da Província do Paraná pelo 2º vice-presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes sobre o estado da administração da mesma Província no anno de 1857*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862.* Curitiba: Typographia do Correio Official, 1862. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Fala dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Parana à 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury.* Curitiba: Typografia de Candido Lopes, 1866. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da província o illustríssimo e excellentíssimo senhor doutor Polidoro Cezar Burlamaque.* Curitiba: Typografia de Candido Lopes, 1867. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Relatório do estado da Província do Paraná apresentado ao presidente, o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Polidoro Cesar Burlamaque pelo vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 5 de novembro de 1866.* Curitiba: Typografia de Candido Lopes, 1867. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Relatório apresentado á Assemblèa Legislativa Provincial do Paraná pelo Exm. Sr. Dr. Brazilio Augusto Machado d'Oliveira, presidente da província, por occação da abertura da 1ª Sessão da 16ª legislatura no dia 15 de Setembro de 1884.* Curitiba: Tip. "Perseverança" de J. F. Pinheiro, 1884. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do estado do Paraná ao installar-se a 2ª Sessão da 11ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1913.* Curitiba: Typ. do "Diário Oficial", 1913. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo Ex. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do estado do Paraná ao installar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1914.* Curitiba: Typ. do "Diário Oficial", 1914. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do estado, ao instalar-se a 1ª Sessão da 18ª Legislatura.* Curitiba, 1º de fevereiro de 1926. [Curitiba]: [s.n.], 1926. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 18ª Legislatura:* Curitiba, 1º de fevereiro de 1927. [Curitiba]: [s.n.], 1927. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 2ª Sessão da 19ª Legislatura.* Curitiba: [s.n.], 1929. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 1ª Sessão da 20ª Legislatura.* Curitiba: [s.n.], 1930. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do estado.* Curitiba: [s.e.], 1948. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, Governador do Paraná.* Curitiba: [Imprensa Oficial], 1951. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado por ocasião da abertura da Sessão Ordinária de 1956 pelo Senhor Moysés Lupion, governador do estado.* Curitiba: [s.e.], 1956. Arquivo Público do Paraná.

_____. *Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, presidente do estado do Paraná, pelo secretário de estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização Joaquim P. Pinto Chichorro Júnior em 31 de dezembro de 1904.* Curitiba: Typ. d'República, 1905. Arquivo Público do Paraná.

_____. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Contracto entre a Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização e a Empresa de Electricidade de Curityba, Hauer Junior & Cia, para continuação do serviço de iluminação publica e particular da mesma cidade. In: _____. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, presidente do estado do Paraná, pelo secretário de estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização Joaquim P. Pinto Chichorro Júnior em 31 de dezembro de 1904.* Curityba: Typ. d'República, 1905, p.50-57. Arquivo Público do Paraná.

_____. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Coronel Joaquim Mouteiro de Carvalho e Silva, vice-presidente do estado do Paraná, por Francisco Gutierrez Beltrão, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, anno de 1907.* Curytiba: Officina de Artes Graphicas de Adolpho Guimarães, [1907]. Arquivo Público do Paraná.

_____. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Relatório enviado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização pelo fiscal do Contrato Hauer Júnior & Comp. para a captação e transformação em energia electrica da força hidráulica da Cachoeira do Caiacanga, João David Pernetta. In: _____. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do estado do Paraná, pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1908.* Curityba: Typ. d'República, 1908, p.71-74. Arquivo Público do Paraná.

_____. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Relatório enviado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização pelo fiscal do Contrato Hauer Júnior & Cia, João David Pernetta. In: _____. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do estado do Paraná, pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1909.* Curityba: Typ. d'República, 1910, p. [96]. Arquivo Público do Paraná.

_____. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva,*

presidente do estado do Paraná, pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1910. Curitiba: Typ. d'República, 1910. Arquivo Público do Paraná.

_____. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Relatório enviado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização pelo fiscal do contrato para a captação e transformação em energia eléctrica da Cachoeira do Caiacanga, João David Pernetta. In: _____. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do estado do Paraná, pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1911.* Curitiba: [Typ. d'República], 1912, p. 43. Arquivo Público do Paraná.

_____. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion: 1ª parte.* Curitiba: DAEEP, 1949. Arquivo Público do Paraná.

_____. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion: 2ª parte.* Curitiba: DAEEP, 1949. Arquivo Público do Paraná.

SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú.* Curitiba: Typographia do Diario Official, 1914.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. Viagem presidencial ao Rio Iguassú. In: PARANÁ. *Exposição com que S. Ex. o Sr. Alfredo d'Escragnolle Taunay passou a administração da Província do Paraná ao Ex. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, primeiro vice-presidente a 3 de maio de 1886.* [Curitiba]: [s. n.], 1886, p.I-XVIII dos “anexos”. Arquivo Público do Paraná.

WOLLNER, Pedro. *Aproveitamento hidroelétrico de Salto Grande, Rio Iguazu - estado do Paraná: topografia detalhada do local do empreendimento.* São Paulo, 1956. Mimeografado.

FIGURAS

BACKES, Paulo; IRGANG, Bruno. Espécies de árvores citadas por Taunay em 1886. [2004]. 6 fotografias color. In: _____. *Mata Atlântica: as árvores e a paisagem*. [s.l.]: Paisagem do Sul, 2004, p.197 (Branquilha), p.133 (Jerivá), p.263 (Angico), p.314 (Gabirobeira), p.288 (Cedro), p.371 (Tarumã).

BALLERINI, Augusto. *Cascada del Iguazu*. 1892. Óleo sobre tela montado em madeira, color. 35 x 102 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires-Argentina. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MNABA_Ballerini.JPG>. Acesso: 11 maio 2009

_____. *Cataratas del Iguazu*. [1893]. Óleo sobre tela, color. 17 x 43 cm. Galeria Museu Aguilar, Buenos Aires-Argentina. Disponível em: <<http://www.galeriamuseoaguilar.com/esp/autores/augusto-ballerini.html>>. Acesso: 7 maio 2009

_____. *Iguazú*. [189?]. Gravura transformada em litografia de 30 x 19cm por Augusto Pellegrini. Museu Histórico Brigadier General Cornelio de Saavedra. Disponível em: <<http://www.acceder.gov.ar/es/1761168>>. Acesso: 12 jan. 2011.

BARROS, Edmundo Francisco Xavier de. Planta dos Grandes Saltos do Iguassú ou de Santa Maria. [1897]. In: NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Curitiba: Centro de Letras do Paraná : Turnauer & Machado, 1914, p.45.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Usina Hidrelétrica Salto Santiago*. 2003. 1 fotografia aérea color. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/bit/barragens/santiago.htm>>. Acesso: 27 out. 2010.

CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS LIMITED. Bacias Hidrográficas dos rios Iguazu e Uruguai. 1 mapa. Escala 1:2.500.000. In: _____. *Power Study of South Brasil: comprehensive report*. [S.l.]: Canambra Eng., 1969, entre p.58-59.

_____. Plano de desenvolvimento do rio Iguaçu. 1 planta. *In:* _____. *Power Study of South Brasil: comprehensive report*; [S.l]: Canambra Eng., 1969, p.295.

_____. Projeção da Hidrelétrica de Salto Osório. *In:* _____. *Power Study of South Brasil: appendix XI*. [S.l]: Canambra Eng., 1968.

_____. Projeção da Hidrelétrica de Salto Santiago. *In:* _____. *Power Study of South Brasil: appendix XI*. [S.l]: Canambra Eng., 1968.

_____. Projeção da Hidrelétrica de Segredo. *In:* _____. *Power Study of South Brasil: appendix XI*. [S.l]: Canambra Eng., 1968.

COMPANHIA MISTA DE ENERGIA ELETRICA – VALE DO IGUAÇU. Perspectiva geral da Hidrelétrica Salto Grande (detalhe). 1 planta mimeografada. São Paulo: Techint – Companhia Internacional, 1961. *In:* _____. *Aproveitamento hidroelétrico do Rio Iguaçu em Salto Grande: usina piloto: anteprojeto*. São Paulo: Techint – Companhia Internacional, 1961, v.26. Perspectiva Geral do Aproveitamento.

_____. Salto Grande do Iguaçu na década de 1950. [195-]. 1 fotografia p&b. *In:* _____. *Aproveitamento hidroelétrico do Rio Iguaçu em Salto Grande: usina piloto: anteprojeto*. São Paulo: Techint – Companhia Internacional, 1961, capa.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. Usina Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia). 2008. 1 fotografia aérea color. Disponível em: <
<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F044b34faa7cc1143032570bd0059aa29%2F307f2c9b2edc56303257412004fdb91>>. Acesso: 12 jan. 2011.

_____. Usina José Richa (Salto Caxias). 2008. 1 fotografia aérea color. Disponível em: <
<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F044b34faa7cc1143032570bd0059aa29%2F9bdc37f6b8c44b810325741200587db7>>. Acesso: 12 jan. 2011.

_____. Usina Ney Braga (antes denominada Segredo). 2009. 1 fotografia aérea color. *In:* AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ESTADO DO

PARANÁ. *Lucro da Copel no semestre mantém seqüência iniciada em 2003*. Curitiba, 13 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=100256&evento=20990>>. Acesso: 27 out. 2010.

_____. Usina Ney Braga (Segredo). 2008. 1 fotografia aérea color. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F044b34faa7cc1143032570bd0059aa29%2F7e60b7740cdc206003257412005e4734>>. Acesso: 12 jan. 2011.

DUBOC, Luiz Fernando. *Barragem e canal da antiga UHE Caiacanga*. [2000]. 1 fotografia digital color.

_____. “Ruínas” da UHE Caiacanga. [2000]. 1 fotografia digital color.

ELETROBRÁS; ELETROSUL; COPEL. Última projeção UHE Salto Osório. [S.l.]: Kaiser Engineers International Corporation; Serete S.A. Engenharia, 1970. In: _____. *Usina Hidrelétrica Salto Osório Rio Iguaçu*: obras civis. 3.v. [S.l.]: Kaiser Engineers International Corporation; Serete S.A. Engenharia, 1970, p.1.

IGUASSU CONVENTION & VISITORS BUREAUX. Vista aérea das Cataratas do Iguaçu. s/data. 1 fotografia aérea color. In: PARANÁ. *Guia Geográfico do Paraná*. [Curitiba]: [s.d.], [2010]. Disponível em: <<http://www.guiageo-parana.com/iguacu/vista-aerea.htm>>. Acesso: 22 nov.2010.

INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. Levantamento das UHEs no rio Iguaçu. 1 planta. In: _____. *Relatório de impacto ambiental: Usina Hidrelétrica Salto Caxias*. Curitiba: Intertechne – Leme – Engevix – Esteio, 1993, p.I-6.

INGENITO, Leonardo Ferreira da Silva; DUBOC, Luiz Fernando; ABILHOA, Vinícius. Localização do Salto Caiacanga, rio Iguaçu, Paraná. In: _____. Contribuição ao conhecimento da ictiofauna da bacia do Alto rio Iguaçu. *Arquivos de Ciências Veterinárias e Zoologia da UNIPAR*, v.7, n.1, p.23-36, 2004, p.25.

LINHAS NELSON LTDA; BURNS AND ROE, INC. Início das construções da Usina de Caiacanga [1951]. 1 fotografia p&b. In: PARANÁ. *Estudos e opinião sobre os desenvolvimentos hidro-eletricos propostos e em construção pelo Estado do Paraná*: primeira fase de um programa de energia do Estado que inclui os projetos de Cotia, Capivari-Cachoeira, Caiacanga, Carvalhopolis, Campo Mourão e Santa Fé. Curitiba: Linhas Nelson Limitada; New York: Burns and Roe, Inc., 1951, p.11.

_____. Limites da área do projeto da usina Caiacanga (Detalhe). Curitiba, 1951. 1 mapa, Escala 1:375.000. In: PARANÁ. *Estudos e opinião sobre os desenvolvimentos hidro-eletricos propostos e em construção pelo Estado do Paraná*: primeira fase de um programa de energia do Estado que inclui os projetos de Cotia, Capivari-Cachoeira, Caiacanga, Carvalhopolis, Campo Mourão e Santa Fé. Curitiba: Linhas Nelson Limitada; New York: Burns and Roe, Inc., 1951, Apêndice, Mapa 9.

_____. Salto Caiacanga. [1951]. 1 fotografia p&b. In: PARANÁ. *Estudos e opinião sobre os desenvolvimentos hidro-eletricos propostos e em construção pelo Estado do Paraná*: primeira fase de um programa de energia do Estado que inclui os projetos de Cotia, Capivari-Cachoeira, Caiacanga, Carvalhopolis, Campo Mourão e Santa Fé. Curitiba: Linhas Nelson Limitada; New York: Burns and Roe, Inc., 1951, p.11.

MARTINS, Romário. Mappa do Estado do Paraná de Romário Martins (Detalhe). 1919. In: INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS DO PARANÁ. *Coletânea de mapas históricos do Paraná: 1876-1943*. Curitiba: ITCF, 1990, p.9.

METHFESSEL, Adolfo. *Cataratas del Iguazú*. 1892. Óleo sobre tela, color. 75 x 175 cm. Museu de La Plata. Disponível em <http://www.fcnym.unlp.edu.ar/museo/arte/methfessel_1.htm>. Acesso: 30 jun. 2009.

_____. *Los Saltos del Iguazu*. 1893. Óleo sobre tela, color. 198 x 295 cm. Museu de La Plata. Disponível em <http://www.fcnym.unlp.edu.ar/museo/arte/methfessel_2.htm>. Acesso dia 30 jun. 2009.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION (NASA). *Foz do rio Iguaçu*. Rio de Janeiro: DigitalGlobe, 2008. 1 imagem de satélite. Google Earth. Latitude 25°36'25.35"S Longitude 54°32'33.08"O. Altitude do ponto de visão 11,81 km. 06 set. de 2006.

_____. *Ilha Taunay (Rio Iguaçu)*. Rio de Janeiro: DigitalGlobe, 2008. 1 imagem de satélite. Google Earth. Latitude 26°02'10.09"S Longitude 50°28'49.98"O. Altitude do ponto de visão 3,78 km. 06 set. de 2005.

_____. *Parte do percurso do rio Iguaçu em 24/11/2004*. Rio de Janeiro: DigitalGlobe, 2008. 1 imagem de satélite. Google Earth. Latitude 25°34'04.18"S Longitude 49°53'1.00"O. Altitude do ponto de visão 6,71 km. 22 nov. de 2004.

_____. *Usina Hidrelétrica Salto Osório*. Rio de Janeiro: DigitalGlobe, 2011. 1 imagem de satélite. Google Earth. Latitude 25°31'36.25"S Longitude 53°00'48.54"O. Altitude do ponto de visão 2,39 Km. 01 nov, 2005.

_____. *Usinas de Segredo e Foz do Jordão*. Rio de Janeiro: DigitalGlobe, 2010. 1 imagem de satélite. Google Earth. Latitude 25°48'04.59"S Longitude 52°08'19.91"O. Altitude do ponto de visão 6,18 Km. 05 dez. 2005.

OLIVEIRA, Aristides. Barra do Rio Iguaçu no Rio Paraná. [1905]. 1 fotografia p&b. In: SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú*. Curitiba: Typographia do Diario Official, 1914, entre p.36 e 37.

_____. Destruição florestal às margens do Rio Paraná. [1905]. 1 fotografia p&b. In: SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú*. Curitiba: Typographia do Diario Official, 1914, p.68.

_____. Panorama dos saltos do Iguaçu ou Santa Maria [1905]. 1 fotografia p&b. 40 x 23 cm. In: SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú*. Curitiba: Typographia do Diario Official, 1914, entre p.90 e 91.

_____. Uma vista parcial dos grandes saltos do Iguaçu. [1905]. 1 fotografia p&b. In: SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do*

guayra aos saltos do Iguassú. Curitiba: Typographia do Diario Official, 1914, entre p.126-127.

PARANÁ. Mapa do Sistema Elétrico do Paraná. Curitiba: COPEL, ELETROCAP e UTEFLA, 1969. In: SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) *et. al. Um século de eletricidade no Paraná*. Curitiba: Companhia Paranaense de Energia, 1994, [p.131].

_____. Departamento de Águas e Energia Elétrica. Levantamento topográfico do Salto Caiacanga. Curitiba: DAEE. 1 mapa. Escala 1:1000. In: _____. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moyses Lupion: 2ª parte*. Curitiba: DAEEP, 1949, p.[44].

_____. Departamento de Águas e Energia Elétrica. Levantamento topográfico do Salto Grande do Iguaçu. 1 mapa. Escala 1:10000. In: _____. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moyses Lupion: 2ª parte*. Curitiba: DAEEP, 1949, [30].

_____. Departamento de Águas e Energia Elétrica. Plano Hidro-Elétrico Paranaense. Curitiba: DAEE, 1949. 1 mapa. In: _____. *Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moyses Lupion: 1ª parte*. Curitiba: DAEEP, 1949, p.[19].

PARREIRAS, Antonio. *Cataratas do Iguaçu*. 1920. 1 original de arte, óleo sobre tela, color. 200 x 260 cm. Coleção Palácio do Iguaçu, Curitiba.

PLANTA dos saltos de Santa Maria do Iguassú [188?]. In: SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do guayra aos saltos do Iguassú*. Curitiba: Typographia do Diario Official, 1914, p.139.

PROCHNOW, Miriam. Fotografia de araucárias. [2008]. 1 fotografia color. In: DICK, Edilaine e DANIELI, Marcos Alexandre. Projeto nas UCs da Floresta com Araucárias completa um ano. *Notícias da APREMAVI*. Ibirama-SC, 13/08/2008. Disponível em: <http://www.apremavi.org.br/noticias/apremavi/436/projeto-nas-ucs-da-floresta-com-araucarias-completa-um-ano>. Acesso dia 22/10/2009.

RECUERDO de Misiones Rep. Argentina: Salto del Iguazú. [S.l]:[s.e], [1904]. Disponível em: <<http://cgi.ebay.co.uk/1904-POSTCARD-ARGENTINA-MISIONES-SALTO-DEL->

IGUAZU_W0QQitemZ230296397264QQcmdZViewItemQQptZLH_DefaultDomain_0?hash=item230296397264&_trksid=p3286.c0.m14&_trkparms=72:1684|66:2|65:12|39:1|240:1318#ebayphotohosting>. Acesso: 26 mar. 2009.

REPÚBLICA ARGENTINA. *Território de Misiones – El Salto del Iguazú*. [S.l]:[s.e], [1904]. 1 cartão-postal p&b. Disponível em: <http://cgi.ebay.co.uk/Territorio-de-Misiones-EL-SALTO-DEL-IGUAZU-CATARATAS_W0QQitemZ120156472130QQcmdZViewItemQQptZLH_DefaultDomain_0?hash=item120156472130&_trksid=p3286.m63.1177#ebayphotohosting>. Acesso em 26 mar.2009.

SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO PARANÁ. Setores de utilização de energia elétrica no Paraná. [Curitiba: DAEE], 1947. 1 mapa. In: PARANÁ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moyses Lupion, Governador do Estado*. Curitiba: [s.n.], 1948, p.[45].

SILVA, Cleto. Croqui de Porto da União nos anos de 1860-1876. In: _____. Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933). *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná*, Curitiba, vol. XXX, ano 1976, entre p.40 e 41.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO – SUDERHSA. *Mapa das bacias hidrográficas do Estado do Paraná*. Curitiba: SUDERHSA, 2007. Disponível em: <http://www.suderhsa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=74> Acesso dia 15/10/2009.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Paisagem do Aquidauana. In: _____. *Céus e Terras do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, [1929], entre p.96 e 97.

THAYS, Charles. Planta Geral do “Parque-Reserva del Iguazú”. 1912. In: BERJMAN, Sonia. *Plazas y parques de Buenos Aires: la obra de los paisagistas franceses (1860-1930)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., 1998, p.135.

TRACTEBEL ENERGIA S.A. *UHE Salto Osório*. [200?]. 1 fotografia aérea color. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/>>. Acesso: 12 jan. 2011.

_____. *UHE Salto Santiago*. [200?]. 1 fotografia aérea color. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/>>. Acesso: 12 jan. 2011.

TURNAUER & MACHADO. Detalhe da calha principal do Salto Caiacanga. 1 fotografia p&b. *In: NASCIMENTO, Domingos. A hulha branca no Paraná*. Curitiba: Centro de Letras do Paraná : Turnauer & Machado, 1914, p.83.

_____. Salto Caiacanga. [entre 1910 e 1914]. 1 fotografia p&b. *In: NASCIMENTO, Domingos. A hulha branca no Paraná*. Curitiba: Centro de Letras do Paraná: Turnauer & Machado, 1914, p.82.

_____. Quedas do Salto Santiago – Rio Iguazu. 3 fotografias p&b. *In: NASCIMENTO, Domingos. A hulha branca no Paraná*. Curitiba: Centro de Letras do Paraná : Turnauer & Machado, 1914, p.57,60.

WASILEWSKI, J. Salto Floriano. [190?]. 1 fotografia p&b. *In: SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. Do guayra aos saltos do Iguassú*. Curitiba: Typographia do Diario Official, 1914, entre p.134-135.

WISCHRAL, Arthur. Fotografia do barco a vapor “Cruzeiro”. [19-]. 1 fotografia p&b. *In: MANSUR, Aziz. Álbum comemorativo do cincoentenario da navegação do Iguazu e seus afluentes*. Curitiba 1932, p.16.

_____. Floresta marginal ao rio Iguazu. [19-]. 1 fotografia p&b. *In: MANSUR, Aziz. Álbum comemorativo do cincoentenario da navegação do Iguazu e seus afluentes*. Curitiba 1932, p.13.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Energia hidráulica. In: _____. *Atlas da energia elétrica no Brasil*. 3.ed., Brasília: ANEEL, 2008, p. 49-61. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par2_cap3.pdf> Acesso: 17 mar. 2009.

ARAUCÁRIA: identidade, registro de sua história. Araucária: Prefeitura Municipal, 2003. (Cadernos Pedagógicos 1).

ARRUDA, Gilmar. O governo estadual e os rios paranaenses: da ocupação do território a produção de energia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL AMERICANA. 2. Havana. 2004. *Anais Eletrônicos do II Simposio Internacional de Historia Ambiental Americana: "Hacia una historia ambiental de América Latina y el Caribe"*. Havana: UNESCO, 2004. 1 CD-ROM.

_____. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, "força hidráulica" e a era das barragens (1853-1940). *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p.153-175, jun. 2008.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853 - 1870*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

AZEVEDO, Gentil. *O Visconde de Taunay: história de sua vida*. São Carlos: [s.n.], 1964.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Biografia do Conselheiro Manuel Francisco Correia*. Rio de Janeiro: Tipografia Guimarães e Cia, 1900.

BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BACKES, Paulo; IRGANG, Bruno. *Mata Atlântica: as árvores e a paisagem*. [s.l.]: Paisagem do Sul, 2004.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves; SUTIL, Marcelo Saldanha. O acervo Wischral: documentos de um olhar. *Boletim Casa Romário Martins*. Curitiba, v.31, n.134, abr. 2007.

BARROS, Edmundo Francisco Xavier de. Carta enviada a Joaquim de Salles Torres Homem. [fragmento] In: FREITAG, Liliane da Costa. Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v.12, n.2, p.191-224, inverno de 1997, p.220. Disponível em:

<[http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=374&path\[\]=259](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=374&path[]=259)>. Acesso: 22 nov.2010

_____. Partilha internacional dos grandes saltos do Iguassú. *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*. Curitiba, a.II, v.2, p.9-25, 1919.

_____. Schema dos grandes saltos do Iguassú. 1897. In: NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Curitiba: Centro de Letras do Paraná : Turnauer & Machado, 1914, p.45.

BASALDÚA, Florencio de. *Pasado, presente, provenir del territorio nacional de Misiones*. La Plata [Prov. de Buenos Aires] : [s.n.], 1901.

BECKER, Ítala Irene Basile. *O Índio Kaingáng do Paraná - subsídios para uma etno-história*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Odebrecht, 1994, v.3. A construção da paisagem.

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *As reclamações do povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. 162f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004

BERBERI, Elizabete. *Impressões: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BERJMAN, Sonia. *Plazas y parques de Buenos Aires: la obra de los paisagistas franceses (1860-1930)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1998.

BETHELL, Leslie. Cronologia da Guerra. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). *A guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BORMANN, José Bernardino. *Dias fratricidas: memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná*. Curitiba: Typographia da Livr. Economica Annibal, Rocha & C.(Typ. da Liv. Eco.), 1901.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil de 24 de fevereiro de 1891. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso: 22 nov.2010.

_____. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código das Águas. *Diário Oficial da República*, Rio de Janeiro, 27 jul. de 1934, Seção 1, p.14738. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=24162>>. Acesso: 30 nov. 2010.

_____. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. In: _____. *Coleção das Leis do Brasil: 1850*. Rio de Janeiro: [s.n.], [1852], p.307. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L0601-1850.htm>>. Acesso: 22 nov.2010.

_____. Lei nº 3.890-A, de 25 de Abril de 1961. Autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - ELETROBRÁS, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 28 de abril de 1961, Seção 1, p.3945. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3890-a-25-abril-1961-353665-norma-pl.html>>. Acesso: 25 out. 2010.

CABEZÓN, José María. *Las Cataratas del Yguazú: bellezas del territorio argentino*. Buenos Aires: [s.n.], 1901.

CANALI, Gilberto Valente. A definição e a importância do Projeto Uruguai. In. SANTOS, Silvio Coelho dos ; REIS, Maria José (orgs.)

Memória do Setor Elétrico na Região Sul. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002, p.111-129.

CARNEIRO, David. *Historia de Palmeira em seus antecedentes e tradições*. Curitiba: Livraria Mundial, [1938?]; LOPES, José Carlos Veiga. *Raízes da Palmeira*. 2. ed. Curitiba: O autor, 2000

_____. *O cerco da Lapa e seus heróis: Antecedentes e conseqüências da revolução federalista no Paraná*. [Rio de Janeiro]: Ed. Ravaro, 1934.

CARNEIRO JÚNIOR, Renato Augusto; BARCIK, Verginia. *Da madeira ao aço: a industrialização de Araucária*. Araucária, 1999. (História de Araucária 4).

CAROLLO, Cassiana Lacerda. Nascimento, Domingos Virgílio. *In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná*. Curitiba: Livraria do Chain, 1991, p.307-309.

_____. O Cenáculo: o grupo, a revista. *In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná*. Curitiba: Livraria do Chain, 1991, p.65.

CATARATAS DO IGUAÇU S.A. *As Cataratas do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: Cataratas do Iguaçu S.A.; Parque Nacional do Iguaçu, [1999]. Disponível em: <<http://www.cataratasdoiguacu.com.br/cataratas.asp>>. Acesso: 22 nov. 2010.

CENTRO DA MEMORIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República: o processo legislativo*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1990.

_____. *Planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS)*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2002.

_____. *Planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos: entrevistas*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001

_____. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2.ed. Lisboa: Difel, 2002.

CLETO, José. *No vale do Iguaçu*. União da Vitória: Editora Livraria Cleto, 1953.

COLODEL, José Augusto. *Obrages & Companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

CONTI, Maria da Graça Faoro. *A exploração do xisto em São Mateus do Sul: (subsídios para sua história)*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1982.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. *História da Copel*. Curitiba: Copel, 2010. Disponível: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F6505401715872FAA032573FA0069734F>>. Acesso em: 25 out. 2010.

_____. *História da energia no Paraná*. Curitiba: COPEL, 2008. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Facopel%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F938F473DCEED50010325740C004A947F>>. Acesso dia 05/10/2010.

_____. *Usina Bento Munhoz da Rocha Netto*. Curitiba: Copel, 2008. Disponível: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F044b34faa7cc1143032570bd0059aa29%2Fe307f2c9b2edc56303257412004fdb91>>. Acesso em: 26 out. 2010.

_____. *Usina Derivação do Rio Jordão*. Curitiba: Copel, 2008. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F20F22E14CBF1EBBD032574120053221D?OpenDocument&secao=Geracao%3AUsinas%3AHidreletricas%2520UHES>>. Acesso: 05 nov. 2010.

_____. *Usina Hidrelétrica Foz do Areia*: Rio Iguazu, Paraná, Brasil : memória técnica. Curitiba: COPEL, 1995

_____. *Usina hidrelétrica Pitangui*. Curitiba: Copel, [200?]. 1 fôlder.

_____. *Usina Ney Braga*. Curitiba: Copel, 2008. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F044b34faa7cc1143032570bd0059aa29%2F7e60b7740cdc206003257412005e4734>>. Acesso: 05 nov. 2010.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Terras Devolutas nas Constituições Republicanas. *Revista jurídica dos formandos em direito da UFBA*, Salvador, v.4, p.261-275, 1998. Disponível em: <<http://www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html>>. Acesso: 22 nov. 2010.

DEMANGEON, Albert; FEBVRE, Lucien. *Le Rhin, problèmes d'histoire et d'économie*, Paris: libr. Armand Colin, 103, boulevard Saint-Michel, 1935.

DIAMOND, Jared M. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ELETROBRÁS. *Memória técnica de sistemas de transmissão: roteiro básico*. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1990.

_____. *Memória técnica de usinas hidrelétricas: roteiro básico*. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1988.

ELETROPAULO. Departamento de Patrimônio histórico. *História & Energia: v.1. A chegada da Light*. São Paulo, Eletropaulo, 1986.

ENERGIA elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à ELETROBRÁS. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

FABRIS, Annateresa. Redefinindo o conceito de imagem. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.18, n.35, 1998, p.217-224.

_____. *Fotografia e arredores*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009.

FAINZILBER, Abrahão. *Energia elétrica*. Rio de Janeiro: Bloch, 1980.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Estética e modernidade. In: _____; LEHMKUHL, Luciene; COLLAÇO, Vera. (Org.). *A casa do baile: estética e modernidade em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, 11-36.

_____. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005

FREITAG, Liliane da Costa. Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v.12, n.2, p.191-224, inverno de 1997, p.220. Disponível em:

<[http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=374&path\[\]=259](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=374&path[]=259)>. Acesso: 22 nov.2010

FRONTEIRA Brasil/Argentina: breve histórico. [S.l.]: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.info.lncc.br/argentina.html>>. Acesso: 24 jun. 2009.

GAMA, Basílio. *O Uruguai*. Canto Quarto, 130-197: A morte de Lindóia. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964, p.84.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HAINES, Aubrey L. *The Yellowstone Story: a history of our first National Park*. Niwot: University Press of Colorado, 1996.

HAZLITT, William. On the love of the country. In: KEYNES, Geoffrey (ed.) *Selected Essays*. London: Nonsuch Press, 1930.

HELM, Cecília Maria Vieira. *Kaingáng, guarani e xeta na historiografia paranaense*. Curitiba: Design, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa de Estudante do Brasil, 1945.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

HUGO, Victor. *Le Rhin: lettres à un ami par Victor Hugo*. Paris : J. Renouard, 1845, 4 tomes en 2 vol.

IBARGUREN, Alfonso M. Beccar Varela. *Genealogía familiar*. Buenos Aires: The Next Generation of Genealogy Sitebuilding, ©2001-2005. Disponível em:

<<http://www.genealogiafamiliar.net/getperson.php?personID=I600&tree=BVCZ>>. Acesso: 07 jun. 2009.

JÚLIO JÚNIOR, Horácio Ferreira; BONECKER, Cláudia Costa; AGOSTINHO, Angelo Antonio. Reservatório de Segredo e sua inserção na bacia do rio Iguaçu. In: AGOSTINHO, Angelo Antonio & GOMES, Luiz Carlos. *Reservatório de Segredo: bases ecológicas para o manejo*. Maringá: EDUEM, 1997, p. 1-17

KANTEK, Daniel Luis Zanella. *Estudo citogenético comparativo entre populações de uma espécie de Astyanax (Characidae, Tetragonopterinae) endêmica do Rio Iguaçu*. 70 f. Dissertação (Mestrado em Genética). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005

KARPINSKI, Cezar. *Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades na implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001)*. 142 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PHST0286.pdf>>. Acesso: 12 jan. 2011.

KELLER-LEUZINGER, Franz. *Von Amazonas und Madeira*. Stuttgart: Von U. Groner, 1874.

KELLER, José; KELLER, Francisco. *Memoria de la exploracion del rio Madera, en la parte comprendida entre la cachuela de San Antonio y la embocadura del Mamoré*. La Paz: Imprenta de la Union Americana por César Sevilla, 1870.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Subsídios para o estudo dos Kaingângues do Paraná*. Curitiba: Econômica, 1910.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

LOPES, Joaquim Francisco. Itinerário da melhor via de comunicação entre a Província de São Paulo e a de Matto Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.13, p.315-335, 1850.

LOPES, José Carlos Veiga. *Antecedentes históricos de Porto Amazonas*. Curitiba: O autor, 2000

MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981, p.355.

MANSUR, Aziz. *Álbum comemorativo do cinquentenário da navegação do Iguaçu e seus afluentes*. Curitiba: Impressora Gráfica Paranaense, 1932.

MARTINEZ, Emanuel Ricardo Monteiro; JÚLIO JÚNIOR, Horácio Ferreira. Análise citogenética de *Rhaphiodon vulpinus* (CHARACIFORMES, CYNODONTIDAE) e *Oligosarcus longirostris* (CHARACIDAE, ACESTRORHYNCHINAE) da bacia do Paraná e do rio Iguaçu. In: SIMPÓSIO DE CITOGENÉTICA E GENÉTICA DE PEIXES, VIII, 2000, Manaus. *Resumos do VIII Simpósio de Citogenética e Genética de Peixes*. Manaus, AM: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2000

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995

MARTINS, Wilson. *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência de Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MELLO, Sílvia Gomes Bento de. *Esses moços do Paraná: livre circulação da palavra nos albores da república*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia

e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2008.

MELLO-LEITÃO, Cândido. *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

MENDONÇA, Manuel Inácio Carvalho de. *Rios e águas correntes: em suas relações jurídicas*. Curitiba: Annibal Rocha & Cia, 1909.

MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n.45, 2003, p.11-36

MOISES, Massaud. *O simbolismo (1893-1902)*. São Paulo: Cultrix, 1966

MOTA, Lucio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingáng: a história épica dos índios Kaingáng no Paraná, 1769-1924*. Maringá: EDUEM, 1994.

MÜLLER, Antonio Carlos. *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Makron Brooks, 1995.

MURICY, José Cândido de Andrade. Algumas opiniões. In: SILVEIRA NETTO, Manoel da. *Luar de Hivero (1895-1900)*. Nova Edição. Rio de Janeiro: Edições Alba, 1927, p.169-172.

MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar do Iguazu (1888/1907)*. 245f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niteroy, 2009.

NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Curitiba: Centro de Letras do Paraná : Turnauer & Machado, 1914.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. O Brasil no inventário do mundo: literatura de viagens. In: _____. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2004, p.138-230.

NICOLAS, Maria. *Cem anos de vida parlamentar: deputados provinciais e estaduais do Paraná*. Curitiba: Imprensa Gráfica Paranaense, 1954

_____. *Sertanistas do Paraná: os esquecidos*. [Curitiba]: Assembléia Legislativa, 1981.

_____. *Vultos paranaenses*. 1º volume. Curitiba: [s.e.], 1948.

NÚÑEZ CABEZA DE VACA, Alvar. *Naufrações e comentários*. Tradução de Jurandir Soares dos Santos. Porto Alegre: L&PM, 1999.

PAISAJISTAS THAYS. *History*. Buenos Aires: Paisajistas Thays, [s/data]. Disponível em: <http://www.estudiothays.com.ar/historia_eng.php>. Acesso: 20 jun. 2009.

PAULA, Coraci. *Efeito do eugenol na sobrevivência de lambaris (Astyanax sp) em diferentes concentrações e temperaturas*. 38 f. Dissertação (Mestrado Tecnologia em Aquicultura). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=667>. Acesso: 14/02/2011.

PARANÁ. Decreto n.323 – de 1º de Agosto de 1907. In: _____. *Decretos e Regulamentos do estado do Paraná: 1907: Actos do Poder Executivo*. [S.l.]: Typ. da Penitenciária do estado, [19?], p. 89-96.

_____. Decreto nº 1045, de 16 de julho de 1928. Dispõe sobre as bases de contracto para os serviços de luz e força do município de Curityba. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 18 de julho de 1928, anno XV, n.4645. Arquivo Público do Paraná.

_____. Decreto nº 1046, de 16 de julho de 1928. Dispõe sobre as bases contractuaes para instalações de usinas hydro-electricas. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 25 de julho de 1928, anno XV, n.4650, p.1. Arquivo Público do Paraná.

_____. Decreto nº 14.947 de 26 de outubro de 1954. Dispõe sobre a organização de sociedade de economia mista sob denominação de Companhia Paranaense de Energia Elétrica. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 27 de outubro de 1954. Arquivo Público do Paraná.

_____. Lei nº 730 – de 6 de abril de 1907. In: _____. *Leis e Resoluções não sancionadas do estado do Paraná*: 1907. Curitiba: Typ. da Penitenciária do estado, 1912, p.80-81.

_____. Lei nº 113 de 15 de outubro de 1948. Cria o Departamento de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 19 de outubro de 1948, a.XXXVI, n.194, p.1-2. Arquivo Público do Paraná.

_____. Lei nº 1384 - 10 de Novembro de 1953. Institui o Fundo de Eletrificação e dá outras providências. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 11 de novembro de 1953, n.199. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=15146&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso: 25 out. 2010.

_____. Lei nº 4529 - 12 de Janeiro de 1962. Institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico, autoriza a criação da Sociedade de Economia Mista Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - CODEPAR - autoriza o lançamento de empréstimo compulsório e dá outras providências. *Diário Oficial do estado do Paraná*. Curitiba, 15 de janeiro de 1962, n.255. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=10903&codTipoAto=&tipoVisualizacao=original>>. Acesso: 25 out. 2010.

PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Parana*. Curitiba : A. Rocha, 1899.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais*: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

PIERINI, Margarita. La mirada y el discurso: la literatura de viajes. In: PIZZARO, Ana (org.). *América Latina*: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial, 1993, v.2. Emancipação do discurso, p.168-183.

POMBO, Rocha. *Para história*: notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1980.

PRADO, Barbara Irene Wasinski. Charles Thays na formação urbana de São Luis: a ilheidade de São Luis a partir da Praça Pedro II. *Paisagem e Ambiente*, v. 24, p. 69-80, 2006.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Natureza e Identidade Nacional nas Américas. In: _____. *América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.

PUCHTA, Diogo Rodrigues. A *gimnástica* recomendada por Domingos Nascimento. In: _____. *A formação do homem forte: educação física e gimnástica no ensino público primário paranaense (1882-1924)*. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 2007, p.40-54.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no vale do Iguaçu*. [S.l. s.n.], 1973.

_____. *A Nau de São Sebastião*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, 1978

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.

_____. *Sobre a organização social dos Xokleng*. Florianópolis: UFSC, 1966.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SCHÖTTLER, Peter. Apresentação. In: FEBVRE, Lucien. *O Reno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHWARCZ, Liliam. Os trópicos como espetáculo: a participação brasileira nas exposições universais de finais do século XIX. In: STEPHAN Beatriz Gonzales ; ANDERMANN, Jens. (eds). *Galerías del Progreso: museos, exposiciones y cultural visual en América Latina*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2006, p.195-220.

SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, CEFET-PR, 2005.

SEVERI, William; CORDEIRO, Adelinry Azevedo de Moura. *Catálogo de peixes da bacia do rio Iguaçu*. Curitiba: IAP/GTZ, 1994.

SILVA, Cleto da. *Accordo Paraná Santa Catharina ou O Contestado diante das carabinas*. Curitiba: Globo, 1920.

_____. Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933). *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná*, Curitiba, vol. XXX, p.37-56, 1976.

SIOLI, Harald. *Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone (coord.) et.al. *Um Século de eletricidade no Paraná*. Curitiba: Companhia Paranaense de Energia, 1994.

SOARES, Olavo. *O andarilho das Américas: Cabeza de Vaca*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 1981.

SOLID CORPORATE TRAVEL. *Maravilhas do mundo: Niágara*. Rio de Janeiro: Solid, ©1996-2010. Disponível em:<<http://www.solid.com.br/turismo/maravilhas/niagara.asp>>. Acesso: 22 nov. 2010.

STOCKMANN, Jaime. *Os Kaingáng no Paraná: história e historiografia*. Guarapuava: UNICENTRO, 2000.

STRAUBE, Kelly Von Knoblauch. *A estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro: o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória/PR*, 2007, 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle Taunay (Visconde de Taunay). *Céos e terras do Brazil*; scenas e typos, quadros da natureza, fantasias por Sylvio Dinarte. Rio de Janeiro Typ. de G. Leuzinger, 1882.

_____. Céus e Terras do Brasil. 8.ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, [1929].

_____. Curiosidades naturaes do Paraná e excursão no rio Iguassú. Rio de Janeiro : Laemmert, 1890.

_____. Excursão no rio Iguassú. *In*: _____. Curiosidades naturaes da Província do Paraná: memória lida no Instituto Histórico e Geographico Brasileiro em Agosto e Setembro de 1889 pelo sócio honorário Visconde de Taunay. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.53, n.81, p.193-241, jan/mar, 1890.

_____. Notas de D. Pedro II às “Curiosidades Naturais do Paraná”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 130, p.89-94, 1914.

_____. *Scenas de viagem*: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda; memoria descriptiva. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1868.

_____. Viagem do presidente Dr. Alfredo de Escragnole Taunay ao Rio Iguassu (Província do Paraná) em março de 1886. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.50, n.75, p.157-175, 1887.

_____. Viagem philosophica aos Campos Geraes e ao sertão de Guarapuava. *In*: _____. *Visões do Sertão*. São Paulo: Off. Graph. Monteiro Lobato & C., 1929, p.107-240.

_____. Viagem presidencial ao Rio Iguassú. *Jornal Gazeta Paranaense*, Curitiba, sexta-feira, 12 de março de 1886, anno X, n.56, p.3; sabbado, 13 de março de 1886, anno X, n.57 p.2-3; domingo, 14 de março de 1886, anno X, n.58, p.2; terça-feira, 16 de março de 1886, anno X, n.59 p.2-3; quarta-feira, 17 de março de 1886, anno X, n.60, p.3; e sexta-feira, 19 de março de 1886, anno X, n.62, p.3. Estas edições encontram-se microfilmadas na Biblioteca Pública do Paraná onde acessamos em 08 de abril de 2009.

TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO. *Nossa história*: de 1945-2000. São Paulo: Techint, 2006. Disponível em: < <http://engenharia.techint.com/html/pt/aboutus/ourhistory.asp?MENUIT>

EM=ourhistory&LANG=PT&PATH=../aboutus/images/flash_>.
Acesso: 30 nov. 2010

_____. *Techint 55 anos participando do desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Techint, 2002. Disponível em: <http://engenharia.techint.com/html/static/documents/publicaciones/55anos_POR.pdf>. Acesso: 30 nov. 2010.

TEIXEIRA, Murilo Walter. *Marco Régio: municípios de Pinhão e Reserva do Iguazu: retrospectiva histórica*. [S.l.] : [S.n], 2006.

THAYS, Charles. La excursión de M. Thays al Iguazú. *Caras y caretas*. Buenos Aires, 06 de abril de 1902.

_____. Los bosques naturales de la Republica Argentina. Paris: Congreso Forestal Internacional de Paris, 1913. In: BERJMAN, Sonia (comp.). *Carlos Thays : sus escritos sobre jardines y paisajes*. Buenos Aires : Ciudad Argentina, 2002.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMÉ, Nilson. *A formação do homem do Contestado e a educação escolar - República Velha*, 349 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000411820>>. Acesso em: 17/04/2010.

TRACTEBEL ENERGIA. GDF SUEZ. *Companhia Tractebel de Energia*. Florianópolis: Tractebel Energia S.A., [200?]. Disponível: <<http://www.tractebelenergia.com.br/>>. Acesso em: 13/11/2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Nomination to the world heritage list: Iguazu National Park*. Paris: UNESCO, 1984, p.30-33. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/355.pdf>. Acesso: 05 mar. 2009.

VALLADÃO, Alfredo. *Dos rios públicos e particulares*. Bello Horizonte: [s.n], 1904

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZARDO, Eduardo Flávio. *Inventário turístico de Reserva do Iguaçu*. Curitiba: SEBRAE/DF, 2001. (Relatório final de Pesquisa).

ZAWADZKI, Carlos Henrique; RENESTO, Erasmo; BINI, Luis Maurício. Genetic and morphometric analysis of three species of the genus *Hypostomus* Lacépède, 1803 (Osteichthyes: loricariidae) from the Rio Iguaçu Basin (Brazil). *Revue Suisse de Zoologie*, 106, p.91-105, 1999

ZUSMAN, Perla. Imágenes geográficas en la creación de la nación. La participación argentina en exposiciones universales estadounidenses (1876-1893). In: ORTEGA CANTERO, Nicolas, GARCÍA ALVAREZ, Jacobo. *Lenguajes y visiones del paisaje y del territorio*. Madrid, 2009. (no prelo)